Cidades em processo: Arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga
no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)

Diogo Fonseca Borsoi

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

DIOGO FONSECA BORSOI

Cidades em processo: Arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga
no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)

SÃO PAULO

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

DIOGO FONSECA BORSOI

Cidades em processo: Arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga
no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)¹

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO
ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR
E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada
na Biblioteca da Faculdade. São Paulo, 30 de julho de 2020

Tese apresentada à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: História e Fundamentos
da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

SÃO PAULO

2020

¹ Os detalhes da capa foram retirados dos esboços de Antônio Luiz Dias de Andrade e inventariados na dissertação de Mosaner, 2012.

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Borsoi, Diogo Fonseca

Cidades em processo: Arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX) / Diogo Fonseca Borsoi; orientadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. - São Paulo, 2020.
399 p.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. História da Urbanização. 2. História de São Paulo. 3. São Luiz do Paraitinga. 4. Séculos Xviii e Xix. I. Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira, orient. II. Título.

Diogo Fonseca Borsoi

Cidades em processo: Arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga o contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Aprovado em: 24/06/2020

Banca Examinadora

Prof. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Instituição: FAU - USP

Julgamento: Aprovado

Profa. Dra. Maria Fernanda Derntl

Instituição: UnB

Julgamento: Aprovado

Prof. Dra. Maria Aparecida de Menezes Borrego

Instituição: MP - USP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. José Carlos Vilardaga

Instituição: UNIFESP

Julgamento: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Foram tantas as pessoas que passaram pela minha vida nestes últimos anos que, com certeza, precisaria de muitas folhas para contemplar todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família que, mesmo de longe, me apoiou em tudo. Meu pai “Tata porqueiro” e minha mãe “Cidinha”, que me tiraram várias dúvidas sobre a criação de porcos e sobre algumas lavouras.

Devo muito à Capes e à Fapesp pelas bolsas concedidas². Também ao Instituto Federal de São Paulo, ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul e ao Instituto Federal Baiano por disponibilizar o tempo necessário para a elaboração da tese, pelas trocas de aula e pelo ombro amigo dos colegas nos vários momentos de preocupação e angústia pelos quais passei nesse percurso.

Tantos professores me ajudaram que nem sei por onde começar. Minha orientadora, Beatriz Bueno, que, com toda a paciência do mundo, me iniciou no mundo da História da Arquitetura e da Urbanização. Sou igualmente grato à minha banca de qualificação composta pelo Prof. Paulo Garcez Marins e pelo Prof. Carlos de Almeida Prado Bacellar, que deram os direcionamentos necessários para o formato final da tese. A Prof^a Maria Aparecida Borrego, que me ajudou no campo da Cultura Material; o Prof. Dante Martins Teixeira, no campo da História da Paisagem; o Prof. Fernando Luís Lara, sobre a produção acadêmica dos Estados Unidos da América e a história das cidades da latino americanas; a Prof^a Joana Mello de Carvalho e Silva e a Prof^a. Ana Cláudia Veiga de Castro, pelas aulas de Metodologia e de Teoria da Arquitetura; o Prof^o José Flávio Motta, pelas aulas de História Demográfica e Econômica; a professora Renata Maria de Almeida Martins e o Prof. Luciano Migliaccio, pela ótima experiência no grupo de estudos Barroco Cifrado, e o Prof. Marco Antônio da Silveira, pela resolução de dúvidas sobre o período colonial.

Uma saudação especial ao Arquivo do Estado de São Paulo, à Biblioteca Nacional, ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Mário de Andrade, ao Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda (FFLCH-USP), à Ângela e à Angélica, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, à Amanda e à Dona Lia, do Arquivo Histórico Municipal Dr. Félix Guisard Filho, ao Marcelo Toledo, do Fórum de São Luiz do Paraitinga, ao Jair, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, ao CONDEPHAAT, ao IPHAN e ao Museu da Imagem e do Som de Taubaté.

Também agradeço a minha assessoria técnica (risos): Caio dos Santos Souza, que me ajudou muito na montagem dos bancos de dados; Eduardo Rodrigues, na parte estatística e na elaboração dos gráficos e tabelas; Tercio Veloso e Pedro Eduardo, nas dúvidas paleográficas; Natália Casagrande Salvador, na revisão dos textos (sempre de última hora!), e Nádia Moura, na parte gráfica e de geoprocessamento: toda beleza dos mapas dessa tese reflete quem ela é.

Aos meus companheiros queridos. Agradeço a Daniel Borges e suas notícias do que acontece nas universidades francesas; Thais Travassos, sobre Taubaté, a literatura e o mundo; Marcia Adalgisa e Kaique Alencar, pelas conversas (sempre pessimistas) sobre História do Vale do Paraíba; Lilian Cordeiro, Rafael Silveira, Jonathan, Gabrielle Forstr, Marcos Luft e Fernando Leão, por me explicarem sobre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Luiz Carlos Laurindo Júnior, que me tirou várias dúvidas sobre História da Escravidão e sobre a História da Amazônia; Rodolfo Figueira, pela ajuda com a toponímia de São Luiz; Flora Petri, com os arquivos de Paraty; Iza Régis, pelos conhecimentos sobre o Ceará e pelo seu sorriso; ao Dudu, querido!, que encontrei no bandeirão e arrastei para vida e, finalmente, ao presidente Lula, pois sem ele não teria chegado até aqui!

² Processo nº 2016/25308-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

São Luiz do Paraitinga!

Terra de Oswaldo Cruz

de dia falta água

E de noite falta luz!

(Cantiga de carnaval)

Resumo

Cidades em processo: Arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga o contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)

A História da Urbanização de São Paulo foi um problema de pesquisa abordado por uma série de estudiosos. De forma geral, ela é apresentada em duas fases bem definidas: uma primeira concentrada no século XVII até 1705 e uma segunda retomada depois da Restauração da Capitania em 1765, estendendo-se pelo século XIX. No período correspondente à primeira metade do século XVIII não houve a criação de novas vilas devido a questões de ordem econômica e demográfica relacionadas ao *gold rush*. Assim, a presente tese busca compreender, em longa duração e em diversas escalas de análise, um processo interrupto de urbanização da Capitania. Para isso, lançamos mão do conceito de *urbanização* de Nestor Goulart Reis Filho, permitindo uma visada mais ampla do fenômeno urbano, abrangendo núcleos urbanos considerados insignificantes por sua pequenez ou mesmo vestígios de ocupação humana ligados às demandas urbanas e o conceito de *sistema urbano*, no qual as dinâmicas dos núcleos podem ser explicadas pelo papel que ele cumpria dentro da rede urbana em que estavam inseridos. Também utilizamos o conceito de *jogos de escala* de Bernard Lepetit quando afirma que a escala de análise é a escolha de um ponto de vista de conhecimento e quando se altera a ótica também se altera o nível de informação, mas não o objeto. Desse modo, cada escala apresentou um problema específico que foi resolvido por meio da análise de um conjunto de documentos, tais como mapas, gravuras, ofícios, inventários *post-mortem*, Maços de População, impostos prediais etc. Com isso, buscamos investigar, na escala macro territorial da Capitania e, principalmente, na primeira metade do século XVIII, outras formas urbanas, sobretudo, a constituição de uma rede de freguesias. Também buscamos compreender, nessa escala, que a criação de vilas nunca acontece no vazio e, nesse sentido, houve uma multiplicidade de agentes que participaram da criação de vilas para além dos funcionários mais diretamente ligados à administração colonial. Depois, passamos a abordar o tema da urbanização numa escala menor, recortando São Luiz do Paraitinga e os papéis que ela cumpria nas lógicas macro territoriais. A questão das diretrizes pombalinas para a fundação de vilas na América Portuguesa é abordada à luz das pré-existências e da participação dos colonos como agentes modeladores da cidade. Também, seu intraurbano foi estudado na perspectiva da *Arqueologia da Paisagem*, investigando as lógicas de seu crescimento e alteamento, suas sociotopografias e os fatores econômicos e sociais envolvidos na constituição do núcleo. Por fim, realizamos um estudo sobre a economia da vila de São Luiz a fim de entender quais eram as redes mercantis em que os luizenses estavam inseridos e como isso repercutia na materialidade do núcleo que hoje é patrimônio nacional e um dos principais conjuntos históricos do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: História da Urbanização, História de São Paulo, São Luiz do Paraitinga, séculos XVIII e XIX, Patrimônio cultural.

Abstract

Cities in development: Landscape archeology in São Luiz do Paraitinga amidst São Paulo's urbanization context

The issue of the History of Urbanization in São Paulo was a research problem addressed by a number of scholars. In general, it's presented in two well-defined phases: a first concentrated in the 17th century until 1705, and a second one resumed after the Restoration of the Captaincy in 1765, extending throughout the 19th century. In the period corresponding to the first half of the 18th century, no new villages were created due to economic and demographic issues related to the gold rush. Thus, this thesis seeks to understand, over a long period of time and at various scales of analysis, an interrupted process of urbanization of the Captaincy. For this, we used Nestor Goulart Reis Filho's concept of urbanization, allowing a broader view of the urban phenomenon, covering urban centers considered insignificant due to their smallness or even vestiges of human occupation linked to urban demands and to the concept of urban system, in which the dynamics of the nuclei can be explained by the role it played within the urban network in which it was inserted. We also use Bernard Lepetit's concept of scale games when he says that the scale choice is relative to a determinate point of view and when the optics are changed, the level of information is also changed, but not the subject. In that way, each scale presented a specific problem that was solved by analyzing a set of documents, such as maps, prints, crafts, post-mortem inventories, demographic documents ("Maços de População"), property taxes, etc. We sought to investigate, on the macro territorial scale of the Captaincy and, mainly, in the first half of the 18th century, other urban forms, above all, the constitution of a network of parishes. We also discuss, on this scale, that the creation of villages never happens in a vacuum and, in that sense, there were a multiplicity of agents participating in this process, besides the employees most directly linked to the colonial administration. Then, we began to address the issue of urbanization on a smaller scale, cutting out São Luiz do Paraitinga and the roles it fulfilled in macro-territorial logics. The question of Pombaline guidelines for the foundation of villages in Portuguese America is approached in the light of pre-existences and the participation of settlers as modeling agents of the city. Its intra-urban area was studied from the perspective of Landscape Archeology, investigating the logic of its growth and elevation, sociotopographs, the economic and social factors involved in the constitution of the nucleus. Finally, we carried out a study on the economy of the village of São Luiz in order to understand what were the commercial networks in which the townspeople were inserted and how it reflected on the materiality of the nucleus that today is national heritage and one of the main historical groups of the State from São Paulo.

Keywords: History of Urbanization, History of São Paulo state, São Luiz do Paraitinga, 18th and 19th centuries, Cultural heritage.

Lista de abreviaturas

DI – Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.

APESP – Arquivo público do Estado de São Paulo.

ACMSP – Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo

BN – Biblioteca Nacional

ALESP – Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ATJESP – Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

IPJ – Imposto sobre portas e janelas

IDU – Imposto da Décima dos prédios urbanos

PJ – Portas e/ou janelas

Lista de figuras

Figura 1: Carta cartográfica representando a ocupação capilarizada do território da Capitania de São Paulo.....	49
Figura 2: Freguesias da Capitania de São Paulo e Áreas de Litígio (séculos XVI-XVIII)	72
Figura 3: Planta da Freguesia de Ararituaba.....	80
Figura 4: Freguesias da Capitania de São Paulo Sob disputa em território mineiro (século XVIII)	86
Figura 5: Freguesias da Capitania de São Paulo e Áreas de Litígio (séculos XVI-XVIII)	112
Figura 6: Urbanização na porção norte da Capitania de São Paulo entre 1765 e 1822.....	141
Figura 7: Instruções de como edificar vilas segundo a interpretação de DERNTL.	152
Figura 8: Comparação entre a Matriz de Taubaté (1865) e a de São Luiz do Paraitinga (1882)	162
Figura 9: Mapa conjectural da implantação da primeira Igreja Matriz e seu adro em 1773	165
Figura 10: Identificação do aplainado construído para a primeira Matriz no sítio urbano de São Luiz do Paraitinga.....	171
Figura 11: Reconstituição hipotética de São Luiz do Paraitinga no século XIX	179
Figura 12: Ocupação da área da Igreja primitiva de São Luiz do Paraitinga	184
Figura 13: Desenho de reconstituição de um imóvel de São Luiz do Paraitinga	209
Figura 14: Desenho em que dispõe as fontes textuais no traçado da vila	210
Figura 15: Recorte do centro tombado de São Luiz do Paraitinga com indicação dos principais logradouros e edifícios.....	225
Figura 16: Tipologia das casas de São Luiz do Paraitinga.	226
Figura 17: Base dos dados georreferenciada da Décima dos Prédios Urbanos de 1841	229
Figura 18: Mapa Ichnográfico das casas próximas ao beco (rua da Floresta).....	278
Figura 19: Escoamento das águas urbanas de São Luiz do Paraitinga.	280
Figura 20: Espacialização Hipotética dos Imóveis pelo Valor Pago no Imposto da Décima Urbana - 1841	306
Figura 21: Espacialização Hipotética dos Imóveis por nível de riqueza segundo o Imposto da Décima Urbana (1841) e o Maço de População (1843).....	309
Figura 22: Espacialização Hipotética dos Imóveis pela qualificação de seus habitantes segundo o Imposto da Décima Urbana - 1841	312
Figura 23: Espacialização Hipotética dos Imóveis pela forma de ocupação segundo o Imposto da Décima Urbana - 1841	313
Figura 24: Espacialização Hipotética dos Imóveis pelo gênero dos proprietários segundo o Imposto da Décima Urbana - 1841	314
Figura 25: espacialização hipotética dos bairros rurais de São Luiz do Paraitinga em 1843	329

Lista de Tabelas

Tabela 1: Freguesias da Capitania de São Paulo	67
Tabela 2: Número de Freguesias criadas em São Paulo até 1777	70
Tabela 3: Freguesias Criadas na Capitania de São Paulo até 1777	107
Tabela 4: Taxa de crescimento médio anual da população de São Luiz do Paraitinga (1774-1886).....	168
Tabela 5 - Numeração do Imposto sobre Portas e Janelas	219
Tabela 6 - Logradouros de São Luiz do Paraitinga	223
Tabela 7 – Quantidade de imóveis nos impostos da Décima Urbana de 1841, Imposto sobre Portas e Janelas de 1866 e Tombamento IPHAN de 2010	224
Tabela 8: Alçamento da rua da Quitanda	236
Tabela 9: Comparação da quantidade de imóveis de vilas e cidades do século XIX segundo o imposto da Décima dos Prédios Urbanos.....	304
Tabela 10: Produção de Café no Vale do Paraíba em Arrobas	320
Tabela 11: Maiores produtores de açúcar da Capitania de São Paulo (1799)	339
Tabela 12: Quantidade de Engenhos por vila citada por Petrone.....	340
Tabela 13: Quantidade de engenhos arrolados nos Inventários Post-mortem de São Luiz do Paraitinga.....	341
Tabela 14: Suinocultura em São Luiz do Paraitinga	353
Tabela 15: Quantidade de porcos (unidades) Arrolados nos Inventário de São Luiz do Paraitinga (1800-1850).....	354
Tabela 16 Número de paióis arrolados nos inventários de São Luiz do Paraitinga (1800-1850).....	356
Tabela 17: Número de monjolos arrolados nos inventários de São Luiz do Paraitinga (1800-1850).....	356
Tabela 18: Relação de gêneros transportados na Lancha Lancha para a invocação....	359
Tabela 19 Número de Mulas, bestas, burros, éguas e bois de carro arrolados nos inventários de São Luiz do Paraitinga (1800-1850)	362
Tabela 20: Comparação entre os valores de compra e venda dos produtos da Lancha pela Invocação.....	367
Tabela 21: Número de escravos arrolados e percentual de crescimento a partir dos inventários de São Luiz do Paraitinga (1800-1850)	374

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Estrutura material do casario de São Luiz do Paraitinga por logradouro segundo o Imposto sobre Portas e Janelas de 1866	305
Gráfico 2: Ocupações dos Moradores de São Luiz do Paraitinga segundo Maço de População de 1801.....	330
Gráfico 3: Número de fogos por bairro no Maço de População de 1843	334
Gráfico 4: Faixa de renda dos Bairros Rurais de São Luiz do Paraitinga 1843	335

Sumário

<i>Introdução</i>	22
-------------------	----

Capítulo 1

<i>A urbanização da Capitania de São Paulo na primeira metade do século XVIII: a rede de freguesias e a administração colonial</i>	32
--	----

1.1 - Teses sobre a história da urbanização de São Paulo	32
1.2 - “Sem missa não se governam os povos”: a formação de uma rede de freguesias até a restauração da Capitania de São Paulo	52
1.3 - O Caminho de Viamão	71
1.4 - Caminhos para Goiás e Mato Grosso	79
1.5 - Caminho para as Minas	82
1.6 - O Caminho para o Rio de Janeiro	89

Capítulo 2

<i>Uma Urbanização em várias mãos: negociações e resistências no contexto da restauração da Capitania de São Paulo</i>	93
--	----

2.1 - Morgado de Mateus, o fidalgo de aldeia	103
2.2 - As freguesias	105
2.3 - A vila de Atibaia	115
2.4 - As vilas de Mogi-Guaçu e de Mogi-Mirim	121
2.5 - A criação de novos núcleos	130

Capítulo 3

<i>As vilas do norte da Capitania de São Paulo depois da restauração e a fundação de São Luiz do Paraitinga</i>	135
---	-----

3.1 - A fundação de São Luiz do Paraitinga	142
3.2 - A preliminar decisiva: a construção do espaço urbano de São Luiz do Paraitinga entre 1830-1870	169
3.3 - A historiografia sobre o conjunto urbano de São Luiz do Paraitinga	186
3.4 - São Luiz do Paraitinga: em que medida iluminista?	198

Capítulo 4

<i>Arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga: arquitetura e sociotopografia urbana no século XIX</i>	208
--	-----

4.1 - A Décima dos prédios urbanos de 1841	214
4.2 - Imposto sobre portas e janelas 1866/1867	218
4.3 - Inventários <i>post-mortem</i> e testamentos	221
4.4 - Documentação fotográfica	221

4.5 – O cruzamento dos dados _____	222
4.6 – O conjunto arquitetônico da Praça e o alteamento da vila _____	230
Rua da Quitanda/Comércio/Barão de Paraitinga _____	230
Rua da Praça _____	240
A rua da Cadeia e a rua do lado esquerdo da Matriz _____	250
4.7 – O conjunto arquitetônico da Rua da Ponte e as chácaras urbanas _____	256
Rua da Ponte _____	256
Rua Municipal _____	269
Rua Boa Vista/Largo das Mercês _____	270
4.8 – O conjunto arquitetônico do morro da igreja do Rosário e os problemas da aglomeração urbana _____	275
Rua do Rosário _____	281
Rua da Catumba _____	291
Rua Acima do Rosário _____	297
Lavapés _____	301
4.9 – Uma visão do conjunto urbano de São Luiz do Paraitinga _____	303
<i>Capítulo 5</i>	
<i>A espacialidade da vida cotidiana: produção e comércio na primeira metade do século XIX _____</i>	<i>317</i>
5.1 - O Termo de São Luiz do Paraitinga _____	321
5.2 – Os Maços de população _____	323
5.3 - Os Maços de população de São Luiz do Paraitinga e sua base geográfica _____	328
5.3 – A lavoura canavieira _____	338
5.4 - Tabaco _____	346
5.5 - Suinocultura _____	348
5.6 - Atividades comerciais e o escoamento da produção _____	357
<i>Bibliografia _____</i>	<i>383</i>

Introdução

As indagações que fomentaram a presente tese nasceram da permanência de algumas lacunas parcialmente resolvidas na dissertação de mestrado *Nos traços do Cotidiano: Cunha entre as vilas de Serra Acima e os Portos da Marinha* (1776 a 1817)³. Ao desenvolver esta pesquisa, constatamos que a historiografia sobre a História da Cidade, do Urbanismo e da Urbanização, em grande medida, tem se voltado pouco para o período colonial e o início do Império. Beatriz Bueno indica que apenas 15% dos trabalhos publicados nos *Seminários de História da Cidade e do Urbanismo* referem-se ao período colonial⁴. Igualmente, Fernandes e Gomes apontam que 90% dos estudos publicados nos anais do encontro da *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional* focaram-se na história das cidades e do urbanismo do “período que compreende o final do Império à década de 1960”⁵, restringindo, portanto, a 10% as pesquisas sobre a colônia e o início do Império. Outro ponto destacado por Fernandes e Gomes é que mais de “2/3 dos trabalhos analisados referem-se às cidades capitais”⁶, sendo o restante divididos em cidades do interior, formação histórica do espaço regional ou sobre países estrangeiros. Para o período em foco, a concentração se repete, havendo interesse dos pesquisadores em vilas e cidades sedes de grandes instituições políticas e econômicas – do passado e do presente – ressaltando, nesse cenário: Rio de Janeiro, Salvador, Ouro Preto, Recife e, em alguma medida, São Paulo.

Nota-se, portanto, que, se considerarmos apenas a cronologia política da história do Brasil, o período colonial ocupa 2/3 dos seus 520 anos, no entanto as pesquisas acerca do processo de urbanização são inversamente proporcionais. Ademais, o que sabemos dessas poucas análises é, em grande medida, fruto de dados sobre os maiores e mais importantes centros urbanos, sendo que dos demais – que eram a grande maioria no período⁷ – ainda quase nada se sabe. Esses dados nos indicam que avançar nos estudos

³ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha** (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013.

⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Introdução Dossiê — Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. In **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v.20, n.1, p.11-40, Jan./Jun. 2012, p. 13.

⁵ FERNANDES, Ana. GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. A História da cidade e do urbanismo o Brasil: reflexões sobre a produção recente. **Revista Ciência e Cultura**. Vol. 56. Ano. 2. São Paulo: Abr./Jun. 2004, p. 24.

⁶ Ibidem, p. 23.

⁷ Aroldo de Azevedo, ao estudar as vilas criadas até 1822, classifica como grandes e médias cerca de 15 vilas e cidades com população maior que 5.000 habitantes num total de 123 vilas criadas ao longo do

dentro do recorte cronológico estabelecido no mestrado contribuiria para amenizar essa lacuna historiográfica.

Os primeiros estudos sobre as vilas e cidades no Brasil colonial têm como marco inicial o capítulo *O Semeador e o Ladrilhador* do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Lá, foram cunhadas as imagens de “desleixo”, de “abandono” e de ausência de rigor, método e previdência⁸ na organização dos núcleos urbanos luso-brasileiros, que perduraram durante muito tempo nos debates sobre o assunto. Primeiramente, é preciso salientar que o projeto maior do livro de Holanda não era um estudo sistemático sobre as vilas e as cidades brasileiras. Como salienta Bueno, a obra em questão deve ser analisada dentro de um projeto maior de se entender forças atávicas, em grande medida rurais, que ainda perduraram até a Primeira República, tais como a sobreposição dos interesses privados sobre os públicos, a ausência de um Estado liberal e democraticamente constituído, cujas origens remontariam ao período colonial e, com a crise política de 1930, ganhavam contornos nítidos. A mudança dos títulos dos capítulos deflagra bem esse projeto. A edição do livro de 1936 contava com um capítulo único chamado *passado agrário*, que foi dividido, na edição de 1948, em dois, intitulados *Herança Rural* e o famoso *O Semeador e o Ladrilhador*⁹.

Anos depois, Nestor Goulart Reis Filho lança um novo olhar sobre a questão. Para o pesquisador:

[...] ocorre um processo de urbanização quando em uma sociedade existe uma divisão social do trabalho, em caráter permanente, de sorte que uma parcela ponderável da população deixa de se dedicar à produção de alimentos e passa a depender, para a sua subsistência, dos produtos do trabalho da outra parcela, aos quais tem acesso por meio de troca ou por apropriação direta¹⁰

Assim, a urbanização está diretamente ligada à uma *economia urbana*, cujas trocas urbano-rurais estabelecem um índice de urbanização proporcional. Destarte, o Brasil do período colonial, com uma economia predominantemente agrária, produziria um índice de urbanização proporcional ao que “poderia comportar”. A modéstia dos

período colonial. AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. In **Anais da associação dos geógrafos brasileiros**. 9(1) 1957. p. 83-168.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 26ª edição, p. 110.

⁹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Introdução Dossiê – Caminhos da história da urbanização no Brasil, p. 15.

¹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana no Brasil**. São Paulo: Editora Pioneira, 1968, p. 20.

nossos núcleos se explicaria pela transferência dos “efeitos dinâmicos” responsáveis pela urbanização aos mercados metropolitanos por meio de uma economia de exportação¹¹. Essa lógica não se deu espontaneamente. O caráter colonial de nossa formação socioeconômica foi norteado por uma política urbanizadora lusa, que consistiu na implantação de uma rede de vilas e cidades, que determinou o papel que cada núcleo desempenhou no sistema. Assim, os homens urbanos são aqueles que, por meio da divisão social do trabalho, conseguem sobreviver às expensas do trabalho de outrem. Esse excedente extraído de um grupo sobre outro, não sustentaria, em sua totalidade, as porções urbanas locais, mas seria canalizado para os grupos europeus, uma vez que se trata de uma sociedade colonial.

Com o estudo de novas fontes, pesquisas posteriores vêm mostrando que o comércio atlântico entre colônia e metrópole era uma face do total dessas trocas que abrangia também o comércio entre o Brasil e a costa africana (com destaque para o comércio de escravos) e, o que quero frisar aqui, um mercado interno de abastecimento. Essas ramificações da economia colonial também trouxeram à baila novos agentes responsáveis por essas atividades, agentes esses radicados na colônia, o que abre espaço para se pensar em uma acumulação endógena de capitais e não só no abastecimento dos mercados europeus. Como será mostrado, não estamos falando de camponeses vivendo em aldeias – entendidas como uma produção de subsistência para uma comunidade pouquíssimo estratificada. Essas unidades chegavam a acumular avultados dividendos, o que nos autoriza a pensar também que parte dos efeitos dinâmicos urbanizadores ficavam na colônia e comportavam núcleos, cujo tamanho era proporcional à maior ou menor inserção dos seus cidadãos nas redes comerciais da época.

Para entender essas inter-relações, devemos rever toda uma interpretação sobre esses núcleos no período colonial que se preocupou predominantemente com seus aspectos formais. Ao fazê-lo, isolou-se o núcleo urbano do contexto no qual ele estava inserido, ou seja, considerou-se apenas o núcleo-sede da vila descolado dos processos sócio espaciais que o entremeavam com outros territórios das mais variadas distâncias e escalas e, inclusive, no seu espaço periurbano.

Para a Capitania de São Paulo – predominantemente voltada para o mercado interno e continental – uma historiografia mais tradicional construiu a ideia de pobreza

¹¹ Ibidem, p. 91.

generalizada a exemplo de outras áreas da América Portuguesa não ligadas diretamente à agroexportação¹². Da mesma forma, considerou-se analisar apenas os dois extremos da sociedade – senhores e escravos – legando pouca atenção a toda uma diversidade intermediária¹³. Por outro lado, tem havido um esforço de se relativizar a ideia de subsistência atribuída às atividades não voltadas diretamente à exportação e demonstrar que essa sociedade era bem mais diversificada do que se pensava. Os trabalhos de John Monteiro, Ilana Blaj, Maria Aparecida de Menezes Borrego, Iraci Del Nero da Costa, Carlos Bacellar, Francisco Vidal Luna, Herbert Klein são exemplos desse esforço.

Maria Aparecida de Menezes Borrego, por exemplo, ao analisar as atividades comerciais na cidade de São Paulo durante a primeira metade do século XVIII (época do auge da mineração e momento em que São Paulo estaria mais pobre e esvaziada) mostra quanto diversificados eram os agentes mercantis naquela cidade, ramificando-se por uma dezena de especializações, que iam desde os homens de negócio – responsáveis pelas trocas entre as Capitanias ou com o Reino – às negras de tabuleiro¹⁴. Os mais destacados desse mercado, no entanto, não podiam se fiar apenas no enriquecimento como garantia de reconhecimento social e, para isso, muitos disputavam “bens simbólicos de prestígio”, tais como cargos no poder local, estabelecimento de redes de sociabilidades por meio de casamentos, participação em irmandades etc.¹⁵

Embora a historiografia de São Paulo venha mostrando uma Capitania socialmente diversa e economicamente dinâmica, o porquê da ausência de vilas durante a primeira metade do século XVIII ainda era uma incógnita. Assim, buscamos no *Capítulo 1: A urbanização da Capitania de São Paulo na primeira metade do século*

¹² Ilana Blaj mostra como várias gerações de historiadores até muito recentemente reiteraram a imagem de São Paulo como uma Capitania pobre e isolada. In BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681 – 1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002, p. 46 a 81. Rafael Chamboleyron aponta que o pensamento econômico sobre a Amazônia colonial foi feito por meio da comparação com as regiões de produção de açúcar, relegando à primeira conceitos como pobreza, decadência e abandono. in CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Editora Açaí, 2010. P. 15 a 27. Tiago Kramer de Oliveira, ao estudar a Capitania do Mato Grosso no século XVIII, também cita que a região foi tradicionalmente interpretada como “periférica” e “muito pouco significativa para a economia colonial” devido, entre outras coisas, à comparação com áreas destinadas à produção para exportação. In OLIVEIRA, Tiago Kramer de. **Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)**. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 2012, p. 13.

¹³ BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**– Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

¹⁴ Ibidem, p. 85-97.

¹⁵ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.

XVIII: a rede de freguesias e a administração colonial contribuir com a discussão, mostrando que houve, nesse período, dezenas de freguesias criadas em várias partes da Capitania.

Se, dentro dessas correntes mais tradicionais, a primeira metade do século XVIII foi um momento de atrofiamento demográfico, econômico e urbano para São Paulo, o ano de 1765 seria um marco de novos tempos, pois a Capitania, a partir de então, ingressaria numa economia açucareira de exportação, assistiria a um crescimento demográfico exponencial e a uma retomada da urbanização com a criação de várias vilas. Diante disso, no *Capítulo 2: Uma urbanização em várias mãos: negociações e resistências no contexto da restauração da Capitania de São Paulo*, buscamos entender a segunda metade do século XVIII não como um período de ruptura no campo da história da urbanização, mas de continuidade com a rede de vilas e freguesias que estava se constituindo em São Paulo desde o século XVI. Depois da restauração da Capitania, os governadores, para colocar em prática o projeto colonial, tiveram de negociar com os potentados locais localizados nas vilas e freguesias existentes, que ora se aliavam ao projeto em troca de cargos na administração colonial e ora se voltavam contra ele, pois, em alguma medida, feriam interesses políticos e econômicos.

Deve-se ressaltar também que são muito recentes as pesquisas que têm relativizado as imagens de pobreza e decadência das *Vilas do Norte da Capitania de São Paulo* e raras aquelas que buscaram compreender sua espacialidade. A região tem sido interpretada pela historiografia como zona abandonada pelos “bandeirantes” ou como alternativa àqueles menos despossuídos¹⁶; como resultado dos caminhos do sertão que visavam à prospecção de metais e pedras preciosas¹⁷, ou ainda como zona de fiscalização

¹⁶ “A maioria dos colonos, que não contava com os recursos de um Raposo Tavares ou um Vaz de Barros, restringia-se à procura de cativos nas regiões mais próximas a São Paulo. Diversas expedições penetravam no Vale do Paraíba, região abandonada pelos predadores de índios da geração anterior. Esse movimento acarretou a fundação na região de novas vilas por pioneiros paulistas, sendo que, nos anos de 1640-1650, foram instalados pelourinhos em Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí” In MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 81

¹⁷ “Ainda em 1645 a origem das providências tomadas para o devassamento do médio Paraíba tem abertamente a ver com o intento de se revelarem minas de ouro naquelas partes. E em 1660, a ordem de Salvador Correia de Sá para se explorar a estrada de Parati é explicada pela necessidade de se entabularem as ditas minas. Assim, a obra de exploração e povoamento de toda aquela região pode equiparar-se a uma empresa metodicamente governada pela certeza de que se encontrariam riquezas prenunciadas ou já entrevistas durante a administração de D. Francisco de Souza” [...]. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos do sertão*. **Revista de História**. v. XXVIII, ano XV, p. 69-111. São Paulo, 1964, p. 110.

e abastecimento das tropas que iam para Minas ou Rio de Janeiro¹⁸. Pouco se perscrutou acerca das atividades dos que ali residiam e da espacialidade dessas atividades. No *Capítulo 3: As vilas do Norte da Capitania de São Paulo depois da Restauração e a fundação de São Luiz do Paraitinga*, visamos arrolar e entender as ações urbanizadoras na região na segunda metade do século XVIII e início do XIX, mostrando as lógicas socioeconômicas da implantação de núcleos na região. Na segunda parte do capítulo, recortamos a criação da vila de São Luiz do Paraitinga como unidade de um conjunto de vilas e freguesias abordadas no capítulo 2 e início do 3. Os principais estudos que interpretaram a morfologia urbana e arquitetônica da cidade foram elaborados por órgãos de preservação do patrimônio cultural. Luís Saia e Jaelson Trindade, em 1977, publicaram *São Luís do Paraitinga*¹⁹ no contexto do seu primeiro tombamento em nível estadual, finalizado em 1982, e, em 2010, Trindade publica o *Dossiê São Luiz do Paraitinga*²⁰ no âmbito do tombamento federal e da enchente que destruiu parte significativa do núcleo. Dialogando com esses textos, buscamos contrapor os discursos sobre a urbanização de São Paulo a partir de Morgado de Mateus, pesquisados por Fernanda Derntl, com o dia a dia do campo de obras a fim de testar em que medida o que estava escrito nos ofícios dos governadores se dava na prática. Também abordamos a problemática específica da cidade iluminista ou pombalina, visando apreendê-la não como fato pronto, mas em um processo conflituoso de construção, envolvendo diversos agentes e influências.

Ainda sobre o intraurbano, uma série de pesquisadores vem desenvolvendo estudos na perspectiva da *Arqueologia da paisagem*. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno²¹ propõe um trabalho de pesquisa que consiste em partir da materialidade urbana do presente para reconstituir hipoteticamente seus vestígios históricos por meio do

¹⁸ “A rede de caminhos ao leste da capitania foi um dado fundamental no processo de urbanização dessa região. O Corredor natural formado pelo Vale do Paraíba estava na rota mais antiga de expedições sertanistas que partiam de São Paulo e passavam por Moji das Cruzes, Jacaré, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e freguesia da Piedade (depois Lorena) até transpor o rio Paraíba e atravessar a serra da Mantiqueira para chegar às Minas” [...] “A criação de povoações conjugou-se a medidas voltadas para o reforço do sistema de fiscalização ao longo dos caminhos e para a melhoria ou ampliação da infraestrutura necessária ao transporte da produção agrícola e do gado”. In DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte: Criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010, p. 116 e 117.

¹⁹ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1977 (Publicação n.2).

²⁰ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: Ministério da Cultura/ IPHAN, 2010.

²¹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. **LABOR & ENGENHO**, v. 11, 2017.

cruzamento com outros documentos a fim de compreender o processo de urbanização de uma determinada localidade. Assim, no *Capítulo 4: São Luiz do Paraitinga: Arqueologia da paisagem, arquitetura e sociotopografia urbana no século XIX*, buscamos espacializar hipoteticamente o Imposto da Décima dos prédios urbanos de 1841. Trata-se de um imposto predial que arrolou todos os imóveis urbanos da vila separados por logradouro. Para essa tarefa, partimos do conjunto urbano no presente e recuamos no tempo por meio do cruzamento com outras fontes, tais como fotografias, impostos sobre portas e janelas e inventários e testamentos até o imposto da Décima. Com esse escopo montado, foi possível analisar as transformações e permanências no traçado e na estrutura material do casario, perceber sociotopografias com áreas mais ou menos valorizadas, processos de expansão e adensamento urbano, etapas de seu crescimento e alteamento, bem como identificar quem eram os proprietários de imóveis urbanos e quais relações eles travavam na rede urbana e comercial da época.

Por fim, no *Capítulo 5: A espacialidade da lida: produção e comércio na primeira metade do século XIX* objetivamos entender o periurbano de São Luiz do Paraitinga (na época chamado de Termo da vila). O rápido processo de crescimento e alteamento da vila durante o século XIX tem sido explicado pelo desenvolvimento da cafeicultura na região do Vale do Paraíba, no entanto, a análise dos Maços de População e dos inventários e testamentos conjugados com a Décima Urbana permitiu perceber que muitos cidadãos tinham dupla morada, tanto na vila quanto no Termo, e exerciam uma série de atividades econômicas, sobretudo comerciais.

Esse capítulo é conclusivo, pois analisa, em microescala, a inserção de São Luiz dentro do desenvolvimento de um mercado de abastecimento interno e continental na virada do século XVIII e XIX. Tal abastecimento integrava unidades produtivas dos mais variados tipos que, por sua vez, ganhavam feições espaço-materiais típicas à medida da maior ou menor inserção de seus agentes dentro dessa mesma rede. De modo geral, ficaram preservadas no município apenas algumas sedes de fazendas e sítios. No entanto, pelos inventários e testamentos, observamos o crescimento de uma série de equipamentos utilizados para o beneficiamento da produção e que integravam essas unidades. Tais feições também valiam para o núcleo urbano. Os casarões de São Luiz contrastavam com a historiografia econômica de São Paulo que, muitas vezes, a citava como periférica na produção de açúcar no século XVIII e periférica na produção de café no século XIX.

Assim, buscamos dar uma resposta a esse impasse, espacializando conjecturalmente essas dinâmicas no espaço intraurbano das vilas de São Luiz do Paraitinga.

Quanto à metodologia, a presente tese vale-se e ancora-se na noção de “jogos de escala” com base na micro-história italiana. Bernard Lepetit afirma que pensar a escala como um problema nos horizontes da pesquisa “exprime uma intenção deliberada de visar a um objeto e indica o campo de referência em que o objeto está sendo pensando”²². A escolha da escala é, portanto, a escolha de um ponto de vista de conhecimento, no qual, quando se altera a óptica, altera-se também o nível de informação, mas “nada indica que os fenômenos e as estruturas mudam se o olhar que se projeta sobre ele se modifica”²³. Da mesma forma, as mudanças na configuração social e material na microescala da vila de São Luiz do Paraitinga podem ser explicados pelo papel que o núcleo tem assumido na macro escala do sistema urbano em que estava inserido²⁴. Assim, para cada escala (Capitania de São Paulo, Vale do Paraíba, São Luiz do Paraitinga), foi levantado um conjunto documental primário, entrecruzando fontes visuais, impostos prediais, documentos camarários, correspondência de governadores, Maços de população, inventários, testamentos etc.

Entre as fontes visuais, o mapa conhecido como “Nova Lusitania” foi minuciosamente esmiuçado com foco, sobretudo, na compreensão da escala macrorregional dos processos sociais da Capitania de São Paulo. Na escala do intraurbano, os documentos fotográficos – em grande parte já arrolados e trabalhados pelos órgãos de preservação – foram aqui retomados e cotejados com outras fontes manuscritas.

A correspondência oficial (ofícios, ordens, cartas etc.) está arquivada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, muitos deles publicados na coleção *Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo*, e o fundo Arquivo Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional. Os documentos do primeiro já foram sistematizados e trabalhados por diversos autores, sobretudo, os estudos publicados por Luís Saia e Jaelson Trindade e os do segundo foram trabalhos por Maria Fernanda Derntl²⁵, mas ainda com

²² LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001, p. 214.

²³ Ibidem, p. 210.

²⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana no Brasil...** p.15.

²⁵ DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte: Criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010.

grande potencial de pesquisa, existindo muitos documentos inéditos. Assim, buscamos analisar esses documentos de forma a cruzar a correspondência enviada pelos Governadores aos potentados locais com os produzidos por esses mesmos potentados, tanto em diálogo com instâncias superiores do poder colonial como nos registros da administração local. Isso possibilitou revisar interpretações cristalizadas na historiografia e descobrir discursos dissonantes, tensões e alianças entre os diversos agentes que participaram das instâncias do poder da colônia e do império.

Os Maços de população de São Luiz do Paraitinga foram trabalhados por diversos autores preocupados, principalmente, com os aspectos econômicos e sociais da vila nas três primeiras décadas do século XIX. Além de ler esses documentos com o objetivo de revisar a historiografia econômica e social da cidade, exploramos sua dimensão espacial ao cruzar os dados dos domicílios alocados em esquadras e bairros rurais com mapas que documentaram o intraurbano de São Luiz. Já os inventários e testamentos foram trabalhados juntamente com os Maços para complementar seus dados também nas primeiras décadas do século XIX, período em que as listas são mais completas, havendo poucos estudos sobre as décadas posteriores. Buscamos avançar no estudo dessa documentação até a quinta década do Oitocentos com o objetivo de verificar as dinâmicas econômicas e sociais da vila no momento em que o núcleo urbano se expandia e se alteava, assim como perceber as mudanças materiais de seu periurbano com o aumento de estruturas de produção agropecuária, tais como engenhos, monjolos, paióis, chiqueiros etc.

Vale destacar que os inventários e testamentos também foram utilizados nos trabalhos pioneiros de Luís Saia e Jaelson Trindade sobre a evolução urbana da vila, ao explorar os registros mais detalhados dos bens de raiz urbanos. A exemplo desses trabalhos, optamos por seriar tais bens, só que cotejados com outras fontes, principalmente, os impostos prediais e os Maços de população. A Décima dos prédios urbanos (1841), embora também já tenha sido citada pelos trabalhos de Saia e Trindade, nunca foi espacializada e cotejada com outras fontes. O Imposto sobre portas e janelas (1866/67) é inédito, tanto na historiografia de São Luiz quanto em outros estudos envolvendo a Província de São Paulo. Eles nos permitiram realizar um exercício de espacialização e de análise estratigráfica alcunhados de “arqueologia da paisagem”, descortinando diversas temporalidades amalgamadas no casario da cidade, em busca de explicações mais consistentes sobre seu processo de construção, alteamento, reforma e

consolidação com as feições atuais. Permitiram também observar sociotopografias, acompanhar as transformações e permanências materiais dos imóveis em relação às atividades de seus proprietários e descobrir ou inferir os seus usos, sobretudo, aqueles destinados às atividades comerciais. Daí decorre o título da tese “cidades em processo”: válido na escala macro territorial e na microescala da vila.

O presente percurso sobre São Luiz do Paraitinga, além do apelo histórico e historiográfico no sentido de rever mitos e narrativas consolidadas, também é uma resposta às questões de preservação do patrimônio cultural, uma vez que a cidade foi das primeiras tombadas pelo IPHAN no Estado de São Paulo e sofreu com a enchente de 2010, sendo seriamente destruída.

O resultado é uma tese, cuja vértebra é a questão do processo de formação da rede urbana e das próprias cidades em tempos em que pareciam nascer prontas na tábula rasa, *ex-nihilo* conforme os desígnios de uma Coroa quase sempre onipotente e raramente confrontada aos interesses de outros potentados, especialmente em escala microrregional como a do Vale do Paraíba, dos caminhos do mar ou de uma vila como São Luiz do Paraitinga. Ao explorar um caso menos notável, foi possível entrever padrões e particularismos nos processos, questionando generalizações e apontando para a pluralidade de soluções feita dos encontros, das trocas e dos processos de fertilização mútua em causa.

Em conclusão, a questão central da presente tese é saber a dimensão espacial e material dos fluxos e dinâmicas decorrentes das ações dos atores sociais supracitados em diversas escalas. Elas provocaram arranjos e desenhos a ponto de nos interrogarmos acerca das materialidades surgidas e de que maneira ela reflete a dinâmica socioeconômica da época. Esta linha de pesquisa que temos desenvolvido desde a dissertação de mestrado integra-se ao grupo de investigações em arqueologia da paisagem coordenadas por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, cujos desdobramentos já deram alguns frutos no que diz respeito à periodização aqui em questão, a saber: Rubens Giancesella, Nathália Diniz, Esdras Damião Arraes, Allan Kato, Nelson Braghitonni, Nádia Mendes de Moura e Márcio Carvalho²⁶.

²⁶ GIANESELLA, Rubens Ramos. **Paisagem no tempo**: vilas litorâneas paulistas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2008;

Capítulo 1

A urbanização da Capitania de São Paulo na primeira metade do século XVIII: a rede de freguesias e a administração colonial

A questão da implantação (e da ausência de implantação) de vilas e cidades na Capitania de São Paulo durante o período colonial foi um problema de pesquisa para uma série de estudiosos sobre o tema. Assim, na primeira parte do capítulo, revisitaremos essas obras com o objetivo de entender como esses núcleos foram interpretados e as lacunas que ainda permanecem. Na segunda parte do capítulo, analisaremos a formação de uma rede eclesiástica na Capitania e como ela permaneceu em crescimento contínuo e ininterrupto, principalmente na primeira metade do século XVIII, momento em que a Capitania não teve novas vilas criadas. Na última parte, espacializamos hipoteticamente essas freguesias no mapa da “Nova Lusitania” e relacionamos tais núcleos com a bibliografia com o objetivo de entender suas lógicas de implantação.

1.1 -Teses sobre a história da urbanização de São Paulo

Dentro de uma perspectiva historiográfica mais tradicional, a explicação para a expansão urbana em São Paulo nos séculos XVI e XVII estaria ligada ao bandeirantismo. Para Myrian Ellis, por exemplo, o relevo, a hidrografia e o clima colocaram São Paulo em uma condição privilegiada para a exploração do planalto meridional e, buscando “remédio para sua pobreza”, essas bandeiras iriam adentrando ao interior atrás de índios para escravizar, bem como ouro e pedras preciosas. Nessas andanças, os principais cursos

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecos de um suposto silêncio**: paisagem e urbanização dos certoens do Norte, 1666-1820. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2017; MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar**: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018; KATO, Allan Tomas Tadashi. **Elites, negócios e imóveis no plural**: São Paulo nas décimas urbanas e listas nominativas (1795-1829). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2017; BRAGHITONI, Nelson Leopoldo. **Diálogo Rua / Cidade**: o caso da Rua Direita em São Paulo (1765-1977). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, 2015; CARVALHO, Marcio Rodrigo Coelho de. **A formação territorial e urbana do Acre entre vazios e inexistências**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020.

d'água “tiveram considerável atuação de importância no povoamento de São Paulo e imediações”²⁷.

Os núcleos nascidos, desse processo, pareciam ser coadjuvantes em relação ao campo para uma série de pesquisadores. Oliveira Viana, por exemplo, afirma que a expansão pastoril, agrícola, mineradora e, sobretudo, cafeeira fez prevalecer “em nossa sociedade o colono semi-urbano, o tipo especificamente nacional do “homem do campo”, cujo supremo representante é o fazendeiro²⁸”. Da mesma forma, Alcântara Machado lista uma série de imagens da vila de São Paulo como aluguéis baixos e prédios vazios à espera de moradores para concluir que a pobreza do núcleo advém da “supremacia incontestada do meio rural sobre o meio urbano, supremacia que não entra a declinar senão mais tarde com o advento do Império²⁹. Também para Florestan Fernandes, São Paulo era “uma vila que não era mais que um prolongamento natural do campo” devido à escassez da moeda, à prática difundida de escambo e à ausência de meios autônomos de formação de capital³⁰.

Sérgio Buarque de Holanda, em dois artigos publicados na década de 1960, embora não fuja totalmente da ligação entre o bandeirantismo e as vilas surgidas³¹, nem da ideia de atrofiamento do meio urbano em relação ao rural, destacou a peculiaridade do processo de urbanização da Capitania³² e apresentou novos vetores e explicações para a sua realização.

²⁷ ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: **História geral da civilização brasileira: a época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 303.

²⁸ VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil** [1918]. (Edições do Senado Federal V. 27). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p.80-81. Ilana Blaj, em A Trama das tensões, p.118 aponta como essa idealização do fazendeiro paulista e autossuficiência das propriedades rurais tinha o propósito de “fundamentar a hegemonia deste grupo no período imperial e garantir sua continuidade na era republicana”. Ele, em outra obra, compara essas fazendas com pequenas repúblicas. VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado, 1999, p. 31.

²⁹ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante** [1929]. São Paulo: Imprensa oficial, 2006, p. 64.

³⁰ FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**[1960]. 1ª edição digital. São Paulo: Editora Global, 2013, p. 228

³¹ Holanda diz: “[...] a vila de São Paulo se vai projetando no século XVII em novas comunidades que sucessivamente se vão formando ao largo do sertão. Se o fenômeno não tem o alcance espetacular das grandes entradas bandeirantes, o certo é que a estas se enlaça pela sua origem e serve para clareá-las de luz nova” in HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. I, 1966. p. 102.

³² O surgimento de vilas “[...] não encontra quase paralelo na mesma época”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII... p. 55.

No primeiro deles, *Caminho do Sertão*³³, Holanda estabelece uma relação entre as características da agricultura paulista e a criação das vilas. O tamanho das propriedades rurais no planalto e a forma de sua utilização motivaram a busca de novas áreas de ocupação pelos colonos e, por conseguinte, “novos fulcros de povoamento”³⁴. Esse motivo explicaria a criação da vila de Santana do Parnaíba (1580), região que já era conhecida e “assiduamente percorrida pelos bandos de sertanistas” interessados na escravização de indígenas. Ela, menos de um século depois, dera origem às vilas de Itu e de Sorocaba, oriundas de uma única sesmaria³⁵.

Outro vetor de povoamento teria sido a região onde criou-se a vila de Santana de Mogi das Cruzes, no entanto, diferentemente de Parnaíba, tal área seria “quase uma terra estrangeira” para os colonos. Holanda afirma que, nos últimos anos do século XVI, há indícios de envio de “campanhas de extermínio” de indígenas pela Câmara de São Paulo para aquela região, pois andavam atacando algumas propriedades de colonos. Essas campanhas provavelmente adentraram o vale do Paraíba para exterminar índios tupis inimigos, índios de guerra e escravizar os de lavoura, restando apenas os “mais tratáveis”³⁶ como os puris, por exemplo.

A criação de Mogi das Cruzes (1611), segundo Holanda, estaria ligada desde cedo aos sonhos de se descobrir as minas de ouro por D. Francisco de Souza, que morreu no mesmo ano em que deu despacho para a sua fundação. O motivo elencado para essa fundação era a existência de passagem dali para o mar, o que facilitaria levar e embarcar os “[...] reais quintos à povoação nova que mandou fazer da Angra dos Reis” (1608)³⁷. Essa região já teria sido percorrida por algumas bandeiras rumo ao *Sabaroboçu* entre 1601 e 1602, como também já havia uma pequena povoação surgida ali nesse mesmo período. No entanto, Holanda defende que essa fundação foi mal sucedida e representou uma tentativa de “expansão truncada” para aquela direção de serra acima. Ele cita uma série de dificuldades naturais para se acessar a vila a partir de São Paulo e, da mesma forma, de continuar seguindo em direção ao rio Paraíba. Assim, a ocupação daquele vale deu-se progressivamente no sentido litoral-Serra-acima: “[...] não é certamente por acaso

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos do sertão. **Revista de História**. Vol. XXVIII, ano XV. São Paulo, 1964, p. 69-111.

³⁴ Ibidem. p. 90.

³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII... p. 96.

³⁶ Ibidem p. 95.

³⁷ BUARQUE, Sergio Buarque de. Caminhos do Sertão... p. 105.

que a expansão paulista na direção do Vale do Paraíba coincide cronologicamente [com a fundação de vilas no litoral], indicando que se trataria de processos paralelos e, bem ou mal, articulados entre si”³⁸.

Há um aumento significativo de solicitações de sesmarias entre a Ilha de São Sebastião e a baía de Guanabara, cuja primeira vila criada foi a já citada Angra dos Reis, em 1608. A elevação de São Sebastião acontece no mesmo ano em que Jacques Felix é autorizado a explorar a região em busca de jazidas de ouro. Como já citado, Holanda justifica a elevação de Mogi das Cruzes (1611) devido à sua ligação com o mar pelo caminho de Piaçaguera para o Forte da Bertioga. Também, a partir de 1617, fez-se outro caminho – o de São Sebastião – mandado abrir por Gonçalo Correia de Sá que ligava a marinha ao rio Paraíba. Partindo igualmente de Mogi das Cruzes saía para Santo Antônio de Caraguatatuba³⁹ e, por ela, São Sebastião, fundada em 1636⁴⁰. Adiante, Ubatuba – fundada em 1637 – se comunicava com Taubaté (1645) pelo “caminho do mar de Ubatuba” construído a partir de 1640. A fundação de Guaratinguetá (1651) seria resultado dessas entradas na região feita por Jacques Felix, que iria estreitar os laços com uma comunidade surgida em torno da Capela dos Remédios, onde se criou a vila de Paraty (1667), por sinal um pouco mais tarde, devido a desentendimentos com a vila de Angra. Por fim, Jacareí (1653) apenas indiretamente estaria ligada ao processo de devassamento da região, não tendo seus fundadores ligação com o grupo de Jacques Félix. Holanda justifica tal fundação, mais uma vez, pela dificuldade dos caminhos de acesso às vilas circundantes por alguns sesmeiros.

A questão da ocupação do planalto paulista no século XVII volta a ser tema de Holanda no artigo “Movimentos de população em São Paulo no século XVIII”⁴¹ publicado dois anos depois. Nele, a questão é abordada a partir de uma análise predominantemente demográfica, lançando mão de fontes diversas. Para o autor, a multiplicação de novos núcleos urbanos em São Paulo no século XVII não espelharia diretamente o aumento proporcional no número de habitantes na região. Por meio de um

³⁸ Ibidem, p. 104.

³⁹ A vila de Caraguatatuba foi fundada primeiramente entre 1664 a 1665, no entanto a vila foi esvaziada no final dos seiscentos devido a uma epidemia de varíola (bexigas). Ela foi elevada à vila novamente por Morgado de Mateus em 1770. In CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. **São Antônio de Caraguatatuba: Memória e tradições de um povo**. Caraguatatuba: FUNDACC, 2000, p.73-74.

⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos do sertão... p. 104.

⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. I, p.55-111, 1966. Na verdade, o texto fala do século XVII.

gráfico sobre as flutuações demográficas da vila de São Paulo no período, Holanda indica que sua população diminui nas datas de criação das vilas citadas no parágrafo anterior. Portanto, a urbanização de São Paulo no século XVII não estaria relacionada diretamente com um crescimento populacional, mas como uma válvula de segurança (“*safety valve*”) da população de Piratininga a partir de alguns “fatores de dispersão demográfica”, tais como a retomada do argumento da utilização do solo até o seu esgotamento e a progressiva busca de novas áreas (sistematizado no artigo anterior), acrescidos de outros fatores, tais como pestes, fomes e mudanças climáticas. Todos eles impulsionariam a mobilidade dos colonos da vila de São Paulo, a princípio, em direção a novos núcleos de povoamento. É clara aqui a inspiração de Holanda, que, inclusive, cita como comparação o conceito de fronteira aberta da história estadunidense. O Oeste americano apresentava-se como uma área largamente desocupada que se abria continuamente além do povoamento regular, cujos pioneiros, da mesma forma, eram expelidos como uma *válvula* para preservar o leste atlântico de perturbações internas⁴².

Esses rápidos *movimentos de população* – título do artigo – teriam sido vivamente estimulados “pelas autoridades coloniais”, que, como uma espécie de “intuição divinatória”, articulou “uma empresa metodicamente governada”⁴³ pela certeza de que se encontraria ouro como prenunciadas ou já entrevistadas por D. Francisco de Souza décadas antes. Com a descoberta de ouro nos “Campos Gerais dos Cataguases”, as vilas do vale do Paraíba ainda conservariam alguma prosperidade devido ao mercado de abastecimento das Gerais, o que acarretou a elevação do derradeiro núcleo de Pindamonhangaba (1705). No entanto, a última das vilas paulistas criadas nesse contexto representaria o “limiar de uma era em que estas se vão rapidamente despovoando”⁴⁴. Devido ao avanço da fronteira, abriu-se mais uma fase de expansão, deixando a Capitania de São Paulo numa “espécie de esclerose” com uma “lavoura mesquinha” e com a pouca necessidade de mão de obra indígena, pois não mais desbravariam terras novas na região⁴⁵. Isso tudo culminaria na perda de seu próprio governo entre 1748 e 1764 em favor do Rio de Janeiro, e os holofotes da Coroa acompanhariam então essa nova fronteira, que também assistiu a um vertiginoso processo de povoamento e de urbanização.

⁴² Ibidem, p. 104.

⁴³ Ibidem, p. 109-110.

⁴⁴ Ibidem p. 111.

⁴⁵ Ibidem p. 110

Seria então com a chegada de Luiz de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que o processo de urbanização da Capitania ganharia um novo fôlego. O livro de Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, é uma referência para se entender Morgado de Mateus como um governador que se equilibra entre as autoridades lisboetas e os agentes locais com quem ele terá de estabelecer conflitos. Quanto à política de urbanização, aponta que, diferentemente das vilas fundadas em torno das atividades dos engenhos de açúcar nordestinos e as atividades de mineração nas Gerais, as “linhas de rumo” do bandeirantismo (com as criações de diversas vilas) não sustentaram o povoamento dessas áreas, pois as atividades econômicas da Capitania não “tinham caráter sedentário”⁴⁶ com uma agricultura de coivara e o comércio. Assim, os esforços empreendidos pelo dito governador referem-se a uma política de urbanização e não de povoamento, a qual consistiria na criação de vilas, ajuntando a população há muito dispersa e reorganizando o estatuto das aldeias em vilas por meio da integração entre brancos e indígenas. Sua conclusão é que os esforços em prol de se criar novas vilas levadas pelo governador não teriam encontrado ecos consistentes por parte dos paulistas assim como por parte da Coroa. Não seria, entretanto, apenas uma questão de relutância em acatar as ordens de Mourão por parte dos paulistas, mas também a extrema pobreza dos mesmos para se deslocarem para novas frentes de urbanização; as péssimas condições de estradas e caminhos; a aposta em melhores rendimentos em núcleos já constituídos e, finalmente, a falta de preparo, pulso e motivação dos diretores responsáveis pelas vilas e povoados nascentes. Retoma, por fim, as conclusões de Holanda, em artigo já citado, sobre a política de urbanização do Governador:

Tentativas artificiosas, é certo, e fadadas muitas vezes ao malogro, visto como não parece fácil conter nos rígidos quadros oficiais o fluxo e refluxo daqueles povos naturalmente indômitos. No entanto, elas irão frutificar amplamente, uma vez criadas as condições, principalmente econômicas, que as façam possíveis.⁴⁷

No entanto, vale ressaltar que a autora, ao argumentar que os novos núcleos estariam dentro do plano mais geral de defesa e progresso da Capitania, aponta que as vilas criadas pelo Morgado de Mateus corresponderiam a povoações constituídas

⁴⁶ BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775)**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Alameda, 2007, p. 148.

⁴⁷ BUARQUE, Sérgio de. *Movimentos de População...*p. 62; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial...** p. 171.

anteriormente no século XVII e as demais foram organizadas como povoação e tiveram sua elevação à vila postergados por estagnação (Iguatemi e Sabaúna) ou por progresso posterior (Campinas). Muitas dessas localidades foram elevadas à vila “porque apresentavam relativa prosperidade e densidade demográfica, sem que para isso tivessem contribuído os esforços do governador”⁴⁸, mas que o ato de concordância em elevá-las à vila indica que estariam dentro do seu projeto .

A análise das obras citadas, portanto, caracteriza dois períodos bem definidos para a urbanização do planalto paulista: uma, iniciada do século XVII com a criação de 11 vilas no que corresponde ao atual Estado de São Paulo e, depois de quase um século, novo processo iniciado sob o impulso do Morgado de Mateus, contabilizando 18 vilas até 1811. Essa lacuna justificar-se-ia pela pobreza, miséria e pelo vazio demográfico em que se encontrava a Capitania na primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, Alice Canabrava, no artigo *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67*, lança mão das cartas do Morgado de Mateus e de dados dos 20 primeiros Maços de população de várias vilas para caracterizar economicamente a Capitania nos primeiros anos depois de sua restauração. A autora indica que 52% da população declarou que “nada possuía”, sendo que o vale do Paraíba seria uma das áreas de maior incidência desse grupo: 62,44% das famílias e 58,88% das pessoas. Além das atividades agrícolas, havia alguma extração de ouro e um mercado de gado, o único que a autora descreve como mais promissor. Nesse contexto, as vilas do vale do Paraíba seriam as mais decadentes com destaque para a vila de Jacareí⁴⁹. Lucila Hermann, da mesma forma, afirma que o ciclo econômico de subsistência em Guaratinguetá teve início em torno de 1630 e perdurou até aproximadamente 1775⁵⁰.

A explicação dada por Canabrava é que a Capitania passara por longo processo de empobrecimento que remonta ao século XVI, quando deixou o mercado de exportação rumo à Metrópole para fornecer mão de obra indígena para a economia açucareira do Nordeste. Esse quadro teve uma melhora a partir de 1690, devido aos descobrimentos auríferos e a participação de São Paulo no abastecimento das Minas, no entanto, com a

⁴⁸ Ibidem, p. 168.

⁴⁹ CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. **Revista Brasileira de Economia**. V. 26, N.4, p. 111.

⁵⁰ HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Publicação do Instituto de pesquisas econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE-USP), 1986, p. 13.

construção do Caminho Novo (que ligava o Rio de Janeiro diretamente às Minas), a partir de 1733, a Capitania retornou ao recesso econômico até a chegada de Morgado de Mateus⁵¹. As vilas fundadas nesse período não passariam de pequenos aglomerados com função administrativa, religiosa e esvaziados, pois “[...] a grande maioria vivia dispersa em áreas imensas”⁵².

Com o avançar da pesquisa documental, uma série de trabalhos tem relativizado esse quadro, trazendo novos elementos para pensarmos a história urbana da Capitania. Maria Luiza Marcílio, no livro *A cidade de São Paulo: povoamento e população*⁵³, analisou uma documentação de origem eclesiástica juntamente com os Maços de população entre 1750 a 1850. Ela observa que a grande maioria dos trabalhos que estudaram a cidade de São Paulo entre os séculos XVI ao XIX preocuparam-se com o núcleo central da vila (chamado de triângulo), sendo que a mesma compreendia vários povoados esparsos surgidos de um “desenvolvimento polinuclear e descontínuo”⁵⁴. Essa população estava “fortemente ligada ao núcleo da vila”⁵⁵ por meio de laços de ordem social, político-administrativo e econômico. Assim, a pesquisadora acompanhou o desenvolvimento desses povoados a partir da instalação de uma capela, depois bairro rural, freguesia e vila. Sua conclusão é que São Paulo teve um desenvolvimento demográfico progressivo do século XVII ao XIX e não um esvaziamento da população da Capitania e consequente atrofiamento dos núcleos urbanos, conforme apontavam as pesquisas anteriores.

Em outro trabalho, Marcílio relaciona o crescimento da população com a expansão da agricultura paulista entre os anos de 1700 a 1836. Para a historiadora, houve aumento demográfico contínuo na Capitania no período (com destaque para o crescimento de 425% “exatamente no período áureo da mineração”⁵⁶) que *empurrou* progressivamente as fronteiras agrícolas para o Oeste e para o Sul, provocando proporcionalmente a ocupação desses territórios⁵⁷. As vilas surgidas desse processo de interiorização seriam

⁵¹ CANABRAVA, Alice P. **Uma economia de Decadência...** p. 123.

⁵² *Ibidem*, p. 102.

⁵³ MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)** [1967]. São Paulo: Editora Pioneira, 1973.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 41.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 19.

⁵⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000, p. 71.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 130.

decorrentes, portanto, dá ação conjugada desses dois fatores e não da fundação de núcleos errados como apontava a bibliografia.

Alguns autores também têm apontado uma forte relação entre o surgimento das vilas e a escravização de indígenas na região. Entre o século XVI e XVII, houve a criação de diversos aldeamentos que tiveram papel importante na transformação dos indígenas em mão de obra para o projeto de colonização. Eles progressivamente foram deslocados das aldeias independentes para a administração portuguesa, que começou a gerir suas terras e sua força de trabalho. Os jesuítas, ao administrarem os aldeamentos, sustentavam o discurso de proteger as populações indígenas, mas logo se transformaram em mediadores da reserva e da reprodução da força de trabalho que seria recrutada via salário pelos colonos por intermédio dos inácianos. Os aldeamentos eram, portanto, uma mescla de características da organização social pré-colonial como moradia, roça e família, mas com estrutura política modificada para atender o projeto cultural jesuíta, ou seja, a criação de povoados fixos e permanentes com clara delimitação territorial em contraste com o seminomadismo e com a reorganização social periódica⁵⁸.

Segundo Warren Dean, a consolidação dos assentamentos lusos na região provocou uma progressiva separação entre europeus e indígenas a partir da criação dos aldeamentos. O autor afirma que a medida buscava evitar a vantagem que os brancos, moradores em aldeias, tinham em obter mão de obra escrava, como também manter as práticas cristãs desses colonos frente à cultura ameríndia preponderante. O autor cita uma Ata de 1583 em que o “concelho” municipal de São Paulo proibiu que os brancos visitassem as aldeias “para beber e dançar segundo seu costume”. Da mesma forma, as autoridades de Guaratinguetá construíram uma cadeia para “os gentios que tanta confusão a esta vila trazem”⁵⁹.

Para John Monteiro, o surgimento de novos núcleos populacionais no século XVII cada vez mais distantes dos primeiros “[...] acompanhava o desenvolvimento do apresamento indígena [...]”⁶⁰ no planalto paulista. O autor afirma que uma crise de abastecimento de cativos guaranis, a partir de 1640, obrigou os colonos de São Paulo,

⁵⁸ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 44.

⁵⁹ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a História e a devastação da Mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 175.

⁶⁰ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**... p. 109.

Parnaíba e Mogi a reorientarem suas expedições na direção do rio Paraíba, a Oeste e a Noroeste de Piratininga, fomentando o surgimento rápido de vilas nessas direções. Elas foram resultado de um crescimento demográfico que ocupava, primeiramente, as áreas administradas pelas primeiras vilas, criando bairros rurais. Os bairros mais concorridos foram elevados a freguesias e quase todas se transformaram em vilas posteriormente.

O rápido processo de urbanização paulista no século XVII é explicado como forma de organizar uma produção agrícola baseada no trabalho indígena para abastecimento e também como ponto de partida para expedições em busca de índios no sertão. Com a efetivação das vilas, as câmaras municipais seriam responsáveis por organizar a distribuição de terras e de mão de obra indígena, principalmente depois de 1640, com a primeira expulsão dos jesuítas. Com a mesma função, o Registro de Notas e o Juizado de Órfãos seriam responsáveis por criar, garantir e transmitir os direitos de propriedade das terras e escravos distribuídos aos colonos⁶¹. O motivo do regulamento de terras e de índios escravizados era taxar uma crescente lavoura de produção comercial, principalmente de trigo (cujo auge foi de 1630-1680), de milho bem como pecuária, articuladas ao mercado do litoral brasileiro e atlântico⁶².

As atividades agrícolas foram praticadas juntamente com a mineração no processo de urbanização do planalto paulista segundo a pesquisa de Nestor Goulart Reis intitulada *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*⁶³. Ele propõe uma nova cronologia para a história da mineração do Brasil, na qual teria havido 2 ciclos: o primeiro, mais modesto, acontecido na Repartição Sul, de 1593 (ou antes) a 1697, e o segundo, localizado em Minas Geras, Goiás e Mato Grosso, ao longo do século XVIII. Para o autor, o primeiro ciclo de mineração assumiu características próprias que não podem ser entendidas pelas experiências da segunda, cuja quantidade e intensidade da mineração provocaram um rápido processo de urbanização com a formação de arraiais que logo se transformaram em vilas.

⁶¹ Ibidem, p.110. Vale notar que o debate iniciado por Holanda e Bellotto sobre se a implantação de vilas na Capitania tratar-se-ia de um processo de povoamento ou urbanização é respondido por Monteiro como uma antecipação do Estado interessado em fiscalizar as conceições de mão de obra e de terras nas novas frentes de colonização do planalto.

⁶² Ibidem, p. 113.

⁶³ REIS FILHO, Nestor Goulart. **As Minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul**. 1ª edição. São Paulo: Via das Artes, 2013.

No caso da Repartição Sul, Reis afirma que a mineração nas áreas que hoje correspondem ao Estado de São Paulo, Paraná e Santa Catarina foi estudada de forma fragmentada, criando uma imagem de descontinuidade e de fragmentação no processo de formação dessas regiões. Pautado em documentos cartográficos, fotografias, toponímia e fontes escritas, Reis mostra como a atividade mineradora contribuiu para a ocupação de toda essa área de forma contínua e, muitas vezes, atrelada à agricultura e à pecuária. Diferentemente das Gerais, de Goiás e do Mato Grosso, o pequeno número de mineradores, o rápido esgotamento das jazidas, a baixa produtividade e a lentidão da exploração por técnicas rudimentares contribuíram para a pequena densidade nas várias partes desse território, mas não menos importante para a ocupação do planalto. No caso de São Paulo seiscentista, por exemplo, há diversas pistas que indicam mineração ao seu redor (Guarulhos, Cotia, Santana do Parnaíba etc.), que acontecia concomitantemente à plantação de trigo, favorecendo núcleos mais perenes.

Também em estreita consonância com as conclusões de Monteiro, Ilana Blaj na pesquisa *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681 a 1721)*, busca relativizar a imagem já citada de “[...] primazia e auto-suficiência das propriedades rurais [...]” *versus* a “[...] anemia do núcleo urbano tendo a vila paulistana um mero caráter de apêndice”⁶⁴. Ela argumenta que essa interpretação teria forte carga de anacronismo, pois a separação rígida entre rural e urbano é imprópria para o período colonial; o campo e a cidade, assim, “[...] formavam um todo único, seja na esfera econômica, social ou política”⁶⁵.

São Paulo, em finais do século XVII, assistiu a um processo de expansão econômica, de mercantilização e de concentração de poder nas mãos de uma elite. Isso acarretou numa expansão dos bairros rurais – formados por fazendas e sítios – que, por sua vez, articulavam-se diretamente à câmara paulistana que nomeava funcionários públicos (como juízes de vintena) para garantir a extensão de seu poder nesses novos espaços. Ademais, rebatendo a tese de despovoamento da Capitania, a pesquisadora enfatiza o papel de São Paulo como núcleo integrador de áreas mais distanciadas ao projeto de colonização portuguesa, dentro do qual os novos núcleos que surgiam não

⁶⁴ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681 – 1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002, p. 118-119.

⁶⁵ Ibidem, p. 122.

esvaziaram a vila de Piratininga, mas foram articulados por meio do comércio e da construção de inúmeros caminhos⁶⁶.

Para os núcleos urbanos surgidos no vale do Paraíba no século XVII, existem algumas pesquisas centradas na vila de Taubaté, que estudaram os inventários da cidade, cruzando seus dados com ofícios e cartas. Maurício Martins Alves, no livro *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*, e Leandro Santos de Lima, na dissertação de mestrado *Bandeirantismo paulista: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil*, observaram que a vila assistiu a uma diminuição demográfica decorrente do *gold rush* na transição do século XVII para o XVIII, mas que isso não estagnou a economia local. Lima, que analisou os inventários entre 1645 a 1720, concluiu que, a despeito das atividades bandeirantes com suas saídas rotineiras da vila, os setores de maior peso nos inventários desse grupo eram os mesmos que as demais camadas da população: terras e escravos⁶⁷ (esses sempre com maior destaque). Ele também revela que houve uma produção de algodão que liderou os gêneros cultivados, atingindo a faixa de 60% da produção total até 1680 e, depois, foi perdendo espaço para produção de alimentos e de cana de açúcar, que passaram a concorrer como gênero mais produzido até 1710. Alves, pesquisando os inventários até 1729, observou que houve um crescimento da produção de cana de açúcar na década de 1720 em relação às anteriores e que ela foi a atividade preponderante entre as forças agrícolas locais. Essa lavoura visava à produção de “água ardente”, açúcar e, de forma geral, era conciliada com outros gêneros agrícolas e a criação de gado, embora um grupo de produtores (entre 16 e 30%) tenha se especializado somente no cultivo de cana. Ele aponta também uma crescente liquidez dos patrimônios dos inventariados, cuja causa teria origem nos recursos vindos da atividade mineradora que, no momento de crescimento da atividade agrícola comercial, foram liquidados na compra de mão de obra africana para atuação nas lavouras de cana⁶⁸. Ao selecionar apenas os indivíduos ligados ao bandeirantismo, Lima conclui que esse grupo se destacou economicamente no século XVII por meio da injeção de escravos e ouro na vila. Esses incentivos fomentaram os demais setores da população que, por sua vez,

⁶⁶ Ibidem, p 203.

⁶⁷ LIMA, Leandro Santos. **Bandeirantismo paulista: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil** (Taubaté, 1645 a 1720) Dissertação de Mestrado. Departamento de História. FFLCH-USP: São Paulo, 2011, p. 138.

⁶⁸ ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)**. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1999.

prosperaram e cresceram economicamente, equiparando-se, no começo do século XVIII, àquele grupo privilegiado⁶⁹.

Uma questão que a documentação selecionada pelos autores não deixa clara é o destino dessa produção. Alves relativiza a historiografia mais tradicional que indica as Minas e o Rio de Janeiro como o destino dessa produção, afirmando que parte dela também estaria atrelada a um mercado de exportação, cujos sinais dessa ligação seriam a quantidade de escravos africanos (sempre o maior setor de investimentos dos inventariados) e a liquidez dos patrimônios. Na década de 1680, esses plantéis eram totalmente compostos por gentios da terra e, progressivamente, começam a ser registradas ocorrências de *gentios da Guiné* até atingir 45,85% do total de escravos da vila na década de 1720⁷⁰. Um segundo problema de difícil resposta é que não é possível saber quão representativa era a amostragem dos inventariados em relação à totalidade da população da vila. No entanto, dentro da totalidade dos inventariados, os autores indicam que havia potentados correspondendo a 1/3 do total da amostra. Esse grupo foi o privilegiado na ocupação de cargos nas instituições locais com destaque para o cargo de juiz ordinário e dos órfãos.

O que parece é que, até os finais da década de 1720, Taubaté desenvolveu plantações de algodão, cana de açúcar e de gêneros alimentícios e, embora tenha assistido a uma diminuição de sua população por algumas décadas, esse grupo sertanista liquidou seus ganhos na vila. Isso mostra, em consonância com a pesquisa de Blaj, que Taubaté passava por uma crescente mercantilização impulsionada pelo preço do açúcar, pela exportação de ouro e pelos escravos da terra e “da Guiné”. O setor urbano dos inventários (casas e terrenos) representava pouco em relação ao total (entre 1 a 4 %), mas nota-se um crescimento no período. Alves indica que houve menção de casas assobradas na vila por homens que também tinham atividades rurais e de comerciantes detentores de lojas que não estavam ligados ao campo⁷¹. Lima observa que, a partir de 1700, tem-se a “valorização do setor urbano que, aos poucos, ganha espaço no conjunto da riqueza da vila”⁷².

⁶⁹ LIMA, Leandro Santos. **Bandeirantismo paulista...** p. 186.

⁷⁰ ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da pobreza...** p. 62.

⁷¹ ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da pobreza...** p. 41.

⁷² LIMA, Leandro Santos. **Bandeirantismo paulista...** p. 113.

Os comerciantes também foram objeto de pesquisas recentes, dando-nos pistas da sua relação com o processo de urbanização paulista. Ao analisar inventários e testamentos de 100 homens envolvidos em atividades comerciais na cidade de São Paulo durante a primeira metade do século XVIII, Maria Aparecida de Menezes Borrego⁷³, por análise prosopográfica, traça a origem, principalmente lusa, dos principais comerciantes estudados e como eles, muitas vezes, começavam suas atividades amparados por familiares já estabelecidos na Colônia. Ela aponta também como eram diversificados os agentes mercantis naquela cidade, ramificando-se por uma dezena de especializações que iam desde os homens de negócio – responsáveis pelas trocas entre as Capitanias ou com o Reino – às negras de tabuleiro⁷⁴. Os mais destacados desse mercado, no entanto, não podiam se fiar apenas no enriquecimento como garantia de reconhecimento social e, para isso, disputavam “bens simbólicos de prestígio”, tais como cargos no poder local, estabelecimento de redes de sociabilidades por meio de casamentos, participação em irmandades etc.

Borrego aponta também uma mudança de comportamento desses comerciantes setecentistas em relação ao século XVII. Nos Seiscentos, os frequentadores da vila moravam preferencialmente em chácaras e sítios e vinham ao núcleo quando tinham algum negócio a fazer. Já nos Setecentos, os mais ricos tinham imóveis tanto na área urbana como na cercania da cidade. Isso aconteceu, principalmente, devido ao ingresso de reinóis nas atividades mercantis da cidade. Esses agentes mercantis concentravam-se no coração da vila, principalmente na rua Direita e na rua São Bento. O núcleo urbano, na primeira metade do XVIII, teve muitos templos conventuais e prédios administrativos construídos ou reformados, o que indica que a cidade “não estava estagnada”, mas passava por adaptações à nova configuração mercantil acentuada com a restauração da Capitania em 1765⁷⁵.

Em consonância com Borrego, Lima e Alves, Tiago Kramer de Oliveira, na tese *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul* (primeira metade do século XVIII), aponta que a atividade mineradora mobilizou um aumento de circulação de pessoas e mercadorias entre o Rio de Janeiro e São Paulo, que, por sua vez, impulsionou as atividades agrícolas no caminho. Pelo seu

⁷³ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.

⁷⁴ Ibidem, p. 85-97.

⁷⁵ Ibidem, p. 71-76.

estudo das cartas de sesmarias, encontrou fortes indícios de comerciantes da cidade de São Paulo e de Santos, investindo na criação de gado nos campos de Curitiba, que circulavam por vários caminhos, como os que iam às Minas Gerais e ao Rio de Janeiro, transformando Guaratinguetá num entreposto importante desse comércio⁷⁶.

Não só de São Paulo partiam comerciantes para o Vale do Paraíba. Paulo Pereira dos Reis cita alguns documentos de comerciantes do Rio de Janeiro, pedindo autorização para continuarem a utilizar o Caminho Velho para as Minas “pelo lastimoso estado em que se acha o caminho novo por falta de mantimentos que de todo se tem acabado”⁷⁷, mostrando que, embora o transporte do ouro tenha sido proibido pelo Caminho Velho, ainda circulavam negociantes cariocas atraídos pela infraestrutura de abastecimento de beira de estrada na primeira metade do século XVIII.

Esses novos estudos têm relativizado as interpretações mais tradicionais acerca da historiografia de São Paulo antes de 1765, indicando um crescente processo de mercantilização e o fortalecimento de uma agricultura comercial dedicada ao mercado interno e externo. Da mesma forma, estudos de demografia histórica têm indicado uma crescente *sedimentação* e crescimento da população no período. Enquanto isso, a história da urbanização da Capitania ainda não superou a lacuna, mencionada por Holanda, entre o pipocar de vilas surgidas no século XVII e o novo impulso dado por Morgado de Mateus depois da restauração da Capitania, em 1765. Como explicar esse *gap* na história da urbanização de São Paulo se ela estava em plena expansão econômica e demográfica?

A resposta a essa pergunta repousa na ampliação e no alargamento do conceito de urbano e das escalas de análise do processo de urbanização. Como se pode notar, a grande maioria dos autores que abordaram a questão da urbanização paulista utilizaram como principal índice a implantação de vilas. No entanto, o avanço das pesquisas na área tem mostrado que essa rede era bem mais capilarizada do que parecia à primeira vista.

Claudia Damasceno da Fonseca, ao trabalhar a urbanização de Minas Gerais no século XVIII, demonstra que sob o conceito de vila constante na documentação subjaz uma série de outros núcleos de povoamento:

⁷⁶ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. **Desconstruindo velhos mapas, revelando especializações**: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 2012, p. 235.

⁷⁷ REIS, Paulo Pereira. **O caminho novo da piedade no nordeste da capitania de São Paulo**. São Paulo: Conselho estadual de Cultura, 1971, p. 37.

Além da localidade que constituía a sede do concelho, este podia conter várias povoações, mas também zonas rurais que dependiam da mesma câmara, embora pertencentes a diferentes freguesias. Tais núcleos, que não gozavam de autonomia do ponto de vista jurídico-administrativo, eram designados, em Portugal, pelas palavras lugar (lugares) ou aldeia –, enquanto na América portuguesa, como se sabe, este último vocábulo adquiriu uma conotação étnica, significando uma povoação indígena⁷⁸.

Portanto, dentro da circunscrição de uma vila (na época chamado de *termo*), que muitas vezes tinham uma grande extensão territorial, poderia haver outros lugares povoados que, a despeito de não gozarem de uma autonomia administrativa, são importantes para o campo da história da urbanização, pois indicam o quão capilarizada era a ocupação de um determinado território. Murilo Marx⁷⁹ destacou a relação entre Estado e Igreja na constituição dos núcleos urbanos do período colonial. O autor chama a atenção para a lógica fundiária estabelecida no momento da criação de uma freguesia e sua relação com a forma das vilas e cidades até os dias atuais. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* estabeleceram uma série de normas para a criação de uma freguesia e para a construção de templos que perduraram mesmo depois que ela era transformada em vila como, por exemplo, no estabelecimento do rossio, na separação dos lotes e na construção das ruas. Cláudia Damasceno da Fonseca, da mesma forma, destaca a importância do papel da Igreja no processo de urbanização de Minas Gerais no século XVIII, demonstrando como as freguesias – da mesma forma que as vilas – eram instrumentos da Coroa portuguesa para o controle territorial da região. Elas podiam corresponder à dimensão de uma vila, sobrepô-la ou ainda haver mais que uma freguesia dentro dos limites de um determinado território administrado por um concelho. Para Fonseca:

Na América portuguesa, os termos “paróquia” e “freguesia” tinham também várias significações: eles designavam o templo – a igreja matriz –, bem como a povoação que a continha (o arraial), o conjunto dos fregueses, e, por fim, o território paroquial, que incluía a povoação sede, áreas rurais e, por vezes, sertões residuais⁸⁰

Essas vilas e paróquias também abrigavam outros núcleos de ocupação. Laurent Vidal, no artigo *A gênese dos pousos no Brasil moderno: considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera*, mostra, pelo estudo da cartografia histórica, que os

⁷⁸ FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 28.

⁷⁹ MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: Terra de Quem? São Paulo: EDUSP, 1991.

⁸⁰ FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei**... p. 85-86.

caminhos foram vias penetradoras para o interior da colônia e, apesar da fragilidade e da instabilidade de suas configurações materiais, os pousos participaram do processo de formação territorial brasileiro, pois assumiam a função de “nós” de articulação ao movimento de interiorização das demandas dos mundos urbanos: o pouso não é mais um lugar a descobrir ao longo do percurso, mas um ponto a atingir em um território já incorporado ao projeto colonial⁸¹.

Ao estudar alguns mapas sertanistas referentes à futura Capitania de Mato Grosso na primeira metade do século XVIII, Tiago Kramer de Oliveira espacializa uma série de sesmarias, sítios e fazendas dedicados à produção de gêneros alimentícios e estrategicamente localizados para atender os viajantes. Muitas dessas propriedades foram batizadas pelo autor de “sítios povoados”⁸², pois eram compostos não só por senhores e escravos, mas também por diversas outras famílias de agregados, camaradas, livres pobres etc.

Na dissertação de mestrado *Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817)*, estudamos alguns documentos cartográficos sobre a Capitania de São Paulo no período colonial, em especial o trecho paulista da Estrada Real, e identificamos uma série de representações gráficas que não sabíamos o significado por não ter explicação nem legenda. Ao relacionar esses pontos dos mapas com relatos de viagens e cronistas que passaram pelo caminho, descobrimos que eles referiam-se a pousos, registros, portos, sítios, povoados, capelas, freguesias e bairros rurais⁸³.

⁸¹ VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno: considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. in **Tempo**. Niterói: Vol. 22 n. 40, mai-ago., 2016, p.410

⁸² OLIVEIRA, Tiago Kramer de. **Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações...** p. 154-155.

⁸³ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817)**. Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013. Capítulos 1 e 2.

Figura 1: Carta cartográfica representando a ocupação capilarizada do território da Capitania de São Paulo.

Fonte: COLOMBINA, Francisco Tosi. **Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados das Minas Geraes, como tambem o Caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens, deleniado por.** Século XVIII. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Cartografia. Cart1033415. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br>>. Acesso em: 26 out. 2012.

A documentação cartográfica é documento precioso para se entender a capilaridade da rede urbana no período colonial, pois permite relacionar tempo e espaço de um determinado período e traçar hipóteses sobre como as dinâmicas sociais se espacializavam em diversas escalas. Nesse sentido, o mapa setecentista de Francisco Tosi Colombina é um exemplo preciso. O cartógrafo fez uma legenda na lateral do documento, explicando os significados dos sinais gráficos utilizados na construção do mapa. Observamos que Colombina, entre outros, também era sensível a uma ocupação mais capilarizada do território da Capitania de São Paulo e do Brasil colonial como um todo (**Figura 1**).

Beatriz Bueno, nesse sentido, propõe uma ampliação do conceito de urbano para todo e qualquer “[...] vestígio de localidade indicativa de presença humana irradiada de demandas urbanas, via homens urbanos, a despeito da sua fragilidade demográfica, formal e estatuto político”⁸⁴. Essa ampliação pode ser exemplificada por meio de uma analogia com rodovias contemporâneas. Segundo o Código Nacional de Transito brasileiro⁸⁵, as rodovias são classificadas como vias rurais, no entanto, ao circular por uma, raramente vemos meios de transporte típicos desse espaço. Elas são quase predominantemente perpassadas por demandas e fluxos dos centros urbanos. Da mesma forma, podemos pensar em lugares no meio rural que eram criados e se organizavam a partir das demandas urbanas, tais como pousos, bairros rurais, fazendas, feiras, passagens, barreiras, registros e demais pontos de intersecção que ligam vilas, cidades, freguesias e aldeamentos”⁸⁶.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses aborda o caráter cultural do conceito de paisagem, destacando sua vinculação à percepção, ou seja, à compreensão do termo a partir de processos de organização e de reorganização de dados e de nossas modelizações, valores, aspirações e interesses. Portanto, “[...] não há paisagem sem um observador [...]” e, desse modo, as paisagens devem ser concebidas como objeto de apropriação estética e sensorial que reúnem de forma simultânea e simbiótica a coisa percebida (natureza objetiva) e a

⁸⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O Brasil-Colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista? In: **Actas do Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana: ciudades, em el tempo: infraestructuras, territorios, patrimonio**. Santiago de Chile: Universidad de Chile/ Pontícia Universidad Catolica de Chile, 2016, p. 825-834.

⁸⁵ BRASIL, LEI Nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 que Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Artigo 60. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm>. Acesso: 02 abr. 2019.

⁸⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O Brasil-Colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista? ... op. cit.

sua representação (visual, escrita, conceitual etc.)⁸⁷. Por esse prisma, pode-se pensar em *historicidades da paisagem* à medida que ela guarda laços com aqueles que a perceberam ao longo do tempo e oferece “pistas materiais” que “[...] conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social [...]” de suas configurações contemporâneas e “[...] de suas sucessivas fisionomias anteriores [...]”⁸⁸. Nessa seara, insere-se a *arqueologia da paisagem*, ao interrogarmos sobre as pistas e representações da paisagem que permitam compreender suas formas de povoamento e de apropriação do território no tempo. Esse trabalho minucioso de pesquisa dos vestígios de localidades remanescentes tanto na documentação como no território tem trazido uma série de contribuições para a historiografia da urbanização, dentre as quais destaco algumas listadas por Bueno:

- a) Desmontam a tese da “colonização arquipelágica”, rompendo com a ideia de “fragmentação” e “descontinuidade” entre as partes do Brasil.
- b) Revelam territorialidades macrorregionais e zonas de intersecção de perfil cultural híbrido, compartilhando hábitos, dialetos e costumes que subvertiam as fronteiras políticas que lhes foram impostas.
- c) Permitem refutar narrativas e ideologias emanadas dos Institutos Histórico e Geográficos regionais que, ao construírem as identidades dos Estados da República Federativa então em gestação, isolaram-nos do conjunto, contaminando gerações de pesquisas e pesquisadores igualmente regionalizados⁸⁹.

Essa ampliação possibilita uma compreensão mais abrangente do significado de território colonial, contemplando não apenas vilas, mas evidenciando uma rede de formas de ocupação e de territorialidades conectadas em diversas escalas, indicando que a colônia pode ter sido mais urbanizada do que concebíamos.

Acreditamos, assim, que ainda está por se fazer uma análise do processo de urbanização da Capitania de São Paulo até a sua restauração, em 1765, que contemple tanto uma história da urbanização nos termos postos por Nestor Goulart Reis Filho, ou seja, demonstrar que Portugal, como agente da política de colonização e parte importante da política de urbanização, esforçou-se para “controlar ou influir sobre as transformações”⁹⁰ que ocorreram na colônia como uma *arqueologia da paisagem* nos termos de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, ou seja, demonstrando que o processo de

⁸⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 1996.

⁸⁸ Ibidem, p. 36.

⁸⁹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. **LABOR & ENGENHO**, v. 11, 2017, p. 244.

⁹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968, p. 66-67.

urbanização é muito mais capilarizado e interligado do que concebíamos à primeira vista⁹¹.

Nesse prisma, a ausência de criação de vilas na primeira metade do século XVIII não espelha um atrofiamiento econômico, demográfico ou urbano, embora tais setores tenham passado por grandes transformações no período. Ela vincula-se mais aos interesses estratégicos da Coroa portuguesa que, no momento fulcral dos novos descobrimentos auríferos, efetuou um rearranjo administrativo das porções meridionais da colônia, centralizando a sua burocracia na cidade do Rio de Janeiro, criando capitânias autônomas na região das principais áreas mineradoras e erigindo vilas nos principais arraiais auríferos. Concomitantemente, esses instrumentos administrativos da Coroa saíram de cena temporariamente em São Paulo e foram substituídos por outro braço da Coroa no processo de colonização da América: a Igreja. Dois anos antes de a Capitania ser extinta, ela recebeu um bispado. Se investigássemos a sua atuação e as lógicas de implantação de freguesias na Capitania de São Paulo antes da Restauração da Capitania, talvez pudéssemos contribuir com a história da urbanização desse período, identificando que elas foram implantadas em lugares estratégicos para os projetos de colonização da porção meridional da América portuguesa.

1.2 - “Sem missa não se governam os povos”: a formação de uma rede de freguesias até a restauração da Capitania de São Paulo

A frase do título foi escrita por D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão em 1768, reclamando “sobre as dificuldades das fundações de povoações” na Capitania de São Paulo. Nessa carta, dirigida ao Conde de Oeiras, ele se mostra irritadíssimo com os desacordos entre as várias autoridades coloniais sobre a administração do território do Sul, onde seria implantada a vila de Guaratuba, em especial o desentendimento seria entre o Bispado de São Paulo ou do Rio de Janeiro que proveria pároco para a futura vila. No final da missiva, desabafa:

[...] seria conveniente que eu pudesse obrar independente, sem que necessitasse da intervenção do Vice Rei do Estado para a demarcação da Capitania, da resolução do Bispo do Rio do de Janeiro, e do vigário Capitular de São Paulo para concederam a jurisdição dos párocos, dos

⁹¹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem. Op. cit.

governadores vizinhos, e dos vigários da vara confinantes para não alterarem novas dúvidas [...]⁹²

Queria o Governador apenas o rei em Portugal e ele no Brasil. O relato ilustra as relações e conflitos entre a Igreja e a Coroa, que atuaram conjuntamente no projeto de colonização da América portuguesa por meio do regime de padroado. O direito do padroado surgiu de concessões papais dadas sucessivamente aos reis de Portugal no contexto da expansão ultramarina. A primeira foi em 1455, quando foi concedido ao rei D. Afonso V o padroado papal secular para as novas *descobertas* daquele reino. Mais tarde, em 1514, a Coroa lusa também ganhou o título de Grão mestre da ordem de Cristo, o que significava receber o direito de nomeação de cargos da administração eclesiástica, tais como bispos e sacerdotes, a partir da criação de novos bispados e de freguesias em prol da consolidação da fé católica⁹³.

Dalila Zanon, na pesquisa *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)*, aponta que não há consenso acerca da atuação do Vaticano na América portuguesa no bojo do regime de padroado. Os principais polos do debate consistem na tese de que o regime em questão subjugou o poder religioso ao Estado, delegando a seus membros o papel de funcionários públicos da Coroa e, por outro lado, os ecos do Concílio de Trento encontraram lugar no projeto de colonização lusa, pois ambos se interessavam em controlar a população colonial, entretanto ressalta-se também que ela resistiu, criando então o que se convencionou chamar de catolicismo popular, leigo etc. Dentre esses dois polos gostaria de destacar o trabalho de Caio César Bosch:

[...] tendo como parâmetro as diretrizes tridentinas, mas cômicos da perspectiva de que suas atividades pastorais integravam a política colonizadora, os bispos coloniais procuravam desempenhar seus ministérios. Tinham claro que o sucesso de seu múnus de pastor estaria condicionado a não atender ou aplicar aquelas normas senão adequando-as às vicissitudes dessa política⁹⁴.

As diretrizes tridentinas na América se fizeram mais fortemente presentes no século XVIII a partir da publicação das *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* e sua efetivação por meio das visitas pastorais que foram intensificadas nesse século. Atrelado a isso, também se pode citar o maior controle moral e intelectual do clero,

⁹² Arquivo público do Estado de São Paulo. Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. São Paulo: Typographia Aurora, 1896, Vol. 23, p. 418. A partir de agora, todas as menções aos Documentos interessantes serão abreviadas por DI.

⁹³ ZANON, Dalila. *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)*... p. 25-26.

⁹⁴ BOSCHI, Caio César. As visitas diocesanas e a inquisição na colônia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 7, Nº 14, mar/ago, 1987, p. 160.

reafirmação da hierarquia eclesiástica e, finalmente, a multiplicação de dioceses e freguesias. Dentro desse último item, em 1745, houve o desmembramento da diocese do Rio de Janeiro em 4 novas unidades eclesiásticas: um bispado em Mariana e um em São Paulo, uma prelazia em Cuiabá e outra em Goiás.

A criação do bispado de São Paulo tem participação discreta no enredo de muitas obras que atribuíram a não criação de vilas e a perda da autonomia administrativa da Capitania ao esvaziamento e à miséria dela. Holanda e Bellotto, por exemplo, ao discorrerem sobre as mudanças administrativas das porções meridionais da América portuguesa e sobre a política de urbanização, não fazem menção a essas novas unidades eclesiásticas. Quando inserimos a atuação da Igreja Católica no contexto das mudanças administrativas da porção meridional da América portuguesa na primeira metade do século XVIII, observamos que a implantação do bispado de São Paulo, no período do *gold rush*, atendia a uma série de fatores, tais como: o controle de áreas não diretamente ligadas ao interesse imediato de capitalização da Coroa naquele momento; o cuidado da ocupação de regiões envolvidas nas complexas negociações de fronteira com a América espanhola que resultaram no Tratado de Madrid e, por fim, o monitoramento dos costumes e da circulação dos paulistas que, a esse altura, já estavam rotulados com a *legenda negra* de rebeldes, andejes e insurretos, como bem mostrou Adriana Romeiro⁹⁵.

A existência de um bispo em São Paulo remonta a finais do século XVII, momento em que um dos primeiros bispos do Rio de Janeiro, D. José de Barros Alarcão, logo após assumir seu posto em 1682, dirigiu-se a São Paulo com o intuito de fazer visita pastoral e, não cumprindo suas obrigações, permaneceu nessa cidade por três anos! A ausência do bispo provocou reclamações por parte da Câmara do Rio de Janeiro e mesmo da Coroa, que não surtiram efeito, fazendo com que Alarcão ficasse em Piratininga até 1689, momento que é chamado à Corte. Ele retornou ao Rio de Janeiro em 1700, mas faleceu poucos dias depois⁹⁶. Quase uma década mais tarde, o governador do Rio de Janeiro,

⁹⁵ ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999, p.245; ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2008.

⁹⁶ CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. **A instalação do bispado de São Paulo e seu primeiro bispo**. São Paulo, 1945, p. 11-12; ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo...** p. 30.

Artur de Sá e Menezes, estando na Capitania de São Paulo, nota a falta que fazia um prelado lá, indicando, inclusive um candidato que seria mais adequado para o cargo⁹⁷.

Depois da Guerra dos Emboabas, em 1709, houve a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, cujo governador foi Antônio de Albuquerque. Ele, entre outras incumbências, tinha a função de expulsar todos os clérigos que estavam sem vinculação ao Estado eclesiástico devido a notícias de sonegação de impostos⁹⁸. Nota-se que era uma tarefa difícil, considerando que o Bispado do Rio de Janeiro, nesse período, era responsável por administrar as novas áreas auríferas e a Capitania de São Paulo que se estendia até a região do rio da Prata. Nesse ano, reuniram-se em São Paulo o governador da nova Capitania, a Câmara de São Paulo, os superiores das ordens religiosas e o vigário de vara e, entre outras coisas, pediram que a vila de São Paulo fosse elevada à Cidade e que tivesse um bispo. O Conselho ultramarino, diante da solicitação, aprovou a concessão do título de Cidade, mas exigiu que Antônio de Albuquerque mandasse informações sobre o número de famílias que compunha o território da Capitania e “donde poderá sair a despesa que se há de fazer com a nova Sé, e cônica do bispo, e cônegos”⁹⁹. Albuquerque, prontamente, atendeu a requisição, enviando informações sobre o rendimento dos dízimos da Capitania e alegando que os mesmos eram suficientes para a sustentação de um bispado e não onerariam em demasia a Fazenda Real¹⁰⁰. No entanto, a presteza de Albuquerque não surtiu efeito e o bispado não foi criado.

O assunto volta a ser pauta em 1720, ano de mais uma revolta, a de Felipe dos Santos, e da separação das Capitanias de São Paulo e Minas Gerais¹⁰¹. Na ocasião, D. Pedro de Almeida, 3º Conde de Assumar mencionou mais uma vez a necessidade de criação de um bispado em São Paulo e outro nas Minas. O Rei, em resposta, dizia ter recomendado ao arcebispado da Bahia e ao bispo do Rio de Janeiro que dessem parecer favorável quando consultados pela Mesa de Consciência e Ordens sobre o assunto. No entanto, embora o Rei se mostrasse favorável ao assunto, a criação do bispado também não ocorreu nessa data¹⁰².

⁹⁷ Ibidem, p. 33

⁹⁸ DI, Vol.47, p. 65, 66.

⁹⁹ ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo...** p. 33.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ DI, vol. 4, p. 7; DI, Vol.11, p. 6-7.

¹⁰² CORDEIRO, J. P. Leite. **A criação da diocese de São Paulo.** Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, s/d, p. 19.

Os motivos para a não criação do Bispado estariam, segundo Paulo Florêncio da Silveira Camargo, na decadência da Capitania¹⁰³, a despeito das informações de Albuquerque sobre a capacidade da Capitania de sustentar seus custos uma década antes. Dalila Zanon também destaca a contenda gerada entre o Papa Clemente XI e D. João V pela recusa do Santíssimo em elevar ao cardinalato o núncio apostólico em Lisboa, Monsenhor Binchi. Em decorrência disso, D. João V ordenou que seu embaixador deixasse Roma e expulsou os representantes papais de Lisboa. Assim, a criação de novas dioceses ficou paralisada até as relações voltarem à normalidade em 1732¹⁰⁴.

É no final da terceira década do século XVIII que assistimos a várias medidas assinadas por D. João V a respeito da reorganização administrativa dos territórios meridionais da Colônia, concentrando-os sob a administração do Rio de Janeiro. Em 1738, a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande deixaram de ser administrados por São Paulo e passaram ao Rio de Janeiro¹⁰⁵; em 1740, o mesmo ocorreu com a vila de Laguna¹⁰⁶ e, finalmente, em 1748, a Capitania de São Paulo perdeu sua autonomia e passou a ser administrada também pelo Rio de Janeiro¹⁰⁷. Nesse ano ainda, os antigos territórios paulistas de Goiás e Mato Grosso se tornaram capitanias autônomas¹⁰⁸. Vale lembrar que, durante o século XVIII até Morgado de Mateus, não houve criação de novas vilas no território em torno da cidade de São Paulo (com exceção de Pindamonhangaba, em 1705), embora Laguna (1714) e Nossa Senhora do Desterro (1726) tenham sido criadas ainda dentro da jurisdição da Capitania.

A criação de vilas guarda uma ambiguidade em si, pois, ao mesmo tempo em que funcionavam como um desdobramento do governo colonial em áreas de interesse régio, elas também delegavam poder de controle fiscal, jurídico e legislativo para que um grupo de colonos pudesse administrar esse mesmo território. As vilas de Minas Gerais tornaram-se um exemplo disso, pois a rápida criação de vilas na primeira metade do século XVIII pode ser interpretada com o objetivo de controlar o contrabando de ouro. Fonseca mostra que:

¹⁰³ CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. **A instalação do bispado de São Paulo e seu primeiro bispo.** São Paulo... p. 22-23.

¹⁰⁴ ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo...** p. 34.

¹⁰⁵ DI, Vol. 47, p. 109-111.

¹⁰⁶ BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial...** p. 26.

¹⁰⁷ DI, Vol. 73, p. 122-123.

¹⁰⁸ Ibidem.

[...] a obtenção do título de vila, de cidade ou de funções administrativas valorizadas – dependia, em larga medida, do caráter mais ou menos “nobre” da população local. Assim, as funções exercidas por alguns habitantes e os privilégios de que gozavam podiam constituir um fator de enobrecimento para uma cidade, uma vila ou mesmo um arraial, tornando tais lugares mais dignos das graças régias¹⁰⁹

A autora diz que vários elementos poderiam *enobrecer* determinada localidade para que conseguisse um título de vila ou cidade, como o poder econômico de seus potentados, a participação da administração colonial, ações em defesa dos interesses coloniais etc.

Adriana Romeiro, no livro *Paulistas e emboabas no Coração das Minas*, mostra como os paulistas foram se constituindo como um grupo étnico, ao passo que, no contexto da disputa pelas principais jazidas de ouro nas primeiras décadas do século XVIII, já havia uma “fronteira cultural” bem definida ao ponto de se separar paulistas e não-paulistas nos documentos oficiais. Ao longo do século XVII, as várias experiências de apresamento indígena, as guerras contra os bárbaros e os negros dos Palmares configuraram serviços prestados e um aprendizado de negociação com a Coroa que chocavam funcionários régios pelo seu tom direto e contratual, avesso aos eufemismos do léxico político do Antigo Regime. Assim, os escritos das autoridades coloniais começaram a consolidar uma “legenda negra” sobre os homens de São Paulo, na qual eles não seriam súditos, mas meros aliados da Coroa, de fidelidade incerta e ambígua, capazes até mesmo de se colocarem a serviço de outro rei, caso lhes fosse mais conveniente e devidamente recompensados com mercês e honrarias. Ao mesmo tempo, conscientes do temor que causavam nas autoridades coloniais, souberam “manipular de forma engenhosa” a “legenda negra” sobre eles imposta, principalmente quando almejavam contratos e acordos vantajosos¹¹⁰.

Alguns anos antes da Guerra dos Emboabas, Pindamonhangaba, a única vila fundada em São Paulo na primeira metade do século XVIII, teve sua criação envolvida em diversas polêmicas. Alguns potentados ligados à vila de Taubaté tomaram de assalto o Desembargador João Saraiva de Carvalho e o fizeram redigir um documento, criando a vila de Pindamonhangaba e nomeando juízes e oficiais para a nova Câmara. O “concelho” de Taubaté protestou sobre o ocorrido e a questão chegou ao Governador do Rio de

¹⁰⁹ FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei...* p. 335.

¹¹⁰ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas...* p. 226-275.

Janeiro e ao Rei, que escreveu uma carta censurando os moradores de Pindamonhangaba por “[...] haverem revolucionariamente elevado esta povoação à categoria de villa [...]”:

De Taubaté se me dá conta que VM. ^{es} se levantaram Pelourinho e nomeando juízes e se tem nomeado vila, sendo isso contra as ordens de S. Mag.^e que Deus g.^e e regim.^{tos} porque não pode haver vilas, senão de cinco em cinco léguas, ordeno a VM.^{es} da parte de S. Mag. e não usem da tal alteração sem que tenham pr.^o [portanto] ordem do dito Senhor a quem logo dou conta e VM. ^{es} o façam enquanto não houver resposta sua não devem VM. ^{es} usar da jurisdição que não tem d.^s g.^e a VM. ^{es} 12 de dezembro de 1703¹¹¹

O caso em questão demonstra como a ereção de vilas guarda esse caráter dúbio mencionado, no qual o projeto de controlar uma determinada área pela Coroa poderia ser incorporado pelos potentados locais ou ser subvertido pelos conselheiros ao “usar da jurisdição” para seus próprios interesses. Ao que parece, a criação da vila foi cancelada, mas devido ao pedido de desculpas pelos potentados pindenses, a rainha D. Catharina (substituindo o enfermo rei D. Pedro II), em carta dirigida ao Ouvidor geral da Capitania de São Paulo, resolve recriar a vila em 1705, mas não deixa de destacar estranheza com a situação

[...] da minha parte lhes estranheis muito a culpa que cometeram em fazerem vila sem permissão minha por ser isso só de meu poder soberano e lhes insinuareis que atendendo a ignorância que alegaram e perdão que me pediram estando de minha real clemência lhes faço mercê de os relevar do castigo que mereciam e que pelo querer a comodar hei por bem que crieis de novo a dita vila¹¹²

Em meio ao clima conturbado dos primeiros anos das Minas, principalmente, depois da Guerra dos Emboabas, alguns núcleos paulistas na região também se mostravam insurretos. As Jazidas de Pitangui, por exemplo, foram descobertas por paulistas que abandonaram os arraiais da região central para evitar os portugueses depois da dita guerra. Desde os primeiros tempos do arraial, os paulistas já pareciam se mostrar insubordinados. Em 1711, o rei proibiu a incorporação dos membros dessa comunidade nas duas Companhias de Dragões que se cogitava criar na região, pois tratava-se de gente “pouco confiável”. Fonseca menciona também que os habitantes de Pitangui chegaram a publicar Bandos, rejeitando a entrada de portugueses nos recentes descobertos, “o que representava uma clara rejeição dos representantes régios”. A vila de Nossa Senhora da

¹¹¹ DI, Vol. 47, p. 51-52.

¹¹² Carta régia da Raynha Catharina ao Ouvidor Geral de São Paulo. Livro das Ordens Reais. Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, N°93. Apud MARCONDES, Athayde de. **Pindamonhangaba atravez de dois e meio séculos**. São Paulo: Typographia Paulista, 1922, p. 400.

Piedade de Pitangui foi criada em 1715 com o objetivo de facilitar a tensa operação de cobrança de impostos naquela zona, o que de fato parece ter acontecido no começo, pois muitos paulistas foram se refugiar nos currais da Bahia, esvaziando a vila. Porém, depois de consolidado seu “concelho”, a própria Câmara de Pitangui começou a se rebelar ao sistema de controle do ouro, recusando-se a mandar representantes às juntas para se discutir o pagamento dos quintos reais, além de não enviarem, repetidas vezes, a remessa desse imposto¹¹³.

A questão de Pitangui se arrastou para o governo de Conde de Assumar (1717-1721), governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que tentou resolver as rebeliões, as fugas da população e a cobrança dos quintos, colocando um português em substituição de um paulista como regente da vila. No entanto, parece que pouca coisa se resolveu, pois, em 1718, o governador descrevia a vila ao Rei como “um foco de rebeliões”, concluindo que “[...] para o bem dos interesses de Sua Majestade, a vila deveria ser suprimida [...]” e mesmo “[...] incendiada para que dela não restasse nenhuma memória [...]”¹¹⁴. A situação só foi controlada por volta de 1720 com a intervenção da Cavalaria dos Dragões e o estímulo à fixação de reinóis no local¹¹⁵.

A vila de Pitangui foi uma entre vários outros casos de insurreição que ocorreram na gestão de Assumar, como a do arraial do Papagaio e a de Felipe dos Santos, em Vila Rica (principal causa para a separação da Capitania de Minas e São Paulo em 1720). Diante de tantas rebeliões, o governador, nos seus escritos de 1720, mostrava-se incrédulo sobre o papel das vilas em assegurar o controle da região. Dizia que “[...] quem hoje se atreveu ao criado, amanhã se atreverá ao senhor [...]” e que “[...] é melhor ter menos cidades, e mais obedientes [...], pois “[...] cidade que se atreve contra os ministros do rei não é cidade do rei, é cidade livre, e liberdades as hão de sofrer as coroas [...]”¹¹⁶.

Um último caso ocorreu depois de destituída a Capitania de São Paulo quando a Câmara homônima voltou a demonstrar falta de tato nas rotinas políticas. Ela, devido a entrada de pessoas com cargos e ocupações sem saber se são verdadeiros, propunha que

¹¹³ FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei...* p. 152-155.

¹¹⁴ FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei...* p. 158-163.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ **DISCURSO Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas houve no ano de 1720.** Estudo Crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos de Culturais, 1994... p. 184.

os mesmos deveriam ser registrados *neste senado* sob pena de serem prezas e autuadas¹¹⁷. No desenvolvimento do problema, foi questionada a autoridade da Câmara em atuar sobre setores da fazenda real, escrevendo o governador da praça de Santos Sá e Queiroga ao Rei:

Do modo tão amplo com que esta câmara faz a Vossa Majestade o seu requerimento, bem se está evidenciando que não procura o bem da república, mas tão somente as rogas a si a regalia de ter intendência sobre todas as ocupações e contratos com notável confusão das jurisdições e que lhe deem entrada todas as pessoas terem na daquela cidade, o que seria um insuportável ônus para todas as pessoas que nela entram frequentemente é uma porta aberta, ou ocasião próxima para os ditos camaristas cometerem mil extorsões, e violências contra os forâneos; como já tem algumas vezes feito, ainda carecendo da jurisdição que agora pedem a V. Majestade, como eu sei pela experiência de mais de quarenta anos que tenho deste país¹¹⁸.

Na lateral do documento, há um resumo do ocorrido, finalizado pelo relator do Conselho Ultramarino com “parece-me o mesmo que ao governador”.

O não cumprimento das ordens régias e a falta de trato nas formalidades políticas sugere que a “legenda negra” dos paulistas também poderia se estender para as suas vilas. A fundação forçada da vila de Pindamonhangaba, as várias rebeliões na região das Minas e a usurpação de competências pela Câmara de São Paulo demonstraram que delegar mais poder para potentados que vinham sendo taxados de insurretos era sobremaneira arriscado num momento em que a Coroa visava se fazer presente em regiões com promessas de capitalização rápida e com uma população mineira instável. Nesse sentido, as cartas de Dom Lourenço de Almeida (1721-1732) ao Rei seguem a argumentação do seu antecessor, Conde de Assumar, denunciando os perigos de se delegar poder aos colonos:

Faz-me preciso representar a Vossa Majestade, que por nenhum caso convém ao real serviço de Vossa Majestade que nestas Minas se criem mais Vilas de novo, porque não tem outra nenhuma serventia mais do que serem uma officina de vassallos, desobedientes a Vossa Majestade, porque todas quantas pessoas aspiram a serem Vereadores ou já foram com o pretexto para utilidade do povo, são inimigos declarados de tudo quanto é serviço de Vossa Majestade

¹¹⁷ BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial...** p. 35

¹¹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Cx. 19, Doc. 1884. A partir de agora todas as menções à documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados pelo projeto Resgate serão abreviados por AHU.

Recomendava ainda que “[...] antes se fora possível extinguir muitas das que estão criadas”¹¹⁹. Ademais, escrevendo sobre a viabilidade de criar vila no conflituoso arraial do Papagaio meses depois, o governador repete o argumento da inconveniência de se criar novas vilas, pois

[...] todos estes povos enquanto são arraiais vivem sossegadamente por não terem ambição de entrarem nas governanças, porque em sendo vilas, logo se formam parcialidades sobre que há de ser juiz e vereadores, e o pior que tomando o pretexto do bem comum e do povo, não querem consentir nada que seja em conveniência do real serviço de Vossa Majestade¹²⁰

A observação do governador deflagra como as vilas eram instrumentos poderosos para os potentados locais brigarem entre si e defenderem seus interesses frente às ordens régias. Por outro lado, *arraiais assossegavam-se* por não terem acesso às instâncias do poder colonial. Vale mencionar que, logo depois dessas cartas, Gomes Freire de Andrade assumiu o governo da Capitania de Minas Gerais (entre 1735-1736 e 1737-1752) e também o da Capitania de São Paulo (entre 1737-1739 e 1748-1764). Foi ele que encabeçou a reorganização administrativa dos territórios meridionais da Colônia, concentrando-os sob sua administração com, inclusive, a extinção da Capitania de São Paulo, bem como a não criação de vilas nesses territórios¹²¹.

Diante desse clima de tensão, seria conveniente deixar essa população acomodada em arraiais ou povoações, assistidos pelo poder eclesiástico, pois poderiam ter seu fluxo populacional controlado pelas listas das dioceses e pelas desobrigas da quaresma. Ademais, os núcleos eclesiásticos também eram importantes instrumentos para marcar presença em territórios sob disputa. Renata Malcher de Araújo, analisando a região Norte e Centro-Oeste da Colônia, aponta como os aldeamentos jesuítas foram progressivamente transformados em vilas e freguesias com o objetivo de trazer para o centro da administração da Coroa aqueles antigos núcleos de ocupação, inserindo-os em um projeto territorial de defesa e de povoamento da região Norte. A autora destaca:

[...] o quão importante é a questão do efetivo estabelecimento das freguesias, substituindo o espaço extraparoquial que os missionários tinham nas missões, onde não queriam inclusive receber os visitantes

¹¹⁹ Carta de 18 de abril de 1722 “Sobre não serem Convenientes mais criações de Vilas neste governo”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Nº 31, 1980, p. 113-114.

¹²⁰ Carta de 14 de outubro de 1722 “Sobre a vila do Papagaio” **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Nº 31, 1980, p. 131-132.

¹²¹ VIANA, Hélio. Bicentenário de Gomes Freire de Andrade: 1º conde de Bobadela. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**. V. 258, p. 222-225, jan. /mar. 1963.

do bispado, o que reforçava esta leitura de um espaço diferenciado. Do que Mendonça Furtado se apercebeu é que tal distinção punha em causa o espaço do rei, em seu sentido mais amplo. Não era só a autonomia do poder real sobre a igreja o que estava em causa, mas o próprio espaço, que precisa ser reivindicado como domínio da coroa e que a conjuntura das demarcações de limites bem explicita¹²².

As freguesias nas áreas de fronteira assumiam um lugar estratégico nas questões de limites entre a América espanhola e portuguesa e nas divisas entre as Capitânicas. A disputa do bispado de São Paulo com o do Rio de Janeiro no extremo sul e com o de Mariana entre o rio Grande e Sapucaí envolvia o controle de áreas que se queriam lusas e/ou regiões prósperas que estavam crescendo rapidamente.

Não se sabe o peso de todos esses fatos nas políticas de urbanização da Coroa, mas tanto São Paulo como a recém-criada Capitania de Minas Gerais ficaram longo tempo sem ter vilas erigidas em suas repartições. São Paulo, depois de Pindamonhangaba (1705), só voltou a ter vila em 1768 com a transformação de um aldeamento jesuíta em vila de São José da Paraíba. Da mesma forma, Minas Gerais teve um ritmo de implantação acelerado até 1718¹²³, mas, a partir da administração de Dom Lourenço de Almeida, esse fluxo cessou, sendo transformada em vila apenas o arraial do Papagaio (Minas Novas), em 1730, em condições muito particulares e inicialmente sob administração do Vice-Rei, Vasco Fernandes, localizado em Salvador¹²⁴. A Capitania só assistiu a uma nova criação, em 1789, com a Vila de São Bento do Tamanduá.

¹²² ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum à coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*, V. 20, n.1 jan-jun, 2012, p.58.

¹²³ Foram criadas as seguintes vilas em Minas Gerais no século XVIII e XIX: Mariana, Sabará, Ouro Preto (1711); São João del Rei (1712); Vila do Príncipe (Serro) e Caeté (1714); Pitangui (1715); Tiradentes (1718); Minas Novas (1730); São Bento do Tamanduá (1789); Queluz (1790); Barbacena (1791); Vila da Princesa da Beira (1798); Paracatu do Príncipe (1798); Jacuí e Baependi (1814).

¹²⁴ A fronteira norte da Capitania de Minas Gerais com a Bahia foi estabelecida pelo Conde de Assumar, em 1721, mas isso não impediu que autoridades baianas tentassem se apossar de algumas áreas auríferas nas fronteiras. Um grupo de paulistas, liderados pela família Prado (com apoio do Bispado da Bahia que consagrou algumas capelas à margem direita do São Francisco), articulou submeter-se também ao governo civil daquela Capitania, cujo sistema fiscal estava menos estruturado e muito distante. Assim, a transformação do arraial do Papagaio em vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso (conhecida como Minas Novas) foi comunicada primeiramente ao Vice-Rei soteropolitano Vasco Fernandes em 1729. Submetida pelo vice-Rei nos aspectos administrativos e militares, ela foi colocada sob autoridade judiciária mais próxima, ou seja, a Comarca de Serro do Frio, que, inclusive, foi responsável pela sua instalação oficial. Dom Lourenço de Almeida escreveu ao rei em 1730, desaconselhando a criação da vila, pois “tudo foi engano o que fizeram ao vice-rei”, todavia a vila foi criada e permaneceu sob governo baiano até 1757, quando foi passada definitivamente para Minas Gerais. FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 170-172; AHU. Carta de Dom Lourenço de Almeida ao Rei de 17 de janeiro de 1730, Caixa 16, doc. 16.

Soma-se a isso o fato de que na contramão do processo de centralização administrativa da região Sul e da própria Capitania de São Paulo nas mãos do Governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade (1748), em sentido contrário, há uma descentralização da administração eclesiástica, na qual D. João V divide o bispado do Rio de Janeiro em quatro partes: duas prelazias em Goiás e em Cuiabá e dois novos bispados em Mariana e em São Paulo (1745). Ao que parece, houve um aumento da rede eclesiástica –sobretudo de freguesias - subordinada à rede de vilas existentes, num momento em que não foram criadas novas vilas na Capitania.

Criar um bispado na América portuguesa significava criar um centro administrativo com diversos funcionários responsáveis por gerir um vasto território subdividido por paróquias ou freguesias, cujo responsável era o pároco. Cada uma delas, como vimos, era composta por uma igreja matriz, o povoado, o conjunto dos fiéis, áreas rurais ocupadas, sertões e capelas filiais visitadas por um capelão, que era subordinado ao pároco. Se a freguesia tivesse mais recursos, poderia contar também com um coadjutor responsável por ajudar o titular da paróquia. Uma quantidade de freguesias dentro de uma determinada região poderia ser agrupada em comarcas eclesiásticas sob responsabilidade de um vigário da vara ou forâneo. Ele era uma extensão do bispo, no sentido de fiscalizar as paróquias. Por fim, também era reponsabilidade dos bispados os sacerdotes regulares ligados a alguma ordem religiosa¹²⁵.

Dalila Zanon, interessada em descobrir os ecos tridentinos na São Paulo setecentista, mostra como atuou o Bispado de São Paulo depois de sua implantação. Destaca, primeiramente, em consonância com a pesquisa de Fernando Torres Londoño¹²⁶, que as nomeações de bispos eram norteadas por interesses tanto eclesiásticos quando políticos, frequentemente em conflito. Isso ocasionava longas vacâncias nas dioceses e empossados interessados em questões não diretamente ligadas à fé dos colonos, com destaque para as questões territoriais. As contendas do Morgado de Mateus, envolvendo os Bispados do Rio de Janeiro e de São Paulo em torno do rio Pelotas (quando ele

¹²⁵ FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei...** Op. Cit; ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo...** p. 77.

¹²⁶ “Funcionários reais apresentados ao papa para serem sagrados, os bispos transitavam no meio de inúmeras contingências políticas e eclesiásticas que envolviam jogos de poder, vetos, entraves burocráticos, desavenças com o papado e até conflitos internacionais”. LONDOÑO, Fernando Torres. **Público e escandaloso: Igreja e concubinato no Antigo Bispado do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado (em História). FFLCH, USP: São Paulo, 1992, p. 163-164.

planejava criar a vila de Lages) e, depois, em torno do rio São Francisco (na tentativa de fundação da vila de Guaratuba), exemplificam bem essas ligações¹²⁷.

O primeiro bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira, entre outras atribuições, recebeu alvará régio para “[...] executar os exames necessários, segundo o concílio de Trento, para o provimento dos beneficiários [...]” do novo bispado. Isso significa que o Bispo absorvia a função da Mesa de Consciência e Ordens de nomear os maiores cargos do bispado e os de novas freguesias¹²⁸. Além disso, Zanon aponta também que outro trabalho dos bispos era fazer valer as leis da Constituição da Bahia, que, na prática, configurou-se no envio de cartas pastorais para as freguesias. Elas eram “referência básica na orientação do trabalho dos párocos”¹²⁹ que, por sua vez, deveriam anotá-las nos livros de tombo das paróquias e serem transmitidas aos fregueses na missa¹³⁰. As visitas pastorais, nesse contexto, teriam o papel de fiscalizar se as normas do Concílio e as Constituições da Bahia estavam sendo cumpridas. Os pontos em desacordo também eram anotados nos livros de tombo para a verificação numa futura visita.

Ao analisar essa documentação, a pesquisadora aponta que, no cotidiano das freguesias, uma tarefa importante para os párocos era a *desobriga quaresmal*. Ela consiste na obrigação de todos os cristãos se confessarem e comungarem no tempo da quaresma. Era trabalho do pároco local atender todos os fiéis e isso significava locomover-se a todos os domicílios de sua freguesia. Fazia-se, assim, uma lista das pessoas já desobrigadas em cada circunscrição, constituindo um sistema capilarizado de controle das pessoas residentes, chegantes ou de partida. As listas produzidas pelos párocos hoje consistem em importantes documentos para a demografia histórica e, em grande medida, cumpriam a mesma função das listas nominativas a partir do governo de Morgado de Mateus. Há diversos documentos que deflagram a utilização dessas listas por funcionários régios. Em 1722, o Governador Rodrigo César de Menezes, por exemplo, requereu aos padres de todas as aldeias indígenas da Capitania listas dessas populações com dados sobre o estado civil, idade e número de filhos¹³¹; em 1734, Antônio Luiz de Távora, Conde de Sarzedas, ao solicitar ao superintendente das Minas de Goiás a relação das pessoas livres e escravas daquele distrito, recomendava acompanhar as listas de comungantes da respectiva

¹²⁷ DI, Vol. 72, p. 124-132.

¹²⁸ ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo...** p. 57.

¹²⁹ Ibidem, p. 60.

¹³⁰ Ibidem, p. 62.

¹³¹ DI, Vol. 20, p.17.

paróquia¹³²; em 1798, o Capitão-Mor José Gomes de Gouveia Silva, de São Luiz do Paraitinga, enviou uma carta para o Governador da Capitania, informando o envio da lista de população, mas alertando que ela não estaria muito completa, pois o “pároco não difere pretos e brancos nos seus livros”¹³³.

Vale ressaltar que, devido ao tamanho da circunscrição das freguesias e a imprecisão de suas fronteiras, esse trabalho nem sempre era cumprido com perfeição. Uma das ações de D. Bernardo foi justamente tentar resolver o problema de limites das freguesias. Alguns meses depois de se reunir com os párocos da cidade de São Paulo, ele lançou uma pastoral a fim de regularizar a questão:

[...] no termo de dois meses tomará [o pároco] a rol todos os casais e pessoas maiores e menores que ficaram compreendendo no demarcado terreno e limite de sua freguesia; o qual rol com a dita certidão remeterá pela nossa câmara no referido termo [...]¹³⁴

Zanon aponta ainda que essa determinação encontrou resistências, tanto por parte dos párocos quanto por parte dos devotos. Elas aconteciam pela vontade dos fregueses em comungar no local onde tradicionalmente faziam seus descendentes como também por causa das conhecenças, ou seja, taxa cobrada pelo pároco no momento da desobriga quaresmal. Assim, tanto os fiéis (sobretudo aqueles com muitos escravos) tendiam a frequentar paróquias com conhecenças mais baixas, quanto os párocos não queriam perder fiéis responsáveis pela sua renda anual. Um exemplo interessante nesse sentido é a resposta do bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio do Desterro, aos oficiais da Câmara da Vila do Desterro (Florianópolis) em 1758:

[...] vejo muito bem a grande falta em que ficaram êsses moradores de quem lhes administre o pasto espiritual na retirada dos PP. da Companhia de Jesus, por não haverem nessa terra clérigos que possam suprir as suas vêzes; eu conheço muito bem a necessidade, porém não vejo os meios de a remediar, porque é essa terra tão pobre e os seus moradores tão remissos em concorrerem ainda com o que têm de obrigação para os párocos, que estou em têrmos de não ter clérigos que queiram ir servir de párocos nessas igrejas, porque os freguezes deram de não querer pagar as ofertas 'de batizados, de casamentos, espórtulas de entêrros e os mais emolumentos que são devidos aos párocos nem as do costume que se praticam nas mais igrejas, ainda coladas dêste Bispado, não fica a um pobre pároco do que se sustente e nessa forma

¹³² MARCÍLIO, Maria Luíza. **A cidade de São Paulo...** p. 78.

¹³³ APESP. Ofícios da Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga. 1798. Cod.C00298. Doc. 1.1.373.

¹³⁴ Pastoral de D. Bernardo Rodrigues Nogueira de 28 de outubro de 1747. Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo. Livro de tombo da Sé Cod. 2-2-17, p. 111. APUD ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo...** p. 71.

quem há de querer ir servir essas igrejas, em que o trabalho é excessivo, porque o pároco é só e o rendimento nenhum?¹³⁵

Nota-se pela bibliografia e pela documentação que a instalação do Bispado de São Paulo significava também alguma forma de controle da população a partir de uma rede de freguesias administradas por um conjunto de funcionários que iam desde o bispo até os párocos. Sobretudo, a desobriga quaresmal permitia o controle da população por meio de listas, que eram também utilizadas pelo governo civil quando necessário. Nesse sentido, Beatriz Bueno, no artigo *Dilatação dos Confinos*, afirma que impérios, reinos, conquistas, províncias, capitanias, comarcas e bispados compreendem divisões territoriais que eram desenhadas ao sabor das relações sociais em jogo. As fronteiras jurídicas eram resultado de jogos políticos que, por sua vez, definem a noção de território e o distingue da de espaço¹³⁶. Com base em Murillo Marx, a autora aponta quais funções cumpriam uma freguesia na lógica do território:

A elevação de uma comunidade ao estatuto de capela curada significava a ascensão de uma região inóspita a núcleo reconhecido pela Igreja e também a garantia de visita de um pároco (cura). Tanto o acesso à assistência religiosa como o reconhecimento de fato e de direito perante a Igreja e o Estado motivavam a solicitação junto ao bispado. A subsequente elevação à condição de freguesia garantia o acesso ao batismo, ao casamento, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos, aos registros de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais.¹³⁷

Da mesma forma, Cláudia Damasceno da Fonseca, ao estudar a formação da rede de freguesias da Capitania de Minas Gerais no século XVIII, aponta que a criação de uma paróquia pressupunha a existência de um núcleo de povoamento estável. Embora a formação dessa rede inicialmente dependesse da iniciativa particular dos colonos ao construírem ermidas e estabelecerem povoados ou arraiais, a criação de uma paróquia era sinal de consolidação e prosperidade de um determinado núcleo. Ela afirma que, embora em alguns casos fatores políticos se sobrepuseram na seleção da localidade, critérios econômicos e demográficos foram importantes na seleção da futura paróquia. Assim, suas datas de criação seriam “como índices indiretos da formação e do desenvolvimento dos núcleos de povoamento”¹³⁸. Vale relembrar (a exemplo da vila do Desterro) que era

¹³⁵Arquivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Maço de manuscritos originais, N. 1241. APUD: CABRAL, Oswaldo. Subsídios para a História Eclesiástica de Santa Catarina. A Diocese de Florianópolis. Sua Criação. Seus Prelados. **Revista de História**. São Paulo: v. 35 n. 72, 1967, p. 430.

¹³⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confinins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do museu paulista**. v.17 n.2. São Paulo: Jul/Dec. 2009, p. 251.

¹³⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confinins... p. 252.

¹³⁸ FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei...** p. 83.

interessante tanto para Coroa como para aos eclesiásticos controlar o fluxo demográfico da localidade, principalmente se ela fosse próspera, pois isso asseguraria a manutenção da paróquia, os honorários do pároco e, eventualmente, de um capelão, coadjutor e até mesmo de um vigário da Vara.

Partindo das considerações das pesquisadoras, buscamos identificar quais freguesias foram criadas até a restauração da Capitania de São Paulo em 1765. Em carta datada de 1766, Morgado de Mateus lista que a Capitania tinha 32 freguesias¹³⁹. Além dessas, acrescentamos também as que foram criadas pelo bispado do Rio de Janeiro em torno do Caminho de Viamão e algumas criadas pelo bispado de São Paulo e que hoje pertencem ao Estado de Minas Gerais. A partir dessa lista, pudemos encontrar as datas de sua criação por meio do *Anuário Católico*, que consiste em um índice com informações de todas as paróquias do Brasil¹⁴⁰ e outros trabalhos que abordaram a questão e serão citados a seguir. Contudo, é importante frisar que as datas devem ser consideradas aproximativas, pois há divergência entre os autores que ora consideram a data da construção da primeira capela e ora sua confirmação como paróquia. Com a sistematização desses dados, construímos a tabela abaixo:

Tabela 1: Freguesias da Capitania de São Paulo

Nº	Freguesia/ vila a qual era ligada	Data de Criação	Vila atual	Data criação Vila
Século XVI				
1	De todos os Santos (Santos)	1545	Santos	1545
2	de São Vicente (São Vicente)	1553	São Vicente	1532
3	de Santana de Itanhaém (Itanhaém)	1561	Itanhaém	1561
4	das Neves (Iguape)	1577	Iguape	
5	de São João Batista (Cananeia)	1587	Cananeia	1600
6	da Sé de São Paulo (São Paulo)	1591	São Paulo	1554
Século XVII				
7	de Santana (Mogi das Cruzes)	1611	Mogi das Cruzes	1611
8	de N. S. de Nazareth (São Paulo)	1614	Nazaré Paulista	1850
9	de Santana de Parnaíba (Idem)	1625	Santana do Parnaíba	1625
10	de São Sebastião (São Sebastião)	1636	São Sebastião	1636
11	da exaltação da Santa Cruz (Ubatuba)	1637	Ubatuba	1637
12	de N. S. da Ponte (Sorocaba)	1645	Sorocaba	1661

¹³⁹ DI, Vol. 73, p. 65-66.

¹⁴⁰ CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (SERES). *Anuário Católico do Brasil*. Rio de Janeiro: CERIS, 2015. 14ª edição.

13	de Santo Antônio (Guaratinguetá)	1651	Guaratinguetá	1657
14	de N. S. da Candelária (Itu)	1653	Itu	1657
15	de N. S. do Rosário (Paranaguá)	1655	Paranaguá	1653
16	de N. S. do Desterro (Jundiaí)	1665	Jundiaí	1655
17	de N. S. da Conceição (Guarulhos)	1685	Guarulhos	1850
18	de Santo Amaro (São Paulo)	1686	São Paulo	1545
19	de S. Francisco das Chagas (Taubaté)	1688	Taubaté	1645
20	de N. S. da Conceição (Jacareí)	1700	Jacareí	1653

Século XVIII (até 1765)

21	de N. S. da Penha de Arassariguama (S. Ana do Parnaíba)	1701	Araçariguama	1874
22	de N. S. de Monserrate de Cutia (São Paulo)	1703	Cotia	1856
23	de N. S. do Bom sucesso (Pindamonhangaba)	1705	Pindamonhangaba	1705
24	de N. S. da Piedade (Guaratinguetá)	1718	Lorena	1788
25	de S. João de Atibaya (São Paulo)	1719	Atibaia	1769
26	de N. S. do Pilar da Ilha Graciosa (Paranaguá)	1719	Antonina	1797
27	de N. S. May dos Homens de Araraytaguaba (Itu)	1728	Porto Feliz	1797
28	de N. S. da Conceição do Facão (Guaratinguetá)	1731	Cunha	1785
29	de S. Ant ^o das Minas de Apiahy (Sorocaba)	1736	Apiaí	1771
30	de N. S. da Conceição de Mogi Guaçu (Jundiaí)	1740	Mogi Guaçu	1877
31	de N. S. da Conc. das Minas de Paranapanema (Sorocaba)	1746	Capão Bonito	1857
32	de N. S. da Luz (Curitiba)	1747	Curitiba	1693
33	de S. José de Mogi-Mirim (Jundiaí)	1751	Mogi-mirim	1769
34	de São José (Curitiba)	1757	São José dos Pinhais	1853
35	de N. S. da Soledade das Minas de Itajubá (Guaratinguetá)	1762	Delfim Moreira	
36	de N. S. da Guia de Xiririca (Iguape)	1763	Eldorado	1842
37	de N. S. da Conceição de Jaguary (São Paulo)	1765	Bragança Paulista	1767
38	de N. S. do Desterro de Juquery (São Paulo)	?	Mairiporã	1871

Freguesias sob disputa em território mineiro

43	de N. S. da Conceição de Aiuruoca	1718	Aiuruoca	1834
44	de N. S. da Conceição de Carrancas	1736	Carrancas	1948
45	de Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde	1739		
39	de N. S. de S. Anna de Sapocahy (?)	1748	Silvianópolis	
41	de N. S. da Conceição do Pouso Alto	1748	Pouso Alto	1878
46	de São Francisco de Paula de Ouro Fino	1749	Ouro Fino	1868
42	de N. S. de Monserrate de Baependi	1752	Baependi	1814
40	de S. Pedro de Alcântara e almas (?)	1762	Jacuí	
47	de N. S. da Assunção de Cabo Verde	1766		

Freguesias criadas nos atuais Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina

48	de N. S. da Graça do Rio de S. F. do Sul (?)	1660 (?)	S. F. do Sul	1660
49	de S. Antônio dos Anjos da Laguna	1676 (?)	Laguna	1720
50	de Nossa Senhora do Desterro (?)	1712 (?)	Florianópolis	1712
51	de São Pedro	1736	Rio Grande	1737
52	de N. S. da Conceição de Viamão	1747	Viamão	
53	de N. S. das Necessidades (Florianópolis)	1750	Florianópolis	1726
54	de N. S. da Conceição da Lagoa (Florianópolis)	1750	Florianópolis	1726
55	de S. Miguel da Terra Firme (Florianópolis)	1750	Biguaçu	1833
56	de N. S. do Rosário da enseada de Brito (Florianópolis)	1750	Palhoça	1793
57	de S. José da Terra Firme (Florianópolis)	1751	São José	1833
58	de Santana da Vila Nova (?)	1752	Imbituba	1923
59	de Santo Amaro (Viamão)	1753	General Câmara	
60	do Senhor Bom Jesus do Triunfo (Viamão)	1756	Triunfo	1831
61	de N. S. do Rosário de Rio Pardo (Viamão)	1762	Rio Pardo	1809
62	de Santo Antônio (Viamão)	1763	S. Ant. da Patrulha	1809
63	de São José de Taquari (?)	1764	Taquari	1849
64	de N. S. da Conceição do Estreito	1765	S. José do Norte	1831
65	de N. Senhora da Oliveira (?)	1768	Vacaria	1850
	de N. S. dos Prazeres de Lages	1770	Lages	1771
66	de S. Francisco do Porto dos Casais (Viamão)	1772	Porto Alegre	1773
67	de N. S. da Conceição do Arroio (?)	1773	Osório	1857
68	de São Luís das Mostardas (?)	1773	Mostardas	1963
69	de N. S. da Conceição da Cachoeira (?)	1779	Cachoeira do Sul	1819

Fonte: CERES, 2015.

Na **Tabela 1**, a primeira coluna contém o nome da freguesia e a vila a qual era ligada no momento em que foi criada; na segunda, a data de criação da freguesia; na terceira a cidade, à qual pertence o território da freguesia hoje e, por fim, a data de criação dessa vila/cidade. As freguesias foram organizadas por ano de criação e por século. Não conseguimos encontrar até o presente momento a data de criação da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Juquery e as freguesias de Minas pertenciam a São Paulo, mas teriam sido “violentamente usurpadas pelo reverendo Cabildo de Mariana”¹⁴¹. Como veremos adiante, o Bispado de São Paulo, no momento de sua criação, tinha como limite a Colônia do Sacramento, mas na lista do Morgado de Mateus foram arroladas as freguesias até o atual Estado do Paraná.

¹⁴¹ DI, Vol. 73, p. 65.

Tabela 2: Número de Freguesias criadas em São Paulo até 1777

Período	1500- 1550	1545- 1600	1601- 1650	1651- 1700	1701- 1750	1751- 1777 ¹⁴²
Nº de freg. SP	1	5	6	8	12	22
Nº de freg. sul de MG					6	3
Nº de freg. SC e RS				2	7	14
Total	1	5	6	10	25	39

Fonte: CERES, 2015.

Ao reorganizar os dados por períodos, observamos, na **Tabela 2**, que houve um crescimento contínuo de freguesias tanto nos territórios pertencentes ao Bispado de São Paulo no momento de sua criação, quanto nas suas circunscrições depois de subtraídos os territórios do sul de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Se estendermos o período da penúltima coluna até a Restauração da Capitania (1765), temos um total de 17 freguesias criadas. Na última coluna, contabilizamos as freguesias até 1777, data do arrolamento do Bispo D. Fr. Manuel da Ressureição, porém elas continuaram crescendo, chegando a 88 em 1824¹⁴³. Em caráter de comparação, no período de 1701 até 1750, o número de freguesias criadas foi menor que as surgidas em Minas Gerais que, até 1752, tinha 60 capelas transformadas em paróquias encomendadas (nomeadas pelo Bispo e pagas pela população) e 45 dessas transformadas em freguesias coladas (pagas pela Coroa). No entanto, entre 1753 e 1822, o ritmo de criação diminuiu para 29 e 9 respectivamente¹⁴⁴, enquanto São Paulo parece ter permanecido num crescimento contínuo.

Sabedores das freguesias existentes em São Paulo e sua data de criação, podemos, então, espacializar esses dados de forma aproximada e hipotética na porção correspondente à Capitania de São Paulo na primeira *Carta Geral do Brasil* de 1797 (**Figura 2 – Freguesias da Capitania de São Paulo e áreas de litígio**). A partir da espacialização hipotética das freguesias, almejamos contribuir com o tema da urbanização de São Paulo no período colonial, demonstrando que não houve estagnação no processo de urbanização da Capitania. Conforme a revisão bibliográfica realizada na primeira parte deste capítulo, vimos que muitos fatores orientaram o surgimento de vilas na Capitania de São Paulo até a primeira metade do século XVIII: mineração, expansão

¹⁴² Até o arrolamento de RESSURREIÇÃO, D. Fr. Manuel da. *Relação Geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguesias, usos e costumes*. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**, vol. IV, 1898-99, São Paulo: Typ. Andrade, Mello & Cia., pp. 351-415.

¹⁴³ NEVES, Guilherme Pereira. **E receberá mercê**: a mesa de Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997, p. 214.

¹⁴⁴ FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei...** p. 98.

agrícola, apresamento de índios, pecuária, proteção das fronteiras, crescimento e movimento da população etc. A seguir, analisaremos o surgimento das freguesias à luz desses mesmos fatores, dando ênfase a seus aspectos econômicos e demográficos. Segundo essa mesma bibliografia, embora o processo de urbanização não guarde uma correlação direta entre as dinâmicas econômicas e demográficas, em alguma medida, esses fatores estavam presentes na eleição das povoações que se transformaram em freguesias e vilas. Assim, ao priorizar tais dinâmicas, objetivamos sinalizar o movimento dessas povoações, cuja localização foi orientada pelas principais estradas que cortavam a Capitania: o caminho para Viamão, para as minas de Goiás e Mato Grosso e, por fim, para as Minas Gerais e Rio de Janeiro.

1.3 - O Caminho de Viamão

No momento em que o Morgado de Mateus tomou posse da Capitania de São Paulo, o território do bispado era menor do que no momento em que foi criado. Em 18 de dezembro de 1745, data da nomeação de Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, o Bispado de São Paulo tinha como marco divisório o rio Paraíba, separando do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

A partir desse rio, estendia-se até as últimas regiões da Colônia de Sacramento. Isso significa que todo o chamado Caminho de Viamão ficava sob os cuidados do Bispado no momento da sua criação. Esse caminho começou a ser construído a partir de 1728 pelo Governador de São Paulo, Caldeira Pimentel, a partir de uma picada, saindo dos campos de Viamão, subindo a Serra Geral, passando os campos de Vacaria dos Pinhais e seguindo para os Campos de Curitiba. Dessa vila, alcançava um caminho já existente até Sorocaba¹⁴⁵.

¹⁴⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins... p. 272; CABRAL, Oswaldo. Subsídios para a História Eclesiástica de Santa Catarina. A Diocese de Florianópolis. Sua Criação. Seus Prelados. **Revista de História**. São Paulo: v. 35 n. 72, 1967, pp 417-461.

Figura 2: Freguesias da Capitania de São Paulo e Áreas de Litígio (séculos XVI-XVIII)

FREGUESIAS DA CAPITANIA DE SÃO PAULO E ÁREAS DE LITÍGIO(séculos XVI - XVIII)

Cidades em processo: São Luiz do Paraitinga no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)

Diogo Fonseca Borsoli | Fonte: Carta geographica de projeção esférica ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil

Fonte: Carta Geographica de Projeção Esférica da Nova Lusitania (modif.)

No momento da criação do Bispado, não houve questionamentos sobre sua dimensão, pois o posto de Bispo do Rio de Janeiro estava vago, mas, naquele mesmo ano, quando D. Frei Antônio do Desterro assumiu o cargo, não concordou com a divisão, surgindo então um conflito de jurisdição entre os dois bispados¹⁴⁶. A disputa se estendeu por alguns anos com Dom Bernardo, inclusive, enviando uma determinação aos párocos sobre a nova administração, ameaçando remover os que não aceitassem. Por outro lado, o Bispo do Rio de Janeiro reivindicou a região, alegando que aquelas áreas faziam parte do governo civil do Rio de Janeiro. A contenda se arrastou até 1750, momento que a área em questão voltou para o Bispado do Rio de Janeiro e os limites de ambos se aproximaram das respectivas capitanias, embora as delimitações dessas também carecessem de precisão¹⁴⁷.

Até o final do século XVII, a ocupação lusa no extremo sul era rarefeita. Paranaguá (1648) e Curitiba (1693) eram os postos mais avançados. No século XVIII, criou-se a vila de Desterro (1726), de Laguna (1714) e depois de quase 70 dias de viagem chegava-se a Colônia de Sacramento (1680). Essas vilas foram frutos do avanço de grupos paulistas, cujos principais cargos camarários foram ocupados pelos mesmos que conservaram ligações com as principais famílias de Piratininga¹⁴⁸. O território entre Sacramento e Laguna era impreciso em termos geográficos, pois não havia uma definição de quem o administrava. Era um território de circulação de pessoas e mercadorias, mas com limites em disputa por vários tratados internacionais. Os confrontos entre Portugal e Espanha acerca da permanência lusa na foz do rio da Prata direcionaram uma primeira frente de ocupação militar na região com a fundação do presídio de Jesus, Maria e José em 1737, aproximadamente no meio do percurso entre Sacramento e Laguna e o único porto marítimo da região. O presídio tornou-se vila de Rio Grande somente em 1751.

Uma outra estratégia de controle do território foi o incentivo à ocupação contínua da região. A demanda por abastecimento de carne para a região das Minas motivou alguns lagunenses a ocupar os campos de Viamão a fim de trazer e domesticar gado das missões. Segundo Fábio Kuhn, houve uma acelerada ocupação de Viamão no período. Em 1746,

¹⁴⁶ OSWALDO. Subsídios para a História Eclesiástica de Santa Catarina... p. 419.

¹⁴⁷ RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Volume 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, p. 64.

¹⁴⁸ KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808). **Revista de História**: São Paulo, Nº 169, julho / dezembro, 2013 p. 65.

existiam no local cerca de 50 famílias e outras 9 na região de Tramandaí, mais ou menos um terço dos 183 fogos de Laguna. Em finais da década de 1740 e início de 1750, o número subiu para 800 famílias devido às migrações açorianas¹⁴⁹. Nessa região, foram concedidas sesmarias e instaladas as primeiras estâncias, mas tais sesmeiros ainda tinham que andar cerca de 400 quilômetros até a vila catarinense para cumprir suas obrigações religiosas. A freguesia de Viamão foi criada em 1747 a partir de uma ermida levantada em 1741 ainda sob administração do Bispado de São Paulo. Mais tarde, os ataques espanhóis de 1763 obrigaram levas de colonos assentados em Rio Grande a se mudarem para os campos de Viamão, juntamente com o seu “concelho” de Câmara, que passou a funcionar nessa freguesia. Em 1773, devido a atritos com o governador, o “concelho” se trasladou novamente de Viamão para o povoado de Porto Alegre, que se tornou, a partir de então, a nova capital do Continente de São Pedro¹⁵⁰. A área cingida por Viamão era imensa e nas décadas seguintes deram origem a outras, já sob administração do Bispado do Rio de Janeiro, como Santo Amaro (1753), do Senhor Bom Jesus do Triunfo (1756), Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1762), Santo Antônio da Patrulha (1763), aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (hoje Gravataí – 1763), São José de Taquari (1764), Nossa Senhora da Conceição do Estreito (São José Norte – 1765), Nossa Senhora da Oliveira (hoje Vacaria – 1768), São Francisco do Porto dos Casais (hoje Porto Alegre – 1772)¹⁵¹, Nossa Senhora da Conceição do Arroio (hoje Osório – 1773), São Luís das Mostardas (1773) e Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (1779)¹⁵².

A criação da Capitania do Rio Grande de São Pedro, subalterna ao Rio de Janeiro, data de 1760, e contou durante quase todo o período colonial com apenas 4 vilas: Rio Grande (1737), Porto Alegre (1773), Santo Antônio da Patrulha (1809) e Rio Pardo (1809). A rede de freguesias, no entanto, era muito maior e contribuiu para a consolidação da ocupação da atual região do Rio Grande do Sul. A partir da **Figura 2**, pode-se observar que a distribuição das freguesias acompanhava 3 eixos de orientação: o primeiro, margeando o sul da Lagoa dos Patos (onde se localizava uma saída para o mar e único

¹⁴⁹ KÜHN, Fábio. **Gente de fronteira**: família, sociedade e poder no Sul da América portuguesa – Século XVIII. Tese de Doutorado. Faculdade de História. Niterói: UFF, 2006, p. 77.

¹⁵⁰ KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa... p. 73.

¹⁵¹ No momento da criação da vila, em 1773, a freguesia foi rebatizada de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.

¹⁵² LUZ, Maturino Santos; HORTENCIO, Leonardo Marques. A influência da imigração portuguesa na criação das freguesias no século XVIII no Rio Grande do Sul – o caso de Rio Pardo. **Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur**: Rio de Janeiro, 2011.

porto marítimo da região). O segundo foi a subida da Serra até acessar a sesmaria dos jesuítas, ou Campos de Vacaria, os quais consistiam em uma planície extensa que tem início nas proximidades dos cânions que hoje formam o Parque Nacional dos Aparados da Serra e se estende até os Sete povos das missões¹⁵³. O terceiro era em torno do lago Guaíba e rio Jacuí adentro até acessar a chamada “estrada dos bandeirantes”, que se iniciava em São Paulo, margeava tanto as missões das atuais Argentina e Paraguai e chegava no lago Mirim, abaixo da lagoa dos Patos. Nota-se que as freguesias formavam quase uma linha reta de ocupação lusa, fechando a estrada dos Bandeirantes a Lagoa dos Patos, pelo rio Jacuí, de invasões castelhanas e dos índios das missões. Nesse contexto, Gomes Freire de Andrade, responsável pela demarcação de limites do Tratado de Madri, determinou a criação de um depósito de provisões e víveres, em 1751, que deu início ao forte Jesus, Maria, José, depois, freguesia de Rio Pardo.

O território que corresponde ao atual Estado de Santa Catarina ficaria sob administração do Bispado do Rio de Janeiro depois de resolvido os problemas de jurisdição com São Paulo e transformou-se, em 1738, em uma Capitania subordinada também ao Rio de Janeiro. Os primeiros núcleos de povoamento da região remontam à segunda metade do século XVII e, segundo Nestor Goulart Reis, foram as atividades de mineração no vale do rio Itajaí que impulsionaram a criação da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul, em 1660¹⁵⁴. Treze anos depois, surge um povoado chamado de Nossa Senhora do Desterro (atual cidade de Florianópolis), que se tornou vila em 1726 e, por fim, o vilarejo de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, criado em 1676 e transformado em vila em 1720. A migração açoriana que transformou rapidamente os campos de Viamão também incidiu nessa região e, por volta de 1750, foram criadas diversas freguesias nas áreas que começavam a ser ocupadas. Na atual Ilha de Florianópolis, além da Freguesia de N. S. do Desterro (1712), foram criadas, em 1750, as de Nossa Senhora das Necessidades (atual Santo Antônio de Lisboa) e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (atual Lagoa da Conceição). No continente, criou-se também, em 1750, a freguesia de São Miguel da Terra Firme (atual Biguaçu), a de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito (atual Palhoça), além da de São José da Terra Firme (atual São José), em 1751 e, finalmente, a Freguesia de Santa Ana de Vila Nova em 1752 (atual

¹⁵³ Até hoje o Museu Municipal de Vacaria guarda o marco de delimitação dessa Sesmaria datado de 1692.

¹⁵⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul... p. 217.

Imbituba)¹⁵⁵. A criação desses núcleos, entre outros motivos, tinha a função de povoar e proteger ilhas e enseadas das incursões espanholas que afetivamente tomaram a ilha de Santa Catarina em 1777.

Os territórios dos Campos de Curitiba permaneceram sob a administração de São Paulo mesmo depois das confusões acerca dos limites com o bispado do Rio de Janeiro. A ocupação do planalto de Curitiba deu-se no século XVII dentro do mesmo movimento de mineração que se estendeu de São Paulo ao vale do Itajaí. A fundação de Paranaguá, em 1649, teve o intuito de controlar essa atividade, onde inclusive foi instalada uma casa de fundição no mesmo ano. Reis identifica não só indícios de mineração em rios próximos ao atual litoral paranaense, mas também no planalto com a formação de alguns arraiais mineradores, tais como o Arraial Queimado e o Arraial Grande, provavelmente, acompanhando os rios Atuba e Açungui. Alguns desses arraiais se transformaram em povoações estáveis, como a de São José e a de Curitiba¹⁵⁶.

No começo do século XVIII, juntamente com a mineração, consolidou-se uma economia voltada para o mercado interno, principalmente, a criação de gado para abastecer Minas Gerais, bem como atividades correlacionadas com o tropeirismo e a invernagem. Com a finalização da estrada do Sul, por volta de 1733, a passagem das tropas envolveu cada vez mais pessoas nos chamados “Campos de Curitiba”, com relatos de fazendeiros indo aos Campos de Viamão buscar cavalos e gado para vender e criar. Esse comércio motivou a rápida formação de fazendas para arrendamento de pastos e/ou criação de animais. O aluguel de poteiros era uma atividade próspera, pois a viagem de Viamão às feiras de Sorocaba demorava meses e era necessário descansar e engordar as tropas antes de apresentar à venda¹⁵⁷. Tais atividades motivaram a implantação de duas freguesias até 1765. Pela *Carta Geral do Brasil*, nota-se que, no final do caminho que ligava Curitiba ao mar, começou uma aglomeração em torno do porto, onde foi criada a

¹⁵⁵ CABRAL, OSWALDO. Subsídios para a História Eclesiástica de Santa Catarina... p. 417-461; IPHAN. **As Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Freguesias%20-%20Resumo%20Dossi%C3%AA%20de%20Tombamento.pdf>> Acesso em: 16 maio 2019; SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme**. Estudos sobre o governo de uma *capitania* subalterna (1738-1807). Tese de doutorado (em História). FFLCH. USP: São Paulo, 2008; SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. **A Freguesia de São Miguel da Terra Firme: Aspectos Históricos e Demográficos — 1750-1894**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1996.

¹⁵⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul...** p. 198- 215.

¹⁵⁷ GUTIERREZ, Horácio. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi** (Rio J.) [online], vol. 5, n. 9, 2004, p. 103.

Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Ilha Gracioza, ligada à Paranaguá (hoje cidade de Antonina), em 1719. Reis indica que, no momento da criação dessa freguesia, o povoado exercia atividades de mineração e uma agricultura de subsistência. A freguesia se torna vila de Antonina apenas nos últimos anos do século XVIII, momento em que o núcleo desenvolvia um mercado de construção naval¹⁵⁸.

O mesmo autor diz que na região onde se formou São José dos Pinhais havia atividades de mineração, mas não foi mencionada a existência de arraiais¹⁵⁹. A formação do povoado em que foi criada a Freguesia de São José (1757) – ligada a Curitiba – talvez esteja ligada com as atividades de criação de gado em meio ao *Caminho das Boiadas* que ligava Paranaguá aos Campos de Curitiba, como aponta o mapa.

O vale do Ribeira também é citado com uma área em que houve uma duradoura atividade de mineração e a criação de algumas freguesias em torno dessa atividade na primeira metade do século XVIII. As fundações quinhentistas de Cananeia e Iguape estariam apenas indiretamente ligadas à mineração, mas se beneficiaram dessas atividades, uma vez que eram pontos de acesso às tais áreas e, inclusive, em Iguape foi instalada uma Casa de fundição, que funcionou em diversos períodos até meados do século XVIII¹⁶⁰. As atividades de mineração aconteceram mais acima no vale do Ribeira em torno das minas Vuporanduba, Iporanga, Apiahy e Sorocaba, a partir de 1665¹⁶¹. No século XVIII, algumas dessas minas foram transformadas em Freguesias, como a de Nossa Senhora da Conceição das Minas de Parapanema (1746), Nossa Senhora das Minas de Apiahy (1736), ambas ligadas à Sorocaba e, mais próxima ao litoral, a Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Xiririca (1763), ligada à vila de Iguape e, hoje, cidade de Eldorado.

A freguesia de Apiaí foi elevada à vila pelo Morgado de Mateus em 1771. José Flávio Motta e Agnaldo Valentin¹⁶² mostram, pelos Maços de população de Sorocaba,

¹⁵⁸ REIS, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul...** p. 212-213.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 208.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 189.

¹⁶¹ Ernesto Yong publicou uma série de documentos sobre Iguape, entre eles uma declaração de cobrança de 1655 feita por Domingos Roiz Cunha, na qual diz: “Que ele suplicante achando-se nas lavras de upuranga ano e meio em todo este tempo andava em cobrança do dito seu Irmão, fazendo os gastos e da custa e em três viagens que fizera às minas do Piahy a uma cobrança do Capitão-mor Francisco Alves Marinho sem o dito seu Irmão lhe desses desgostos”. Ernesto G. Young, *Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, V. II, 1898, p. 105.

¹⁶² MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). *Revista Afro-Ásia*, N. 27, 2002, pp. 161-192.

que a Freguesia era composta por 43 fogos e 123 pessoas livres em 1765. A modéstia demográfica contrasta com uma riqueza acumulada destacável:

Em verdade, na capitania de São Paulo em 1765, a riqueza média por domicílio calculada para essa pequena freguesia (Rs.264\$604) só era menor do que a concernente à vila de São Paulo (Rs.296\$154) e era bem mais elevada que a computada para a capitania como um todo (Rs.106\$699). Ao tomarmos, de outra parte, o total dos valores anotados a título de riqueza, observamos que ele atingia pouco mais de 11 contos de réis em Apiaí, cifra que só não era superada pela atinente à vila de Jacaréí. Por fim, vale ainda referir que a riqueza média por pessoa em Apiaí, correspondente a Rs.92\$504, era cerca de quatro vezes maior do que a verificada para o conjunto da capitania (Rs.24\$233); era também superior à de todas as vilas então existentes consideradas isoladamente (em Santos foi calculado o maior valor, igual a Rs.83\$592).¹⁶³

Esses valores nos dão pistas, mais uma vez, de como a lógica territorial que norteou a implantação das freguesias era influenciada, entre outros fatores, por critérios econômicos e/ou demográficos.

No recorte do mapa, observamos, ainda a partir de São Paulo, em amarelo, as vilas de Santana do Parnaíba, Sorocaba, Itu. A criação de Parnaíba remonta aos primórdios da ocupação do planalto paulista, cuja criação da vila é de 1580 e da freguesia de 1622. Reis aponta que, na área sob sua jurisdição, havia o morro do Voturuna, onde havia ricas lavras de ouro¹⁶⁴. Ela, menos de um século depois, dera origem à freguesia de Nossa Senhora da Ponte (1645), que se tornou vila de Sorocaba em 1661, e a de Nossa Senhora da Candelária em 1653, transformada em vila de Itu em 1657. A freguesia de Candelária, por exemplo, teve início a partir de uma capela rural construída nas terras de Domingos Fernandes e seu sogro, Cristóvão Diniz. Ambos são autorizados pelo prelado do Rio de Janeiro a erigir uma capela em louvor à Nossa Senhora da Candelária na localidade de Itu-guaçu e parece que, em seu entorno, formou-se uma comunidade perene, o que motivou a criação da freguesia em 1653, que contava com 444 casais¹⁶⁵.

Ainda está por se fazer uma pesquisa sobre a rede de capelas da Capitania de São Paulo, mas, a exemplo de Itu, podemos imaginar que havia uma grande quantidade de ermidas em áreas rurais que atendiam sitiantes, sesmeiros, agregados e mineradores. Aquelas mais próximas dos fluxos econômicos, demográficos ou de minas foram

¹⁶³ Ibidem, p. 164.

¹⁶⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul...** p. 172.

¹⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Movimentos da população em São Paulo no século XVIII...** p. 95.

reunindo domicílios em seu entorno e se transformaram em freguesias e vilas num período muito curto. Pelos dados de que dispomos das freguesias, notamos que esse processo não se limitou ao século XVII. A confluência de fatores, como o fluxo ao longo do caminho para o sul e a proximidade de áreas de mineração, contribuíram para a formação da freguesia de Nossa Senhora da Penha de Arassariguama (1701) ligada à Santana do Parnaíba e implantada no sopé do morro do Voturuna, já citado¹⁶⁶. Também houve a criação da Freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Cutia (1703), ligada à São Paulo. Por elas, cortavam caminhos que iam tanto para o Sul como para o Mato Grosso.

1.4 - Caminhos para Goiás e Mato Grosso

De São Paulo, também se iniciavam caminhos que iam para as minas de Mato Grosso e Goiás. Para as primeiras, o caminho era o mesmo que para o sul até a vila de Itu e depois, em uma bifurcação, seguia para as margens do rio Tietê, na qual formou-se um povoado que deu origem à Freguesia de Nossa Senhora May dos Homens de Araraytaguaba (1728), ligada à Itu e emancipada em 1797 (hoje Porto Feliz). Daí, seguia-se de barco pelo rio Tietê e depois pelo Paraná¹⁶⁷. A freguesia de Araraytaguaba tem um dos raros croquis sobre as freguesias paulistas no período colonial (**Figura 3**).

O eixo do lugar era a “estrada para Itu” (9), que se transformava na “rua Direita” (15) e terminava no largo da Penha (3), onde havia uma capela de mesmo nome. Desse largo, iniciava o caminho dos Cuiabanos (22), que continuava pelo rio, o “caminho para os sítios” (21) e a “rua da Penha” (6), pela qual se acessava a “rua do Sebo” (13). Ela, juntamente com alguns loteamentos perto do caminho para Sorocaba (7), parece ter sido desenhada com projeção de crescimento. No final dessa rua, retornava-se para a rua Direita e o largo da Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens (11), cuja Igreja era a sede da freguesia. Ainda havia a rua do Teixeira (16), pela qual saíam alguns caminhos (4, 8), entre os barracos do Rio Tietê (18), para o armazém real, para se chegar ao rio e para Sorocaba.

¹⁶⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. *As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul...* p. 179.

¹⁶⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Dilatação dos confins...* p. 276

Figura 3: Planta da Freguesia de Araritaguaba

Fonte: SOUZA; MAKINO, 2000, p.369. Legenda: 1-Rio tietê; 2-Quintais das casas; 3- Largo da Penha; 4- Caminhos para o armazém do Rei; 5- Sítio de André Dias; 6- Rua da Penha; 7- Caminho para Sorocaba; 8-Caminho do tra pa o porto; 9-Estrada para Itu; 10- Planta da Freguesia de Araritaguaba; 11- Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens; 12- Lagoa; 13-Rua do Sebo; 14- ?; 15- Rua Direita; 16- Rua do Teixeira; 17 – Casas do [Teixeira]; 18-Barrancos até o rio Tietê; 19-Armazem; 20- Barrancos até o rio Tietê, 21-Caminhos para Sítios; 22- Caminhos dos Cuiabanos; 23- Barrancos; 24- Córregos; 25-Casas do Capitão Mor da Freguesia; 26- Capela de Nossa Senhora da Penha; 27- Ilha de André Dias.

Desde o século XVII, Araraytaguaba era um bairro rural da vila de Itu, utilizado como porto, principalmente, para as rotas do Paraguai, mas, no entanto, foram as monções que intensificaram o trânsito no porto e a formação de um núcleo estável. O “caminho para os sítios” (21) nos dá pistas das atividades agrícolas desenvolvidas para o abastecimento das expedições. No diário de Teotônio José Juzarte¹⁶⁸, além da freguesia, foram representados 57 propriedades ao longo do rio Tietê. A viagem para Cuiabá demorava em torno de cinco meses, o que exigia uma organização dos suprimentos e justificava a construção do armazém (19), cuja função era arrecadar a produção de gêneros necessários para seguir viagem, principalmente, aqueles que envolviam interesse Real. Segundo Silvana Alves de Godoy¹⁶⁹, as monções estimularam o desenvolvimento de diversos arranjos produtivos a fim de atender os viajantes, tais como a instalação de diversos sítios para produção agrícola de gêneros de primeira necessidade (milho, farinha, feijão, arroz); o comércio de gado oriundo de Curitiba e Viamão pelo “Caminho para Sorocaba” (7); a produção artesanal dos derivados desse gado como o curtume (note a rua do Sebo, nº 13) e de canoas e remos. A pesquisadora descobriu também uma mão de obra especializada em atender monções, batizada por ela de “tribulação monçoeira” composta de guias, proeiros e remeiros¹⁷⁰.

Por fim, no ano de criação da Freguesia em questão, foi produzido um documento, registrando a *Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Ararituaba*, na qual constam as taxas que os moradores da vila de Itu e seus bairros pagaram de imposto conforme o número de cativos que possuíam. Godoy estudou esse documento e, embora não apresente dados específicos de Ararituaba, identificou 443 proprietários de escravos¹⁷¹, acumulando um total de 3.134 cativos distribuídos desproporcionalmente e com uma média de aproximadamente 7 cativos por proprietário¹⁷². Esses números indicam que, na primeira metade do século XVIII, as atividades agrícolas e comerciais orientadas pelas monções desenvolveram a região de Itu e o porto de Araraytaguaba, concentrando escravos e diversificando a economia. Essas atividades em torno do porto podem ter influenciado a implantação da freguesia em 1728.

¹⁶⁸ SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Org.). **Diário de navegação** — Teotônio José Juzarte. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000.

¹⁶⁹ GODOY, Silvana Alves de. **Itu e Ararituaba na rota das monções (1718 a 1838)**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2002.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 141 a 162.

¹⁷¹ Não há informação se indígenas ou africanos.

¹⁷² Ibidem, p. 65.

Já o caminho de São Paulo a Goiás era todo por terra. Saindo de São Paulo, chegava-se a uma bifurcação, onde foi instalada a *Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Juquery* (hoje Mairiporã), cuja data ainda é desconhecida. Rumando para esquerda e contornando o Morro de Jaraguá, surgiu também um povoado talvez pelas atividades de mineração de ouro. Nesse povoado, em 1665, criou-se a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro e, no mesmo, foi criada a vila de Jundiá¹⁷³. Ela administrava um território imenso que, ao longo do século XVIII, foi desmembrado em outras paróquias. Dentro dessa área estava o vale do rio Mogi Guaçu, ao longo do qual se formaram alguns pousos em decorrência da possibilidade de navegação para regiões de mineração de aluvião como Ouro Fino e, mais à frente, acesso para às vilas de São João del Rei e Mariana¹⁷⁴. Até a década de 1730, também já estava consolidado um caminho terrestre que chegava às *minas dos Goiazes* bem como a existência de diversos pousos no entorno desse cruzamento de caminhos. Entre eles, o mais destacado foi a de *Mogi dos Campos*, onde se instalou um registro para cobrança dos quintos. As atividades de fisco atreladas à engorda e venda de gado, aguardente e outros produtos de primeira necessidade motivaram a fixação de um povoado e, nesse antigo pouso, foi construída uma ermida, em 1733, transformada em Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu, em 1740. Também, em torno do caminho dos Goiazes e bem próximo à Freguesia de Mogi-Guaçu, começou a se formar outro aglomerado que, pouco tempo depois, se transformaria na paróquia de São José de Mogimirim (1751), ambas ligadas à vila de Jundiá¹⁷⁵.

1.5 - Caminho para as Minas

O outro caminho da bifurcação da freguesia de Juquery rumava para Minas Gerais. Ainda nas proximidades de São Paulo, no século XVII, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth (1614), ligada a essa vila e hoje cidade de Nazaré Paulista. Há poucas menções sobre essa paróquia na bibliografia consultada. Os dados mais confiáveis remetem ao final do século XVIII com uma produção agrícola de primeira

¹⁷³ BUENO, Beatriz. Dilatação dos Confins... p. 265.

¹⁷⁴ POLITO, Jéssica de Almeida. **Territórios de civilidade:** o papel das “Mogis” na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX. Dissertação (de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. PUC. Campinas, 2018, p. 109

¹⁷⁵ Ibidem, p. 118 a 170.

necessidade, como o cultivo, principalmente, de milho, feijão e algodão bem como porcos e capados¹⁷⁶.

Da mesma forma, a região do rio “Tubaia” ou “Atubaia” começou a ser ocupada também na segunda metade do século XVII, a partir de uma fazenda às margens desse rio, provavelmente para a criação de gado, por Jerônimo de Camargo, que construiu no local uma capela dedicada a São João. Também, há historiadores que afirmam que o surgimento da capela estaria ligado à catequização de índios Guarulhos descidos do sertão pelo padre Mateus Nunes de Siqueira¹⁷⁷. Em todo caso, parece ter havido um adensamento populacional na região, o que motivou a visita de um padre a partir de 1679. No século seguinte, houve a criação da Freguesia de São João de Atibaya (1719), e seus fregueses desenvolveram uma economia de gêneros de primeira necessidade e a criação de gado e porco para fabricação de toucinho. Essa produção tinha como destino principalmente o abastecimento da cidade de São Paulo, de Santos e das Minas Gerais¹⁷⁸.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary (1765) formou-se a partir de uma promessa feita à Nossa Senhora, por Antônio Pires Pimentel e sua esposa, a partir da doação de um terreno para servir de patrimônio da Capela do Bairro de Jaguary em 1763, primeiramente, pertencente à cidade de São Paulo e, em 1769, incorporada à administração da vila de Atibaia. Até 1795, o crescimento de sua população foi de 47%, porcentagem maior do que a de Atibaia (31%) e a de Nazaré (28%). As atividades econômicas consistiam no cultivo de mantimentos de primeira necessidade, como milho, feijão, trigo, legumes, frutas e também plantas destinadas à fabricação de óleos tais como o de mamona e o de amendoim. Em 1797, a freguesia é transformada em Vila Nova de Bragança (1797) e os Maços de População, um ano depois, indicam que o “bairro da vila” (expressão que indicava a esquadra militar correspondente ao núcleo sede) registram 697 pessoas que plantavam para vender, 571 para comer, 63 em ambos, 72 exerciam ofícios mecânicos e 63 pessoas viviam de negócios¹⁷⁹. A freguesia de Jaguary, como outros

¹⁷⁶ REIS, Déborah Oliveira Martins dos. Cinturão paulistano. **Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo** (c. 1798 - c. 1830). 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 292 a 310.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 447.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 263-291.

¹⁷⁹ SALGADO, Ivone; NUNES, Carolina Gonçalves. A Formação da Freguesia de Nossa Senhora do Jaguari: estudo de caso do bairro rural Anhumas. **Revista Nacional de Gerenciamento De Cidades**, v. 6, Nº44, 2008, p. 1-15, 2018. SALGADO, Ivone. PROCÓPIO, Vivian Helena Peronti. Configuração espacial de Bragança paulista: capela em 1763, freguesia em 1765 e vila em 1797. **XX Encontro de Iniciação Científica da PUC Campinas, 2015, Campinas. Anais do XX Encontro de Iniciação Científica da PUC Campinas**. Campinas: PUC Campinas, 2015. v. 1.

exemplos apontados, destacava-se pela sua prosperidade econômica e demográfica, o que pode ter influenciado na criação da freguesia e da vila.

Alguns autores destacam também o destino da produção agropecuária dessas freguesias nascentes. Alice Canabrava menciona a participação da região no abastecimento de São Paulo:

Encontramos na periferia do Grande São Paulo uma área típica de economia de subsistência; suas colheitas de feijão, de milho vendiam-se diariamente no mercado paulistano, complementadas com o toucinho, a aguardente, o tecido de algodão feito no recinto doméstico, a farinha de mandioca. Estes produtos constituíam cerca de 95% do valor da exportação global das vilas de Atibaia e Bragança (com sua freguesia de Nazaré), no conjunto do termo, 24,55% Jundiá distingue-se desse conjunto por outros característicos de sua economia: encontramos aí a grande lavoura canavieira que mantém a produção de açúcar (21,91% do valor da exportação da área), um centro de reexportação do muar adquirido na feira de Sorocaba (49,00%), e a mais importante organização do serviço de transportes da Capitania com as tropas de carga¹⁸⁰

Embora os dados apresentados referiram-se à segunda metade do século XVIII e início do XIX, tudo indica que a formação de uma economia agropecuária destinada ao mercado de abastecimento tenha começado em um período anterior. O Morgado de Mateus, em carta aos juízes de Atibaia, datada de 1775, por exemplo, fala sobre a produção de trigo nos “distritos de São João de Atibaya e Jaguary” que não estava mais abastecendo São Paulo, pois era encaminhado para “[...] a capitania de Minas Gerais ficando esta cidade na mayor consternação por não haver mais partes d’onde possa ser provida”¹⁸¹. O documento nos dá pistas que a produção das freguesias estava vinculada a um mercado regional de abastecimento e que a criação de freguesias nesse caminho pode estar relacionada com esse mercado dinâmico.

Outra questão que deve ser levada em conta quando analisamos a criação de freguesias tanto no caminho para as Minas Gerais quanto para Goiás: é o conflituoso problema de limites entre a Capitania de São Paulo e a de Minas Gerais a exemplo daqueles observados no Sul (**Figura 4 – Freguesias da Capitania de São Paulo sob disputa no território mineiro**). Ivone Salgado e Renata Baesso Pereira estudaram a questão na segunda metade do século XVIII, mostrando que, a partir da restauração da

¹⁸⁰ CONTI, João Batista. **História de Atibaia**. Volume 2. Prefeitura da Estância de Atibaia. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Atibaia. Editora Grosse, 2001, p. 29 e 30.

¹⁸¹ ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990, p. 115-116.

Capitania de São Paulo, o governador Morgado de Mateus e seus sucessores executaram uma “estratégia de consolidação territorial”, reafirmando a posse e os limites de sua Capitania frente às vizinhas. Com a intensificação da atividade mineradora, foram feitos diversos caminhos ligando São Paulo às minas e muitos deles passavam por áreas ainda despovoadas de portugueses. Entre a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1709) e a separação da área mineradora na nova Capitania de Minas Gerais (1720), houve uma reorganização administrativa desse território, na qual foram criadas rapidamente diversas vilas e comarcas que abrangiam sertões ainda inabitados. Seus contornos eram imprecisos e demarcados virtualmente a partir de pontos naturais como rios, serras etc. Limites mais precisos só se efetivaram com a ocupação do território por meio de novos arraiais e povoados que foram disputados por governadores e bispos a partir dos instrumentos legais existentes. Nesse contexto, a criação de vilas foi um instrumento importante tanto pelos governadores de São Paulo (Ex. Mogi Mirim, Atibaia) como pelos de Minas Gerais (Ex. Campanha da Princesa) com o objetivo de controlar áreas importantes, sobretudo por serem promissoras para a mineração como as minas do Rio Verde¹⁸².

A criação de freguesias assumiu papel semelhante e, por motivos já explicitados aqui, os bispos tentaram garantir seu poder em meio às ricas jazidas auríferas. *A questão das cinco igrejas* foi o nome dado por José Guimarães à disputa das freguesias de Pouso Alto, Baependi, Aiuruoca, Carrancas e Campanha do Rio Verde no contexto da criação dos bispados de São Paulo e de Mariana¹⁸³. Segundo esse autor, pela Bula Papal de criação dos bispados, sua divisão deveria seguir os contornos do Rio Grande (hoje Paraná). Se ela fosse seguida à risca, as cinco freguesias pertenceriam à São Paulo, mas o limite dos bispados destoaria do limite das capitanias que tinham como marco, nesse período, o Rio Verde. Isso acarretou problemas como o caso da vila de Campanha da Princesa que no momento de sua criação era ligada à Minas Gerais, mas tinha em seu território freguesias pertencentes ao bispado de São Paulo¹⁸⁴.

¹⁸² SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. **A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. LABOR & ENGENHO, v. 11, p. 218-241, 2017.

¹⁸³ GUIMARÃES, José. Paróquias Paulistas no Sul de Minas. In **Revista da ASBRAP**. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/artigos_asbrap.html#revista10>. Acesso em: 29 maio 2019.

¹⁸⁴ SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. **A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII**... p. 235 e 236.

Figura 4: Freguesias da Capitania de São Paulo Sob disputa em território mineiro (século XVIII)

FREGUESIAS DA CAPITANIA DE SÃO PAULO SOB DISPUTA EM TERRITÓRIO MINEIRO (século XVIII)

Cidades em processo: São Luiz do Paraitinga no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)

Diogo Fonseca Borsoi | Fonte: Carta geographica de projeção espherica ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil

Fonte: Carta Geographica de Projeção Esférica da Nova Lusitania (Modif.)

Quando o primeiro bispo de São Paulo Dom Bernardo Rodrigues Nogueira assumiu o cargo, logo tomou as primeiras providências para administrar as freguesias ao sul do Rio Verde por meio do vigário da vara de Guaratinguetá, que foi incumbido de buscar informações sobre a região e assumir a administração eclesiástica do lugar. O vigário, em 1747, solicita a João Rodrigues Amorim – antigo padre da freguesia da Piedade (hoje Lorena) e então residente na Campanha do Rio Verde – que respondeu o questionamento se:

[...] as Capellas do bispado de S. Paulo comprehendem parte das cachoeyras do Rio Parayba, e dahy ao Rio Grande, e me pede que lhe diga se sei dessa cachoeyra e experiencia que tenho daquelle certão e do Rio Grande

Após descrever a região, Amorim conclui que:

Desta sorte não há devizão mais genuína que a do Rio Grande, porque sendo pelo Cachambú, ou pela Mantiqueira, havendo descubertos de Ouro se povoão os Certões, e 20 Paróquias Paulistas no Sul de Minas havendo duvidas em que altura ficão por força se seguem contendadas em huma, e outra jurisdição Esclesiástica, o que se evita sendo a demarcação pela paragem que Vmce. Me diz assignão as bullas, e não por outra parte, porque pela Serra da Mantiqueira correndo para o Poente se achão as Minas de Itajubá dominadas por S. Paulo, outras para o Norte, que he Sapucahy e Campanha do Rio Verde, e segue-se um grande vão de Certão entre estes, e aquellas, em que andão bandeiras de S. Paulo até o mesmo Rio grande, que hé Certão que chega a Mogyuaçu¹⁸⁵

Diante disso, o próprio vigário de Guaratinguetá foi à região e tomou posse das igrejas conforme documento redigido anos depois:

Gaspar de Souza Leal, Bacharel formado nos Sagrados Canones pela Universidade de Coimbra, Cura da Santa Sé Cathedral, Promotor e Procurador da Mitra deste bispado de São Paulo. Certifico, que sendo no anno de mil setecentos e quarenta e sete, servindo eu de Vigario da vara da Villa e Comarca de Guaratinguetá, por comissão de Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, primeiro deste bispado de S. Paulo, fui às freguezias do Pouzo Alto, Baependi, Aiuruoca, Carrancas e Rio Verde, e a Comarca dellas, e de todas tomei posse por parte deste bispado, sendo sciente o Vigario da vara da mesma Comarca, o Doutor Manoel da Roza Coutinho, que assistia em São João d’El-Rey, e com effeito a tomei de todas ellas, onde estive pessoalmente, menos no dito Rio Verde, por vir o Vigário ao meu caminho das obediencia, receber a Pastoral que fiz publicar nas igrejas, e mais providencias, e na mesma Comarca constitui juízo contencioso, para o que levei comigo os officiaes do meu cargo, despachei e ordenei aos parochos o que era conveniente, ficando aquellas freguezias sujeitas a Comarca de Guaratinguetá, para os

¹⁸⁵ DI, Vol. 11, p. 186 a 199.

despachos, enquanto se não provião de Vigario da vara no lugar mais opportuno para o recurso das partes: todo o referido passa na verdade, que sendo necessario juro aos Santos Evangelhos. S. Paulo, 20 de Outubro de 1766. Gaspar de Souza leal¹⁸⁶

Entretanto, não foram apenas as cinco igrejas mencionadas (Pouso Alto, Baependi, Aiuruoca, Carrancas e Campanha do Rio Verde) que existiam nessa região de fronteira. Salgado e Pereira indicam que também foram criadas pelo bispado de São Paulo a Freguesia na capela de São Francisco de Paula de Ouro Fino, em 1749, a Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Verde, em 1766, a Freguesia de Nossa Senhora de Soledade de Itajubá, em 1762, muitas delas agregadas ao termo da vila de Campanha, criada em 1799. Segundo José Guimarães, assim que assumiu o cargo, o bispo do Rio de Janeiro, juntamente com o de Mariana, destituíram os vigários ali providos por São Paulo, mantendo os escolhidos por Mariana¹⁸⁷ e deixando como limite entre os mesmos o rio Sapucaí conforme a divisa das respectivas capitanias.

O Morgado de Mateus, em carta já citada e dirigida para o vice-rei Conde da Cunha em 1766, tece algumas críticas ao Bispo de Mariana:

[...] pertenciam a este bispado as freguesias de São Francisco de Paula, Santana do Sapucaí e de São Pedro de Alcântara e Almas, as quais violentamente foram usurpadas pelo reverendo Cabido de Mariana¹⁸⁸

O governador empreendeu esforços para garantir parte dos descobertos auríferos como as Minas de Desemboque pertencentes aos territórios das freguesias de Mogi Guaçu e Mogi Mirim¹⁸⁹. No caminho para Goiás, ele criou a vila de Mogi Mirim, em 1769, mas é importante ressaltar que, antes do Morgado de Mateus, o poder eclesiástico já vinha administrando a região com a criação da Freguesia de Nossa Senhora de Mogi Guaçu, em 1740, e, no bojo das disputas das fronteiras entre os bispados de São Paulo e Mariana, criou a Freguesia de São José de Mogi Mirim, em 1751. Da mesma forma, no caminho para as Minas Gerais, o bispado de São Paulo criou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary, em 1765, e décadas depois elevada à vila nova de Bragança (1797); nesse caminho, também foi criada a Vila de Atibaia, em 1769 (mesmo ano de Mogi Guaçu), que já era freguesia desde 1719. Esse jogo territorial indica mais uma vez

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ GUIMARÃES, José. Paróquias Paulistas no Sul de Minas... p. 21

¹⁸⁸ DI, Vol. 73, p. 64

¹⁸⁹ SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII... p. 233.

que a ereção de freguesias cumpriu a função de controle de territórios estratégicos pelos poderes instituídos num momento em que não foram criadas vilas na Capitania.

1.6 - O Caminho para o Rio de Janeiro

Por fim, a região hoje conhecida como Vale do Paraíba também teve uma expansão do número de freguesias. No século XVII, como vimos, houve um crescimento rápido no número de vilas e freguesias na região. Essa expansão não parou com a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, em 1705. Identificamos que houve mais três freguesias ao longo da *Estrada Real* que tinha início em Paraty e continuava rumo às Minas Gerais.

No momento da Restauração da Capitania de São Paulo, a Freguesia de Nossa Senhora de Soledade de Itajubá (hoje Delfim Moreira) ainda estava ligada ao Bispado de São Paulo, dentro do território da vila de Guaratinguetá. Sua origem remonta às atividades de mineração, onde foi instituído o arraial de Itajubá velho e criada a freguesia em 1762¹⁹⁰.

As atividades mineradoras e o aumento do fluxo demográfico por essas áreas também estimularam a fixação de pessoas no caminho com o objetivo de estabelecer uma agropecuária para abastecimento dos viajantes. A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade parece ter surgido pelas atividades do porto de Hepacaré, Guapacaré ou ainda Ipacaré, ligado à vila de Guaratinguetá. Antes do rio Paraíba encachoeirar-se (região hoje de Cachoeira Paulista), esse porto era o último ponto navegável, onde se dirigia a Garganta do Embaú em direção às Minas¹⁹¹. A dinâmica da mineração incidiu nas atividades do porto, onde formou-se um povoado, cuja capela da Piedade foi transformada em sede de paróquia em 1718.

Até a vila de Paraty, ao longo da primeira metade do século XVIII, foram solicitadas uma série de sesmarias no trecho do caminho que passava pela Serra do Mar. Muitos desses sesmeiros transformaram suas glebas em sítios e em alguns deles foram construídas capelas como a de Jesus, Maria e José, Nossa Senhora de Santana do Paraitinga e Nossa Senhora da Conceição do Facão. No caso dessa última, a capela e seu patrimônio foram deixados a cargo da esposa de José Gomes Gouveia e não se encontrava

¹⁹⁰ GUIMARÃES, José. Paróquias Paulistas no Sul de Minas... p. 45.

¹⁹¹ REIS, Paulo Pereira dos. Guapacaré: região e porto do Vale do Paraíba. **Revista de História**, v. 34, n. 69, 1967.

em lugar ermo, pois Gomes Gouveia, no mesmo testamento, declara possuir “[...] casas de taipa de mão coberta de telha com quatro lanc[os]”¹⁹². Essa capela transformou-se em sede da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão (1731) e foi transformada em vila de Cunha, em 1785.

Sobre a Freguesia do Facão, encontramos dados de trinta anos depois de sua criação em um ofício redigido pelo Bispo de São Paulo, Frei Manoel da Ressureição, datado de 2 de junho de 1775, endereçado ao Secretário de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo Castro. Ressureição solicitou aos “concelhos” das vilas da Capitania para que mandassem uma relação das freguesias, versando sobre seu estado. No que diz respeito à Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá e seu termo, foram mencionadas a Freguesia de Guaratinguetá, a de Piedade (atual Lorena) e a do Facão. Essa última tinha em torno de 2.034 pessoas “de confissão e comunhão”, distribuídas em 10 léguas de largura e 16 léguas de comprimento, território que certamente era maior, uma vez que a região para a Serra da Bocaina era uma fronteira aberta e começava a ser explorada¹⁹³. Segundo o Maço de população de 1776¹⁹⁴, ela contava 175 fogos, somando um total de 1.797 pessoas: chefes de fogo (175), cônjuges (124), filhos (508), agregados (18) e escravos (972). Salta os olhos a quantidade de pessoas escravizadas, que chegava a 54% da população. Dos 175 domicílios, 104 possuíam escravos, ou seja, de 56% dos domicílios. Esses dados nos dão pistas de uma economia pujante voltada para o mercado interno.

O documento citado ainda traz dados sobre a produção da freguesia do Facão. Seu território era subdividido em 16 bairros rurais, que se especializaram na produção de gêneros de primeira necessidade, como 45.495 alqueires de milho, 2.474 alqueires de feijão, 375 alqueires de arroz e 260 arrobas de fumo. Também criaram bestas, cavalos, potros, burros, burras e éguas num total de 635 cabeças. Além disso, criavam gado vacum (1.591 cabeças), ovelhas (12 cabeças) e, sobretudo, porcos (5.891 cabeças). Embora os Maços de População de 1776 não mencionem o destino dessa produção, os posteriores indicam que ela era destinada quase totalmente ao Rio de Janeiro. Foi possível também

¹⁹² VELOSO, João José de Oliveira. **Freguesia do Facão**: A rota da exploração das Minas e abastecimento de tropas. São José dos Campos: JAC editora, 2010, p. 120.

¹⁹³ AHU, Caixa 37. Doc. 3117

¹⁹⁴ APESP, Maços de população de Cunha de 1776. Rolos 49 a 52.

notar uma especialização do trabalho na sede da Freguesia com a concentração de ofícios mecânicos, como sapateiros e carpinteiros, bem como vários tipos de negociantes¹⁹⁵.

Embora os dados apresentados sejam da segunda metade do século XVIII, há alguns relatos que nos dão pistas que esse mercado de gêneros agrícolas existia desde as primeiras décadas do século XVIII. Frei Agostinho de Santa Maria, em obra editada em Lisboa, datada de 1723, escreveu que

A vila de Paraty, que dista do Rio quarenta léguas, ao presente pequena povoação, mas virá a ser muito populosa pelo muito trato, e comércio que nela há: porque o porto de mar, aonde acode a gente de todas aquelas vilas do sertão como são Guaratinguetá, a de Pindamonhangaba, Taubaté e Jacareí, todas estas vilas da serra acima descem ao porto daquela vila a buscar o necessário como é o sal, o azeite e vinho e tudo o mais. Aqui descem vários moradores das Minas do ouro com ele a fazer negócio e por aqui sobem muitos dos que vão do Rio de Janeiro para as mesmas minas¹⁹⁶

Frei Santa Maria indica os produtos procurados pelas vilas de Serra Acima e Pizarro e Araújo relata os produtos, vendidos pelas mesmas. Segundo ele:

Conduzem os negociantes de São Paulo, em tropas, os efeitos das suas lavouras e outros gêneros comerciais do uso, e consumo desse país, como os fumos, carnes de porco, toucinhos, cujos produtos tendo fartado o povo da villa, e suas vizinhanças, dam carga suficiente a mais de 12 lanchas armadas a sucamas, que girando na carreira da Capital e dos portos mais distantes ao norte e sul levam juntamente o café, arroz, milho, feijão, aguardente, e diversas espécies de comutação¹⁹⁷

As freguesias criadas na *Estrada Real* ou caminho para o Rio de Janeiro sugerem mais uma vez como a Igreja criou paróquias em lugares estratégicos tanto no sentido econômico e demográfico quando no sentido geopolítico. A espacialização das mesmas permitiu verificar que, até 1765, houve um processo contínuo de urbanização atrelado à mercantilização da Capitania, expansão da agricultura comercial, à mineração e às questões de fronteiras entre impérios e capitanias. Assim, a não criação de vilas nesse período talvez não esteja ligada diretamente a uma decadência econômica nem a um

¹⁹⁵ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano**: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013.

¹⁹⁶ SANTA MARIA, Frei Agostinho de. **Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora**. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007.

¹⁹⁷ PIZARRO e ARAÚJO, J.S. A. **Tricentenário de Paraty**: notícias históricas. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico nacional n. 22, 1960, p. 50.

esvaziamento de São Paulo, mas a questões administrativas que envolviam o controle de áreas instáveis socialmente e com promessas de capitalização rápida.

A exploração de ouro e pedras preciosas fez com que Portugal tivesse uma certa estabilidade econômica, mas, na segunda metade do século XVIII, com o declínio da mineração, houve outra reorganização política e administrativa com o objetivo de buscar alternativas à crise que se instaurava. Nesse período, São Paulo se encontrava com atividades econômicas diversas, com crescimento demográfico contínuo e com a instalação contínua de freguesias em lugares estratégicos para a administração colonial. Nesse contexto, fazia sentido retomar a administração civil daquela parte da Colônia por meio da restauração da Capitania e da criação de novas vilas. No entanto, enraizaram-se ali potentados locais em diversas regiões e o recém-chegado governador Luiz de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, para colocar em pauta as novas diretrizes que norteariam a administração colonial na segunda metade do século XVIII, precisou travar acordos com potentados locais, lançando mão dos mesmos instrumentos que tradicionalmente os funcionários coloniais utilizaram para negociar os insurretos paulistas dos períodos anteriores: honrarias e mercês. No próximo capítulo, analisaremos as diretrizes dessas novas políticas urbanizadoras e como Morgado de Mateus teve que negociar com as elites locais para colocá-las em prática.

Capítulo 2

Uma Urbanização em várias mãos: negociações e resistências no contexto da restauração da Capitania de São Paulo

Em razão da intensificação da exploração de ouro e pedras preciosas no Brasil, a economia portuguesa viveu um período de certa prosperidade. No entanto, a partir de meados do século XVIII, a mineração começou a dar sinais de crise, deflagrando o quão coadjuvante o país era em relação ao plano econômico, político e naval europeu e, em grande medida, dependente de suas colônias.

A Revolução Industrial inglesa inaugurou uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países com orientação agrícola transformaram-se em mercados para atender às demandas dos países que se industrializam. Ao mesmo tempo, a Independência dos Estados Unidos da América liberou progressivamente rotas de comércio antes controladas por monopólios e regulamentações. Portugal, nesse contexto, tinha uma agricultura e indústria insipientes, uma distribuição fundiária ainda muito orientada por direitos senhoriais e, nesse contexto, suas colônias representavam importante fonte de renda.

O desenvolvimento comercial e agrícola das colônias acontecia concomitantemente ao controle colonial. No extremo, essas duas forças podem parecer antagônicas, mas o que parece é que elas coexistiram durante o período em questão. Em 1770, o ministro português Martinho de Melo e Castro faz um relatório, descrevendo o grande número de navios que saíam da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro para a costa africana em comparação com os que saíam de Portugal e conclui

[...] no dito comércio e navegação da Costa da Mina e Reino de Angola não parece Portugal o país dominante das suas Américas; mas são elas as que representam o país dominante de Portugal: E que no Reino e Estados de Angola, não tem Portugal mais que o simples domínio; porque o útil dele passado todo para as mãos dos Americanos¹⁹⁸.

[...]

E bem se pode compreender que tendo os mesmos americanos não só o dito algodão no seu próprio continente, mas nos seus portos o grande número de navios que ficam acima indicados; tendo igualmente a facilidade da navegação, e o grande número de gente de mar, versada na Carreira da Índia, que tem passado, e continuamente passam, a estabelecer-se no Brasil; tendo enfim todas estas vantagens, não lhes será muito dificultoso de nos suplantar no comércio e navegação da

¹⁹⁸ AHU. Caixa 23. Doc. 1976.

Ásia da mesma sorte que o tiveram de Angola. E não nos poderá causar espanto se virmos quando menos o cuidarmos um comércio e navegação estabelecidos entre Ásia, África e América, sem dependência ou intervenção alguma do Reino de Portugal¹⁹⁹

Nesse contexto, era urgente a necessidade de se fazer reformas como as que foram realizadas no Reinado de D. José por seu ministro Marques de Pombal.

Segundo Water Rossa, as reformas pombalinas em Portugal foram de cunho econômico-urbanístico, pois cada iniciativa de fomento econômico esteve atrelada a uma intervenção urbana: incentivo às atividades comerciais de Lisboa e a reforma da Baixa; agricultura e intervenção no traçado e na expansão urbana do Porto; pesca e fundação da Vila Real de Santo Antônio e, finalmente, mudanças no ensino e reforma da Universidade de Coimbra²⁰⁰. No entanto, as tentativas de sanar os problemas econômicos portugueses não se esgotaram aí e, ao longo da segunda metade do século XVIII, uma série de juristas e memorialistas publicaram estudos, em parte, vinculados à Real Academia das Ciências de Lisboa com a fim de analisar a situação estrutural da agricultura no país, cuja “decadência” era vista com o fundamento da precariedade de outros setores econômicos²⁰¹. De forma geral, tais juristas enfocaram o sistema tributário, constituído por uma pesada carga de impostos e direitos de origem feudal²⁰² bem como a questão fundiária do país e de áreas coloniais.

Para entender o Alvará de 1795 – “[...] sem dúvida, a mais importante de toda uma série de decisões para regulamentar o processo de concessão de sesmarias” – Márcia Maria Menendes Motta estudou os discursos de muitos desses juristas e memorialistas, cujo cerne da questão perpassava pelo problema mais geral do despotismo esclarecido: conciliar preceitos liberais com direitos e costumes senhoriais. Domingos Vandelli, por exemplo, autor de *Memórias sobre a agricultura deste reino e suas conquistas* (1789), estava imerso nesse dilema e, para ele, a lei de sesmaria seria, então, a melhor das leis, pois, se aplicada corretamente, poderia resolver a questão fundiária lusa:

[...] ela reconstituía um elo com o passado, não questionava formas múltiplas e confusas de apropriação territorial e podia ser consagrada como um fundamento da propriedade portuguesa, no bojo de uma

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ ROSSA, Walter. *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Lisboa: Almedina, 2002, p. 333.

²⁰¹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito: 1795-1824*. 2ª Edição. Alameda, 2012, p. 28.

²⁰² Ibidem, p. 29.

sociedade marcada pela percepção real ou imaginária da decadência agrícola e da necessidade de revitalização da produção, do cultivo.²⁰³

Vandelli também tinha considerações sobre as áreas coloniais. Para ele, “[...] a falta de povoação é a causa principal do pouco aumento da agricultura e também as minas de ouro”²⁰⁴. Nota-se, portanto, no discurso e nas ações empreendidas em Portugal uma ligação estreita entre fomento de setores econômicos específicos atrelado a propostas de ordenamento espacial, racionalização da distribuição fundiária e povoamento, cujos ecos chegaram nas possessões coloniais.

Na Ilha da Madeira, por exemplo, foi criada a Junta da Administração da Fazenda Real, em 1775, a fim de melhorar o controle fiscal, reformas para fomentar a agricultura e o comércio insular, implementar inúmeros recenseamentos e o combate ao contrabando²⁰⁵.

Em Angola, houve uma política de ocupação de territórios por meio do envio de brancos e de fundações de povoações civis. Isabel Martins, ao estudar a fundação de povoações ao longo do rio Kwanza, aponta como o governador D. Francisco de Sousa Coutinho (1764-1772) – enviado pelo Marquês de Pombal – criou uma série de feiras fixas em vários territórios pouco conhecidos. Segundo a autora, as feiras assumiam um papel importante na ocupação do território angolano, pois sua existência dependia de vias e redes de transporte regulares para que os produtos vendidos chegassem até a capital. Essa medida, ao mesmo tempo em que fomentava o comércio, também favorecia a concentração de pessoas em pontos estratégicos para o trânsito mercantil²⁰⁶.

Na Índia, as políticas implementadas pelo antigo governador de São Paulo, Francisco Cunha de Menezes, centraram foco na reconstrução de Goa e em sua recuperação econômica com incentivos à plantação de mandioca (para fazer farinha), arroz, madeira, pimenta, algodão e café. Damão também recebeu instruções para *desentulhar* os rios que cercavam suas ilhas, facilitando a navegação e a defesa, bem como o aproveitamento de muita terra que era impedida de ser cultivada²⁰⁷. Ademais,

²⁰³ Ibidem, p. 54.

²⁰⁴ Ibidem, p. 41

²⁰⁵ MONT SERRATH, Pablo Oller. **São Paulo restaurada**: Administração, Economia e Sociedade numa Capitania Colonial (1765-1802). São Paulo, Alameda, 2016 p. 38-40.

²⁰⁶ MARTINS, Isabel. O estabelecimento de povoações ao longo do rio Kwanza. In ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder; [org.] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses **Atas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português - 1415-1822**. 1ª ed. Lisboa: C.N.C.D.P., 2001, p. 474.

²⁰⁷ MONT SERRATH, Pablo Oller. **São Paulo restaurada**...p. 38-40.

Ashish K. Rege afirma, também, que houve a anexação de novos territórios ao de Goa com destaque para os territórios de Pangim e Margão (essa transformada em vila em 1778). Pangim recebeu um traçado regular e a vila de Margão recebeu prédios e praças “no estilo renascentista” sob o traçado já existente²⁰⁸.

Da mesma forma, na América, foram muitas transformações. Iris Kantor afirma que o Tratado de Madri (1750), a expulsão dos jesuítas (1759) e a transferência da Capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro (1763) provocaram uma “reterritorialização da soberania lusa no continente sul-americano”, a qual consistiu na reorganização das estruturas administrativas civis, eclesiásticas e militares que vigoravam até então na colônia. Houve, no período, a abolição das capitanias hereditárias, uniformizando a administração colonial sob controle direto da Coroa; a criação e reformulação de comarcas, ouvidorias, “concelhos” de câmara, julgados, paróquias, fortalezas etc.; a hierarquização de capitanias entre centrais e periféricas; o estabelecimento de novas regulamentações para concessão de sesmarias e, por fim, restrições à regularização de morgadios e capelas²⁰⁹. Longe de esgotar todas essas transformações, gostaria de citar alguns exemplos.

Em Minas Gerais, Cláudia Damasceno da Fonseca mostra que, com a crise da mineração, parte da população abandonou as áreas centrais da Capitania em busca de novas jazidas e, principalmente, novas áreas agricultáveis. Segundo ela, quando se compara as criações de capelas (o que pressupõe novos arraiais) entre a primeira e a segunda metade do século XVIII, observa-se que houve uma diminuição de novas capelas (e, portanto, novos arraiais) no grupo das aglomerações mineradoras (de 67 para 20) e um aumento significativo de novos estabelecimentos nos arraiais com vocação agrícola (44 para 115). Isso também se reflete nas promoções de capelas ao *status* de freguesias. De um período para o outro, houve um regime de redução de 85% nas povoações mineradoras e um aumento de 26% nas áreas nos arraiais agrícolas. Todavia, apesar dessa expansão

²⁰⁸ REGE, Ashish K. Evolution of Margão town in Goa Through Portuguese era (1510-1961 AD) In ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder; [org.] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses **Atas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português - 1415-1822**. 1ª ed. Lisboa: C.N.C.D.P., 2001, p. 429-430; MONT SERRATH, Pablo Oller. **São Paulo restaurada...** p. 38-40.

²⁰⁹ KANTOR, Iris. Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto-representação das elites (1759-1822). In KOERNER, Andei [org.] **História da Justiça Penal no Brasil: pesquisas e análises**. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 29-31.

agrícola, ela ressalta que as áreas mineradoras mesmo, no momento de crise, ainda preservaram uma grande capacidade de atração e aglutinação populacional²¹⁰.

Todos esses novos arraiais refletem também uma mudança na sua distribuição geográfica. Na primeira metade do século XVIII, a ocupação correspondeu à região central da capitania no eixo-norte sul, seguindo a Serra do Espinhaço e seus contrafortes. Na segunda metade do século, nota-se uma distribuição das igrejas paroquiais dispersas sobre esse eixo, principalmente nos limites dos bispados fronteiriços, nos sertões do oeste (Tamanduá, Bambuí, Piuí e Desemboque), e na sua parte oriental, onde travou-se uma briga de décadas contra as populações autóctones²¹¹. Alguns desses núcleos foram elevados à vila no governo de D. Luís Antônio Furtado de Mendonça (1789-1791), criando São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena; no governo de Bernardo José de Lorena (1798), criando a vila de Campanha da Princesa e de Paracatu do Príncipe e, no século XIX, e na regência do príncipe Dom João VI, já no Rio de Janeiro, criando as vilas de Baependi e São Carlos do Jacuí (1814)²¹².

Na Bahia, o Governador D. Fernando José de Portugal recebeu instruções de D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre a necessidade de se fazer recenseamentos da população, promover a valorização da produção açucareira por meio do aumento do número de engenhos (de 166, em 1759, para 400, em 1798) e incentivar a diversificação de gêneros agrícolas. Maria Helena Flexor afirma também que houve um reordenamento territorial da Capitania, na qual foram incorporadas as áreas das extintas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, além da porção norte da Capitania do Espírito Santo e de toda Sergipe. A autora mostra que houve uma política de ocupação desses territórios, autorizando corregedores, ouvidores, capitães gerais, bispos, entre outros, a fundarem vilas e freguesias, sendo que muitas das primeiras foram criadas a partir de freguesias já existentes e as segundas, a partir de aldeias indígenas²¹³.

Na região amazônica, as políticas implementadas pelo irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), consistiram na criação da

²¹⁰ FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 106 a 110.

²¹¹ Ibidem, p. 128

²¹² Ibidem, p. 177

²¹³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. Criação da rede Urbana na Capitania da Bahia. In ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder; [org.] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses **Atas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português - 1415-1822**. 1ª ed. - Lisboa: C.N.C.D.P., 2001, p. 533-452.

Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que fomentou uma diversidade de gêneros enviados para Lisboa e para o Porto, tais como algodão, arroz, couro, café, cacau, mel, gengibre etc.²¹⁴ Concomitantemente, a questão dos limites com a América espanhola foi uma diretriz importante das mudanças na região. Foi produzida uma série de mapas e organizadas comissões de limites a fim de assegurar os tratados estabelecidos com a Espanha. Promoveu-se a centralização da administração em Belém (localizada na entrada do Rio Amazonas, área sob risco de invasão por diversos países). Também, houve reorganização de capitanias subalternas anexadas à do Grão-Pará e Maranhão e a criação da Capitania de São José do Rio Negro (Amazonas).

Soma-se a essas transformações a liberdade concedida aos índios em 1755 e a sistematização de uma série de medidas que visavam regular tais populações conhecida como *Diretório dos Índios*. Ele foi publicado em 1758 e, dois anos depois, suas diretrizes foram estendidas para todo o Estado do Brasil. Renata Malcher de Araújo salienta também que essa política trazia para o centro da administração lusa uma série de pontos de povoamento que poderiam ser usados para garantir o domínio sob aquela vasta área. No governo de Furtado, foram criadas 40 novas vilas e 31 lugares ou freguesias a partir de aldeamentos indígenas, além de fortes instalados em pontos estratégicos da fronteira com o reino de Fernando IV²¹⁵. Até o final do século XVIII, a região contava com mais de 90 povoações, a maioria localizada no atual Estado do Pará²¹⁶.

Esses exemplos mostram que o incentivo às atividades econômicas (com foco na agricultura e no comércio) bem como a defesa e a urbanização de territórios nortearam ações em várias áreas coloniais. É nesse contexto de transformações que a Capitania de São Paulo foi restaurada. Bellotto aponta, juntamente à ineficiência do projeto de unificação do Sul sob um só comando, a revalorização das áreas coloniais independentes do ouro, o fortalecimento do poder central, a partir de reformas administrativas e o

²¹⁴ MONT SERRATH, Pablo Oller. **São Paulo restaurada** ... p. 46 a 48.

²¹⁵ ARAUJO, Renata Malcher de. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civil, decorosas e úteis para o bem comum a coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**, V. 20, n.1 jan-jun, 2012.

²¹⁶ COELHO, Mauro Cêzar. **Do sertão para o mar** – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do diretório dos índios (1751-1798) Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, USP, 2006, p. 355 a 357 (tabela 8).

afastamento das ordens religiosas como fatores em jogo no momento da Restauração do governo de São Paulo²¹⁷.

Nesse contexto de mudanças, diversas cartas foram escritas pelos conselheiros da cidade de São Paulo sobre a ausência de um Governador. Em 30 de setembro de 1762, eles escreveram uma representação ao Rei, expondo o “[...] grande prejuízo da administração da justiça na falta de um General, porque os ouvidores não têm de quem lhes façam sombra [...]” e, portanto, não temiam sanções por fazerem injustiças, uma vez que a distância do Rio de Janeiro impossibilitaria “evitar estas desordens, remediar outros desmandos que dizem respeito ao bem comum”. Também argumentavam “[...] menor prejuízo da Real Fazenda [...]”, porque no tempo em que havia general na Capitania “[...] se descobriram as dilatadas Minas de Goiás [...]” pelo estímulo de Rodrigo César de Menezes. Por fim, mencionaram que o Governador da praça de Santos, Alexandre Luís de Souza e Menezes, fez quatro companhias de soldados para guarnecerem a fortaleza do Rio Pardo (Rio Grande do Sul) e sugerem o mesmo para assumir o cargo de Capitão General de São Paulo²¹⁸. Nota-se que alguns argumentos aqui utilizados também se pautaram na questão administrativa, na defesa e no fomento da economia.

Aproximadamente seis meses depois e logo após a morte do Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, consta no livro de Registro Geral da Câmara de São Paulo outra carta endereçada ao Rei, sugerindo que a anexação de São Paulo ao Rio de Janeiro teria acontecido “[...] talvez por informações de quem neste particular mais atendia a ampliar os limites da sua jurisdição do que o real serviço de Vossa Majestade”. Repetiam também os argumentos de que, se houvesse um general na capitania, “[...] teriam feito muitos descobertos de que resultaria grandes lucros à real fazenda [...]”, da forma que foi feito no governo de Rodrigo César de Menezes, facilitando a exploração de novos descobertos. Na verdade, esses argumentos pareciam introduzir o motivo principal da carta:

[...] teriam descoberto outras muitas se tivesse havido aqui generais de igual zelo ao daquele ao menos teria se facilitado a entrada do Tibagi que sendo como é um descoberto que promete grandes haveres ninguém pode extrair ouro dele por conta da expressa proibição do general do Rio de Janeiro que também o é desta Capitania dentro do qual se acha o tal descoberto e desta sorte fica o povo privado da utilidade que dali

²¹⁷ BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775). 2ª Ed. São Paulo: Editora Alameda, 2007, p. 38-39

²¹⁸ AHU, Caixa 23, Doc. 2200 de 30 de setembro de 1762.

podia tirar e a real fazenda perdendo os quintos que havia de perceber [...]

Frisavam também que

Não se povoar aquela campanha e dilatado sertão do que muito necessita para rebater aos castelhanos por onde sem oposição e com muita facilidade podem entrar por se dali até as missões de Espanha estrada seguida sem fortificações ou defesa alguma e tudo isto representou ao defunto general a Câmara de Curitiba ao governador da praça de Santos, mas nada foi bastante para o mover a conceder a licença que se lhe pedia [...]

E continuam se questionando o porquê que “[...] se possa atribuir esta denegação [...]”, concluindo que “[...] tudo nascia da oposição que [Gomes Freire de Andrade] sempre teve a esta capitania [...]”. A carta é finalizada com a menção às inconveniências da viagem do Rio de Janeiro, ao fato de que Goiás e Cuiabá terem governadores e São Paulo não e finalizam, dizendo que “[...] não se deve negar à cabeça a honra que se concede aos membros [...]”²¹⁹.

Na argumentação dos Conselheiros, a perda da autonomia administrativa da Capitania estaria ligada aos interesses de Gomes Freire de Andrade em querer ampliar seus poderes e não a fatores econômicos ou demográficos. Ao contrário, a carta parece ter sido motivada justamente pelos entraves colocados pelo dito governador à continuidade da exploração de novas áreas coloniais, em conformidade com o que acontecera nas primeiras décadas do século. Nota-se também que o interesse pela ocupação e fortificação do Tibagi já estava nos horizontes dos colonos e antecederam a restauração da Capitania. No entanto, sem o aval da Coroa (representada, naquele momento, pelo Governador do Rio) e mais distantes do sistema de distribuição de honrarias e mercês, não poderiam levar o projeto à cabo. Isso foi iniciado, então, por D. Luiz de Souza Botelho Mourão, que, ao expandir os postos administrativos e militares da Capitania, permitiu que muitos dos potentados assumissem cargos de liderança. Nesse contexto, o surgimento de novas vilas teve papel importante no projeto colonial, pois decidia quais potentados receberiam mercês de vila e, portanto, cargos nos “concelhos” e nas ordenanças.

Isso fica mais claro na carta escrita ao bispo de São Paulo, D. Antônio da Madre de Deus Galvão, no fim de 1763, pela qual pediram intercessão ao Rei, pois “[...] parece

²¹⁹ ACMSP. **Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo** (1750-1763). São Paulo: Tipologia Piratininga, 1920, Vol. 10, p 470-473.

que tantos são os passos que a Capitania tem dado para a sua última decadência quantos são os momentos que está anexa à do Rio de Janeiro”²²⁰. Diziam que “depois desta união” padecia a justiça, pois “obram” muitas coisas que não aconteceria se houvesse um general; padecia a Fazenda Real, pois se houvesse um general “com zelo do Real serviço” teriam feito muitos descobertos e, por fim, padeceria também os povos porque:

[...] na falta do recurso ao soberano recorrem aos generais não só nas pendências que cotidianamente se oferecem, mas também nas injustiças digo nas injustas vexações que frequentemente experimentam e muitos desta capitania deixam perder aquelas e sofrem estas só por seguirem as indispensáveis despesas e ao grande trabalho de uma tão dilatada viagem como é daqui ao Rio de Janeiro [...] ²²¹

Logo após a morte de Gomes Freire de Andrade, houve a transferência do Vice-Reinado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro e o seu primeiro Vice-Rei, Antônio Álvares da Cunha (Conde da Cunha), mandou uma carta ao “Governo de Lisboa”, em agosto de 1764, apontando:

a prejudicial impossibilidade que há para poder governar a Capitania de São Paulo o Governador do Rio de Janeiro; porque uma Capitania tão larga e tão distante desta, com habitantes excessivamente inquietos ou revoltosos, em território abundante em minas de ouro e nas vizinhanças dos Castelhanos, parece que são bastantes motivos para deverem ter²²²

Nenhum dos documentos citados faz menção direta à já mencionada estagnação econômica e esvaziamento demográfico da Capitania. Bellotto, que analisou todos os documentos citados, afirma que o Vice-Rei “[...] só não se referia à ‘pobreza e ruína’ para que se completasse o quadro dos fatores da Restauração [...]”²²³, mas “[...] parece que o fizera em carta anterior [...]”, de 13 de julho de 1764. Dessa carta, só sobrou a menção na resposta dada a ela por Mendonça Furtado, em 4 de fevereiro do ano seguinte:

[...] Sendo presente a S. Magestade pela carta de Vossa Excelência que trouxe a data de 13 de julho do ano próximo passado do mezerável estado a que se achava reduzida a Capitania de São Paulo, por falta de governo, e do novo descoberto de Sam João de Jacury”²²⁴.

As noções de “decadência” e “miserável” constantes nos documentos do Bispo e do Vice-Rei parecem ser empregadas nos ofícios em sentido político-administrativo, ao qual é atribuída a noção de decadência (política) da Capitania por estar subordinada ao

²²⁰ ACMSP. **Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo** (1750-1763), p. 473-474.

²²¹ Ibidem.

²²² DI, Vol. 11, p. 209-211.

²²³ BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial...** p. 43.

²²⁴ DI, Vol. 47, p. 11.

Rio de Janeiro e a um estado miserável²²⁵ (porque sem governo próprio), necessitando, portanto, restituí-lo, com, inclusive, a indicação de um candidato pela própria Câmara de São Paulo. Por outro lado, o que fica evidente na carta do Vice-Rei, além da questão das fronteiras e do ouro, é a preocupação com o comportamento dos paulistas “excessivamente inquietos ou revoltosos”, que, dentro das novas orientações pombalinas, soava mais uma vez como preocupação nos horizontes coloniais, pois os mesmos teriam acesso mais direto aos mecanismos administrativos coloniais outrora subtraídos.

Contudo, deve-se ficar claro que a Capitania de São Paulo apresentou uma dinâmica demográfica e econômica modesta em comparação às outras áreas da colônia, ligadas diretamente à agro-exportação e à mineração em larga escala. No entanto, enquadrar quase todo seu período colonial dentro das insígnias de pobreza e escassez demográfica é eclipsar dinâmicas e transformações de uma grande porção da América portuguesa. É, em última análise, desprovê-la de historicidade. Como vimos, a defesa de territórios, o incremento econômico e a urbanização nunca deixaram de existir na Capitania, porém eles voltaram a aparecer dentro dos ofícios administrativos reinóis, pois atendiam um novo contexto de reformas, dentro das quais as querelas acerca das demarcações de fronteiras se acirraram devido à tomada da Colônia de Sacramento e parte do Rio Grande do Sul pelos castelhanos (1762-1763). O fomento, o controle e a taxação de atividades agropecuárias e comerciais eram urgentes devido à crise econômica pela qual passava Portugal e, por conseguinte, a criação de vilas para controle dessas áreas voltou a estar na ordem do dia. A implantação dessas políticas não aconteceu *ex-novo*. As ações empreendidas por D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão deram-se, portanto, no sentido de trazer para a administração civil muitas áreas que estavam sob administração religiosa por meio das freguesias e ligadas às vilas mais antigas. Isso se deu a partir de acordos e desavenças com os potentados locais, cuja moeda de troca utilizada pelo recém-empossado governador foi a mesma que a Coroa já utilizara no contexto das descobertas auríferas: honrarias e mercês.

²²⁵ No dicionário de Raphael Bluteau, o termo miserável não encontra significado econômico ou demográfico: 1º significado “aquele que está padecendo misérias, desgraças”; 2º significado “avarento, mofino”; 3º significado: “infelice, lastimoso”. In **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>> Acesso em: 27 jan. 2020.

2.1 - Morgado de Mateus, o fidalgo de aldeia

Depois de quase dois anos que D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, estava governando a Capitania de São Paulo, escreveu uma carta ao Conde de Oeiras, relatando alguns acontecimentos ocorridos enquanto organizava os festejos de aniversário do rei D. José I. As festividades contaram “com solene pompa”; compostas por uma missa na Igreja do Carmo, jantar público e exercícios com as tropas, mas algo veio atrapalhar o evento. Foi apregoado na porta da Igreja “uma vergonhosa sátira”, que atacava as principais “disposições” da gestão do dito governador, principalmente:

[...] as tropas e o seu luzido fardamento, chamando-me de destruidor do povo; as lavouras, chamando-me “carreiro”; as vilas, chamando-me “fidalgo de aldeia, e de meia tigela” e outros vários impropérios indignos de pôr na presença de V. Ex.^a, concluindo com muita ameaça de darem de mim conta a V. Ex.^a para que me dê carreira, e me pusesse não menos que na força²²⁶

No entanto, na ocasião, o vigário capitular poupou o Morgado de Mateus do dito vexame, retirando rapidamente o pasquim de modo que o governador não soube do ocorrido durante alguns dias. Ainda descontentes, os autores do pasquim voltaram a atuar, deixando apregoado uma cópia na porta da Igreja do Recolhimento de Santa Tereza e outra deixada em carta fechada sobre o bofete da Secretaria de Governo, ocasião em que Mourão leu o texto. O governador não sabia quem eram os autores e pedia ao Conde que se cumprissem o prometido e entrassem em contato com as autoridades metropolitanas para que fossem tomadas as medidas necessárias. Bellotto, cujo trabalho foi pioneiro ao mostrar um governador que se equilibrava entre as autoridades lisboetas e os agentes locais com quem ele travou contendas, também estudou esse documento e aponta que houve uma investigação sobre o responsável pelo ocorrido, incriminando o padre jesuíta Francisco Xavier Garcia²²⁷.

Os pasquins apregoados nas igrejas da Capital dão pistas sobre a relação não muito amistosa entre o governo da recém restaurada capitania e parte da população, com destaque, para a visão dos colonos sobre seu projeto de fundação de vilas jocosamente batizado de *aldeias*. Segundo Bellotto, o caso dos pasquins “podia ser espelho de toda

²²⁶ DI Vol. 23, p. 187-90. Data: 03/07/1767.

²²⁷ BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial...**p.219.

uma situação”²²⁸, cujas câmaras tinham papel importante, mas também o ouvidor, o bispo, o vice-rei desempenharam papéis que foram classificados pela autora como resistências, reações, intrigas e oposições à gestão do Morgado de Mateus.

D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus, atuou na área militar em Portugal, tendo se destacado em um dos episódios da Guerra dos sete anos, na qual Portugal não quisera aderir ao pacto que visava unir os Bourbon reinantes na Europa contra a Inglaterra. Nesse contexto, Espanha e França declararam guerra contra Portugal, e o 4º Morgado ganhou batalhas decisivas para o desfecho da guerra no ano de 1762. Não se sabe o peso disso para sua carreira, mas, algumas semanas depois que a Capitania de São Paulo foi restaurada, ele foi indicado para governá-la²²⁹. Mourão saiu de Portugal em março de 1765, chegando em junho ao Rio de Janeiro.

Ao chegar na recém-instituída capital do Vice-Reinado do Brasil, D. Luiz Antônio encontrou-se com o Vice-Rei D. Antônio Álvares da Cunha (Conde da Cunha), com quem tratou de alguns assuntos sobre o governo de São Paulo. Bellotto, ao analisar o conjunto das instruções passadas ao Governador, aponta a proteção das fronteiras contra o avanço dos espanhóis, a perseguição aos jesuítas, a assimilação dos indígenas e a reativação da economia a partir de um governo centralizado como as principais diretrizes da restauração²³⁰. Vale destacar também que as questões territoriais estavam nos horizontes régios, uma vez que a Capitania estaria numa posição geoestratégica frente às possessões espanholas e jesuítas²³¹. Nesse contexto, “[...] povoar passou a ser um verbo frequente na correspondência oficial [...]” e, para Derntl, ele parece ter assumido o significado de “[...] reorganizar a distribuição espacial da população [...]” para que ela se concentrasse em núcleos urbanos “[...] fixos, estáveis e submetidos às estruturas administrativas portuguesas [...]”²³². Apenas dois questionamentos do recém-empossado Governador ao Conde da Cunha versavam sobre a fundação de vilas: o primeiro questiona se haveria outros meios de se adiantar as povoações e novos estabelecimentos e a orientação do Vice-Rei foi observar o que estava escrito no *Diretório dos Índios*, e a segunda referia-se

²²⁸ Ibidem, p. 220.

²²⁹ BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial...** p. 45 a 57.

²³⁰ Ibidem, p. 59-76.

²³¹ DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte:** criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010, p. 59.

²³² Ibidem, p. 60-62.

aos obstáculos para as fundações de vilas, tal como no Grão-Pará, e a resposta foi “[...] a experiência nos mostrará e entretanto se pratique o que S. Mag^e manda²³³”.

A resposta do Vice-Rei expressa duas diretrizes que influenciaram o Morgado de Mateus em suas políticas de urbanização: as ações na região amazônica empreendidas por D. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que, como vimos, serviram para a redação do *Diretório dos Índios* e a experiência adquirida nas alianças e desavenças com as populações coloniais. A seguir, analisaremos as correspondências trocadas pelo Morgado de Mateus com os potentados locais (e vice-versa) com o objetivo de entender as alianças e desavenças estabelecidas entre vários agentes envolvidos na criação de vilas e freguesias sob o seu governo.

2.2 - As freguesias

Como foi exposto, o poder eclesiástico teve papel importante na constituição das povoações na primeira metade do século XVIII ao criar freguesias em lugares estratégicos, seja por sua prosperidade econômica ou demográfica, seja pela função de garantir posse de territórios em disputa. Depois da restauração da Capitania de São Paulo, esse processo não cessou. O Morgado de Mateus afirmou, no início de seu governo, que a Capitania tinha 32 freguesias; o Bispo Dom Frei Manoel da Ressureição, quando assumiu o Bispado de São Paulo, em 1774, afirmou ter encontrado 53 freguesias; o mesmo Bispo, em 1779, afirmou ter 59 e, finalmente, em 1824, esse número chegou a 88²³⁴.

No momento em que o Morgado de Mateus assumiu o governo da Capitania de São Paulo, o posto de bispo estava vago, pois Frei Antônio da Madre de Deus Galvão morrera em 1764, e o bispado ficou sob comando de um vigário capitular até a chegada do novo bispo, em 1774. Assim, o Morgado de Mateus assumiu muitas das prerrogativas das autoridades eclesiásticas, criando novas freguesias, nomeando párocos e gerenciando suas cômruas²³⁵ até a chegada do novo bispo, D. Manoel da Ressureição, em 1774, que

²³³ DI Vol. 14, p. 3-30.

²³⁴ Respectivamente: DI, Vol. 73, p. 65-66; AHU, Caixa 30, Doc. 2671; RESSURREIÇÃO, D. Fr. Manuel da. *Relação Geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguesias, usos e costumes*. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**, vol. IV, 1898-99, São Paulo: Typ. Andrade, Mello & Cia., pp. 351-415; NEVES, Guilherme Pereira. **E receberá mercê**: a mesa de Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997, p. 213-217.

²³⁵ ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas,

teceu várias críticas a esse respeito. Em 1768, o Morgado do Mateus cobrava do Marques do Pombal respostas de alguns ofícios que mandara em dezembro de 1766, solicitando “uma ordem ampla”, que abrangesse tanto o Vigário Capitular quanto ele mesmo para *demarcar as paróquias e marcar as côngruas* conforme os fregueses eram redistribuídos²³⁶. Ainda sobre esse assunto, meses depois, Mourão também cobrou alguns esclarecimentos que fizera no final 1766 e início de 1767 a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, querendo obter “[...] ordem para regular os distritos, tanto das freguesias como das câmaras das vilas circunvizinhas”; informação de como proceder com as côngruas dos padres que atendiam populações pobres, como pagar os emolumentos dos corregedores e gastos com as câmaras das novas vilas²³⁷. Essas solicitações feitas ao Marquês de Pombal e a Francisco Furtado tinham o intuito de colher autorizações para poder fundar e articular vilas e freguesias, bem como rearranjar áreas sob o interesse do novo governador, mas ainda dentro do comando de potentados locais anteriormente estabelecidos tanto no âmbito civil quanto religioso. Muitos conselheiros e párocos também não viam com bons olhos o surgimento de novas unidades, pois poderiam ter sua arrecadação afetada, uma vez que as povoações eleitas se destacavam das demais no âmbito demográfico e/ou econômico.

1999, p. 165; DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte:** criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010, p. 70.

²³⁶ DI Vol. 19, p. 3-4.

²³⁷ DI Vol. 19, p. 22-25.

Tabela 3: Freguesias Criadas na Capitania de São Paulo até 1777²³⁸

Freguesia/ vila a qual era ligada	Criação Freguesia	Situação	Coadjutor	Rendimento/ Cõgrua (em réis)	Conhecenças/pé de altar (em réis)	Vila atual	Criação Vila
de N. S. da Penha de Arassariguama (S. Ana do Parnaíba)	1701	amovível	não		100.000,00	Araçariguama	1874
de N. S. de Monserrate de Cutia (São Paulo)	1703	amovível	não		200.000,00	Cotia	1856
de N. S. do Bom sucesso (Pindamonhangaba)	1705	amovível	não		130.000,00	Pindamonhangaba	1705
de N. S. da Piedade (Guaratinguetá)	1718	amovível	não		150.000,00	Lorena	1788
de S. João de Atibaya (São Paulo)	1719	amovível	sim		250.000,00	Atibaia	1769
de N. S. do Pilar da Ilha Gracioza (Paranaguá)	1719	amovível	não		150.000,00	Antonina	1797
de N. S. May dos Homens de Araraytaguaba (Itu)	1728	amovível	não		250.000,00	Porto Feliz	1797
de N. S. da Conceição do Facão (Guaratinguetá)	1731	amovível	não		200.000,00	Cunha	1785
de S. Ant ^o das Minas de Apiahy (Sorocaba)	1736	amovível	não		180.000,00	Apiáí	1771
de N. S. da Conceição de Mogi-Guaçu (Jundiaí)	1740	amovível	não		150.000,00	Mogi Guaçu	1877
de N. S. da Conc. das Minas de Paranapanema (Sorocaba)	1746	amovível	não		sem menção	Capão Bonito	1857
de N. S. da Luz (Curitiba)	1747	colada	sim	180.000,00	200.000,00	Curitiba	1693
de S. José de Mogi-mirim (Jundiaí)	1751	amovível	não		120.000,00	Mogi-mirim	1769
de São José (Curitiba)	1757	amovível	não		130.000,00	São José dos Pinhais	1853
de N. S. da Soledade das Minas de Itajubá (Guaratinguetá)	1762	amovível	não		80.000,00	Delfim Moreira	
de N. S. da Guia de Xiririca (Iguape)	1763	amovível	não		120.000,00	Eldorado	1842

²³⁸ Esses dados foram coletados de: DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte:** Criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010, p. 62-71; LUNÉ, Antonio José Baptista; FONSECA, Paulo Delfino da. **Almanak da Província de São Paulo para 1873.** Typographia Americana. São Paulo, 1873; CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (SERES). **Anuário Católico do Brasil.** Rio de Janeiro: CERIS, 2015. 14^a edição; RESSURREIÇÃO, D. Fr. Manuel da. Relação geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguesias, usos e costumes. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**, vol. IV, 1898-99, São Paulo: Typ. Andrade, Mello & Cia., pp. 351-415. Não consta na lista a povoação de Rio Pardo, pois consta que durou poucos anos e desapareceu.

de N. S. da Conceição de Jaguary (São Paulo)	1765	amovível	não		100.000,00	Bragança Paulista	1797
de N. S. dos Prazeres de Itapetininga (Sorocaba)	1766	amovível		80.000,00	30.000,00	Itapetininga	1770
de N. S. Santana da Faxina (Sorocaba)	1766	amovível	não		120.000,00	Faxina/Itapeva	1769
de São Roque (Santana do Parnaíba)	1768	amovível	não		100.000,00	São Roque	1832
São José da Paraíba (Jacareí)	1768	amovível				São José dos Campos	1767
de Santo Antônio de Piracicaba (Itu)	1769					Vila Nova do Constituição/Piracicaba	1822
de Santo Antônio da Lapa do Registro do Curitiba (Curitiba)	1769	amovível			180.000,00	Vila Nova do Príncipe/ Lapa	1806
de São Luiz do Paraitinga	1769	amovível	não		100.000,00	São Luiz do Paraitinga	1773
de N. S. da Conceição de Sabaúna da Lage	1769	amovível	não	70.000,00		Sabaúna	1770
de São José da marinha em Ararapira	1769	amovível		70.000,00			
de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages	1770	amovível	não		150.000,00	Lages	1771
de N. S. dos Prazeres e Francisco de Paula do Iguatemi	1770	amovível	não	120.000,00	30.000,00	Vila dos Prazeres do Iguatemi	1770
de São Luís de Guaratuba	1771	amovível		70.000,00		Guaratuba	1771
de N. S. da Conc. de Campinas do Mato Grosso (Jundiá)	1774	amovível			50.000,00	Campinas	1797
de Santana do Iapó (?)	1774	amovível			120.000,00	Vila nova de Castro	1789
de N. S. do Bonsucesso do descoberto do Rio Pardo (Povoação do Rio Pardo)	1775	amovível	não		100.000,00	Caconde	1864
Arraial de Camandaocaya	1779	amovível	não		80.000,00	Jaguari/Camanducaia	1840
de Santana da Paraíba Nova (Lorena)						Areias	1817

Na “Relação geral da Diocese de São Paulo, suas comarcas, freguesias, cõngruas, usos e costumes”²³⁹, enviada ao Rei pelo Bispo recém-empossado D. Frei Manoel da Ressureição, em 1777, podemos encontrar algumas informações sobre as freguesias do bispado de São Paulo que complementam os dados que já tínhamos das freguesias criadas no século XVIII (**Tabela 3**).

Tradicionalmente, os párocos das freguesias poderiam ser colados (pagos pela Coroa), como também encomendados, curados ou amovíveis (nomeados pelo bispo e pagos pela população). A maioria das freguesias criadas no século XVI, com exceção de São Paulo, era colada (Santos, São Vicente, Itanhaém, Iguape, Cananeia). No século XVII, foram criadas quatro freguesias coladas (São Sebastião, Itu, Paranaguá e Taubaté), dez amovíveis e quase todas foram transformadas em vilas naquele mesmo século. Por fim, todas as freguesias criadas no século XVIII em São Paulo (com exceção de Curitiba) eram amovíveis e muitas das criadas antes da restauração da Capitania no século XVIII serviram de base para o projeto de implantação de vilas iniciado pelo Morgado de Mateus depois de 1765 e seguido por seus sucessores.

Uma das fontes de renda das freguesias era a arrecadação das *conhecenças* e *pé de altar*. As *conhecenças* eram contribuições para a sustentação do pároco e o *pé de altar*, o conjunto de taxas referentes às cerimônias, esmolos, missas, desobrigas e batizados. Juntas, compunham as rendas dos párocos das freguesias amovíveis e complementavam a renda dos párocos das freguesias coladas. No entanto, parece que Mourão patrocinou algumas freguesias que ele criou às custas do honorário da Capitania, criando paróquias amovíveis, mas recebedoras de cõngruas. O bispo D. Manoel da Ressureição escreveu que o pároco da “Praça de Iguatemi” era amovível, porém “[...] D. Luiz Antônio de Souza, fundador desta pestífera povoação, assinou cento e vinte mil reis de cõngrua, que muito mal pagou aos que serviram esta Igreja”. Em 1773, os habitantes do Iguatemi reclamaram ao provisor do Bispado acerca das “conhecenças ou dízimo pessoal” cobradas pelo pároco. Solicitavam que não fossem obrigados a pagar por estarem numa “praça de conquista” por ordem de S. Majestade e nunca tinham pago coisa alguma.²⁴⁰ Embora o ofício tenha sido enviado para um funcionário do Bispado, foi o Governador quem respondeu, dizendo que o padre já recebia cõngrua anual e embora ela não fosse “[...] tão

²³⁹ RESSURREIÇÃO, D. Fr. Manuel da. Relação geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguesias, usos e costumes... p. 351-415.

²⁴⁰ DI, Vol. 8, p.65-66.

avultada como VM.^{ce} deseja [...]”, ela excedia a de outros párocos e não permitia tão pesado ônus aos fregueses do Iguatemi tanto pela sua pobreza como porque estavam lá por serviço de S. Majestade²⁴¹, mas ainda assim aumentou sua cômputa em mais vinte mil réis²⁴². Isso se repetiu nas freguesias de Ararapira, Sabaúna e Guaratuba, às quais inicialmente foram destinados 50\$000 réis da Fazenda Real e, segundo a *Relação* do dito bispo, tiveram suas cômputas aumentadas para 70\$000 mil réis, uma vez que, por exemplo, o pé de altar e as conhecenças dessa última “[...] nada rendem pela suma pobreza e diminuto número de seus moradores [...]”. Também houve o caso de Itapetininga, cuja cômputa era paga pelo povo “que é muito mal paga pela indigência dos fregueses”²⁴³. Todos esses casos nos permitem saber como era a arrecadação de cada freguesia e utilizar esses dados como índice de riqueza das mesmas.

A “Relação geral da diocese de São Paulo” também guarda dados sobre as freguesias que tinham coadjutores, ou seja, párocos responsáveis por ajudar o titular da paróquia em seus afazeres. Esse dado é importante, pois só havia coadjutores em freguesias mais prósperas, que tinham renda suficiente para sustentar mais um religioso. Todos esses casos nos permitem saber como era a arrecadação de cada freguesia e utilizar esses dados como índice de riqueza das mesmas.

Ao espacializar os dados hipoteticamente (**Figura 5 – Freguesias da Capitania de São Paulo XVII a XVIII**) e considerando os principais eixos de circulação da capitania já discutidos no capítulo anterior, podemos observar que, de forma geral, houve considerável concentração de freguesias no Caminho de Viamão com a fundação de Itapetininga (1766), Faxina (1766), Lapa (1769), Lages (1770), Castro (1774), como também a criação de Ararapira (1769), Sabaúna (1769) e Guaratuba (1771) em enseadas na marinha sul. O segundo eixo de maior concentração foi para o Caminho do Rio de Janeiro, onde foram criadas São José da Paraíba (1768), Paraíba Nova(?), São Luiz do Paraitinga (1769); no Caminho de Minas Gerais, foi criado o arraial de Camanducaia (1779); às margens do rio Piracicaba e entre o Caminho para Mato Grosso e Goiás, as freguesias de Piracicaba (1769) e Campinas (1774) e, por fim, a de São Roque (1768) nos

²⁴¹ DI, Vol. 8, p. 66.

²⁴² ZANON, Dalila. *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo*, p. 165-166.

²⁴³ RESSURREIÇÃO, D. Fr. Manuel da. *Relação geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguesias, usos e costumes...* p. 351-414.

arredores de São Paulo. Vale notar que Camanducaia e Paraíba Nova são descritos como povoações e arraiais e provavelmente ainda não eram freguesias de fato nessas datas.

Pela cronologia, nota-se também que a grande maioria das freguesias foi criada nos primeiros anos da administração de Mourão (com exceção de Camanducaia, Campinas e Castro). Esses dados batem com as primeiras intenções de Mourão, que, em carta de 24 de novembro de 1766, declarou suas intenções em criar “povoações civis” que lhe pareciam “mais próprias” e “mais úteis” pela sua situação, comodidade e fertilidade:

1. “[...] uma na Barra que faz o rio Piracicaba entrando no Rio Tietê [...]”, para facilitar o caminho para Cuiabá;
2. “[...] Wotucatu sobre o rio Paranapanema [...]”, para tentar restaurar as muitas fazendas que se despovoaram e por conta da invasão castelhana;
3. “[...] Faxina sobre o caminho que vai de São Paulo para Curitiba adiante de Sorocaba [...]”, por não haver povoações entre Sorocaba e Curitiba;
4. “[...] nos campos das Lajes cem léguas depois de Curitiba no caminho que vai para Viamão [...]”, para fortificar a passagem contra invasões de índios das Missões castelhanas;
5. “[...] na Costa do mar na Enseada de Guaratuba [...]”, por ser bom porto de mar, com muitos peixes e excelente terra;
6. “[...] no rio Sabaúna entre Iguape e Cananeia [...]”, por ser bom porto de mar, muitos peixes, boas terras;
7. “[...] freguesia de Itapetininga [...]”, por ser muito distante de Apiaí e haver muitos excomungados²⁴⁴.

²⁴⁴ DI, Vol. 23 p. 40-42.

Figura 5: Freguesias da Capitania de São Paulo e Áreas de Litígio (séculos XVI-XVIII)

FREGUESIAS DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (séculos XVI - XVIII)

Cidades em processo: São Luiz do Paraitinga no contexto da urbanização de São Paulo (séculos XVIII e XIX)

Diogo Fonseca Borsoi | Fonte: *Carta geographica de projeção espherica ortogonal da Nova Luzitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil*

Fonte: Carta Geographica de Projeção Esférica da Nova Lusitania (modif.)

Essa carta foi escrita por volta de um ano depois que Mourão assumiu o governo da Capitania e mostra que ele conseguiu cumprir a maioria de seus projetos dentro de uma preocupação de expandir as fronteiras, criando freguesias e povoações para além dos limites habitados e em portos naturais ainda sem povoação. Destarte, Mourão parece ter privilegiado os eixos com menor número de povoações em direção das áreas de litígio com os castelhanos (com destaque para o caminho do Sul) e áreas com potencial de fomento agrícola (como as vias que ligavam o Vale do Paraíba à marinha e ao Rio de Janeiro). Nesse sentido, também houve a intenção de se criar a povoação de Paraibuna que não foi terminada a tempo. Todas elas (com exceção de Itapetininga que era um bairro rural), parecem que não foram precedidas de população aglomerada, mas de fazendas, sítios, sesmarias, pousos, registros etc.

Nota-se que, nessa primeira fase (até aproximadamente o final de 1769), Mourão ainda não havia criado nenhuma vila à exceção do aldeamento de São José da Paraíba que foi erigida sem ter paróquia²⁴⁵. No entanto, ele já andava planejando quais núcleos receberiam novos “concelhos”, conforme relatou na carta já citada de 14 de maio de 1768. Dizia que já tinha dado autorização para a criação das vilas de São João de Atibaia, Mogi Guaçu e Faxina, mas que ainda carecia de uma posição quanto aos emolumentos dos corregedores²⁴⁶. Faxina estava no meio do caminho para Curitiba e as duas outras já eram freguesias existentes antes da restauração da Capitania, situando-se no Caminho para as Minas Gerais e de Goiás e não foram mencionadas nas suas primeiras intenções. No entanto, em curto prazo, aparecem prontas para se tornarem vilas. Depois de 1771, o governador transformou em vila Apiaí (1736) e algumas outras freguesias que ele mesmo criou: Itapetininga (1771), Guaratuba (1771), Lajes (1771) e São Luiz do Paraitinga (1773), havendo concentração, mais uma vez, nas áreas menos urbanizadas do eixo sul. Ao todo, Mourão criou 10 vilas e os governadores que o sucederam deram continuidade, transformando em vilas as freguesias que foram criadas na primeira metade do século XVIII: Cunha (1785), Lorena (1788), Antonina (1797), Bragança (1797) e Porto Feliz (1797). A exceção é Campinas (criada por Mourão e que permaneceu freguesia até 1797), Vila Bela da Princesa (1805) e Vila Nova do Príncipe (1806).

Estudando os Maços de População de São Luiz do Paraitinga, de Piracicaba e do Caminho para Goiás, Carlos de Almeida Prado Bacellar analisou a ocupação de algumas

²⁴⁵ DERTHL, Maria Fernanda. **Método e Arte...** p. 79.

²⁴⁶ DI, Vol. 19, p. 22-25.

áreas de fronteira na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Ao comparar a criação de Sorocaba e de São Luiz do Paraitinga, o autor aponta semelhanças e diferenças, principalmente, nos perfis dos recrutados para essas novas frentes: um número significativo daqueles que foram para Piracicaba eram indígenas, enquanto para São Luiz do Paraitinga foram, no geral, pequenas famílias nucleares e com pouca ocorrência de escravos. Também, o movimento de população para São Luiz foi maior que Piracicaba, pois estava localizada próxima a uma região já ocupada (Vale do Paraíba), isso também explicaria seu desenvolvimento econômico, pois os gêneros produzidos atenderiam as demandas desses mesmos núcleos, enquanto Piracicaba estaria apartada das áreas de povoamento mais antigas, atravancando o seu desenvolvimento até o século XIX. O caminho para Goiás, diferente dos anteriores, foi de ocupação anterior às políticas de Morgado de Mateus e permaneceu durante todo o período ocupado, principalmente por pousos ligados à Mogi Guaçu, freguesia criada na primeira metade do século XVIII e que estava nos planos de Morgado de Mateus para se tornar vila. As novas famílias que rumavam para lá tinham que pedir autorização aos pioneiros, tornando-se seus agregados e com permissão para lavrar as terras “a favor”. Os casos analisados pelo autor revelam a importância da fixação e permanência de habitantes para o êxito das novas povoações²⁴⁷. O sucesso de alguns núcleos e a estagnação ou insucesso de outros tinha como vetor importante a já existência e/ou permanência de novos povoadores que garantiriam o desenvolvimento do local.

Essas novas áreas de povoamento, em alguma medida, já estavam sob jurisdição de uma vila e/ou de uma freguesia. Nesse sentido, Iris Kantor, em artigo já citado, aponta que a política de reordenamento territorial que aconteceu nesse período tentou despatrimonializar os ofícios públicos e patentes militares, bem como reorganizar a política indigenista, a legislação fundiária e os legados pios. Isso causou resistência do senhoriato, que tinha seus patrimônios fortemente ligados à concessão de mercês e aos privilégios patrimoniais. Conforme tenho abordado, as políticas de criação de vilas iniciadas por D. Luiz de Souza Botelho Mourão se inserem num ininterrupto processo de urbanização. Nas vilas e freguesias surgidas entre o século XVI ao XVIII, formaram-se potentados locais que, muitas vezes, não viam com bons olhos os novos direcionamentos

²⁴⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 549-566, Sept. 2017.

da política colonial, pois interferia em projetos políticos e econômicos já consolidados. Ao analisar pormenorizadamente a fundação de algumas vilas do Morgado de Mateus, talvez consigamos entender melhor essa relação entre a implantação das novas diretrizes coloniais em São Paulo e os potentados locais estabelecidos.

2.3 - A vila de Atibaia

No Auto de fundação e ereção de Atibaia (a segunda vila criada por D. Luiz de Souza Botelho Mourão), consta que ela era “[...] uma das mais que se distinguem em os requisitos necessários para receber a honra do nome de vila”²⁴⁸. A freguesia, criada em 1718, era amovível, com pároco coadjutor, e arrecadava uma quantia considerável de conhecimentos e pé de altar em relação às demais, em 1777. O desenvolvimento do núcleo fez surgir ali potentados locais que já ensaiavam erigir vila antes de Mourão. O governador mencionou no Auto de fundação que a Câmara de São Paulo (à qual a dita freguesia era ligada) já tinha enviado uma representação ao Governador da Praça de Santos, Alexandre Luiz de Souza, em 1760, declarando que os “[...] oficiais da Câmara, a nobreza e o povo [...]” estavam de comum acordo para a ereção da vila, como também a povoação havia os “[...] rendimentos necessários para as despesas do Conselho”²⁴⁹. Seguiu anexo ao Auto uma cópia do Termo de vereança de São Paulo, de 13 de fevereiro de 1761, no qual constam esses dados, bem como descreve de onde saíam as rendas para a sustentação da futura vila e as demarcações do seu termo e rossio.

No entanto, o projeto de criar a vila de Atibaia parece ter antecedido a mencionada vereança. Há uma carta dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo ao Rei D. José I, de 17 de fevereiro de 1759, com várias certidões, comprovando e demonstrando a viabilidade da criação da vila, que sugere que o projeto já estava sendo articulado antes. As justificativas apresentadas pelos camaristas eram o grande número de pessoas que habitavam a freguesia²⁵⁰, a distância de São Paulo com caminhos laboriosos e o sítio onde estava construída a Igreja Matriz que se achava “[...] em território para isso muito suficiente e nele já fundadas muitas casas contíguas em forma regular.”²⁵¹ De todos esses

²⁴⁸ DI, Vol. 34, p. 152.

²⁴⁹ Ibidem

²⁵⁰ Várias páginas do documento estão de difícil leitura. A carta é seguida de outros certificados que constam que na freguesia habitavam 3.793 pessoas de comunhão distribuídas por 722 fogos.

²⁵¹ AHU. Código AHU_ACL_CU_023. Caixa 5. Doc. 305.

fatores, vale ressaltar o apelo à regularidade do núcleo em um momento anterior ao chamado “tempo do ladrilhador”²⁵².

Esse documento é importante, pois mostra que o projeto de criação da vila de Atibaia surgiu antes da Restauração da Capitania e, portanto, antes das políticas de urbanização promovidas por Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão. Ele ordenou, por exemplo, que os limites da nova vila com a cidade de São Paulo e a vila de Jundiaí, bem como a delimitação do rossi, “[...] fossem da mesma forma que se assentou o termo de Vereança [...]”, de 1761, ou seja, que as delimitações da vila respeitassem o estabelecido por parte dos potentados locais antes da restauração da Capitania. Isso nos dá pistas para pensar como o processo de urbanização de São Paulo se desenvolveu continuamente durante o século XVIII e que o não surgimento de vilas em um determinado período desse século esteve ligado às questões geopolíticas da Coroa e não ao atrofamento demográfico e econômico da Capitania. Tanto o pedido de ereção de vila de 1759, como o de 1769, foram feitos para o mesmo Rei D. José I e dentro do consulado do Marquês de Pombal. No entanto, o segundo, sob a administração do Morgado de Mateus, inseria-se num contexto maior em que São Paulo atendia uma série de demandas daquele tempo, o que dava sentido à criação de vilas na Capitania. Por fim, no final do Governo do Morgado, seu sucessor Martim Lopes Lobo de Saldanha observou esse fato, tecendo críticas ao projeto de urbanização anterior:

[...] as vilas novas, exceto as que já eram freguesias povoadas, somente têm o nome de vilas: constam de um pau levantado por pelourinho e de ranchos de alguns criminosos ou devedores que para ali se refugiaram das vilas próximas, pelo privilégio que meu antecessor lhes prometeu em bandos, de os isentar das justiças e credores por dez anos; todas juntas, segundo se me informa, apenas fariam uma ou duas vilas²⁵³

Como vimos, Bacellar²⁵⁴ destacou a importância da fixação e permanência de povoadores para o êxito das frentes de povoamento, o que nem sempre era uma tarefa fácil e, no caso das freguesias já constituídas, esse trabalho já estava encaminhado. Heloísa Liberalli Bellotto nota que as vilas criadas por Mourão corresponderam a povoações constituídas no século XVII (a primeira parte do século XVIII não é mencionada pela autora) e as demais foram organizadas como povoação e tiveram sua

²⁵² MONT SERRATH, Pablo Oller. **São Paulo restaurada...** p. 25.

²⁵³ DI, Vol. 28, p. 28. 18/11/1775. Grifo nosso

²⁵⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII...

elevação à vila postergada por estagnação (Iguatemi e Sabaúna) ou por progresso posterior (Campinas). Ela observa ainda que muitas povoações se transformaram em vila, pois “[...] apresentavam relativa prosperidade e densidade demográfica, sem que para isso tivessem contribuído os esforços do governador [...]”²⁵⁵, mas que o ato de concordância em elevá-las à vila indica que estariam dentro do seu projeto.

O caso de Atibaia não termina aí. A Ata de fevereiro de 1761 dizia também dos meios de sustentação da nova vila:

[...] a Casa de Câmara e Cadeia dela seria feita pelos moradores da dita freguesia de mão cômua [sic.], com a grandeza e fortificação que coubessem na possibilidade da terra e que ao Alcaide, que juntamente serviria de Carcereiro, como servem os das mais vilas desta Comarca, se lhe daria de ordenado anula vinte mil reis, para o que se desmembraria da Câmara desta Cidade e estanco da dita Freguesia da Atibaia, que até agora se rematava para a Câmara desta cidade [São Paulo] e ultimamente se tinha rematado no ano de 1760 por quarenta e um mil reis, e que a mesma desmembração se faria do estanco da Freguesia de N. Sr.a de Nazareth que tinha rematado por esta Câmara no dito ano por dezenove mil reis, cuja freguesia de Nazareth devia ficar no termo da de Atibaia por ser muito próxima a ela, e porque estes rendimentos e os das aferições e corte do açougue não haviam de chegar para as despesas do Carcereiro e Alcaide e procissão do Corpo de Deus, que é o que só por agora pode sofrer a dita freguesia criada em Vila, se podia determinar que as condenação pecuniárias das causas crimes, que descendessem do Juízo da dita vila fossem sem outra alguma decisão aplicadas para as despesas da Câmara da dita vila e ainda as sentenças dadas nas Relações em coisas nascidas do juízo da dita vila, impondo-se pena pecuniária, seria esta pelas mesmas sentenças sem decisão alguma aplicada para as despesas da Câmara da sobredita vila, quando S. Mag. e assim o houvesse por bem, e que não chegando os sobreditos rendimentos para as despesas anuais se lançaria uma imposição por entrada em todos os gêneros que viessem para a dita freguesia, criada de novo em vila, e seu Termo por negócio [...] ²⁵⁶

O documento dos conselheiros de São Paulo é minucioso acerca dos vários meios possíveis para se prover a então futura Câmara de Atibaia, mas esse projeto parece não ter agradado a todos. Em dezembro do mesmo ano, alguns fregueses da localidade enviaram outra carta ao Rei sobre a inconveniência da criação da vila por não terem condições de construir a Casa de Câmara e Cadeia e nem enfrentarem outras despesas. Diziam que o edital para convocação para a seção de vereança acima foi publicado no dia anterior à reunião e por isso atenderia apenas os “republicanos que se achassem nessa

²⁵⁵ Ibidem, p. 168.

²⁵⁶ AHU. Documentos avulsos. Caixa 5, Doc. 318.

cidade”, sendo que os que viviam em sítios distantes não poderiam estar presentes. A carta segue da seguinte forma:

É esta freguesia tão pobre que entre as pobres do bispado bem pode ter o primeiro lugar como se verifica pela certidão dos moradores dela, nem manufaturas que os utilize, nem comércio algum que lhes deixe lucro e tirados alguns poucos que vivem parcamente das suas lavouras em todos os mais é geral a indigência, e tão [?] a pobreza que não tem nem ainda com que poção satisfazer ao pároco os direitos paroquiais, e suposta esta pobreza que a todos é tão notória como evidente, discorram Vm. ces porque gente se há de [puxar] para o governo da República, com que se há de fazer a casa de Câmara e Cadeia, de que rendas se hão de pagar as rubricas dos livros correições anuais fatura de pelouros, aposentadorias e mais despesas precisas do concelho²⁵⁷

Nota-se, segundo os autores da carta, que a transformação da freguesia em vila realocaria (“puxaria”) alguns grupos da cidade de São Paulo para a futura vila de Atibaia, os quais seriam responsáveis pelos custos do novo “concelho”, não restando rendas para pagamento dos demais compromissos, com destaque para “[...] o peso das contínuas correições [...]”, as quais “[...] todas as vilas estão gemendo [...]” para conseguir pagar. Mas o principal motivo da carta ainda estava por ser dito. Segundo eles, vários reis do passado concederam aos republicanos que serviram a Câmara de São Paulo “[...] os mesmos privilégios concedidos as do Porto [...]”²⁵⁸ e que

[...] só devem servir nessa câmara as duas famílias de Pires e Camargos e um neutral e os homens que há nessa freguesia capazes de servirem a república são as ditas duas famílias e com efeito quase todos os anos vão alguns deles servir nesta câmara e fazendo-se esta freguesia vila ficarão servindo aqui sem privilégio algum e entrarão os neutrais na câmara dessa cidade e ficarão gozando dos privilégios que nos foram concedidos, ficando-nos privados deles²⁵⁹.

Dentre as assinaturas da carta, havia vários homens com sobrenome Camargo, um com sobrenome Pires e, provavelmente, os demais também estivessem ligados às ditas

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ A cidade do Porto recebeu em 1º de julho de 1490 privilégios, honras e liberdades que foram estendidos para algumas cidades coloniais a partir do século XVII. Dentre elas destacam-se: “não serem metidos a tormentos por nenhuns malefícios que tenham feito, cometido e cometerem e fizerem daí por diante, salvo nos feitos e daquelas qualidades e nos modos em que o devem ser e são os fidalgos destes Reinos, e que (...) não possam ser presos por nenhuns crimes, somente sobre suas homenagens, e assim como o são e devem ser os ditos fidalgos, e que possam trazer e tragam quais e quantas armas lhes prouver de noite e de dia, assim ofensivas como defensivas, posto que em algumas cidades e vilas especialmente se tenha defeso ou defesa que as não tragam (...); reservando que não possam andar em bestas muares, e que todos os seus caseiros, amos, mordomos, lavradores que estiverem e lavrarem suas próprias”. In BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v.18, n.36, 1998, p. 251-580.

²⁵⁹ AHU. Documentos avulsos. Cx. 5, Doc. 318.

famílias. O caso em questão deflagra o emaranhado de poderes que envolvia a criação de uma vila no período colonial. A vila de Atibaia nos faz questionar como uma povoação, em 1759, tinha população e regularidade suficientes para ser transformada em vila; no começo de 1761, tinha várias fontes de arrecadação para manutenção do “Concelho”; no final do dito ano, é descrita como talvez uma das mais pobres freguesias da Capitania; em 1769, volta a ser a povoação que mais se distinguia entre os requisitos necessários para ser uma vila; finalmente, em 1777, era a que tinha as maiores conhecenças e pé de altar, além de ser uma das poucas que tinha padre coadjutor. Os argumentos de pobreza, de esvaziamento demográfico ou desqualificação da população, tão recorrentes nos documentos oficiais do período, serviam a um jogo retórico que visava, em última análise, persuadir as autoridades superiores a não permitir, entre outras coisas, a autonomia administrativa de determinadas áreas. Fica claro, nos últimos fragmentos citados, que as imagens de pobreza e inaptidão burocrática da população serviam de preâmbulo para o motivo principal, que visava evitar a desarticulação de bandos familiares constituídos há muito tempo²⁶⁰ e, por conseguinte, provocar a perda de uma série de privilégios que arrogavam devido às mercês dadas por D. João V no momento da criação da cidade de São Paulo.

O campo de forças que envolvia a criação e o controle de uma vila tem sido tema de alguns trabalhos recentes. Paulo Garcez Marins, relacionando documentos cartográficos com ordens de governadores e editais da Câmara de Salvador, descortinou uma série de tensões entre grupos urbanos que provocavam “múltiplas conformações formais” no traçado da cidade a despeito dos esforços de criação, regularização e manutenção de sua ortogonalidade original. Funcionários da câmara, governadores, engenheiros militares e outros agentes administrativos lusos foram atuantes no espaço urbano soteropolitano, mas, muitas vezes, viam suas ações contrariadas frente à ação dos cidadãos que se esquivavam e se assentavam de forma distinta daquela prevista. O autor aponta, portanto, uma cidade, de construção coletiva, envolvendo atores vários, o que relativiza a efetividade dos planos de controlá-la²⁶¹.

²⁶⁰ John Manuel Monteiro fala que a produção comercial de trigo e a crescente posse de índios concentraram parte desproporcional da riqueza na mão de poucas famílias, sobretudo os Pires e os Camargo, que “[...] se digladiaram por boa parte do século XVII [...]”. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 200.

²⁶¹ MARINS, Paulo César Garcez. A cidade colonial na América Portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII). In: CARVALHO, Margarida Maria; LOPES,

Cláudia Damasceno da Fonseca analisa ofícios e petições produzidos pelas câmaras municipais mineiras e enviadas ao Governador da Capitania ou ao Conselho Ultramarino, extraindo deles o perfil dos potentados locais e a forma como eles comumente argumentavam com as instâncias superiores para conseguir transformar seus arraiais em vilas. A quantidade de população branca, a organização de potentados locais, a salubridade, a fertilidade, a comodidade do sítio, a quantidade de sobrados bem como o número e a riqueza de confrarias religiosas seriam os argumentos recorrentemente invocados nessa negociação, jamais se limitando a um único quesito. Esses dados, somados com os econômicos e demográficos, possibilitam entender os diferentes *graus de urbanização e urbanidade* que cada núcleo apresentava e como eles serviam de argumento para se conseguir ter suas povoações transformadas em vila²⁶².

Para a Capitania de São Paulo, como já dissemos, Heloísa Liberalli Bellotto foi quem primeiramente mostrou as tensões entre diversas câmaras e o Morgado de Mateus, principalmente acerca de questões tributárias e de recrutamento militar²⁶³. Maria Fernanda Derntl atentou para a questão, ao desvelar tensões entre os agentes da Coroa e colonos no contexto de criação de novas vilas, afirmando que “[...] a participação dos colonos, quando mencionada, tende a ser vista como fator de alteração e descaracterização de projetos [...]”²⁶⁴, criando, assim, uma visão redutora das dinâmicas e tensões urbanas. Derntl, ainda nesse sentido, aponta que “[...] a ocupação preexistente teve importância primordial [...]” na implantação das políticas régias e que ela procurou, muitas vezes, conciliá-las e acomodá-las aos propósitos geopolíticos da colonização. Esse esforço ora gerou descontentamentos por parte dos poderes locais, ora correspondeu aos anseios destes, obrigando os governadores da Capitania a reforçar mecanismos de repressão e a tecer alianças com os poderes estabelecidos. Essas assertivas foram pormenorizadas em outro trabalho, no qual a autora afirma que:

[...] na área de urbanismo e urbanização, grande parte dos trabalhos sobre as formações urbanas coloniais está voltada, como é compreensível, para a análise de planos e dispositivos de planificação. Em geral, não há espaço para especular de modo mais detido sobre as razões da aparente descontinuidade entre projetos urbanos e aquilo que

Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). **As cidades no tempo**. Franca; São Paulo: UNESP, Olho d'Água, 2005, p. 246

²⁶² FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei...** p. 374-412.

²⁶³ BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial...** p. 215 a 225.

²⁶⁴ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte...** p. 11.

se construiu, o que dependeria também de um aprofundamento em especificidades locais²⁶⁵

Como vimos, o Governo de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, tem sido interpretado como marco inicial de um processo de renascimento agrícola, comercial e de urbanização da Capitania que estava numa situação de miséria e de dispersão da população. Essa interpretação foi construída, em parte, pela análise das próprias correspondências trocadas pelo governador com as autoridades metropolitanas, nas quais informa o estado em que encontrava a Capitania e seus planos para recuperá-la. No entanto, ao entrecruzar as cartas enviadas pelos governadores às câmaras da Capitania (grande parte publicadas na *Coleção Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* e nos fundos municipais do Arquivo Público do Estado de São Paulo) e, no sentido inverso, as enviadas pelos camarários para aos governadores (arquivadas no fundo Arquivo de Mateus da Biblioteca Nacional e naqueles mesmos fundos municipais), pudemos desvendar alguns jogos políticos entre colonos e as autoridades metropolitanas dentro das políticas de urbanização de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Vejamos mais um estudo de caso para melhor elucidar o problema.

2.4 - As vilas de Mogi-Guaçu e de Mogi-Mirim

A terceira vila criada pelo Morgado de Mateus deveria ter sido Mogi-Guaçu. A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição foi criada em 1740 e a de São José de Mogi-Mirim, onze anos depois num contexto conflituoso de disputas de fronteiras e arraiais mineradores entre São Paulo e a então recém-criada Capitania de Minas Gerais. Elas assumiram várias responsabilidades no processo de conquista desses arraiais como ponto de partida para construção de caminhos e recrutamento de pessoal para povoamento de determinadas áreas²⁶⁶. Os dados paroquiais de 1777 informam que a primeira era uma freguesia amovível, rendia 150\$000 réis de conhecenças e pé de altar e não contava com pároco coadjutor. Ela rendia um pouco mais do que a vizinha e também amovível Mogi-Mirim, que naquele ano arrecadou 120\$000 réis.

Nos ofícios anteriormente trocados pelo Morgado de Mateus com a vila de Jundiá (que administrava as freguesias), nota-se que ele colheu várias informações sobre tais

²⁶⁵ DERNTL, Maria Fernanda. *Método e Arte...* p. 73.

²⁶⁶ DI, Vol. 11, p. 97 e 372.

núcleos para criar uma nova vila naquele território. Em setembro de 1765, foram enviadas as listas das duas freguesias pelos funcionários da vila de Jundiaí²⁶⁷. Em dezembro de 1766 e junho de 1767, há notícias sobre tentativas de se destruir quilombos na região²⁶⁸. Em 20 de fevereiro de 1767, Martinho da Silva Prado enviou ao governador “inventários das duas freguesias de Mogi-Guaçu e Mogi-Mirim”²⁶⁹, que, provavelmente, continham dados sobre as companhias militares daquelas freguesias e sua população. Em junho do mesmo ano, os oficiais da Câmara de Jundiaí responderam ao Governador acerca de uma solicitação de traslado do auto de criação da vila²⁷⁰, o que poderia fornecer informações sobre os limites do Termo de Jundiaí para se estudar como ficaria a divisão desse território com a criação de novas vilas. Em maio de 1768, o Morgado de Mateus parecia já ter dados suficientes sobre a região e teria decidido pela criação da vila de Mogi-Guaçu (segundo o relato da já citada carta destinada a Francisco Furtado de 14 de maio de 1768), pois tal freguesia:

[...] fica em grande distância da Villa de Jundiaí, no caminho do Goyaz, estendendo-se até e Rio Grande, cujos moradores padecem muito detrimento pela longitude em que lhe fica o recurso²⁷¹.

Em 27 de Junho de 1769, o governador lançou uma portaria dizendo que a dita povoação é um “[...] lugar acomodado para se levantar em vila [...]” e repetiu as informações acima. No entanto, algo aconteceu dessa data em diante, o que fez com que Mourão mudasse de ideia. Ao que parece, ele enviou a citada portaria à Câmara de Jundiaí, declarando as intenções de se erigir em vila Mogi-Guaçu, pois, em carta, os conselheiros responderam que o Ouvidor Geral e o corregedor da Comarca, “com ordem” do Morgado, mandou “levantar” a dita vila. Contudo, para os camaristas, “aquele arraial” era “insuficiente para nele se levantar vila”, pois

Além de estar fundado sobre o Rio em uma baixa tal e tão limitada que não tem comodidade para se poder estender em tempo algum por se achar rodeada por uma e outra banda de lamaraes [sic.], e a última rua que tem chovendo se não pode circular por se o lodo nela muito, sem área alguma por se achar entre matos, além de que tem sucedido encher o Rio em tal forma que subindo por um ribeiro que nele desemboca, alaga o mesmo arraial, sendo preciso andar no meio dele em canoa, cujo

²⁶⁷ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 14. I-30, 15, 8, nº1

²⁶⁸ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 124. I-30, 09, 42 nº9 e Doc.128. I-30, 09, 42, nº 13.

²⁶⁹ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 135. I-30, 15, 37, nº2

²⁷⁰ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 93. I-30, 22, 9 nº4.

²⁷¹ DI, Vol. 19, p. 24

rio tem sucedido deixar na sua vazante uma epidemia de moléstias que com elas tem morrido muito povo²⁷²

Não obstante, a carta segue dizendo que “com uma légua para cá de Mogi-Guaçu”:

[...] assentado em uma planície de campo, lavada dos ventos, saudável e alegre, cercada de boas aguadas, além de correr por dentro do mesmo arraial um ribeiro de água tirada por indústria dos moradores, que com ela pode todo o povo regar suas hortas, é a planície tal que tem capacidade de nela pelos tempos futuros estender-se uma grande cidade.

Podemos observar como os camarários de Jundiaí construíram uma imagem quase idílica de Mogi-Mirim, contrastando com uma Mogi-Guaçu tempestuosa. Para eles, construir essas imagens servia de preâmbulo para defender o que seria “[...] com mais acerto mandar Vossa Excelência formar a dita vila em Mogi-Mirim”. Não se sabe como o Governador recebeu esse ofício. Jéssica de Almeida Polito afirma que Mourão recebeu a carta e enviou um ofício ao Ouvidor-Geral, ordenando que examinasse “qual dos sobreditos dois arraiais era mais próprio e conveniente para nele se levantar vila”. Ela afirma também que o Governador da Capitania teria agradecido a informação, “louvando muito a vossas mercês” e o zelo com que expõem as circunstâncias com que “concorrem haver de mudar a ideia” de fundar vila em Mogi-Guaçu, porque Mogi-Mirim “excede muito em todos os requisitos”²⁷³. A despeito dos dados que tinha das ordenanças das freguesias e do Termo de Jundiaí, ele entrou em contato com Salvador Pereira da Silva (o mesmo Ouvidor Geral e Corregedor que tinha levado a ordem para a Câmara de Jundiaí criar a vila de Mogi-Guaçu). O que sabemos é que o Corregedor escreveu ao governador dia 11 de outubro de 1769, relatando melhoras em sua moléstia e os procedimentos que estava utilizando para saná-la, no entanto ressalva que “alguma jornada maior”, tornava a “[...] repetir a dor no peito da parte direita com excesso [...]” e, por isso, mandou

[...] o Juiz desta vila erigir a de Mogi Guaçu a Mirim, conforme no que ultimamente V. Ex. me determinar por que me dizem ser aquele lugar por que me dizem ser aquele lugar de Mogi-Guaçu pestífero e sem comodidade para haver de substituir pelo tempo futuro e como Mogi-Mirim dista só uma légua ao predito lugar de Mogi-Guaçu e que está em boa e saudável situação com muito maior número de casas e moradores capacito-me que por este princípio atenderá V. Ex. a suplica

²⁷² DI, Vol. 34 p. 172 e 173. 07/09/1769.

²⁷³ POLITO, Jéssica de Almeida. **Territórios de civilidade**: o papel das “Mogis” na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX. Dissertação (de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. PUC. Campinas, 2018, p. 169-170. Ela cita como referência o sítio eletrônico da Câmara de Mogi-Mirim, mas lá não há menção dos documentos originais e até o presente momento não os encontramos.

que me dizem fizeram a V. Ex. os oficiais da Câmara desta vila em que pedem aspire pela última decisão de V. Ex.²⁷⁴.

Se os dados de Polito estiverem certos, Mourão transferiu a responsabilidade para verificação do sítio ao corregedor que apoiou a transferência da vila, mas, afirmando estar doente, delegou a responsabilidade de criação para os jundiaenses (como vimos, já interessados em criar vila em Mogi-Mirim). Nota-se que o mesmo repete as imagens de insalubridade do sítio e acrescenta o argumento que Mogi-Mirim teria muito mais casas e moradores que Mogi-Guaçu, fato que os Maços de população das duas freguesias confirmam. Parece também que o Corregedor escreveu essa carta no mesmo dia que recebeu outra de Morgado (11 de outubro), ordenando criar Mogi-Mirim, pois, no dia 13, dizia, que “[...] na forma que Vossa Excelência ultimamente me ordena em carta de 11 do corrente”:

E sobre esta matéria já eu tinha escrito a V. Ex. e na verdade estou informando ser aquele sítio de avultados moradores e que pela diuturnidade do tempo se poderá aumentar com facilidade por serem boas as terras e grande extensão de matos²⁷⁵.

O Corregedor sugere pelas expressões “por que me dizem” e “na verdade estou [me] informando” que replicou os dizeres dos camarários de Jundiaí e que o Governador, norteado pela representação dos mesmos, mudou de ideia, e autorizou a fundação de Mogi-Mirim. O Corregedor mandou uma ordem ao Juiz dos órfãos de Jundiaí para *levantar pelourinho e criar a vila* em de 12 de outubro²⁷⁶ e, entre 22 e 23 de outubro, o Juiz demarcou o pelourinho, o termo e o local da Casa de Câmara e Cadeia²⁷⁷.

Nem o governador da Capitania e nem o Ouvidor Geral aparentaram ter conhecimento do imenso território administrado pela Câmara de Jundiaí²⁷⁸. O conhecimento que Mourão tinha dos territórios sob sua administração foi obtido por meio de relatos orais e escritos produzidos pelos colonos. Em carta para o Conde de Oeiras nos primeiros meses de sua chegada a São Paulo, por exemplo, Mourão dissertava sobre a necessidade de “[...] se abrir campanha neste Brasil [...]” e para isso necessitava do

²⁷⁴ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 42. I-30, 17, 12, nº6.

²⁷⁵ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 44. I-30, 17, 12, nº4.

²⁷⁶ DI, Vol. 34, p. 175.

²⁷⁷ Ibidem, p. 182-185.

²⁷⁸ SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII, p. 224.

conhecimento dos caminhos dos sertões e dos rios (localizações, passagens, direções) que eram afluentes do da Prata. Para isso ele mandara:

[...] vir a minha presença, muitos práticos destes países, com os quais tive largas conferencias e fazendo dileniar (sic.) pelo modo possível estas ideias em Cartas geográficas, pelas quais vou adquirindo bastante conhecimento de toda esta vastíssima parte do mundo de que as Províncias excedem em grandeza as maiores da Europa, sem que até agora haja delas mapas exatos²⁷⁹.

No caso das Mogis, parece ter acontecido algo parecido. O vai e vem da correspondência oficial foi criando sintaxes do espaço colonial, construídas a partir de textos redigidos por diversos agentes que representavam o território a partir de seus interesses. Esses jogos de representação criaram e recriaram imagens que orientaram decisões tomadas pela administração lusa acerca de questões estratégicas para o projeto colonial. Os documentos solicitados antes da criação da vila provavelmente deram ao Morgado de Mateus uma noção das tropas militares das freguesias e sua distância em relação à vila de Jundiáí. No entanto, as representações criadas pelos colonos foram lapidando essa imagem inicial, ao passo que o Governador optou pela representação dos jundiaienses e no “Auto de Ereção e Fundação” enviado para Marquês de Pombal ficou documentado o seguinte:

Que ao diante deste auto vai copiada, aonde se lhe dá poder para a fundação desta nova vila pela Portaria inserta na mesma ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{ma} S.^r Dom Luiz Antônio de Souza, Governador Capitão General desta Capitania de S. Paulo, em a qual Portaria suposto tivesse ordenado o mesmo Ex.^{mo} S.^r que se fundasse a dita Villa na Freguesia de Mogi-Guaçu. Contudo resolveu o contrário ao depois por carta do serviço que escreveu ao dito Ministro, que na vila de Jundiáí se acha de correição por se lhe ter representado pelos oficiais da câmara da dirá vila de Jundiáí de como a fundação da nova Vila ficava mais própria neste lugar e Freguesia de S. José de Mogi-Mirim por ter capacidade e suficiência para se aumentar em maior povoação pelo tempo adiante do que a Freguesia de Mogi-Guaçu, cuja situação era muito húmida e com pouca extração para se povoar, sendo esta de Migi-Mirim um plano seco em que se podiam estabelecer casas e terem maior duração e ficar com rocio capaz de logradouro dos povoadores que ao presente se acham e dos mais que quisessem domiciliar no mesmo lugar, segundo a carta do mesmo Ex.^{mo} S.^r²⁸⁰

Uma outra questão que repousa no caso das Mogis é quais interesses estavam em jogo na construção daquelas imagens sobre termo de Jundiáí que culminaram na criação da Mirim em detrimento da Guaçu? A documentação não é clara a esse respeito, mas

²⁷⁹ DI, Vol. 72, p. 207-208 de 30/03/1766.

²⁸⁰ DI, Vol. 34, p. 167

deixa algumas pistas. Essa última freguesia localizava-se no vale de rio Mogi-Guaçu, enquanto aquela em uma área plana mais afastada do dito rio e não corria riscos de inundação. A *comodidade do sítio* foi um dos critérios para a criação de diversas vilas no período colonial, no entanto a condição de vale de rio não impediu que o povoado que surgira às margens do Mogi Guaçu fosse escolhido para criação de uma freguesia algumas décadas antes a despeito do que dizia a *Constituições da Bahia*²⁸¹, nem foi empecilho, por exemplo, para a criação da vila de São Luiz do Paraitinga quatro anos depois. Embora a comodidade do sítio, quantidade de casas e número de pessoas fossem fatores importantes para a eleição de povoados para que se transformassem em vilas, o caso das Mogis parece que não se encerra aí.

Primeiramente, devemos mencionar que alguns grupos na vila de Jundiaí também não eram muito afeitos à política do Morgado de Mateus. Em 2 de julho de 1767, João de Oliveira Guimarães escreveu uma carta ao Morgado de Mateus, denunciando que Agostinho Ribeiro de Carvalho, junto com outros, “[...] queria convocar duzentos homens para efeito de expulsar a Vossa Excelência para fora desta Capitania [...]”, que estava “bem informado” com o Capitão de Cavalos Antônio Leitão e inclusive teria roubado um dos cavalos do remetente. Também Carvalho foi acusado de *ausentar-se* das listas da vila de Parnaíba, onde era morador, bem como a das novas Companhias de Jundiaí. Anexa à carta, há outra de Antônio Correia de Lemos Leite da Vila de Parnaíba, defendendo Carvalho sobre o fato de seu nome não constar nas listas nominativas e acusando Guimarães: pois a “[...] blasfêmia narrada na petição parece incrível haver homem que tal proferisse [...]” e o tal era “homem de inferior esfera e mestiço nos quais é própria a inclinação à bebida, talvez que bêbado o dissesse”. Termina, afirmando que o roubo do cavalo talvez tenha motivado a ação²⁸².

Embora não se saiba a veracidade das informações, elas chegaram até Mourão e nos dão mais uma pista sobre o clima tenso entre colonos e o Governador dois anos antes da divisão do território de Jundiaí. Outra pista é Manoel Rodrigues Araújo Belém. Seu nome salta aos olhos no rol das assinaturas dos documentos analisados. As primeiras

²⁸¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2000. As *Constituições Primeiras* estabeleciam que o Bispo deveria autorizar a construção das capelas, desde que as mesmas fossem estabelecidas “em sítio alto e lugar decente [...] e desviado, quando for possível, de lugares imundos, e sórdidos”. Ela também estabelecia uma quantia mínima anual de 6\$000 réis para que a capela se mantivesse com a devida “decência”.

²⁸² Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 30. I-30, 23, 29.

menções estão naquelas cartas sobre a destruição de quilombos, nos quais ele aparece, em 1766, organizando e descrevendo uma expedição para acabar com um, sugerindo, inclusive, a captura de “30 bororós em Goiás” para ajudar no trabalho; e, em 1767, informando que havia um abaixo-assinado, pedindo autorização para invadir um quilombo próximo. Ambos os documentos foram despachados de Mogi-Guaçu e talvez sejam os primeiros contatos de Belém com o Morgado. A disponibilidade de Manoel Rodrigues Araújo Belém para atacar quilombos, recrutar indígenas (provavelmente escravos) e outras tarefas que beneficiassem o projeto colonial propiciava o estreitamento de laços com as instâncias mais altas de poder, e eles poderiam ser acionados em questões que envolvessem seus interesses, tais como criação de vilas, como bem mostrou Cláudia Damasceno da Fonseca.

Não demorou muito para isso acontecer. Em janeiro de 1769, essa relação parecia estar mais consolidada, pois houve outra troca de correspondência, em que Belém escreveu em tom de desabafo. Dizia que tinha a posse da passagem de Mogi-Guaçu e que ele já havia principiado e gastado quase 200\$000 réis em uma ponte para utilidade da mesma passagem, para melhorar as rendas reais, para o bem comum do povo e, finalmente, para o Santíssimo Sacramento por estar sem rendas para o “patrimônio do azeite de alampada (sic.)”. No entanto, outros arremataram a passagem de Mogi-Guaçu, a saber:

[...] o Tenente Francisco José Pereira nessa procuradoria e ficou por fiador Ignácio Preto de Moraes, homem sem lealdade, o que poderei provar com todas estas freguesias que enganando-me anda dizendo as públicas que afiandou-se [sic.] para me tirar a dita passagem [...]

Note-se que Belém diz querer provar a falta de lealdade do fiador por meio de “todas essas freguesias”, num contexto de criação de uma vila na região. Declara também que Pereira se endividou para tirar Belém do controle da passagem. Continua dizendo que se, por um acaso, ele não tivesse “justiça” para ser preferido para administrar a passagem, mandaria “[...] para se lançar as terças partes que prometo a Vossa Excelência [...]” e que “[...] não a de ter o mínimo desgosto no pagamento do dito [imposto] que sem dúvida o farei aprontar [...]”. Termina, declarando que ele não estaria motivado por interesse ou vingança, mas “[...] de não ficar desbancado por um sargento de pouca honra e menos brio”²⁸³.

²⁸³ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 138. I-30, 09, 42, nº23.

Esse documento revela como Manoel Rodrigues Araújo Belém lançou mão de todas as cartas que tinha na manga, invocando ações que fizera em prol do projeto colonial, para convencer o Governador a desfazer a “arrematação da passagem” que sem sombra de dúvida era muito lucrativa. Ele desvenda também os conflitos entre bandos constituídos no imenso território da vila de Jundiaí. Tais contendas não terminaram aí. Aproximadamente três meses depois, por volta das 20h, de um lugar “distante do pátio da Igreja” de Mogi-Guaçu foram disparados tiros contra o Tenente Francisco José Pereira e Salvador Jorge, que conseguiram escapar. Os disparos teriam acontecido a mando de um tal Gomes que solicitara ao Morgado de Mateus licença para se fazer viagem e, como não obteve resposta, disse que a tomaria por suas próprias mãos. Mandou, então, seu furriel ir buscá-la (parece que em Mogi-Mirim) e, em seguida, partiu de sua morada com os escravos e trastes, mas “[...] não querendo os escravos acompanhá-lo lhe fugiram [...]” e, devido a isso, o dito Gomes estava fazendo “juízos temerários e ameaçando a vários”, principalmente, um dos remetentes, o Capitão BAR²⁸⁴ Lemos e José Rodrigues Pimentel. Foi relatado também que o Alferes Ignácio de Mogi-Guaçu avisou que os remetentes tivessem “toda a cautela”, pois “[...] nos casos conflitos me impede estar o delinquente dentro das guardas de Mogi-Guaçu aonde não posso chegar sem ser percintido [sic.] e ele ter notícia”²⁸⁵. Essa carta foi redigida em Mogi-Mirim por três capitães: o “de cavalos”, [?] Correia de Lacerda; o “de a pé”. José Correia de Siqueira e o “de Ordenança”, José Garcia Pinheiro.

À medida que a contenda se acirrava, os bandos começaram a se delinear. Nota-se que a tentativa de homicídio aconteceu na Freguesia de Mogi-Mirim contra o arrematador da passagem de Mogi-Guaçu Tenente Francisco José Pereira. O suposto autor – Gomes – era José Gomes de Gouveia que, ao que tudo indica, era aliado de Belém. Ele pediu licença para mudar-se de Mogi-Mirim para Mogi-Guaçu, mas, como tudo indica, ficou travado nas mãos de algum integrante das companhias militares de Mogi-Mirim e o furriel de Gomes foi buscar. José Gomes de Gouveia, então, mudou-se para Mogi-Guaçu, onde provavelmente ocupava algum cargo de alta patente e, por meio dele, ameaçava e intimidava seus opositores, inclusive, tentando matar o arrematador da “passagem” daquela freguesia.

²⁸⁴ Decidi deixar o nome abreviado, pois segundo Flexor, essa abreviação pode remeter a Bacelar, Baltasar ou Barbosa. FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

²⁸⁵ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 102, I-30, 22, 11, nº2.

Conjecturamos que a questão da transferência da vila para a freguesia de Mogi-Mirim insere-se nesse contexto. O grupo do Tenente Francisco José Pereira tinha posse da “passagem” de Mogi-Guaçu e, portanto, da principal fonte econômica do lugar. Em oposição, José Gomes de Gouveia intimidava os arrematadores da “passagem” por meio das Ordenanças, enquanto se deslocava a instalação do “Concelho” para outro lugar, e Manoel Rodrigues Araújo Belém controlaria de longe várias questões tributárias da região como Juiz da nova vila de Mogi-Mirim. No entanto, parece que o plano não obteve pleno êxito. Belém foi escolhido pelo Morgado de Mateus para ser juiz dela, mas o outro juiz escolhido foi Salvador Jorge de Moraes (o mesmo que quase levou o tiro). José Gomes de Gouveia, aproximadamente um mês depois de criada a vila, enviou uma carta ao Morgado de Mateus, dizendo que foram seis candidatos indicados, mas um deles (Salvador Jorge) era “do séquito” dos seus inimigos. Ele também tocou no assunto do tiro, dizendo que

[...] para se atirar ao timão do dito Francisco José um tiro assim de me incriminarem e isto estão certo que um escravo do dito Salvador José que foi o atirador, tem manifestado a pessoas de verdade, com que pretendo provar minha inocência

Termina, falando que a República ficaria “fraudada” com a administração da justiça a cargo do dito Salvador, porque “[...] certamente há de haver perturbações [...]” que levariam José Gomes de Gouveia a “[...] transportar-se para fora de sua jurisdição e será a mesma última perdição”²⁸⁶. São de 1770 os termos de nomeação de oficiais de Mogi-Mirim, mantendo os dois aqui-inimigos no primeiro Senado da Câmara²⁸⁷.

Os casos analisados revelam como o projeto de urbanização do Morgado de Mateus inseria-se numa rede de vilas, freguesias, barreiras, pousos e até passagens ... com potentados locais desejosos em transformar seus núcleos em vilas como os atibaienses. Também mostram que havia grupos articulados e em conflito, criando um emaranhado de poderes que o Governador conhecia por escrito e tentava articular. Assim, entre grupos condescendentes e divergentes ao governo da recém-restaurada Capitania, Mourão foi executando seu projeto, mas, como vimos, ele não aconteceu incólume. Sua efetivação deu-se pela necessária participação dos colonos, que foram recrutados ou afastados do projeto colonial a partir dos interesses do Governador. Nesse jogo, constituiu-se uma sintaxe do espaço colonial que orientou decisões estratégicas acerca da fundação de vilas

²⁸⁶ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 114, I-30, 12, 17, nº29.

²⁸⁷ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 22, I-30, 27, 19.

na Capitania. Depois de Mogi-Mirim, foi criado um outro grupo de vilas que foram instaladas em lugares em que não havia previamente povoação aglomerada, porém isso não significa que elas tenham sido criadas *ex nihilo*: havia bairros rurais, sesmarias, barreiras e outros pontos de ocupação prévia (ligados à jurisdição de uma vila já criada) que orientaram a instalação de novas freguesias ou vilas. Para sua efetivação, Mourão contou com a ajuda de alguns colonos, aliados ao projeto colonial por meio de honrarias e mercês. Analisaremos agora esse grupo de vilas

2.5 - A criação de novos núcleos

Como vimos, em São Paulo já havia uma série de núcleos com uma população aglomerada, com igreja edificada e a criação de uma nova vila exigia menos demandas como demarcação de seus limites e construção de uma casa de câmara e cadeia que, muitas vezes, só foi efetivada muito tempo depois, como ocorreu com São Luiz do Paraitinga. Por outro lado, o projeto do Morgado de Mateus também contemplava novas construções e/ou reformas em guarnições militares para proteger áreas suscetíveis a ataques inimigos ou, ainda, novas povoações e vilas que surgiram em territórios em que não havia população aglomerada, mas sítios, fazendas, ranchos, barreiras etc. Todas elas estavam inseridas nas circunscrições de outras vilas e/ou freguesias e, para a sua efetivação, o Governador necessitou tecer alianças com os colonos.

Na primeira tentativa de se criar a vila de Lages, Morgado de Mateus descreveu mais detalhadamente ao Conde de Oeiras a negociação que travou com Antônio Correia Pinto. Ele diz que, depois que chegou em São Paulo, *tem tratado* com o dito para se mudar com sua família para os *campos das Lages*, o qual *persuadiu* que “convocasse todos os moradores que pudesse adquirir” para criar uma povoação. Ele continua enumerando vários pontos positivos que a região oferecia e que eles o “moveram a apertar” Antônio Correia Pinto para dar cabo do projeto, mas só o convenceu completamente depois de dar-lhe “patente de Capitão-Mor” e fazer-lhe “[...] promessa de um hábito de Cristo depois da povoação estar edificada”²⁸⁸. Em relato ao conde de Oeiras, em março de 1766, Mourão informou ter ido visitar uma paliçada na vila de Bertioiga e, de frente a ela, havia uma ponta de terra que, segundo o Governador, também deveria existir uma fortaleza. Ele diz que já havia roçado o mato do local e, por conta disso, “descobriu um belíssimo sítio”

²⁸⁸ DI, Vol. 23 - 24/12/1766 p. 35-39

para a construção, porém não tinha “[...] forças nem dinheiro para suprir todos esses gastos”. Assim, procurou “[...] um homem dos mais ricos daquela vizinhança [...]” e lhe propôs que o “[...] eximiria de soldado auxiliar” e lhe daria “[...] uma patente de Capitão [...]” se o dito “[...] se quisesse obrigar a fazer com os seus escravos a dita fortaleza [...]” de terra com estacas, “[...] o que ele assentou [...]” e, então, o Governador lhe passou a patente. Na mesma visita à marinha, Mourão informa ao Oeiras sobre o péssimo estado do forte de Monserrath e do colégio que foi dos jesuítas em Santos, acertando “[...] com o genro de um mercador rico desta terra para que tomasse todo o conserto a sua conta [...]”. Segundo o Morgado “[...] ele aceitou com satisfação [...]” e em troca “[...] lhe passaria patente de sargento-mor do dito forte”²⁸⁹. Por fim, a construção da igreja Matriz de Guaratuba foi barganhada por um tal Antônio de Souza em troca de um cargo de Capitão-mor, em 1767²⁹⁰.

Essas cartas registram pistas de como o Morgado de Mateus foi convencendo alguns colonos que tinham condições de “[...] empregar a sua escravatura, e oficiais que tem de pedreiro e carpinteiro [...]”²⁹¹ para levar a cabo as obras que julgava necessárias em troca de títulos e promessas. Assim, o Governador os articulou para inseri-los em territórios estratégicos para o projeto colonial. No entanto, esses territórios já estavam dentro de circunscrições controladas por potentados locais e, como tenho mostrado, havia grupos dissonantes, que poderiam sofrer algum prejuízo com a instalação de um novo núcleo urbano, recusando-se a colaborar com o projeto.

No litoral sul, o Morgado de Mateus travou uma longa batalha com os moradores de Paranaguá. Os desacordos parecem ter se iniciado meses depois do início de sua gestão, em que ele mandou um bando para Paranaguá e Iguape, convocando colonos que quisessem povoar a enseada de Sabaúna e prometendo ferramentas, terras e demais privilégios concedidos aos povoadores. No entanto, “[...] até o presente se não tem deliberado pessoa alguma a ir estabelecer a dita povoação [...]”. Diante disso, o Morgado repetiu a ordem, prometendo, então, 10 anos de isenção de convocação para serviços militares²⁹², mas parece que isso também não serviu de atrativo aos moradores daquelas vilas e, no final do mês de fevereiro de 1766, Mourão despachou um terceiro bando “[...] para que nenhuma pessoa possa desertar dos sítios em que viverem [...]”, pois muitos

²⁸⁹ DI, Vol. 72, p. 209, 210.

²⁹⁰ MONT SERRATH, Pablo Oller. **São Paulo Restaurada...** p. 164

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² DI, Vol. 65, p. 44-45 de 04/02/1766.

andavam desertando para o “[...] mato com total prejuízo da República [...]”²⁹³, decretando duras penas a quem descumprisse. Aproximadamente um mês depois, em carta já citada e destinada ao Conde de Oeiras, os parnanguaras voltaram a ser citados como problema aos planos do Governador em relação à fundação de Guaratuba. Segundo ele:

[...] os comissários que daqui partiram com o maior zelo de empregar-se na fatura da obra das Fortalezas da Barra de Paranaguá e Povoação de vila na enseada de Guaratuba, chegando, a sua pátria esfriaram nos seus intentos, de sucedidos de alguns mal intencionados e de outros que tendo lojas [de] fazendas secas, e vendas de molhados naquela vila, julgam que o acrescentamento de outras povoações, que lhe diminuirá os seus particulares interesses e tão bem por recearem que aquelas obras, lhes ocasionasse despesas maiores que as suas forças.

Esse trecho é revelador de como os potentados locais se viam ameaçados com as ações de urbanização o Morgado de Mateus, pois poderiam desestabilizar suas atividades políticas e econômicas assentadas há tempos em vários territórios coloniais. Em revanche, Mourão entrou em contato com o “juiz da terra” para que se abrisse uma devassa com o objetivo de identificar os envolvidos; indicou o Sargento-Mor Francisco José Monteiro com o objetivo de governar o corpo militar das tropas daquela região e coordenar a construção da fortaleza e povoação na enseada de Guaratuba. O Morgado diz também que “as forças particulares” não eram suficientes para suprir as despesas de uma fortaleza, então, consignou “[...] 250\$ rs tirados do rendimento da Câmara da dita vila [...]”, acrescido de mais algum valor vindos da Fazenda Real da provedoria²⁹⁴.

No entanto, a devassa parece ter sido “[...] de nenhum efeito, por serem todos parentes e amigos [...]”²⁹⁵ e os devassados voltaram a protestar, argumentando que as ações do governador feriam os privilégios “[...] que alcançaram de S. Mag. em ano de 1725 para lhe não poderem fazer soldados naquela Comarca [...]”. Segundo Mourão, querendo “[...] viver despóticos e absolutos [...]” começaram a “[...] maquinar contra [...]” as orientações do Sargento-Mor em prol da construção da fortaleza e da povoação. A contenda fez com que Mourão enviasse outro dos seus, o Ajudante das Ordens Afonso Botelho de Sampaio e Souza (seu primo!), para se informar do que estava acontecendo,

²⁹³ DI, Vol. 65, p. 48-49 de 25/02/1766.

²⁹⁴ DI, Vol. 72, p. 207.

²⁹⁵ DI, Vol. 23, p. 113-115.

identificar os queixosos e coibir o “[...] orgulho daqueles que com maliciosa calúnia [...]” estavam agindo contra as ações do Sargento-Mor²⁹⁶.

Acuados, os parnanguaras apelaram para o Conselho Ultramarino, declarando que o povo foi chamado à Câmara para contribuir com as ditas obras, mas não tinham condições por serem pobres. Assim, o Governador ordenou ao seu primo que obrigasse alguns moradores a darem seus escravos, seu dinheiro ou mesmo seu próprio trabalho sem soldo algum e que muitos têm sido forçados a vender seus utensílios para pagar o que estava sendo ordenado. Disse também que o governador os obrigou a pagar os soldos de funcionários que não tinham competência para tal, bem como a Câmara foi obrigada a subtrair seus rendimentos em prol das construções, caso contrário os oficiais seriam presos e o dinheiro seria cobrado a juros. Por fim, questionaram o próprio projeto do Morgado de Mateus, dizendo que a fortaleza não traria grandes benefícios, pois só uma das barras ficaria fortificada deixando a outra sem defesa²⁹⁷. Na lateral do documento diz que o Governador deveria ser consultado sobre a veracidade da petição. Ao que tudo indica, a súplica ao Rei não deu em nada, e a vila acabou sendo criada em 1771.

Nota-se aí como o Governador tentou conter a resistência de grupos dissonantes por meio do envio de homens de confiança, alinhados ao projeto colonial e titulados nas tropas de militares. Essa confiança era conseguida a partir de barganhas de títulos e patentes que traziam para dentro da administração colonial potentados com condições financeiras e disposição para liderarem ações pontuais de urbanização que, somadas, davam corpo ao projeto maior de proteção das fronteiras, recrutamento militar e fomento econômico. Nesse sentido, seu primo Afonso Botelho de Sampaio e Souza foi peça chave ao silenciar as resistências que ocorreram no processo, mas ele mesmo declarava dessa tarefa enfadonha, dizendo ao Governador que “[...] antes Vossa Excelência me mande fazer vinte fortalezas que povoar uma vila, pois são tantas as dificuldades que põem os que para lá hão de ir”²⁹⁸. E assim segue: para a implantação da vila da Faxina foi designado o Capitão Joaquim Furquim Pedroso Xavier; para Sabaúna, o Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa; para Itapetininga, Simão Barbosa Franco; para São Luiz do Paraitinga e Paraibuna, Manoel Antônio de Carvalho etc. Esses homens, além de patentes militares, recebiam muitas vezes o título de “diretor da vila”. Tais diretores eram

²⁹⁶ DI Vol. 23, p. 115 a 118 de 16/01/1767.

²⁹⁷ AHU, Caixa 25, Doc. 2433 de 23 de julho de 1768.

²⁹⁸ DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte**, p. 149.

incumbidos de recrutar a população para formação do povoado, articular e ordenar a construção das casas e a escolha do sítio entre outras funções. Mais dados sobre esse processo podem ser obtidos ao se analisar as ações de Manoel Antônio de Carvalho em prol da implantação de São Luiz do Paraitinga no contexto das políticas de urbanização do vale do Paraíba depois da restauração da Capitania.

Capítulo 3

As vilas do norte da Capitania de São Paulo depois da restauração e a fundação de São Luiz do Paraitinga

Na dissertação de mestrado *Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha* (1776-1817), analisamos os documentos cartográficos que representaram as chamadas vilas do Norte da Capitania de São Paulo. Ao analisar essa documentação, descobrimos uma rede articulada de caminhos que remete a trilhas indígenas e perpassava a região e a articulava com Minas Gerais, com São Paulo, com o Rio de Janeiro via terrestre e, principalmente, com os portos da marinha, pelos quais alguns homens residentes ali travaram conexões com vários pontos da América Portuguesa²⁹⁹.

Esse *mundo de caminhos* articulava uma rede urbana que se consolidou ao longo do século XVII conforme já discutimos. Os principais vetores de urbanização daquele século foram o vale do rio Paraíba do Sul propriamente dito, com a instalação de Taubaté, Guaratinguetá, Jacareí e Pindamonhangaba bem como, paralelamente, Ubatuba, Paraty e São Sebastião no litoral. No início do século XVIII, tínhamos, então, uma vila do litoral e uma vila no planalto que se articulavam via terrestre pela Serra do Mar com destaque para a Estrada Real que saía de Paraty, chegava até Guaratinguetá e seguia em direção às Minas. Nesse período, também surgiram a freguesia do Facão (no meio da Serra do Mar), a do Piedade (em torno de uma passagem pelo rio Paraíba) e a de Itajubá (na serra da Mantiqueira), todas ligadas pela Estrada Real, bem como uma série de pousos, registros, portos, sítios, povoados, capelas e bairros rurais, compondo uma rede ampla e conectada.

No momento da Restauração da Capitania, em 1765, essa era a ocupação do Vale do Paraíba. Nota-se que havia ainda áreas desassistidas por órgãos de fiscalização colonial e cortadas por caminhos e descaminhos. Entre elas, grandes porções da Serra da Mantiqueira, da Serra do Mar e da região mais setentrional da Capitania na divisa com o Rio de Janeiro que só então começava a ser explorada com a construção de um caminho

²⁹⁹ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha** (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013, Capítulo 1.

terrestre entre São Paulo e Rio de Janeiro (recém-sede do Vice-Reinado do Brasil), chamado *Caminho novo da Piedade*.

Entre 1768 e 1769, foram expedidas ordens para se erigir em vila os aldeamentos da Escada e de São José da Paraíba, ambos às margens do rio Paraíba³⁰⁰, no entanto apenas a segunda se concretizou. Essas medidas estavam de acordo com as leis de liberdade dos índios de 1755, a extensão dessa lei para o Estado do Brasil em maio de 1758 e, finalmente, o *Diretório dos Índios*, de agosto desse mesmo ano. Os ecos dessas leis chegaram na Capitania de São Paulo depois da Restauração e constam como texto orientador das políticas do novo Governador da Capitania desde as orientações do Vice-Rei D. Antônio Álvares da Cunha (Conde da Cunha), de 1765. Nesse momento, havia 12 aldeamentos ao todo, sendo que uns eram administrados pelo Padroado Real (Pinheiros, Barueri, São Miguel, Escada e São João dos Guarulhos e outros administrados pelos jesuítas (São José, Itaquaquecetuba, Embu, Carapicuíba e Itapevicira). Também, no final do século XVIII, foi criado o aldeamento de Queluz, na divisa com o Rio de Janeiro³⁰¹. No trabalho já mencionado de Renata Malcher de Araújo, foi destacado o papel dos ex-aldeamentos jesuítas no projeto territorial de defesa e povoamento da região Norte, lugar de origem das supracitadas leis³⁰². No entanto, as aldeias da Escada e de São José estavam inseridas numa região onde já havia uma rede de vilas organizada desde o século anterior e próximas das vilas de Mogi das Cruzes e Jacareí. Assim, parece que o intuito de transformar Escada e São José em vila era organizar a mão de obra indígena que, entre vários fins, servia para o projeto de urbanização da Capitania na segunda metade do século XVIII. Em ofício de 9 de dezembro de 1775, o reverendo da freguesia da Escada reclamava ao governador da Capitania que faltava muita gente na aldeia, pois os religiosos de Taubaté utilizavam os índios em suas viagens “[...] carregando os religiosos e porque estes muitas vezes, os levam para onde querem, donde nunca voltam [...]”, como também “[...] os tropeiros os levam sem temor nem embaraço algum”³⁰³. Em 1777, o Governador solicitava ao Diretor da aldeia de São José a condução “de 50 índios para

³⁰⁰ DI, Vol. 65, p. 170-171.

³⁰¹ PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995 p. 112; DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte: Criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010, p. 77

³⁰² ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civil, decorosas e úteis para o bem comum a coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**, V. 20, n.1 jan-jun, 2012, p. 58.

³⁰³ DI, Vol. 70, p. 41.

esta cidade [São Paulo] capazes de trabalho”³⁰⁴. Em ofício de 25 de novembro de 1783, o Governador da Capitania ordenava ao diretor da mesma aldeia fornecer índios para o Capitão-Mor da vila de Jacareí de forma que “[...] em um mês dará uns índios em outro mês outros índios [...]” de forma que, por alternância, trabalhe todos e em caso de faltar índios “[...] poderá tirar da aldeia de N. S. d’Escada”³⁰⁵.

Esses documentos mostram que seria um *Diretor*, eleito pelo Governador, o responsável por administrar os índios e dividi-los entre a povoação/vila e para os colonos utilizarem sua força de trabalho na agricultura e demais atividades econômicas³⁰⁶. Alguns deles eram convocados também a auxiliar nos novos projetos da Capitania. Morgado de Mateus, por exemplo, pedia, em 1766, ao Capitão-Mor da vila de Itanhaém enviar 2 índios para São Paulo a fim de aprenderem o ofício de tecelão³⁰⁷. Em 1767, solicitava a fazenda real “[...] assistir com o sustento [...]” ao índio Francisco de Souza, convocado para “[...] trabalhar pelo seu ofício de oleiro na vila de São Sebastião [...]”³⁰⁸ nas obras da fortaleza que se iniciavam. Em 1771, também solicitou ao Provedor da Fazenda providenciar o “[...] diário e sustento a cinco índios [...]” para remarem na canoa que há de servir nas obras da Fortaleza da Bertioga³⁰⁹. Derntl afirma que os índios inseriam-se nas políticas de “[...] aproveitamento produtivo dos vadios [...]” e eram convocados para serem povoadores nas novas povoações e para servirem para todo tipo de trabalho³¹⁰.

Um outro ponto de interesse na região foi a Serra da Mantiqueira. Ela era um ponto nevrálgico para a exploração aurífera, pois consistia numa enorme região montanhosa e com vegetação espessa, pela qual passavam os principais caminhos e descaminhos de mercadorias, metais e pedras preciosas. Originalmente, as rotas feitas pelos primeiros exploradores para os *matos gerais dos índios Cataguás* aproveitaram-se de frestas e vales de rios que desciam a mesma serra, cuja principal foi a Garganta do Embaú, mas também havia os vales do rio Piracuama (Taubaté), do rio do Peixe (São José dos Campos), do rio Jaguari (Camanducaia), do rio Paraibuna (Caminho Novo) entre outros. As rotas principais, também chamadas de Estradas Reais, foram desde cedo

³⁰⁴ DI, Vol. 84, p. 103.

³⁰⁵ DI, Vol. 85, p. 26.

³⁰⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli Política indigenista no Brasil colonial (1570-1757). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 29, 31 dez. 1988, p. 59.

³⁰⁷ DI, Vol. 65, p. 43. 07/02/1766.

³⁰⁸ DI, Vol. 65, p. 130. 20/01/1767.

³⁰⁹ DI, Vol. 65, p. 355-356. 15/01/1771.

³¹⁰ DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte**, p. 147-148.

equipadas com registros para controle de entrada e saída de mercadorias, metais e pedras preciosas e se tornaram também passagem obrigatória para os viandantes. Com exceção de sesmeiros estrategicamente instalados à beira da estrada para garantir o abastecimento de uma longa viagem, era proibida a fixação de pessoas na área que ficou conhecida como sertões proibidos da Mantiqueira. A Coroa Portuguesa considerava crime de lesa-Majestade a criação de caminhos não autorizados por ela com o objetivo de evitar o extravio dos quintos. Por outro lado, grupos de moradores das redondezas tentavam abrir estradas para facilitar o comércio, desviar dos registros e explorar novas jazidas de ouro na região³¹¹.

Na segunda metade do século XVIII, André Figueiredo Rodrigues aponta que o governador da Capitania de Minas Gerais, Rodrigo José de Meneses (1780-1783), buscou averiguar algumas áreas da Mantiqueira oficialmente proibidas, mas que corriam boatos que na prática estavam servindo para extravio de ouro por inúmeras picadas que percorriam de alto a baixo aquele local. Descobriu que alguns potentados locais subordinaram governadores anteriores a Meneses para fechar aquela área de modo a ficarem sendo os únicos autorizados a atuar naqueles sertões. Da mesma forma, buscaram afastar rumores de que havia ouro naquela área a fim de evitar que as autoridades coloniais a devassassem. Embora elas fizessem vista grossa à exploração dos “sertões proibidos”, as notícias atraíam diversos colonos que começaram a “formar povoações desordenadas” em vários pontos da região. Diante disso, Meneses mandou o intendente do ouro da Comarca do Rio das Mortes averiguar a veracidade dos fatos. Constatou-se vários pontos de mineração em afluentes do rio Paraibuna “já devassados, roçado e plantado e com paiol para recolher os frutos”³¹². Diante dos fatos, o próprio governador Meneses revolveu visitar o local para tentar resolver a questão.

Aproximadamente na mesma época, jazidas auríferas localizadas nas fronteiras imprecisas entre São Paulo e Minas Gerais na Serra da Mantiqueira também estavam sendo exploradas. Vimos que, numa variante da Estrada Real, houve a formação de uma povoação entorno de jazidas do rio “Sapucahi Guaçu” que resultou na formação da freguesia de Itajubá (1762), administrada pelo “concelho” de Guaratinguetá. Poucos anos depois, foi instalada nas imediações a *Guarda de Itajubá* para controle da circulação

³¹¹ RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Rev. Bras. Hist.**; São Paulo, v.23, n. 46, 2003, p. 255-261.

³¹² Ibidem, p. 259

daquela rota. Também havia mineração às margens do rio do Peixe que, hoje, nasce na divisa dos municípios de Sapucaí Mirim e de São José dos Campos, desce as partes altas desse município (passando por São Francisco Xavier) até desaguar na represa de Igaratá, e, às margens do rio Jaguari, cuja nascente localiza-se mesma região do anterior, passando por Camanducaia e Extrema (onde recebe águas do rio Camanducaia e Atibaia), formando o rio Piracicaba, que segue até desaguar no rio Tietê nas imediações da cidade de Barra Bonita.

Em julho de 1766, o Capitão-Mor da vila de Jacareí, José de Araújo Coimbra, enviou uma carta ao Morgado de Mateus sobre as terras minerais do rio do Peixe e do rio Jaguari. A missiva procurava desmentir Francisco Moreira de Carvalho sobre a venda das ditas terras, declarando que estavam registradas, no livro de Guardamoria da vila de Jacareí, as áreas e serviços concedidos e que havia licença da superintendência para se poder vender as que não têm serviço. Essas foram concedidas a “[...] homens mineiros de fábricas grandes na freguesia de Auruôca [...]” [sic.] (região dos *sertões proibidos*) que estavam “se aprestando” para virem lavrar as terras e, portanto, elas não poderiam ser dadas a outra pessoa como requeria Francisco Carvalho.

Em última análise, o documento deflagra os conflitos em torno do direito de quem seria responsável em lavrar as jazidas dos ditos rios:

[...] menos é verdadeiro o requerimento que faz [Francisco Moreira de Carvalho] em dizer que está fazendo serviços quando ele está trabalhando nas lavras e debaixo do serviço que foi meu, em cujas lavras trabalhei dezesseis anos, as quais vendi por quatrocentos mil reis a uma [sociedade] grande; isto é Ex. Sr. quererem fazer confusão ou furto com prejuízo grandíssimo das partes que deram o seu dinheiro e daqui nasceram grandes demandas e senão veja V. Ex. eu sou guardamora pela mercê que me fez e tenho conveniência nas concessões, porém ele não se recorre a mim, porque eu em semelhante caso lhe não ei de deferir contra o estilo e forma do regimento não faltam ainda terras devolutas, mas antes é escurecer o que fique frequentando aquele sertão, que possam os senhores delas vir trabalha-las esta é a verdade.³¹³

Embora não tenha vingado, houve intenção de se criar uma vila na região do rio do Peixe. Em 1771, o capitão mor da Capitania de Taubaté informa o Morgado de Mateus sobre as providências a serem tomadas para se fazer um arraial nas lavras velhas do rio do Peixe, aproveitando uma capela já existente³¹⁴. No ano seguinte, foi emitida outra

³¹³ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 98, I-30, 10, 27, Nº 8.

³¹⁴ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 64, I-30, 13, 12, Nº 40.

carta, falando de como andava a agricultura no lugar e, em agosto de 1774, o mesmo capitão mor expressava as dificuldades encontradas para “[...] fundação da nova povoação do rio do Peixe [...]” devido ao terreno montanhoso³¹⁵. No ano seguinte, o Morgado de Mateus foi destituído do cargo e a vila acabou não sendo criada.

Nestor Goulart Reis, em pesquisa recente, aponta que atividades agrícolas foram praticadas juntamente com a mineração no processo de urbanização da Repartição Sul da América portuguesa nos séculos XVI e XVII. Essa mineração (menos avultada do que a praticada, posteriormente, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) proporcionou uma pequena densidade populacional em várias partes desse território, mas não menos importante para compreender a sua ocupação. No caso de São Paulo seiscentista, por exemplo, há diversas pistas que indicam mineração ao seu redor (Guarulhos, Cotia, Santana do Parnaíba etc.), que acontecia concomitantemente à plantação de trigo, favorecendo núcleos mais perenes³¹⁶. Embora a pesquisa de Reis não tenha abrangido as *Vilas do norte da Capitania de São Paulo*, o documento citado deflagra que também havia áreas de mineração ali, a despeito da historiografia ter dado ênfase à região como zona de passagem para as Minas e não como detentora das mesmas. Também há pistas sobre mineração na Serra do Mar. Em julho de 1723, os oficiais das vilas de São Sebastião e Ubatuba pediam autorização ao Governador Rodrigo César de Menezes para “continuarem a minerar” algumas jazidas que encontram em seu distrito, prometendo informar a sua distância em relação à vila e “toda a individuação” para se pagar os quintos, sugerindo que tais atividades de mineração já ocorriam e que o dito Governador as queria regularizadas³¹⁷. Ele, em maio de 1726, informou à Coroa que as jazidas se localizavam “[...] por detrás da serra que cobre a costa do mar [...]” de Ubatuba e São Sebastião. Dizia que ainda eram de “limitado rendimento”, mas que precisaria de mais prospecção para avaliar a conveniência de sua exploração³¹⁸.

A mineração no Vale do Paraíba precisa ser melhor investigada. O mesmo Capitão Mor de Jacareí (José de Araújo Coimbra), envolvido com a mineração no Rio do Peixe em 1766, também foi o principal responsável pela transformação da aldeia de São José da Paraíba em vila e foi assassinado em uma emboscada na estrada que ligava esses dois

³¹⁵ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 75, I-30, 13, 12, Nº 51.

³¹⁶ REIS, Nestor Goulart. **As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul**. 1ª edição. São Paulo: Via das Artes, 2013.

³¹⁷ DI Vol. 20, p. 154.

³¹⁸ DI Vol.32, p. 149.

Figura 6: Urbanização na porção norte da Capitania de São Paulo entre 1765 e 1822.

Fonte: MONTEZINHOS, Antônio Rodrigues. **Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo**. 1791-1792. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. in: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do museu paulista. vol.17 n.2. São Paulo: Jul/Dec. 2009. p.271. Legenda: 1. Criação da vila de São José da Paraíba (1767); 2. Vila da freguesia da Escada -1767 (não realizado); 3. São Luiz do Paraitinga (1773); 4. Povoação da Paraíba Nova (1771), 5. Vila de Caraguatatuba (1770); 6. Santana do Rio do Peixe – 1771 (não realizado); 7. Povoação de Paraibuna (1768); 8. Vila de Lorena (antiga freguesia da Piedade) -1788; 8. Aldeia de Queluz (1801); 9. Vila de Cunha (antiga freguesia do Facão) -1785; 10. Vila Bela (1805).

lugares antes de terminar o trabalho. João Coutinho da Rocha, indicado pelo Capitão-Mor de Taubaté para criar a povoação de Santana do Rio do Peixe, também tinha envolvimento com os índios da vila de São José. Conjecturamos que a criação da referida aldeia em vila relaciona-se também com o fornecimento de mão de obra para exploração das minas do rio do Peixe e do Jaguari e tanto a mão de obra como as minas foram disputadas pelos potentados das vilas vizinhas (Jacareí e Taubaté). É preciso investigar, inclusive, a relação entre a instalação dos jesuítas e a exploração das ditas minas no século anterior.

Um terceiro eixo que norteou a urbanização foi preencher as lacunas de fiscalização desse *mundo de caminhos* que cortava a região. O Morgado de Mateus parece ter optado pela instalação de núcleos em rotas de escoamento ainda desassistidas pelo poder colonial. Nessa data também começaram as ações para a implantação da povoação de Santo Antônio da Barra de Paraibuna e de São Luiz do Paraitinga que se localizavam no meio da Serra do Mar, até então ocupada apenas pela freguesia do Facão. Com esses novos núcleos, todas as rotas de escoamento para os portos da marinha teriam de passar por povoados servidos de algum funcionário régio. Dois anos depois, ordenou-se a instalação da povoação de Paraíba Nova³¹⁹ (Areias) para controlar o (ainda em construção) *Caminho Novo da Piedade*, que ligava a cidade de São Paulo com o Rio de Janeiro e suas bifurcações, que alcançavam Angra dos Reis e Mambucaba. Liga-se a esse projeto a criação de Caraguatatuba (1770) e, posteriormente, Vila Bela da Princesa (1805), controlando e defendendo a única enseada com estrada para Serra Acima que ainda não tinha uma vila instalada e o canal de São Sebastião de navios contrabandistas³²⁰. Já no Governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797), foram transformadas em vila a Freguesia da Piedade e a Freguesia do Facão. Dentre todas essas ações, abordaremos mais detalhadamente a criação da vila de São Luiz do Paraitinga (**Figura 6**).

3.1 - A fundação de São Luiz do Paraitinga

A ocupação da Serra do Mar deu-se, principalmente, a partir da freguesia do Facão, ligada à Guaratinguetá (depois vila de Cunha). As nascentes do rio Paraibuna e do rio Paraitinga nasciam dentro de suas fronteiras e as sesmarias foram sendo concedidas, seguindo a jusante do rio até a sua foz, onde construiu-se o povoado de Paraibuna. O Juiz de Medições de Guaratinguetá, portanto, necessitava percorrer toda essa região para

³¹⁹ DI Vol.30, p. 16-17.

³²⁰ DERNTL Maria Fernanda. Método e arte...p.137.

demarcar as sesmarias, conhecendo-a bem a ponto de saber as áreas mais planas e adequadas para a construção de uma povoação e disponibilidade de terras férteis.

O Juiz de Medições de Guaratinguetá era Manoel Antônio de Carvalho. Allan Monteiro, ao estudar esses documentos, aponta que umas das primeiras requisições de sesmarias na região foi feita por Amaro Toledo Cortez (sogro de Carvalho), o qual requereu, na década de 1730, algumas terras situadas “na Paraitinga, caminho da vila de Ubatuba”. Mais tarde, em 1768, o dito Cortez agrega mais um terreno àquela primeira requisição, totalizando uma légua de testada e 3 de sertão. No requerimento, ele diz que recebera essas terras de herança do pai; que já habitava aquele lugar há 11 a 12 anos com recursos suficientes para lavoura; que ela se localizava “[...] na Encruzilhada velha que ia para a vila de Ubatuba, correndo para a parte de Pindamonhangaba com légua e meia de sertão por cada lado do caminho [...]” e que “[...] tem feito benfeitorias e lavouras, juntamente com três genros chamados João de Souza Santiago, João Gomes Sardinha e Manoel Antônio de Carvalho”³²¹.

Aproximadamente um ano depois dessa requisição de sesmaria, data o primeiro contato registrado entre Manoel Antônio de Carvalho e Luís Antônio Botelho Mourão. Trata-se de uma carta de 2 de maio de 1769, na qual ele já se intitula “Juiz das demarcações da vila de Guaratinguetá” e diz que muitos moradores dessas vilas e alguns da capitania de Minas têm feito requerimento “[...] para que eu fizesse a V. Ex^a representação para que lhe concedesse mercê de fazerem uma nova povoação entre o Rio chamado Paraitinga e Paraibuna”. Eles fariam “[...] às custas de suas fazendas sem despesa [a] fazenda real [...]”, mas pediam os “[...] privilégios que Sua Majestade concede aos novos povoadores [...]”, bem como “[...] tombar duas léguas de terras em quadra para a acomodação da pobreza que não podem tirar sesmaria e as mais serem dadas aos povoadores”. Finaliza dizendo que a povoação se chamará São Luiz do Paraitinga e a padroeira seria “[...] Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira da casa de Mateus”³²².

Fica claro que Carvalho encabeçava um grupo que tinha interesses nas terras de entremeio entre serra acima e a marinha devido ao posto que ocupava, o conhecimento do território que tinha e, sobretudo, porque esses interesses conciliavam com os da Coroa

³²¹ MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga**. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e ciências Humanas. UNICAMP: Campinas, 2012, p. 156. Grifo nosso.

³²² AGUIAR, Mario. **São Luiz do Paraitinga – usos e costumes**. 2ª Edição. São José dos Campos: JAC, 2011, p. 78.

naquele período. Para Monteiro, a ação de conjunto desse grupo em prol da fundação da vila de São Luiz do Paraitinga, mostra que

[...] aos poucos, passaram a tomar o leito do Paraitinga como referência, avançando rio abaixo, até o momento em que um desses sesmeiros, o português Manoel Antônio de Carvalho (junto com seu sogro e alguns genros deste), aproveitou-se da política populacional do Morgado de Mateus para propor a criação de um núcleo de povoamento às margens deste rio³²³.

Essa visão também é compartilhada por Del Olmo:

O fato de Amaro de Toledo Cortez ser de família antiga, em Taubaté, e um de seus genros Juiz das Demarcações, em Guaratinguetá, indica a busca da afirmação do prestígio familiar e social, pela ocupação de novas terras e pela fundação de uma nova povoação. Assim, poderíamos dizer que São Luís do Paraitinga nasceu sob o amparo deste clã³²⁴.

Como tenho mostrado nos capítulos anteriores, nos núcleos que se formaram, principalmente na primeira metade do século XVIII, residiam potentados que poderiam se interessar em transformar sua povoação em vila e outros que viam o surgimento de novos núcleos como risco às suas atividades econômicas e políticas, muitas delas conseguidas por mercês adquiridas em outros tempos. Temos visto também que um outro grupo de vilas foi criado em locais que não tinham população aglomerada, mas isso não significava que foram implantadas em territórios vazios: havia barreiras, pousos, ranchos, bairros rurais, sesmarias etc. Para esse grupo, o Morgado de Mateus necessitou também tecer alianças com potentados locais circunvizinhos e realocá-los para áreas de interesse colonial. São Luiz do Paraitinga, nesse grupo, é um exemplo cabal. Ao ficar incumbido de construir São Luiz do Paraitinga e Paraibuna, não estava em jogo apenas a administração de novas povoações, mas o controle de duas das três principais rotas de escoamento da produção do Vale do Paraíba que afetava grupos mercantis constituídos, que tentaram questionar a criação das povoações.

Há registradas na documentação consultada algumas pistas sobre esses questionamentos. A primeira diz respeito a dúvidas sobre a competência de Carvalho exercer o posto de Juiz das Medições. Ele, em carta ao Morgado de Mateus, relatava que

³²³ MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga**. ... p. 139.

³²⁴ OLMO, Maria José Acedo del. **Vila, vida e mercado**: São Luiz do Paraitinga, 1800-1820. Dissertação de Mestrado. PUC: São Paulo, 2000, p. 104.

[...] andava Inácio de Loyola, solicitador de causas, convocando o povo para lhe darem um nós abaixo assinado para ele ser juiz das medições, dizendo ele e Máximo de Aguiar da Costa que haviam deitar abaixo quantas medições eu tinha feito, pois V. Exc.^a me não podia fazer juiz, por eu não ser formado em direito, de que o pobre povo está já temendo o vexame e demandas que lhe há de causar o dito requerente se com a vara se vir [...]³²⁵

Uma segunda pista é quanto ao recrutamento de povoadores. Na primeira, de 1771, Carvalho escrevia ao governador que credores queriam cobrar dívidas daqueles que chegavam na nova povoação de Paraitinga. Dizia que bons povoadores tinham seus bens “desbaratados” e “destituídos” injustamente. Relatava também que antes da povoação “[...] ninguém os achava, e assim não é junto que agora os persigam”. Termina pedindo ao governador que “[...] ponha os olhos nos meus povoaes [...]” (sic.) para que “[...] alguns não sejam instruídos por satisfazer vontades a muitos opostos às novas povoações, que há por estas vilas”³²⁶. Da mesma forma, em outro ofício sobre a prisão de um de seus povoadores, Carvalho argumentava em favor do mesmo, sugerindo que sua prisão estaria relacionada ao “[...] escárnio que alguns atrevidos fazem das povoações novas”³²⁷. Por fim, consta uma terceira de Carvalho, apontando que a Câmara, o vigário e o Juiz das Medições de Taubaté estavam incitando o povo a fazer um abaixo-assinado a “[...] respeito da criação desta vila”. Sugere que o motivo seria o fato de Carvalho estar atraindo moradores de Taubaté para a nova povoação e isso estava desagradando alguns taubateanos. Termina dizendo que o Morgado de Mateus tinha autoridade para “[...] por lei e tirar lei [...]” bem como “[...] fazer vilas e cidades onde lhe parecer e as não deve a dita Câmara impedir, antes sim, quando o quisessem fazer, deviam ser castigados por cabeças de motim.”³²⁸

Há poucas informações sobre o responsável pela criação da vila de São Luiz do Paraitinga antes de sua nomeação. Manoel Antônio de Carvalho nasceu por volta de 1726 na Vila Nova de Monforte, arcebispado de Braga. Ele ocupou o cargo de Juiz de Medições e sesmarias de Guaratinguetá e residiu durante muito tempo no bairro da Catioca, freguesia do Facão ligada à Guaratinguetá³²⁹, onde tinha uma sesmaria³³⁰. Catioca era um

³²⁵ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Carta de 2 de fevereiro de 1772. Doc. I-30, 10, 14 n° 4.

³²⁶ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Carta de 13 de julho de 1771. Doc. I-30, 10, 14 n° 2.

³²⁷ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Carta de 18 de dezembro de 1771. Doc. I-30, 10, 14 n° 3.

³²⁸ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Carta de 04 de dezembro de 1773. Doc. I-30, 10, 14 n° 6.

³²⁹ NERY, Rosa Maria de Andrade. **São Luiz do Paraitinga**: reduto de gente bandeirante. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 260-261.

³³⁰ MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga** ... p. 154.

bairro rural antigo dessa freguesia, especializado na criação de porcos para fabricação de toucinho. Nos Maços de população de Guaratinguetá, encontramos a primeira menção ao seu nome em 1767. Ele é descrito como um típico lavrador, vivendo “de suas lavouras”, sem nenhuma patente, casado com Ignês de Toledo, com 6 filhos e um patrimônio estimado em 50\$000 réis³³¹.

Embora os Maços de População registrem dados de Carvalho que nos faz imaginá-lo como simples agricultor, o cargo de medidor de terras lhe conferia um poder muito grande numa sociedade majoritariamente agrária, além de ser um homem muito bem informado das políticas da Capitania, uma vez que sua primeira carta a Morgado de Mateus deflagra uma intimidade com os procedimentos para a fundação de vilas, tocando em pontos chave do processo: a existência de povoadores dispostos, a ausência de custos para a fazenda Real, a escolha de um local próximo aos eixos de escoamento da produção regional, além da menção da padroeira preferida do Governador, dando um desfecho cordial aos interesses que estavam em jogo. Cinco dias depois, foi publicado um bando pelo Morgado de Mateus, ordenando “[...] ser povoada a paragem ao pé do Rio Paraitinga entre a vila de Taubaté e de Ubatuba [...]”, outro para “[...] se alistarem 50 casais [...]” e a nomeação de Carvalho como “[...] povoador e fundador [...]” da localidade³³². Ainda no dia sete, foi publicado um bando redigido pelo Secretário de Governo em Santos, dizendo que mandou publicar nas vilas de Taubaté e Ubatuba edital de convocação de povoadores, prometendo, além de terras e ferramentas necessárias, os privilégios que Sua Majestade concede aos povoadores de terras, bem como não serem chamados como soldados por 10 anos e nem para outro serviço ou emprego alheio à vontade. No entanto “[...] até o presente não tem deliberado pessoa alguma a ir estabelecer a dita povoação”³³³.

Os profissionais que formavam a justiça colonial podiam ser divididos em dois grupos: um, correspondente à instância local, composta por juízes ordinários, juízes de órfãos, vereadores, procuradores, tabeliães, escrivães, alcaides etc., e outro, de caráter recursal e fiscalizatório, englobando cargos de carreira e formação letrada, como

³³¹ APESP, Maços de população de Guaratinguetá, 1767.

³³² DI, Vol.65, p. 251-252. 07/05/1769.

³³³ AGUIAR, Mario. **São Luiz do Paraitinga – usos e costumes...** p. 78-79.

ouvidores, corregedores e desembargadores etc.³³⁴ Já as tarefas de medir como delimitar divisas de propriedades rurais foram se especializando e nas últimas décadas do período colonial ganharam regulamentação própria³³⁵.

Como vimos, a busca de alternativas econômicas à crise da mineração, fomentou o cultivo de diversos gêneros agrícolas e a questão fundiária nas colônias perpassou esse debate. Nesse contexto, o decreto de 20 de outubro de 1753 estabeleceu que a concessão de sesmarias dependia da demarcação judicial das terras, e a provisão de 7 de maio de 1763 especificou a forma de medição das mesmas³³⁶. Em maio de 1764, o Governador de Goiás, João Manoel de Melo, comunicou ao rei que já havia cumprido a provisão de 1763, ordenando que

[...] as câmaras do Brasil proponham anualmente aos respectivos governadores e capitães gerais três letrados com carta de formatura que sejam moradores dentro da mesma comarca e de boa consciência para juízes da demarcações em primeira instância para os mesmos governadores nomearem também anualmente o que lhe parecer mais idôneo [...]³³⁷

Da mesma forma, o Governador de São Paulo, Antônio Manoel Castro e Mendonça, escreveu, em novembro de 1798, para D. Maria I, respondendo qual seria o modo mais cômodo de se pôr em prática a lei de 5 de outubro de 1795 (que também regulava as sesmarias). Seu comentário acerca do parágrafo 17 da lei³³⁸ enfatizava os juízes das demarcações que tinham um “[...] salário diminuto [...]” para “[...] sair de sua casa em jornadas agrestes e de sertões”. Isso resultava que “[...] havendo nessa câmara algum bacharel formado, muito poucos querem aceitar aquele emprego [...]”, sobrecarregando tabeliães do judiciário e notas que acabavam cumprindo a tarefa. Finaliza, argumentando que em cada Comarca deveria ter um juiz das medições “[...] ou menor para os casos mais desembaraçados [...]” e que os medidores aprovados:

[...] entendam dos rumos da agulha, e que saibam medir uma distância referindo-se à medida de nível, e seria para desejar que eles soubessem

³³⁴ FRIEDMANN, Daniel Isaac. **As práticas judiciais locais e a lei da boa razão: os autos cíveis de Sorocaba, segunda metade do século XVIII**. Dissertação (Mestrado História). FFLCH-USP: São Paulo, 2011, p. 31.

³³⁵ Ibidem, p. 36.

³³⁶ Ibidem, p. 37.

³³⁷ AHU. Goiás. AHU_ACL_CU_008. Caixa 20, Doc. 1206. *Grifos nossos*.

³³⁸ Esse parágrafo é idêntico à provisão de maio de 1763, acrescentando que “[...] naquelas capitânias e comarcas onde não houvesse letrados com a sobredita qualidade se pratique e se observe a Real resolução de 17 de junho de 1761, na qual está determinado que na falta dos procuradores da fazenda então privativos Juízes destas demarcações as fizessem as justiças ordinárias”. A lei de 5 de outubro de 1795 foi suspensa 1 ano depois de criada. In MOTTA, Márcia Maria Menezes. **Direito à terra no Brasil...** p. 92

corrigir a variação da agulha, cujo desconto é indispensável, quando se trata de orientar rumos e marcos de medições antigas [...]”³³⁹

Esses documentos nos dão pistas que o ofício de Juiz das Demarcações (também chamado de Juiz das Sesmarias ou das Medições) necessitava de conhecimentos de agrimensura e utilizava de instrumentos, como corrente ou corda e bússola, para fincar os marcos de delimitação das sesmarias. Portanto, seus ocupantes deveriam ser “diplomados” para executar a tarefa. No entanto, a remuneração para o cargo era pouco atraente para os que tinham qualificação necessária, obrigando outros profissionais menos qualificados a executá-la. Mesmos aqueles *bacharéis* pareciam não dominar bem os instrumentos do ofício. Todavia, ele era escolhido por uma lista tríplice indicada pela Câmara ao governador, que decidia pelo que parecesse mais idôneo. Ao que parece, os juízes de medições, realmente, excederam as jurisdições das vilas e atuaram no âmbito da comarca em que estavam inseridos, se subordinando aos ouvidores. Antônio Caetano Alves de Castro, por exemplo, dizia, em 1780, ser “[...] juiz das medições por provisão nas vilas de Faxina, Itapetininga, Sorocaba [...]” e como precisava demarcar terras na vila de Itu, pedia “[...] ampliação da jurisdição para fazer a medição”³⁴⁰. Manoel Antônio de Carvalho, embora Juiz das Medições de Guaratinguetá, atuou na construção de São Luiz do Paraitinga, cujas terras pertenciam à vila de Taubaté.

Nos primeiros tempos da colonização, os próprios capitães donatários tinham a função de conceder e demarcar as sesmarias³⁴¹. Até a primeira metade do século XVIII, não havia um cargo específico para as tarefas de medição, ocupando-se da função os funcionários régios lotados em outros cargos previstos nas Ordenações. Em carta já citada do Governador de São Paulo, Antônio Manoel Castro e Mendonça, é mencionado que uma lei de 13 de março de 1704 “[...] encarregou os ouvidores que fizessem eles as medições [...]”; outra, de 25 de junho de 1728, designou que “[...] os vereadores mais velhos da Câmara desta Cidade [...]” (de São Paulo) ficariam “[...] sendo juízes destas demarcações nesta Capitania [...]”³⁴² e, finalmente, a mencionada provisão de 7 de maio de 1763, que criava um profissional específico para medir.

³³⁹ Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo. AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 46, Doc. 3605 (1), p. 16-17.

³⁴⁰ APESP. Autos Cíveis Sorocaba, Ordem: CO3879, Documento 779, ano 1780, *apud* FRIEDMANN, Daniel Isaac. **As práticas judiciais locais e a lei da boa razão...** p. 38.

³⁴¹ FRIEDMANN, Daniel Isaac. **As práticas judiciais locais e a lei da boa razão...** p. 37.

³⁴² Arquivo Histórico Ultramarino. São Paulo. AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 46, Doc. 3605 (1), p. 16-17

É importante lembrar que o território onde se implantavam as vilas era também conhecido como sesmária ou patrimônio da Câmara, ou seja, a delimitação implicava na delimitação de uma gleba que serviria de rossio e poderia ser subdividida e delegada a terceiros mediante taxaço (aforamento). Dessa forma, os responsáveis legais pelas medições também atuavam no espaço das vilas. Há notícias, por exemplo, de José Machado Monteiro, ouvidor da Comarca de Porto Seguro, que atuou na criação da vila de Nova Viçosa na Bahia em 1768³⁴³; do ouvidor Rafael Pires Pardiniho, que reordenou a vila de Iguape, implantou normas urbanísticas em Paranaguá e delimitou a área para o porto de Morretes na primeira metade do século XVIII³⁴⁴, mas talvez o caso mais emblemático tenha sido o do Ouvidor geral da Comarca de Vila Rica, Caetano da Costa Matoso, que, em 1752, devido a vários problemas com os aforamentos da sesmária da Câmara de Mariana, realizou um recadastramento de todos os imóveis dentro desse espaço a fim de definir quem eram os foreiros e quanto deveriam pagar anualmente.³⁴⁵ Com o surgimento do cargo de juiz das medições não seria diferente. O caso de São Luiz do Paraitinga é exemplar nesse sentido, pois mostra como esse profissional atuou conjuntamente na ocupação do campo e da vila nascente com a delimitação de espaços e orientação da construção dos prédios públicos. Suas ações deflagram também a indissociabilidade entre ambientes proto-urbanos e rurais que nasciam conectados e articulados aos projetos político-econômicos mais gerais da colonização da segunda metade do século XVIII.

Outra questão que repousa no caso de São Luiz é qual o nível técnico do Juiz das Medições incumbido de fundá-la. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno afirma que os engenheiros militares eram os mais prestigiados para “[...] projetar obras públicas oficiais (militares, civis e religiosas) [...]”, no entanto o número desses profissionais era inferior à demanda e “[...] estiveram ausentes da maior parte das freguesias e vilas [...]”³⁴⁶. Vale

³⁴³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista. A afirmação da vila regular. In TEIXEIRA, Manuel C. A construção da cidade brasileira. Lisboa: Horizonte, 2004, p. 209; _ FLEXOR, Maria Helena Ochi. E o ouvidor da comarca também planeja. In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 6., Natal. Anais... Natal: UFRN, 2000.

³⁴⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. **As Minas de Ouro e a formação das Capitânias do Sul**. 1ª edição. São Paulo: Via das Artes, 2013, p. 193, 201 e 214.

³⁴⁵ VELOSO, Tércio. **A dimensão dos lugares**: fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos Livros do Tombo de 1752. 2013. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

³⁴⁶ BUENO, Beatriz. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira: mestres de ofício, "riscos" e "traças". **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, 1 jun. 2012, p. 322.

ressaltar que, na prática desses profissionais, fortificação e urbanização eram conceitos indissociáveis. Urbanizar, no século XVIII, era “[...] conquistar, colonizar, apropriar-se militar e culturalmente de um território [...]”. Não havia o conceito de “urbanismo” e de métodos de planejamento surgidos a partir do século XIX, o que existia até o século XVIII era uma “prática de arruação”.³⁴⁷ Sabe-se também que esses Engenheiros Militares além de prédios públicos também criaram plantas e traçaram vilas e cidades coloniais, como o traçado da Cidade de Mariana, em Minas Geras, atribuído ao engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim. Eles também ministraram aulas nas principais capitais regionais da colônia, como Salvador (1696), Rio de Janeiro (1697-1698), São Luís do Maranhão (1699), Recife (1701) e Belém (1752)³⁴⁸. De forma geral, as aulas abordavam geometria, cosmografia e arte de fortificar, cuja prática abrangia arquitetura civil e militar, definição do traçado urbano, desenho, preparação do terreno, confecção de cartas cartográficas e levantamentos geográficos maiores³⁴⁹.

Ao que parece, essas aulas foram uma exceção e o grosso das construções coloniais passava por outros profissionais da construção, como pedreiros e mestre de obras. Beatriz Bueno afirma que o ato de edificar envolvia uma série de conhecimentos, como domínios rudimentares de aritmética, da geometria elementar e da geometria prática:

Os cálculos não eram simples: as medidas da época, relacionadas à construção civil – polegadas, palmos, côvados e braças –, não estavam convertidas ao moderno sistema decimal de pesos e medidas, obrigatório na França a partir de 1837 e no Brasil a partir da Lei de 26 de junho de 1862. A aritmética da época destinava-se à prática de calcular com base no penoso sistema de medidas vigente no Antigo Regime, o que dificultava o processo, tornando-o complicadíssimo, por envolver unidades de medidas de difícil conversão.³⁵⁰

A autora afirma também que a Coroa portuguesa, desde o início do século XVIII, passou a exigir que mestres-pedreiros e carpinteiros, medidores de profissão, frequentassem as lições de geometria elementar e prática ministradas nas aulas militares e que projetos de construção e reforma dos templos fossem enviados para o Governador

³⁴⁷ MOREAU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 28

³⁴⁸ BUENO, Beatriz. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira... p. 348; MOREAU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII**...p. 64

³⁴⁹ MOREAU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII**... p. 65

³⁵⁰ BUENO, Beatriz. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira... p. 349.

da Capitania e ao provedor da Fazenda³⁵¹. Não há registros de aulas militares no século XVIII em São Paulo, no entanto, no período em que houve maior criação de vilas, o Morgado de Mateus lançou um edital visando “[...] atender a grande falta que há de pessoas hábeis na geometria”. Tratava-se de uma cadeira oferecida no Convento de São Francisco e os interessados deveriam ir “[...] exercitando-se nas 4 espécies de contas [...]” para estarem aptos a entrar na aula. Os que mais se destacassem seriam então premiados e teriam “todas as mercês” necessárias³⁵². No entanto, o nosso Juiz de Medições parece que não tinha *diplomas*, pois, no momento em que se focava na construção de São Luiz do Paraitinga, escreveu para o Morgado de Mateus, dizendo que circulava notícias que alguns homens de Guaratinguetá estavam questionando as medições de Carvalho, pois “[...] não podia fazer juiz, por eu não ser formado em Direito”³⁵³. De todo modo, pouco mais de um mês depois de designar o Juiz em questão para criar a vila de Santo Antônio e São Luiz do Paraitinga, o Morgado de Mateus lhe enviou uma carta, louvando o zelo com que se empenhava para formar a nova vila e prometia “requerer a S. Mag.^e o prêmio do seu serviço”. Continua informando que remetia à petição despachada “[...] as ordens que tem expedido a favor [ilegível] das mais vilas que mandou fundar [...]”, as quais mandam que

[...] V.m^{ce} dizer aos moradores de sorte, que haja uma grande Praça de Árvores da Igreja, d’onde sairão as ruas bem cordiadas, pouco mais ou menos de setenta braças o lado de cada quadra [ilegível] tanto que V.m^{ce} tiver formado uma quadra com quatro casas nos quatro lados, [ilegível] a rua com taipa, ou cercado para seguirem pelos meio das casas dos moradores que vierem vindo de novo de sorte que V.m^{ce} logo há de formar a grandeza da terra com todas as suas quadras, fazendo edificar uma casa em cada uma das quatro pontas de cada quadrado. E de quadrado a quadrado deixe V.m^{ce} a distância das ruas que será pouco mais ou menos de 50 até 60 palmos, que há de ser a largueza delas; e tanto que V.m^{ce} nesta forma tiver de 50 a 60 casas, que são 12 a 15 quadras me avise para lhe mandar dar os privilégios de vila, e é razão que logo ao princípio seja feita com toda a grandeza para que pelo tempo adiante (ficando logo bem fundada) possa conservar-se e ter aumento

Também mencionou a “[...] outra povoação de Santo Antônio sempre quero que se conserve pelo modo que permitir o país”³⁵⁴.

³⁵¹ BUENO, Beatriz. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira... p. 350.

³⁵² DI Vol. 65, p. 343-344.

³⁵³ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Manuscritos. I-30, 10, 14 n° 4.

³⁵⁴ DI, Vol. 92, p. 48-49. 20/06/1769.

As instruções orientavam o juiz de medições a delimitar uma praça para a igreja matriz (com igreja e árvores), ordenava que se instalasse nela quatro casas em seus cantos para marcar o contorno da mesma e se cordeasse as ruas a partir dos mesmos cantos. Desse centro, organizar-se-ia uma segunda quadrícula também com quatro casas em cada canto para definir o quarteirão e assim por diante até atingir de 12 a 15 quadras e 50 a 60 casas, considerando inicialmente 4 casas por quarteirão. Depois desse trabalho feito, o governador, então, autorizaria a transformação da povoação em vila e o trabalho seguinte seria ocupar os meios das quadras com a população chegada. A carta denota também que essas instruções serviam de modelo para as demais vilas que estavam nascendo. Fernanda Derntl encontrou orientações parecidas para outras vilas criadas pelo Morgado de Mateus.

Figura 7: Instruções de como edificar vilas segundo a interpretação de DERNTL.

Fonte: DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte...** p. 166

A **Figura 7** reflete orientações muito parecidas com as de São Luiz do Paraitinga, com exceção de que o Morgado de Mateus parece ter orientado a demarcação de todas as quadras com casas em suas laterais antes da ereção da vila sem a necessidade de seu preenchimento completo, pois, se dividíssemos o total de casas previsto com o de quadras,

o resultado seria aproximadamente de 4 casas por quarteirão. Vale ressaltar que essas regras tinham margem de erro “pouco mais ou menos” e também uma variação do número de quadras, casas etc.³⁵⁵

Derntl também se indagou sobre o porquê de algumas vilas, como Lages e São Luiz do Paraitinga, terem instruções mais precisas. A autora conjectura que algumas vilas necessitaram de um controle mais preciso por parte do Governador e, no caso de Paraitinga, isso estaria atrelado à expansão comercial no Vale do Rio Paraíba. Acrescento o fato de que, no caso de São Luiz, o responsável pela construção da vila era um Juiz das Medições e, talvez, seria mais hábil para executar as instruções.

Em setembro de 1769, Carvalho acusou o recebimento desta carta (enviada dia 30 de junho pela secretaria), na qual “[...] vinham todas as ordens que Vossa Excelência foi servido mandar para se fazer a nova povoação [...]” e não tocou mais no assunto. A carta segue colocando o governador a par do que estava fazendo: a primeira ação que tomou foi publicar [ao que parece novos] editais “[...] por todas as vilas destas circunvizinhanças [...]”, convocando interessados em se tornar povoadores e estarem no dia 10 de agosto “no Rio da Paraitinga na passagem do caminho que vai para a vila de Ubatuba” para se seguir “[...] mais a donde se havia de fundar a referida povoação”. Partiram “rio abaixo” no dia seguinte e chegaram no dia 19:

[...] a uma vargem grande na mesma margem do rio em dia de São Luiz bispo até a beneplácito de todos os povoadores que presente se acham se fundou a povoação na referida vargem de que mandei fazer auto pelo escrivão da vila de Pindamonhangaba que presente se achava para que a todo tempo contasse [...]

Também dava notícias de Paraibuna, declarando que se achava deserta e que, embora a recomendação do Governador era que se ocupassem as terras, Carvalho não achara “[...] um só morador que lá queira habitar [...]” e recomendou que para *conservar povoação* no rio Paraibuna, poderia fundar o povoado “[...] no mesmo rio seguindo para a parte da vila de Jacareí”. Depois de descrever seus feitos, Carvalho termina, pautando-se numa petição (não inclusa), que ele ainda não tinha “[...] os privilégios que sua majestade concede aos que povoam colônias de novo [...]” e pede “[...] Patrocínio de Vossa Excelência [...]” sobre o assunto³⁵⁶.

³⁵⁵ DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte...** p. 169.

³⁵⁶ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Manuscritos. Doc. 24, I-30, 10, 14 nº 1.

Não se encontrou nenhuma correspondência trocada entre Carvalho e o governador no ano de 1770. Nesse ano, ele parece ter começado a escrever um livro chamado *Livro de Tombo da Vila de São Luiz do Paraitinga*, onde transcreveu vários documentos, ofícios e bandos importantes sobre a criação do núcleo e também anotou fatos relevantes de sua realização³⁵⁷. As primeiras páginas estão quase totalmente carcomidas, no entanto ainda foi possível extrair algumas informações. Na página 2, por exemplo, consta um registro de 1770, cuja data muito provavelmente também é do início do livro. Ele contém registros dos colonos que queriam ser povoadores, mas não há clareza se as datas dos registros correspondem ao momento de escritura no livro ou da chegada efetiva dos mesmos ao local onde nasceria a vila. Os povoadores se apresentavam “pela sua vontade” a Manoel Antônio de Carvalho e a seu escrivão que, de forma mais sucinta ou detalhada, anotavam seus nomes e de sua família (cônjuge, filhos, escravos, agregados), a requisição (terras, casas na vila), o lugar de sua alocação e qual função ele deveria exercer na construção da vila. Muitos deles já haviam se estabelecido nela e registraram suas intenções e contribuições depois. Ignácio Cabral (o segundo povoador registrado), por exemplo, disse que já era “[...] morador no distrito desta vila”. João Gomes Sardinha declarou que se encontrava “[...] arranchado na paragem chamada do barreiro [...]” e queria que se demarcassem terras. Manoel Tavares da Silva disse que “[...] tinha a sua roça feita[...]”, posse dos “[...] caminhos da sua testada [...]” e, por ser um dos primeiros povoadores, o Juiz de Medições “[...] mandou demarcar o que lhe pertencia”.

Todavia, esses registros apontam que, em 1769, chegou apenas um interessado e, em 1770, mais dois. O pequeno número de pessoas nesses primeiros meses provavelmente deveu-se à falta de confirmação dos “privilégios” reais prometidos pelo governador. Ser povoador significava sair do seu lugar de origem para recomeçar a vida em um lugar ainda inóspito e a se construir. Assim, um dos grandes chamarizes para atrair candidatos eram os tais “[...] privilégios e isenções que sua Majestade concede aos que estabelecem as colônias de novo”³⁵⁸. Essa confirmação foi registrada em carta de maio de 1771, em que autorizou Carvalho a ajudar nas dívidas dos povoadores e ajustar suas contas, “[...] não permitindo que pessoa alguma os impeçam e embarace para efeito de irem formar aquele novo estabelecimento [...]” com o intuito de que “[...] aumentem o

³⁵⁷ APESP. Livro de Tombo de São Luiz do Paraitinga (1769-1852). Código C09045.

³⁵⁸ Ibidem, p. 17.

estado e melhorem de fortuna”. Diz também que aqueles que “[...] estiverem arranchados em terras alheias e se quiserem mudar, lhe comprem os senhorios as suas benfeitorias”. Além disso, é importante ressaltar que recebiam terras registradas, lotes urbanos, eventualmente ferramentas, remissão de crimes cometidos³⁵⁹ e a isenção militar por tempo determinado. Recorrente em vários ofícios de Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, os tipos sociais alvo dessa política seriam os “vadios, carijós, vagabundos e habitantes de sítios volantes em partes desertas”, que deveriam ser recolhidos e mandados povoar São Luiz. A todos que chegassem na futura vila, o Juiz das Medições deveria obrigar a fazer “[...] suas casas arruadas [...]” e ter “[...] seu sítio fora onde plantarão algodão e toda casta de árvores de fruto com todas as criações que a terra permitir”³⁶⁰.

Até a data da criação da vila (31/03/1773), foram registradas 71 pessoas das 91 mencionadas no livro. Os dados daqueles que chegaram antes da criação da vila, indicam um perfil social bem distinto descrito pelo Morgado de Mateus e por parte da historiografia. Mais da metade dos que chegaram até março de 1773 possuíam escravos (55%), somando 198 cativos³⁶¹, o que resultava numa média de quase 5 escravos por proprietário com destaque para planteis como o do Capitão Domingos Vieira da Silva, com 17 escravos, e o de Antônio Figueira, com 27. Alguns também deixaram pistas sobre suas atividades, como Manoel Pereira Fialho, que disse ser homem “afazendado”; Miguel da Silva Teles, que mencionou ter vindo com “princípio de gado Vacum” e Francisco Mateus, que estava com “seu negócio e com a maior parte dos seus escravos” na povoação, bem como mantinha relações com a vila de Ubatuba, na qual dispunha “dos seus efeitos que lá tem”³⁶². Esses dados mostram que porcentagem significativa dos colonos que fundaram São Luiz tinha renda suficiente para acumular escravos, situação pouco provável para o caso de vadios, vagabundos e donos de sítios volantes.

Corroborar essa hipótese o fato de a grande maioria dos povoadores ser casada (80%), ter filhos (73%) e alguns levarem parentes (8 casos), ou seja, tratava-se de famílias constituídas e não de aventureiros e criminosos fugitivos, como consta na documentação oficial. Allan Monteiro também estudou esses registros entrecruzados com os primeiros

³⁵⁹ DI, Vol. 84, p. 17.

³⁶⁰ DI, Vol. 33, p. 1-2.

³⁶¹ É importante frisar que partes do documento estão em estágio avançado de deterioração e alguns dados podem ter se perdido.

³⁶² Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Manuscritos. Doc. 28, I-30, 10, 14 nº 5

Maços de população da vila. Ao cruzar o lugar de nascimento do povoador e sua cônjuge, ele aponta que 33,3% dos povoadores vieram de Taubaté, 22,7%, de Pindamonhangaba, 13%, do Facão, 12%, de Guaratinguetá, e 2,4%, de Ubatuba, ou seja, a maioria saiu das vilas circunvizinhas à São Luiz e cerca de 60% foram citados nos Maços de População dos anos seguintes à criação da vila, o que também indica que a maioria permaneceu³⁶³. Bacellar, ao comparar os Maços de População de São Luiz e Piracicaba (também criada no período), aponta que na segunda foram arrolados apenas 9 domicílios com o total de 193 pessoas em 1773 (ano de criação de São Luiz). O autor destaca que um desses domicílios, o de Antônio Correa Barbosa (responsável por criar a povoação) continha 126 indivíduos, a maioria descrita como agregados, sendo 45 forros (leia-se indígenas) e 7 escravos. Eles foram listados no mesmo domicílio, pois foi a forma que o recenseador encontrou para registrar que todos estavam subordinados ao diretor da vila. Dessa forma, Bacellar conclui que a região do Paraitinga era uma zona de povoamento “muito peculiar”, pois estava dentro de uma região já bem povoada e perto de possíveis mercados³⁶⁴.

Como já citado, um dos benefícios que o governador prometeu aos colonizadores era que os que tivessem arranchados em terras alheias e quisessem se mudar teriam suas benfeitorias compradas pelos respectivos senhorios. Talvez aí esteja a chave para se entender o estrato social de origem de grande parte dos povoadores da futura vila. Apesar de uma tradição historiográfica que defende o período colonial como uma fronteira aberta e, portanto, com terras em abundância, Carlos de Almeida Bacellar, ao cruzar os Maços de População com os Inventários dos Bens Rústicos de 1817 (levantamento de propriedades rurais da Capitania de São Paulo) aponta para uma disparidade entre o número de domicílios listados no primeiro documento em relação às propriedades listadas no segundo. Assim, conclui que, embora houvesse muita terra, ela estava concentrada na mão de poucos proprietários e a grande maioria dos lavradores tinha terra cultivada por autorização, ou seja, “a favor” de terceiros em troca de pagamento em moeda ou de parte da produção. Esse segmento correspondia, aproximadamente, a 30% dos arrolados nos Maços de população da vila de Sorocaba e eram registrados como agregados:

³⁶³ MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga...** p. 193.

³⁶⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII...p.10-11.

[...] que viviam em terras alheias, e sob teto distinto. Há uma diferença clara, portanto, para com outra categoria de agregados, muito mais perceptível, daqueles que viviam subordinados a um domicílio e viviam praticamente sob o mesmo teto. Eram indivíduos ou famílias que ofereciam seu trabalho e compartilhavam o cotidiano doméstico; Compunham, portanto, categoria distinta daqueles que lavravam por conta própria, em áreas distintas, com produção autônoma, e que apenas eventualmente podiam colaborar em mutirões como forma de retribuir à autorização de cultivo³⁶⁵.

Esses segmentos *que viviam em terras alheias sob teto distinto* talvez se aproximem bastante do que Iraci del Nero da Costa chamou de *Arraia Miúda*. Para ele, as grandes propriedades monocultoras não excluía a produção nas pequenas. Ao analisar os dados referentes a algumas vilas do Vale do Paraíba no início do século XIX, o autor constata que os gêneros clássicos de exportação também eram produzidos pelos não-proprietários de escravos, embora em quantidades pequenas. No caso do café, o início do plantio deu-se justamente nessas unidades e, com o passar do tempo, vieram a predominar os grandes produtores escravistas. Além disso, considerável parte desse segmento “[...] chegava a comercializar parte da produção destes bens, os quais não se destinavam exclusivamente ao autoconsumo”³⁶⁶.

Os estratos intermediários da sociedade paulista do século XVIII e XIX também conseguiam acumular um significativo número de escravos na produção de gêneros alimentícios não destinados à exportação. É o que aponta Luna e Klein no artigo *Escravidão Africana na Produção de Alimentos. São Paulo no Século 19*. Analisando oito vilas paulistas, os autores demonstram significativos planteis de escravos destinados à produção de gêneros não destinados ao mercado atlântico. Embora o setor produtor de café tenha desviado os braços escravos para suas unidades produtivas, os produtores de alimentos permaneceram expressivos e “[...] cada vez mais integrado[s] à economia escravista”. Outrossim, conclui que “[...] o alicerce da agricultura paulista continuou sendo a produção de alimentos [...]”, desenvolvendo-se paralelamente aos setores de exportação³⁶⁷. Para a vila de Cunha, por exemplo, constatamos o acúmulo de planteis em torno de 30 a 40 escravos destinados à produção de vários gêneros, dentre eles o cultivo

³⁶⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, v. 14, n. 1, Juiz de Fora, jan. – jun, 2008, p. 123-124.

³⁶⁶ COSTA, Iraci. **Arraia Miúda**: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP editores, 1992, p. 82.

³⁶⁷ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN Herbert S. *Escravidão Africana na Produção de Alimentos. São Paulo no Século 19* **Revista Est. econ.**, São Paulo, v. 40, n. 2, abril-junho 2010, p. 316.

de milho e a criação de porcos para a fabricação do toucinho³⁶⁸ e, como vimos, havia povoadores luizenses com essa faixa de escravos.

Todos esses dados nos levam a suspeitar das imagens de uma população itinerante e miserável contida nos discursos dos governadores e, salvo as devidas proporções, apontam para grupos familiares estáveis e que conseguiam comprar escravos. Ao que parece, o que atraía esses colonos para as novas frentes de povoamento era a possibilidade de ter acesso legal às terras do núcleo nascente e/ou gozar dos privilégios reais que poderiam receber. Esse conjunto delineava um *status quo* de povoador que aparece nos documentos oficiais como uma categoria distinta dos demais colonos, permitindo ao mesmo acessar o sistema de honrarias e mercês que o Morgado de Mateus (e seus sucessores) concediam àqueles que colaboravam com o projeto colonial por intermédio dos diretores ou responsáveis pela ereção das vilas. O comerciante Francisco Mateus, por exemplo, em novembro de 1772, queria ir a Ubatuba dispor dos “efeitos” que lá tem, no entanto “vive diferente” com o Capitão-Mor Antônio Barbosa Pereira e temia que o dito lhe prendesse ou lhe fizesse alguma violência, pois já recebera ameaças. Manoel Antônio de Carvalho, então, recorreu ao Governador dizendo que tem “[...] recebido tantos favores a respeito dos meus povoadores, assim rogo a V. Ex. tão bem pelo sossego dos que o não quero ver perturbado”³⁶⁹. Nota-se que o objetivo da solicitação não eram terras, isenção militar, ferramentas, remissão de crimes, portanto nenhum dos “privilégios” concedidos aos povoadores. Os “efeitos” do comerciante Francisco incomodavam um dos homens mais poderosos de Ubatuba naquele período e, para manter suas transações naquela vila, o *status quo* de povoador foi utilizado como um distintivo na correspondência oficial.

À medida que chegavam atraídos por essas benesses, Manoel Antônio de Carvalho encaminhava alguns para ocupar os primeiros *lotes urbanos*, recebendo ordem para construir “[...] casa arruada nesta povoação e depois lhe daria algumas terras [...]”; outros, já alocados no campo, tiveram essas terras demarcadas e “[...] quando se repartissem as ruas se determinaria lugar para as casas”. Por vezes, também se definia o tempo para isso acontecer, como o caso de Antônio Pedroso da Rosa, que deveria “[...] dentro em um ano

³⁶⁸ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano:** Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013, p. 147.

³⁶⁹ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 28, I-30, 10, 14 n° 5

fazer casa nesta povoação”. Não havendo ruas, provavelmente, esses primeiros lotes foram organizados a partir do lugar previsto para Igreja e seu adro.

Assim, o campo e a futura vila iam sendo ocupados de forma sincronizada, ao passo que, no final, cada povoador, em tese, possuiria sua residência na vila e uma propriedade no campo. No entanto, à medida que os povoadores iam chegando, o Juiz de medições acumulava funções tanto na construção da igreja quanto na demarcação dos sítios e, ao que parece, ele não deu conta de atender a todos. Em suas anotações, observa-se que algumas são mais precisas, descrevendo o lado do rio em que a propriedade estava, os vizinhos e a quantidade de léguas da propriedade. Outras denotam que os povoadores eram alocados improvisadamente, prometendo demarcação posterior. Eduardo José Caetano, por exemplo, foi autorizado demarcar a sua sesmaria e “[...] ao depois de demarcado o dividiria [corroído] com seu vizinho João Gomes Sardinha”. Tomé Cardozo requeria roça e foi orientado que “[...] fizesse casa junto com seu cunhado Gregório Rodrigues e depois lhe daria terras a donde pudessem viver com suas famílias”. Miguel de Almeida Teles chegou com mulher, filhos, escravos e princípio de gado vacum e solicitava “[...] lugar para nele viver”. Carvalho, então, declarou que “[...] depois lhe determinaria sítio e, no entanto, [se a]comodasse no sítio de algum povoador”. Essas alocações devem ter causado muitos conflitos, alguns dos quais chegaram ao conhecimento de Mourão que, em janeiro de 1771, escreveu carta ao Juiz das Medições, dizendo que lhe informaram que havia várias medições pendentes e “[...] não podem correr por falta de quem as vá medir”. Em seguida, sugeriu a Manoel Antônio de Carvalho que “[...] vá medir pessoalmente aqueles pontos em que houver dúvida [...]” e que “[...] o mais que não houver implicância deixe comissão a quem bem lhe parecer”³⁷⁰.

Em 05 de novembro de 1772, por exemplo, Carvalho reclamava ao governador acerca do juiz “[...] da 1ª de Taubaté [...]”, chamado Miguel de Freitas, que recebeu uma sesmaria do governador, mas não demarcou no tempo certo. Assim, Carvalho distribuiu parte da mesma para seus povoadores, mas o dito estava “[...] arrancando-me os marcos que [entre] eles eu tinha metido para os divisar”. Com um tom raivoso, dizia que os “mal-intencionados” só queriam se apossar da terra “[...] depois de acharem caminhos feitos sem terem trabalho algum [...]” e que só se poderia mexer nos marcos depois dos trâmites judiciais porque “[...] se o dito Juiz tinha jurisdição para os arrancar eu também a tenho

³⁷⁰ DI Vol. 92 p. 143-144

para os poder fincar”³⁷¹. Esse relato é interessante, pois mostra os conflitos entre demarcação das propriedades rurais dos novos povoadores e demarcações antigas, que começavam a ter algum valor depois de ter caminhos de acesso. Também mostra os conflitos que envolviam os profissionais de medição dentro do confuso sistema de distribuição de terras no período colonial.

Concomitantemente, na povoação, Carvalho dividia o trabalho entre os chegantes, designando funções específicas para cada um. É importante lembrar que, em 1769, o Juiz de Medições chegou de barco no lugar onde seria implantada a povoação. Não havia caminhos terrestres que ligavam a futura vila à estrada de Taubaté, Paraty ou Ubatuba. Assim, alguns como Francisco Dias de Carvalho, por exemplo, foram designados a trabalhar “na abertura do caminho”. No entanto, a grande maioria dos que chegavam eram designados a trabalhar na construção da Matriz, declarando estarem socando as “taipas da Igreja”. Eduardo José Caetano disse que “[...] estava ajudando a tirar a madeira para a igreja”. José Ramos de Oliveira dizia que já “[...] se achava situado nesta povoação na paragem chamada Forno da Telha [...]” e Carvalho lhe concederia a posse onde se achava, denotando que desde os primeiros tempos havia olaria para fornecer material de construção para as primeiras casas e para a igreja e telhas para a cobertura dos telhados.

À medida que a Igreja ia sendo levantada, surgia também a necessidade de um pároco. O primeiro candidato a povoador foi registrado em 4 de agosto de 1769, seis dias antes da supracitada descrição de Carvalho descendo o Rio e chegando no lugar escolhido. Trata-se de Floriano da Silva Toledo, que era pároco na freguesia de Itajubá e filho de Maria de Toledo, que era irmã de Amaro Toledo Cortez, sogro do próprio Manoel Antônio de Carvalho³⁷². Lograva, pelos privilégios reais, povoar e ser capelão da nova povoação³⁷³. A arrecadação da freguesia de Itajubá não alcançava grandes somas. Pelos dados de 1777 (contidos na **Tabela 3**), podemos observar que a paróquia tinha uma cômputo de 80\$000 réis, o pior rendimento dentre as criadas antes da restauração da Capitania e uma das que menos rendia entre as criadas depois do Morgado de Mateus. Em 13 de julho de 1771, Manoel Antônio de Carvalho, em carta, apresentou o pároco ao Governador, dizendo que ele já se achava “[...] nesta povoação com um sacerdote que interessa a ser vigário com mais povoadores muito carecem dele [...]” e, no final da carta,

³⁷¹ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 28, I-30, 10, 14 nº 5.

³⁷² MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga**...p. 164

³⁷³ APESP. Livro de Tombo de São Luiz do Paraitinga (1769-1852). Código C09045, p. 15V.

diz “[...] desejar que o vigário desta povoação sirva de vigário da Vara [...]” bem como tenha “[...] também as prerrogativas que tinham os vigários que povoassem as novas colônias”³⁷⁴. Pouco mais de 6 meses depois, um grupo de povoadores assinou outra carta em que pediam um pároco “[...] para administrar lhe todos os sacramentos [...]” e reafirmaram o pedido para que ele fosse vigário da Vara. Para isso, todos ficariam obrigados a arrecadar cômputo de 80\$000 réis e, depois que a povoação atingisse mil pessoas, seriam obrigados a pagar quatro mil réis por pessoa”³⁷⁵. Nessa carta, não há menção ao Padre Toledo, mas há informações que ele ainda morava na região nos limites da freguesia do Facão (muito provavelmente no limite com São Luiz) até pelo menos 1777³⁷⁶. Note-se que o rendimento prometido ao primeiro pároco de São Luiz era o mesmo que o da freguesia de Itajubá, mas a possibilidade de ser Vigário da Vara³⁷⁷ e de atingir 400\$000 réis com a prosperidade do povoado talvez projetasse um futuro melhor caso fosse escolhido. Ao que tudo indica, nenhum dos projetos se realizou e o padre Toledo não foi chefe de Comarca eclesiástica, nem pároco do povoado nascente que, por sinal, em 1777, ainda rendia quatro vezes menos do que o sonhado. Na *Relação Geral* feita pelo Bispo D. Frei Manoel da Ressurreição, nesse mesmo ano, consta que ele não estava colado nem curado em nenhuma freguesia e nem gozava da simpatia de seu superior, que o descreveu com “[...] pouca ciência e capacidade para o ministério paroquial”³⁷⁸. Nesse ano ainda, o pároco atuante era José Gonçalves, nascido nesse bispado, com 38 anos e sabia “[...] o suficiente de moral e é de louváveis costumes”³⁷⁹.

A carta dos povoadores termina falando sobre o projeto da Igreja. Diziam que pelos “[...] usos e costumes queriam eles povoadores [que a igreja de São Luiz] se seguisse os da matriz de [corroído] Francisco de Taubaté o que tudo visto e decidido”. A maioria dos colonos que vieram povoar as margens do rio Paraitinga eram taubateanos e talvez a memória de sua terra natal pesou na escolha da forma da Igreja. A despeito das

³⁷⁴ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 25, I-30, 10, 14, nº2

³⁷⁵ APESP. Livro de Tombo de São Luiz do Paraitinga (1769-1852). Código C09045, p. 13

³⁷⁶ RESSURREIÇÃO, D. Fr. Manuel da. Relação geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguesias, usos e costumes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. IV, 1898-99, São Paulo: Typ. Andrade, Mello & Cia., p. 383.

³⁷⁷ Ou seja, ser responsável por certo número de freguesias ou paróquias reunidas numa comarca eclesiástica. Esse cargo significava fiscalizar os párocos de uma comarca quanto às obrigações litúrgicas e das normas do direito eclesiástico. In ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo** (1745-1796). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999... p. 77.

³⁷⁸ RESSURREIÇÃO, D. Fr. Manuel da. Relação Geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguesias, usos e costumes... p. 383.

³⁷⁹ Ibidem, p. 397.

várias reformas que as igrejas passaram, fotografias do século XIX mostram semelhanças entre as duas, tais como as portadas, os frontões e o mesmo número de janelas no frontispício.

Figura 8: Comparação entre a Matriz de Taubaté (1865) e a de São Luiz do Paraitinga (1882)

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Taubaté (MISTAU) e Arquivo do CONDEPHAAT.

No final de março de 1771[1], aparentemente, a Igreja já estava levantada e os registros de povoadores começavam a indicar ações para a construção de sua ornamentação. Nessa data, Manoel Pereira Fialho dizia que estava pronto para “[...] dar adjutório para os ornamentos da igreja [...]”. Cosme José Rodrigues registrou, em outubro de 1772, que “[...] já dava quatro mil reis de esmola para os ornamentos da dita igreja”. Com o dinheiro, Carvalho, em julho de 1771, mandou uma mensagem para Mourão, pedindo que chamasse a sua presença Antônio José Batalha, pois “[...] tem em seu poder um ornamento que foi da capela de Viamão e me certificam o quer vender”. Ele consistia em “[...] calis [cálice], patena, pedra de ara e os mais ornamentos [...]” da capela sulina. Carvalho queria resposta se o dito Batalha poderia “mandar o produto” para evitar “importar o dito ornamento”, talvez de Portugal. Dizia também que ele já tinha 3 imagens de três palmos e meio de altura (fora das peanhas) de São Luís Bispo, Santo Antônio e Nossa Senhora dos Prazeres³⁸⁰. Em dezembro de 1771, Carvalho volta a escrever ao Governador, dizendo que a “Capela Mor e a Sacristia” já estavam quase acabadas e que terminaria a obra em 6 de janeiro de 1772 para ser benzida no dia de Nossa Senhora dos

³⁸⁰ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 25, I-30, 10, 14, nº2

Prazeres. No entanto, até então não tinha conseguido os ornamentos que tentara barganhar em julho, pois pedia os mesmos emprestados ao governador até que o Bispo mandasse “lograr outras”, por meio dos povoadores que seriam fiadores³⁸¹. Esse pedido volta a ser replicado em janeiro, só que dessa vez Carvalho não menciona o patrocínio dos colonos, mas que achava melhor “[...] fazer recomendação de alguma prata [...]” para se fazer novos ornamentos, pois é “[...] da Igreja deste colégio de onde se tem tirado para todas as novas povoações que se tem fabricado [...]” e sugere, então, se poderia “tirar mais”, porque não há ornamentos de qualidade alguma para nova igreja³⁸². O problema só se resolveu depois, com a chegada do comerciante Francisco Mateus, pois, em carta de novembro de 1772, o Carvalho o chama de “bem feitor desta igreja”, pois tinha dado “os trastes” para ela³⁸³.

Finalmente, em carta do Morgado de Mateus a Manoel Antônio de Carvalho, de janeiro de 1773, remeteu ordem para “erigir em vila” a povoação de São Luiz do Paraitinga e para “[...] desembaraçar o mais breve possível [...]” a povoação de Paraibuna³⁸⁴. Os autos de criação da vila datam de 31 de março de 1773, dizendo que se achava “[...] a igreja acabada e com todos os paramentos”. Delimitou seu termo, pelourinho, rossio e a casa de câmara e cadeia da vila:

Delimitação do termo da vila

“[...]estendendo-se a sua jurisdição até a vila de Ubatuba em até a passagem do rio Paraibuna e para a parte de Taubaté em até o sítio de Miguel de Freitas machado chamado Vargem Grande que em até a esse lugar ele fundador e administrador estendeu a nova povoação, abriu caminho e rompeu matos e para a parte de Paraitinga acima até a barra do ribeirão chamado Itaim e correndo desta vila quatro léguas de jurisdição e as mais terras que seguirem para diante desertas ficaram para a nova povoação de Paraibuna [...]”³⁸⁵

Lugar de Instalação do Pelourinho

“[...] E ser aquele lugar destinado o melhor por ficar fronteando todo o circuito da praça por se achar esta vila fundada tanto as ruas como a arruação das casas pela mesma direção que mandou o mesmo Ilmo. Senhor, com a sua doutíssima ideia fundou no seu pensamento tão assentada e justa fundação a qual se acha já com cinquenta e duas casas além de vários lugares limpos para se levantarem avultado número de

³⁸¹ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 26, I-30, 10, 14, nº3

³⁸² DI, Vol. 92, p. 212-213.

³⁸³ Biblioteca Nacional. Arquivo de Mateus. Doc. 28, I-30, 10, 14 nº 5.

³⁸⁴ DI, Vol. 64, p. 95.

³⁸⁵ AGUIAR, Mario. *São Luiz do Paraitinga – usos e costumes...* p. 86.

casas pelo gosto e alegria em que na dita vila se querem estabelecer todos os povoadores [...]”³⁸⁶.

Delimitação do Rossio da vila

“[...] Consignou de rossio a dita vila do pelourinho correndo rio abaixo 600 braças ao rumo do sudoeste e 400 de pelourinho para cima a rumo do nor nordeste e do mesmo pelourinho para lé sueste duas mil braças para redito do conselho dando-se de foro aquém as quiser, ficando livre e sem pensam alguma as casas que se quiserem fazer com os fundos para quintais tudo em virtude da mesma portaria que a ele juiz fundador a administrador foi enviada pelo mesmo Illmo [...]”³⁸⁷.

Localização da Casa da Câmara e Cadeia

[...] “a melhor paragem e lugar era na praça defronte do pelourinho entre as casas de Francisco de Alvarenga e Esteves e Nicolau Rodrigues da Costa com a frente para o mesmo pelourinho ficando livre e afastada das mais casas 12 palmos em roda e destinaram e concordaram desfazer-se a dita cadeia de 58 palmos de largo e aliás de 58 palmos de cumprimento e vinte e seis de largo e de como assim assentaram e concordaram todos [...]”³⁸⁸

Área para rédito do concelho

500 braças de cumprimento e, findas essas, meia légua de sertão para reditos do conselho na forma que já fica dito e em conclusão de tudo feito e todos os mais termos necessários de como todos os habitantes ficaram muito satisfeitos³⁸⁹

De maio do mesmo ano, datam diversos documentos que compõem os autos de ereção da Capela de São Luiz do Paraitinga. Entre eles, encontra-se um “Auto de mandado de comissão para verificação da Igreja que há de ser matriz”, no qual consta que “[...] a dita igreja [...]” era “[...] separada de casas particulares com lugar espaçoso para poderem fazer as procissões sem estorvo algum [...]”³⁹⁰. Também consta que a “[...] dita capela mor” (portanto os fundos) estava direcionada “[...] ao rumo entre Norte e Nordeste para a parte do Nordeste”³⁹¹ (**Figura 9**).

³⁸⁶ Ibidem, p. 88.

³⁸⁷ Ibidem, p. 89.

³⁸⁸ Ibidem, p. 90.

³⁸⁹ Ibidem, p. 91.

³⁹⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Auto de Ereções de Capelas. São Luiz do Paraitinga. Cota: 1,2,7, pág. 147-167.

³⁹¹ Ibidem.

Figura 9: Mapa conjectural da implantação da primeira Igreja Matriz e seu adro em 1773

Fonte: Mapa de delimitação de poligonal de Tombamento de São Luiz do Paraitinga (modif.). DEPAM/IPHAN

Pela interpretação dos dados, a capela foi construída no sopé do morro que depois seria do Rosário e início de um outro maior chamado Cruzeiro. Sua frente estava voltada para uma grande planície que rodeava o morro e se estendia para onde hoje é o mercado e arredores. Isso significa que ela estava localizada a 90 graus da posição da igreja atual e o seu giro aconteceu nas primeiras décadas do século XIX, quando uma reforma na igreja alterou sua posição, liberando espaço em sua lateral esquerda, onde seria construído um novo prédio da Casa de Câmara e Cadeia. Da mesma forma, o *lugar espaçoso* para se fazerem procissões e *separado de casas particulares* localizava-se, provavelmente, na quadra pontilhada da **Figura 9** (dentro das atuais ruas Barão do Paraitinga, Cel. Domingues de Castro, Inácio Giolia e Praça Dr. Oswaldo Cruz), com a ressalva de que talvez ainda não tivesse delimitações muito rígidas, pois era de terra batida e talvez ainda rodeada de vegetação ciliar. Essa também é a conclusão de Luís Saia. Ao analisar uma série de documentos camarários do início do século XIX (sobre os quais nos debruçaremos à frente), ele conclui que “[...] efetivamente a matriz primitiva teria seu eixo a 90° do atual, ficando livre um espaço entre ela e a cadeia-pelourinho”³⁹².

Os dados apresentados indicam que a atual praça central da cidade é apenas um fragmento da praça original construída no tempo de Morgado de Mateus. No *Auto de Ereção da vila* é mencionado também que foram criadas

[...] tanto as ruas como a arrumação das casas pela direção que mandou o mesmo Ilustríssimo, e Exmo. Senhor que em tudo se seguiu pela admirável formalidade com que o mesmo Ilustríssimo Sr. com a Sua doutíssima ideia fundou no seu pensamento tão acertada, e justa fundação a qual se acha já com Cinquenta, e duas Casas, além de vários Lugares Limpos para Se Levantarem avultado número de Casas [...]³⁹³

Para Saia, não há indícios de que essas casas “[...] estivessem alinhadas de acordo com alguma norma ou ideia de conjunto [...]” e, portanto, não estariam dispostas “[...] numa situação semelhante ao que se poderá chamar de arcabouço urbano”³⁹⁴. Assim, a criação tanto das *ruas como a arrumação das casas* em 1773 “[...] representou uma correção da situação de fato existente, posto que já contava a localidade com 52 casas”³⁹⁵. No entanto, como vimos, as mencionadas casas não estavam alocadas no que seria o

³⁹² SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1977 (Publicação n.2), p. 24.

³⁹³ AGUIAR, Mario. **São Luiz do Paraitinga – usos e costumes...** p. 88.

³⁹⁴ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga...** p. 22.

³⁹⁵ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga...** p. 22.

espaço urbano de São Luiz. A grande maioria dos colonos registrados no livro de Tombo foi encaminhada para o campo e poucos colonos receberam ordem para construir primeiramente suas casas no espaço onde seria a vila. Antes de 1773, há registradas apenas promessas de Carvalho que dizia que “[...] quando demarcasse as ruas lhe daria lugar conveniente para suas casas”. Também há um registro de 1771, que orientava um povoador a se situar “[...] em um largo que se achava entre a casa do dito juiz e a de José Pedroso, com o pretexto de dentro de um ano fazer casa nesta povoação”³⁹⁶. Ao mesmo tempo que podemos entender isso como uma espécie de planejamento, pelo qual os lotes já estavam estabelecidos, o termo “largo”³⁹⁷, no século XVIII, parece remeter apenas a uma extensão vazia que também não nos permite precisar melhor a organização do mesmo. No ano seguinte à fundação da vila, há um edital registrado no livro de Tombo, ordenando que

[...] todas as pessoas que tem tomado chãos de terras para fazer casas e as não tem levantado dentro de 3 meses as ponham cobertas do contrário se dará os chãos a quem as queira logo levantar principalmente nas ruas principais e nos cantos das próprias ruas se até que lhe valha a posse ou esteios que estiver e por evitar dúvidas se [registrará] nos livros da câmara [...]³⁹⁸

Se recordarmos as instruções passadas pelo Morgado de Mateus em 1769, lembraremos que ele mandou fazer uma “praça grande de árvores da Igreja” de 70 braças de cada lado e de onde saíam ruas “bem cordeadas” entre 50 e 60 palmos. Depois dever-se-ia edificar “uma casa em cada uma das quatro pontas de cada quadrado” e quando tivesse de 12 a 15 quadras, ou seja, entre 50 e 60 casas, a povoação estava apta para se transformar em vila³⁹⁹. Assim, segundo o referido edital parece que o fundador da vila seguiu parte das instruções, construindo uma *praça grande da igreja* e cordeando as 4 ruas que a envolvia (principais), onde os colonos deveriam construir suas casas, sobretudo, aquelas de esquina, para que o alinhamento da praça e das ruas ficasse bem marcado. Ao que parece, foi transformado em vila em 1773: uma praça com

³⁹⁶ APESP. Livro de Tombo de São Luiz do Paraitinga (1769-1852). Código C09045, p. 20

³⁹⁷ Extenso em largura, de margem a margem, de ourella a ourella; comprido, dilatado; relaxado pouco escrupuloso; não justo; extenso, difuso; apartar-se, retirar-se, fugir. In Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro]. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

³⁹⁸ APESP. Livro de Tombo de São Luiz do Paraitinga (1769-1852). Código C09045, p.74.

³⁹⁹ DI, Vol. 92, p. 48. 20/06/1769.

provavelmente meia dúzia de casas e uma igreja, cuja inspiração não veio das distantes Lisboa ou Vila Real de Santo Antônio, mas de Taubaté.

Sete anos depois do auto de ereção de São Luiz, questionados sobre a possibilidade de haver um Capitão-Mor na vila, os camarários responderam que não careciam, pois “nesta vila se acham dez casas de telhas fechadas e três cobertas de capim e as mais com seus esteios fincados desde o princípio da vila e não podem reedificar nem levantar”⁴⁰⁰. Allan Monteiro analisou os dados dos Maços de População (1774-1830 e 1843), o Quadro estatístico de Daniel Pedro Müller (1836), os relatórios provinciais (1856 e 1886) e o recenseamento do Império (1872) para construir a tabela abaixo:

Tabela 4: Taxa de crescimento médio anual da população de São Luiz do Paraitinga (1774-1886)

	1774- 1791	1791- 1806	1806- 1822	1822- 1836	1836- 1854	1854- 1872	1872- 1886	1774- 1886
Nº TOTAL DE HABITANTES	4,75	3,82	2,14	2,6	1,45	2,98	1,63	2,77
Nº DE LIVRES	4,78	3,71	2,26	1,96	1,46	3,95	2,33	2,94
Nº DE ESCRAVOS	3,81	4,18	1,71	4,58	1,43	-0,54	-4,34	1,52
Nº DE FOGOS	4,04	4,19	1,32	4,18				2,85

FONTE: MONTEIRO, 2012, p. 303.

Pela tabela, podemos perceber um crescimento contínuo no total de habitantes, de homens livres e do número de fogos (domicílios) desde a criação da vila até o final do século XIX. Embora os números não permitam dividir os domicílios (fogos) da vila e do Termo (zona rural), podemos inferir que esse crescimento deve ter reverberado em alguma medida no núcleo urbano. Nota-se também um crescimento do número de escravos até 1854 com taxas maiores nas décadas de antecederem a cafeicultura (esse assunto será abordado no Capítulo 5). As taxas negativas, depois de 1854, referem-se, segundo o autor, “as medidas políticas em torno da extinção do cativeiro” e não de um decréscimo vegetativo de escravizados⁴⁰¹. Assim, a data do ofício dos camarários (1780) está dentro do período que apresentou maiores crescimentos em todas as categorias analisadas. Ao que parece, o núcleo urbano teve um crescimento pequeno,

⁴⁰⁰ APESP, Vereanças -Atas 1776-1829, Código C09019, p. 48v;

⁴⁰¹ MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga**...p. 299-312.

porém contínuo durante as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX. O preenchimento da praça aconteceu a passos lentos e demorou décadas para se completar.

Para Saia, as Luzes só rebateriam em São Luiz nas primeiras décadas do século XIX. A “[...] racionalidade que transpira no texto [...]” do Termo de Ereção de São Luiz seria “[...] reflexo do iluminismo europeu que desembocaria na Revolução Francesa”⁴⁰². No entanto, essa racionalidade não se teria dado nos seus primeiros tempos. Ela se comportou como um “vírus instilado” que “[...] perseguiu a vila de São Luiz do Paraitinga [...]”, contaminando-a só no século seguinte, momento em que se travou uma

[...] luta surda entre o que os dirigentes chamam de elegância da praça, das ruas e da cidade, e o interesse imediatista dos moradores sempre dispostos a se aproveitar das circunstâncias para receber um quinhão mais refarto da situação urbana⁴⁰³

Saia afirma também que São Luiz do Paraitinga, “[...] apesar de toda essa aparente desimportância [...]”, representa, para o XIX, “uma orientação” (quadrícula) que se firmou nas “[...] 500 cidades paulistas”, que foram fundadas em função do café: ela seria uma “[...] preliminar decisiva”⁴⁰⁴.

3.2 -A preliminar decisiva: a construção do espaço urbano de São Luiz do Paraitinga entre 1830-1870

Como vimos, a configuração da atual praça central de São Luiz do Paraitinga nem sempre teve a forma atual. Seu preenchimento parece ter se concluído ao longo das últimas décadas do século XVIII. No início do século XIX, a primitiva capela construída na transversal do que ela é hoje quase não existia mais. Em abril de 1803, os oficiais da Câmara luizense enviaram um ofício ao governador, relatando se “acharem sem matriz”, pois a primeira capela era “[...] muito pequena, da criação da Vila, e já arruinada”. Assim, o pároco daquele tempo (do governo de Antônio Manuel de Melo e Castro de Mendonça: 1797-1802) “[...] fez abolir o corpo da Igreja, em razão de alargar o terreno para a nova, deixando somente a Capela Mor [...]” e reconstruiu as “paredes de taipa”, mas a obra não foi à frente “[...] pela incapacidade da terra [...]”, perdendo o que já fora feito no valor de 4.000 cruzados⁴⁰⁵. Diziam que o governador anterior (o dito Mendonça) deixou a população amedrontada devido a repetidas convocações militares, pedindo liberação das

⁴⁰² SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. *São Luís do Paraitinga...*, p. 22.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. *São Luís do Paraitinga...*, p. 28.

⁴⁰⁵ APESP. Cód. C0233 – Ofícios. Pasta São Luiz do Paraitinga. Doc. 7-3-24.

mesmas para poderem levantar novamente a igreja. Quase um mês depois, o governador Antônio José da Franca e Horta, em conversa com o Capitão-Mor da vila, prometeu não inquietar os que trabalhassem na igreja, mas deixou a construção sob responsabilidade do dito que deveria incitar e promover “[...] o zelo das pessoas principais da terra”⁴⁰⁶. Ao que parece, essa segunda tentativa de construção também não vingou, pois em uma lembrança anotada no Livro do Registro Geral da Câmara em 1838:

[...] todo este terreno concedido a sim mesmo foi aplainado nas fraudas de um morro com muito custo e a braços do povo: nele existiu sempre a 1ª igreja que aqui houve bem como depois por 2 vezes se tornou a começar a dita obra que foi depois demolida por ser superior as forças do povo sendo desde então o terreno sagrado e com posse da igreja em desde 60 anos [...]⁴⁰⁷

Esse aplainado existe até hoje na cidade (**Figura 10**), mas foi obliterado pela construção de casas assobradadas em uma de suas extremidades, tornando-se quase imperceptível para quem olha da rua. Sobre esse aplainado, houve duas tentativas de reerguer a igreja sem sucesso. Foi somente a partir da década de 1830 que conseguiram pô-la de pé, juntamente com a Casa de Câmara e Cadeia, dentro de uma série de conflitos, envolvendo os potentados locais.

Em sessão do Concelho da Câmara de 1830, o fiscal da mesma representou contra uma “[...] escavação que se ia fazendo no terreno que se acha destinado para a ereção da nova Igreja matriz [...]”, pois ela poderia causar “ruínas e precipícios” naquela área com prejuízo para a futura Igreja. O parecer do fiscal ia contra aos primeiros pareceres dos senhores Gouveia (José Alexandre Gomes de Gouveia), Ferreira (Manoel José Pereira) e França (Thomaz Gomes França), que representaram a favor de se “[...] tirar terra e cavar unicamente no barranco que se acha do pé da casa de Domingos Alves Mourão de frente das taipas que se estão fazendo para a cadeia [...]”, numa ponta que ainda não se achava cavada, não permitindo mexer o terreno aplainado⁴⁰⁸. Veremos que esse lugar se localizava já fora da cidade, ao redor da igreja das Mercês.

⁴⁰⁶ DI Vol. 55, p. 83-85. Data: 04-05-1803

⁴⁰⁷ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09011 – Vereanças, Livro 4, p.153-156.

⁴⁰⁸ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 – Atas da câmara, p. 29- 29v.

Figura 10: Identificação do aplainado construído para a primeira Matriz no sítio urbano de São Luiz do Paraitinga

Fonte: Arquivo Fotográfico do CONDEPHAAT e Arquivo da Superintendência Regional do IPHAN-SP.

Luís Saia cita que a cadeia ficava atrás do pelourinho⁴⁰⁹, mas nunca teve prédio próprio. Em outubro de 1819, o Capitão-Mor José Gomes de Gouveia reclamava ao Governo da Capitania que os juízes faziam audiência em suas casas, pois não havia na vila “[...] cadeia e menos casa de câmara [...]” e que “[...] serve-se à justiça de uma casinha velha alugada onde se conserva um tronco e uma corrente para alguns que ali recolhem presos”⁴¹⁰.

O autor afirma também que em 1828 foi enviado pelo governo provincial à Câmara um projeto de Casa de Câmara e Cadeia⁴¹¹ que, provavelmente, norteou as taipas que se iniciavam em 1830, gerando as *escavações* que comprometiam o aterro da igreja. O resultado foi que, no dia seguinte, o “Concelho” se reuniu novamente e lançou a seguinte postura:

Fica d’ora em diante proibido em geral a continuar-se com a escavação que se está fazendo na frente do terreno aplainado e destinado para a ereção da nova Igreja Matriz desta vila, permitindo-se unicamente tirar-se a terra no pequeno espaço que fica entre as duas escavações da frente das casas de Domingos Alves Mourão e da Cadeia que está fazendo, nunca entrando no terreno aplainado para a obra da Igreja⁴¹²

O lugar em questão, provavelmente, refere-se às imediações da atual praça Euclides V. Cunha. Essa área era o final do aplainado (frente da primeira igreja) e hoje coberto pelos sobrados construídos. Ele talvez terminasse mais íngreme, a exemplo da atual Rua Cônego da Costa Bueno (lateral direita da atual Matriz) e mesmo da frente da atual igreja, que adotou escadas para suavizar a subida. Assim, as escavações criaram barrancos e precipícios (pois acentuariam o desnível) no final desse aterrado.

Em setembro, o Vice-Presidente da Província embargou a obra e, em outubro do mesmo ano, o Capitão-Mor José Lopes Figueira compareceu à 5ª Sessão da Câmara daquele mês, reclamando da supracitada postura, pois ele era o responsável pela construção da Cadeia e se via impedido de dar cabo das obras pelas multas previstas na determinação (#10 e se reincidir 1 dia de prisão ou 1000# reis de multa). Dizia que

⁴⁰⁹ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga...** p. 24.

⁴¹⁰ APESP. Ordenanças São Luiz do Paraitinga/Ubatuba (1721-1822), Código C00298, Pasta 1.1.373

⁴¹¹ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga**, p. 24.

⁴¹² Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 – Atas da câmara, p. 29v-30.

desconhecia o terreno da igreja “[...] por falta de demarcação [...]” e “[...] nem consta que nesta vila tenha a igreja terreno para sua edificação, sem um que antigamente houve deixado para o derrelito o que hoje pertence ao público e já purificado”. Refutava também a sugestão dos camarários de tirar terra em outro lugar, pois, enquanto a igreja não apresentar algum “[...] título tenha direito ao terreno [...]”, a obra da cadeia “deve ter preferência a obra que ainda está contingente [...]”, justificando que:

Esta obra [Cadeia] deve ser nivelada com a mesma praça a largura da rua do lado oposto [da Ponte] e daí tirar-se a terra elevada de baixo de regra de maneira que fique a ladeira transitável prevenindo-se assim a ruína que pode causar o barranco existente e mesmo que a obra não deve ficar afogada, sim arejada na forma que promete a constituição⁴¹³.

Castro também mencionou, na sua explanação ao “Concelho” da Câmara, que o terreno da igreja excedia o necessário para a matriz com 332 palmos (+- 67,4 m)⁴¹⁴ de comprimento e 203 de largura (+- 41,2 m), além de 20 palmos (+- 4,06 m) concedidos para a rua existente (rua da Ponte) e a “[...] grande extensão que aumenta no comprimento seguindo para o Rosário”. Intencionava, portanto, *empurrar* a reconstrução da igreja mais para cima, em direção ao Rosário, onde ainda havia alguma área plana e desfazer o aplainado para que toda aquela área ficasse da altura da rua. Finalizou sua fala, prometendo doar 400 mil reis para a obra da igreja⁴¹⁵.

Na sessão de 15 de dezembro de 1830, o ânimo dos vereadores voltou a esquentar devido à insistência do Capitão-Mor em continuar tirando terra do aplainado da Igreja. O Sr. Pereira defendeu o dito, ressaltando apenas que se delimitasse o lugar para se extrair terra e ofereceu mais 400 mil reis para a construção da Igreja. O Sr. Gouveia reiterou o prejuízo que isso poderia causar ao aplainado e que, ao final, o lugar se transformaria num “[...] precipício público”. Diz também que é notório o lugar destinado para a ereção da igreja matriz, pois “[...] ainda ali existem vestígios dos alicerces com que se tinha principiado esta obra em toda sua extensão”. No entanto, não queria atrapalhar as obras da cadeia, mas que as terras necessárias para sua finalização fossem buscadas no morro

⁴¹³ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 – Atas da câmara, p.37v-38. A constituição mencionada é a Constituição de 1824, na qual o art. 179, §21 diz que “As Cadeias serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réus, conforme suas circunstâncias, e natureza dos seus crimes”.

⁴¹⁴ A conversão de todas as medidas desse capítulo utilizou como base o trabalho de COSTA, Iraci del Nero da (compilador). **Pesos e medidas no período colonial brasileiro**: denominações e relações. Boletim de História Demográfica. São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994

⁴¹⁵ Ibidem.

ao pé da igreja das Mercês que não fica longe de lá e não consta ter proprietários. Terminou, questionando, em tom bravio, os argumentos de Figueira:

[...] para que falar agora em direito de propriedade se dele senão lembraram quando indiscretamente se demarcou o lugar em que se acha principiada em terreno de propriedade alheia e sem permissão de seu dono e tão bem para que falar-se em constituição a este respeito só ela [a Cadeia] está inteiramente desconforme com o que garante a mesma constituição a respeito de tais obras.

Nota-se que, pela argumentação do vereador, o lugar para a construção da cadeia foi demarcado pelo Capitão Mor em terreno privado e não se fez menção ao lugar de delimitação do edifício descrito no momento de sua fundação. Antes de finalizar a sessão, pediu a palavra o Sr. França, que solicitou uma comissão para averiguar o caso e expôs quais seriam as motivações de Figueira em insistir com a obra. Segundo França, o dito se ofereceu para fazer as suas custas a obra da Cadeia “a fim de conseguir de S. M. Imperador a patente de Capitão-Mor” sem que se examinassem “[...] se eram ou não verdadeiras as razões em que se fundou a sua pretensão”. Também Figueira pretendia:

[...] ali levantar umas casas contiguas a cadeia e que para isso já por duas vezes requereu a câmara concepção do terreno, e sendo lhe denegado por não embarçar o lugar da igreja procura por este meio alargar o cavado a título de obra pública e deixar assim campo suficiente para o seu intento⁴¹⁶

Em 1839, a Câmara ainda pedia esclarecimentos para o governo da Província sobre a postura de José Lopes Figueira, que considerava “[...] ilusória e ilegal [...]”, pois ele comprometeu-se a “[...] fazer a sua custa a cadeia e passos do Concelho desta vila a fim de se lhe conferir o posto de Capitão-Mor dela assim o conseguiu, mas depois tem se denegado a esta obrigação”⁴¹⁷. Isso porque, em março de 1837, o dito impetrou uma representação ao governo da Província em que dizia ter consultado diversos doutores que concluíram que o Capitão-Mor não tinha “[...] obrigação alguma de fazer semelhante obra”. A Comissão de Constituição e Justiça da Província de São Paulo deu parecer desfavorável a Figueira nesse mesmo mês e ano, obrigando-o a continuar a obra já iniciada, segundo “[...] plano que lhe foi transmitido pelo governo da província”, porque

[...] o suplicante exerceu o posto até a extinção das ordenanças e depois dela ficou gozando das honras de sua patente e das

⁴¹⁶ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 – Atas da Câmara, p.39v- 44v.

⁴¹⁷ Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Caixa – EPS/125, pasta: página 9, Código 39, Doc. 1913.

isenções que os oficiais de milícias e ordenanças conferiram as leis que criaram e regulamentaram a Guarda Nacional⁴¹⁸

O caso chegou, por fim, nas mãos do Regente Padre Diogo Antônio Feijó, que, em junho de 1837, escreveu que “[...] considerando que tem variado e caducado as circunstâncias [...]”, que obrigou Figueira a construir a Casa de Câmara e Cadeia (ou seja, a extinção das Ordenanças), fique “[...] exonerado de levantar tais edifícios”. Logo abaixo ao parecer de Feijó, consta uma anotação do Presidente da Província, comunicando o fato à Câmara e deixando a obra “[...] sob sua imediata responsabilidade”⁴¹⁹.

Saia afirma que a finalização do prédio só se deu em 1860 e ele foi destruído por uma enchente três anos depois. Durante todo esse tempo, ela funcionou em casas particulares como no imóvel na rua da Ponte, Nº 62, cujo proprietário, Antônio Joaquim dos Santos, declarou estarem “[...] alugadas para a Cadeia [...]” no imposto da Décima Urbana de 1841. O autor afirma também que sua reconstrução contou com um novo projeto, enviado em 1871 pelo governo da província e, em resposta, a Câmara desaconselhou construir o prédio no mesmo lugar, informando que comprou dois terrenos “ao lado da Igreja Matriz desta mesma cidade em lugar elevado e próprio para edifícios semelhantes”⁴²⁰.

Os agentes envolvidos na contenda faziam parte da fina estampa da sociedade luizense oitocentista, cujas ocupações envolviam atividades comerciais de abastecimento e compra e venda de escravos. O Capitão Mor José Lopes Figueira era cunhense, grande fazendeiro, negociante em grosso, possuidor de grande plantel de escravos e casado com Ana Antunes Toledo, filha do fundador da vila. O Capitão José Alexandre Gouveia era o filho mais velho de José Gomes de Gouveia e Silva, recém-falecido e ex-Capitão-Mor da vila. José Alexandre era herdeiro de uma das maiores fortunas da vila e assumiu muito dos negócios do pai, que travara contatos comerciais com o Rio de Janeiro, Bahia e com a Bacia do Prata. Da mesma forma, Joaquim Pereira de Moura foi filho de Manoel Pereira de Castro, possuidor do maior número de escravos da vila no começo do século XIX. Por fim, Manoel José Pereira foi comerciante de fazenda seca no Rio de Janeiro, grande

⁴¹⁸ Ibidem.

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ Papéis avulsos/Câmara de São Luiz do Paraitinga, ofício de 18.4.1871. Apud: SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga...** p. 23

possuidor de escravos e agricultor etc. Todos eles também estavam envolvidos noutro quiproquó na vila: a reconstrução da Igreja Matriz.

Com a promessa de 800\$000 mil réis para reconstrução da Igreja e com a iminência de perder seu aplainado, essa obra começou também a ser pensada pelos membros do “Concelho” de Câmara de São Luiz do Paraitinga. Na sessão de junho de 1832, pedia-se para marcar uma reunião com a Irmandade (do Santíssimo Sacramento) e com o Vigário “[...] para de comum acordo se assinalasse o lugar para a edificação da nova Matriz”⁴²¹. Ela aconteceu dia 1º de julho, comparecendo as duas partes citadas mais o fiscal da Câmara, o Juiz de Fora e “[...] algumas pessoas do povo [...]” na Igreja do Rosário, que funcionava como Igreja Matriz no período. Quatro dias depois, na 4ª sessão do “Concelho da Câmara”, apareceu o fiscal para relatar o que foi discutido. Dizia que a decisão dependia da medição do dito terreno, o que foi feito pelo mesmo:

[...] achando ter 274 palmos [55, 6 metros] , ficando livres 43,5 [8,8 metros] para a rua das Mercês isto caso que se deliberasse levantar a igreja com a frente para o pátio do pelourinho em cujo caso precisava ficar o adro dela pendente sobre o barranco que se acha ao pé do mesmo pelourinho⁴²²

A decisão sobre como seria construída a nova igreja ficou para a sessão do dia seguinte, na qual o Sr. Gouveia defendia que a obra deveria ser adiada e construída no seu lugar original, mas foi voto vencido, pois

[...] sucedeu a maioria de votos que se fundasse a igreja no lugar que se acha aplainado para esse fim e com a frente para o pátio do pelourinho contra os pareceres do Sr. Gouveia e França que foram de opinião que fosse edificada ao comprido do terreno da forma que foi erigida antigamente, assim, de ficar com maior adro e mais desembaraçada as ruas do rosário e das Mercês [...]⁴²³

Pela descrição do fiscal, a realocação da Igreja (na posição que está hoje) faria com que ela ficasse exprimida nas extremidades do aplainado (“pendente sobre o barranco”) e liberasse espaço em sua lateral direita, deixando mais espaço para rua da Ponte (onde está localizada a capela das Mercês). Vale destacar que realmente os fundos da Igreja precisaram extravasar o dito aterrado (**Figura 10**), necessitando nivelar o seu alicerce para ficar no nível do mesmo.

⁴²¹ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 - Atas da Câmara, p.85-85v.

⁴²² APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 - Atas da Câmara, p.86-86v.

⁴²³ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 - Atas da Câmara, p. 87.

O *Pátio do Pelourinho*, portanto, refere-se ao que hoje é a atual praça central da cidade. Para o Dossiê IPHAN

tudo indica que estavam previstas no plano inicial de São Luiz, outorgado pelo Morgado de Mateus, duas praças, uma característica dos planos das novas cidades criadas no Brasil, especialmente a partir da década de 1760, separando a igreja Matriz dos edifícios da Cadeia e Paço Municipal⁴²⁴.

No entanto, Luís Saia diz que, em 1829, a Cadeia ficava atrás do pelourinho, o que indicaria que ela ainda estivesse alocada na frente da primeira Igreja e, como vimos, a Décima dos Prédios Urbanos de 1841 indica que a casa alugada para Cadeia da vila ficava na rua da Ponte também nas proximidades da matriz primitiva. Acresce o fato de que a instrução passada pelo dito governador ao Juiz das Medições em 1769 manda que “haja huma grande praça de árvores da Igreja d’onde sairão as ruas bem cordeadas pouco mais ou menos de setenta braças o lado de cada quadra [+142 m]”⁴²⁵ (no singular) e o *Termo de Ereção e Levantamento do Pelourinho* menciona que a cerimônia de sua instalação aconteceu no “lugar mais competente dela por ser na paragem que se destinou para a praça”⁴²⁶ (no singular).

Nem o retângulo feito pelas ruas da Cadeia (31 de Março), Rosário e Ponte (que envolviam a Igreja primitiva), nem a atual praça da cidade tem as dimensões descritas pelo Morgado de Mateus. Assim, conjectura-se que o fiscal chamou o espaço em frente à nova igreja de *Pátio do Pelourinho* porque entendia toda aquela área como um conjunto, principalmente, depois da demolição da Igreja. Isso bate com a espacialização hipotética que fizemos da Décima Urbana de 1841 da presente tese, com exceção do quarteirão formado pela rua da Quitanda e a rua da Praça. Assim, o que parece ter havido foi uma ocupação de partes da praça original pelos potentados locais desde que a primeira igreja foi demolida em finais do século XVIII. Segundo o Dossiê IPHAN, a residência mais antiga dessa quadra foi construída em 1801 pelo Capitão-Mor da época José Gomes de Gouveia (data em que a igreja já não existia mais). Também não podemos esquecer que, na briga acerca do *precipício* gerado pela construção da Casa de Câmara e Cadeia na década de 1830, Thomaz Gomes França acusou o, então, recém empossado Capitão-Mor José Lopes Figueira de agir em benefício próprio, pois estava usando uma obra pública

⁴²⁴ IPHAN. *Dossiê São Luiz do Paraitinga*...p. 105.

⁴²⁵ DI, Vol. 92, p. 48-49.

⁴²⁶ AGUIAR, Mario. *São Luiz do Paraitinga – usos e costumes*...p. 88.

para “alargar o cavado” da cadeia e “deixar campo suficiente” para seu usufruto, uma vez que a Câmara já havia abnegado por duas vezes lhe conceder terrenos ali⁴²⁷.

Ainda segundo o Instituto de Preservação, uma vez aberta a rua da Cadeia em 1851, os descendentes do referido José Gomes de Gouveia que herdaram os terrenos, vagos na ocasião, que faziam a quina da praça com essa nova rua (prevista desde há muito), vendem-nos a terceiros nesses terrenos e no que estava a antiga “casa grande” avoenga, térrea, serão construídos alguns dos cinco sobrados que ali estão até hoje⁴²⁸.

O dito Gouveia possuía quase toda essa área que se reorganizou em quarteirão depois da mudança da igreja na década de 1840 e que fez surgir a rua da Cadeia⁴²⁹. Como veremos, o lado direito da rua da Quitanda na Décima de 1841 possuía 8 imóveis, alguns também registrados em inventários que indicam que eles eram edículas construídas nos fundos de imóveis que tinham testada para a rua. Nesse contexto, restava ao recém nomeado Capitão-Mor brigar pelo último espaço disponível da antiga praça para conseguir representar simbólica e materialmente seu poder na vila: o aplainado da igreja (**Figura 11**).

Decidida a posição da nova igreja, houve uma corrida pela área que sobraria do aplainado e arredores. Em novembro de 1833, em Sessão da Câmara, foram julgados 16 pedidos de chãos “entre o lugar designado para Matriz e a nova cadeia” e “de frente a casa do Alferes Thomaz Gonçalves França em alinhamento até o pátio do Rosário”⁴³⁰, ou seja, do lado direito da rua do Rosário para quem sobe. No entanto, só seriam deferidos depois de principiada a demarcação da nova matriz. Em novembro de 1836, a Câmara enviou uma representação ao Presidente da Província favorável à concessão dos terrenos. Dizia que desde a fundação da vila foi reservada 500 braças de terras para os moradores servirem de rossio e fazerem suas moradas e com a mudança da direção da igreja restou “aos lados da mesma uma porção de terreno que admite dois alinhamentos de ruas” e houve vários requerimentos solicitando datas de terras para edificarem suas casas, “que muito servem para formosear a praça mesmo delas pagarem emolumentos à Nação”⁴³¹.

⁴²⁷ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 - Atas da Câmara, p.39v- 44v.

⁴²⁸ IPHAN. Dossiê São Luiz do Paraitinga, p. 111.

⁴²⁹ Não encontramos referências que indiquem que a rua da Cadeia estava prevista no plano setecentista de São Luiz.

⁴³⁰ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 - Atas da Câmara, p. 120, 120v, 121.

⁴³¹ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09011 – Vereanças, Livro 4, p.303-303v (grifo nosso)

Figura 11: Reconstituição hipotética de São Luiz do Paraitinga no século XIX

Fonte: Mapa de delimitação de poligonal de Tombamento de São Luiz do Paraitinga (modif.). DEPAM/IPHAN

Em agosto de 1838, outro grupo toma posse dos cargos do concelho e em agosto desse ano, a concessão de terrenos volta a ser pauta da sessão da Câmara, mas agora com outro tom. O Sr. Damião (Francisco Ferreira Damião) pediu a palavra e discorreu que os “terrenos que a Câmara transata repartiu” já estavam de posse dos interessados “com seus títulos competentes” e “os possuidores dos ditos chãos são seus parentes e amigos”. Em seguida, o Sr. Castro (Manoel Jacinto Domingues de Castro) disse que suspendia seu voto por serem os envolvidos “seus íntimos”. O Sr. Gouveia (Antônio Estevão Gomes de Gouveia, filho do falecido Capitão-Mor) também se pronunciou dizendo que as falas de Damião e Castro estavam de acordo com a lei de 1º de outubro de 1828⁴³² e, por fim, o concelho deveria pedir providências ao Presidente da Província, pois “tais edifícios ali não só para o futuro podem ser prejudiciais a mesma igreja como tiram toda a elegância do Pátio principal deste município e assim foi resolvido”⁴³³

Em outubro do mesmo ano, a Câmara registrava um pedido de informação dado ao Presidente da Província acerca da “acusação que dela fez José Lopes Figueira de Toledo e outros” e reiterava que as concessões de “cartas de datas” foram “inteiramente ilegais”, pois foram “concorridas por eles mesmos impetrantes”:

membros da câmara, assim, o padre João Rodrigues de Moraes, Flávio José de Toledo, Ignácio Lopes de Camargo, José Basílio Gonçalves de Souza, José Lopes Figueira de Toledo, e o Policarpo Lopes Figueira e irmão desse último vereador contra o que dispõe o art. 38 e 43 da lei do 1º de outubro de 1828, documento N°1^{o434} quanto ter sido ouvido o ex-prefeito, ele é

⁴³² Lei que “Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz”. O documento cita o título III atr. 66 §1º que discorre que entre as posturas políticas a Câmara terá como objeto: “Alinhamento, limpeza, iluminação, e despachamento das ruas, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações”.

⁴³³ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 - Atas da câmara p.255v-257. (grifo nosso)

⁴³⁴ Mesma lei supracitada. Na verdade, os artigos entre 38 a 43 regulam o assunto, os quais reproduzo a seguir: “Art. 38. Nenhum Vereador poderá votar em negócio de seu particular interesse, nem dos seus ascendentes, ou descendentes, irmãos, ou cunhados, enquanto durar o cunhadio. Igualmente não votarão aqueles, que jurarem ter suspeição”,

Art. 40. Os Vereadores tratarão nas vereações dos bens, e obras do Conselho do Governo econômico, e policial da terra; e do que neste ramo for á prol dos seus habitantes.

Art. 41. Cuidarão saber o estado, em que se achamos bens dos Conselhos, para reivindicarem os que se acharem alheados contra a determinação de leis, e farão repor no antigo estado as servidões e caminhos públicos, não consentindo de maneira alguma que os proprietários dos prédios usurpem, tapem, estreitem, ou mudem a seu arbítrio as estradas.

Art. 42. Não poderão vender, aforar, ou trocar bens imóveis do Conselho sem autoridade do Presidente da Província em Conselho, enquanto se não instalarem os Conselhos Gerais, e na Corte sem a do Ministro do Império, exprimindo os motivos, e vantagens da alienação, aforamento, ou troca, com a descrição topográfica, e avaliação por peritos dos bens que se pretendem alienar, aforar ou trocar.

também pai de 2 dos suplicantes José Lopes Figueira de Toledo e Policarpo Lopes Figueira de Toledo, primo irmão de outro e o Padre João Roiz de Moraes seu capelão e por isso tudo podiam conseguir a seu bel prazer e sem oposição como assim aconteceu⁴³⁵

Também consta que, dentre os supracitados, apenas o Padre não tinha casa própria e, inclusive, Souza nem morava mais na vila. Foi criticado também o fato de que todos deveriam fazer seus edifícios ou “menos as frentes dentro de 6 meses”, mas passados quase três anos do ocorrido nada havia sido feito. Parece que foi elaborado inclusive um mapa para demonstrar a viabilidade das concessões de terras que foi questionado pelo Concelho, pois “nem pelo mapa que apresentam ainda quando exato fosse se pode formar uma verdadeira ideia das circunstâncias do terreno em questão” e concluiu que a Câmara não consentia que

com tais edifícios se tolha à vista e a elegância da praça que fica de frente do frontispício que deve ter a Igreja principiada porque a praça que os suplicantes denominam “pátio” com 33 palmos de comprido e 31 de largo fica muito mais baixa que o nível do pequeno adro da igreja e por isso não se deve confundir a dita praça com o adro como pretendem os suplicantes⁴³⁶.

O que os camarários estavam argumentando é que o adro da igreja (pequena área entre sua porta e a escadaria atual – **Figura 10**) era espaço distinto do “pátio” que hoje é a praça central da cidade, que fazia parte do plano setecentista e que estava sendo apropriado pelos potentados locais. A demarcação dos lotes em litígio tomaria parte do adro (assim como a lateral direita da igreja) e *tolheria* parte da vista para pátio que se tem a partir da igreja. Diante disso, foi feita uma “nova demarcação e alinhamento”, os quais “não priva no todo aos suplicantes dos chãos que pretendem e lhes deixa a maior parte deles”. Nessa nova configuração, o alinhamento se faria com “o seguimento das ruas dos 2 lados da praça”, ou seja, a rua da Quitanda e a rua do Rosário que são o limiar da praça original.

Art. 43. Obtida a faculdade, as vendas se farão sempre em leilão público, e a quem mais der, excluídos os Oficiais que servirem então nas câmaras, e aqueles que tiverem feito a proposta, e exigindo-se fianças idôneas, quando se fizerem a pagamentos, por se não poderem realizar logo a dinheiro, pena de responsabilidade pelo prejuízo d'ahi resultante.

⁴³⁵ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09011 – Vereanças, Livro 4, p.153-156.

⁴³⁶ Ibidem. (Grifo nosso).

Assim, em março de 1839, finalmente, foi feito um “Termo de demarcação do terreno para a elegância da Igreja Matriz e pátio principal desta vila de São Luiz”, no qual consta os procedimentos feitos pelo arruador:

para proceder-se no alinhamento seguindo a linha da rua do império a entestar com a rua lateral do Rosário e que da parte da rua da praça seguiu o alinhamento das casas do falecido capitão mor José Gomes de Gouveia a entestar com a mesma rua do Rosário o que logo cumpriu o dito arruador e declarou os pontos da referida demarcação serem o 1º em frente das casas do Tenente Thomás Gomes França e o segundo na mesma linha em frente das casas do ~~finado capitão~~ João Gomes de Gouveia [riscados do documento] a entestar com a rua do Rosário e de outra parte da rua da Praça ser o 1º em frente das casas do Capitão Antônio Lopes de Camargo e o segundo na mesma linha a entestar na mencionada Rua do Rosário em frente das casas de Francisco de Sales⁴³⁷

O documento iniciou, apresentando as ruas paralelas que toma como baliza da demarcação: as do Império (atual rua Barão do Paraitinga) e a do Rosário que coincidem com as extremidades da praça setecentista. Depois, marcou a rua da Praça a partir da casa do dito Gouveia (João era filho do falecido Capitão-Mor), indicando que o *pátio* ganhou forma nesse momento e não estava pré-estabelecido.

Alguns meses antes dessa demarcação, Saia afirma que as concessões dos terrenos na área da antiga Matriz foram embargadas⁴³⁸, mas, em sessão da Câmara de julho de 1841, o Capitão José Lopes Figueira de Toledo e outros lançaram requerimento, “pedindo a demarcação nos terrenos que lhes foram concedidos no lado esquerdo do pátio da Igreja na conformidade da portaria de 5 de março de 1840”⁴³⁹. Portanto, há indícios que esses terrenos foram novamente concedidos e o casario que foi construído (com frente para a atual rua Cônego Costa Bueno).

A nova matriz, na sua posição atual, parece que começou a ser construída a partir de 1840⁴⁴⁰. No testamento de Manoel José Pereira de 1846, foi registrado o desejo que sua sepultura se localizasse na “na capela mor da Matriz em uma das campas que mandei fazer quando conclui[r] a dita obra” e deixava

[...] para a coberta da igreja da matriz desta vila que se está principiando a quantia de 1 conto de reis, mais esta quantia o meu testamenteiro será

⁴³⁷ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09011 – Vereanças, Livro 3, p.7-7v.

⁴³⁸ TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga...** p. 24

⁴³⁹ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09021 - Atas da Câmara (1841-1867), p. 12

⁴⁴⁰ IPHAN. Dossiê São Luiz do Paraitinga... p.148.

obrigado a entregar quando estiver em termos de cobrir a dita edificação⁴⁴¹

Assim, entre 1839 e 1841 (no momento da cobrança do imposto da Décima), as obras da nova matriz estavam se iniciando e o novo pátio tinha acabado de ser demarcado, existindo, portanto, o espaço vago da igreja primitiva que foi ocupado ao longo dos anos 1840-1860, restando apenas uma pequena área vazia hoje chamada de praça Euclides V. da Cunha que só ficou assim porque ali estava a obra da Casa de Câmara e Cadeia finalizada apenas em 1860 e demolida três anos depois por uma enchente. Como o imóvel de João Gomes de Gouveia (filho do finado José) serviu de baliza para o alinhamento da nova praça (Nº46⁴⁴²), podemos notar que as construções que surgiram desses novos loteamentos formaram uma quina desajustada com a demarcação original (**Figura 12**).

Desde a geração de Sérgio Buarque de Holanda, consolidou-se uma historiografia que afirmou o caráter eminentemente rural dos colonos, cunhando conceitos como “antiurbanismo” ou “centrifugismo à aglomeração comunal”⁴⁴³, sendo os núcleos urbanos, nesse contexto, batizados como “vilas de domingo” ou “vilas de final de semana”⁴⁴⁴. Ao contrário, os imóveis urbanos cumpriam uma função simbólica entrelaçada com os projetos de poder dessas elites. José Gomes de Gouvêa, por exemplo, escreveu um ofício em 1819, já citado, respondendo ao governador da Capitania, João Carlos Augusto von Oyenhausen-Gravenburg, que parece tê-lo advertido acerca do seu não comparecimento às reuniões da Câmara. Nessa resposta o capitão-mor diz que:

“nesta vila não há cadeia e menos casa de câmara, serve-se a justiça de uma casinha velha alugada onde se conserva um tronco e uma corrente para alguns que ali recolhem presos, e os juízes fazem audiência em suas casas quando a tem e nas mesmas se juntam os vereadores para as suas seções e já ter acontecido a juiz que não possuía casas, fazer as suas audiências ora em uma casa alheia, ora em outra semelhante e da mesma forma as câmaras, havendo entre eles questão se o juiz devia ir onde estivesse os vereadores ou estes onde se achasse o juiz.”⁴⁴⁵

⁴⁴¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 47.

⁴⁴² Essa numeração atribuída aos imóveis da Décima dos Prédios Urbanos que trabalharemos no próximo capítulo.

⁴⁴³ VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado, 1999, p.31.

⁴⁴⁴ DEFFONTAINES, Pierre. Como constituiu no Brasil a Rede de cidades. **Boletim geográfico**, Ano II nº 14, 1944.

⁴⁴⁵ APESP, ofícios, 19-10-1819, código: C00298/1.1.373. *Grifos nossos*.

Figura 12: Ocupação da área da Igreja primitiva de São Luiz do Paraitinga

Fonte: Google Earth, 2020.

José continua a escrever, defendendo a pouca necessidade de se frequentar as reuniões da Câmara devido a uma provisão régia que proíbe a intervenção dos juízes ordinários nos assuntos das ordenanças e

me pareceu que não devia ir à casa dos juízes, tendo para isso requerido aos vereadores que destinassem uma casa desembaraçada para as suas vereanças para onde eu, sem dúvida, iria nas ocasiões precisas, e assim pacificamente convenhamos virem os vereadores a minha casa pela mesma razão com que iam a casa dos juízes e não obrigados pela autoridade como poderá parecer e como estávamos neste costume para isso fiz aviso aos vereadores e não ao Juiz por me parecer desnecessário pelas razões ponderadas e eles vieram pelo costume referido, mas para o diante seguirei o que v. Excelência ordena indo onde estiverem os vereadores⁴⁴⁶

A relação entre público e privado, ou seja, a figura pública que representava esses agentes misturava-se com o espaço privado dos imóveis urbanos, que assumiam, nesse contexto, uma função *embaraçada* aos interesses políticos e econômicos de homens e grupos. No primeiro fragmento, vale destacar o uso de casas para esses fins quando os juízes “a tem”. Mesmo José Gomes de Gouvêa, que começou a carta criticando seus adversários acerca dessa ação, deixa revelar que tinha o *costume* de utilizar sua casa para os mesmos fins ao combinar com vereadores para irem “à minha casa pela mesma razão com que iam a casa dos juízes”. Nos documentos públicos, é frequente encontrarmos no cabeçalho que eles foram redigidos “em casa do Juiz Ordinário”, “na residência no Juiz de Órfãos”, “em casa do Capitão Mor”, ou seja, todas essas disputas urbanas que assistimos relacionam-se com o espaço de poder de elites e os imóveis urbanos cumpriam a função de “bens simbólicos de prestígio”⁴⁴⁷ e de afirmação de poder num momento de indistinção entre um espaço público e espaço privado. Veremos no próximo capítulo que grande parte da rua da Cadeia e da rua lateral da Igreja Matriz foi ocupada pelo bando de José Lopes Figueira, cujo projeto original, talvez, fora construir sua propriedade ao lado do “Paço Municipal” a fim de consolidar seu poder como recém-empossado Capitão-Mor frente às elites comerciais já estabelecidas da vila.

O caso da construção da Casa de Câmara e Cadeia e o caso da reconstrução da Igreja Matriz alteraram substancialmente a morfologia urbana de São Luiz do Paraitinga nas primeiras décadas do século XIX. Ela se conservou no tempo e atualmente constitui o núcleo tombado da cidade. Segundo Renata Rendelicci Allucci e Maria Cristina da Silva

⁴⁴⁶ Ibidem. Grifos nossos.

⁴⁴⁷ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda, 2010.

Schicchi, os “vestígios do traçado fundacional” de São Luiz do Paraitinga têm sustentado um “imaginário” que orientou as ações de conservação em uma parte da cidade, deixando outras quase desassistidas pelo poder público, mesmo estando previstas nos projetos de patrimonialização⁴⁴⁸. Consideramos que esse “imaginário fundacional”, apontado pelas autoras, trata-se de uma operação historiográfica⁴⁴⁹ que concomitantemente alicerça a e é alicerçada pela materialidade remanescente da cidade. No entanto, ela não foi a única e existiram outras dessas operações que criaram camadas amalgamadas de historicidade que precisam ser devidamente identificadas para uma melhor compreensão de seus significados. A seguir, nos debruçaremos sobre a historiografia de São Luiz com o objetivo de mapear suas operações e seus significados à luz dos casos que foram apresentados.

3.3 – A historiografia sobre o conjunto urbano de São Luiz do Paraitinga

Para Michel de Certeau, entender a história como uma operação implica em compreendê-la a partir da relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e *a construção de um texto* (uma literatura). Essas premissas, embora não sejam explicitadas no discurso, permitem dar contornos mais precisos à organização que envolve a produção de um texto historiográfico⁴⁵⁰. Destarte, buscamos interpretar as operações historiográficas que criaram diferentes significados sobre o conjunto urbano de São Luiz do Paraitinga e como elas interpretaram o seu desenvolvimento durante o século XVIII e XIX.

As primeiras narrativas sobre São Luiz do Paraitinga remetem ainda ao século XIX e não registraram muitos elementos positivos sobre sua fisionomia. Em 1817, Manoel Aires de Casal, por exemplo, classificou a vila como “medíocre” e afirmou que “a única coisa mais notável” era uma extensa ponte sobre o rio Paraitinga⁴⁵¹. Em 1836, Daniel Pedro Müller repetiu as palavras de Casal, acrescentando que existia como “edifício público, simplesmente a Igreja Matriz” e que as obras da cadeia estavam apenas

⁴⁴⁸ ALLUCCI, Renata Rendelucci; SCHICCHI, Maria Cristina Da Silva. São Luiz do Paraitinga: o imaginário fundacional e suas projeções. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 27, n.15, 2019, p. 29.

⁴⁴⁹ CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁴⁵⁰ Ibidem.

⁴⁵¹ CASAL, Manuel Aires de. **COROGRAFIA BRASÍLICA OU RELAÇÃO HISTORICO-GEOGRAFICA DO REINO DO BRAZIL COMPOSTA E DEDICADA A SUA Magestade Fidelissima P O R HUM PRESBITERO SECULAR D O GRAM PRIORADO DO CRATO**. Tom. I. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817, p. 113.

se iniciando⁴⁵². No começo do século XX, Mário de Andrade, em carta para Rodrigo Melo Franco de Andrade de outubro de 1937, relata sobre os resultados das viagens que fizera para prospecção dos imóveis de interesse para o tombamento pelo SPHAN em São Paulo, inclusive, os de São Luiz. Ele não fez menção ao seu traçado, ressaltou a igreja Matriz que “foi de tal forma reformado ou deformado que são desastrosos os prejuízos causados na arquitetura”; a capela das Mercês “de pouco interesse arquitetônico” e o Fórum, edifício que ele descreve com “algum interesse pelo estilo tradicional e pelo equilíbrio encantador da sua massa” e conclui que deveria tombá-lo, assim como “conservar de qualquer forma, por tombamento talvez” toda essa praça da Matriz⁴⁵³. Ademais, em outra carta escrita meses antes, na qual acertava os pormenores das viagens, Mário de Andrade ressalta que em São Paulo não seria possível encontrar “maravilhas espantosas” do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas, assim a “orientação paulista tem que se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética”⁴⁵⁴.

Em 1949, os registros de relatos e impressões começaram a ser substituídos por estudos mais sistemáticos sobre a cidade. Nesse ano, é publicado o artigo *São Luiz do Paraitinga – usos e costumes* na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* escrito por Mário Aguiar. Ele era magistrado, músico, professor de filosofia, folclorista e mudou-se para São Luiz do Paraitinga para assumir o posto de Juiz de Direito em meados de 1935. O texto é sobre as impressões que ele teve da localidade, do arrolamento e descrição de prédios públicos, religiosos, hotéis, dos costumes e das pessoas notáveis. Aguiar não dedicou nenhum capítulo de seu artigo para a arquitetura luizense, mas deixou passagens que indicam não ter lhe agradado muito. Embora, tenha ressaltado que a cidade vivia “da recordação do seus longínquos dias e esplendor e de opulência”, classifica como “bizarro” o conjunto de “portas e janelas de cores fortes, berrantes, contrastando com a caiação quase sempre clara – rosa, amarela, cinza – das paredes”. Mais à frente ressalta que suas quatrocentas casas são “em sua maioria achatadas, mal divididas, sem luz direta para os cômodos interiores, todas feitas de taipa, terra batida e pau-a-pique”. No entanto, destaca

⁴⁵² MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio D’um quadro estatístico da Província de São Paulo Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837**. São Paulo: Typographia Costa Silveira, 1838., p. 30.

⁴⁵³ ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho**: Correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936- 1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p. 91.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 69.

o traçado da cidade que, apesar de poucas ruas, estas eram “mais largas e regulares que as das mais vilas de seu tempo”⁴⁵⁵.

Sete anos depois, aconteceu a primeira intervenção do IPHAN na cidade, quando foi tombada a casa onde nasceu Oswaldo Cruz. No processo, não existe menção a alguma característica notável no campo estrutural ou estético, mas apenas referências ao sanitarista. Há inclusive uma carta da *Federação Nacional de História da Medicina e Ciências afins* ao SPHAN, datada de 1953, solicitando “a conveniência de ser realizado o tombamento histórico da ‘casa de Oswaldo Cruz [...] a casa onde nasceu o nosso maior sanitarista e fundador da medicina experimental no Brasil’”⁴⁵⁶. Em resposta, Rodrigo de Melo Franco de Andrade dizia que o dito imóvel já estava nos interesses da instituição e que o Serviço tinha solicitado ao município dados para análise. A preservação da casa do sanitarista em São Luiz do Paraitinga não era um ato isolado, pois, em 1953, também houve o tombamento de outra casa do mesmo no Rio de Janeiro (Manguinhos) por meio de um projeto de lei impetrado por Janduhy Carneiro, também médico da então Capital⁴⁵⁷. Assim, como antecipava Mário de Andrade, parece ter influído nesse tombamento o caráter histórico da preservação do local de nascimento de um personagem importante para a história nacional do que propriamente um aspecto arquitetônico ou urbanístico que representasse mais diretamente o desenvolvimento da cidade.

Como se vê, até meados da 1950, o conjunto urbano de São Luiz do Paraitinga foi interesse de cronistas, memorialistas e agentes preservacionistas no início das políticas públicas nesse campo que não identificaram muitas qualidades na pequena cidade. Mesmo nos primeiros textos de Luís Saia que, como veremos, foi figura importante tanto para a história da cidade como para a história da arquitetura paulista como um todo, o conjunto urbano não é mencionado. Ele aparece como objeto de análise específico em 1959, no artigo de Pasquale Petrone intitulado *A Região de São Luís do Paraitinga - Estudo de Geografia Humana* dentro de um contexto acadêmico ligado ao Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. Nesse artigo, há uma parte dedicada ao “sítio urbano e a estrutura” que aborda, primeiramente, os aspectos físicos da planície onde foi

⁴⁵⁵ AGUIAR, Mário. São Luís do Paraitinga (usos e costumes). **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, nº CXXI, 1949, p. 8-9.

⁴⁵⁶ IPHAN. Processo de tombamento da casa natal do Oswaldo Cruz. Proc. Nº 452-T, 1955. Disponível em <http://acervodigital.iphan.gov.br>, p. 3.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 6.

construída a cidade. Em seguida, destaca que sua “estrutura [...] é grosseiramente ortogonal” porque “há, embora não dos mais nítidos, um caráter linear na cidade”:

A disposição em L, a quase linearidade, a retilinearidade das ruas e o caráter ortogonal das quadras é, nessa principal parte da cidade, decorrência do sentido do rio, da presença do baixo terraço, de sua forma e exiguidade, alongado no sentido do rio, mas apertado pelo morro do Cruzeiro principalmente⁴⁵⁸.

Petrone divide a cidade em 4 partes, sendo que, além da supracitada, haveria outra localizada “nos flancos do morro do Cruzeiro” que também procurou manter o traçado da primeira e disso gerou ruas com aclives acentuados e “ladeiras difíceis de vencer”⁴⁵⁹. Também, existiriam outras duas que seriam mais irregulares: uma “menos importante” que se encontra junto ao largo das Mercês e que sobe para o morro do Cruzeiro e outra, “mais expressiva” que se estende da Matriz ao cemitério do Rosário. Para o autor, a vila nasceu e permaneceu modesta até os primeiros decênios do século XIX e, só na segunda metade desse século, que o núcleo se tornou maior e cresceu com relativa rapidez. Esse desenvolvimento culminou, no final da centúria, em “um centro urbano belo e de bastante movimento”⁴⁶⁰ devido ao desenvolvimento da cultura cafeeira. Foi nesse momento que o casario “foi-se alinhando ao longo das novas ruas, relativamente, largas, retas e planas ou então em torno do grande largo da Matriz”⁴⁶¹. Da mesma forma, houve o “embelezamento da cidade” com a construção de “ricos edifícios o mais das vezes assobradados” e, portanto, a fisionomia da cidade é fruto desse período. Nota-se que para Petrone, o espaço urbano de São Luiz do Paraitinga não é visto como conjunto, mas em partes divididas pela maior e menor ortogonalidade. Ele não estaria formado desde o começo da vila, mas foi se constituindo a partir da consolidação da economia cafeeira, momento esse que também surgiram os principais sobrados.

Concomitantemente, houve os trabalhos de Luís Saia no âmbito dos órgãos de preservação do patrimônio cultural. Ele trabalhou juntamente com Mário de Andrade em várias ações como, por exemplo, liderou a *Missão de Pesquisas Folclóricas*, na década de 1920, realizada pelo Departamento de Cultura do Estado de São Paulo e idealizada por Mário de Andrade para estudo e compreensão “das raízes culturais da nacionalidade”. Mais tarde, devido a impossibilidade de conciliar seus vários afazeres no dito

⁴⁵⁸ PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 3, jul /set. 1959, p. 312-313.

⁴⁵⁹ Ibidem, p. 313.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 315.

⁴⁶¹ Ibidem.

departamento, Mário recusou o convite de participar da “assistência técnica” da 6ª região do recém-fundado SPHAN (abrangendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e indicou seu amigo Paulo Duarte que também não assumiu o cargo devido aos fortes vínculos que possuía junto do movimento armado de 1932. Houve, então, uma nova sugestão feita por Mário de Andrade: Luís Saia que, embora também tivesse ligações com o movimento de 1932, assumiu a regional com alguma ressalva de Rodrigo de Melo Franco de Andrade⁴⁶².

A entrada de Saia aconteceu logo no início do funcionamento do órgão, cuja criação insere-se num contexto de disputa entre vários projetos intelectuais de nação, da qual resultou na criação do SPHAN em 1937. Nesse contexto, havia vários projetos de como seria estruturado o Serviço do Patrimônio. Um deles foi o anteprojeto de caráter antropológico de Mário de Andrade que foi preterido pelo dos modernistas mineiros, organizando o órgão nascente para cuidar, quase exclusivamente, da salvaguarda do patrimônio arquitetônico, enquanto o Museu Nacional ficaria incumbido do patrimônio arqueológico e etnográfico brasileiros. Segundo Walter Lowande, a produção historiográfica de Luís Saia, depois da morte de Mário de Andrade em 1945, permitiu “sustentar e mesmo aprofundar a representatividade do Estado de São Paulo no interior de uma noção mais abrangente de identidade nacional”⁴⁶³. Assim, seu livro *Morada paulista* insere-se nesse objetivo maior de conferir sentido às ações da regional paulista dentro do SPHAN, como também das suas próprias ações, por meio da ideia de “evolução regional da arquitetura paulista”:

A interpretação que ele produz para essa evolução se prende a uma análise das relações materiais de produção do paulista ao longo da história brasileira, com especial consideração do relacionamento deste tipo social com o meio e de modo a demonstrar, via arquitetura e implantação urbana, em que medida a cultura paulista (entendida certamente como o conjunto das objetivações de um modo de vida específico e em contínua transformação no tempo) seria significativa para a compreensão da cultura brasileira mais ampla. Têm-se, portanto, uma valoração da obra cultural paulista tanto por sua singularidade como por suas conexões indispensáveis com a formação da própria cultura nacional⁴⁶⁴.

⁴⁶² LOWANDE, W. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional: da morada paulista às práticas de proteção ao patrimônio cultural nacional. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 18-19, 30 dez. 2014, p. 42-45.

⁴⁶³ LOWANDE, W. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional, p. 47.

⁴⁶⁴ Idem p. 48

Assim, o projeto de Saia foi garantir que São Paulo tivesse representação dentro do que se concebia por nação no SPHAN naquela época. Para isso, elaborou uma narrativa histórica alicerçada em uma documentação primária e nos imóveis que tombou e restaurou, cuja orientação – como já vimos – parece ter sido primar pela *preocupação histórica à estética*.

Segundo o Dossiê IPHAN (um dos textos que justificou o tombamento da cidade) e escrito por Jaelson Trindade, o “interesse” do órgão por São Luiz do Paraitinga teve início com a publicação do ensaio “Quadro Geral dos Monumentos Paulistas”, capítulo que abre e que estrutura o livro *Morada Paulista*:

Saia considerou São Luiz do Paraitinga como representativa de uma nova fase aberta na antiga Capitania de São Paulo, a partir de meados do século XVIII, assinalando a importância que tiveram as fundações de novos aglomerados, “abrindo novas terras ao cultivo e à ocupação”; um novo e especialíssimo período que se abria à região de São Paulo, com “a fermentação de ideias que então revolucionavam a Europa”, cuja repercussão em São Paulo, incutiu ritmo progressista à população da então Capitania que quase dobra em número, entre 1777 e 1805⁴⁶⁵

Nesse ensaio, a história da arquitetura paulista é dividida em oito períodos cronologicamente bem delimitados: 1º) 1500-1554 (fundação da cidade de São Paulo), 2º) de 1554-1611 (ano do estabelecimento de Parnaíba e Mogi das Cruzes), 3º) 1611-1727 (“se inicia quando surgem os resultados das dissensões entre colonos e quando alguns destes se estabelecem de modo a criar os novos pontos focais da gente paulista”⁴⁶⁶), 4º) 1727-1765 (restauração da capitania com o Morgado de Mateus), 5º) 1765-1834 (Morgado de Mateus), 6º) 1834-1929 (do Ato Adicional até a crise), 7º) 1929-1945, 8º) 1945 em diante. Esses períodos se sucederiam de etapa para etapa por meio de uma relação dialética entre as necessidades do homem e as condições mesológicas e de produção, gerando contradições impostas por esse meio e conduzindo a ruptura dentro de um movimento evolutivo, cujo quadro maior seria o mesmo da história da nação e as especificidades resultariam nos principais traços da cultura e arquitetura paulista⁴⁶⁷.

Segundo o próprio Saia, o livro *Morada Paulista* foi resultado de um conjunto de artigos, entrevistas e palestras ministradas entre 1945 a 1963⁴⁶⁸. De todos os bens tombados por ele, 17 foram tombados até a década de 1940, portanto, essa noção de

⁴⁶⁵ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p.148.

⁴⁶⁶ SAIA, Luís. **Morada Paulista**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p. 29.

⁴⁶⁷ LOWANDE, W. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional... p. 51.

⁴⁶⁸ SAIA, Luís. **Morada Paulista...** p. 8

“evolução regional da arquitetura paulista” parece ter sido sistematizada a partir de *casos-tipo* que representariam vestígios dessa arquitetura e que serviriam de suporte material ao seu *Quadro Geral*. Com exceção dos períodos mais recentes, todos os demais tiveram bens representativos tombados. Os mais antigos, ainda com a ajuda de Mário de Andrade, como a capela de São Miguel e o sítio Santo Antônio; depois o que Saia batizou de “arquitetura de circunstância” (1727-1765) pode-se citar a sede da Fazenda Engenho d’Água em Ilhabela; do ciclo da “economia de sobremesa” (café), a Fazenda Pau d’Alho em São José do Barreiro; do “ciclo ferroviário” a casa de Pudente de Moraes em Piracicaba e, finalmente, o período chamado de “intermezzo roceiro”, segundo Walter Lowande, poderia corresponder à casa onde nasceu Oswaldo Cruz, cronologicamente dentro do 5º período correspondente ao do Morgado de Mateus, ou seja, 1765 a 1834⁴⁶⁹, mas, como vimos, não é possível afirmar isso, considerando o seu processo de tombamento e Saia não faz menção à residência no texto “intermezzo roceiro”. As referências à São Luiz do Paraitinga dizem respeito à então recém demolida Fazenda Alves, representativa do fenômeno de “torna viagem” dos mineiros para São Paulo, trazendo consigo

outra arquitetura, outro tipo de residência, mais elegante, mais leve, mais burguesa, com desenho, técnica e composição sensivelmente diversos daqueles que procederiam da arquitetura paulista do ciclo anterior⁴⁷⁰

“Era mais burguesa”, pois possuía características da arquitetura urbana mineira (como a estrutura em gaiola) atrelada diretamente com a arquitetura “bandeirista” (como a taipa de pilão e telhado de duas águas), permitindo pensar esse encontro como mais um “degrau da escada evolutiva da arquitetura de São Paulo”, ainda que apenas um “intervalo”⁴⁷¹. Deve-se ressaltar que as residências de torna viagem, juntamente com as do norte de São Paulo, seriam exceções e não estariam relacionadas “com os fenômenos econômicos e sociais de maior repercussão regional”⁴⁷². Esses *fenômenos* se localizariam no oeste paulista (“faixas geológicas imediatamente além arqueano”) a partir da cultura

⁴⁶⁹ LOWANDE, W. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional... P. 55.

⁴⁷⁰ SAIA, Luís. **Morada Paulista**... p. 165.

⁴⁷¹ LOWANDE, W. F. F. **Os sentidos da preservação**: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010, p. 99.

⁴⁷² SAIA, Luís. **Morada Paulista**...p.171.

extensiva de cereais e de cana de açúcar, região de onde Saia elege as residências urbanas representativas do período e que nortearam a construção do texto.

O texto “Evolução Urbana de São Luiz do Paraitinga” foi publicado, primeiramente em 1974, no VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História⁴⁷³ dezoito anos depois de *Intermezzo Roceiro* e do tombamento da Casa de Oswaldo Cruz. Em 1973, foi criado o CONDEPHAAT. Houve, nos primeiros anos do Conselho, a contratação de profissionais para a pesquisa e confecção de inventários do patrimônio cultural paulista. Carlos Lemos (professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Diretor da Comissão Técnica para Estudos e Tombamentos do CONDEPHAAT), por exemplo, indicou Antônio Luiz Dias de Andrade para coordenar pesquisas de técnicas construtivas na região do Vale do Paraíba que foram feitas em 1976 e 1977. No entanto, os primeiros inventários do órgão aconteceram em 1972 com as fazendas na região de Itu e o inventário *Arquitetura Urbana de São Luís do Paraitinga*, publicado, em 1977, no Livro *São Luiz do Paraitinga*, 2ª publicação do CONDEPHAAT⁴⁷⁴. Fizeram parte do livro o texto de Jaelson Trindade (*No Caminho do Paraitinga*) e a republicação do *Evolução Urbana de São Luiz do Paraitinga* de Luís Saia juntamente com estudos métrico-arquitetônico e fotográfico da cidade.

Esses textos diferem dos outros analisados, pois, além da pesquisa arquitetônica a partir de plantas e fotografias, contou também com uma vasta pesquisa documental em parceria com o historiador Jaelson Bitran Trindade, contratado justamente cuidar do levantamento de fontes textuais⁴⁷⁵. Essas fontes são as mesmas que acabamos de analisar: de fundo camarário (atas, registros gerais, ofícios, requerimentos etc.) e cartorário (inventários, testamento, registros de compra e venda etc.) recolhidos no município e hoje arquivadas no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Todo esse trabalho deu suporte ao primeiro tombamento da cidade em nível estadual em 1982 e para o seu tombamento em nível federal em 2010.

Para Luís Saia, a constituição da vila de São Luiz do Paraitinga aconteceu dentro de uma chave projeto-prática, na qual o primeiro (estabelecido na fundação da vila) foi

⁴⁷³ SAIA, Luís. Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga. In: **VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH**. 1973. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUH, 1973.

⁴⁷⁴ MOSANER, Fábio Ferreira Lins. **O desenho como método de estudo**: Antônio Luiz Dias de Andrade e a arquitetura do Vale do Paraíba. 2012.295f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

⁴⁷⁵ LOWANDE, W. F. F. **Os sentidos da preservação...** p. 103.

implantado pelos “dirigentes” (preservando a “elegância” da praça, das ruas e da cidade”) contra a segunda, influenciada pelo “interesse imediatista dos moradores sempre dispostos a se aproveitar das circunstâncias para receber um quinhão mais refarto da situação urbana”⁴⁷⁶. Desse enfrentamento conclui que

[...] nem o desenho da cidade resultante representa uma reprodução fiel daquele racionalismo hipodâmico que povoaria a cabeça do Morgado de Mateus, posto que alguma modificação foi introduzida pelas condições particulares dos povoadores de São Luís, como se verifica pelo que houve nos casos da matriz e da cadeia, ou pela introdução tumultuária de um edifício como o da igreja das Mercês, nem equivale ao predomínio completo daquele empirismo que fazia as cidades brasileiras serem literalmente desenhadas pelos caminhos e cruzamentos⁴⁷⁷.

Essa interpretação influenciou o primeiro tombamento da cidade em 1982. Entre as “justificativas da classificação como cidade histórica e razão da prioridade” estão a

[...] antiguidade e peculiaridade de seu traçado urbano, modelo que se firmou em outras cidades paulistas desenvolvidas em função da economia do café, mas, também, graças à representatividade e à homogeneidade do seu acervo arquitetônico que se mantém, até hoje, sem transformações comprometedoras [...]⁴⁷⁸

Da mesma forma, na parte “evolução histórica da cidade” reitera as conclusões de Saia, dizendo que as “preocupações com padrões de urbanização” aconteceram depois do auto de criação da vila e veio corrigir “[...] notadamente no que diz respeito à conservação, embelezamento da vila, padrão das construções e seu alinhamento”⁴⁷⁹. Nota-se que até aqui o traçado da cidade, embora citado pela sua *peculiaridade*, não assume uma posição central na justificativa para preservação. Essa posição é ocupada pelo seu conjunto arquitetônico “notável pela sua homogeneidade e qualidade ambiental”, em grande parte do século XIX e construído sob “as mais diversas influências”:

forte presença mineira, seja em relação aos elementos formais utilizados, seja na acomodação das edificações à topografia irregular, juntavam-se vestígios do neoclássico, em largo uso no Rio de Janeiro, reflexo da presença da Corte, da experiência dos engenhos da baixada fluminense e da taipa de pilão, característica marcante da região paulista⁴⁸⁰.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 22.

⁴⁷⁷ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga...** p. 24.

⁴⁷⁸ CONDEPHATT. **Estudo de preservação e tombamento do Núcleo Histórico de São Luiz do Paraitinga**. Nº do processo 22066. São Paulo: CONDEPHAAT, 1982, p.6.

⁴⁷⁹ Ibidem, p.12. Nota-se que as orientações do Morgado de Mateus ao Juiz de Medições de 1769 não foram citadas.

⁴⁸⁰ Ibidem, p.15.

Essa interpretação, mais uma vez, se aproxima do texto de Saia com a ideia de “torna viagem” dos mineiros (a exemplo da sede da fazenda Alves), somadas as influências do Rio de Janeiro e a permanência de características paulistas como a taipa de pilão, só que agora aplicada ao imobiliário urbano:

Não se deve esquecer contudo que a região do vale do Paraíba representa na arquitetura paulista a área de encontro dessa influência mineira aliada, especialmente na arquitetura do café, com a experiência dos engenhos da baixada fluminense, e a taipa de pilão⁴⁸¹.

A casa onde nasceu Oswaldo Cruz, por exemplo, é descrita no processo de tombamento de 1982 como “um exemplar típico do partido mineiro de acomodação ao terreno, utilizando-se de técnicas paulistas”⁴⁸², fato que não foi mencionado no seu tombamento em 1956.

Já o Dossiê de 2010 – o qual embasou o tombamento pelo IPHAN nas condições calamitosas pós-enchente – Jaelson Trindade destaca também a importância da pesquisa republicada em 1977 para o entendimento do núcleo urbano luizense e que ali, primeiramente, se assinalou “a vinculação da malha urbana e do conjunto arquitetônico” com o “projeto ‘pombalino’, ‘ilustrado’, de fundar povoações ordenadas, regulares”⁴⁸³, no entanto, essa vinculação com a arquitetura ainda não estava explícita no texto de 1977, senão pelas tardias influências neoclássicas vindas do Rio de Janeiro. No Dossiê, essa vinculação justifica-se, pois, no urbanismo “pombalino”, a arquitetura é “consequência da planificação urbana”, uma vez que “o programa e a malha tornam-se indissociáveis” e pensadas em conjunto seja por normas e regulamentos, seja pelo planejamento de uma cidade desde a origem⁴⁸⁴. No entanto, como abordarei à frente, o casario de São Luiz do Paraitinga – sobretudo a maioria dos sobrados – datam de aproximadamente 80 anos depois de criada a vila. Assim, a ênfase do texto de 2010 recai no traçado retilíneo da cidade como justificativa de seu tombamento e a arquitetura, mesmo tardia, compôs “regularidade, uniformidade, simetria, harmonia” ao traçado concebido no momento da fundação da vila. Porém, o mesmo Dossiê ressalta que o “desenho da cidade” não apresenta uma “reprodução fiel” daquele “racionalismo hipodâmico” (citando Saia como já vimos). Tiveram efeito na constituição da vila “o vírus instilado pelo racionalismo do

⁴⁸¹ SAIA; TRINDADE. **São Luís do Paraitinga**...p. 26.

⁴⁸² CONDEPHATT. **Estudo de preservação e tombamento do Núcleo Histórico de São Luiz do Paraitinga**, p.18-19.

⁴⁸³ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga**... p. 14.

⁴⁸⁴ Ibidem, p. 26.

Morgado de Mateus” (mais uma vez citando Saia), como também “a manutenção de um ‘status’ conquistado no espaço urbano ou de acesso a um quinhão privilegiado desse mesmo espaço”⁴⁸⁵.

Entretanto, “só à força das proposições desse governo (do Morgado de Mateus), com desdobramentos no âmbito do poder local”, permitiram a manutenção daquela “regularidade e uniformidade ‘acabada” em meados de 1850, além da demanda crescente por terrenos que, já na segunda década do século XIX, expandiu o acanhado sítio urbano⁴⁸⁶. Mais à frente, essa “força” é descrita, na prática, pelas “posturas e proposições” e “quicá também pelo acanhado do sítio escolhido”, dando “regularidade e uniformidade tanto em relação ao plano como em relação à arquitetura”⁴⁸⁷. Assim, entre 1800 a 1850, “pouca coisa foi acrescentada, extrapolando o tabuleiro básico”, pois houve

a abertura de espaços previstos desde o começo da vila, como as atuais ruas 31 de Março e Largo Euclides Vaz de Campos (Largo e Rua da Cadeia e Paço da Câmara) e, ainda, a Rua Cel. Manuel Bento (chamou-se Rua Municipal, no início); mais o alinhamento da Rua da Boa Vista (hoje Rua Osvaldo Cruz), no morro e a abertura de dois becos ou ladeiras ligando essa rua do morro à parte baixa da vila, cujos nomes atuais são Rua da Floresta e Rua do Cruzeiro⁴⁸⁸.

E, inclusive, a rua Capitão Antônio Carlos já no limiar do século XIX. Nota-se que, segundo esse fragmento, a cidade toda já estava demarcada desde a sua fundação e, por isso todas as transformações espaciais levadas a cabo pelas elites da cidade – como o caso da Matriz e da Casa de Câmara e Cadeia mencionados acima e mais sinteticamente por Saia em 1977 não alterariam seu escopo original. Trindade conclui, portanto, que o conjunto urbano-arquitetônico e paisagístico de São Luiz do Paraitinga é um “testemunho paradigmático da ‘cidade iluminista”, pois

1. O conjunto guarda uma concepção que “norteou a fundação de dezenas e dezenas de novas vilas e povoados (freguesias): “a cidade como elemento civilizador, como símbolo do comércio entre os homens”;
2. A trama de ruas e largos existentes na cidade [...] se embasou no plano regular, preconcebido, que devia orientar os povoadores, ali reunidos por determinação governamental, em 1769;
3. O conjunto arquitetônico remanescente [...] “está em consonância com os pressupostos com que foi criada a vila em 1773” [...] “expressando assim uma regra básica do urbanismo “pombalino”: o predomínio do espaço-rua sobre o espaço-casa”;

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 105.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 14.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 62.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 83.

4. “O valor dessa arquitetura, que, além do fato de expressar um “programa” urbano, se notabiliza pelo ritmo e proporcionalidade dos vãos e o tratamento que recebem portas e janelas e suas esquadrias e sacadas”⁴⁸⁹.

Como podemos perceber, autores de diferentes *lugares* e com *procedimentos de análise* específicos criaram textos, interpretando o núcleo urbano de São Luiz do Paraitinga, todos lançando mão dessa materialidade como fonte e como vetor de suas análises. Nesse processo, constatamos ter consolidado uma interpretação que supervalorizou as instruções passadas pelo Morgado de Mateus ao responsável por criar a vila de São Luiz do Paraitinga, o que, em certa medida, eclipsou a participação dos agentes locais como modeladores do espaço urbano luizense. Ao analisar a documentação primária utilizada por tais pesquisadores, sobretudo por Luís Saia e Jaelson Trindade, observamos que o sítio histórico hoje tombado é resultado de uma segunda camada de conformação da morfologia da vila, já oitocentista, e, em grande parte, fruto das disputas entre as elites locais em torno da construção da Casa de Câmara e Cadeia e da reconstrução da Igreja Matriz, resultando em uma reconfiguração do centro da cidade. Embasamos essa hipótese por meio de três pontos principais desenvolvidos anteriormente:

O primeiro deles é que o “grupo dirigente” não era uníssono e se digladiava por interesses tão imediatistas como daqueles que não frequentavam as instituições de poder local. Dentro desse grupo, é possível delinear dois bandos familiares ligados aos Capitães-Mores da Vila: o do falecido José Gomes de Gouveia (contra o *precipício* da Cadeia, a mudança da posição da Igreja e o loteamento de sua lateral) e do, então dono do posto, José Lopes Figueira (a favor da construção da Cadeia, da mudança da Igreja e do loteamento do terreno remanescente). Assim não podemos dizer que houve a defesa de um “programa” por um grupo contra o outro, pois em ambos os discursos as noções de *elegância* e *formosura* foram utilizadas para justificar as transformações urbanas da vila que lhe interessavam. Portanto, elas foram norteadas por um emaranhado de poderes exercidos por diferentes grupos que viam nas modificações citadas uma possibilidade de ganho material e simbólico. Com isso, não se quer dizer que São Luiz se desenvolveu de forma aleatória, espontânea, caótica, desordenada etc. Observamos nos documentos, vários instrumentos de planejamento atuantes no núcleo como mapas, posturas, leis e, da mesma forma, vários agentes envolvidos desde o Regente Padre Feijó ao arruador da vila,

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 32-33.

passando por fiscais, vereadores, párocos, Capitães-Mores etc. No entanto, as diferentes formas de planejamento foram operacionalizadas pelos potentados locais a fim de garantir seu espaço num momento fulcral na história da vila.

Um segundo ponto devemos observar é que as normativas sobre a construção da praça central (aproximadamente 142 m de cada lado) passadas pelo Morgado de Mateus ao Juiz de Medições em 1769 não batem com as medidas dos documentos analisados e nem com nenhuma praça da cidade hoje. Se o Juiz de Medições seguiu realmente essas instruções, a *praça iluminista* compreenderia o retângulo formado pelas atuais ruas Cel. Domingues de Castro, Monsenhor Inácio Giolia, lado direito da Praça Oswaldo Cruz e Barão de Paraitinga, mas foi parcialmente ocupada e sua concepção original foi reajustada com a mudança da igreja e depois da Casa de Câmara e Cadeia no decorrer do século XIX.

Um terceiro ponto importante é que na argumentação dos envolvidos não houve menção às instruções de Morgado de Mateus de 1769, nem mesmo ao *Auto de Ereção da Vila*⁴⁹⁰ em 1773, mas, principalmente, à Constituição de 1824 e a lei de 28 de outubro de 1828 *que dá nova forma as Câmaras Municipais* entre outras. Isso indica que as modificações da vila não foram realizadas a partir da defesa de um programa setecentista, mas mediadas por normativas de sua época.

Na última parte do capítulo, analisaremos as normativas que orientaram as conformações urbanas de São Luiz do Paraitinga no século XIX e suas possíveis influências.

3.4 - São Luiz do Paraitinga: em que medida iluminista?

Como vimos, a partir da década de 1970, os trabalhos de Luís Saia e de Jaelson trindade sinalizaram a vinculação as modificações urbanas ocorridas na cidade na primeira metade do século XIX com um projeto maior de cunho “pombalino” ou “ilustrado”. No texto de 2010, essa vinculação é pormenorizada e estendida para a arquitetura que seguiu preceitos de beleza e harmonia, obedecendo princípios básicos do urbanismo pombalino, ou seja, o predomínio do espaço-rua sobre o espaço-casa. Manoel

⁴⁹⁰ “[...] com a frente para o mesmo pelourinho ficando livre e afastada das mais casas 12 palmos em roda e destinaram e concordaram desfazer-se a dita cadeia de 58 palmos de largo e aliás de 58 palmos de cumprido e vinte e seis de largo”

C. Teixeira faz uma reflexão sobre o que teria sido esse programa iluminista das cidades portuguesas:

A grande semelhança que encontramos entre muitas Cartas Régias e Autos de Fundação desses núcleos urbanos significa que existia um conjunto de princípios estabelecidos, resultado de uma prática efetiva de urbanização e de um corpo teórico que simultaneamente foi se estruturando, que estavam na origem dos traçados das novas fundações. Uma praça, geralmente de forma quadrada e localizada no centro da povoação, onde se situavam as principais funções institucionais, construída o elemento gerador do traçado. Era a partir dela que se definia o traçado das ruas e se estruturava o conjunto da malha urbana segundo um sistema ortogonal [...]⁴⁹¹

O autor afirma também que a cidade portuguesa setecentista é “uma cidade regular, com uma estrutura de base geométrica, a maior parte das vezes ortogonal e planejada de forma global”⁴⁹². O início da implantação dessas preceptivas remete ao terremoto de Lisboa em 1755, seguido de um maremoto e um incêndio comprometendo os bairros centrais da cidade, chamados de baixa. Isso resultou tanto num plano de reconstrução como na concentração de poderes na mão de Marquês de Pombal, principal ministro do rei D. José I. Além de Lisboa, houve também projetos de construção da Vila Real de Santo Antônio (1775), de modernização do tecido urbano da cidade do Porto (1756) e de reformas da universidade de Coimbra (1772) que, embora guardem características específicas, podem ser consideradas dentro de uma mesma “cultura urbanística”. Fernanda Derntl observa paralelismos nessas ações urbanizadoras. Em Lisboa e em Vila Real, os projetos indicam que os traçados conciliaram uma malha regular com polos de centralidade representados por praças; as casas foram dispostas em blocos que delineiam quarteirões; há o predomínio da subordinação dos edifícios ao efeito global do conjunto urbanístico e a composição e a uniformização de fachadas. Em Porto, as ações foram gradativas e incidiram sobre um traçado pré-existente com forte caráter medieval, no entanto, Derntl observa princípios de uniformidade geométrica tanto no plano do traçado das ruas como no das fachadas das casas. Por fim, em Coimbra, foi priorizado mais intervenções arquitetônicas do que urbanísticas com o objetivo de adaptar os edifícios que pertenciam à Companhia de Jesus⁴⁹³.

⁴⁹¹ TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2012, p. 159

⁴⁹² Ibidem.

⁴⁹³ DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte...**p. 15-20.

A historiografia sobre as ações urbanísticas em Portugal na segunda metade do século XVIII tem questionado, sobretudo, se esses projetos supracitados representariam uma continuidade ou uma ruptura frente às experiências lusas anteriores. Derntl, ao sintetizar essa bibliografia, sinaliza que há uma tendência em investigar, num contexto mais geral europeu, quais seriam as “especialidades da produção urbanística sob as Luzes” e, em Portugal, “as continuidades e o aspecto evolucionário da reforma da Baixa mais do que sobre possíveis aspectos revolucionários”⁴⁹⁴. Nesse sentido, Beatriz Bueno, ao comparar o “plano regular” balizado pelas dissertações escritas por Manuel da Maia acerca da renovação de Lisboa depois do terremoto com o “plano global” pensado por teóricos iluministas franceses, em especial Pierre Patte, conclui que

- 1) o projeto de renovação de Lisboa não previa o zoneamento das funções urbanas – cemitérios, hospitais, matadouros e demais ofícios ruidosos fora da cidade;
- 2) o sistema de coleta de dejetos (via cloacas) e de abastecimento de água (via aquedutos, fontes e chafarizes) estaria já obsoleto na óptica de Patte;
- 3) Maia partia de uma situação ideal, já que optou pelo arrasamento e a completa renovação da cidade, ao passo que Patte propunha intervir, a longo prazo, num tecido urbano preexistente;
- 4) ao contrário de Maia, Patte não sugeria uma forma estática – fechada e unitária –, mas algo dinâmico.
- 5) no âmbito da opção estética norteadora do conjunto reside por fim a principal diferença. Enquanto Maia almejava uma cidade regular construída sob a égide da simetria, Patte optava pela estética proposta por Laugier – ordem e caos, simetria e variedade – de forma que “o viajante não consiga tudo perceber num só golpe de vista”⁴⁹⁵

Da mesma forma, Ivone Salgado ao estudar a proposta de reconstrução de Lisboa formulada por Robert Adam entre 1755 e 1756 indica que ela estaria filiada ao que se concebia como um ideal de capital para a filosofia iluminista com enraizamentos nos ideais composição urbana inglesas, cuja capital seria um símbolo da nação dentro de um modelo racional orientado pelos *squares*. A autora também indica que tanto o projeto de Adam como os dos ingleses previam uma setorização da cidade com áreas destinadas à habitação da nobreza, da burguesia e áreas destinadas a edificações insalubres em sintonia com as discussões médicas no período. Por outro lado, a autora não vê uma

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 29.

⁴⁹⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Lisboa pombalina: em que medida iluminista? **Oculum Ensaios**. Nº3 Revista de Arquitetura e Urbanismo. CEATEC Puc-Campinas, set. 2005, p. 8-19.

correspondência no projeto de Adam (filiado, portanto, ao urbanismo ilustrado) com as dissertações de Manoel da Maia para a reconstrução de Lisboa, concluindo que:

No período em que se dá a formulação dos planos de intervenção dos engenheiros e arquitetos portugueses para a reconstrução de Lisboa os profissionais envolvidos nessa reconstrução pertenciam mais a uma tradição arquitetônica do classicismo do século XVII, assim como da engenharia militar desse mesmo período, do que aos círculos culturais europeus nos quais se formulavam as novas concepções iluministas de projeto urbano⁴⁹⁶.

Diante dessas considerações, as autoras concordam com José Augusto França que reflete se a arquitetura e urbanismo iluministas em Portugal teria se desenvolvido “autonomamente numa suficiente consciência estética epocal”, sugerindo pensar as vilas portuguesas construídas na segunda metade do século XVIII e início do século XIX a partir de uma filiação a um passado híbrido resultado de séculos de amadurecimento no campos da arquitetura e da urbanização⁴⁹⁷. Assim, as preocupações de standardização dos elementos (pautados na ideia de regularidade e simetria) e a economia de ornamentos remeteriam a uma estética classicizante tipicamente vinculada à tratadística formulada entre os séculos XVI e XVII⁴⁹⁸.

Doravante, como já sinalizamos no Capítulo 2, houve, na segunda metade do século XVIII, uma série de ações no campo do urbanismo e da urbanização nos diversos territórios que compunham o império português. Na América, tais ações foram norteadas, principalmente, pela necessidade de demarcar as fronteiras com os espanhóis, a modernização e reorganização administrativa e a secularização de aldeamentos indígenas anteriormente pertencentes aos jesuítas. Um número substantivo de novas vilas surgiu nesse contexto, com destaque, para a região amazônica e muitas delas receberam normativas específicas tanto por escrito (por meio de cartas régias) como desenhos (por meio de plantas e croquis). Talvez, o exemplo mais cabal desses documentos tenha sido as instruções para a criação da capitania do Rio Negro e de sua capital por meio de uma carta régia de 1755:

determineis na vila o lugar da praça no meio da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edifício da Igreja [...], e que façais

⁴⁹⁶ SALGADO, Ivone. Uma proposta iluminista para Lisboa em 1755. **Oculum Ensaios Revista de Arquitetura e Urbanismo**. N°3. CEATEC Puc-Campinas, set. 2005, p. 24-37.

⁴⁹⁷ FRANÇA, José Augusto. **Lisboa Iluminista e o iluminismo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1987, p. 211; FRANÇA, José Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989, p. 70.

⁴⁹⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Lisboa pombalina... p. 18; SALGADO, Ivone. Uma proposta iluminista para Lisboa em 1755...p.34.

delinear por linha recta a área para as casas com seus quintaes, e se designe o lugar para se edificarem a casa de Camara [...] e mais oficinas publicas, e que todas devem ficar na área determinada para as casas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas do mesmo perfil, [...] de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas⁴⁹⁹.

Fernanda Derntl observa pontos em comum nas orientações para criação de vilas mesmo situadas em pontos distantes da América portuguesa:

A praça regular como elemento central e estruturante do traçado urbano – não apenas como espaço residual ou apenso de edifícios significativos – as ruas ortogonais e a valorização da uniformidade das fachadas são elementos característicos da concepção de cidades setecentistas em que a iniciativa oficial portuguesa se fez presente⁵⁰⁰

Assim, conclui que tais normativas visavam difundir e promover uma certa disciplina espacial na colônia e, como é evidente, há paralelismos com os projetos urbanísticos em território luso e com as orientações que o juiz das medições de São Luiz do Paraitinga recebeu. Perguntamos em que medida essas orientações efetivamente se realizaram e como isso aconteceu. Fernanda Derntl, mais uma vez, nos orienta que, para o caso português, há poucos estudos abordando a questão e os existentes indicam, para o caso de Lisboa, um processo de implantação moroso, contraditório e que, em alguns casos, nem mesmo chegou ao fim; da mesma forma, para a cidade do Porto, embora tenha ocorrido mudanças na sua estrutura, parece ter havido “mais projetos concebidos do que executados devido às dificuldades financeiras, de execução, de desapropriação e de cumprimento das normas; por fim, as reformas na universidade de Coimbra em grande parte não se realizaram devido à mudança da conjuntura política com a entrada de D. Maria I⁵⁰¹. No caso Americano:

O imenso impulso à elevação de vilas transformou a escala de redes urbanas locais e redefiniu relações urbanas. Mas, a elevação à vila muitas vezes não foi acompanhada de transformações urbanísticas significativas [...] há indícios ainda de que a configuração das casas de povoações não permitiu atingir o objetivo previsto pelo *Diretório* de integração dos nativos à sociedade [...] ⁵⁰²

Também, para o caso de São Paulo, algumas vilas criadas pelo Morgado de Mateus também não vingaram como, por exemplo, São José da Marinha de Ararapira (1769) e Santana do Rio do Peixe (?). Diante disso, em alguns casos, parece ter havido

⁴⁹⁹ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte...**p. 51.

⁵⁰⁰ Ibidem.

⁵⁰¹ Ibidem, p. 26.

⁵⁰² Ibidem, p. 52.

uma “descontinuidade” entre os projetos e o que foi construído⁵⁰³, ceara pouco explorada pela bibliografia e que buscamos investigar mais detidamente ao eleger São Luiz do Paraitinga como objeto de estudo.

Como foi mostrado, as normativas que orientaram as modificações do espaço urbano luizense no século XIX não se pautaram nas orientações passadas pelo Morgado de Mateus. Bueno e Salgado defendem que esses princípios iluministas em circulação nos principais países da Europa não chegaram a se efetivar de imediato em Portugal e no Brasil. Eles começaram a ser incorporados aos discursos urbanísticos no final do século XVIII e início do século XIX⁵⁰⁴. Para Bueno a vinda da família Real para o Brasil consolidou um processo de modernização do estado de cunho iluminista que se iniciou desde o consulado pombalino (1750-1777) e se estendeu ao Brasil depois de 1808. No artigo *As ciências e a Construção do território do Brasil*, a pesquisadora elenca algumas ações importantes para a modernização da ex-colônia: Arquivo Real Militar (1808), Academia Real Militar (1810), Intendência Geral de Polícia (1809), a transferência de Médicos Régios e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816). Entre outras coisas, essas ações tiveram a intenção de unificar em uma só legislação, fiscalidade e justiça a imensa colônia lusa na América com fim a assegurar regularidade e fidelidade de um território que passava então ao centro do Império português.

Resumidamente, o Arquivo Real Militar foi encarregado de produzir uma nova cartografia para a colônia com base em modernos padrões de representação do território em voga na França; a Academia Real Militar ficou responsável por cursos de engenharia civil com fim criar um grupo de engenheiros militares capaz de construir a infraestrutura comunicacional do Brasil; a criação da Intendência Geral da Polícia teve como objetivo estender a ação disciplinadora do Estado a fim de garantir o “bem estar e a “felicidade pública”, bem como ficou responsável por projetos de racionalização da fazenda pública com a criação de novos impostos como o da Décima dos Prédios Urbanos, documento que analisaremos no próximo capítulo; a vinda dos médicos régios vinculados aos debates franceses sobre medicina criaram tratados que repensaram as questões sanitárias do Rio de Janeiro e influenciaram o primeiro Código de posturas do Império (1832) e por fim, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) foi criada com o objetivo de formar quadros técnicos destinados à modernização das artes por meio de uma nova base estética

⁵⁰³ Ibidem, p.73.

⁵⁰⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Lisboa pombalina... p. 19.

(o neoclassicismo) com profundas conotações simbólicas dentro das transformações que o Brasil passava⁵⁰⁵. Essas ações impactaram nas formas de se organizar as vilas e cidades oitocentistas:

Os códigos de posturas que o sucederam, sobretudo na segunda metade do século XIX, cuidaram de estabelecer normas edilícias para a construção dos novos imóveis, obrigando-os a ter porão e altura do pé-direito, das portas e janelas padronizadas e elevadas, visando garantir melhor insolação e ventilação dos cômodos⁵⁰⁶

Salgado, no artigo *A modernização da cidade setecentista: o contributo das culturas urbanísticas francesa e inglesa*, defende que as transformações do padrão arquitetônico e urbanístico da cidade colonial setecentista brasileira aconteceram substancialmente no oitocentos por meio da influência das culturas urbanísticas francesa e inglesa. No caso da primeira, o debate médico do final do século XVIII (sobretudo os tratados de Vicq d'Azir), pautado na teoria miasmática, voltava-se para a cidade, pensando lugares mais propensos a propagar doenças e contaminar o ar. Esse discurso influenciou, por exemplo, Pierre Patte (já citado) que escreveu tratados de arquitetura e de urbanismo, nos quais essas ideias sanitárias estavam presentes. Tal debate influencia médicos e engenheiros que, com a vinda da família Real para o Brasil, se consolidam no Rio de Janeiro, principalmente, no *Real Corpo de Engenheiros e Architetos do Rio de Janeiro* e o *Provedor-Mor da Saúde da Côrte e do Estado do Brasil* e começam a pensar a cidade dos trópicos a partir da circulação dos tratados escritos nas décadas anteriores. Começa-se a questionar os enterros em igrejas; incentivar a construção de cemitérios, matadouros, curtumes e hospitais em lugares elevados e retirados da cidade; preocupação com a circulação de animais nos núcleos urbanos, das enchentes e estagnação das águas etc. Em 1828, houve a transferência das responsabilidades sanitárias para as câmaras municipais. Isso aconteceu por meio de decreto legislativo de 1º de outubro do dito ano (Lei que “Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições...” citado pelos camarários luizenses), onde ficavam encarregados do “alinhamento, limpeza, iluminação, e despachamento das ruas, cães, e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas, calçadas, pontes, aquedutos chafarizes,

⁵⁰⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. As ciências e a Construção do território do Brasil. KURY Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (orgs.) **Ensaio de história das ciências no Brasil**: das luzes à nação independente. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, p. 195-206.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 201

poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes ou para decoro e ornamento das povoações”⁵⁰⁷.

Essa lei teve impacto direto nas posturas municipais que passaram por reformas no período, incorporando traços dos discursos sobre as cidades produzida na Europa no final do setecentos. As do Rio de Janeiro, por exemplo, foram alteradas ainda em 1828 e a de Salvador no ano seguinte e, em São Luiz do Paraitinga houve uma comissão, em 1829, “encarregada de rever as Posturas e Provimentos antigos”⁵⁰⁸, mas parece que a alteração efetiva das posturas só ocorreu em 1832. Nelas, encontramos os mesmos assuntos constantes nas posturas das cidades mencionadas: proibia-se, por exemplo, “edificar casas ou cercar terrenos dentro da vila e suas imediações sem preceder licença da câmara e alinhamento pelo competente arruador em presença do fiscal”⁵⁰⁹. Em setembro de 1833, a Câmara Municipal “resolveu as presentes posturas por serem de urgência seus artigos a bem do ornamento e decoro de seu município”:

1º Ninguém poderá levantar, edificar de qualquer natureza que sejam dentro dos marcos da vila ou lançar para isso para isso materiais nas ruas e lugares públicos sem prévia licença da Câmara [...]

2ª Os edifícios serão levantados de taipas ou madeiras e as casas térreas terão de 10 palmos para cima e as de sobrado 34 e o senhorio que o contrário fizer sofrerá a multa de 6\$ e a obra demolida a sua custa

3ª As portas da frente que olharem para as ruas terão 12 palmos de altura 5 de largura e as janelas sete e meio de altura e a mesma de largura das portas [...]

4º As ruas que de novo se abrirem ou povoarem terão 40 palmos de largura e o seu alinhamento serão por autoridade da câmara [...]

7º Os edifícios públicos quer sagrados que profanos, os proprietários deles serão obrigados a apresentarem a planta dos mesmos a Câmara por aprovar ou desaprovar, conforme ele entender e intervir na sua localidade e alimento [...]⁵¹⁰

Diante das rápidas transformações que o espaço urbano de São Luiz vinha passando, a Câmara visava controlar o processo, criando uma série de medidas para regular as alterações urbanas e arquitetônicas. Essas medidas passavam pela avaliação do

⁵⁰⁷ SALGADO, Ivone. A modernização da cidade setecentista: o contributo das culturas urbanísticas francesa e inglesa. In: Manuel C. Teixeira. (Org.). **A Construção da Cidade Brasileira**. 1ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, v. 1, p. 333-351.

⁵⁰⁸ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga**...p.18. Rodapé.

⁵⁰⁹ APESP. Vereanças de São Luiz do Paraitinga. Livro VII – Legislação, Provimentos Gerais Código C09030, p. 12v

⁵¹⁰ Ibidem, p. 13v.

Conselho Geral da Província que podia julgá-las sem efeito ou sugerir alterações. No caso das supracitadas, foram suprimidos os artigos 1º, 7º, 9º (proibição de bailes) e 10º (regulando pássaros devoradores de plantas) e outros foram alterados como o artigo 2, reduzindo a altura das casas térreas para “8 palmos de altura” e o artigo 3, aumentando a largura das ruas para “60 palmos”⁵¹¹. Manuel da Maia, em sua terceira dissertação em 1756, estabeleceu que “cada rua conserve a mesma simetria em portas, janelas e alturas” e oferecia quando do terremoto que devastou Lisboa

“a planta de huma rua de 60 palmos de largo á imitação de algumas de Londres dividida em tres partes, a do meyo de 40 palmos de largo para carroagens, e gente de cavalo, e as duas dos lados de dez palmos de largo cada huma para a gente de pé e Cadeirinhas, com a separação de pilares e pavimento que o perfil mostra”⁵¹²

Entre 50 e 60 palmos também foram as medidas passadas por Morgado de Mateus ao Juiz das Medições em 1769 e o mesmo consta no novo Código de Posturas do Rio de Janeiro⁵¹³. No entanto, as primeiras posturas da Câmara de São Luiz determinavam outra medida para as novas ruas, o que fez com que o Conselho da Província a alterasse de acordo com os padrões estabelecidos desde a segunda metade do século XVIII, mas que só chegaram ao Brasil nesse período. Nas Posturas de 1854, essa filiação aparece mais nítida. Estabeleceu-se a largura das novas ruas em 50 palmos e que os prédios construídos e reformados “deverão conservar simetria e regularidade mencionada nos parágrafos seguintes”:

Os pés direitos nunca terão menos de 18 palmos da soleira a sacada do telhado e sendo de sobrado poderão ter os pés direitos 16 palmos sendo sempre as soleiras levantadas da terra pelo menos um palmo e calçada de pedra⁵¹⁴

Observa-se aí a tentativa de standardização das fachadas dos prédios e a conservação da simetria e regularidade dos mesmos para com a rua, como também cuidados com a edificações insalubres, proibindo “enterros dentro das igrejas e seus adros” e prevendo um edifício para “se cortar o gado do consumo”⁵¹⁵.

⁵¹¹ Ibidem, p. 16.

⁵¹² FRANÇA, José Augusto. **Lisboa Iluminista e o iluminismo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1987, p. 320-325.

⁵¹³ SALGADO, Ivone. A modernização da cidade setecentista...p.345.

⁵¹⁴ APESP. Vereanças de São Luiz do Paraitinga. Livro VII – Legislação, Provimentos Gerais Código C09030, p. 20.

⁵¹⁵ Ibidem, art. 61 e 92.

Diante de todos esses elementos, em São Luiz do Paraitinga, a praça original não serviu como elemento estruturador do traçado, os quarteirões que se seguiram não repetiram as dimensões da praça original conforme instruía Morgado de Mateus, além da sua concepção original ter sido em grande parte alterada pela ocupação residencial e pela mudança de lugar da igreja e da Casa de Câmara e Cadeia que abrigavam as *principais funções institucionais* da vila. Da mesma forma, não há pistas na documentação consultada que nos levem a pensar que houve um *planejamento de forma global* da vila no momento de sua criação que tivesse previsto todos os arruamentos feitos no século XIX. O traçado regular de São Luiz e a uniformidade de seu casario não se explica por um “vírus instalado” de Morgado de Mateus, *contaminando* os camarários a defender um traçado iluminista já demarcado desde 1773 contra os interesses imediatistas dos demais cidadãos. As transformações em curso na Europa no século XVIII chegaram a passos lentos em Portugal e, por conseguinte, no Brasil, cujos sopros orientaram as transformações da vila entre 1830 e 1870, dando certa uniformidade ao seu traçado e a sua arquitetura.

Ademais, as preexistências e a participação dos agentes locais são de fundamental importância para compreensão do que permaneceu e do que foi alterado entre o que foi planejado e o que de fato foi feito. A urgência expressa na introdução das posturas de 1833, dizia respeito à questão da construção da Casa de Câmara e à reconstrução da igreja Matriz (que começava a ser pensada nesse período). Nesse sentido, a 1ª e a 7ª posturas são alusões diretas ao “proprietário do edifício público”, o Capitão-Mor José Lopes Figueira, que, com as respectivas anulações, foi diretamente beneficiado frente às disputas políticas e espaciais que vigoravam na vila daquela época. Ele teve poder político, anos depois, de se desvencilhar da obra da Casa de Câmara e Cadeia que lhe garantiu o cargo mais poderoso da vila. Isso nos dá mais uma pista para pensar que os instrumentos de regulação arquitetônica e urbana não devem ser pensados fora do jogo político em que foram gestados.

Além dos prédios públicos, o casario da vila também sofreu transformações no início do século XIX. No próximo capítulo, abordaremos mais detidamente o espaço intraurbano de São Luiz do Paraitinga, buscando jogar luz sobre o processo de construção do imobiliário privado e suas lógicas de construção.

Capítulo 4

Arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga: arquitetura e sociotopografia urbana no século XIX

Como vimos, as pesquisas sobre o urbanismo e a urbanização da segunda metade do século XVIII, de forma geral, e algumas pesquisas sobre São Luiz do Paraitinga, em particular, privilegiaram o estudo do projeto urbano e poucas obras exploraram questões relativas à sua implantação. Também, pouco se sabe sobre a participação dos agentes locais no processo de constituição das vilas no período e, quando analisados, tendem a ser vistos como “fator de alteração e descaracterização de projetos [...]”⁵¹⁶, criando, assim, uma visão redutora das dinâmicas e tensões urbanas. O entendimento do processo de construção e reconstrução dos prédios públicos da vila nas primeiras décadas do século XIX já nos sinalizou alterações substanciais no projeto setecentista levadas a cabo por membros da elite local interessados em se perpetuar no núcleo urbano. Nesse capítulo, nos debruçaremos mais detidamente sobre o intraurbano da vila, dando ênfase a constituição do casario e aos agentes locais como modeladores do espaço urbano luizense.

Tanto o CONDEPHAAT como o IPHAN têm feito um inventário primoroso do casario remanescente, das fontes textuais e visuais sobre a cidade. Ao que tange do casario urbano, o Arquivo da Superintendência do IPHAN em São Paulo guarda uma pasta intitulada “S. Luis do Paraitinga: reconstituição das casas e quadras (esboços) – Relação casa X entorno (edificação X documentação)”⁵¹⁷. Nela, está uma série de rascunhos e, de forma geral, contém citações a documentos em aspas; o ano do documento, sua identificação e um desenho, no qual se tenta reconstituir a forma do imóvel e/ou sua localização na cidade a partir da descrição da fonte (**Figura 13 e 14**). Nota-se, pelos esboços, o esforço de cruzar os fragmentos textuais retirados, principalmente, dos inventários *post-mortem* com os imóveis do atual sítio tombado.

⁵¹⁶ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte...** p. 11.

⁵¹⁷ Arquivo da Superintendência do IPHAN-SP. São Luiz do Paraitinga. Código PT00496 1590-T-10. 11/14. Os documentos, provavelmente, foram feitos por Antônio das Neves Gameiro e/ou por sua equipe.

Figura 13: Desenho de reconstituição de um imóvel de São Luiz do Paraitinga

Fonte: IPHAN-SP, Cod. PT00496 1590-T-10. 11/14.

Figura 14: Desenho em que dispõe as fontes textuais no traçado da vila

Fonte: IPHAN-SP, Cod. PT00496 1590-T-10. 11/14.

Esse trabalho vem sendo desenvolvido pelos citados órgãos de preservação. Luís Saia, no texto de 1977, apresenta uma interpretação do traçado da cidade com a identificação, datação das ruas e a análise do casario (casas térreas e de sobrado) por meio de fotografias e plantas das fachadas e dos interiores. Esse material foi analisado, principalmente, pelos seus aspectos formais, destacando os materiais, as técnicas de construção e suas repartições internas, todos cotejados com modelos ideais do que seria um “partido” paulista, mineiro e fluminense. O resultado, como já expomos, é um misto de influências desses três lugares à exemplo de outras cidades do Vale do Paraíba que, no quadro geral da arquitetura paulista, representa esse encontro⁵¹⁸. Vale mencionar que tal escopo interpretativo se repete no processo de tombamento pelo CONDEPHAAT, em 1982, acompanhado de um minucioso inventário das tipologias, da cronologia, dos usos, da volumetria, do padrão construtivo, do estado de conservação e do regime de posse das edificações tombadas⁵¹⁹.

No texto de 2010, Trindade retoma os estudos formais de Saia, explorando uma tipologia mais detalhada com casas de sobrados, meio-sobrados, casa de campo, casa térrea de porta e janela, de porta e duas janelas, porta e três janelas, porta e quatro ou mais janelas. Depois, busca compreender esse casario no espaço urbano, dividindo-o por eixos e por logradouros a partir da sua uniformidade arquitetônica. Em cada uma dessas divisões e subdivisões, o autor interpreta historicamente a constituição dos espaços, utilizando, principalmente inventários, testamentos e documentos iconográficos. Por meio dessas fontes, identifica o surgimento e a morfologia de imóveis de uso público, os proprietários de alguns imóveis particulares mais abastados, as transformações fundiárias e o surgimento de novos arruamentos, bem como relaciona alguns exemplares arquitetônicos com cartas régias e tratados da segunda metade do século XVIII que prescreviam a morfologia das casas⁵²⁰ com o objetivo de defender sua hipótese de permanência do traçado setecentista e de predomínio do espaço-rua sobre o espaço-casa.

Seguindo os passos dos trabalhos apresentados, buscamos contribuir com o debate ao propor um estudo sistemático dos impostos prediais do século XIX, cotejados com os inventários, os testamentos e os documentos fotográficos. Tais documentos são como uma espécie de radiografia da vila em um determinado tempo, arrolando e registrando

⁵¹⁸ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga...**p.26-28.

⁵¹⁹ CONDEPHATT. **Estudo de preservação e tombamento do Núcleo Histórico de São Luiz do Paraitinga**. N° do processo 22066. São Paulo: CONDEPHAAT, 1982.

⁵²⁰ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...**p.85-167.

dados do casario que nos permitem traçar hipóteses sobre sua morfologia, seus usos, sociotopografias, bem como possibilitam relacionar os aspectos materiais dos imóveis com as atividades econômicas e sociais de seus proprietários. Com isso, buscamos compreender o processo de crescimento e de alteamento que a vila passou durante o século XIX, dando destaque para a atuação dos agentes locais como modeladores do espaço urbano e relativizando a vinculação do núcleo tombado da cidade com o projeto setecentista de Morgado de Mateus; inferir os usos dos imóveis por meio do cruzamento das fontes supracitadas, sobretudo, aqueles de cunho comercial – com muitas portas - pouco explorados pela bibliografia analisada; relacionar as permanências e transformações da materialidade dos imóveis com as atividades sociais e econômicas dos seus proprietários, buscando entender as atividades que impulsionaram as transformações da vila do período; identificar sociotopografias com áreas mais ou menos valorizadas, com predomínio de imóveis de uso comercial e residencial etc. Por fim, buscamos analisar São Luiz do Paraitinga em processo, compreendendo suas transformações materiais conjuntamente às dinâmicas sociais em jogo.

A metodologia utilizada foi pautada nos trabalhos de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno que propõe uma “arqueologia da paisagem”⁵²¹, na qual o trabalho do pesquisador seria então partir da materialidade urbana do presente para reconstituir hipoteticamente seus vestígios históricos por meio do cruzamento com outros documentos a fim de compreender o processo de urbanização de uma determinada localidade. Essa abordagem difere do que já foi feito por Allan Rodrigo Arantes Monteiro que abordou a formação da paisagem luizense por meio da propriedade da terra. Ele propõe uma etnografia histórica da paisagem de São Luiz do Paraitinga desde antes da sua fundação até os dias atuais, pautando-se em diversas fontes documentais tais como inventários, Maços de população, ofícios etc. Demonstra como a fundação da cidade e o crescimento demográfico e econômico posterior implicaram diretamente na modificação da paisagem local (distribuição dos lotes urbanos, concessão de sesmarias, construção estradas etc.). Para o autor, a propriedade foi o elo de ligação entre o homem e a paisagem desde as primeiras sesmarias até a atual plantação de eucaliptos para fins comerciais⁵²².

⁵²¹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siquera. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. **LABOR & ENGENHO**, v. 11, 2017.

⁵²² MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga...**

Os vestígios, apontados por Bueno, assemelham-se ao que Milton Santos define por *rugosidades*. O autor observa que os espaços são compostos por "formas" que defrontam passado e presente, revelando diversas temporalidades e apresentando registros das relações sociais no tempo e no espaço. Dessa forma, as *rugosidades* seriam os restos do processo de supressão, acumulação e superposição com que as coisas se substituem e acumulam no espaço. Elas trazem informações sobre as divisões sociais do trabalho já passadas, dos tipos de capital utilizados, das combinações pregressas entre técnica, sociedade e trabalho etc⁵²³.

Cabe ressaltar que, para Milton Santos, as noções de paisagem e espaço não são sinônimas. A primeira foi definida como o “conjunto de formas” [...] que exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”, enquanto a segunda seriam essas mesmas formas, “mais a vida que as anima”⁵²⁴. Na História, o conceito de paisagem tem sido aplicado de forma menos dicotômica, buscando integrar as noções de homem e natureza dentro de um quadro histórico mais amplo. Nesse sentido, Francisco Carlos Teixeira da Silva resalta o entendimento da história das paisagens como um sistema aberto submetido a fatores geográficos, jurídicos, tecnológicos, demográficos e sociológicos, cujos resultados não podem ser previstos *a priori*⁵²⁵.

Também, Ulpiano T. Bezerra de Menezes aborda o caráter cultural do conceito de paisagem, destacando sua vinculação à percepção, ou seja, a compreensão do termo passa por processos de organização e reorganização de dados a partir de nossas modelizações, valores, aspirações e interesses. Portanto, “não há paisagem sem um observador” e, desse modo, as paisagens devem ser concebidas como objeto de apropriação estética e sensorial que reúnem de forma simultânea e simbiótica a coisa percebida (natureza objetiva) e a sua representação (visual, escrita, conceitual etc)⁵²⁶.

Por esse prisma, pode-se pensar em *historicidades da paisagem* na medida que ela guarda laços com aqueles que a perceberam ao longo do tempo e oferece “pistas

⁵²³ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006., p. 90-91.

⁵²⁴ Ibidem. p. 66.

⁵²⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro; Elsevier, 1997, p. 203-216.

⁵²⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

materiais” que “conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social” de suas configurações contemporâneas e “de suas sucessivas fisionomias anteriores”⁵²⁷. Nessa ceara, insere-se a proposta de *Arqueologia da Paisagem* de São Luiz do Paraitinga ao retomar o trabalho de interpretação de seu casario iniciado décadas antes. Buscamos reconstituir, hipoteticamente, o núcleo urbano em questão a partir do cruzamento de fontes manuscritas, fotográficas e de cultura material, segundo método já ensaiado em nossa dissertação de mestrado *Nos traços do cotidiano...*⁵²⁸. Ele filia-se a estudos de cultura material que investigam os fragmentos das cidades contemporâneas como pistas para compreender suas transformações históricas. Assim, a cidade é concebida como uma “acumulação desigual de tempos”, pois guarda em si fragmentos de sucessivos passados amalgamados, formando a paisagem urbana do presente⁵²⁹. Além dos vestígios da cidade, realizamos uma prospecção em várias séries documentais que guardam registros escritos da materialidade e/ou da espacialidade da cidade, entre 1773 até a primeira metade do século XX. Se, então, cruzássemos os fragmentos remanescentes do núcleo urbano de São Luiz com fontes manuscritas, talvez conseguíssemos reconstituir hipoteticamente o processo de constituição daquela materialidade e explicar os processos sociais que lhe dão sentido. A seguir, arrolamos as tipologias documentais encontradas:

4.1 - A Décima dos prédios urbanos de 1841

A reconstrução hipotética da vila de São Luiz do Paraitinga partiu da análise de impostos prediais do século XIX, principalmente a Décima dos prédios urbanos. A taxação sobre imóveis urbanos nos territórios sob administração da Coroa lusa foi primeiramente aplicada na metrópole e sua regulação consta nas *Instruções, que sua majestade manda expedir aos ministros executores da lei de vinte e seis de setembro deste presente ano, que estabeleceu a cobrança do subsídio Militar da Décima de 1762*⁵³⁰. Essa

⁵²⁷ Ibidem, p.36.

⁵²⁸ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano**: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013.

⁵²⁹ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **A cidade como negócio**: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 99-130, 23 ago. 2016.

⁵³⁰ **COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA DESDE A ULTIMA COMPILAÇÃO DAS ORDENAÇÕES, REDIGIDA PELO DESEMBARGADOR ANTONIO DELGADO DA SILVA. LEGISLAÇÃO DE 1750 A 1762**. Lisboa: Tipografia Maignense, 1830. Disponível em:

lei não regula somente os imóveis urbanos, mas todos os bens de raiz, abarcando azenhas de água, moinhos de vento, quintas etc. Para o “lançamento de propriedades de casas”, o regimento ordena que sua cobrança deveria ser feita pessoalmente:

Principiando pelo lado direito dele cada rua: Descrevendo, e numerando especificamente cada propriedade debaixo ele separado Título; continuando-se sem interpolação pela ordem sucessiva, e rigorosa dos números, que forem seguindo, os quais serão tantos, quantas forem as propriedades e observando-se depois o mesmo pelo lado esquerdo e cada uma das referidas ruas⁵³¹

As orientações deixam expressas algumas diretrizes que os cobradores deveriam seguir ao listar os imóveis. Cada freguesia deveria ter um livro onde se registraria o imposto a partir do seguinte modelo:

Rua chamada N. pelo lado direito.

Número I. Propriedade de N. que consta de tantas lojas arrendadas cada uma delas em preço de tantos primeiros andares a preço de tanto cada um; tantas segundos andares J.c., que todos somam a total importância de tanto, como consta do Livro do Arruamento a fol. De cuja quantia vem á Decima tanto com que se sabe :

Para as colônias, o *Imposto da Décima dos prédios urbanos* foi estabelecido por alvará de 27 de junho de 1808, com a chegada da família Real no Brasil⁵³². O imposto consiste na cobrança de 10% sobre todos os prédios urbanos “[...] desta Corte e de todas as mais Cidades, Villas e Lugares notáveis situados à beira-mar [...]”, com exceção dos da Ásia e dos que pertencem às Santas Casas de Misericórdia. Esse imposto foi estendido, em 3 de junho de 1809, para “[...] todos os prédios urbanos deste Estado e Domínios, situados nas Cidades, Villas e lugares notáveis”⁵³³.

O modelo de inscrição da Décima seguiu, de modo geral, as instruções da lei de 1762, embora tenha sofrido algumas variações em terras americanas. Abaixo, listo alguns exemplos⁵³⁴:

<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/26519>> Acesso em: 14 set. 2017. A dita lei faz menção a outra de 1654, que ainda não consegui encontrar.

⁵³¹ Ibidem, p 887. *Grifos nossos*.

⁵³² **ALVARÁ DE 27 DE JUNHO DE 1808. CRÊA O IMPOSTO DA DECIMA DOS PREDIOS URBANOS.** In COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>> Acesso em: 14 set. 2017.

⁵³³ **ALVARA DE 3 DE DEZEMBRO DB 1810. REGULA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DA DECIMA URBANA.** IN COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>> Acesso em: 14 set. 2017.

⁵³⁴ As Décimas de Cunha encontram-se no Museu Municipal Francisco Veloso – Cunha-SP (MMFV); A décima de São Paulo foi citada por BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Aspectos do mercado**

Cunha – 1817

Rua Direita – Lado Direito	
N. 1	
270	“hum propriedade de casas de dois lanços térreas de que hé proprietário Francisco Gomes de Araujo avaliado o seu rendimento anual entre mil reis de qual importa a décima a quantia de duzentos e setenta reis que sahi

Cunha – 1817

Rua Direita – Lado Direito	
N. 1	
#270	Francisco Gomes de Araujo pelas casas nº 1 do lançamento a f. 2 pago a q ^{ta} de duzentos e setenta reis que sae

São Paulo – 1809

Freguezia da Sé		5. 529
Rua Direita		
Lado Esquerdo		
1	Propried.e de casas do guarda mor Vicente Ferr.a de Olivr.a que consta de huma logea, e benn pr.o andar, q´foi avaliada em secenta e hum mil quatrocentos, e quarenta, de q abatidos dez por cento vem para a Decima sinco mil quinhentos, e vinte reis, com que se sabe	

São Luís do Paraitinga – 1841

Rua da Quitanda Lado Esquerdo	1	Casas de Manoel Pires do Prado avaliado o seu aluguel anual em 20\$000 que corresponde pagar de Décima pg	1\$000
-------------------------------	---	---	--------

Pindamonhangaba – 1820

Rua direita lado direito		
108	N.1	Casas de Ignácio Francisco Gomes térreas de dois lanços em número estimado seu aluguel em mil e duzentos reis por ano de que bem de décima cento e oito reis como sai

imobiliário em perspectiva Histórica. São Paulo 1809-1950. São Paulo, FAUUSP, 2008, p. 14, a Décima de São Luiz do Paraitinga estão arquivadas no Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (FFLCH-USP). Documento microfilmado. Rolo 500 e a de Pindamonhangaba no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP.) Ofícios Câmara Municipal. Código: C00232.

De forma geral, encontramos nessa tipologia documental o nome e o lado do logradouro onde a casa se localizava; o número da casa; o tamanho da testada da casa em relação à rua (lanço); se o imóvel era térreo, sobrado ou assobradado; o nome do proprietário; o tipo de ocupação desse imóvel (alugada, habitada pelo dono); o valor médio locativo anual do imóvel e o valor do imposto da Décima.

Segundo Ângelo Alves Carrara, as diferenças de anotação entre os documentos supracitados explicam-se pelos diversos fins que eram destinadas às cópias. Depois de registrada a lista da Décima, a mesma deveria ficar no cartório de cada escrivão, onde fazia-se outra cópia, de modo que fossem dois livros de lançamento. Na mesma lógica, havia dois livros para a receita com menor número de folhas. Isso se dava, porque o valor cobrado não era o mesmo do valor recebido, sendo que uma cópia do livro era para o lançamento e outra para a receita (como o exemplo acima de Cunha). Assim, ficavam arquivados nos cofres municipais um livro de lançamento e outro de receita e cópias que eram enviadas para o Real Erário na Corte, quando se tratava do Rio de Janeiro, e para respectivas Juntas da Real Fazenda⁵³⁵.

No entanto, devemos considerar também que esses dados revelam uma certa dose de discricionariedade das câmaras incumbidas da cobrança do imposto, que, nas palavras de Bicalho⁵³⁶, *coloriu de tons específicos* o seu trabalho. Para a Décima de São Luiz do Paraitinga, como vimos, o escrivão não fez menção alguma às características físicas dos imóveis, enquanto outras citadas têm muitos dados sobre. O Alvará de 1808 deixou brechas que ficaram a cargo das câmaras preencher. Uma delas foi a definição do perímetro urbano. Em 1834, no Rio de Janeiro, o Secretário de Estado dos Negócios da Justiça precisou decidir se a *Rua Nova do Livramento* deveria pertencer à freguesia de Santana ou à Santa Rita devido, entre outras coisas, aos inconvenientes da cobrança do imposto em questão⁵³⁷. Por se tratar de um novo logradouro, provavelmente, era uma área

⁵³⁵ CARRARA, A. A. Espaços urbanos de uma sociedade rural (Minas Gerais, 1808-1835). **Varia História**, Belo Horizonte, n° 25, p. 2001, p. 148.

⁵³⁶ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001. p. 191.

⁵³⁷ **DECRETO DE 17 DE SETEMBRO DE 1834. ORDENA QUE FIQUE PERTECENDO Á FREGUEZIA DE SANTA RITA A RUA NOVA DO LIVRAMENTO.** IN COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>> Acesso em: 14 set. 2017.

às margens da cidade, surgindo, portanto, conflitos acerca de se pagar ou não o imposto. Também, em 1826, o ajudante luizense Joaquim José Ferreira (morador da casa onde futuramente nasceu Oswaldo Cruz) questionou a inserção do seu imóvel na delimitação do que era urbano para os camarários, alegando que já tinha pago impostos sobre sua lavoura e escravos.⁵³⁸

Muitos desses problemas devem ter chegado nas instâncias maiores de apelo, o que acarretou uma atualização do texto de 1808. O Decreto nº 152, “Dando Regulamento para a arrecadação da Decima Urbana”, de 16 de abril de 1842, precisa os limites das cidades, o que vem a ser imóvel urbano, quais imóveis urbanos estavam ausentes de pagamento, como deveria fixar a numeração das casas e o valor dos imóveis etc.

A única Décima de São Luiz encontrada até o momento foi a do ano de 1841. Ela menciona o logradouro, o lado em que o imóvel se localizava (esquerdo e direito), o número da casa, o nome do proprietário, o tipo de ocupação (alugada, ocupada por seu dono, vazia etc.) e o valor arrecadado pelo imposto. Nota-se, portanto, que não há menção a dados acerca da materialidade dos imóveis como se observa em documentos referentes a outros municípios. Assim, para solucionarmos a falta desses dados, buscamos outras tipologias documentais.

4.2 – Imposto sobre portas e janelas 1866/1867

O *Imposto sobre portas e janelas*⁵³⁹ é também um imposto predial, cuja taxa incidia sobre a quantidade de vãos que um imóvel tinha. Há quase nenhuma menção dessa fonte na literatura especializada. A primeira experiência desse tipo de cobrança parece ter ocorrido em Paris, o que fez com que muitas casas tapassem suas janelas, principalmente, os mais pobres para não pagar o imposto. Victor Hugo, em *Os miseráveis*, relata:

Um dia, na catedral, pregou este sermão:

Meus queridos irmãos e amados ouvintes, há em França um milhão e trezentas e vinte mil casas de habitação de camponeses, as quais só têm três aberturas; um milhão oitocentas e dezessete mil, que têm apenas duas, uma porta e uma janela; e, finalmente, trezentas e quarenta e seis mil cabanas, cuja única abertura é a porta. A causa disto é o denominado imposto das portas e janelas. Imaginai um montão de pessoas, uma família numerosa composta de velhos e crianças, vivendo juntas em

⁵³⁸ APESP. Ofícios diversos/ São Luís do Paraitinga. CX. 470. Ord. 1266. APUD SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1977 (Publicação n.2), p. 24.

⁵³⁹ Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (FFLCH-USP). Imposto sobre Portas e Janelas. 1865/1867. Documento microfilmado. Rolo 500.

cada um desses domicílios sem ar nem luz e pensai nas febres e epidemias a que isto pode dar origem! Oh, dá Deus o ar aos homens e a lei vende-lho! ⁵⁴⁰

Para o caso brasileiro, o documento de São Luiz do Paraitinga decorre de lei específica aplicada à Província de São Paulo em 1865:

“Art. 5.º Nas cidades e villas fica estabelecido um imposto municipal sobre portas e janellas das frentes principaes e lateraes das casas, que ficarem, ou derem para as ruas ou beccos, situadas dentro dos limites que as camaras marcarem, e que forem habitadas ou destinadas para habitação; sendo de 500 réis sobre cada porta ou janella, nas cidades, e de 300 réis nas villas. Ficam isemptas do imposto as casas incapazes de serem habitadas, ou por não estarem concluidas, ou por seu estado de ruína⁵⁴¹.

Os valores batem com o que é anotado no documento luizense. A fonte registra o nome do logradouro, o número do imóvel, o nome do proprietário e o valor a ser cobrado decorrente do número de portas e janelas⁵⁴² de cada imóvel, dando-nos importantes dados materiais sobre o casario. Há duas versões do documento: uma, criada em 1866, que dá a impressão de ter sido um rascunho, estabelecendo uma rota pela cidade e anotando os que pagaram e os que ainda deviam; e outra, no ano seguinte, estabelecendo uma nova organização dos logradouros e criando uma tabela em que o cobrador, a partir de então, não teria que reescrever os imóveis e os logradouros, mas apenas anotar “pg” na coluna referente ao ano de cobrança, que vai de 1866 até 1869.

Uma segunda constatação é que o documento em questão não especifica o lado do logradouro em que o imóvel estava localizado e a numeração organiza-se também de forma diferente da Décima.

Tabela 5 - Numeração do Imposto sobre Portas e Janelas

Nº	Rua	Nº DOC	Nº	Rua	Nº DOC	Nº	Rua	Nº DOC	Nº	Rua	Nº DOC
1	Direita	4	20	Direita	0	38	Direita	54	56	Direita	64
2	Direita		21	Direita	9	39	Direita	56	57	Direita	65
3	Direita	6	22	Direita		40	Direita		58	Direita	66

⁵⁴⁰ HUGO, Victor. **Os miseráveis** (1862). Tradução: Francisco Ferreira da Silva Vieira. São Paulo: Centauro Editora, 2013.

⁵⁴¹ ALESP. **LEI N. 817 DE 22 DE ABRIL DE 1865**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1865/lei-70-22.04.1865.html>> Acesso em: 15 set. 2017. (Grifos nossos).

⁵⁴² No cabeçalho da tabela organizada para cobrança do Imposto é anotado pelas “portas”, mas, como veremos, ao relacionar os dados do documento com algumas casas remanescentes do período, concluiu-se que as anotações se tratavam de portas e janelas como previa a legislação.

4	Direita	8	23	Direita	40	41	Direita	31	59	Direita	67
5	Direita	10	24	Direita		42	Direita	33	60	Direita	68
6	Direita	12	25	Direita	15	43	Direita	37	61	Direita	69
7	Direita	14	26	Direita	17	44	Direita	39	62	Direita	50
8	Direita	16	27	Direita	18	45	Direita	41	63	Direita	51
9	Direita		28	Direita		46	Direita		64	Direita	53
10	Direita		29	Direita	21	47	Direita	43	65	Direita	57
11	Direita		30	Direita	23	48	Direita	45	66	Direita	71
12	Direita	22	31	Direita	25	49	Direita	47	67	Direita	59
13	Direita	24	32	Direita	27	50	Direita	49	68	Direita	
14	Direita	26	33	Direita	44	51	Direita		69	Direita	4
15	Direita	28	34	Direita		52	Direita		70	Direita	
16	Direita	30	35	Direita	48	53	Direita	60	71	Direita	
17	Direita	32	36	Direita	50	54	Direita	62	72	Direita	
18	Direita	34	37	Direita	52	55	Direita	63	73	Direita	
19	Direita	7									

A rua Direita foi escolhida como exemplo, pois é a mais confusa de todas. Nota-se, a partir da observação da coluna “Nº DOC”, que o escrivão, por vezes, anotou somente os imóveis pares e depois somente os ímpares. Em seguida repete essa lógica e no final anota os números em sequência. Essa “ordem” pode estar relacionada ao Decreto nº 152, de 16 de abril de 1842, já mencionado. Lá consta que:

Todas as casas de cada rua serão numeradas de uma a outra extremidade por duas series de números, sendo a dos pares seguidamente posta ao lado direito, e a dos ímpares ao esquerdo do caminhante, que partir do começo da mesma rua, isto é, da extremidade mais próxima do Paço Imperial da Cidade⁵⁴³

O Decreto também diz que os prédios reconstruídos ou substituídos conservariam os números anteriores e se fossem novos receberiam o número do prédio do lado direito mais uma letra do alfabeto romano “[...] até [que] se proceda à nova numeração geral”. À

⁵⁴³ **DECRETO Nº 152, DE 16 DE ABRIL DE 1842. DANDO REGULAMENTO PARA A ARRECAÇÃO DA DECIMA URBANA.** IN COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>> Acesso em: 14 set. 2017.

Câmara, cabia a demarcação do perímetro urbano da vila de quatro em quatro anos, momento em que poderia acontecer a atualização da numeração. Vale mencionar que o Decreto supracitado versa sobre o imposto da Décima que abarcava todo o Império e o Imposto sobre portas e janelas era provincial. Também devemos considerar que os agentes camarários já tinham algumas décadas de experiência na organização do primeiro, tarimba que deve ter sido usada na cobrança do segundo. Essa hipótese foi levada em consideração na espacialização dos dados.

4.3 - Inventários *post-mortem* e testamentos

Os inventários e testamentos contêm dados sobre a partilha dos bens de uma determinada pessoa e a descrição dos mesmos, com destaque para os bens de raiz e os imóveis urbanos. A série de inventários e testamentos do Arquivo do Tribunal de Justiça inicia-se em 1773 e se prolonga até o século XX ininterruptamente. Quase todos referentes ao século XVIII (17 processos) estão em estado avançado de destruição e de quase impossível leitura, portanto não foram considerados. Iniciamos a coleta das informações a partir dos inventários de 1799 e seguimos até 1860, alimentando um banco de dados com informações sobre a família do inventariante (cônjuge, filhos, genros, noras etc.), seus escravos, seus bens de raiz (urbanos e rurais) e, nos casos em que o escrivão fazia distinção, o bem imobiliário urbano e rural.

4.4 – Documentação fotográfica

Identificamos documentos fotográficos do final do século XIX e do século XX, retratando o casario, os prédios públicos, os religiosos e a morfologia do núcleo na Seção de fotografia do Arquivo Público do Estado de São Paulo⁵⁴⁴, no Arquivo do CONDEPHAAT⁵⁴⁵ e no acervo pessoal de alguns moradores da cidade⁵⁴⁶, além de no Arquivo do IPHAN. Trata-se de um razoável conjunto de fotos e a mais antiga data de 1882. Elas nos permitem entrecruzar as fontes supracitadas e estabelecer algumas hipóteses sobre a materialidade de São Luiz do Paraitinga de agora e a de outrora.

⁵⁴⁴ APESP. Seção de Fotografias. Fotos São Luiz do Paraitinga.

⁵⁴⁵ CONDEPHAAT. **Álbum comparativo de fotos de São Luís do Paraitinga**. Fotos Antigas e Novas. São Paulo: No prelo, 2015.

⁵⁴⁶ Esse material foi recolhido a partir de contato direto e indireto com alguns moradores. Em especial, pelo contato de Marcelo Henrique Santos Toledo, funcionário do Fórum da cidade e ex-responsável pela documentação cartorial do município que, depois da enchente, foi transferida para o Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Como parte significativa da cidade ainda se encontra bem preservada, prospectamos o patrimônio remanescente como fonte material para o presente estudo a ser confrontada às fontes manuscritas e iconográficas supracitadas. Para apreendê-la, elaboramos uma série de prospectos ou perfis do mosaico de fotografias elaborado pelo CONDEPHAAT⁵⁴⁷, apreendendo todo o casario de uma determinada rua. Para cada rua há cinco visadas diferentes: uma anterior a 2007, outra entre 2007 e 2008, outra de 2010, 2012 e 2015 Utilizamos principalmente os anos de 2007/2008, 2012 e 2015 por se tratar dos anos em que os mosaicos estão mais completos.

4.5 – O cruzamento dos dados

A partir da pesquisa documental, identificamos que as fontes que nos possibilitam reconstituir hipoteticamente o núcleo de São Luiz do Paraitinga encontram-se concentradas predominantemente no século XIX, circunscritas à única Décima Urbana encontrada (1841). Assim, ela foi o principal documento em que nos debruçamos para a construção da análise. A espacialização hipotética do imposto da Décima Urbana de São Luiz do Paraitinga (SLP) foi elaborada a partir da metodologia que Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno criou e publicou no livro *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva Histórica*⁵⁴⁸, principalmente a sistematização dos dados e seu cruzamento em plantas cadastrais da época. No entanto, as diferenças de informação contidas no documento trabalhado aqui e os utilizados pela autora (sobretudo a ausência de dados sobre a materialidade do núcleo e plantas cadastrais oitocentistas) nos obrigaram a fazer adaptações, sobretudo o cruzamento com as outras fontes acima descritas. Nesse sentido, também foi muito importante a metodologia utilizada por Maurício de Almeida Abreu com os inventários do Rio de Janeiro no século XVII⁵⁴⁹ e o emprego dos conceito de espacialização/reconstituição hipotética, conjectural ou aproximada dos dados.

Diante disso, o primeiro passo foi relacionar o nome dos logradouros contido nos documentos citados com o nome atual das ruas da cidade:

⁵⁴⁷ CONDEPHAAT. **Álbum comparativo de fotos de São Luís do Paraitinga**. Fotos Antigas e Novas. São Paulo: No prelo, 2015.

⁵⁴⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva Histórica**. São Paulo 1809-1950. São Paulo, FAUUSP, 2008. O trabalho recebeu uma segunda edição: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva Histórica**. São Paulo 1809-1950. 2ª. ed. São Paulo, EDUSP, 2016.

⁵⁴⁹ ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.

Tabela 6 - Logradouros de São Luiz do Paraitinga

Nº 15	Figura	Décima -1841	Portas e janelas de 1866 ⁵⁵⁰	Estudo de Luís Saia e Jaelson Trindade ⁵⁵¹	Nomes atuais
1		Rua da Quitanda	Rua do Comércio	Rua do Comércio/Rua da Quitanda (1811)/começa ao pé da ponte da rua da ponte velha e vai até a construção da ponte nova ou beco do Império (planta de 1850)	Rua Barão do Paraitinga
2		Rua da Praça	Pátio da Matriz	Rua da Praça (ambos os lados do pátio ou da praça da Matriz)	Praça Oswaldo Cruz
3		Rua da Ponte	Rua Direita	Rua da Ponte/caminho de Ubatuba/Mercês (1834)/Rua Direita (1854)	Rua Cel. Domingues de Castro
4		Rua do Rosário	Rua do Rosário	Rua do Rosário/Levando as Mercês/Prolongou-se com a Rua dos Fazendeiros/actual rua Monsenhor Gióia	Rua Monsenhor Inácio Gióia
5		Rua da Catumba	Rua do Carvalho	Rua da Catumba/ Carvalho	Rua do Carvalho
6		Rua Nova da Boa Vista	Boa Vista	Rua Boa Vista	Rua Dr. Oswaldo Cruz
7		Sem menção	Rua da Cadeia	Rua da Cadeia/beco da Cadeia/Rua dom Pedro II/Rua 31 de Março/Largo da forca/Largo da Cadeia/largo Euclides Vaz de Campos	Rua 31 de Março
8		Sem menção	Lado esquerdo da Matriz	Sem menção	Rua Cônego da Costa Bueno
9		Sem menção	Rua acima do Rosário	Sem menção	Rua da Liberdade
10		Sem menção	Lavapés	Sem menção	Rua do Benfica ⁵⁵²
11		Sem menção	Largo das Mercês	Largo das Mercês	Largo das Mercês
12		Sem menção	Rua Nova/Municipal	Sem menção	Rua Coronel Manoel Bento ⁵⁵³

⁵⁵⁰ É importante registrar que o imposto do ano seguinte apresenta algumas alterações: Rua Direita, Rua nova/municipal, Largo das Mercês, Rua do Comércio, Lado Esquerdo da Matriz, Rua da Cadeia, Rua do Rosário, Rua acima do Rosário, Rua do Carvalho, Rua do Lavapés. A Rua Nova/Municipal e o Largo das Mercês aparecem em separado da rua direita.

⁵⁵¹ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1977 (Publicação n.2). p. 24

⁵⁵² Essa correlação foi estabelecida a partir do seguinte trecho: “Por fim, na extremidade nordeste de São Luiz, ao fim da Rua do Carvalho e perpendicular a ela, foi aberta a Rua do Lavapés, actual Rua Benfica, que se ligava à Estrada para Cunha–Parati”. In INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: Ministério da Cultura/ IPHAN, 2010, p. 71.

⁵⁵³ Ibidem, p. 83.

Identificadas as ruas descritas nos documentos, comparamos o número de imóveis de cada rua a partir dos documentos disponíveis.

Tabela 7 – Quantidade de imóveis nos impostos da Décima Urbana de 1841, Imposto sobre Portas e Janelas de 1866 e Tombamento IPHAN de 2010⁵⁵⁴

Nº figura 15	Logradouro	Lado	Quant. Imp. Décima 1841	Quant. Imp. Portas/Janela 1866	Quant. Tomb. DEPAM-IPHAN ⁵⁵⁵
1	Rua da Quitanda	Esquerdo	25	26	23
		Direito	8		11
2	Rua da Praça		11	13	11
		“do outro lado”	2		4
3	Rua da Ponte	Esquerdo	47	57	56 ⁵⁵⁶
		Direito	-		34
4	Rua do Rosário	Esquerdo	26	43	25
		Direito	6		16
5	Rua da Catumba	Esquerdo	5	47	18
		Direito	34		42
6	Rua Nova da Boa vista	-	1	15	19
7	Rua da Cadeia	-	-	9	14
8	Lado Esquerdo da Matriz	-	-	4	4
9	Rua acima do Rosário	-	-	22	23
10	Rua do Lavapés	-	-	7	8
11	Largo das Mercês	-	1	1	3
Total:			166	244	311

Na tabela acima, contamos quantos imóveis aparecem em cada logradouro da vila com o objetivo de saber o que era chamado de direita e esquerda no documento da Décima Urbana, como também o crescimento, a fragmentação ou a permanência do loteamento e da quantidade de imóveis. Assim, na Rua da Quitanda, por exemplo, há um loteamento bem parecido com o de 1841, permitindo saber que o lado esquerdo da rua descrito no Imposto da Décima corresponde ao que tem hoje maior número de lotes, e o lado direito, ao menor.

⁵⁵⁴ Em relação aos dados de 1953 e 1982 tivemos algumas dificuldades em classificar os logradouros de esquina. Quando isso ocorreu, recorremos às fontes fotográficas e, quando não foi possível, os alocamos no logradouro onde se encontrava a maior parte do imóvel. O I.P.J. não menciona o lado direito e esquerdo, portanto a segunda coluna não funciona para ambos. Deve-se atentar que o Mapa cadastral de 1953 (Q. I. M. C – 1953) está incompleto, assim o total de imóveis está impreciso para as ruas do Rosário, Catumba/Carvalho e Nova da Boa Vista.

⁵⁵⁵ Segundo Planta Cadastral desse órgão.

⁵⁵⁶ Até a atual rua Capitão Antônio Castro.

Figura 15: Recorte do centro tombado de São Luiz do Paraitinga com indicação dos principais logradouros e edifícios

Fonte: Mapa de delimitação de poligonal de Tombamento de São Luiz do Paraitinga (modif.). DEPAM/IPHAN. Legenda: os itens em vermelho correspondem aos logradouros descritos na tabela 6 e 7. Os itens em azul correspondem respectivamente: 1. Igreja Matriz de São Luís de Tolosa; 2. Igreja das Mercês; 3. Igreja do Rosário; 4. Praça Euclides V. Cunha; 5. Praça José Maria Domingos; 6. Mercado Municipal.

Figura 16: Tipologia das casas de São Luiz do Paratinga.

Fonte: Arquivo do CONDEPHAAT

O próximo passo foi relacionar esses dados com o Imposto sobre portas e janelas de 1866/67. Como vimos, o imposto cobrou as casas em ziguezague nos logradouros que tinham os dois lados da rua ocupados e cobrou, sequencialmente, os logradouros ou parte dos logradouros que só tinham um dos seus lados ocupados. Isso impossibilitou espacializar, mesmo que hipoteticamente, trechos ou mesmo a totalidade de alguns logradouros lote a lote, mas permitiu cruzar seus dados com os que constam no imposto predial de 1841.

Pela quantidade de vãos dos imóveis arrolados, podemos prever a sua forma a partir dos imóveis existentes na cidade hoje e constantes na documentação fotográfica. Para São Luiz do Paraitinga, um imóvel poderia ser térreo, quando tinha um só pavimento, sobrado, quando tinha 2 pavimentos, ou assobradado, quando tinha 2 pavimentos na frente da rua e 1 atrás voltada para o quintal decorrente de terrenos íngremes. Eles poderiam ter fins residenciais (1 porta e janelas), fins comerciais (apenas portas) ou fins mistos entre moradia e comércio (mais de uma porta no térreo e janelas nos andares superiores). A partir disso, criamos um quadro com as tipologias mais comuns de imóveis encontrados na cidade (**Figura 16**), mas ressaltando que havia imóveis com até 27 vãos.

A partir desse quadro, buscamos relacionar seus dados com o Imposto da Décima, verificando se havia algum proprietário de imóvel que se repetia em ambos os impostos, utilizando como referência para espacializar os demais. Em seguida, verificamos se a sequência de portas e/ou janelas (P.J) do imposto de 1866/67 se repetia nos documentos fotográficos de um mesmo logradouro, possibilitando espacializar hipoteticamente os dados. Por fim, quando nenhum desses procedimentos funcionou, utilizamos os dados do imposto por logradouro de forma geral.

O terceiro passo foi buscar o inventário *post mortem* do dono do proprietário do imóvel com o objetivo de descobrir se há referências ao seu imóvel constante cadastrado nos impostos prediais. Infelizmente, uma parte significativa dos inventários registra o imóvel de forma genérica com a expressão “tem uma casa na vila”. No entanto, em algumas descrições é possível encontrar os vizinhos do imóvel, se era térreo, sobrado ou assobradado, o número de portas e/ou janelas e o número de lanços⁵⁵⁷.

⁵⁵⁷ Sobre esse último, Beatriz Bueno diz que “com base na iconografia, interpretamos a expressão “casa de um lanço” como uma moradia, térrea ou sobrado, de um único cômodo frontal, com janela-porta-janela, uma porta e duas janelas ou, simplesmente, porta e janela. Já uma casa de dois lanços seria composta de dois cômodos frontais e assim sucessivamente, cada lanço resultaria no acréscimo de um cômodo ou extensão de fachada correspondente. O *lanço* seria, portanto, o módulo que orientava a atribuição de valor aos imóveis, com base na medição das testadas. Sendo a São Paulo colonial uma cidade predominantemente de taipa de pilão, talvez o lanço equivallesse a dois taipais, totalizando 4,40 m, uma vez que o taipal media

A partir disso, temos, pela Décima dos Prédios Urbanos de 1841: a localização do imóvel, seu valor, a forma de sua ocupação; pelo Imposto sobre Portas e Janelas de 1866: a localização e a quantidade de vãos que o imóvel possuía; pelos inventários: a localização, a vizinhança, a quantidade de pavimentos, de lanços e de portas e janelas e, finalmente, pelos documentos fotográficos do final do século XIX e início do XX: a forma desse casario.

Para cruzar os dados de localização dos imóveis descritos na Décima, atribuímos um número neutro a cada imóvel arrolado no atual núcleo da cidade. Depois, fizemos um primeiro cruzamento a partir dos nomes dos proprietários (o que inclui cônjuges e filhos herdeiros), ou seja, cruzamos o nome dos proprietários que constam no Imposto da Décima com os que constam no Imposto sobre Portas e Janelas e com os dos inventários. Para esse grupo, foi possível saber com bastante precisão qual era o imóvel em que ele residia e se ele perdurou ou se transformou ao longo do tempo. Depois, refizemos a pesquisa com os que sobraram a partir do nome dos logradouros, ou seja, não conseguimos descobrir em qual lote um determinado imóvel estava localizado, mas sabemos em que logradouro ele estava. Esses nos foram úteis para entender o perfil da rua, por exemplo, se mais residencial ou comercial, se majoritariamente térrea ou com sobrado etc. Há também um terceiro grupo em que não foi possível cruzar nenhum dado. Por fim, trabalhamos os documentos fotográficos⁵⁵⁸; construímos pranchas por logradouro, comparando o casario registrado em várias épocas e atribuímos a cada imóvel o número correspondente aos cruzamentos das fontes manuscritas. Assim, os imóveis que conseguimos localizar com maior precisão serviram de baliza para localizar, aproximadamente, os demais, gerando uma base georreferenciada, conforme modelo abaixo (**Figura 17**). A seguir, passamos a demonstrar como fizemos esse cruzamento.

uma braça (i.e. 2,20 m)”, o lanço, portanto, corresponde a 2,2 m. BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva Histórica...** p. 68.

⁵⁵⁸ Nessa tarefa, foi de especial ajuda o trabalho de cruzamento das fontes cartorárias com as fotografias de Militão Augusto de Azevedo feito por Paulo Garcez Marins em sua tese de doutorado: MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula**. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil. Séculos XVII-XX. Tese (Doutorado). FFLCH. USP. São Paulo, 1999.

Figura 17: Base dos dados georreferenciada da Décima dos Prédios Urbanos de 1841

4.6 – O conjunto arquitetônico da Praça e o alteamento da vila

A partir desse ponto, passaremos a espacializar hipoteticamente os dados da Décima dos Prédios Urbanos de São Luiz do Paraitinga de 1841, cotejados com outras fontes e a bibliografia já mencionadas. Por conjunto da Praça, entende-se o casario atual da praça central da cidade, propriamente dito, e as ruas subsidiárias, quais sejam, as ruas da Quitanda/Comércio/Barão de Paraitinga e, depois da década de 1860, as ruas da Cadeia/Rua 31 de março e a rua do lado esquerdo da Matriz/Rua Cônego Costa Bueno. Para isso, vamos seguir a trajetória feita junto da cobrança do imposto em 1841.

Rua da Quitanda/Comércio/Barão de Paraitinga

O primeiro logradouro listado no imposto foi a rua da Quitanda. Pela comparação dos dados da **Tabela 7**, atribuímos como lado esquerdo o que ladeia o rio (com 25 Imóveis) e, do outro lado, com extensão menor, o lado direito (com 8 imóveis). Com isso, inferimos que a trajetória dos cobradores da Décima começou no cruzamento do logradouro em questão com a rua da Ponte. A cobrança pode ter acontecido nesse local, pois a junta deve ter considerado como início a praça original da vila. Na mesma comparação, a somatória de todos os imóveis da rua registrados na Décima de 1841 (IDU) é de 33 imóveis, porém, no Imposto sobre portas e janelas (IPJ)⁵⁵⁹, esse número cai para 26 e, na planta de seu tombamento, volta a somar um número próximo ao de 1841: 34 imóveis. Essa oscilação talvez se explique pelo redirecionamento da Igreja Matriz e, por conseguinte, da praça para o local onde está hoje, abrindo espaço para novos loteamentos e para o surgimento da rua da Cadeia. Como estava dentro da área primeiramente concebida como a praça da cidade, talvez, entre as décadas de 1830-40, essa quadra ainda tivesse contornos imprecisos e sua forma atual se deu entre as décadas de 1840-60, o que justificaria não haver menção à rua da Cadeia no Imposto da Décima e constar no Imposto sobre portas e janelas. Assim, os lotes de tal quarteirão foram agrupados na rua da Quitanda no I.D.U. e, em 1866, agrupados também na rua da Cadeia (constando 9 imóveis, número muito próximo aos 8 de 1841). Corrobora essa hipótese o fato de Antônio Rodrigues de Mendonça aparecer como proprietário da última residência da rua da Quitanda, lado Direito, na Décima Urbana, e como o primeiro na rua da Cadeia, no Imposto sobre portas e janelas (na 2ª versão do documento), o que bate com as trajetórias de ambos os cobradores, passando pela quadra em sentido oposto. O nome de Mendonça

⁵⁵⁹ A partir de agora utilizarei I.P.J para me referir ao Imposto sobre Portas e Janelas e P.J. para me referir a quantidade de portas e/ou janelas de um determinado imóvel.

também aparece citado num inventário de 1835⁵⁶⁰, no qual era vizinho de uma morada de casas de 2 lanços do lado direito da rua da Quitanda, portanto antes da Décima.

Outros inventários registram mais pistas sobre os imóveis desse lado do logradouro (**Prancha 1B**). Num inventário de 1839, o proprietário tinha um imóvel voltado para a rua da Praça, na esquina com a rua da Quitanda e, portanto, com fundos para esse logradouro (demolido para a construção do sobrado nº 45, cuja testada aparece na **Prancha 2B** e a lateral na **Prancha 1B**), bem como tinha outra “dita [morada de casas] unidas às ditas de cima [citadas]”⁵⁶¹.

Também, Ignácio Lopes de Camargo, citado na Décima de 1841 como proprietário dos imóveis Nº 26 e 27 (**Prancha 1B**), localizados no outro extremo da rua (esquina com a rua da Ponte), deixou em seu inventário de 1846 uma “casa de morada” e “uma casinha [con]jugada às mesmas casas de morada”⁵⁶².

Esses dois documentos mostram que havia casas de fundo (a 2ª registrada na Décima) e talvez não alinhadas ao terreno ou ainda atrás das que estavam nas testadas das ruas. Diante disso, distribuímos os 8 imóveis listados (Nº 26 a 33) no loteamento atual da rua, considerando os imóveis mais antigos como basilares dessa distribuição e ressaltando, mais uma vez, que alguns deles talvez estivessem dispersos nessa quadra e foram demolidos para dar lugar a um novo casario a partir da década de 1850. Há poucos documentos fotográficos dessa parte da rua, e os que existem mostram imóveis predominantemente construídos no século XX. Todavia, nesse setor parecem ter predominado “casinhas”, que, provavelmente, eram edículas de casas cujas testadas ficavam na rua da Ponte e na rua da Praça e, depois da reconstrução da igreja, na rua da Cadeia.

⁵⁶⁰ “Um lanço aliás 2 lanços de casas de morada na rua da quitanda lado direito, partindo de um lado com casas de Antônio Rodrigues de Mendonça e de outro lado com casas dos herdeiros do defunto Antônio Lobo” in Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Caixa 43.

⁵⁶¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Caixa 40.

⁵⁶² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 47.

PRANCHA 1A – RUA DO COMÉRCIO - LADO ESQUERDO (RIO PARAÍTINGA)

PRANCHA 1A – RUA DO COMÉRCIO - LADO ESQUERDO (RIO PARAÍTINGA)

PRANCHA 1B – RUA DA QUITANTA/COMÉRCIO - LADO DIREITO (LADO DA MATRIZ)

O lado esquerdo da rua da Quitanda (**Prancha 1A**) tinha 25 imóveis, em 1841, 26, em 1866, e, na planta cadastral de seu tombamento, constam 23. Essa diminuição deve ter ocorrido pela fusão de lotes para a construção de sobrados na rua. Temos algumas pistas que nos permitem encontrar a localização dos dados dos impostos prediais no seu traçado atual. A primeira delas é uma segunda menção a Antônio Rodrigues de Mendonça, que aparece como proprietário do segundo imóvel do lado esquerdo, em 1841 e 1866 nº2. Outra pista é a residência de Manoel José Pereira. Seu inventário de 1846 diz que ele tinha “[...] uma morada de casas de sobrado com 6 portas na frente, 3 embaixo, 3 em cima [...]” “[...] citas na rua da quitanda [...]” “[...]no largo da matriz”⁵⁶³. O Dossiê IPHAN identifica esse imóvel como o sobrado mais baixo da atual praça da Matriz e afirma que foi construído por volta de 1830⁵⁶⁴ (Nº17). Assim, entre Antônio Rodrigues de Mendonça e Manoel José Pereira somam-se 14 imóveis na Décima; entre o mesmo Mendonça e o único imóvel com 6 portas e janelas da rua no imposto de 1866, somam-se 15 imóveis; atualmente, 13. No íterim supracitado foram construídos, na década de 1870, 3 sobrados idênticos e geminados que, provavelmente, uniram lotes menores, o que justifica tal diferença⁵⁶⁵ (Nº 14, 15,16). O inventário de José Pereira de Castro, datado de 1835, dá pistas sobre os imóveis antes da construção dos sobrados:

[...] 1 meio lanço de casas de morada na rua da quitanda lado esquerdo partindo de um lado com casas de Luiz Antônio da Silva e de outro lado com casas pertencente ao dito monte [...]

[...] 1 lanço de casas de morada forradas e assoalhadas nesta aliás na rua da quitanda lado esquerdo, partindo de um lado com as casas dita e de outro lado com casas do Capitão Manoel José Pereira.⁵⁶⁶

A primeira observação é que o documento confirma que esse era realmente o lado esquerdo da rua. A outra é que ele discrimina os vizinhos dos imóveis, com destaque, mais uma vez, para a casa do Capitão Manoel José Pereira, devidamente localizada (nº17). Assim, teríamos no sentido feito pela Décima: Luiz Antônio da Silva (cujo inventário de 1840 diz “[...] uma casa na vila na rua da Quitanda [...]”⁵⁶⁷), 1 imóvel de meio lanço, 1 imóvel de 1 lanço (forrado e assoalhado) e a casa do dito Pereira (Nº17).

⁵⁶³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 47.

⁵⁶⁴ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga**, p. 107.

⁵⁶⁵ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga**, p. 110.

⁵⁶⁶ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 40.

⁵⁶⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 44.

No imposto da Décima Urbana de 1841 (6 anos depois do Inventário), esses imóveis tinham outros donos e o filho de Castro habitava a casa nº 18, que ainda pertencia à família em 1866, ocupada pela viúva do filho de Castro, segundo o I. P. J. Isso nos permite refazer a operação: Bento Lopes habitava uma casa de 4 P. J., Francisco Pires de Moraes, outra com 3 P. J., Ana Major com 5 P. J. e, finalmente, os sobrados de 6 P. J. e o de Dona Genoveva, que já morava no sobrado que existe até hoje na praça Nº 18. Nota-se que muitos dos imóveis térreos da década de 1840 foram demolidos para construção dos ditos sobrados da praça.

Tabela 8: Alçamento da rua da Quitanda

N. Prancha	Nº14	Nº15	Nº16	Nº 17	Nº 18
Inventário de 1835	Luiz Antônio da Silva	1 imóvel de ½ Lanço	1 imóvel de 1 lanço	Manoel José Pereira	?
I.D.U -1841	Joaquim Ferreira da Silva	Pedro Paulo Pereira	Francisco Ferreira Damião	Manoel José Pereira	Joaquim Pereira de Campos
IPJ - 1866	Bento Lopes – Imóvel de 4 P. J	Francisco Pires – imóvel de 3 P.J.	Ana Major - Imóvel de 5 P.J	Rita – Sobrado de 6 P. J	Dona Genoveva – Sobrado de 10 P.J

Se continuarmos a rua e se contarmos os imóveis depois da casa de Manoel José Pereira até o final, ambos os impostos somam 8 residências; nas fotografias do final do século XIX e início do século XX, somam 6 residências e, atualmente, 7. Nesse setor, há três sobrados: o de Joaquim Pereira de Campos, com 10 vãos (nº 18), cuja data na bandeira da porta é de 1859; outro, ao lado, com 8 vãos (nº 19), que, segundo o Dossiê IPHAN, data, provavelmente, da década de 1870 e, finalmente, o sobrado que foi do Barão de Paraitinga (nº 23), com 10 vãos, gravado 1853 na bandeira da porta. Como os dois documentos registram o mesmo número de imóveis nesse setor da rua, infere-se que a construção do sobrado da década de 1870 (portanto, construído depois do I. P. J) pode ter utilizado outros lotes registrados anos antes nos impostos. Segundo os dados de 1866, entre o “sobrado da Prefeitura”, nº 18, e o do Barão, nº 23, havia 4 imóveis, respectivamente: nº19, 4 P. J; nº20, 1 P. J; nº21, 3 P.J; nº22, 3 P. J. A fotografia de 1882 (que registrou apenas os fundos dessa rua) parece mostrar apenas dois telhados entre os sobrados, e a fotografia de 1924-1927 mostra um terreno baldio e uma casa com 3 vãos. Na Décima Urbana de 1841, o imóvel nº21 pertencia a Tomás Morinelo da Costa, cujo inventário, cinco anos mais tarde, cita:

Umas moradas de casas citas no pátio da matriz desta vila com 6 portas na frente e uma janela e cozinha e uma loja anexa a mesma com as mobílias seguintes: 14 cadeiras de palhinha, 4 mesas, 3 catres, 1

marquesa, 2 bancos compridos, 1 armário, 1 tenda de ferreiro, 2 portas novas de meias folhas, 8 tábuas curtas, quatro caixas velhas e louças do uso da casa⁵⁶⁸

Essa loja era de “[...] fazenda seca sortida das espécies seguintes: ferragens, botica, 3 pares de esporas de prata, arreios, caixas, caixões, cangalharias de um armarinho e mais gêneros que foram o mesmo negócio”. Tratava-se, portanto, de um imóvel de uso misto, com 7 vãos (6 portas e 1 janela), que, com o falecimento de Costa, parece ter sido repartido nos imóveis nº 20, 21 e 22, que, quando somados, apresentam o mesmo número de vãos acima citados. Assim, os dados sugerem que o sobrado (nº19) foi construído no lote onde havia um imóvel de 4 P. J. e mais outro de 1 porta, provavelmente referente à loja de fazendas secas. Sendo assim, o terreno baldio corresponderia a um imóvel de 3 P. J. (registrado apenas o telhado na fotografia de 1882), seguido de outro de mesma dimensão e que até hoje tem 3 P. J. Por fim, a rua termina com o sobrado do Barão (nº23) e 2 residências com respectivamente 3 e 2 P. J., provavelmente suprimidas por outra térrea de 5 P. J., conforme registros fotográficos (nº 24 e 25).

É possível perceber que, no período entre 1830-40, esse casario era bastante modesto, com imóveis de ½ e 1 lanço (porta e janela e só porta), e o sobrado do bracarense Manoel José Pereira era uma exceção. O pai de Pereira – Antônio José das Neves – comprava a produção local de São Luiz do Paraitinga (especialmente fumo e toucinho) e revendia no Rio de Janeiro. De lá, trazia uma série de artigos para liquidar na vila, como 50 enxadas, 50 chapéus de Braga, 44 caixas de pano azul, retroses, cangas, carneiras, cadarços de sapato⁵⁶⁹ etc. Com a morte do pai, em 1803 (ano que Pereira aparece com 25 anos e como pequeno agricultor de milho e feijão), o dono do sobrado assume os negócios da família e, nas listas nominativas seguintes, já é mencionado exercendo as mesmas atividades do pai. No Maço de 1808, por exemplo, é citado como comerciante que comprou 100 arrobas de toucinho a \$800 réis a arroba, vendendo no Rio de Janeiro a 1\$200 réis; comprou também 150 arrobas de fumo a \$800 réis a arroba e revendeu na Capital por 2\$240 réis. Da mesma forma, estava “vendendo a fazenda que meteu nesta vila no ano de 1807”. Nesse vai e vem, nosso comerciante de Braga também comprava escravos. Seu plantel cresce nas listas nominativas, até chegar a 30 no seu inventário. No Maço de 1818, por exemplo, a maioria deles era composto por africanos, jovens, congos,

⁵⁶⁸ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 53.

⁵⁶⁹ APESP. Maços de População de São Luiz do Paraitinga. Ano 1801. Rolos 179 a 182.

“banguelas” e cabindas, bem como consta a venda de Faustina na vila de Cunha, com 23 anos, solteira, parda e crioula⁵⁷⁰.

O inventário de Manoel José Pereira arrolou mais 6 imóveis na vila e 2 propriedades no termo, sendo um de 2 lanços “com armação de venda” e outra

[...] moradas de casas ao pé da boca da ponte com armação de loja e três portas na frente, uma janela e uma janela para o lado da ponte, no oitão e fundo para o rio Paraitinga – 900\$000 reis [...]⁵⁷¹

A ponte mencionada ficava na rua da Vila, que era prolongamento do caminho que ligava São Luiz a Taubaté e a Ubatuba e, portanto, com bastante tráfego de viandantes. Embora seu inventário não permita saber onde estavam localizados seus pertences, foram arrolados itens de luxo para a época, como vários móveis “tecidos de palhinha”, oratório com “redoma de vidro”, facas de mesa “com cabo de prata”, xícaras “douradas da Índia” todo seu equipamento de montaria de prata, livros de medicina, moral, “vida cristã”, Direito etc. No seu testamento, como já citamos, declarava ser “[...] indigno irmão da Confraria do Santíssimo Sacramento desta Vila [...]” e deixava 1 conto de réis para a finalização do telhado da Matriz e mandou fazer uma de suas “campas”, onde pedia para ser enterrado⁵⁷².

Entre 1850-1860, observamos um aumento do tamanho das casas térreas para meias-moradas, $\frac{3}{4}$ de moradas e moradas inteiras (3, 4 e 5 P. J.) bem como o alteamento de alguns imóveis como os sobrados de 10 vãos nº 18 e 23. Esses dois imóveis, em 1841, pertenciam à família Pereira. O pai, o Capitão José Pereira de Castro, como vimos, morreu em 1835, portanto antes desse alteamento. Nos Maços de população até 1818, ele sempre foi citado como “roceiro de mantimentos”, plantador de milho, feijão, arroz, algodão e produzindo toucinho em grande quantidade. Já no seu inventário de 1835, consta ter um canavial com instrumentos para produção de aguardente e começava a plantar café com “300 pés [...] dando” e um plantel de 43 escravos⁵⁷³. Seu inventário também discrimina os bens que havia em suas casas na vila. Tratava-se basicamente de armários, catres, caixas, bofetes, bancos e mochos, todos de madeira.

⁵⁷⁰ APESP. Maços de população de São Luiz do Paraitinga. Anos 1801, 1803 e 1808. Rolos 179 a 182. Os dados de Faustina foram encontrados no Maço de 1813.

⁵⁷¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício. Inventário de Manoel José Pereira. 1846. Caixa 47.

⁵⁷² Idem.

⁵⁷³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 40.

Parte dessa herança passa para seu filho, Joaquim Pereira de Campos, que consta na Décima Urbana de 1841, habitando o imóvel nº 18. Ele constrói o sobrado em 1859 e morre um ano depois. No I. P. J, habitava o local a viúva Dona Genoveva. No inventário de Joaquim, não consta o arrolamento de seus bens. A única informação que encontramos sobre ele foi no Maço de população de 1818, ainda jovem, com 6 escravos e criando porcos como o pai.

O imóvel nº 23 pertencia, em 1841, ao Alferes Manoel Pereira de Castro, também filho de José Pereira de Castro. Luís Saia o aponta como uns dos maiores produtores de café da vila, em 1852⁵⁷⁴. No seu inventário de 1857⁵⁷⁵, ele morava num sobrado na rua do Rosário e já tinha se desfeito desse imóvel na rua da Quitanda, provavelmente, vendido para Manoel Jacinto Domingues de Castro. No *Almanak da Província de São Paulo de 1873*, consta que ele recebeu o título de Barão do Paraitinga nesse ano. Foi chefe do Partido Conservador, acumulando vários mandatos como deputado provincial e chefe do 14º Batalhão da Guarda Nacional. Estava no seletor grupo de capitalistas da província, além de ser fazendeiro de café e algodão⁵⁷⁶.

Finalmente, na década de 1870, houve a finalização desse alteamento com a construção dos sobrados geminados (nº 14, 15 e 16) e do sobrado de 8 vãos, nº19. A partir disso, o casario conservou-se quase totalmente até os dias de hoje. Os documentos fotográficos das primeiras décadas do século XX mostram que o casario térreo era composto por uma porta e o restante dos vãos por janelas, indicando uso residencial. Também cumpriam essa função os sobrados geminados da terceira fase, que, segundo o Dossiê IPHAN, já foram construídos, na década de 1870, com janelas no pavimento inferior⁵⁷⁷. Todos os demais sobrados desse logradouro tinham seu térreo composto por portas, inclusive o sobrado do Barão de Paraitinga, que, nas fotografias do começo do século XX, aparece com o térreo composto por janelas, mas análises do CONDEPHAAT, na década de 1970, encontraram ali estruturas de portas⁵⁷⁸. Isso pode indicar também uso comercial nesses imóveis e, a partir do final do século, uso predominantemente residencial.

⁵⁷⁴ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson. *São Luís do Paraitinga...* p. 24.

⁵⁷⁵ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício. Caixa 68.

⁵⁷⁶ LUNE, Antônio José Baptista de; Fonseca, Paulo Delfino da. *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

⁵⁷⁷ Idem, p. 110.

⁵⁷⁸ IPHAN. *Dossiê São Luiz do Paraitinga...* p. 108.

A análise do casario da rua da Quitanda permite entender três fases de alteamento nos imóveis que também se repetiam no resto da vila. Uma primeira, com casas pequenas e 1 sobrado ligados a uma economia comercial de abastecimento. Uma segunda fase, composta pelos descendentes desses, que plantaram café paralelamente com as mesmas atividades exercidas pelos pais. E, finalmente, uma terceira fase, cujo café concentrou parte mais significativa de sua produção, mas – cabe ressaltar – em nenhum dos casos se apresentou como atividade principal. Todas essas gerações têm grandes plantéis de escravos comparáveis, algumas vezes, a escravocratas nas zonas onde o café foi hegemônico.

Rua da Praça

Depois da rua da Quitanda, a Junta da Décima dirigiu-se para a Praça. Ela já estava quase toda ocupada, em 1841, com 13 imóveis, permanecendo assim até 1866 e, no momento do tombamento, havia 15 imóveis. Como se trata do mesmo número de imóveis, lançamos mão, primeiramente, dos dados do Imposto sobre portas e janelas como forma de identificar a localização aproximada dos imóveis em 1841 (o que não significa, necessariamente, que se trata da mesma materialidade).

Pela quantidade deles, atribuímos os 11 imóveis listados na Décima Urbana ao lado esquerdo da rua de quem olha a Matriz (**PRANCHA 2A**). Não consideramos a última casa da rua (perto da Matriz) como pertencente ao logradouro, pois sua porta principal localizava-se na rua do Carvalho. Nota-se também que, na imagem de 2007/08, ela aparece dividida, enquanto, na fotografia de 1935, o conjunto fazia parte de um imóvel só⁵⁷⁹. Assim, atribuímos o nº 44 ao antepenúltimo imóvel da rua, ao qual o escrivão de 1866 atribuiu 8 portas e janelas, número que bate com a foto de 1935 e a de 2007/8. Em 1841, essa residência pertencia ao Alferes João Alexandre da Silva que, provavelmente, a herdou de sua primeira esposa, Ana Bilarda Fonseca, em cujo inventário, de 1838, consta

[...] 2 lanços de casas com 3 portas, partindo de um lado com as casas de Dona Ana Moreira de Moraes e de outro lado com propriedades do alferes Thomás Gomes França na rua da praça nesta vila⁵⁸⁰

⁵⁷⁹ O Dossiê IPHAN (IPHAN, 2010, p 92) não considerou essa possível união das casas ao analisar o conjunto e as obras recentes de restauração desses imóveis pelo Arquiteto responsável Ronaldo Garcia, encontrou uma alcova comum às duas casas.

⁵⁸⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 43.

Nota-se que a propriedade anotada na Décima de 1841 era uma loja, por possuir apenas portas, talvez, de molhados ou taberna, pois também foram arroladas no inventário de Fonseca 3 garrafões e 24 garrafas. João Alexandre morre em 1843, e não há mais menção a essa casa no seu inventário. Em 1866, ela já aparece alteada com 8 vãos e pertencente ao Tenente José Soares de Souza, casado com uma das filhas do Major José Pereira dos Reis.

Continuando a rua, a casa nº43 parece ser da segunda metade do século XX, mas, na fotografia de 1935, foi registrada com 3 P. J., número que bate com o documento de 1866/67. Isso se repete no nº 42 e no nº 41. Esse último imóvel (casa de morada e meia) foi destruído pela enchente, mas tinha gravado em sua bandeira de ferro, em cima da porta, o ano de 1863. O dossiê IPHAN afirma que, antes dessa construção, havia, na década de 1830, uma casa térrea com 6 portas e mais uma casa anexa, indicando também uso comercial⁵⁸¹.

Os imóveis seguintes constam no Imposto de 1866 com, respectivamente, 1 e 2 portas/janelas; no recorte da fotografia de 1933, aparece um imóvel com 2 portas e 2 janelas; na fotografia de 1930/40 e na de 2007/2008, com 3 P.J. Conjectura-se que os dois imóveis citados no Imposto sobre portas e janelas (nº40 e nº39) ocupavam esse lote, pois a próxima residência (nº 38), consta no I. P. J. e, em todos os documentos fotográficos do início do século XX, com 4 P. J. Depois disso, não conseguimos mais estabelecer relações. O documento de 1866/67 indica mais 3 imóveis na rua com, respectivamente, 2, 2 e 4 P. J, em ordem decrescente na numeração. A fotografia de 1930/40 registra, nessa mesma ordem, 3, 3, 2, 3 e 3 P. J., e a cronologia estabelecida pelo CONDEPHAAT identifica 3 imóveis do século XIX e 1 da segunda metade do XX. Assim, atribuímos os 3 imóveis restantes aos que o órgão de preservação classificou como pertencente à primeira e segunda metade do século XIX.

Esse trecho da rua da Praça foi um setor comercial da vila com lojas grandes que foram demolidas e/ou transformadas em residências, a partir da década de 1860, sobrevivendo apenas algumas bodegas como parece mostrar as fotografias dos imóveis nº 38, 39 e 40, com 2 portas e janela ou apenas 1 porta, dando acesso a um cômodo separado. Em 1849, foram arroladas, no inventário de Ana Bárbara da Luz, “[...] casas no pátio com 3 portas de frente”⁵⁸². A casa nº 35, no inventário de Ana Joaquina de Oliveira,

⁵⁸¹ IPHAN. Dossiê São Luiz do Paraitinga, p. 113.

⁵⁸² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 57.

de 1836, consta uma “[...] morada de casas de 2 lanços nesta vila na rua da Praça lado esquerdo”. Os itens arrolados nessa casa foram 6 tábuas de cedro, 1 estrado, 1 “escadinha de loja”, 6 pares de dobradiças, 500 broxas de sapateiro, 1 resto de fazenda e uma série de lençarias, envolvendo lençóis, travesseiros, toalhas, sacos sortidos, capotes de caxemira, chalés, chapéu etc.⁵⁸³ Estas vendas, talvez, remetessem à época em que funcionou ali a quitanda da Vila. O Código de Posturas de 1854, em seu artigo 61, designava:

[...] para o lugar da quitanda nesta vila o pátio da matriz a costado para o lado de cima desde o beco que segue para o rio até o canto que segue para a rua do rosário a onde se [corroído]nderão todos os gêneros de comedorias aos domingos e dias santos e festas [...]⁵⁸⁴

No entanto, no Dossiê IPHAN, Trindade afirma que ela já acontecia nesse lugar desde de 1834⁵⁸⁵. No geral, esse trecho pouco se alteou e, com as transformações da cidade, a função comercial do logradouro foi perdendo espaço para residências. Na década de 1860, por exemplo, todos os maiores imóveis dessa rua pertenciam a Antônio Soares de Souza. Além do sobrado de 8 vãos, eram dele a casa assobradada de esquina (cuja porta dava para a rua do Carvalho) e a morada e meia nº 41. Souza foi um influente fazendeiro e, a partir da década de 1860, comprou várias terras na região onde se formou a cidade de Lagoinha. Isso reforça mais uma vez a nossa hipótese de um casario para uso residencial por fazendeiros, ligados a um mercado de abastecimento comercial e que, em alguma medida, se envolveram com café. Como veremos, a principal área comercial da cidade passou, na segunda metade do século XIX, para a região onde hoje está o mercado municipal.

O lado direito da rua/largo da Praça (de quem olha a matriz de frente) foi listado no imposto da Décima com apenas 2 imóveis “do outro lado” e, hoje, apresenta 4, considerando que o último (mais próximo da praça) tinha sua porta principal virada para a rua da Cadeia (destaque em círculo). Embora não registre os lados da praça, nos quais estavam alocados os imóveis, e apresente a mesma quantidade de casas do que na Décima, o Imposto de 1866 lista as últimas casas daquela área com 20, 10 e 10 P. J., respectivamente. Assim, se a configuração da praça de 1866 fosse a mesma de 1841, uma

⁵⁸³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 43. Descobrimos que era a casa nº 35, porque o herdeiro dela é citado na Décima dos Prédios Urbanos de 1841.

⁵⁸⁴ APESP. Vereanças de São Luiz do Paraitinga. Livro VII – Legislação, Provimentos Gerais Código C09030, p. 20

⁵⁸⁵ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 164.

casa de 20 portas e janelas deveria se localizar no canto esquerdo para quem olha a matriz (onde hoje há a ponte de acesso principal da cidade). O Dossiê IPHAN cita que houve um sobrado no canto dessa rua, mas que foi demolido na década de 1890 para dar lugar ao chamado “[...] beco e porto do império [...]” (local de devoção ao império do divino espírito santo e, posteriormente, nova passagem sobre o Rio⁵⁸⁶). No entanto, não encontramos vestígios desse imóvel na documentação. A fotografia de 1882 parece apontar apenas casas térreas até o final dessa parte da praça, e a “planta da vila de São Luiz do Paraitinga” de 1850 (vide o detalhe em círculo na **Figura 19**) já apontava uma ponte no local. Assim, pode ter havido a fusão de lotes menores para a construção dos sobrados, o que explicaria o aumento de um imóvel do lado direito da praça, sem ocasionar aumento no número total de residências.

É sabido que o último imóvel listado na Décima de 1841 pertencia aos herdeiros de José Gomes de Gouveia e, no Imposto de 1866/67, estava ocupado pela sua filha Delfina, correspondendo, portanto, ao mesmo imóvel em ambos os documentos e com 10 P. J (nº46) na década de 1860. O Dossiê IPHAN aponta também que o sobrado de esquina com a Rua da Quitanda (atual Rua Barão de Paraitinga) pertencia ao Cel. José Domingues de Castro e foi construído em 1861, no mesmo terreno onde seu pai possuía uma residência⁵⁸⁷. Não encontramos o testamento de José, mas de seu pai, Manoel Domingues de Castro, em cujo inventário de 1839 (já citado) consta “[...] uma morada de casas na vila donde mora o herdeiro José [...]” e “[...] uma dita [morada de casas] unidas as ditas de cima [citadas]”⁵⁸⁸. O único filho de Manoel, chamado José, é o dito Coronel, portanto ele já vivia na casa desde 1839, mas não foi registrado em nenhuma residência na Décima de 1841, constando apenas no Imposto de 1866. Tudo indica que a segunda casa listada na Décima é a da esquina e tinha, em 1866, 20 P. J. Essa quantidade de portas e janelas não bate com o casarão atual, que tem 28 (18 delas para o lado da atual rua Barão do Paraitinga), mas como o testamento fala que Manoel Domingues de Castro mencionou duas casas unidas, provavelmente, se fundiram em momentos posteriores.

⁵⁸⁶ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga** ... p. 115. Não é citado o documento de que foi extraída essa informação.

⁵⁸⁷ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga**... p. 111.

⁵⁸⁸ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 43.

PRANCHA 2A – PRAÇA – LADO ESQUERDO DE QUEM OLHA A MATRIZ

PRANCHA 2B – PRAÇA LADO DIREITO PARA QUEM OLHA A MATRIZ

A família Gomes de Gouveia era repleta de descendentes com o nome José. José Gomes de Gouveia, o avô, nasceu por volta de 1690, na Província do Algarve, Portugal. Casou-se por volta de 1716 com Maria Nunes de Siqueira, com quem teve 8 filhos, e morreu em 1732, em Guaratinguetá. Já José Gomes de Gouveia, o filho, nasceu por volta de 1720, em Taubaté, casou-se com Maria Barbosa da Silva e foi inventariado em 1776, em Mogi-Mirim⁵⁸⁹. Ele foi uma figura importante no governo de Morgado de Mateus na construção da Fortaleza do Iguatemi e na demarcação de terras entre as Coroas Portuguesa e Espanhola. Talvez por isso, tenha conseguido sesmarias para seus filhos Salvador Gomes de Gouveia e Silva e José Gomes de Gouveia e Silva, o neto, em terras de São Luiz do Paraitinga, na década de 1780⁵⁹⁰. José Gomes de Gouveia, o neto, nasceu em Mogi-Guaçu, em 1745, e faleceu em São Luiz do Paraitinga, em 1826. Casou-se com Joana Maria da Silva, com quem teve 8 filhos: José Alexandre Gomes de Gouveia, Antônio Estevão Gomes de Gouveia, Maria, Joaquina, Ana, Isabel, Delfina e Manoel Gomes de Gouveia, filho ilegítimo de José, o neto, com Ana Teresa de Jesus⁵⁹¹.

José, o neto, é citado tanto nos Maços de população de São Luiz do Paraitinga quanto nos de Cunha no mesmo período, demonstrando sua atuação conjunta nas vilas da Serra do Mar. O primeiro dado que temos dele encontra-se no Maço de população de Guaratinguetá, de 1776, morando na sede Freguesia do Facão (futura vila de Cunha), com 8 escravos e atuando como “comerciante de fazenda seca”⁵⁹². Del Olmo⁵⁹³ afirma que ele aparece pela primeira vez nas listas nominativas de São Luiz, em 1779, com 9 escravos. Em 1789, na recém-criada vila de Cunha, consta com um sítio onde possuía 22 animais cavaleiros, 95 unidades de gado vacum (incluído as prenhas e as crias), 520 cabeças de porcos (incluído as prenhas e as crias), 3.000 alqueires de milho, 150 alqueires de feijão, 20 de arroz e 26 escravos. Essa quantidade supera todas as cifras dos demais arrolados no Maço de Cunha naquele ano⁵⁹⁴. Além disso, o Maço lista que Gomes de Gouvêa atuava

⁵⁸⁹ Estava envolvido nos conflitos em torno da passagem de Mogi-Guaçu e na questão da mudança do local da vila de Mogi-Guaçu para Mogi-Mirim trabalhadas no Capítulo 2

⁵⁹⁰ NERY, Rosa Maria de Andrade. **São Luiz do Paraitinga: Reduto de gente bandeirante**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 236-237.

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² Todas as referências sobre os Maços de População de Cunha foram extraídas do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Microfilmes. Maços de pPopulação de Guaratinguetá, rolos 55 a 67, e Maços de população de Cunha, rolos 49 a 52.

⁵⁹³ OLMO, Maria José Acedo del. **Vila vida e mercado...** p. 106.

⁵⁹⁴ Uma das medidas utilizadas nos maços era o alqueire que corresponde a uma medida de volume e equivale a 36,4 litros. Luna e Klein (2001) fizeram uma pesquisa para converter essa medida em peso e chegaram à conclusão que o milho e feijão corresponderiam a 30,255 quilos e o arroz a 24,18 quilos. Já arroba equivale a aproximadamente 15kg.

como contratador do dízimo e é mencionado morando na recém-criada vila de Cunha com duas “moradas de casa”, como também possuindo uma “[...] morada de casas na vila nova de São Luís”⁵⁹⁵. A partir daí, ele desaparece das listas cunhenses e só é citado nas luizenses. Em 1798, aparece como Capitão-Mor da vila de São Luiz e roceiro, plantando mantimentos para seu consumo e produzindo 600 arrobas de toucinho com 45 escravos; em 1801, consta o envio de 254 capados para o Rio e a venda de 6 dos 53 escravos que possuía; em 1803, é citado com as mesmas atividades e negociando com a Bahia. Como veremos no próximo capítulo, ele tinha uma “lança” chamada “Para Invocação Nossa Senhora da Conceição”, por meio da qual transportava sua produção para o Rio de Janeiro, Bahia, Montevidéu e Buenos Aires⁵⁹⁶. Até 1818 – última lista transcrita – seus negócios seguem crescendo até chegar a um total de 72 cativos.

A casa de José Gomes de Gouveia e Silva não é a que hoje existe na Praça. O Dossiê IPHAN a descreve como uma casa grande e térrea⁵⁹⁷. A partilha de seus bens foi feita por um processo chamando “partilha amigável”, no qual os itens arrolados são descritos de forma muito sucinta. Os bens de raiz urbanos, por exemplo, foram descritos apenas como “as casas da vila”. No entanto, alguns itens arrolados nos dão pistas do interior de seus imóveis. Ele possuía uma liteira arreada, toalhas e guardanapos de Guimarães, cobertor inglês, uma cuspideira de estanho, um “capote de caxemira”, uma cama da Índia, lenços de linho americanos com babados, um oratório com 5 imagens e com adereços de prata, um lambique de estilar flores, um banguê, um par de dragonas bordadas com pedras etc.⁵⁹⁸

Da mesma forma, o testamento de Manoel Domingues de Castro destaca a criação de animais para transporte, como 34 bestas de carga, 25 éguas, burros e 2 juntas de boi mansos e, para abate, como 125 porcos e 14 vacas, bem como o maior plantel de escravos da vila, com 69 pessoas. Além disso, tinha 9 “sorte de terras” no termo, cuja sede da fazenda possuía engenho e senzalas. O mobiliário da casa da cidade foi especificado em seu inventário. Tinha 1 dúzia de cadeiras, 1 cômoda, 1 mesinha de cabiúna, 1 marquesa forrada, 2 mesas com gavetas, 1 dita pequena, 2 camas de armação, 1 catre, 1 caixa

⁵⁹⁵ APESP. Maços de População de Cunha. Rolos 59 a 81 e os Maços de População de Guaratinguetá. 1776 e 1778. Rolos 55 a 67.

⁵⁹⁶ Ibidem.

⁵⁹⁷ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 111.

⁵⁹⁸ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1827. 1º Ofício Caixa 32.

grande, 1 banco comprido, 1 aparelho de chá azul, 1 bandeja grande e 7 tamboretes⁵⁹⁹. Seu filho, o Cel. José Domingues de Castro, foi aquele que construiu o sobrado que está até hoje na praça. No *Almanak de 1873*, ele aparece dentro do grupo de detentores de fazenda de café e algodão⁶⁰⁰.

O terceiro sobrado constante no Imposto sobre portas e janelas é o que existiu entre os dois citados e foi destruído pela enchente de 2010. Sua bandeira de ferro na porta marcava a data de 1858 e comportava 10 P. J; quantidade que bate com o imóvel que existia lá. Ele pertencia a José Antônio Rodrigues Guerra, que foi arrolado no *Almanak de 1873* como fazendeiro de café e algodão⁶⁰¹. A construção desse sobrado foi motivo de contenda familiar em 1851, pois, com o falecimento do Capitão José Gomes de Gouveia, os filhos herdaram “em partes iguais nas Casas que foram de seu falecido pai”:

[...] citas na rua da Praça desta vila com seus competentes fundos até fazerem frente na rua da Ponte em cujo terreno edificou seu dito irmão umas casas com consentimento havendo antes prescindido entre ambos um trato bocal de unirem o nas duas partes, e partirem nas ao meio ficando pertencente ao suplicante a metade que faz frente para praça e ao dito seu irmão a que faz frente para a rua da Ponte⁶⁰²

As partes citadas no texto eram o suplicante, Capitão José Alexandre Gomes de Gouveia, que trabalhava com o pai e que estava envolvido nas contendas da construção da Cadeia e da Igreja contra o irmão, o Sargento-Mor Antônio Estevão Gomes de Gouveia, fazendeiro de café e algodão⁶⁰³. O Sargento-Mor estabeleceu, por ele mesmo, uma divisa no terreno e colocou um muro para demarcá-la, mas Alexandre nunca havia interpretado isso como “[...] um ato possessório, mas sim fundada naquele trato que haviam feito na confiança de irmãos e amigos”. A contenda iniciou quando as irmãs de Alexandre e Antônio decidiram “[...] levantar um novo edifício[...]

” e “[...] demoliram a casa velha que se achava arruinada [...]” (onde morava o pai). Para isso, fizeram “[...] um novo trato” com Antônio Estevão, que, “arbitrariamente”, começou a repartir com elas a gleba sem a participação do suplicante, “[...] ficando lesado na metade delas”. Em outras

⁵⁹⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1839. 1º Ofício Caixa 43.

⁶⁰⁰ LUNE, Antônio José Baptista de; Fonseca, Paulo Delfino da. **Almanak da Província de São Paulo para 1873**... p. 184.

⁶⁰¹ LUNE, Antônio José Baptista de; Fonseca, Paulo Delfino da. **Almanak da Província de São Paulo para 1873**. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 184.

⁶⁰² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Auto de Embargo, 1º Ofício Caixa 59.

⁶⁰³ LUNE, Antônio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da. **Almanak da Província de São Paulo para 1873**...p. 184.

palavras, Antônio Estevão ficou com metade da gleba e a outra metade dividiu com as irmãs, fazendo com que Alexandre Gomes se sentisse prejudicado e entrasse na justiça.

Esse documento esclarece, primeiramente, que havia poucas casas anteriores ao alteamento desse logradouro que foram demolidas para abrir espaço para os sobrados atuais (construídos entre 1850-1870) e que esse quarteirão só se definiu na década de 1840-1860, com a subdivisão dos lotes que perpassavam toda a quadra, se reajustando com a mudança da Igreja. O dossiê IPHAN diz que:

O rol dos prédios taxados pela décima urbana, em 1840, indica apenas dois proprietários nessa testada, ou “Lado Direito da Rua da Praça”. Um deles era o filho do patriarca da família Gomes de Gouvêa, capitão-mor da vila entre as décadas de 1790 e 1820, que ali tinha a sua morada de casas erguidas em 1801. Em 1851, uma vez aberta e alinhada à Rua da Cadeia, os descendentes (netos) do antigo capitão-mor que herdaram os terrenos, vagos na ocasião, que faziam a quina da praça com essa nova rua (prevista desde há muito), vendem-nos a terceiros: nesses terrenos e no que estava a antiga “casa grande” avoenga, térrea, serão construídos alguns dos cinco sobrados que ali estão até hoje⁶⁰⁴.

O auto de embargo é do início da década de 1850, o que nos permite imaginar que, na década anterior, o imóvel do pai das partes citadas se estendia até a rua da Ponte, indicando muitos espaços desabitados. Foram os filhos do antigo Capitão-Mor que construíram parte dos sobrados, inclusive o de 1858, que, segundo o mesmo órgão, “[...] também pertenceu a membro da família Gomes de Gouvêa”⁶⁰⁵. Ao que parece, o adensamento dessa área, dando configuração ao quarteirão, se deu apenas depois da reconstrução da igreja, o que corrobora a hipótese de que houve uma tomada das áreas da praça original pelas elites locais e que essa quadra só ganhou forma em momentos posteriores à reorganização do centro da vila na década de 1830-1840. Ainda sobre a contenda, um meirinho foi enviado ao local e descreveu o estado da obra que foi embargada:

[...] uma edificação de taipa que na frente se via os vãos entre os lugares para porta com seus palmos e meio, os pilares dos cantos e as taipas dos lados se acham com três palmos e meio de altura, sendo na frente não todos os pilares e só os dos cantos faltando igualar com os demais o cumprimento de umas taipas e nestes termos⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 111.

⁶⁰⁵ Ibidem.

⁶⁰⁶ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Auto de Embargo, 1º Ofício Caixa 59.

Augusto C. da Silva Teles identifica três tipos de estrutura nos sobrados de São Luiz do Paraitinga:

- 1º as “paredes externas e uma interna de travamento, de taipa de pilão. E as demais divisórias de pau a pique”;
- 2º o “térreo totalmente de taipa de pilão e o sobrado de pau a pique”;
- 3º e o “térreo estruturado com pilares de alvenaria de pedra, e as paredes internas de taipa e todas as paredes do sobrado de pau a pique”⁶⁰⁷

Parece que o sobrado em questão tinha pilares e as paredes do sobrado de taipa, juntando elementos desses modelos. Essa forma de construção, segundo o mesmo autor, seria a combinação de um sistema tradicional de São Paulo (em taipa de pilão) com o mineiro e/ou fluminense de pau a pique.

Todos os dados sugerem mais uma vez que essa quadra estava sendo reorganizada no momento de mudança do conjunto Igreja/prça. Até 1841, havia apenas 2 imóveis no lado direito da praça e, provavelmente, espaços livres da testada com a mesma, que foram ocupados posteriormente. Nota-se, mais uma vez, que a materialidade urbana construída no início do século XIX relaciona-se com potentados ligados a um mercado de abastecimento, cujos objetos no seu interior guardam traços de sofisticação. Ela foi substituída por sobrados construídos na segunda metade do século XIX por outra geração envolvida com café. No entanto, a rubiácea não concentrou todas as forças produtivas dessa geração, que também se apropriou muito dos negócios dos pais. Em ambos os casos, a escravidão era aquilo em que estava concentrada a maior parte de suas riquezas.

A rua da Cadeia e a rua do lado esquerdo da Matriz

Constam apenas, no Imposto sobre portas e janelas, outras duas ruas tributárias da praça e que se formaram com as mudanças do eixo da Matriz⁶⁰⁸. A primeira delas é a rua da Cadeia (hoje 31 de março) (**PRANCHA 2C**) com 9 imóveis descritos no I. P. J que, como vimos, provavelmente, parte dela foi alocada no lado direito da rua da Quitanda, em 1841. O IPHAN afirma que esse logradouro já estava demarcado desde o início da vila, e sua construção só teve início na década de 1840. Não encontramos documentos que mencionem esse dado, mas, pelo que analisamos até então, esse casario formou-se com a ocupação da praça primitiva a partir das brigas que já analisamos. Não encontramos

⁶⁰⁷ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do Café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006, p. 58.

⁶⁰⁸ O casario dessa rua será marcado com vogais por não se encontrar na Décima de 1841.

fotos antigas que a retratem de forma completa, com exceção da fotografia de 1882, que indica apenas a silhueta de alguns imóveis. Temos disponíveis apenas recortes referentes a 4 imóveis que ocupavam as esquinas da rua. O I. P. J. tem anotado, de um lado, dois imóveis com 22 P. J. e 27 P. J. e, de outro, um com 20 P. J. Acreditamos que a imóvel letra R⁶⁰⁹ seja o de 27 P. J. (de Lúcio Lopes Figueira) e de letra A seja o de 22 P. J.; este possuindo a mesma quantidade de portas e janelas até hoje. O imóvel R possui hoje 22 P. J. (também de Lúcio Lopes Figueira), mas, provavelmente, abrangia o sobrado do lado, com 6 P. J., uma vez que ele não é mencionado na rua da Praça no Imposto de 1866. Se esta hipótese se confirmar, temos um total de 29 P. J.; número próximo às 28 registradas no documento. Na outra ponta, já na esquina da rua da Ponte, havia um imóvel (já demolido) onde funcionava o antigo hotel da cidade e, provavelmente, era esse prédio o que consta do Imposto de 1866 (Z), de Vitoriano Lopes Figueira de Toledo. No entanto, ele foi registrado com 22 P. J., nos documentos fotográficos, e, no Imposto, 20 P. J. Esse imóvel tinha 2 portas principais, que davam tanto para rua da Ponte como para rua em questão, mas não há imóvel com essa quantidade exata ou aproximada de portas e janelas na primeira rua citada, o que reforça nossa hipótese. Por fim, a escassez de fontes referentes a esse logradouro também não permitiu que identificássemos os outros 6 imóveis.

O lado esquerdo da Matriz (PRANCHA 2D), na verdade, corresponde ao lado direito dela, considerando a sua posição atual. Em documento já citado de 1840 (data do início da construção da Igreja), houve menção de deixar vago o “lado esquerdo do pátio da Igreja”, o que talvez justifique o nome desse logradouro no imposto predial. Como vimos, os imóveis dessa rua foram construídos em cima do aplainado da igreja, o que criou uma ponta desalinhada com o resto da praça e os imóveis das pontas se transformaram em casas assobradadas. O Imposto sobre portas e janelas registra apenas 4 imóveis no I. P. J. Nesse documento, o primeiro imóvel da rua consta com 20 P. J. o que corresponde hoje ao meio-sobrado letra A (do Padre Francisco José Colassâncio), localizado na Praça, 2 imóveis com 3 P. J, letras B e C e, finalmente, outra casa assobradada (D) na esquina com a rua do Rosário, onde funcionou uma escola e pertencia a Lúcio Lopes Figueira.

⁶⁰⁹ Estou usando aqui letras e não números para sinalizar que esse logradouro (e seus imóveis) não existiam no documento da Décima Urbana de 1841.

Dos 9 imóveis arrolados no Imposto sobre portas e janelas referentes à Rua da Cadeia, 5 eram do bando de Figueira e 1 na rua lateral da igreja, com destaque para Lúcio Lopes Figueira (seu irmão). Parte desses loteamentos diz respeito à briga acerca da ocupação da antiga área da primitiva matriz já exposta no capítulo anterior.

O Capitão Mor José Lopes Figueira era um cunhense que começou a aparecer nos Maços de população de São Luiz do Paraitinga no século XIX. Ele, provavelmente, se mudou para São Luiz do Paraitinga devido ao casamento com Ana Joaquina da Conceição Toledo, filha do fundador da vila, Manoel Antônio de Carvalho. Em quase todos os maços pesquisados, ele é mencionado como “mercador” ou “comerciante”. Em especial, no de 1813, ele consta como “negociante de fazenda seca”, que “[...] entrou com 6 peças de Baeta a 420 o côvado⁶¹⁰, a peça 60 ditos, 4 peças de Pano azul cada peça tem (25) côvados a 900, 4 peças de Pano de Linho com 106 varas a 440 rs 3 peças de Baetão com 100 côvados a 720, chapéus 50 a 1100 rs, ferros 2 quintais, aço 1 q[uintal]”. O Maço de 1818 diz também que ele era agricultor de fumo e que vendia sal vindo de Paraty. Ele comprava suas fazendas no Rio de Janeiro, onde também adquiria escravos. Em 1813, por exemplo, comprou “Joaquim, Catarina, Matilde, Ignácio”⁶¹¹. Seu plantel cresceu progressivamente até atingir 50 cativos no inventário de 1853. Nele, são arrolados também grande quantidade de tecidos (“fazendas”), diversos bens de raiz rurais, como sítios, chácaras, terras, e urbanos, como “chãos” (lotes) e casas na rua da Ponte⁶¹².

Parte de sua fortuna foi oriunda do casamento que fez com a filha do fundador da vila. Ela era riquíssima e foi talvez aí que Figueira começou a se envolver com a cafeicultura. No seu inventário de 1836, foram arrolados 67 escravos, 10 “sorte de terras” de tamanhos variados, 2 sítios com casas, paiol, senzala, monjolo, 1 chácara no rossio com cafezal e outro cafezal “[...] com o número de 15 mil pés, sendo 8 novos e bons e 7 já velhos com pouco valor”. Entre os bens de raiz urbanos estavam 3 imóveis: 1 na rua da Ponte lado esquerdo, outro de “[...] 3 lanços sendo um em aberto na mesma rua e lado”, onde,

⁶¹⁰ Medida de comprimento que equivale a 66cm.

⁶¹¹ APESP. Maços de População de São Luiz do Paraitinga. Ano 1801, 1803, 1808, 1813. Rolos 179 a 182.

⁶¹² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício, Caixa 62.

PRANCHA 2C – RUA DA CADEIA/RUA 31 DE MARÇO

CONDEPHAAT – 1882

PRANCHA 2C – RUA DA CADEIA/RUA 31 DE MARÇO

PRANCHA 2D – RUA “LADO ESQUERDO DA MATRIZ”/ RUA CÔNEGO COSTA BUENO

provavelmente, funcionava a loja do marido, e 1 na rua da Quitanda, lado direito, em que morava seu filho Policarpo no nº28⁶¹³.

Como vimos, o Capitão-Mor José Lopes de Figueira esteve envolvido nas contendas originadas da mudança de localização da igreja e pelo loteamento da área que foi arrematada pelo seu bando numa clara disputa entre os potentados comerciais na vila. A construção dos principais imóveis nessa área ficou para a próxima geração, como o imóvel Z, de seu filho Vitoriano Lopes Figueira de Toledo, citado no *Almanak de 1873* como produtor de café, milho e algodão⁶¹⁴, e de Lúcio Lopes de Figueira, cujo grau de parentesco não conseguimos descobrir. Mais uma vez, os dados apontam para gerações de uma elite comercial ligada ao mercado de abastecimento interno e uma produção não preponderante de café, e na posse de grande quantidade de escravos.

4.7 – O conjunto arquitetônico da Rua da Ponte e as chácaras urbanas

A rua da Ponte, posteriormente, a rua Direita e, atualmente, rua Cel. Domingues de Castro era (e provavelmente ainda é) a maior rua da Cidade. Ela era parte do grande caminho que ligava São Luiz a Taubaté e ao mar. Em uma extremidade, havia a principal ponte da cidade (que deu nome à rua) e que conduzia a Taubaté e, na outra, a Capela das Mercês, construída no final do século XVIII. Essa capela tinha um pequeno largo por onde se acessava a rua da Boa Vista e a estrada para a marinha. Chamamos de conjunto o casario que se formou na rua da Ponte, propriamente dita, na rua Boa Vista, no prolongamento da rua do Rosário (atualmente Rua Monsenhor Inácio Giólia) e a rua Municipal (atual rua Cel. Manoel Bento), essas últimas surgidas da expansão da vila para as últimas partes planas da vila, depois da década de 1850.

Rua da Ponte

Nesse logradouro, a Junta da Décima registrou 47 imóveis apenas do lado esquerdo; o Imposto sobre portas e janelas listou 57, sem especificar os lados da rua e, finalmente, o levantamento cadastral do tombamento da cidade indicou 93 imóveis (34 de um lado e 56 do outro) até próximo à atual rua Capitão Antônio de Castro.

⁶¹³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício, Caixa 41.

⁶¹⁴ LUNE, Antônio José Baptista de; Fonseca, Paulo Delfino da. *Almanak da Província de São Paulo para 1873*... p. 184.

PRACHA 3A – RUA DIREITA/RUA DA PONTE/RUA CEL. DOMINGUES DE CASTRO

PRANCHA 3B – RUA DA PONTE/ RUA DIREITA/ /RUA CEL. DOMINGUES DE CASTRO – LADO ESQUERDO

CONDEPHAAT, 2015

CONDEPHAAT, 2015

GOOGLE EARTH, 2019

CONDEPHAAT, S/D

Se a Junta da Décima iniciou seu trabalho, cobrando a rua da Quitanda e depois da Praça, o caminho mais lógico era ela recomençar no ponto inicial (cruzamento da rua da Ponte e da Quitanda). No entanto, se seguirmos essa lógica, o lado atualmente com maior número de casas (com fundos para o rio Paraitinga) ficaria do lado direito da rua, fato que não bate com o casario da cidade atualmente. Assim, concluímos que a Junta da Décima contabilizou 47 imóveis, partindo da região da Igreja das Mercês até a ponte. A ausência de imóveis do seu lado direito é mais um indício de que ainda existia o espaço livre da primeira praça e que ele foi ocupado ao longo do século XIX, o que talvez explique o aumento de 10 imóveis no Imposto de 1866.

Na fotografia de 1882, parece que o casario da rua continuava até pouco depois da dita capela, mais ou menos na altura da rua Boa Vista (**Prancha 3.A**). Depois disso, existia a área do rossio destinado à servidão pública. Em março de 1843, houve a demarcação dessa área pela Câmara da vila. Segundo o documento, ela foi delimitada em 1828, mas não demarcou os limites. Assim, a Câmara daquele ano resolveu colocar marcos de pedra nas extremidades do terreno a fim de resguardar um espaço para “tiramento de barro de telhas” e “servidão de águas”⁶¹⁵. Nove anos depois, num auto para demarcação da extensão da rua do Rosário em direção ao rio, utilizou-se parte das terras do “Concelho” e novamente são mencionadas as dimensões do Rossio, no qual

[...] podiam todos os habitantes desta vila servirem-se do mesmo para dele tirarem lenha, pedras, madeiras e outros objetos de igual natureza e para nele porem seus animais de qualquer qualidade que sejam. E assim já mais poderá pessoa alguma em tempo algum fechar esse terreno do dito logradouro ou parte dele e nem ter nele arranchação alguma [...]⁶¹⁶

Embora não consigamos espacializá-lo com precisão, esse terreno tinha limite “[...] para a parte do terreno do finado Félix [José de Souza] [...]” e como divisa até o rio o valo de Lourenço José da Cunha e havia “[...] terreno de sobra [...]” confinando “[...]com chãos e casas de Antônio Rodrigues de Toledo”⁶¹⁷.

O dito Félix habitava a rua da Ponte, nº 60, dois anos antes, e Lourenço José da Cunha habitava a rua Municipal (atual Rua Coronel Manoel Bento) no Imposto sobre portas e janelas e, provavelmente, atrás de Félix. Assim, a área em questão deveria partir

⁶¹⁵ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09011 – Vereanças, Livro 3, p. 8-8v.

⁶¹⁶ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Vereanças. L. 3 - registros gerais 1819-1912. Cod. 9011, p. 14v.

⁶¹⁷ Ibidem.

da atual região do Mercado Municipal, seguindo até o final da área habitada da vila e margeando o rio. A região atrás da rua da Ponte foi um dos eixos de expansão de São Luiz, no século XIX, e a demanda por chãos gerou a necessidade de estabelecer marcos para que o *terreno reservado para o bem público* não fosse ocupado. Da mesma forma, tal crescimento também demandava uma série de matérias primas, como água, terra, madeira, obrigando a Câmara a resguardar uma área para que os cidadãos as conseguissem sem ter que se locomover muito.

Essa demarcação nos dá subsídios para pensar o início da rua da Ponte nas imediações da Igreja das Mercês. Na década de 1840, essa área era o final de uma carreira de casas que iam até o rio e, atrás delas, havia um descampado onde localizavam-se as terras do “Concelho”, os quintais de algumas casas e chácaras. Nesse local, também concentravam vendas e oficiais mecânicos. Um deles era Victorino Nunes Moreira, que possuía 2 moradas na rua, foi descrita como térrea de 2 lanços com fundos até o rio e de “[...] frente da capelinha de Nossa Senhora das Mercês”. Numa delas, funcionava sua oficina de ferreiro. Em seu inventário, deixou diversas peças de seu ofício: uma bigorna de ferreiro, um torno com 16 libras, três tenazes, dezoito limas velhas, sete ferros de abrir, cinco fechaduras, uma balança com marco de pesar ouro, dois ferros de tirar dentes e dois de descarnar, uma estaca de ferro de caldeireiro, duas libras e meia de aço, várias miudezas de metal amarelo, cinco chaves velhas de porta e caixa, duas fechaduras de caixa, um terno de ferramenta de carpinteiro com 20 peças, um fole de ferreiro e um torno de pau, 18/8 de prata etc.⁶¹⁸ Outro morador desse local era Pedro Antunes de Andrade, com uma venda de molhados em 1839. Ele possuía 1 lanço de casas na rua da Ponte, nº 60. No seu inventário, foram arrolados vários tachos e objetos de mesa, vários objetos de tropeiro, um milheiro de cravos de furar, 28 libras de aço, 9 tesouras de costura, uma arroba de chumbo, 27 garrafas, 14 garrafões, 4 garrafas de cerveja, 170 garrafas pretas vazias, 3 garrafas pretas de azeite, 10 copos brancos surtidos, 3 potinhos de pinta, 4 imagens (de santos), 1 ancorote de tropeiro, uma barrica cheia de roscas, 9 caixas de obreiros, 175 telhas (3500), 300 penas de escrever (1500), 30 baralhos de jogos (3600), um enxó goiva de ferro etc. Ele também possuía 3 chácaras, uma delas “[...] a par da estrada que vai para o Rio Acima lado direito [...]”, e a outra com “[...]2 lanços de casas de telhas no caminho que vai para o Rio Abaixo [...]”, as quais conjecturamos serem também lojas de beira de estrada.

⁶¹⁸ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício, Caixa 22.

Seguindo a rua, o inventário de Joaquim Alves Moreira, de 1848, nos dá pistas dos próprios imóveis:

Terreno com 30 palmos de frente e fundo para o fecho da chácara de Joaquim José Ferreira na rua da Ponte de frente a chácara que foi de Felix José de Sousa comprado de Lourenço José da Cunha⁶¹⁹

Como tratava-se de um terreno, a posse de Moreira não foi arrolada no Imposto da Décima, mas as chácaras confrontantes, sim. Joaquim José Ferreira era dono da única casa da rua Boa Vista na Décima de 1841 (nº 165) e Félix, como já vimos, habitava o lado esquerdo da Rua da Ponte (nº 60). Esse terreno, portanto, localizava-se na área imediatamente atrás da igreja das Mercês entre o início do morro do Cruzeiro e a rua da Ponte. Todo o lado direito da rua da Ponte parece ter acontecido a partir da década de 1850. Na fotografia sem data da **Prancha 3.B**, encontramos uma sequência de 7 sobrados atrás da igreja das Mercês, região onde Moreira tinha seu terreno e onde foi sugerido ao Capitão-Mor José Lopes Figueira tirar terras para a construção da Cadeia na década de 1830 e, provavelmente, a existência dessa área deu-se justamente pela escavação do morro, liberando um espaço restrito para os imóveis. No Imposto sobre portas e janelas de 1866, encontramos, no final desse logradouro, 3 imóveis com 11 P. J. e um deles ainda retratado na imagem citada. Eles foram construídos espremidos entre o barranco do morro, onde foi demarcada a rua Boa Vista e a rua da Ponte. Por isso, não eram chamados sobrados, mas de *casas assobradadas*, a exemplo do inventário de Gertrudes Maria de Jesus, que arrolou “[...] 1 lanço de casas assobradadas na mesma rua [da Ponte] entre casas do Padre Francisco José de Colassâncio e José Moreira dos Santos”⁶²⁰. Isso justifica também a calçada alta nessa parte do logradouro para equiparar o terreno e a rua.

No lado esquerdo da rua da Ponte, a exemplo dos documentos citados, havia muitas chácaras, algumas delas registradas no Imposto predial de 1841 (já que o imóvel de Félix José de Souza foi considerado como tal). Isso nos dá pistas para pensar que os imóveis nesse logradouro não fossem contíguos, conforme se apresentam hoje. No inventário de Ana Antunes de Toledo, de 1849, constam os seguintes bens de raiz:

- A. uma morada de casa na rua da ponte anexa à outra morada que pertence a herdeira Dona Mariana Antunes de Toledo que foi dos

⁶¹⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 55.

⁶²⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 1858. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 71.

finados Pais da inventariada com os chãos até o beco novo que foi visto digo até o beco novo com os fundos até o rio Paraitinga

- B. Uma outra morada de casa na mesma rua que foi de João Soares com uma casinha de meia água anexa com os chãos e fundos até o rio
- C. 92 palmos de chãos com muro de taipa em frente, anexo as mencionadas casas acima declaradas⁶²¹

Já outro inventário de 1853 conta

- D. Os chãos que fazem frente para o beco novo e para a rua da ponte unidas as casas e com a parte da cozinha do lado dos mesmos chãos – 400000
- E. 1 lanço de casas unidas aos chãos retro declarados e do outro lado unido as casas de Dona Mariana Antunes de Toledo, tanto esta como os ditos chãos com fundos até o rio Paraitinga 1:000\$000⁶²²

O “beco novo” refere-se à extensão da rua do Rosário (atual rua Monsenhor Inácio Giolia) até o rio, arruado em 1852⁶²³ e, segundo o Dossiê IPHAN, a rua foi aberta em 1853⁶²⁴. A designação *novo* nos permite pensar que mesmo o beco era recente e não estava delimitado desde o começo da vila. Nos documentos, nota-se que a descrição A e E referem-se ao mesmo imóvel (localizado entre os chãos e a casa de Dona Mariana Antunes de Toledo). Dessa forma, depois do beco, temos uma sequência de casas da seguinte forma:

Beco novo						
	Chãos com cozinha	1 lanço de casas	Dona Mariana	João Soares com chãos	1 casinha de meia água	92 palmos de chãos com muros de taipas

Na Décima de 1841, nosso já conhecido Capitão-Mor José Lopes Figueira era o proprietário com maior número de imóveis da rua (Nº 47, 49, 50, 69). Assim conjectura-se que o imóvel de 1 lanço de seu testamento (1853) seja o de nº69, listado no imposto

⁶²¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 56.

⁶²² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 1858. Fundo São Luiz do Paraitinga, Inventário de José Lopes Figueira, 1º Ofício, Caixa 62.

⁶²³ Divide-se “[...] o logradouro público com terras do rossio com o rio Paraitinga com terras do sítio de Francisco Pereira de Castro com terras do mesmo concelho e com a estrada que desta vai para Ubatuba e passa pelos altos de terra [pobre] e São Sebastião e, enfim, é logradouro público toda a terra do conselho que verte do morro em que se acham os ditos altos e dita estrada para o lado do sul [...]”. APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Vereanças. L. 3 - registros gerais 1819-1912. Cod. 9011, p.14v.

⁶²⁴ IPHAN. Dossiê São Luiz do Paraitinga 2010, p. 141.

predial (1841). No entanto, o imóvel de Dona Mariana Antunes de Toledo era o de nº 74. Isso nos dá mais pistas para pensar que parte dos imóveis arrolados pelo imposto predial não estavam entestadas à rua da Ponte e, provavelmente, constituíam-se de “casinhas” e/ou chácaras semeadas pelo terreno, que foram desaparecendo à medida que a vila crescia e expandia o arruamento para a área do “Concelho” da Câmara e do Rossio.

Nestor Goulart Reis Filho fala que as chácaras eram propriedades de famílias abastadas que se localizavam nas periferias dos centros urbanos, pois reuniam as vantagens de abastecimento e dos serviços das casas rurais com a proximidade da vila. Nelas, poder-se-ia aproveitar as vantagens dos cursos d’água, pomares, criação de porcos e aves etc.⁶²⁵ Da mesma forma, Nireu Cavalcanti e Beatriz Bueno, ao estudar as Décimas Urbanas no Rio de Janeiro e de São Paulo, identificaram que elas eram a segunda moradia de estratos superiores daquela sociedade. Cavalcante encontrou 115 chácaras ao redor da cidade, e Moura, 17 em Vila Boa de Goiás⁶²⁶.

Há nos inventários diversas menções às chácaras no entorno da vila: havia unidades menores como “[...] uma chácara pequena denominada quinta” no caminho para [rio] abaixo⁶²⁷; outras maiores como uma de “[...] 5 lanços de casas de telha e arvoredos [...]”⁶²⁸; e com quintais repletos de “benfeitorias” como uma que possuía “[...] fechos, plantações e monjolos [...]”⁶²⁹; outra, situada no rossio da vila, que possuía “[...] um mandiocalzinho pegado à mesma chácara”⁶³⁰ ou ainda um cafezal⁶³¹. Também as que aproveitavam água do rio como uma “[...] 1 chácara com 5 braças de terreno e com abertura para os fundos que corre para o Rio Paraitinga”⁶³². Para os padrões de São Luiz

⁶²⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1983, p. 28 a 30

⁶²⁶ CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 271; BUENO, Beatriz. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica: São Paulo (1809 – 1950)**. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 56; MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830)**. 2018. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, 290.

⁶²⁷ Inventário de Urbano Serillo Silva. 1842. In Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 48.

⁶²⁸ Inventário de José Rabelo da Silva. 1832. In Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 32.

⁶²⁹ Inventário de Ana Maria da Silva. 1851. In Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 59.

⁶³⁰ Inventário de Maria Joaquina da Conceição. 1852. In Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 60.

⁶³¹ Inventário de Ana Joaquina de Toledo. 1836. In Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 37.

⁶³² Inventário de Gertrudes Maria de Jesus. 1851. In Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 59

do Paraitinga, essas habitações não eram exclusivamente da elite como a exemplo da chácara do Unhão em Salvador. Nos inventários, a mulher do Capitão Mor José Lopes Figueira tinha uma chácara, mas também pessoas mais humildes que plantavam pequenas roças no entorno da vila. No atual espaço urbano de São Luiz, ainda existem 2 exemplares. Uma, na rua Boa Vista (onde nasceu Oswaldo Cruz), e outra, edificada sobre os citados chãos colados ao beco, a única casa remanescente dessa chácara nessa rua (nº68), também chamadas, segundo o Dossiê IPHAN, de “Casas de Campo”⁶³³, térrea com porão alto e 14 vãos (7 para a rua da Ponte e 7 para o “beco novo”). Ela parece ter sido construída em meados da década de 1860. O dossiê IPHAN afirma que ela também foi comprada pelos Domingues de Castro em meados da década de 1870, ainda faltando “vários acabamentos”⁶³⁴.

Com esses dados, foi possível espacializar hipoteticamente os imóveis arrolados no Imposto da Décima Urbana de 1841 com alguma segurança. Da casa de José Lopes Figueira arrolada em seu inventário, nº 69, até a ponte somam-se 24 imóveis no Imposto da Décima e, no loteamento atual, 22. Assim, distribuímos os imóveis listados na Décima até o final da rua em direção à ponte, atribuindo a diferença no espaço onde foram construídos 3 sobrados contíguos desse lado da rua (nº 72 a 76), tal como explicaremos a seguir. Da mesma forma, distribuímos as 23 casas restantes em direção à Igreja das Mercês. Todavia, é importante ressaltar que esse exercício nos possibilita a espacialização conjectural dos imóveis, uma vez que alguns deles não estavam alinhados à rua e isso não indica uma correlação necessária entre a materialidade dos mesmos imóveis em 1841, em 1866 e atualmente. A rua da Ponte é a que mais sofreu modificações e certamente houve fracionamento de alguns lotes, fusão de outros e mudanças constantes em seu casario.

No Dossiê IPHAN, Jaelson Trindade afirma que os referidos sobrados foram construídos na década de 1870⁶³⁵ e que pertenciam à família do Barão do Paraitinga, Manoel Jacinto Domingues de Castro. No entanto, o terceiro deles (nº 76) já existia no Imposto sobre portas e janelas e que (segundo referido órgão de preservação e o Imposto) pertencia ao irmão do futuro Barão, Bento Domingues de Castro. Tanto no imposto quanto atualmente, o imóvel possui 10 P. J, embora sua fachada seja diferente do que mostra a fotografia de 1882, a qual dá a impressão dos 3 sobrados serem gêmeos. O Dossiê afirma também que, desde 1810, havia neste local uma construção térrea, onde

⁶³³ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 125.

⁶³⁴ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 125.

⁶³⁵ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 124.

morava o pai de Manoel e Bento: Antônio Domingues de Castro⁶³⁶. Na verdade, Antônio era avô de ambos e morreu em 1808. O pai dos ilustres luizenses era Manoel Domingues de Castro, que faleceu em 1839, cujo inventário, já citado, faz menção somente à casa de esquina da Praça com a rua da Quitanda. Na Décima de 1841, consta o nome do futuro Barão de Paraitinga, Manoel Jacinto Domingues de Castro e, provavelmente, ainda se referia ao imóvel térreo do pai. No Imposto de 1866, esse imóvel já parece alteado com 10 vãos (no nome de Bento) e permanece assim até hoje, com alguma modificação. Antes dos sobrados, nesse local, provavelmente, se localizavam os “98 palmos de chãos como muros de taipa” supracitados e, no Imposto de 1866, havia respectivamente, 4 imóveis com 5, 5, 3 e 5 P. J. (no sentido Ponte-Mercês), alguns deles demolidos na década seguinte. Na fotografia sem data da **Prancha 3.A**, havia entre os sobrados e a *Casa de Campo* dois imóveis com respectivamente 5 e 2 P. J. e, hoje, há 3 imóveis com 3, 2 e 2 P. J. (note-se que permaneceu a mesma quantidade de vãos, indicando que as casas foram repartidas).

Um segundo imóvel que aparece em ambos os impostos prediais é o de João Pires do Prado. Ele aparece como penúltimo morador da rua, em 1841, e como primeiro morador em 1866. Isso se deve, pois o trajeto da Junta da Décima (sentido Mercês-Ponte) foi oposto ao Imposto sobre portas e janelas (Ponte-Mercês), e, portanto, o dito Prado localizava-se na “boca da Ponte”. Se contarmos a quantidade de imóveis entre a casa da família Castro e a de João Pires do Prado, temos números aproximadamente de 14 imóveis, em 1841, e 16, em 1866. Dessa forma, pode-se inferir que o loteamento entre a ponte e o sobrado do irmão do Barão permaneceu quase o mesmo nesse ínterim e, provavelmente, era mais aglomerado do que a região da igreja das Mercês.

Na **Prancha 3.A**, há uma fotografia com data provável do final do século XIX, na qual é possível observar uma sequência de casas: nº 82, um sobrado com 12 vãos; nº 81, porta e janela; nº 80, 2 portas; nº 79, porta e janela; nº 78, 3 portas e duas janelas. No Imposto de 1866, encontramos uma sequência parecida de respectivamente casas com 6, 2, 2, 2 e 5 P. J. Ao que parece, o sobrado nº 82 ainda não existia em 1866, e a sequência de casas térreas na região da ponte ainda permanecia a mesma na virada do século XIX para o XX. Em seguida, depois do sobrado nº 82, aparece uma casa de mesmo formato (6 P. J.) e outra de 7 P. J., cujo proprietário era Antônio Estevão Gomes. Foi ele quem brigou com o irmão Alexandre Gomes por conta da gleba do quarteirão ao lado, cujos fundos

⁶³⁶ Ibidem

seguiram “[...] até fazerem frente na rua da Ponte”, onde “[...] edificou seu dito irmão [Antônio Estevão] umas casas com consentimento”⁶³⁷. O cruzamento das fontes confirma que a Junta do Imposto sobre portas e janelas realizou a cobrança em ziguezague, quando havia casas nos dois lados do logradouro, e, em sequência, nos trechos onde só havia casas em só um lado. Isso dificulta o cruzamento dos dados da mesma forma que se temos feito sem acrescentar outras fontes, como aconteceu no caso de Antônio Estevão.

O casario da rua da Ponte assumiu diversas formas e funções que variavam desde *casas de campo* (sedes de chácaras urbanas); *casas assobradadas* adaptadas ao terreno estreito e íngreme com apenas portas e portas e janelas no seu pavimento; sobrados construídos por potentados locais, que se altearam na década de 1860 e 1870, com apenas portas no primeiro pavimento e janelas no segundo. Finalmente, a rua da Ponte era ocupada por um grande número de casas térreas formadas exclusivamente por portas, porta e janela ou ainda portas e janela. Essa diversidade evidencia uma efervescente rotina comercial com imóveis exclusivamente construídos para serem lojas, mas, sobretudo, destacando o seu uso misto. Já citamos alguns exemplos dos comerciantes mais importantes, como o imóvel de Manoel José Pereira, em 1846, bem próximo da ponte com 3 portas e 2 janelas e armação de loja⁶³⁸. Houve também o imóvel da viúva de José Lopes Figueira, de 1836, com “[...] 3 lanços sendo um em aberto na mesma rua e lado [...]”⁶³⁹ onde, provavelmente, Figueira vendia as suas “fazendas” que trazia do Rio de Janeiro, cujo concorrente era Manoel Joaquim Pereira de Souza, que possuía uma “[...] morada de casas ao pé da Ponte onde existe a loja com um puxado em aberto”⁶⁴⁰. Esta se localizava do outro lado da ponte e era uma grande loja de fazendas secas com dezenas de variedades de tecidos, além de chapéus, cordões etc.

A rua da Ponte, na primeira metade do século XIX, possuía várias chácaras que foram sendo repartidas com o crescimento da vila nessa região. Ela era também o prolongamento da estrada que saía de Taubaté até Ubatuba e, por ali, passavam diversos viajantes a caminho da Marinha ou de Serra Acima. Assim, as diversas lojas instaladas

⁶³⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 59.

⁶³⁸ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 47.

⁶³⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício, Caixa 41.

⁶⁴⁰ Inventário de Manoel Joaquim Pereira de Souza. 1847. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício, Caixa 54.

PRANCHA 3.C – RUA MUNICIPAL/RUA CEL. CORONEL BENTO

Lado Direito (Ref. Mercado)

Lado Esquerdo

PRANCHA 3.C – RUA MUNICIPAL/RUA CEL. CORONEL BENTO

principalmente na região da ponte atendiam também esse fluxo. Os imóveis que se alteraram nesse logradouro foram de famílias que também possuíam imóveis na rua da Quitanda e da Praça e obedeciam a mesma lógica que os demais.

Rua Municipal

A rua Municipal, rua Nova, rua dos Fazendeiros e hoje Rua Cel. Manoel Bento foi registrada apenas no Imposto sobre portas e janelas com uma anotação solta, listando 7 imóveis em meio aos documentos do Imposto, o que impossibilita saber se foi feita em 1866 ou 1867 (**PRANCHA 3.C**). O Dossiê-IPHAN diz que o logradouro começou a se formar em 1853 e, depois de 1870, passou a ser chamada de rua dos Fazendeiros⁶⁴¹ e, pelo detalhe da fotografia de 1882, nota-se que a rua em questão já estava quase toda ocupada.

A rua Municipal ocupou parte do *terreno destinado para o bem público* da vila. Como vimos, já havia nas imediações desse terreno, em 1843, a chácara de Lourenço José da Cunha, ali alinhada a essa rua em 1866/67. O Dossiê IPHAN afirma também que funcionou ali uma olaria, a partir da década de 1870, e que seu dono era Higino Joaquim dos Santos⁶⁴². No entanto, já vimos que, no momento de criação da vila, foram concedidas terras numa paragem chamada “forno da telha”, em 1842, mencionado “[...] 2 lanços de casas com uma olaria e o terreno todo em frente [...]”⁶⁴³. No inventário de Maria Teresa da Conceição, de 1858, há também menção a um “[...] terreno do lado da olaria, dividindo com o terreno de Manoel Ferro e com casas do inventariante até o rio Paraíba [sic.] [...]”⁶⁴⁴, ou seja, já havia olarias na vila décadas antes. No Imposto de 1866-67, o dito Higino foi arrolado na rua em questão em um imóvel grande de, 12 vãos e, ao lado, talvez um de seus funcionários, chamado de “Manoel Telheiro”, morador de uma casa de 2 P. J.

Esses vestígios nos levam a concluir que funcionava uma olaria nessa área desde os primórdios do núcleo, majoritariamente ocupada na produção de telhas. Segundo o Dossiê IPHAN, o sobrado de Bento Domingues de Castro, nº 76, na rua da Ponte/Direita, foi construído em alvenaria de tijolos, “[...] adoção inusual aos sobrados locais [...]” e também mais tardio que os demais, o que facilitou um “[...] tratamento neoclássico [...]”

⁶⁴¹ Ibidem, p. 83

⁶⁴² IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga**...p. 125.

⁶⁴³ Inventário de Telles José de Souza. 1842. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 48.

⁶⁴⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 71.

igualmente singular em sua fachada⁶⁴⁵. No entanto, como vimos, esse sobrado foi construído antes de 1866 (embora ainda sem traços neoclassicistas, conforme fotografia de 1882). Se ele foi construído em tijolo desde sua primeira concepção, a adoção desse material construtivo remete à metade do século XIX. A posição da olaria às margens do *terreno destinado para o bem público* é estratégica, pois aproveitava terras, argila e águas do rio.

Foi nesse logradouro também que foi construído o Mercado Municipal da cidade. A partir de 1877, a Câmara alugou um espaço nesse logradouro, chamado de “barracão”, que, dois anos depois, foi comprado por ela e ali edificado prédio com este fim, inaugurado em 1902⁶⁴⁶. Nas duas fotografias, sem data, registrando o entorno do Mercado Municipal, há uma sequência de imóveis apenas com portas, indicando uso comercial. A atividade de venda dos produtos locais era realizada na rua da Quitanda (depois rua do Comércio) e, a partir de 1834, elas se concentraram na lateral não alteada da rua da Praça. Com as mudanças materiais da vila, os usos dos espaços também se modificaram e o centro do núcleo foi se tornando predominantemente residencial, movendo as atividades comerciais para essa área. No entanto, a toponímia alude a usos pretéritos outrora predominantes, como “quitanda”, “comércio” etc.

Rua Boa Vista/Largo das Mercês

A rua Boa Vista tem esse nome por se localizar numa posição elevada no sopé do morro do Cruzeiro, de onde é possível ter a perspectiva do centro da cidade e do rio. Ela era o prolongamento da rua da Ponte/Direita, parte do caminho que rumava para o mar. Para acessar a rua Boa Vista a partir da rua direita, é preciso passar pelo pequeno largo da Igreja das Mercês. O *Largo das Mercês* (**PRANCHA 3.D**) só é citado no Imposto sobre portas e janelas com um imóvel de 3 P.J. Conseguimos apenas um registro fotográfico do largo, sem data, no qual consta um imóvel com 4 P. J. (A-1). Julgamos que seja essa a posição do antigo imóvel, pois até hoje há apenas uma casa ocupando o largo, embora a sua configuração seja totalmente diferente do da fotografia.

⁶⁴⁵ IPHAN. *Dossiê São Luiz do Paraitinga...* p. 125.

⁶⁴⁶ IPHAN. *Dossiê São Luiz do Paraitinga...* p. 164.

PRANCHA 3.D – RUA BOA VISTA/RUA Dr. OSWALDO CRUZ

CONDEPHAAT - 2015

CONDEPHAAT - 1882

PRANCHA 3.D – RUA BOA VISTA/RUA Dr. OSWALDO CRUZ

CONDEPHAAT – Sem data

A rua Boa Vista começou a receber denominação própria no início da década de 1830⁶⁴⁷, quando foram distribuídos vários lotes. Seu arruamento parece ter ocorrido por volta de 1853, momento em que foram abertos becos de ligação com a rua do Rosário, hoje chamadas de rua do Cruzeiro e rua da Floresta (1855)⁶⁴⁸. Um desses lotes foi registrado no inventário de Antônio Joaquim Pereira, em 1848:

Uns chãos para casa na rua da Boa Vista, canto da rua que desce para a do Rosário até o terreno de João Francisco da Silva que tem por este lado 100 palmos e pela rua da boa vista 40 palmos com três esteios fincados que foram comprados de Mariano Antônio da Costa⁶⁴⁹

O terreno está em uma das esquinas dos becos referidos, provavelmente o do Cruzeiro, e nos permite imaginar que esse logradouro consistia numa série de terrenos delimitados por esteios e com os becos recém-abertos, com exceção da casa onde nasceu Osvaldo Cruz, em 1872 (nº 165). Construída por volta de 1826, foi a única casa desse logradouro durante algumas décadas e, inclusive, sua testada serviu para demarcar o alinhamento da rua na década de 1850⁶⁵⁰. Era também a sede de uma dessas várias chácaras urbanas que existiram na vila. Como já citado, houve, nessa data, questionamento sobre a inserção desse imóvel no imposto da Décima por parte do proprietário, indicando que aquela franja de morro ainda era uma fronteira entre o que se considerava rural e urbano na época. Saia menciona que, por volta de 1840, essa chácara tinha cerca de 6.000 pés de café⁶⁵¹. Carlos A. C. Lemos afirma que sua arquitetura reflete isso, pois “[...] sua planta e frontispício são soluções típicas da arquitetura do café, ainda sem compromissos com o neoclássico”. As paredes principais são de taipa e as divisórias de pau a pique, tendo porão alto na frente da construção, iluminado por óculos circulares e acessível lateralmente⁶⁵². Luís Saia observa também, na fachada principal, a presença de alcovas. Uma de suas laterais tem oitão cego e sem envasaduras, o que faz com que esse projeto tenha procedência urbana⁶⁵³.

No Imposto de 1841, ela ainda estava isolada no logradouro e no Imposto sobre portas e janelas de 1866, o logradouro tinha 15 imóveis. A principal fotografia que

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 130.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 74.

⁶⁴⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 55.

⁶⁵⁰ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 84.

⁶⁵¹ SAIA, Luís. TRINDADE, Jaelson. **São Luís do Paraitinga...** p. 24.

⁶⁵² LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café.** São Paulo: EDUSP, 1999, p. 151.

⁶⁵³ SAIA, Luís. TRINDADE, Jaelson. **São Luís do Paraitinga...** p. 26-27.

registrou a rua foi a de 1882, pois é possível vê-la inteira e de frente (**Prancha 3.E**). No I. P. J, as primeiras quatro casas do logradouro entre o Largo das Mercês e o início da rua em questão somam, respectivamente, 10, 4, 6 e 6 P. J. Ao analisar esse trecho hoje, observamos que existem também 4 imóveis. A casa onde nasceu o sanitarista (nº 165) tem hoje 10 P. J (considerando-se as laterais), número que bate com o imposto de 1866/67. Antes deste, há atualmente 3 imóveis (B) com, respectivamente, 1, 2 e 2 P. J., mas pela fotografia de 1882 não é possível visualizá-los, senão o telhado, pois há uma casa na frente (Imóvel A). Na fotografia, sem data, nota-se que esses imóveis constituíam apenas uma única residência de 4 P. J, número que bate com o Imposto. Ademais, os imóveis B e C são do mesmo proprietário, em 1866/67 (Padre Francisco José Colassâncio), o que talvez justifique o fato do cobrador listar o imóvel C maior (provavelmente o local de residência de Colassâncio) e depois o B, pois tinham o mesmo responsável pelo pagamento. Podemos, então, estabelecer a correspondência entre os dois imóveis com 6 J. P. com os imóveis A e D, localizados do outro lado do mesmo logradouro. O Dossiê-IPHAN aponta que o sobrado hoje existente foi construído na década de 1870, pelo mesmo Colassâncio (já presente na fotografia de 1882– Imóvel A), assim o imóvel registrado no I. P. J deve remeter a algum anterior. Ademais, pela mesma fotografia, é possível ver que, nos fundos da casa D, somam-se 5 P. J., não sendo difícil imaginar que existia um a mais em sua testada.

O Dossiê IPHAN termina sua descrição do patrimônio arquitetônico aí, não nos legando mais dados referentes ao resto da rua e também não a incluindo na área tombada na cidade. No entanto, como podemos ver na fotografia de 1882 e no documento de 1866/67, havia uma sequência de imóveis com respectivamente 3, 2, 2, 2 e 3 P. J. Na fotografia, pode-se visualizar, respectivamente, o imóvel E com 3 P. J., conforme o documento; o Imóvel F, imprecisamente (embora o imposto liste 2 P. J.); o imóvel G, com 2 P. J., de acordo com o documento; finalmente, uma sequência de casas contíguas, cuja separação torna-se impossível visualizar na imagem, mas pelo I. P. J referiam-se a dois imóveis, um com 2 P. J e outro com 3 P. J. No último trecho da rua, existia também um conjunto de casas contíguas e imprecisas na fotografia de 1882 (não nos permitindo separá-las), que, pelo Imposto, correspondiam a 5 imóveis de respectivamente 2, 2, 1, 2 e 2 P.J. No inventário de Tomás Morinelo da Costa, de 1846, foram registradas 2 dessas casas: “[...] 1 lanço de casas de meia água puxada, citas na rua da Boa vista com uma

porta na frente e uma janela [...]” e “[...] 1 lanço de casas na mesma rua acima com 2 portadas na frente e por acabar”⁶⁵⁴.

4.8 – O conjunto arquitetônico do morro da igreja do Rosário e os problemas da aglomeração urbana

A construção da igreja do Rosário deu-se na segunda década do século XIX⁶⁵⁵ no início do morro do Cruzeiro, que limita, de um lado, a planície (sobre a qual foi construída a cidade) e, de outro, o Rio. Passava por aí a estrada para Rio Acima (que até hoje guarda esse nome), que levava para bairros rurais⁶⁵⁶, assim como para vila de Cunha e Paraty. Sobre esse morro, foram construídas a rua do Rosário (hoje Rua Monsenhor Inácio Giólia), que liga a dita igreja à rua da Ponte, à rua da Catumba (hoje rua do Carvalho), ligando também a igreja do Rosário à Igreja Matriz e consta apenas no Imposto sobre portas e janelas, a rua Acima do Rosário (hoje rua da Liberdade) e o Lavapés (hoje rua do Benfica).

Uma das primeiras menções à rua do Rosário consta num registro de terras de 1815, descrevendo-a como “[...] nova rua que vai do Rosário para as Mercês”⁶⁵⁷. Cerca de uma década depois, o inventário de Francisca Joaquina de Oliveira registra um imóvel também dos primeiros anos da rua:

[...] um lanço de casas nesta vila na rua do Rosário cobertas de telha com portas e janelas e fechaduras cujas casas por um lado com o sargento mor José Pereira dos Reis e do outro com José Pires da Rocha fundos para o Rio Paraitinga a frente para a Igreja do Rosário [...] ⁶⁵⁸

Isso alude à presença forte de escravos na vila, pois o nome da rua corresponde à existência de uma igreja dedicada à Irmandade de N. S. do Rosário dos pretos, além do termo “Catumba” ser de origem africana.

Note-se que é impossível uma residência estar na rua do Rosário, de frente para a igreja de mesmo nome e com fundos para o rio Paraitinga a não ser se ela estivesse localizada no lado direito do que chamamos hoje de rua do Carvalho (ou Catumba) para

⁶⁵⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 53.

⁶⁵⁵ SAIA, Luís. TRINDADE, Jaelson. **São Luís do Paraitinga...** p. 23.

⁶⁵⁶ Veremos que o Termo (área administrada pela vila) era dividido em função do Paraitinga, formando os bairros rurais do Rio Acima e Rio Abaixo no século XVIII e se subdividindo a partir do crescimento populacional

⁶⁵⁷ Livro de registro Gerais da Câmara (1806-1826), Fl. 127: Apud. TRINDADE; SAIA. **São Luiz do Paraitinga**, Publicação CONDEPHAAT, 1977, p. 23.

⁶⁵⁸ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1826, 1º Ofício, Caixa 32.

quem desce no sentido da Matriz. A ocupação dessa franja de morro parece ter assumido contornos imprecisos até o começo do século XIX, acompanhando, talvez, o antigo caminho do Rio Acima, o que justificaria a residência da dita Oliveira ser descrita com tais referências. O dossiê IPHAN também identifica esse fato. Afirma que alguns moradores localizados na rua do Rosário, na Décima de 1841, aparecem antes registrados na rua da Catumba/Carvalho⁶⁵⁹ e que, entre 1830 e 1838, houve diversos pedidos de alinhamento para aquela rua⁶⁶⁰, indicando que algumas casas estariam localizadas na área entre as ruas Catumba-Rosário e, com o adensamento da ocupação, houve o alinhamento das ruas, que permanece até hoje na cidade. Isso também acontece com os vizinhos de Francisca Joaquina de Oliveira. Na Décima Urbana de 1841, há o nome de José Pereira dos Reis, habitando a rua do Rosário e, no Imposto sobre portas e janelas de 1866, um José da Rocha Pires, habitando a rua da Catumba/Carvalho. Nesse sentido, é somente de 1851 a ordem de “[...] alinhar a rua e demarcar o terreno em que se ia construir um muro de pedra para reparar o barranco do terreno pertencente a Capela de N. S. do Rosário”. (**Pranchas 5.A e Prancha 5B**). Essa área hoje compreende boa parte do lado esquerdo da rua do Carvalho para quem a sobe, e o alinhamento e a construção do muro de pedra da Igreja devem ter dado contornos mais claros para o adro da igreja, para o fim da rua do Rosário e para o prolongamento da rua do Carvalho⁶⁶¹.

Não podemos esquecer que só existiam os “vestígios dos alicerces” da Matriz em praticamente toda a primeira metade do século XIX, e a igreja do Rosário funcionava como tal, estimulando uma maior ocupação do seu entorno. A rua da Catumba, por exemplo, era a segunda maior rua da vila na Décima de 1841.

A rápida ocupação desse morro gerou uma série de problemas de vizinhança registrados em processos judiciais do século XIX. Num Sumário de Culpa de 1858, o Ajudante José Basílio Gomes Gouveia recebeu um imóvel de herança do padre Lameda no começo da rua do Rosário, nas imediações do terreno onde foi construída a Casa de Câmara e a Cadeia, na década de 1870. No entanto, esse imóvel não tinha seu quintal dividido com Dona Alexandrina (moradora na rua da Catumba no Imposto sobre portas e janelas de 1866) e o suplicante, querendo fazer uma cozinha, procurou “[...] um alicerce feito pelo mesmo falecido padre” para construir ali um muro divisório. No entanto, esse

⁶⁵⁹ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga** ... p. 136.

⁶⁶⁰ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga**...p. 135-136.

⁶⁶¹ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09011 – Vereanças, Livro 3, p. 14-14v.

projeto desagradava a Luiz Pimenta de Castro, “[...] homem mal farejo, perturbador do sossego público [...]” e que já “[...] tentou contra a vida do delegado de polícia da cidade”. Ele contratou um pedreiro para entupir o alicerce e ameaçou publicamente José Basílio, dizendo que tinha “[...] muitas armas de fogo [...]” para assassiná-lo se tentasse “[...] edificar o muro sobre o alicerce já mencionado”⁶⁶². Não descobrimos o desfecho do caso, mas ele nos ajuda a pensar como era essa área entre a rua do Rosário e a rua da Catumba, na década de 1850. A urbanização dessa área ocupou quintais de casas mais antigas, que não tinham divisas muito precisas e, portanto, poderia ser usado tanto por um quanto por outro cidadão. A delimitação sobre o que seria de quem causava contendas sérias.

Quatro anos antes, Francisco Pereira Salgado impetrava um auto de embargo contra o vizinho de João Bento Pereira. Eles tinham “[...] quintais em aberto por convenção feita entre ambos [...]” e acordaram fazer “[...] os muros da sua divisa de taipa socada [...]” com a condição de ambos pagarem pelo mesmo sem prejudicar o alinhamento do terreno. No entanto, o oficial responsável pela obra “[...] arrancou os esteios da casa destes [...]”, recolocando-os em favor de João Bento Pereira e subtraindo aproximadamente 7 palmos do terreno de Salgado (que media 25 palmos de frente e 16,5 palmos de fundo). Assim, Francisco entrou em contato com a Câmara que, por sua vez, mandou o arruador averiguar as medidas que confirmaram que a nova divisa prejudicaria o suplicante. Então, embargou-se a dita obra para que as divisas fossem regularizadas.

A partir daí, deu-se início a um longo processo, no qual o suplicado, por exemplo, argumentou que o parecer do arruador era inválido por ter sido chamado por fins particulares e o suplicante invalidou o testemunho do “[...] empresário da obra Tristão das Chagas Muniz [...]” por ele ser sobrinho do suplicado⁶⁶³. Finalmente, é solicitado um *Termo de Vistoria*, no qual, inclusive, consta um *mapa ichnográfico* para explicar o problema.

Na referida planta, o número 1 corresponde ao beco, 2. casas de Manoel Pereira dos Reis, 3. Ditos nunciantes, 4. Ditos nunciados, 5. Dito Generoso Justiniano Ferreira, 6. Dito de Dona Francisca Eugênia de Gouveia. Portanto, a contenda estava entre as casas 3 e 4. A conclusão dos responsáveis pela vistoria foi que as taipas do muro não estavam

⁶⁶² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 70.

⁶⁶³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Auto de Embargo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 63, p. 31.

fora do alinhamento do terreno e que a diferença de tamanho entre sua testada e seu fundo “[...] provém do alinhamento do beco [...]” que se apropriou de uma área dos terrenos ao redor⁶⁶⁴. De todos os supracitados, foi mencionado apenas o suplicado João Bento Pereira no Imposto sobre portas e janelas de 1866, habitando uma casa de meia morada na primeira quadra da rua, situada nas imediações da igreja matriz. Como vimos, a construção da rua Boa Vista (mais alta e paralela à rua do Rosário) foi seguida da construção de becos que ligavam um logradouro ao outro, entre eles o que hoje se chama rua da Floresta, em 1855. Note-se que a construção desse beco não tomaria terrenos particulares se ele já tivesse sido previsto desde o começo da vila. O beco subtraiu áreas do fundo de alguns lotes da primeira quadra da rua do Rosário a ponto de Francisco Pereira Salgado (nº3 do mapa acima) atribuir a culpa dessa subtração ao vizinho de João Bento Pereira (nº4 do mapa acima).

Figura 18: Mapa Ichnográfico das casas próximas ao beco (rua da Floresta)

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Auto de Embargo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 63

O beco, além de ligar os logradouros, também tinha a função de escoar as águas da chuva. São Luiz sempre sofreu com as águas. Na parte plana, diversas cheias do rio Paraitinga destruíam casas e prédios públicos (como ocorreu em 1863 e 2010) e, nas

⁶⁶⁴ Idem.

partes alcantiladas, a água da chuva descia do morro e avariava as casas de terra. Nesse sentido, os becos canalizavam boa parte da chuva, mas ainda havia aquelas de dentro das propriedades. Com o adensamento urbano, os imóveis ficavam cada vez mais próximos e aqueles instalados nas partes mais altas do morro necessitavam escoar suas águas para os mais baixos por meio de servidões que, algumas vezes, não eram bem-vindas. Esse foi o motivo que gerou o *Auto de Ação Negatória de Servidão*, impetrado por João Baptista Salgado contra Antônio Rodrigues de Mendonça, em 1846. Mendonça tinha 4 imóveis quase contíguos na rua da Catumba, em 1841, 3 deles alugados, e parece ter construído mais um na testada do seu lote para a rua do Rosário, entre 1841 e 1846. Assim, essa nova casa estaria “[...] tão superior ao do autor [Salgado] que a cumeeira da casa daquele fica ao nível do vigamento do assoalho da casa deste [...]”, portanto não havia outra forma, senão a “[...] expedição das suas águas [...]” escoarem pelo “[...] prédio serviente”⁶⁶⁵.

Por outro lado, Salgado argumentava que “[...] edificou sua casa muito depois de construída a de Mendonça [...]”, cujas

[...] águas de seu telhado e todas as mais que ele quisesse lançar de suas janelas passassem pelo prédio do autor por onde tem de formar sua cozinha, atravessando pelo alicerce da parede divisória com notável prejuízo e incômodo do autor [...]⁶⁶⁶

Entenda “[...] todas as mais que ele quisesse lançar [...]” por esgoto que, juntamente com as águas das chuvas, passavam pela cozinha de Salgado e pelo alicerce de sua parede de barro. No entanto, Mendonça não via isso como um problema, pois argumentava que há mais de dez anos todas as águas que emanavam dos prédios superiores passavam pelos inferiores (note-se que é na época do alinhamento, na qual os logradouros ainda estavam se adensando) e, que há uns três anos, ainda quando o prédio serviente pertencia a Joaquim de Salles, construiu suas casas contíguas às deste e “[...] abriu com seu consentimento o cano preciso, por onde tirassem expedição para o prédio do mesmo as águas que caíssem do seu telhado”. Para ele, era “[...] direito político toda a servidão estabelecida pela natureza [...]” e que

[...] para todos os habitantes desta vila, cujos prédios não tem seus fundos em direção para o Paraíba [sic] prestam-se mutuamente a servidão de receberem os prédios inferiores as águas de monte e as dos prédios superiores até as despejarem fora da povoação [...]⁶⁶⁷

⁶⁶⁵ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *Auto de Ação Negatória de Servidão*. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 53, p. 19.

⁶⁶⁶ *Ibidem*, p. 3.

⁶⁶⁷ *Ibidem*, p. 19.

Essa citação é interessante, pois Mendonça argumenta que havia uma organização *natural* da vila para eliminar as *águas do monte* e das residências ali instaladas até chegar ao rio Paraitinga. O que ele chama de natural, na verdade, era um planejamento coordenando ruas e becos para escoar as águas das ruas mais altas para as mais baixas até chegar ao rio. Na **Figura 19**, podemos observar uma representação mais ou menos contemporânea ao *Auto de Negação*, que indica que as águas da rua Boa Vista eram canalizadas pelo beco do Cruzeiro e depois da Floresta (1855); as águas da rua do Rosário, por um prolongamento do Cruzeiro; a rua da Catumba, por outro menor que existe até hoje, mas fechado com um portão.

Figura 19: Escoamento das águas urbanas de São Luiz do Paraitinga.

Fonte: SAIA; TRINDADE, 1977, p. 25. O detalhe em círculo é a indicação da uma ponte já na década de 1850.

No entanto, com o adensamento urbano, essa lógica não mais funcionava, pois as águas das casas necessariamente afetavam a vizinhança e poderiam comprometer a estrutura das casas. O processo termina com o Auto de Vistoria, no qual o primeiro perito disse que achou que a “escavação” (servidão de águas) não tinha declive para as taipas do autor, mas que, em “[...] uma enxurrada grande que houve transbordo pela cozinha do réu aonde achando uma fresta saiu pelo quintal do autor”. O segundo perito apenas observou que havia “[...] uma escavação que juntava água ao pé da taipa no lugar da contenda e que não tem expedição para outra parte[...]”.

Os casos citados, acontecidos dentro de um período relativamente curto, são pistas para pensarmos as rápidas transformações que estavam ocorrendo devido à ocupação do morro do Rosário, na primeira metade do século XIX, ocasionando conflitos de vizinhança, delimitações de propriedades e adequação dos lotes para a instalação de novos becos e logradouros. Partiremos, a seguir, para análise da arquitetura dessa área.

Rua do Rosário

Ao comparar o número total de imóveis nesse logradouro, nota-se um aumento progressivo ao longo do tempo. A Décima de 1841 registra 32 imóveis (26 do lado direito e 6 do lado esquerdo), o Imposto sobre portas e janelas, 43 imóveis (sem definir lado), e o mapa do tombamento atual, 44 imóveis (25 de um lado e 16 do outro)⁶⁶⁸. Como os agentes da Décima estavam na rua da Ponte, o trajeto mais lógico para arrolamento desses imóveis seria a Junta iniciar a cobrança a partir desse cruzamento, atribuindo o lado esquerdo, portanto, ao da igreja Matriz. No entanto, quando observamos o número total de imóveis de cada logradouro, em 1841, e a da planta atual, notamos que a maior concentração deles estava do lado oposto ao da Igreja Matriz (26 e 28 respectivamente), o que sugere que o grupo responsável pela Décima começou a contabilizar a rua a partir da igreja do Rosário e desceu até a rua da Ponte.

Apenas um morador (José Alves Ferreira) aparece nos dois impostos prediais. Ele é o penúltimo nome da lista de 1841 do lado direito da rua (lado da Matriz) e o segundo da lista de 1866, o que indica que o Imposto sobre portas e janelas iniciou a contagem no sentido contrário à Junta da Décima (sentido Rua da Ponte/Direita-Rosário) e pelo casario do lado da matriz⁶⁶⁹. Provavelmente, a residência de Ferreira é a que fica hoje na esquina com a atual rua do Cruzeiro (Nº 124), pois a casa da outra esquina tem gravada na bandeira de ferro em sua porta as iniciais “JBGG”, referindo-se ao dono José Basílio Gomes de Gouveia⁶⁷⁰ (o que queria construir um muro divisório e foi ameaçado de morte), no nº 125. Este nome aparece no Imposto de 1866 como o primeiro da lista, confirmando, mais uma vez, nossa hipótese.

⁶⁶⁸ Aqui consideramos os lotes inteiros sem suas subdivisões.

⁶⁶⁹ Vale lembrar que há duas versões do Imposto sobre portas e janelas e, a partir do imóvel de Ferreira, foi possível constatar que a Junta de cada ano fez trajetórias diferentes. Em 1866, ela parece ter feito o mesmo trajeto da Décima (sentido Igreja do Rosário para Mercês) e, no ano seguinte, ela subiu a rua (sentido Igreja das Mercês para a do Rosário). Isso se confirma porque o primeiro bloco de casas da listagem de 1866 (que provavelmente correspondia ao último quarteirão próximo à Igreja do Rosário) aparece como o último bloco de casas na listagem de 1867. Consideramos, para a presente análise, o documento de 1867.

⁶⁷⁰ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p.138

PRANCHA 4A – RUA DO ROSÁRIO/RUA MONSENHOR INÁCIO GIOLIA - LADO DIREITO (LADO DA MATRIZ)

CONDEPHAAT – 2015

CONDEPHAAT – S/D

G01
CONDEPHAAT – S/D

CONDEPHAAT – S/D

PRANCHA 4A – RUA DO ROSÁRIO/RUA MONSENHOR INÁCIO GIOLIA - LADO DIREITO (LADO DA MATRIZ)

PRANCHA 4B – RUA DO ROSÁRIO/RUA MONSENHOR INÁCIO GIOLIA - LADO ESQUERDO

PRANCHA 4B – RUA DO ROSÁRIO/RUA MONSENHOR INÁCIO GIOLIA - LADO ESQUERDO

PRANCHA 4B – RUA DO ROSÁRIO/RUA MONSENHOR INÁCIO GIOLIA - LADO ESQUERDO

Assim, para a espacialização hipotética da Décima de 1841, distribuímos os lotes no sentido Rosário-Rua Direita de ambos os lados. Seguindo essa lógica, os 6 imóveis do lado direito da rua em questão (lado da Matriz) estavam alocados na região entre a igreja do Rosário e a da Matriz, pois a penúltima casa era do dito Ferreira (constante nos dois impostos) e a última do dito José Basílio. Isso bate com a datação do CONDEPHAAT e com o Dossiê IPHAN, pois ambos apontam que a quadra em questão concentra os imóveis mais antigos do lado da matriz. O imóvel de José Alves Ferreira, hoje, é dividido em duas residências, mas os documentos fotográficos retratam que elas eram unidas. Assim, o último quarteirão da rua em seu lado direito (lado da Matriz) até hoje tem os mesmos 5 lotes e, com a futura residência de José Basílio, temos os 6 imóveis desse lado da rua (**Prancha 4.A**). Uma dessas residências foi registrada em um inventário:

Uma morada de casas nesta vila de um lanço com seu corredor cobertas de telha, paredes de mão com 5 portas e duas com fechaduras na Rua do Rosário, portanto de um lado com o Alferes Joaquim Pereira e do outro lado com Francisco das chagas com os fundos para a parte do Rio Paraitinga⁶⁷¹

Trata-se dos bens arrolados de Angélica Maria de Santana, em 1828, portanto antes da “[...] nova fase de alinhamento [...]” da rua e confirma que essa área do logradouro já era ocupada há bastante tempo. A inventariante não aparece no imposto da Décima, mas o alferes citado talvez corresponda a Antônio Joaquim Pereira (imóvel nº 123). Nota-se que ela possuía uma morada inteira composta apenas de portas, indicativa de uso comercial, talvez para atender os fregueses que assistiam à missa na igreja do Rosário, quando ali ficava a Matriz.

Essa disposição de casas é mais um indício de que a área mais baixa do lado direito da rua do Rosário não existia, pois estava ali alocada a igreja Matriz e a praça primitivas. No inventário já citado de Clara Francisca de Souza, de 1840, foi arrolada

[...] uma morada de casas citas dentro dessa vila na rua do Rosário de canto ao Pátio da Matriz com 4 lanços cobertos de telha, paredes de pau e barro [...] ⁶⁷²

Ela era mulher do tenente Thomaz Gomes França, que foi cobrado pela junta do Imposto da Décima, um ano depois, por 2 propriedades na rua do Rosário, lado esquerdo

⁶⁷¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 33.

⁶⁷² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 45.

(oposto a Matriz): a primeira da lista, portanto, perto da Igreja do Rosário e a 22^a, portanto, nas imediações do entroncamento com a rua da Ponte, nº 115, e, provavelmente, o imóvel herdado da esposa. Considerando a atual configuração da cidade, é impossível um imóvel, ao mesmo tempo, estar alocado na rua do Rosário e fazer canto ao pátio da matriz atual a não ser que esse conjunto matriz-pátio estivesse virado a 90°, conforme hipótese já exposta no capítulo anterior.

O lado esquerdo (sentido Rosário-rua-Direita) tem atualmente 30 imóveis, pois alguns lotes foram repartidos. Como exemplo, um, no meio da última quadra desse lado da rua, que tem dois imóveis e uma entrada de edícula na testada da rua (nº 111). Nesse caso, consideramos um lote apenas. Da mesma forma, os dois sobrados, nº 97, na esquina com a atual rua do Cruzeiro parecem em registros fotográficos (4ª fotografia sem data da **Prancha 4.B**) formar uma única residência com a mesma tipologia de portas e janelas e também foram considerados pertencentes a um mesmo loteamento. Assim, chegamos aos 26 imóveis constates na Décima de 1841. Vale sempre lembrar que esse exercício é conjectural e nos permite saber a localização aproximada dos imóveis e não a sua materialidade exata. A residência supracitada de Clara Francisca de Souza tinha uma testada de 4 lanços, e isso não corresponde ao lote nº 115, a partir do cruzamento aqui efetivado, o que sugere mais modificações dentro desses 178 anos que separam uma fonte de outra.

O Imposto sobre portas e janelas registrou 11 imóveis a mais que o Imposto da Décima e, considerando que o lado oposto ao da Matriz já estava quase totalmente ocupado e a quadra entre a igreja Matriz e Rosário também. Conjectura-se que os novos imóveis surgiram na área livre deixada entre a nova matriz e a rua Direita a partir da década de 1840. Hoje, essa área conta com 9 lotes (número próximo dos 11, de 1866) e um grande sobrado de esquina (antigo Grupo Escolar), que foi computado na rua lateral da matriz, como já analisamos.

Os dados referentes à rua do Rosário no Imposto sobre Portas e Janelas nos forneceu algumas dificuldades, muitas delas insuperáveis. A primeira é que necessitamos dos documentos fotográficos e (assim como alguns trechos da rua do Comércio e da rua Direita) há poucos registros de algumas partes do logradouro. A segunda é que praticamente toda a parte baixa da rua (entre a rua Direita e a Matriz) contém casas datadas do século XX, dificultando ainda mais o trabalho de identificação (**PRANCHA**

4B). O terceiro agravante é que a Junta responsável pelo imposto deve ter anotado as residências em zigzague como já observamos na rua Direita.

O que sabemos é que a Junta iniciou a cobrança do lado da Matriz (sentido rua Direita-Rosário), cuja primeira casa foi a do já citado José Abílio Gomes de Gouveia, confirmada pelas iniciais na sua porta, seguida de José Alves Ferreira (também já comentado). Depois, ela anotou mais 8 imóveis (somando 10 ao todo), número igual à quantidade de imóveis dos dois lados da última quadra da rua (mais próximas à igreja do Rosário). Em seguida, a Junta passou a cobrar o imposto da chamada rua Acima do Rosário (também conhecida como rua das Casinhas, que abordaremos à frente) e volta para a rua do Rosário. O sentido mais lógico seria ela descer a rua (sentido Rosário-Rua Direita), mas parece que eles repetiram o sentido que iniciaram (Rua Direita-Rosário). Chegamos a essa conclusão, a partir da observação do casario registrado nos documentos fotográficos. Contamos quantos vãos eles tinham e depois observamos na lista se havia a mesma sequência. Obtivemos êxito na segunda quadra da rua (atrás da Matriz), pois, como não havia imóveis do outro lado (ocupado pela Igreja), a junta anotou os imóveis em sequência. Partimos da fotografia de 1882, na qual constam dois sobrados com 6 P. J. cada um (nº 102 e 103). O IPHAN os identifica como “[...] peculiares da fase de novo alinhamento [...]” (1830-1838)⁶⁷³, portanto construídos antes dos impostos aqui analisados. Ao consultar o Imposto sobre portas e janelas, observamos o registro de 2 imóveis com o mesmo número de vãos, dados que também batem com fotografias referentes a esse quarteirão.

Ao utilizar os sobrados como pontos de referência, lançamos mão de duas fotografias (a 1ª, sem data, e a 2ª, de 1919, na **Prancha 4B**) que registram o mesmo trecho da rua do Rosário: a primeira, em sentido descendente (como quem vai para a rua da Ponte/Direita), e a de 1919, em sentido ascendente (como quem vai para a igreja do Rosário). Começando com a foto de 1919, o primeiro, nº 106, aparece com 5 P. J em conformidade com o imposto; os imóveis nº 105 e 104 aparecem como se fossem uma única casa atualmente, cuja construção remonta à primeira metade do século XX, segundo o CONDEPHAAT. No entanto, pela fotografia de 1919, parecia haver ali dois imóveis distintos: o primeiro, de esquina, com 1 porta e 1 janela para a rua (e 2 janelas para o beco), nº 105, e o segundo, de apenas porta-janela (nº104), números que batem com o

⁶⁷³ Ibidem.

documento de 1866. Os próximos imóveis, finalmente, dizem respeito aos dois sobrados (nº 103 e 102) que aparecem na fotografia de 1882 supracitada. Da mesma forma, a primeira fotografia sem data (que documenta o mesmo trecho da rua em sentido oposto) registra dois imóveis (nº 98 e 99), com 1 porta e 2 janelas cada, mas note-se que há estruturas de porta que foram transformadas em janelas posteriormente. Talvez, esses dois imóveis formassem uma morada e meia, com 4 portas e 2 janelas, conforme consta no Imposto de 1866. Em seguida, temos o imóvel nº 100, com 3 P. J., e o nº 101, com 2 P.J., tudo em conformidade com os dados do Imposto. A sequência termina com os sobreditos sobrados de 6 P. J. cada.

A rua do Rosário foi (e é) uma rua predominantemente residencial, embora haja imóveis com características de loja, como o nº 106, registrado nos documentos fotográficos, e Claro Alves da Silva não foi arrolado pelos impostos prediais, mas tinha um imóvel de “[...] 1 lanço de casas com 3 portas na frente [...]” nesse logradouro e 2 contos de réis em fazenda seca⁶⁷⁴. Em uma casa de um lanço também morava o carpinteiro José Rabelo dos Santos. Em seu inventário de 1832, foram arrolados uma quarta de medir, um pilar novo, um banco de carpintaria antigo, uma serra maior, uma mais pequena, uma verruma de cavilhar, um compasso e duas juntas, um rabote, duas plainas, um cantil, um esquadro, três formões largos, uma graminha, dois "corta-mão", uma enxó, uma tiradeira com argolão e uma régua⁶⁷⁵.

À medida que se sobe a rua, também observamos o proporcional alteamento dos imóveis. Nas imediações da rua da Ponte, predominavam imóveis térreos de porta e janela ou meia morada; no segundo quarteirão (atrás da Matriz), encontramos algumas casas térreas de morada inteira, de morada e meia e pequeno sobrados; finalmente, na quadra mais próxima à igreja do Rosário (que funcionou muito tempo como Matriz), encontramos os maiores sobrados ou casas assobradadas do logradouro. O arruamento, a construção de becos e a rápida ocupação dessa área gerou várias brigas entre vizinhos, algumas delas registradas nos documentos judiciais e servem de pista para pensar o rápido processo de urbanização pelo qual a vila estava passando no período.

⁶⁷⁴ Inventário de Claro Alves da Silva. 1845. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 52.

⁶⁷⁵ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício Caixa 37.

Rua da Catumba

Essa via já recebeu muitas denominações. A primeira menção foi em 1816 como *rua Nova de São Sebastião*⁶⁷⁶, aludindo a uma capela que ficava depois do córrego do Lavapés. Na Décima Urbana de 1841, é chamada de *Catumba*; no testamento, já citado, de Manoel José Pereira, de 1846, consta uma morada de casas na rua do *Bumba*⁶⁷⁷ e no Imposto sobre portas e janelas de 1866, *rua do Carvalho*. A expressão *Bumba* é uma onomatopeia para exprimir sons rápidos e percussivos, já *Catumba* refere-se a um significado fúnebre, talvez, pela construção do primeiro cemitério da vila atrás da igreja do Rosário⁶⁷⁸.

Constam ali, no Imposto de 1841, 39 imóveis (34 no lado direito e 5 no lado esquerdo); no Imposto de 1866, 47 imóveis, e no mapa de seu tombamento 60, imóveis (42, para o lado do rio, e 18, para o lado da Matriz) até a atual rua do Benfica. Como a maior concentração de imóveis fica do lado do rio, tudo indica que esse seria o lado direito atribuído pela Junta da Décima e, portanto, ela iniciou a cobrança a partir da igreja do Rosário e desceu para a Matriz. A partir de 1841, o crescimento da rua parece ter ocorrido mais entre a Igreja do Rosário e a rua do Lavapés (atual Benfica), pois a fotografia de 1882 mostra essa área quase toda ocupada até depois da própria igreja e seus fundos ainda com espaços vagos. Num testamento de 1846, há a menção de um “[...] lancinho de casa nesta vila cita atrás do cemitério do rosário [...]”⁶⁷⁹, indicando que já havia casas até essa área, embora não tenhamos informação se elas eram contíguas.

Não encontramos dados a partir de qual imóvel das imediações da igreja do Rosário a Junta iniciou a cobrança, porém sabemos que, do outro lado da rua (nas imediações da praça da Matriz), a casa assobradada de esquina tinha sua porta principal para a rua em questão. Assim, invertemos o sentido da Junta e contamos 34 imóveis, subindo a rua (sentido Matriz-Rosário) até chegar no 34º lote, que se localiza logo atrás

⁶⁷⁶ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 142. É importante notar que há uma citação a “S. Sebastião” na Planta da vila de São Luiz do Paraitinga de 1850. Vide **Figura 19**.

⁶⁷⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 47.

⁶⁷⁸ Há também essa expressão no português cabo-verdiano, significando uma situação embaraçosa ou uma grande preocupação. In *catumba* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/catumba>> Acesso em: 22 dez. 2019.

⁶⁷⁹ Ibidem.

PRANCHA 5A – RUA DA CATUMBA/CARVALHO – LADO ESQUERDO (PARA QUEM DESCE)

Trecho entre a Matriz e a Igreja do Rosário

Trecho atrás da Igreja do Rosário

PRANCHA 5B – RUA DA CATUMBA/CARVALHO – LADO DIREITO (PARA QUEM DESCE)

PRANCHA 5B – RUA DA CATUMBA/CARVALHO – LADO DIREITO (PARA QUEM DESCE)

do cemitério. Sabendo da extensão do casario, repetimos o procedimento, iniciando do citado lote (atribuindo a ele os dados da primeira residência da rua) e seguimos (no sentido feito pela Junta Rosário-Matriz), distribuindo os dados restantes até o final do logradouro.

O lado esquerdo da rua da Catumba formou-se a partir dos fundos dos loteamentos da rua do Rosário (e vice-versa). Pelos documentos fotográficos do final do século XIX e início do XX, encontramos (no sentido Rosário-Matriz) uma casa assobradada (nº 160) de que não há menção no Imposto sobre portas e janelas, provavelmente construída entre 1866 e 1882 (data da primeira foto que a retrata). No entanto, conjecturamos que havia ali algum imóvel ocupando esse lote antes da construção do sobrado. O Termo de Alinhamento para a construção do muro da igreja do Rosário, em 1851, diz que o arruador “[...] arruou, alinhou e demarcou [...]” 12,5 palmos de barranco, correndo para a rua do Carvalho, do lado esquerdo, e, do outro lado, “[...] alinhou e demarcou” [...] 48 palmos de terreno, “[...] cortando de atravessado pelo morro acima lado direito no canto que faz frente para as taipas das casas de Francisco Ferreira Damião”⁶⁸⁰. O canto direito de quem está sobre o adro da igreja do Rosário é justamente o imóvel em questão, cujo lote, em 1851, abrigava as taipas de alguma residência. Grande parte desse quarteirão era (e é) formado por terrenos murados e anexos à mesma casa assobradada. Já na esquina para o beco (extensão da atual rua do Cruzeiro), havia uma casa (Nº162) e, provavelmente, outra contígua, nº161 (a foto de 1882 não é muito clara). Finalmente, na quadra onde existiu a Casa de Câmara e Cadeia, havia mais dois imóveis registrados na fotografia oitocentista (nº163 e 164). Dessa forma, distribuímos os dados da Décima no sentido Igreja do Rosário-Matriz, a partir dessa configuração. Existe também uma descrição do imóvel nº 161 no inventário de Joaquim Alves Moreira, de 1848:

[...] 2 lanços de casas que partem do lado de cima com Antônio Rodrigues de Mendonça e de baixo com casas de Benedito Alexandrino, tendo o lanço de cima uma meia água que serve de cozinha que vara para a cadeia [...] ⁶⁸¹

Essa casa, provavelmente, se avizinhava com a de João Baptista Salgado, que entrou na justiça contra a servidão de águas de Antônio Rodrigues Mendonça, dois anos antes. Essa descrição é interessante, pois mostra como essa área entre a rua do Rosário e a da Catumba era densamente ocupada. Pela descrição, a residência de Moreira parecia

⁶⁸⁰ APESP. Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordem: C09011 – Vereanças, Livro 3, p. 14-14v.

⁶⁸¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 55.

estar no meio da quadra, com vizinhos na frente e atrás e um lanço em separado, que servia de cozinha.

O lado direito da rua da Catumba, em 1841, consistia numa sequência de 34 casas. Há registros de alguns desses imóveis nos inventários. A maioria deles não faz menção à rua propriamente dita, mas ao termo genérico “nesta vila”. No entanto, pela proximidade cronológica entre os inventários e a Décima, conjectura-se que o imóvel arrolado no primeiro documento relacione-se com o que foi cobrado pelo segundo. O inventário de Ignácio Alves de Oliveira, datado de 1839, por exemplo, consta “[...] uma morada de casas de 2 lanços nesta vila [...]”⁶⁸² (nº 145), o de Antônio Manoel de Souza, de 1840, faz menção a um “[...] lanço de casas com 2 portas citas nessa vila [...]” (nº 158) e “[...] 2 lanços de chãos pegadas as mesmas casas [...]”⁶⁸³; o do já conhecido Capitão Manoel José Pereira, de 1846, que arrolou “[...] 1 lanço de casas de meia água na rua do Bumba [...]” e “[...] 1 lancinho de casa nesta vila citas atrás do cemitério do rosário”⁶⁸⁴. No dossiê-IPHAN, Trindade afirma que alguns imóveis ainda existentes ali talvez remontem às décadas de 1830 e 1840⁶⁸⁵, o que sugere poucas transformações entre os imóveis registrados na Décima e os atuais.

No Imposto sobre portas e janelas, de 1866, houve o aumento de 8 imóveis, provavelmente na área atrás da Matriz e do Cemitério. A Junta desse imposto iniciou a cobrança no sentido contrário ao da Décima (partindo da Matriz e subindo ao Rosário). Há dois imóveis que constam com o mesmo proprietário em ambos os impostos. O primeiro, Francisco Marcondes do Amaral (nº 163), morador do lado esquerdo da rua, e Francisco José de Toledo (nº 151), morador do lado direito. No entanto, esses nomes nos ajudam pouco na espacialização hipotética dos dados, pois, como os dois lados da rua eram ocupados, os imóveis foram organizados em zigzag. Um exemplo disso é a primeira residência de 11 vãos arrolada no imposto, cujo proprietário é Antônio Soares de Souza, também proprietário das principais casas do lado esquerdo da Praça. Esse imóvel foi parcialmente destruído pela enchente, mas as fotografias antigas o registraram com 12 P. J. Depois, a Junta cobrou Dona Alexandrina por uma casa de meia morada. Ela

⁶⁸² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 39.

⁶⁸³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 45.

⁶⁸⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 47.

⁶⁸⁵ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 143.

estava em litígio com José Abílio Gomes Gouveia, devido a seu quintal não ser dividido conforme caso supracitado e, portanto, necessariamente se localizava no outro lado da rua.

A rua da Catumba/Carvalho tinha uma disposição do casario oposta à do Rosário. Os maiores imóveis concentravam-se na parte baixa da mesma, nas imediações da igreja Matriz, e, à medida em que se sobe a rua, os imóveis se tornam predominantemente de porta e janela e de meia-morada. Esse conjunto de pequenas residências, entremeadas por pequenas vendas de uma ou de duas portas, é, segundo Jaelson Trindade, o “mais extenso conjunto de casas térreas de feição tradicional, num *continuum*, existente no Estado de São Paulo”⁶⁸⁶. Segundo o mesmo órgão, trata-se de imóveis geminados com estrutura de gaiola, de pau a pique e telhado em duas águas, embora haja registros na documentação de telhados com meia água. Também houve a preocupação, em alguns casos, de manter as fachadas com a mesma altura, corrigindo a diferença de nível provocada pelo aclave do morro com a elevação do baldrame em pedra e, às vezes, a colocação de alguns degraus nas portas (1ª foto sem data da **Prancha 5B**)⁶⁸⁷. Dessas pequenas vendas, provavelmente, de molhados, restou a única estrutura de 1 porta da vila (Nº138). Hoje, ela é parte de uma residência com 1 janela e 2 portas, mas, na 2ª fotografia sem data da **Prancha 5B**, é possível observar pela pintura gasta e pela diferença no baldrame que se tratava de imóveis distintos. Havia exemplares desses imóveis em quase todas as residências, mas, principalmente, nas ruas em torno da igreja do Rosário.

Rua Acima do Rosário

O Imposto sobre portas e janelas registrou ainda um conjunto de casas alocadas na *rua acima do Rosário* e também na *rua de cima do Rosário* (**PRANCHA 6**). Esse trecho é o único possível de ser visto com alguma nitidez na foto de 1882 e também é o único registro antigo que temos. O CONDEPHAAT não datou esse casario na época do tombamento, em 1982; tampouco foi abordado nos estudos para o tombamento de 2010. Uma última dificuldade é que a fotografia de 1882, devido à distância, não permite definir precisamente onde se inicia uma casa e onde termina a outra.

⁶⁸⁶ IPHAN. *Dossiê São Luiz do Paraitinga...* p. 143.

⁶⁸⁷ IPHAN. *Dossiê São Luiz do Paraitinga...* p. 144.

PRANCHA 6 – RUA ACIMA DO ROSÁRIO/ RUA DE CIMA DO ROSÁRIO

PRANCHA 6 – RUA ACIMA DO ROSÁRIO/ RUA DE CIMA DO ROSÁRIO

PRANCHA 7 – RUA DO CARVALHO

Com base na reconstituição do percurso dos cobradores do Imposto sobre portas e janelas, constatamos que, na versão do imposto de 1866, constam *rua acima do Rosário* (19 imóveis) e na *rua de cima do Rosário* (3 imóveis). Na versão de 1867, só aparece a primeira e, no seu final, foram registrados os 3 proprietários da segunda. Outra baliza importante é um beco ou ruela (atual rua Projetada Sete), que divide a rua em questão em dois quarteirões. Assim, dividimos o casario em dois setores: um, à esquerda do beco (A), e outro, à direita do mesmo (B), para facilitar a comparação entre os documentos fotográficos.

Como a fotografia não permite distinguir uma casa da outra, contamos o número de portas e janelas de todos os imóveis do setor A até o beco, somando 14 P. J. Depois, refizemos essa contagem das portas e janelas na listagem do documento de 1866/67 até chegar ao número de 14 P. J., totalizando 9 imóveis, sendo que o trecho atual tem 11. Dentre eles, consideramos as casas que estavam em cima da colina (conforme a fotografia de 1882), excluindo, portanto, os 2 primeiros imóveis. Por fim, não conseguimos identificar os seis imóveis situados detrás da igreja do Rosário na fotografia de 1882, pois a Igreja do Rosário esconde quase todos eles.

A rua acima do Rosário tem um casario muito semelhante à rua do Carvalho. Com exceção de uma residência de 9 P. J. (provavelmente aquela mais perto do Beco do setor A, **Prancha 6**), todas as outras não exclusivamente de apenas porta, porta e janela e meia morada, com destaque, para uma sequência de portas no setor A, o que pode remeter também a pequenas vendas.

Lavapés

Segundo a identificação do IPHAN⁶⁸⁸, *Lavapés* corresponde atualmente à rua Benfica no final da rua do Carvalho. Ela, segundo o mesmo Instituto, foi aberta em 1864 e tinha ligação com a estrada que ia para Cunha e para Paraty⁶⁸⁹. Esse lugar (porque não recebeu denominação de rua) também não entrou na delimitação do núcleo tombado de ambos os órgãos de preservação e, portanto, não há prospectos nem fontes iconográficas conservadas que o retratem. Seu nome veio do ribeirão de mesmo nome, que era passagem obrigatória de quem chegava dos bairros rurais rio acima e de quem vinha de Cunha e de Paraty.

⁶⁸⁸ IPHAN. **Dossiê São Luiz do Paraitinga...** p. 71.

⁶⁸⁹ Ibidem, p. 72.

O Imposto sobre portas e janelas listou 7 imóveis ali, provavelmente localizados entre a rua do Carvalho e a rua da Liberdade (continuação da rua do Rosário) (**PRANCHA 7**). Há, atualmente, entre esses logradouros, 8 lotes construídos, cujas casas já não guardam nenhuma pista que nos remeta aos dados do imposto oitocentista. No entanto, a planta cadastral elaborada pelo CONDEPHAAT, em 1982, registra apenas dois imóveis no trecho citado e oito ao longo de toda a via, número que se aproxima da quantidade descrita no I. P. J. No primeiro imóvel da lista, consta a seguinte anotação: “[...] tem 4 janelas e um portão que serve de entrada para casa [...]”, descrição essa que pode remeter a cercados de pequenas chácaras, uma vez que estavam dispersos e não rentes a uma rua, como temos visto até então.

Lavapés foi o último logradouro listado nos impostos prediais. Com ele, finalizamos a espacialização hipotética dos imóveis da Décima dos Prédios Urbanos e a análise desse casario por meio do cruzamento com os inventários, testamentos e o Imposto sobre portas e janelas. Com essa reconstituição conjectural da vila, podemos perceber que:

- os agentes locais tiveram papel importante as alterações materiais e morfológicas da vila norteadas pelas normas da Câmara e a análise dos impostos prediais, cotejados com os inventários e testamentos indicaram que a transformação da morfologia e da materialidade do núcleo aconteceram no século XIX e não a partir de uma continuidade de um projeto dado desde o começo da vila;
- a área da praça (rua da Quitanda, Cadeia, lado da Matriz e praça propriamente dita) estava passando por um processo de transição material de um grupo ligado a um mercado de abastecimento para outro – composto por seus descendentes – que tiveram suas rendas complementadas pela cafeicultura. As duas gerações têm grande quantidade de escravos e indícios de sua comercialização e tráfico depois da proibição. Essa transição não foi total, criando uma paisagem de sobrados e casas térreas ligados a esses dois tempos.
- na área da praça, existia forte atividade comercial, como pudemos ver pelos vários imóveis só de portas e, com a transição apontada, essa área vai progressivamente se tornando residencial, por meio da mudança de lugar das lojas para a região onde hoje é o mercado municipal.
- A região da rua da Ponte/Direita (rua municipal e rua da Boa Vista) era a fronteira da vila com a área do Rossio e com as terras do “Concelho”. Existiam ali diversas chácaras

de tamanhos variados, habitadas tanto por membros mais abastados daquela localidade como também por roceiros com pequena produção de mantimentos. Na região fronteira à ponte, havia um casario com muitas lojas para atender a vila e os viandantes. A rua Municipal também se transformou em área comercial da cidade já no final do século XIX. Alguns imóveis desse logradouro se altearam a partir de 1860; seus proprietários eram, em sua maioria, os mesmos que também tinham imóveis na região da praça.

- O conjunto do morro do Rosário (rua do Rosário, rua da Catumba, rua Acima do Rosário e Lavapés) era o caminho que seguia para o Rio Acima, Cunha e Paraty e, no começo do século XIX, parece ter ocorrido o alinhamento desses logradouros, ganhando a forma que têm hoje. A rápida ocupação do morro ocasionou alguns problemas entre vizinhos que acabaram entrando na justiça para conseguir terras furtadas nos seus quintais ou proibição de águas correndo pelos mesmos. O casario era predominantemente térreo e residencial, com pequenas vendas entremeadas nas várias partes das ruas. Trata-se de imóveis com menor porte e que se altearam pouco: na rua do Rosário, os sobrados se encontram nas imediações da igreja do Rosário, que foi Matriz durante quase toda a primeira metade do século XIX, e, na rua da Catumba, nas imediações da Praça.

Apresentaremos, a seguir, a sociotopografia da vila, a partir de mapas conjecturais elaborados, recorrentes a partir da espacialização hipotética das fontes textuais de São Luiz encontradas nos acervos do CONDEPHAAT, IPHAN, APESP, CAPH-USP.

4.9 – Uma visão do conjunto urbano de São Luiz do Paraitinga

Jacques Le Goff chamou de *análise sociotopográfica* a pesquisa que realizou nas cidades medievais europeias, interpretando como grupos sociais distintos daquela sociedade também se espacializavam diferentemente, criando setorizações e deflagrando uma cidade bastante heterogênea a despeito de sua aparente homogeneidade e pequenez⁶⁹⁰. Da mesma forma, nos apropriaremos do conceito de sociotopografia para entendermos como os cidadãos dessa vila colonial se espacializaram, embora à primeira vista pareça uma vila uniforme. Com a espacialização hipotética dos dados do documento de 1841, pudemos criar mapas temáticos a partir do seu georreferenciamento. Por esses mapas, conseguimos analisar a dimensão espacial de alguns dados contidos no próprio documento da Décima e/ou cruzamento com outras fontes. Embora os dados do Imposto sobre portas e janelas, de 1866, não nos possibilitem criar mapas temáticos, foi possível

⁶⁹⁰LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

construir um gráfico em que quantificamos quantos vãos cada imóvel tinha por logradouro, comparando os dados da vila em 1841 e 1866. Por fim, relacionamos os dados de São Luiz com outras pesquisas que também se debruçaram sobre os documentos da Décima em outras vilas oitocentistas.

Primeiramente, vejamos o que os outros estudos sobre a Décima Urbana apontaram sobre a quantidade de imóveis em outras vilas:

Tabela 9: Comparação da quantidade de imóveis de vilas e cidades do século XIX segundo o imposto da Décima dos Prédios Urbanos⁶⁹¹

Vilas e cidades	Nº imóveis	Ano
Rio de Janeiro – RJ	7.548	1808
Vila Rica –MG	1.651	1812
São Paulo – SP	1.281	1809
Santos –SP	959	1839/40
Vila Boa – GO	698	1810
Mariana – MG	607	1811
Meia Ponte – GO	308	1819
Paranaguá – PR	295	1808
Pilar - GO	283	1816
Curitiba – PR	244	1810
Natividade – GO	189	1817
São Luiz do Paraitinga	165	1841
Cunha –SP	119	1809
Antonina – PR	114	1808

Nota-se, portanto, que São Luiz do Paraitinga, mesmo numa época mais avançada que as demais, tinha uma quantidade de imóveis bem modesta em relação às outras vilas de seu tempo. No Imposto sobre portas e janelas, de 1866, a vila cresceu para 267 imóveis, o que também a coloca em uma condição diminuta em relação às outras vilas, se considerarmos que elas também cresceram.

⁶⁹¹ KATO, Allan Tomas Tadashi. **Retrato urbano**: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011; MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar**: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830). 2018. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018; CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004; BUENO, Beatriz. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica**: São Paulo (1809 – 1950). **São Paulo: EDUSP, 2016**. CARRARA, Angelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural (Minas Gerais, 1808 – 1835). **Varia História**, Belo Horizonte, nº 25, 2001; BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano**: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013.

Gráfico 1: Estrutura material do casario de São Luiz do Paraitinga por logradouro segundo o Imposto sobre Portas e Janelas de 1866

Figura 20: Espacialização Hipotética dos Imóveis pelo Valor Pago no Imposto da Décima Urbana - 1841

Um dado importante que podemos extrair do imposto da Décima é o valor pago pelo proprietário dos imóveis. O valor da Décima Urbana estava ligado ao seu potencial valor de locação durante o ano. Se o imóvel estivesse alugado, se anotava o valor correspondente, senão havia uma avaliação, na qual se estabelecia quanto esse imóvel tinha potencial de valer numa locação. Embora o imposto se chame “décima”, ele não correspondia exatamente a 10% do valor de seu potencial de locação. Na verdade, cobrava-se 9% de imposto sobre o valor estimado, pois esse 1% *que resta* ficava teoricamente para o conserto das fachadas⁶⁹². Sobre esse valor, Bueno identificou que o número de pavimentos e a quantidade de lanços influenciavam no valor que seria cobrado pelo imposto⁶⁹³, embora não saibamos precisar qual a sua influência, mais testada ou número de portas e janelas corresponderia a imóveis mais caros e mais taxados.

O mapa *Espacialização hipotética dos imóveis pelo valor pago no imposto da décima urbana – 1841* permite entender onde estavam concentrados os imóveis mais e menos valorizados. Por ele, podemos notar que os imóveis que pagavam menos imposto (0 a 5\$000 réis) concentravam-se, principalmente, na rua da Quitanda e na rua da Catumba; os valores intermediários (5\$001 a 15\$000) localizavam-se, principalmente, na rua da Ponte e na rua do Rosário. Os imóveis que pagavam mais imposto (15\$001 a 24\$000) estavam espalhados nos vários logradouros, mas, em 1841, já era possível observar alguma concentração no lado direito da rua da Quitanda nas imediações da Igreja do Rosário (que era Matriz nessa época).

Segundo o **Gráfico 1**, podemos analisar a quantidade de vãos do casario de São Luiz do Paratinga por logradouro e ordem de quantidade. Observamos que a ocorrência de casas com 1 vão é maior na rua Acima do Rosário e na rua do Carvalho; as de 2 vãos (porta e janela) na rua da Ponte/Direita, na rua da Catumba/Carvalho e na rua do Rosário; as de 3 vãos (meia morada) concentravam-se na rua Direita, na rua do Carvalho e na rua do Rosário; os imóveis de 4 vãos (3/4 de morada) agrupavam-se, principalmente, na rua do Rosário e na rua Direita. Assim, podemos concluir que as casas de menor porte se concentravam principalmente na rua do Carvalho e na rua do Rosário, considerando que a rua Direita (antiga rua da Ponte) era a mais extensa e também a mais diversa. Já os imóveis de 5 vãos (morada inteira) localizavam-se na rua Direita e na rua do Rosário; os

⁶⁹² KATO, Allan Tomas Tadashi. **Retrato urbano...** p.16; MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar...** p. 264.

⁶⁹³ BUENO, Beatriz. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica...** p. 68

de 6 vãos (morada e meia) na rua Direita e na rua do Carvalho, e existiam apenas 4 imóveis de 7 vãos, localizados na rua Direita, na rua do Comércio e no Lavapés. Esse grupo formava um conjunto de casas medianas, cuja concentração, em geral, repete a das casas pequenas. Por fim, os imóveis maiores eram mais escassos e sua ocorrência acontecia pontualmente no tecido urbano. Assim, se trabalharmos os imóveis de 8 vãos para cima em conjunto, podemos notar que a rua Direita mais uma vez se destaca (3 com 10 vãos e 6 com mais de 10 vãos), seguida da rua do Rosário (2 com 8 e 10 vãos e 3 com mais de 10) e da rua da Cadeia (3 imóveis com mais de 10 vãos). Assim, embora o pátio da Matriz e a da Quintana/Comércio concentre os sobrados mais sofisticados, em termos quantitativos, esses logradouros não se destacam em quantidade de imóveis de maior porte.

Se considerarmos que o valor dos imóveis na Décima guarda alguma relação com a estrutura dos mesmos, podemos, então, comparar os dados da Décima com a quantidade de vãos no I. P. J. Os dados da rua Direita refletem o que os inventários já nos mostraram: tratava-se de uma rua de perfil muito diversificado, abrigando imóveis de vários valores, em 1841, e de vários formatos, em 1866, com destaque para as casas de porta e janela (22), de meia morada (16) e de morada e meia e/ou sobrados pequenos (11). A rua do Rosário apresenta valores medianos, em 1841, e um casario, predominantemente de porta e janela (11) e meia morada (10) e de $\frac{3}{4}$ de morada (6), mas também abrigava alguns imóveis grandes, como os de 6 vãos (morada e meia ou pequenos sobrados) e sobrados com mais de 10 vãos (3). Isso indica que a rua do Rosário permaneceu uma rua com casario de porte médio no período indicado e se alteou apenas no ponto mais alto do logradouro, já nas proximidades da igreja do Rosário. A rua da Catumba/Carvalho tinha um perfil muito parecido com a do Rosário, com bastante ocorrência de imóveis de porta e janela (19), meia morada (13) e de morada e meia (6), mas com pouca incidência de casas grandes e sobrados e grande concentração de imóveis com apenas porta (4). Se considerarmos os dados da rua Acima do Rosário (que ladeava a Igreja e era paralela à rua da Catumba/Carvalho), encontramos mais uma concentração de imóveis com apenas portas (6), o que indica uma área com um patrimônio imobiliário de estrutura menor. Por fim, constatamos que a antiga rua da Quitanda (depois Comércio), que agregava os imóveis de menor valor, se transformou em uma das áreas que mais se alteou na vila, na segunda metade do século XIX.

Figura 21: Espacialização Hipotética dos Imóveis por nível de riqueza segundo o Imposto da Décima Urbana (1841) e o Maço de População (1843)

Ainda sobre o valor das Décimas, Cavalcanti observa que não havia homogeneidade no Rio de Janeiro, pois os prédios com mais de um pavimento distribuíam-se em vários setores, com alguma concentração nas ruas mais importantes, no largo do paço e nas zonas comerciais e portuárias⁶⁹⁴. Da mesma forma, Beatriz Bueno observa que os largos (da Sé e do Palácio) concentraram os imóveis mais caros bem como as ruas comerciais (Direita e do Rosário). Em Santos, a rua Direita e a rua da Praia eram as mais valorizadas da cidade, esta última concentrando diversos sobrados comerciais⁶⁹⁵. Kato, acerca de seu trabalho sobre as vilas paranaenses, alerta que não podemos pensar em “setorizações clássicas”, com divisões rígidas por critérios de renda, ocupação etc. O que o autor observou foi certa “[...] preferência em residir em um ou outro logradouro, no caso das elites”⁶⁹⁶. Moura, sobre as vilas goianas, observa que a “[...] diversidade dos valores atribuídos ao rendimento anual dos bens localizados num mesmo logradouro era marcante”⁶⁹⁷. Isso se repete em São Luiz do Paraitinga e também em nossa análise sobre Cunha. Parece que, à medida que os núcleos urbanos iam crescendo, começava a haver uma setorização mais nítida no traçado da cidade. Em 1866, já podemos observar uma sociotopografia melhor definida, com o alteamento parcial dos imóveis da praça central, embora, na quantificação dos imóveis, não pareça relevante entre as ruas que tinham mais sobrados. Também houve notável concentração de casas de pequeno porte nas imediações da rua da Catumba/Carvalho, especialmente nas imediações do largo do Rosário, e uma transferência da área comercial da cidade da região da Matriz para a rua Municipal. Em Cunha, observamos uma concentração de fazendeiros mais abastados residindo na rua da Lapa e a quase inexistência de oficiais mecânicos no interior na vila⁶⁹⁸. Cunha possuía, no início do século XIX, apenas 2 sobrados e muitas casas assobradadas, o que, em certa medida, se assemelha com São Luiz no período. No entanto, ao avançar do século, parece que essa cidade se alteia muito mais rapidamente do que Cunha, talvez devido à importância que o porto de Ubatuba ganhou no período.

As rendas dos habitantes foram conseguidas pelo cruzamento dos dados da Décima com os dos Maços de população, de 1843. Nesse Maço, foram arrolados os votantes do Império que, entre outros critérios que especificaremos no capítulo seguinte,

⁶⁹⁴ CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista...** p. 267

⁶⁹⁵ BUENO, Beatriz. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica...** p. 21.

⁶⁹⁶ KATO, Allan Tomas Tadashi. **Retrato urbano...** p. 129.

⁶⁹⁷ MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar...** p. 263.

⁶⁹⁸ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano...** Capítulo 5.

eram divididos por renda, ou seja, os que tinham renda anual inferior a 100 mil réis anuais e não votavam, os que tinham entre 100 e 200 mil réis anuais e votavam na fase paroquial, e os que tinham rendimento superior a 200 mil réis anuais e votavam na fase da eleição provincial. Vale ressaltar que as mulheres não votavam e, portanto, não foram computadas entre essas faixas de renda. A partir do cruzamento dos dados, obtivemos o mapa *Espacialização hipotética dos imóveis por nível de riqueza – 1841/1843*, no qual notamos que os imóveis dos que estavam na terceira faixa se concentravam, principalmente, na rua da Quitanda/Comércio, finais da rua da Ponte/Direita e rua da Catumba/Carvalho. Os que estavam na segunda faixa de renda concentravam-se principalmente na rua do Rosário e Catumba/Carvalho, e os que tinham renda inferior a 100 mil réis anuais estavam espalhados pelos vários logradouros da vila.

A concentração dos que tinham uma faixa de renda intermediária coincide com as estruturas dos imóveis, principalmente para rua do Rosário, que tinha casas de porta e janela e meia morada. Para os de terceira faixa de renda, ressalvamos que os imóveis no final da rua da Ponte/Direita e da rua da Catumba/Carvalho pertenciam, respectivamente, a José Lopes Figueira e a Antônio Rodrigues de Mendonça, que tinham outros imóveis nas áreas mais centrais da vila, onde, provavelmente, residiam. Assim, a rua da Quitanda/Comércio era uma rua em que se concentravam os homens com maior rendimento anual e, contraditoriamente, era onde se localizavam os imóveis que pagavam menos imposto, em 1841. Todavia, é possível constatar que os lotes que abrigaram os sobrados na década de 1860-70 já pertenciam aos estratos mais ricos daquela sociedade. Talvez com a reconstrução da igreja em um novo lugar, houve uma corrida para comprar imóveis que ladeariam a nova praça, demolidos para dar lugar a imóveis maiores na década seguinte. Somam-se a esse grupo os dois imóveis do lado direito da praça que, embora não identificados no mapa, tinham, pois, donos que já haviam morrido em 1843 e estavam nas mãos desse mesmo grupo social mais rico.

Também obtivemos dados sobre a qualificação de seus habitantes. Eles referem-se às patentes militares para os homens e a designação “dona” para as mulheres, geralmente viúvas ou casadas com membros das elites locais. No mapa a *Espacialização hipotética dos imóveis pela qualificação de seus habitantes – 1841*, podemos notar que essas designações estavam espalhadas por toda vila com uma ligeira concentração na rua Direita e ao redor da praça, o que se repete no caso das Donas. Por outro lado, observamos poucas ocorrências de indivíduos com patente na rua do Rosário e na rua do

Figura 22: Espacialização Hipotética dos Imóveis pela qualificação de seus habitantes segundo o Imposto da Décima Urbana - 1841

Figura 23: Espacialização Hipotética dos Imóveis pela forma de ocupação segundo o Imposto da Décima Urbana - 1841

Figura 24: Espacialização Hipotética dos Imóveis pelo gênero dos proprietários segundo o Imposto da Décima Urbana - 1841

Catumba/Carvalho. Esses dados corroboram os já apontados, indicando uma concentração de potentados políticos na região da praça da Matriz e na rua da Ponte/Direita, e uma diminuição desses indivíduos quando se sobe o morro da igreja do Rosário e avança-se no Rossio. Em Cunha, não observamos uma concentração dessas patentes, pois se espalhavam em todas as ruas da vila⁶⁹⁹.

Um outro dado que podemos descobrir pelo imposto da Décima é a forma de ocupação dos imóveis. Ela nos informa sobre os que não tinham aluguel anual (que interferia no valor do imposto), os que eram alugados e os que eram ocupados por seu dono, ou por seus filhos ou herdeiros. No mapa *Espacialização hipotética dos imóveis pela forma de sua ocupação – 1841*, podemos observar que a taxa de ocupação era alta (76%), com destaque para a rua da Ponte/Cadeia. Os imóveis alugados correspondiam a 20% dos imóveis e se concentravam, principalmente, na rua da Catumba/Carvalho, que também abrigava um casario mais pobre. Esse dado é inferior ao que Bueno encontrou para São Paulo, cerca de 36,40% dos imóveis destinados para aluguel⁷⁰⁰, e Cavalcanti observa que as freguesias mais afastadas do centro do Rio de Janeiro eram as que tinha menos espaços para aluguel em comparação às áreas mais centrais, sentido oposto à concentração dos imóveis alugados em São Luiz. Tais pesquisas sobre as Décimas de São Paulo e do Rio de Janeiro identificaram um mercado imobiliário com especial participação das ordens religiosas e também dos potentados locais. Na modesta São Luiz, provavelmente, tratavam-se de casas pequenas, destinadas à população mais pobre, sendo a maioria dos imóveis ocupada por seus proprietários.

A partir dos nomes dos proprietários e dos locatários dos imóveis, pudemos criar o mapa *Espacialização hipotética dos imóveis por gênero dos proprietários – 1841*. Percebemos que a maioria dos imóveis era habitada por homens e que as mulheres ocupavam, principalmente, a rua da Ponte/Direita. Esses dados vão ao encontro do estudo de Cavalcanti, que identificou 74% dos imóveis pertencentes a homens⁷⁰¹, diferentemente das vilas goianas analisadas por Moura, com presença significativa de mulheres proprietárias de imóveis (também encontradas como inquilinas, em menor quantidade)⁷⁰².

⁶⁹⁹ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano...** Capítulo 5.

⁷⁰⁰ BUENO, Beatriz. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica...** p. 18.

⁷⁰¹ CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista...** p. 274

⁷⁰² MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar...** p. 263.

Em conclusão, podemos perceber que São Luiz do Paraitinga era uma vila predominantemente térrea, cuja tipologia das casas era sobretudo de porta e janela e meia morada. Grande número dos proprietários dos imóveis e/ou locatários eram homens que habitavam seus imóveis. Conseguimos observar que não havia uma setorização rígida, mas alguma tendência de as elites ocuparem a recente praça central, os estratos medianos ocuparem a rua do Rosário e os mais pobres ocuparem a rua da Catumba/Carvalho, principalmente nos trechos que ladeiam o largo da Igreja do Rosário e a rua da Ponte/Direita era caracterizada por uma diversidade social e arquitetônica. Em 1866, essa tendência se acentua com o alteamento dos imóveis da Praça e a construção da rua Acima do Rosário, com muitos imóveis com apenas porta.

Capítulo 5

A espacialidade da vida cotidiana: produção e comércio na primeira metade do século XIX

Um processo de expansão e de alteamento urbano, geralmente, está vinculado a injeção de dinheiro que permite dar o suporte. Como vimos, o núcleo urbano luizense passou por grandes transformações entre a década de 1830 e 1870, principalmente, com alterações significativas em sua morfologia, com a construção e reconstrução de prédios públicos, com a expansão urbana e com melhoramento da estrutura das casas. Buscamos nesse capítulo entender a inserção e a participação de São Luiz do Paraitinga nas redes mercantis da Colônia e do Império com o objetivo de investigar quais dinâmicas econômicas motivaram as transformações urbanas perscrutadas nos capítulos anteriores.

Na introdução do livro *Fazendas de Café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam* (1817-1915), organizado e escrito por Carlos Eugênio Marcondes de Moura, há uma ressalva ao inventário do Alferes Nuno da Silva Reis, dono da Fazenda Barro Vermelho, em Cunha. Ela “singularizava-se pelo nenhum cultivo do café”, mas pelos “animais que incluíam “lotes de bestas”, “um grande criatório de porcos” e plantação de milho e feijão⁷⁰³. Especulou que as bestas poderiam ser alugadas ou vendidas para o transporte do café entre litoral e serra acima, num momento anterior à construção da ferrovia.

Nuno da Silva Reis parece nunca ter se envolvido com café. No Maço de população de Cunha, de 1801, ele tinha 19 escravos e produzia 100 arrobas de toucinho, 700 alqueires de milho e criava 3 cavalos, 6 bestas “de seu custeio” e 5 vacas com três crias⁷⁰⁴. No seu inventário de 1854, foram arrolados 40 escravos com a criação e cultivos dos mesmos gêneros⁷⁰⁵. Uma das atividades de Reis era a invernagem do gado para Antônio da Silva Prado. Em cartas trocadas entre ambos, datadas das primeiras décadas do século XIX, Silva Prado ordena o envio de gado “[...] de mil a mil e cem daqueles que estiverem mais magros [...]” para a Serra da Bocaina (dentro do município de Cunha) com fim de engordarem para só depois se dirigirem ao Rio de Janeiro. Em carta escrita

⁷⁰³ MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Inventariando os Inventários in **Fazendas de café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam**, 1817-1915. São Paulo: CONDEPHAAT, 2014, p. 18.

⁷⁰⁴ APESP. Maços de população de Cunha. Rolos 49-52.

⁷⁰⁵ MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). **Fazendas de café do Vale do Paraíba...** p. 211.

pelo próprio Nuno da Silva Reis a Antônio da Silva Prado, é apontado o envio de 1.600 bois para o Rio de Janeiro e ainda havia 2.000 “[...] que não tardarão aqui”. Da mesma forma, indica um fluxo de 200 cabeças por dia com possibilidade de aumento dessa quantidade⁷⁰⁶.

A ideia que a cafeicultura teria canalizado todas as forças produtivas locais projetou-se para toda região do Vale do rio Paraíba, mesmo para áreas que estiveram só parcialmente envolvidas com esse plantio. Do total dos inventários de Cunha arrolados no referido livro, por exemplo, consta apenas uma gleba com produção de pequena quantidade de café.

São Luiz do Paraitinga parece ser um caso semelhante. Muitos autores relacionaram as transformações urbanas que ocorreram na cidade entre 1830-1870 à pujança advinda do café. Em finais da década de 1950, Pasquale Petrone afirma que a economia de São Luiz do Paraitinga caracterizou-se, até a terceira década do século XIX, por uma “[...] policultura de subsistência [...]”, criação de porcos, um rápido ciclo de produção de algodão, mas foi o café que marcou a vila a partir do quarto decênio do referido século:

A história do café na região é, com rasíssimas tonalidades de diferenciação, semelhante à de todo o vale do Paraíba. Cultura nova; tateante no início, termina por dominar, ou quase, em grande parte sobrepondo-se, como monocultura comercial, à policultura antes existente; dá margem a verdadeira euforia econômica, cria fazendeiros de posses, coronéis dos fins do Império e primeiros tempos da República, barões do Império, faz florescer sobrados nas cidades, casarões, suntuosas sedes nas fazendas; apossa-se das terras para, em seguida, deixar atrás de si as "itaocas" e os "oblivions", centros de áreas onde medra o Jeca, fatos tão bem retratados por Monteiro Lobato em suas obras⁷⁰⁷

Carlos Lemos, no livro *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*, aponta diferenças entre regiões do Vale do Paraíba. Uma das quais, mais nova, refere-se a grandes edifícios na zona rural (como em Bananal) e outra, mais velha, onde já havia uma estrutura produtiva montada para a produção de mantimentos e açúcar, predominando “[...] pequenas fazendolas espalhadas ao longo de péssimos caminhos perpendiculares ao rio”. Segundo o autor, com a chegada do café, não

⁷⁰⁶ MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, 2001, p. 53-54.

⁷⁰⁷ PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana. **Revista Brasileira de Geografia**. n. 3, jul. /set. 1959, p. 254

houve interesse por parte desse segundo grupo em construir grandes sedes em propriedades já constituídas e “[...] a preferência foi morar na cidade”. Nesse sentido, destaca “[...] a reformulação do quadro arquitetônico de São Luiz do Paraitinga”. Ela seria “significativa”, pois, diferentemente de outras cidades do Vale que, com a chegada do café, passaram a abrigar uma arquitetura diversificada, mesclando casas “singelas” com novas construídas por “fazendeiros enricados”, São Luiz tinha um casario muito modesto e

[...] foi praticamente reconstruída e grandemente aumentada em muito breve espaço de tempo, providência da qual resultou impressionante homogeneidade estilística – tornou-se a única cidade representativa do ciclo do cafeeiro no alto Paraíba – documento de importância igual à de Bananal⁷⁰⁸

Augusto C. da Silva Telles, no livro *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*, afirma que, na área do Paraitinga, era predominante a policultura, não tendo havido domínio da cana de açúcar e, na década de 1830, o café foi adotado como mais um produto da policultura dominante. No entanto, ao explicar o casario da vila, afirma que “[...] se apresentam com especial uniformidade, porque foram construídos praticamente no mesmo período, com a chegada do café como produto dominante no município”⁷⁰⁹.

Luiz Saia afirma que, na década de 1840, momento que a cidade ganhou sua feição atual, “[...] foi provavelmente nessa época que a região foi tomada pela cultura do café [...]”, citando a fazenda do Ajudante J. J. Ferreira (da Casa onde nasceu Oswaldo Cruz) com uma produção de 6.000 arrobas, em 1840. Em 1852, a fazenda do padre João Roiz de Moraes, a do alferes Manoel Pereira de Castro, a do Ajudante Luís Gomes de Gouveia e a do Capitão-Mor José Lopes de Figueira teriam produzido 6.000 arrobas de café que “[...] vão seguindo sofrivelmente”. Cita também uma sede da Fazenda Pinheirinho, que teria sido um engenho de açúcar adaptado para a cafeicultura⁷¹⁰. Contudo, termina seu artigo, afirmando que

Embora São Luís do Paraitinga não possa ser considerada uma cidade característica da economia do café, economia essa responsável por cerca de 90% das atuais cidades paulistas, posto que tangenciou apenas a problemática cafésista, como produção e como consequências urbanas, a verdade é que essa cidade representa um marco daquilo que posteriormente passaria a caracterizar as cidades nascidas e crescidas

⁷⁰⁸ LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: EDUSP, 1999, P 184-185.

⁷⁰⁹ TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do Café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006, p. 54 a 60

⁷¹⁰ SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga**, p. 24.

em função da produção do café. Realmente inaugura-se com o governo do Morgado de Mateus a preferência pela cidade em xadrez, de tipo hipodâmico, que vai fazer praça, no Estado de São Paulo e sul de Minas, na região que se povoou e viveu cem anos sob o signo do café⁷¹¹.

Daniel Pedro Müller cita 3 fazendas de café em 1836, produzindo 16.200 arrobas⁷¹². Sérgio Milliet aponta a seguinte produção de café no século XIX:

Tabela 10: Produção de Café no Vale do Paraíba em Arrobas⁷¹³

	Município	1836	1854	1888
1	Areias	102.797	386.094	480.000
2	Bananal	64.822	554.600	
3	Cunha	50		
4	Guaratinguetá	22.442	100.885	350.000
5	Jacareí	54.004	240.010	86.000
6	Lorena	33.649	125.000	176.667
7	Mogi das cruces	11.237	100.000	
8	Santa Isabel	2.449	45.000	2.000
9	Paraibuna	23.322	118.320	10.000
10	Pindamonhangaba	62.628	350.000	200.000
11	S. L do Paraitinga	16.200	41.000	30.000
12	S. J. dos Campos	9.015	60.000	250.000
13	S. Sebastião	42.845	86.000	600
14	Ilha Bela	10.289	112.500	4.000
15	Taubaté	23.607	354.730	360.000
16	Ubatuba	31.000	99.500	5.000

Fonte: MILLIET, 1941, p. 42

Em 1836, São Luiz do Paraitinga ocupava a 11ª posição na produção de café no Vale do Paraíba. Em 1854 (década em que houve a construção dos principais sobrados da vila), ela passou para a penúltima posição à frente apenas de Cunha, que não registrou produção. Finalmente, no final do Império, sua produção caiu 27% e, mesmo assim, ocupou a 7ª posição. Os inventários da primeira metade do século XIX refletem essa

⁷¹¹ Ibidem, p. 28

⁷¹² MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio D'um quadro estatístico da Província de São Paulo Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837**. São Paulo: Typographia Costa Silveira, 1838.

⁷¹³ Os valores aqui apresentados englobam os municípios criados no período. Lorena, por exemplo, teve seu município dividido para criar as cidades de Silveiras, Jataí, Cruzeiro, Cachoeira e Piquete.

posição marginal da produção de café na vila. Na década de 1830-40, apenas um inventário mencionou estar envolvido com a cafeicultura; entre 1840-50, foram 9. Os trabalhos de Jaelson Trindade relativizam a participação do município na economia cafeicultora, apontado que depois da chegada da família Real ao Rio de Janeiro gerou uma demanda por gêneros alimentícios que resultou num aquecimento da economia luizense e sua maior integração aos sistemas produtivos:

O que vai ocorrendo é a passagem da cultura de cereais para o gasto da família e uma pequena produção excedente de mercado, para um acentuamento desta produção agrícola excedente, e um relativo acúmulo de capitais nas mãos dos proprietários de mais posses e compradores da pequena produção de muitos agrícolas que vendem na terra mesmo; e de um ou outro comerciante⁷¹⁴

Isso resultou no acúmulo de escravos e terras na mão de alguns poucos agricultores. No Dossiê IPHAN, Trindade afirma que a conjugação milho-feijão-café e, posteriormente, algodão permitiu “ a criação de um arcabouço urbano denso e de porte, com o embelezamento da cidade, através dos melhoramentos públicos e a construção e reforma de numerosos edifícios particulares”⁷¹⁵

Diante desses dados, podemos perceber que a cidade ficou na periferia da produção cafeeira em relação a outras da região e mais recuada ainda, quando comparada com a produção do oeste paulista, na segunda metade do século XIX. Assim, podemos reiterar o que a materialidade urbana já havia nos mostrado: o café não foi o produto que movimentou a economia do município durante as transformações urbanas da cidade, entre 1830-1840, e teve parcial contribuição para o alteamento das casas no período entre 1850-1870. Doravante, o presente capítulo visa responder quais atividades socioeconômicas aconteceram em São Luiz do Paraitinga na primeira metade do século XIX e como elas condicionaram as ditas transformações e se auto-representaram na própria cultura material da vila. Para isso, precisamos alargar a escala de análise para observar a vila conjugada com seu Termo e sua inserção na rede urbana do período.

5.1 - O Termo de São Luiz do Paraitinga

O *Termo* de uma vila era o território administrado por ela. Como vimos, quando São Luiz do Paraitinga foi criada, delimitou-se, além do espaço urbano, uma área para usufruto dos cidadãos, chamada de Rossio, e um território a ser administrado pelo

⁷¹⁴ SAIA; TRINDADE. *São Luís do Paraitinga...*p.14

⁷¹⁵ IPHAN. *Dossiê São Luiz do Paraitinga...*p.55

“Concelho” da Câmara. No *Auto de Delimitação do Termo da vila de São Luiz do Paraitinga* foi estabelecido que a fronteira do núcleo com Ubatuba tinha como marco “a passagem do Rio Paraibuna”, a sudeste da Vila. Para a parte de Taubaté, o termo da vila seguia até o “sítio de Miguel de Freitas Machado, chamado de Vargem Grande”. Nos primeiros Maços, Machado é inclusive citado nesse bairro, o qual devia corresponder hoje à localidade da Vargem Grande, dentro do município de Roseira, ao norte da Vila. No entanto, nos Maços do século XIX, ele aparece dentro da 2ª Companhia (ao sul da vila), o que concluímos que se trata de bairros homônimos, sendo que o primeiro deve ter sido incorporado ao território de outra vila, restando apenas o segundo nos Maços oitocentistas. Vargem Grande (da 2ª Companhia) hoje, provavelmente, é o que se encontra dentro do município de Natividade da Serra, quase na divisa com Ubatuba, mas que ainda utiliza dos serviços urbanos de São Luiz. Para nordeste, se estendia a região do “Paraitinga Acima”, cujo marco de divisa era a “barra [foz] do ribeirão Itaim” (divisa com Cunha), e a sudoeste “[...] correndo desta vila quatro léguas de jurisdição e as mais terras que seguirem para diante desertas ficaram para a nova povoação de Paraibuna”⁷¹⁶.

São Luiz do Paraitinga foi implantada numa zona conhecida como *Alto rio Paraíba*, onde nascem seus dois principais afluentes: o Paraibuna, correndo quase paralelamente às cordilheiras da Serra do Mar, e o Paraitinga, que cruza a vila de São Luiz. Esses rios drenam a água de bacias menores, correndo em relevo acidentado, onde os contrastes de altura são acentuados, podendo ser divididos em três níveis distintos: o primeiro deles, numa cota altimétrica, variando entre 740 e 775 metros, constituindo os fundos de vales (principalmente o do Paraitinga) e onde podemos encontrar superfícies formadas por “[...] terraços de várzeas alveolares parcialmente inundáveis”. Nesse nível, foi construída a vila São Luiz do Paraitinga e onde estão os principais caminhos e propriedades rurais. Um segundo nível é constituído de morros em torno de 900 metros de altitude, que ocupam a maior parte da área; e um terceiro nível, acima de 900 metros de altitude, localizado nas áreas serranas, como, por exemplo, a cumeeira da escarpa da Serra do Mar e a Serra de Quebra-Cangalha⁷¹⁷.

Dentro dessa paisagem de “mares de morros”, a hidrografia é fundamental para se entender o processo de ocupação da região. Topônimos como *Chapéu*, *Turvo*, *Itaim* e

⁷¹⁶ AGUIAR, Mario. *São Luiz do Paraitinga – usos e costumes*. 2ª Edição. São José dos Campos: JAC, 2011, p. 86.

⁷¹⁷ PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana. *Revista Brasileira de Geografia*. n. 3, jul. /set. 1959, p. 246.

Jaboticatuba são exemplos de ribeirões que deram nome aos bairros rurais. Os bairros rurais de São Luiz do Paraitinga configuravam-se como uma forma de ocupação dispersa, mas que tinham noção de conjunto dada pela ocupação de um mesmo vale de rio ou ribeirão, criando maior sensação de vizinhança devido aos terrenos menos íngremes e de mais fácil locomoção, ou ainda por trechos fluviais navegáveis, como evidenciam as referências a canoas nos inventários⁷¹⁸. Contribuíam para essa noção de conjunto as obrigações e festas religiosas em torno de uma capela rural construída, geralmente, por algum grande produtor rural ou ainda uma venda em alguma encruzilhada⁷¹⁹. Pasquale Petrone, na década de 1950, notou que:

A esmagadora maioria das habitações aparece ao longo dos vales; os espigões divisores permanecem à margem. A água, como acontece quase sempre no Brasil, presidiu a localização das casas. Não se falando do vale do Paraitinga, ao longo do qual estão situadas numerosas sedes de fazendas, vales como os do Chapéu, Cachoeirinha, Fábrica, Turvo, Turvinho, Caetanos, orientam grosseiramente a maior parte das habitações. Fora do município, mas vizinhos, e com as mesmas características, aparecem o vale do ribeirão do Afonso (Redenção da Serra), e os do Una, das Almas e outros (Taubaté)⁷²⁰

Os vales de rios e ribeirões formavam “[...] pequeninos planos aluviais com várzeas periodicamente inundáveis [...]”, nos quais eram construídas casas, sedes e/ou dependências de sítios, fazendas e/ou sesmarias. Os maiores, inclusive, serviram para a construção da vila e da povoação de Catuçaba. Os vales também nortearam as principais vias de penetração e condicionaram a formação de uma rede de estradas e caminhos⁷²¹. Com esses dados, fica mais fácil entender a base geográfica que organiza os Maços de população.

5.2 – Os Maços de população

Os Maços de população, talvez, sejam a série documental mais bem estudada no atual Vale do Paraíba e, inclusive, foi base para pesquisas pioneiras dentro do campo de História Demográfica e da História Econômica, como a realizada por Lucila Herrmann

⁷¹⁸ No inventário de Ana Joaquina de Oliveira, de 1836, por exemplo, é mencionada uma canoa no valor de 3#200 réis. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 41.

⁷¹⁹ PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana... p. 306; CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 34 ed., 2001, p. 82. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 190.

⁷²⁰ PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana... p. 305.

⁷²¹ Ibidem, p. 246 e 266.

na década de 1940⁷²². Trata-se de documentos de cunho censitário que abrangiam toda a Capitania de São Paulo, remontando à administração de Morgado de Mateus, em 1766, e se estendendo, aproximadamente, até a metade do século XIX. Os Maços podem registrar informações variadas, dependendo da localidade e do ano. De modo geral, os dos primeiros anos registram poucas informações. Os do final do século XVIII e início do XIX são os mais detalhados, registrando informações sobre o chefe do fogo (nome, título, lugar de nascimento, idade, estado civil e cor), filhos (lugar de nascimento, estado civil, cor, ocupação), agregados (lugar de nascimento, estado civil, idade, cor, ocupação), escravos (origem, idade, estado civil e cor) e os bens e rendimentos de cada domicílio. E os da metade do século XIX voltam a ser mais concisos.

Carlos Almeida Prado Bacellar, mapeando as potencialidades do documento censitário, afirma que a

[...] estrutura organizacional das companhias e, portanto, também das listas, coincide, de uma maneira geral, com a localização dos bairros rurais. Cada Companhia respondia por uma dada área geográfica, e seu interior está subdividido em cada uma das esquadras. A correta identificação dessa malha permite que se trabalhe, dentro de certos limites, com a possibilidade de identificar as relações de vizinhança, mapeando quem vivia relativamente próximo de quem. Em tal processo, o acesso à terra é elemento fundamental a ser considerado⁷²³

Ao executar a identificação hipotética dessa base territorial, é possível saber quais eram os bairros rurais que compunham o território administrado por São Luiz do Paraitinga, o que eles produziam, quais relações travavam com a rede urbana na qual estavam inseridos. Podemos, em seguida, conectar esses dados com os imóveis urbanos da vila a partir dos dados da Décima dos Prédios Urbanos. Com isso, objetiva-se aperfeiçoar o método já aplicado em nossa dissertação de mestrado para o estudo do caso de Cunha, ressaltando os limites impostos pelas especificidades dos documentos luizenses, e acrescentando os dados dos inventários e testamentos que registram vestígios sobre a materialidade dos imóveis rurais.

⁷²² Refiro-me: HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Publicação do Instituto de pesquisas econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE-USP), [1948] 1986.

⁷²³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, v. 14, n. 1, Juiz de Fora, jan. – jun, 2008, p. 128.

O primeiro passo foi entender o funcionamento e a distribuição espacial das tropas militares portuguesas na América⁷²⁴, responsável pela confecção das listas. Os Regimentos auxiliares da Capitania de São Paulo foram organizados em duas grandes áreas geograficamente distintas, denominadas “Marinha” (litoral) e “Serra Acima” (planalto), subdivididas em Norte e Sul. Dessa forma, as vilas do Norte da Marinha abrangiam Santos, São Vicente, São Sebastião, Conceição de Itanhaém e Ubatuba etc.; as Vilas do Sul da Marinha compreendiam Paranaguá, Curitiba, Iguape, Cananéia etc.; as vilas do Norte de Serra Acima englobavam Pindamonhangaba, Taubaté, Guaratinguetá (Freguesia do Facão), Jacareí, Mogi, São Luiz do Paraitinga e, finalmente, as vilas do Sul de Serra Acima correspondiam a São Paulo, Itu, Sorocaba, Jundiaí, Parnaíba etc. As Companhias de Ordenanças estavam divididas em 19 repartições, correspondendo às vilas da Capitania e somavam 76 companhias. No entanto, Leonzo alerta que algumas delas estariam repletas, necessitando de desmembramento, e outras diminutas, aguardando recrutamento⁷²⁵.

Cada Regimento era chefiado por um Coronel, que, segundo Leonzo, correspondia a um número de 600 soldados⁷²⁶. Um Coronel poderia comandar companhias em diversas vilas, como o caso do Coronel Antônio José de Macedo, de Cunha, comandante das vilas de Cunha, Paraty e Ubatuba⁷²⁷. O *Termo* correspondia ao espaço sob jurisdição de uma vila e que era administrado por um Capitão-Mor, se a mesma tivesse mais de 100 habitantes⁷²⁸. Cada Companhia dentro da vila era administrada por um Capitão, cujo substituto ou subcomandante era o Alferes. Ele também era responsável por comandar a organização militar das freguesias. Já o *bairro* aparece tanto para designar o núcleo sede da vila (com a expressão “bairro da vila”), como para designar aglomerações – dispersas ou não – localizados no *Termo*. Leonzo diz o seguinte sobre os mesmos:

⁷²⁴ Segundo Mello, as tropas regulares eram responsáveis pelas operações da grande guerra, as auxiliares por acudir as fronteiras, quando fossem mobilizados (nessa ocasião, recebiam como os soldados pagos) e, por sua vez, as ordenanças para a pequena guerra em nível local ou, ainda, em situações de necessidade, para proteger as praças circunvizinhas sob sua responsabilidade. In: MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares: sobre as Relações Militares e Políticas na América Portuguesa. **História: Questões & Debates**, n. 45, Curitiba: Editora UFPR, 2006, p.30.

⁷²⁵ LEONZO, Nanci. **As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo**: das origens ao governo do Morgado de Matheus. In: Nanci Leonzo. (Org.). Publicação Integral da Dissertação de Mestrado. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1977.

⁷²⁶ LEONZO, N. As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo... p. 203.

⁷²⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Cx. 17, DOC. 856

⁷²⁸ LEONZO, N. As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo... p. 203.

Procurando adaptar estas disposições às capitanias de São Paulo, o Morgado de Matheus instituiu o que denominou "regimen de lotação de bayrros", isto é, as esquadras das companhias de ordenanças poderiam compor-se até de 10 homens desde que fossem todos vizinhos, para que os cabos de esquadra pudessem facilmente convocá-los; cada três ou quatro esquadras teria um sargento encarregado de transmitir aos cabos as ordens do capitão da companhia, como justificou o Morgado de Mateus⁷²⁹

Cada *bairro* ou conjunto de *bairros* próximos era agrupado em esquadras e chefiado por um Cabo que, por sua vez, dirigia 25 soldados⁷³⁰. Como já apontado, a confecção desses documentos passava pelo crivo dos escrivães que tinham um olhar direcionado por interesses que vinham de Lisboa. Esse colono, geralmente ocupante de cargos de baixa patente nas Companhias de Ordenança, poderia tanto fazer com afinco o seu trabalho como desdenhá-lo, gerando diferenças na qualidade das informações, distorções, erros etc.⁷³¹. Assim, é possível encontrar Maços que registram detalhadamente a hierarquia espacial das tropas de ordenança no território administrado pelas vilas com menção, respectivamente, das companhias, esquadras e bairros, permitindo agrupar os domicílios dentro dessas divisões e espacializá-los hipoteticamente por meio dos documentos cartográficos existentes. Há outros que registram parte dessas informações e mesmo aqueles que não registram nenhuma informação a respeito. Para os objetivos da pesquisa, é condição fundamental para a seleção desses documentos a menção desses dados espaciais. O grande problema está aí. É necessária uma dose de sorte para encontrar um maço completo.

Vale mencionar que essa organização dos Maços de população perdurou até 1831, quando os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças foram extintos e, em seu lugar, criou-se a Guarda Nacional. Depois disso, os Maços de população assumiram novas funções. O último Maço de população de São Luiz do Paraitinga, de 1843, recenseou a população hábil para participar das eleições. Ele foi eleito, pois é o mais completo e próximo cronologicamente do Imposto da Décima Urbana (1841), com o qual trabalhamos no capítulo anterior. Trata-se de duas listas: a primeira contém os nomes dos

⁷²⁹ LEONZO, N. As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo... p. 200. As disposições referidas são o Regimento das ordenanças de 1570 e a provisão das ordenanças de 1758.

⁷³⁰ Essa organização territorial diz respeito principalmente às Companhias de Ordenanças, uma vez que à frente nos debruçaremos nos Maços de população que, de certa forma, reproduzem essa lógica, mas acreditamos que, em certa medida, as outras tropas seguiam a mesma hierarquia. Vale destacar também que existem cargos específicos para cada subdivisão e nos focamos aqui nas patentes de comando. Na documentação, aparece, por exemplo, a patente de tenente, furriel, porta bandeira, que participam dessa hierarquia, mas que não mencionamos.

⁷³¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado... p. 114.

recenseados de cada bairro aptos a serem votantes na Paróquia (anotado “Vot.” na frente do nome) ou elegíveis a eleitores na província (anotado “eleg.” na frente do nome); já a segunda lista contém o nome dos chefes de domicílio (fogo) de todos os bairros, inclusive, a vila.

As eleições no Império foram regidas pela Constituição de 1824, cuja nomeação de deputados e senadores para a Assembleia Geral, bem como os membros dos Conselhos Gerais das províncias deveriam acontecer por eleições indiretas por meio de uma primeira etapa, na qual a “[...] massa de cidadãos ativos em assembleias paroquiais” elegeriam os eleitores de Província que, numa segunda etapa, decidiriam os ocupantes dos cargos supracitados. Não participavam da fase paroquial, os menores de 25 anos (com exceção dos casados, militares, os bacharéis formados e clérigos), os filhos que estiverem na companhia de seus pais, os criados de servir, os religiosos e os que não tivessem renda líquida anual de cem mil reis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos. Da mesma forma, poderiam ser eleitores-votantes na fase provincial todos os que participaram da paroquial com exceção dos libertos, criminosos e os que não tivessem renda anual de duzentos mil reis pelos mesmos meios da fase paroquial⁷³².

Já as listas que trabalharemos aqui foram regulamentadas por um decreto de 1842. Nele, se diz que cada paróquia devia organizar uma junta que elaboraria duas listas, contendo, na primeira, “[...] os cidadãos ativos que podem votar nas eleições primárias e ser votados para eleitores de província [...]” e, na segunda, todos os fogos da paróquia. O decreto também especifica que todos os cidadãos ativos deverão ser organizados por quarteirões (no caso de São Luiz tratava-se de bairros rurais) e por ordem alfabética⁷³³. O Maço de 1843 é exatamente isso e, portanto, registra quais eram os bairros da vila em 1843, quantos domicílios existia em cada um deles e, principalmente, os cidadãos aptos a votar na primeira e segunda fase, o que nos permite saber algumas faixas de renda de seus moradores (inclusive os do núcleo urbano): os chefes de domicílio que ganhavam até 100 mil reis anuais (e não podiam votar), os que ganhavam de 100 a 200 mil reis anuais (e podiam votar na fase paroquial) e os que ganhavam mais de 200 mil reis anuais

⁷³² BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Capítulo VI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 29 dez. 2019.

⁷³³ BRASIL. DECRETO N. 157 - DE 4 DE MAIO DE 1842 Dá Instruções sobre a maneira de se proceder às Eleições Gerais, e provinciais. Capítulo I. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/386137/publicacao/15633544>> Acesso em: 29 dez. 2019.

e podiam se eleger para eleitores de província. No entanto, devemos salientar que a utilização dessa fonte para o entendimento dos níveis de riqueza em São Luiz tem limitações, principalmente no caso das mulheres, que não votavam, e dos menores de 25 anos.

O documento cartográfico mais antigo que registra dados sobre o território administrado pela vila foi o *Mapa do Município de São Luiz do Paraitinga*, de 1945, elaborado pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, de acordo com a Lei Nacional nº 311, de 2 de março de 1936⁷³⁴. Embora as fontes guardem uma diferença cronológica de quase 100 anos, o mapa ainda nos foi útil para espacializar hipoteticamente as informações do Maço de população, pois há a permanência da toponímia referente às localidades até hoje no município.

5.3 - Os Maços de população de São Luiz do Paraitinga e sua base geográfica

O Maço de população de 1776 (feito três anos depois de criada a vila e o primeiro que registrou a divisão territorial das tropas) divide o termo de São Luiz em 3 áreas orientadas pelo rio Paraitinga: “Paraitinga Acima”, “Paraitinga Abaixo” e a “Várzea Grande” (onde inclusive ainda morava Miguel de Freitas Machado, citado do Termo de Delimitação do Termo da Vila). Vale frisar que ainda não há menção a bairros rurais, como aconteceu em outros anos, pois, provavelmente, essa toponímia referia-se às áreas geográficas onde foram alocados os povoadores a partir da divisão estabelecida pelo Juiz de Medições e criador da vila. Assim, *Paraíba Acima* estaria, à montante, em direção à Cunha, onde se formou a 1ª Companhia de Ordenanças (Bairros do Turvo, Alvarenga, Ribeirão e a Vila) e o *Paraitinga Abaixo*, à jusante do rio, em direção à Marinha, onde se formou a 2ª Companhia de Ordenanças (bairros do Chapéu, Turvo, Rio Abaixo, Vargem Grande, Bom Retiro, Chapecó). A vila continuou com apenas duas companhias até 1814, quando foram criadas mais duas: a 3ª (Bom Retiro, Paraibuna, Rio do Peixe e Rio Abaixo) e a 4ª (Itaim, Fortaleza, Bairro da Cruz e Caminho Novo). No entanto, houve crescimento de novos bairros antes dessa criação. Em 1801, por exemplo, somente a segunda companhia especificou os Bairros do Chapecó, Bom Retiro, Turvo, Rio Abaixo e Vargem

⁷³⁴ Art. 13. Dentro do prazo de um ano, contado da data desta lei, ou da respectiva instalação, se ulterior, os municípios depositarão na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do seu território. In BRASIL, DECRETO-LEI Nº 311, DE 2 DE MARÇO DE 1938 – Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

Figura 25: espacialização hipotética dos bairros rurais de São Luiz do Paraitinga em 1843

Fonte: APESP e IGC.

Grande⁷³⁵, e o Maço de 1843 listou ao todo os bairros do Chapéu, Chapéu de Baixo, Vargem Grande, Turvo, Rio Abaixo, Velosos, Alvarenga, Ribeirão, Bom Retiro, Santa Cruz, Pitangueiras, Itaim e Jaboticatuba⁷³⁶.

Pelo Mapa, podemos observar que se formaram, à jusante do rio Paraitinga, os Bairros do Rio Abaixo, Santa Cruz e a Vila. O bairro do Bom Retiro formou-se ao longo do Córrego do Pinhal. O rio do Chapéu foi ocupado pelo bairro homônimo e pelo bairro do Chapéu de Baixo. Às margens do rio Turvo, formou-se um bairro homônimo e o dos Alvarengas, Jaboticatuba e Itaim também formaram bairros de mesmo nome e serviram de divisa entre municípios: o primeiro, hoje, divide Guaratinguetá e Lagoinha; e o segundo, Cunha e Lagoinha (lembre-se que a cidade de Lagoinha pertencia a São Luiz do Paraitinga).

Para saber a produção desses bairros, temos de recorrer aos Maços de População do começo do século XIX, que guardam maiores detalhes sobre a economia da vila.

Gráfico 2: Ocupações dos Moradores de São Luiz do Paraitinga segundo Maço de População de 1801

Na categoria *ofícios agrícolas*, agrupamos os que foram registrados como “agricultor”, “dono de engenho”, “roceiro”, “plantador” e “planta para comer”. A categoria *nada tem/pouco tem* contém os domicílios classificados como “arranchado

⁷³⁵ Aqui temos um problema, pois a Segunda Companhia de ordenanças registrou bairros que existiam à jusante do Rio, portanto não deveria estar alocado ali Vargem Grande, pois ficava do lado oposto. Talvez, como em 1776, o bairro foi registrado à parte por estar mais isolado dos demais.

⁷³⁶ É importante salientar também que há menções a bairros rurais na assentada dos inventários que não foram arrolados nos Maços de população. Minha hipótese é que os dos Maços são os maiores.

novo”, “mudou-se de novo/morador novo” “pobre”, “andante” e “vive de esmolas”. Exercendo ofícios mecânicos, havia “alfaiate”, “carpinteiro”, “ferreiro”, “sapateiro”, “vive de costuras”, “vive de fazer telhas”, “vive de fiar”, “vive de fazer panelas”, “vive de fazer louças”. Na categoria *vendas e comércio*, agrupamos “comerciante”, “negociante”, “tropeiro”, “taberneiro”, “mercador” e “vive de sua venda”. Na categoria *religiosos*, havia “coadjutor”, “reverendo”, “pároco” e, por fim, por *outros* agrupamos “agregado”, “capitão do mato”, “compra mantimentos”, “feitor de fazenda”, “jornais/jornaleiros” e “casado este ano”.

No gráfico, salta aos olhos a imensa massa de domicílios exercendo atividades ligadas à terra. À primeira vista, esses dados podem nos remeter àquelas descrições dos Governadores de São Paulo da segunda metade do século XVIII. O Morgado de Mateus, por exemplo, escreveu duas cartas destinadas ao Conde de Oeyras, ambas de dezembro de 1766, que registram suas primeiras impressões sobre a Capitania e os procedimentos que ele planejava executar. Na segunda carta, o governador destaca a falta de religião, a falta de sociedade e a falta de justiça daquela população, cuja “[...] raiz de todo o mal” estaria nos métodos da lavoura, batizado por ele de “[...] roça de mato virgem”. Essas roças mantinham a população afastada da sociedade civil, que consistia num número diminuto de vilas fundadas ainda “[...] no tempo dos donatários [...]” bem como 38 freguesias que de tão extensas permitiam aos seus fregueses ficarem dispersos e, com isso, iam perdendo a civilidade que alcançaram para se aproximar das formas de vida dos gentílicos.

O “[...] engodo do mato virgem [...]” se explicaria pela facilidade de se obter alimentos, pois “[...] não é mais que picar nos morros as arvores [...]”, isso, no entanto, causaria o desgaste do solo e a necessidade de seguir adentrando o mato. Com a abundância de rios e matos, haveria disponibilidade de mantimentos a pouco custo, assim “[...] a maior parte das gentes [...]” vivia “vadiando, sem emprego, sem ocupação, sem domicílio, na liberdade, na ociosidade e na miséria”.

Quanto aos mais pobres da capitania, ele diz

Os mais pobres fazem um sítio, isto é, uma casa de canas barrada de terra coberta de palha ao pé de um morro, e junto de um Rio, na qual há por alfaias um cachimbo, uma espingarda e duas redes, uma em que dormem de noite e de tarde e outra com que pescam, desta, e da espingarda comem o que caçam

No entanto, em alguns momentos das cartas, o Morgado de Mateus dá pistas do que seriam essas “gentes”. Na primeira carta, o Governador relativiza esse quadro

[...] alguns os filhos do reino, que traficam em pequeno negócio de panos, e sedas, e outras miudezas pela maior parte fazendas estrangeiras: aqueles tropeiros que negociam em animais da Curitiba e Viamão; alguns Paulistas que tem umas limitadas lavras, em que faíscam algum ouro. Tudo o mais vive miseravelmente

Nota-se que o autor discrimina principalmente negociantes e mineradores. Na segunda carta, ele é mais específico, uma vez que tais observações não se aplicariam “aos filhos do reino” e nem “aos fidalgos paulistas”, pois têm comércio, fazendas ou lavras estabelecidas e, assim, permaneciam a maior parte do tempo em povoado e, portanto, “[...] têm toda a civilidade que se quer”. Inclui, da mesma forma, “[...] os que tem sítio mais perto [...]”, que também são moradores da vila, e que o problema estaria nos de longe que só viriam nas festas de final de ano⁷³⁷. O Morgado de Mateus, embora coloque esses segmentos como exceção, também lhes dirige críticas tanto aos negociantes, devido à grande liquidez de seu patrimônio (“[...] tanto excesso o abuso de vender fiado nestes países que tudo consiste em dívidas, em créditos e em conta [...]”), como aos escravocratas que, com a morte dos cativos, “[...] sepultam juntamente todos os cabedais”.

Essa ideia de miséria da população de São Paulo que só foi remediada com a entrada da Capitania no mercado internacional de açúcar e depois de café aparece em vários documentos oficiais e também em parte da historiografia, como já mencionamos. Nesse sentido, o Maço de população de 1801 é importante para pensarmos a atuação desses agentes por sua riqueza de detalhes⁷³⁸.

Este Maço de 1801 não especificou todos os bairros, portanto não nos foi possível trabalhar nessa escala, mas dividiu a vila em 2 grupos (1ª e 2ª Companhias). Em 1801, foram arrolados 396 fogos, sendo 225, na 1ª Companhia, e 171, na 2ª. A produção, da 2ª Companhia, de feijão, milho e arroz foi anotada apenas como “mantimentos”, sem precisar quais gêneros eram. Dos que precisaram sua produção (1ª companhia), declararam ter colhido 136 alqueires de arroz, plantados por 26 domicílios dos 396 da vila. Todos os domicílios que declararam o destino da produção do arroz disseram que

⁷³⁷ DI, Vol. 23. 23/12/1766. p. 1-10; DI, Vol. 67. P. 88-95.

⁷³⁸ As medidas utilizadas nos maços era o alqueire, que corresponde a uma medida de volume e equivale a 36,4 litros. Luna e Klein (2001) fizeram uma pesquisa para converter essa medida em peso e chegaram à conclusão que o milho e feijão corresponderiam a 30,255 quilos e o arroz a 24,18 quilos. Já arroba equivale a aproximadamente 15kg.

era para consumo próprio. Da mesma forma, a produção de 86 arrobas de algodão era quase exclusivamente para consumo doméstico, com exceção de dois domicílios que disseram consumir parte da produção e vender a outra e que vendeu a produção “na terra”, ou seja, na própria vila. Também, parecia ser de consumo doméstico os 7 alqueires de amendoim, produzidos por dois fogos.

O gênero mais produzido da vila foi o milho, com 9.567 alqueires, plantados por cerca de 1/3 dos fogos. Como notou Petrone na década de 1950⁷³⁹, o feijão era plantado entremeado ao milho, por isso o número de fogos produtores desses gêneros era quase sempre o mesmo. Foram produzidos 1.827 alqueires de feijão. Todos os fogos declararam que a produção era para próprio consumo, com exceção de um domicílio que indicou ter vendido 52 alqueires. A grande quantidade de milho produzida não era apenas para consumo humano, mas parte da produção era destinada à alimentação de porcos e produção de farinha. 44 fogos declararam ter criado 1.384 porcos e ter produzido 2.823 arrobas de toucinho. Manoel Pereira de Castro, por exemplo, foi o maior produtor de milho, em 1805 (1.500 alqueires), e o segundo maior produtor de toucinho (240 arrobas)⁷⁴⁰. Com exceção de um, todos os fogos declararam vender a produção em 1801. Da mesma forma, 94 fogos declararam 4.869 arrobas de fumo quase exclusivamente destinadas para a venda. Por fim, temos dois fogos que produziram açúcar branco (1.200 arrobas) e mascavo (320 arrobas), bem como outros três domicílios, que declararam ter produzido 93 barris de aguardente da terra.

Podemos notar que arroz, feijão e amendoim eram, em sua maioria, gêneros consumidos em âmbito doméstico; o algodão e o milho serviam respectivamente de insumos para fabricação de tecidos, a alimentação de porcos e a produção de farinha, cuja carne se transformava em toucinho. Quando espacializamos os dados, observamos que a Primeira Companhia concentrava toda a produção de aguardente e açúcar e grande parte da produção de toucinho (1ª Companhia, 2.793 arrobas, e a 2ª Companhia, 30) vendido na terra, em Paraty e no Rio de Janeiro; porcos (764 e 620); fumo (3.981,22 e 800 arrobas); comércio de escravos (comprados ou vendidos: 52 pessoas na 1ª, e 15 na 2ª) e, por fim, a maior posse de escravos (401 e 196).

⁷³⁹ PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana... p. 253.

⁷⁴⁰ OLMO, Maria José Acedo del. **Vila vida e mercado**: São Luiz do Paraitinga, 1800-1820. Dissertação de Mestrado. PUC: São Paulo, 2000, p. 66.

O Maço de 1843 não mais divide os bairros por companhias, mas podemos inferir esse dado por meio dos maços anteriores. No **Gráfico 3**, encontra-se o número total de fogos por Bairro. Nota-se que houve uma inversão significativa em aproximadamente 40 anos, em que a área do Rio Abaixo (correspondendo à 2ª Companhia e aos bairros do Rio Abaixo, Vargem Grande, Santa Cruz, Bom Retiro, Chapéu, Chapéu de baixo) passou a concentrar maior número de pessoas que a área norte (correspondendo à 1ª Companhia e aos bairros do Ribeirão, Alvarenga, Pitangueira, Itaim, Jaboticatuba, Turvo e Velosos). Destaca-se o Bairro do Rio Abaixo como o mais populoso da vila; o de Vargem Grande, o segundo mais populoso; e também, à jusante do rio Paraitinga, havia o bairro Santa Cruz (4º mais populoso); Bom Retiro (6º mais populoso). À montante do rio Paraitinga, havia o bairro do Ribeirão (3º mais populoso), Alvarenga (5º mais populoso) e, com menor número de habitantes, os vales dos ribeirões do Itaim, Pitangueira, Jaboticatuba, Turvo e Chapéu.

Gráfico 3: Número de fogos por bairro no Maço de População de 1843⁷⁴¹

No **Gráfico 4**, a primeira coluna refere-se à quantidade de fogos (domicílios) que não tinham direito a participar das eleições de paróquia e, portanto, tinham renda anual

⁷⁴¹ Há algumas diferenças de anotação entre a lista de votantes/elegíveis e a de todos os fogos. Na primeira, foi anotado Barra do Ribeirão, Chapéu de Baixo, Velosos/Turvo, e na segunda, Bairro do Ribeirão, Ribeirão Claro e Chapéu de Baixo. Consideramos a Segunda lista por ter mais correspondências com o documento cartográfico. Também, os bairros estão divididos em dois distritos de paz, assim alguns (vila, Rio Abaixo e Ribeirão) aparecem em ambos os distritos e foram agrupados por mim.

inferior a 100 mil réis; a segunda registra os fogos que poderiam participar dessa primeira fase e, portanto, tinha renda anual superior a 100 mil réis e, finalmente, a terceira, os elegíveis para a fase provincial, com renda superior a 200 mil réis. Vale lembrar que podem estar no primeiro grupo pessoas com mais de 100 mil réis anuais e menores de 25 anos, filhos que tivessem na companhia dos pais, criados de servir e religiosos. Da mesma forma, podem ter 200 mil réis anuais e não estar no terceiro grupo libertos e criminosos, conforme a Constituição de 1824, bem como mulheres não foram computadas no gráfico, pois não podiam votar. No entanto, acreditamos que, para o caso de São Luiz do Paraitinga, essas exceções não causam grandes distorções nos dados.

Gráfico 4: Faixa de renda dos Bairros Rurais de São Luiz do Paraitinga 1843

A primeira constatação é que 64 pessoas estavam dentro da faixa de renda anual superior a 200 mil réis, dentre elas 35 tinham alguma patente militar e 3 eram padres. Esse setor ainda se concentrava no Rio Acima (33 a 18), mas os de faixa mediana localizavam-se, principalmente, no Rio Abaixo (73 a 63). O bairro do Rio Abaixo, embora mais populoso, ocupou a 4ª posição dentro dessa faixa, pois eles se concentravam, principalmente, na Vila, no Santa Cruz e no Ribeirão. Nesse quesito, destacam-se também os Bairros do Ribeirão, no entroncamento das vias que rumavam para Taubaté e para Cunha/Paraty. Nas imediações dessa última via, também se destaca o Bairro do Itaim e, à jusante do Paraitinga, o de Santa Cruz, Chapéu e Chapéu de Baixo. Os que tinham renda anual entre 100 e 200 mil réis somavam 159 pessoas e concentram-se nos 4 bairros mais

populosos da vila. No entanto, Itaim (a fronteira com a vila de Cunha), Turvo, Chapéu e Velosos, que concentram poucos fogos, tinham grande concentração de pessoas nessa faixa. Por fim, a grande maioria da população (76,4%) tinha uma renda inferior a 100 mil réis anuais, o que dá aproximadamente 8\$300 réis por mês⁷⁴². Esse grupo se espalhava por toda a vila, concentrando-se nos bairros mais populosos, com destaque para o bairro das Pitangueiras, que só tinha pessoas dentro dessa faixa.

Embora os bairros oscilem de um gráfico para outro, é possível observar que os bairros de Ribeirão (sentido Taubaté) e Santa Cruz e Rio Abaixo (sentido Ubatuba) aparecem entre os quatro bairros mais populosos e com mais pessoas com renda anual superior a 200 mil réis. Do outro lado, os bairros de Jaboticatuba e Turvo aparecem entre os 4 menos populosos e mais pobres. Por fim, quando analisamos a coluna dos que tinham renda entre 100 e 200 mil réis, mais uma vez os bairros do Ribeirão e Rio Abaixo aparecem entre os 4 primeiros e Jaboticatuba, entre os últimos.

Já no *Almanak de 1873*, 26 “fazendeiros” apresentaram o bairro rural, no qual estavam localizadas suas terras. Desse grupo, 19 estavam em bairros localizados Rio Abaixo, plantando café juntamente com algodão e milho e um plantando somente fumo, com destaque para o Bairro Rio Abaixo e o do Chapéu. À montante do rio, havia 4 com a mesma produção. Em 3 bairros, não conseguimos identificar⁷⁴³.

Podemos observar que houve uma mudança na geografia da produção da vila que, no começo do século, concentrava-se na área de Rio Acima e, na segunda metade, passou a se localizar Rio Abaixo. Tal mudança pode ter duas explicações que se complementam. A primeira é que a ocupação da bacia do Paraitinga deu-se partindo de sua nascente para sua foz e os dados da produção, de certa maneira, acompanham a utilização das terras até seu esgotamento e a abertura de novas fronteiras, seguindo o fluxo do rio. A outra é orientação dada pelos portos da Marinha, pelos quais a produção da vila era escoada. Hernani Costa Maia⁷⁴⁴, estudando uma documentação chamada “Registros das Barreiras⁷⁴⁵ instaladas no Vale do Paraíba a partir de 1835”, pesquisou quais produtos

⁷⁴² Para ter uma base de comparação, 1 porco foi avaliado, num inventário de 1843, por 1\$000 réis.

⁷⁴³ LUNE, Antônio José Baptista de; Fonseca, Paulo Delfino da. **Almanak da Província de São Paulo para 1873**. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 184.

⁷⁴⁴ COSTA, Hernani Maia. **O triângulo das Barreiras** (as barreiras do Vale do Paraíba Paulista – 1835-1860). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

⁷⁴⁵ “Por meio das barreiras, o Estado não gravava a produção, mas cobrava simplesmente taxas. Taxas que insidiam sobre carros, animais, ou pessoas, sem levar em consideração a mercadoria que eventualmente

circulavam nas estradas da região que era fronteira com Minas Gerais e Rio de Janeiro e que, portanto, recebiam tropas de diversas localidades. Entre todas as barreiras instaladas na região, ele destaca a do Taboão, na estrada entre Cunha e Paraty que funcionou, durante esse período, como “[...] o principal escoadouro da produção das principais localidades do Vale [...]”, com destaque para Cunha e São Luiz do Paraitinga⁷⁴⁶. Em nossa dissertação de mestrado, pesquisamos como Cunha assumiu uma posição central dentro desse mercado de abastecimento para, principalmente, o Rio de Janeiro e como seus cidadãos se especializaram na produção e na comercialização de carnes, sendo o porto de Paraty o maior escoador desses gêneros⁷⁴⁷. São Luiz do Paraitinga, nesse contexto, também produziu muita carne de porco, mas principalmente fumo e, segundo os primeiros Maços de população do início do século XIX, essa produção seguia também para os portos fluminense e carioca.

Nesse período, o porto de Ubatuba também recebia parte da produção do Vale e de São Luiz, com destaque para o mercado de sal e para o escoamento de itens de primeira necessidade. No decorrer do século XIX, Ubatuba foi se consolidando como um dos principais portos da Província. Allan Monteiro, ao estudar a estrada para esse porto (que passava por São Luiz), identificou, por exemplo, que, em 1844, o Presidente da Província, Manuel Felisardo de Souza e Mello, ao abordar a situação da estrada, destacava que:

O dízimo cobrado em Ubatuba não é muito inferior ao arrecadado em Santos, e havendo aqui repartição mais bem montada para percepção e fiscalização desse direito, pode bem concluir-se que por Ubatuba não se exporta menos que para Santos⁷⁴⁸.

Da mesma forma, José Antônio Saraiva, em 1855, discursava sobre a péssima situação da estrada de Ubatuba em contraste com seu efervescente porto, que recebeu, no segundo semestre de 1854, “[...] 247.380 arrobas de café, 24 pipas de aguardente, 586 arrobas de toucinho e 17.757 de fumo, além de outros gêneros”⁷⁴⁹. Por fim, em 1864,

transportassem. Taxas essas arrecadadas para a construção ou conservação de uma estrada onde, muitas vezes, a Barreira nem mesmo estava localizada”. Ibidem, p. 35.

⁷⁴⁶ Ibidem, p. 119

⁷⁴⁷ BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano**: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013.

⁷⁴⁸ Discurso recitado pelo Exm.º Presidente Manuel Felisardo de Souza e Mello no dia 7 de janeiro de 1844 por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa da Província de S. Paulo. São Paulo: Typographia do governo. 1844. p. 35-36. Apud MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e ciências Humanas. UNICAMP: Campinas, 2012, p. 519.

⁷⁴⁹ Discurso com que o Ilm.º e Exm.º Sr. Dr. José Antonio Saraiva, presidente da província de S. Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855. S. Paulo: Typ. 2 de Dezembro

Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello entregou um relatório ao Presidente da Província em que descrevia:

A estrada de Ubatuba, em importância comercial, ocupa na província o segundo lugar depois da de Santos. Por ela transitam os produtos de alguns dos mais ricos municípios do vale do Paraíba, e bem assim do sul de Minas. O movimento de transporte, compreendendo a importação e a exportação, regula por um milhão de arrobas; transitando anualmente pela estrada cerca de sessenta mil animais carregados. Entretanto, não conheço na província estrada pior do que essa⁷⁵⁰.

A movimentação do porto de Ubatuba motivou o deslocamento do eixo de produção de Rio Acima para Rio Abaixo, a instalação de inúmeras lojas no espaço urbano da vila para atender a um crescente número de viandantes e a produção de diversos gêneros. A unidade básica de produção do Termo de São Luiz do Paraitinga era o “sítio” alocado nos bairros rurais. Algumas sedes de sítios e fazendas permanecem preservadas no município, porém os equipamentos que viabilizavam o sistema produtivo, em sua maioria, se perderam. A partir, principalmente, dos inventários *post-mortem* e dos Maços de População, buscamos pormenorizar a produção luizense e demonstrar – à luz das modificações urbanas no município - como os sítios foram, progressivamente, aumento sua estrutura material à medida que a produção aumentava e a vila se integrava nas redes mercantis da Colônia e do Império.

5.3 – A lavoura canavieira

Um dos primeiros trabalhos sobre a produção de açúcar no Vale do Paraíba foi o de Lucila Herrmann que, ao pesquisar os Maços de população de Guaratinguetá, classifica o período posterior a 1775 de *ciclo dos engenhos*. Esse período se configuraria na “[...] exploração monocultora dos canaviais”:

[...] o ciclo dos engenhos vem trazer à estrutura econômica de Guaratinguetá uma crescente complexidade, permitindo uma hierarquização nos “terres” e a formação de classes distintas, econômica e socialmente consideradas. Embora repousando, ainda, sobre a

de Antonio Louzada Antunes, 1855. p. 44. Apud MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e ciências Humanas. UNICAMP: Campinas, 2012, p. 519.

⁷⁵⁰ Relatório com que o Ilm.º e Exm.º Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello entregou à presidência da província de São Paulo ao Ilm.º e Exm.º senhor coronel Joaquim Floriano de Toledo, 5º vice-presidente da mesma província, no dia 24 de outubro de 1864. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques. 1864. p. 24. Apud MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP: Campinas, 2012, p. 519.

pequena propriedade agrícola, forma-se a classe dos senhores de engenho e invade-a a classe numerosa de escravos⁷⁵¹

O ápice dessa produção teria acontecido em 1805, ano em que o município alcançou maior número de engenhos com tropas de bestas para o escoamento da produção⁷⁵². Pablo Oller Mont Serrath, ao analisar a produção de açúcar na Capitania de São Paulo nos últimos anos do século XVIII, nos traz alguns dados sobre essa produção:

Tabela 11: Maiores produtores de açúcar da Capitania de São Paulo (1799)

POSICÃO	QUADRILÁTERO	VILA	ARROBAS (MIL)
1	Q1	Itu	73,51
2	Q2	São Sebastião	39,89
3	Q1	Porto Feliz	30,67
4	Q1	Campinas	16,88
5	Q2	Guaratinguetá	9,09
6	Q1	Sorocaba	5,74
7	Q1	Jundiaí	4,75
8	Q1	Parnaíba	4,68
9	Q1	Mogi-mirim	3,53
10	Q2	Lorena	2,96
11	Q1	Piracicaba	1,92
12	Q2	S. L do Paraitinga	1,40
13	Q2	Pindamonhangaba	1,29
14	Q2	Taubaté	1,05
15	Q2	Cunha	0,66

Fonte: MONT SERRATH, 2016, p.138.

O primeiro ponto a ser ressaltado é que a produção de açúcar da Capitania de São Paulo era menor do que a praticada em outras capitanias. Na Bahia, por exemplo, houve produção de 400.000 arrobas de açúcar em 1786, enquanto a paulista ficou em 152.840 em 1798. Mont Serrath divide a produção açucareira paulista em duas grandes áreas: um quadrilátero (Q1) formado pelas vilas de Sorocaba, Jundiaí, Mogi-Mirim e a freguesia de Piracicaba e a outra pelo quadrilátero (Q2) formado por Taubaté, Guaratinguetá, São Luiz do Paraitinga e Cunha. É importante ressaltar que, nessa divisão, o Litoral Norte de São Paulo apareceu isolado⁷⁵³, enquanto suas vilas estavam conectadas com a produção do Vale. Todavia, o quadrilátero referente ao Vale do Paraíba aparece coadjuvante à produção açucareira na região Oeste, conforme já havia apontado o trabalho pioneiro de

⁷⁵¹HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Publicação do Instituto de pesquisas econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE-USP), 1986, p. 54.

⁷⁵²Ibidem, p.55.

⁷⁵³MONT SERRAH, Pablo Oller. **São Paulo Restaurada: Administração, Economia e Sociedade numa capitania colonial**. São Paulo, Alameda, 2016, p. 130-154.

Maria Thereza Schorer Petrone⁷⁵⁴. Na Tabela abaixo, encontra-se o número de engenhos encontrados pela autora no Vale:

Tabela 12: Quantidade de Engenhos por vila citada por Petrone

VILA	QUANTIDADE DE ENGENHOS EM 1799
GUARATINGUETÁ	83
JACAREÍ	56
LORENA	31
PINDAMONHANGABA	14
TAUBATÉ	14
CUNHA	7
SÃO LUIZ DO PARAITINGA	1

Fonte: PETRONE, 1968, p. 39.

Com esses dados, Petrone conclui que “[...] a cana de açúcar não monopolizou todas as forças nessa área, embora constituísse produto de importância para a economia das vilas ali situadas”⁷⁵⁵. São Luiz do Paraitinga, embora apareça como a periferia da periferia da produção açucareira na Capitania, destacou-se no acúmulo de escravos em um de seus engenhos. A sociedade formada por José Ferreira de Castilhos e José Faustino de Alvarenga tinha 63 escravos, o 6º maior plantel entre os fabricantes de açúcar⁷⁵⁶.

Essa hipótese também é defendida por Armênio de Souza Rangel⁷⁵⁷. Ao pesquisar os Maços de população das vilas da Capitania de São Paulo, aponta que o Vale do Paraíba, na primeira metade do século XVIII, não teve oportunidade de desenvolver uma produção açucareira devido à forte concorrência da Baixada Fluminense. Portanto, na virada do século XIX, não estava preparado para responder prontamente aos estímulos internacionais e sua produção foi coadjuvante ao da região Oeste (cujas exportação do gênero representou 69,5% do total da Capitania, em 1797), com exceção de Lorena, que

⁷⁵⁴ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968.

⁷⁵⁵ Idem, p. 39.

⁷⁵⁶ MONT SERRAH, Pablo Oller. **São Paulo Restaurada: Administração, Economia e Sociedade numa capitania colonial...** p. 141.

⁷⁵⁷ RANGEL, Armênio de Souza. **Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990.

teve alguma relevância⁷⁵⁸. Em Taubaté, o açúcar representava “[...] escassa importância econômica [...]” na virada do século XVIII para o XIX. Em 1798, teriam sido comercializadas cerca de 491 arrobas de açúcar em 11 domicílios, o que representava 10.9% do total de gêneros exportados da vila e 0,5% da produção açucareira na Capitania⁷⁵⁹.

Felipe de Moura Garrido⁷⁶⁰, também se debruçando sobre os Maços de população das vilas do Vale do Paraíba, aponta que a produção açucareira da região era exportada quase exclusivamente para o Rio de Janeiro e, portanto, não entrava nas listas de exportação do Porto de Santos. As maiores produções se concentravam em Lorena, São Sebastião e Taubaté no início do século XIX, conseguindo resultados melhores do que apontado por Rangel. Em São Luiz do Paraitinga, o autor aponta um único “Senhor de Engenho” na região (o mesmo apontado por Petrone e Mont Serrath), cujo valor médio pago pela arroba de seu açúcar era inferior ao de Lorena⁷⁶¹. Ao todo, Mont Serrath identificou 5 proprietários de engenhos em São Luiz, entre 1793 a 1798, número que permaneceu o mesmo entre 1801 a 1810, conforme aponta Maria José Acedo del Olmo. Ambos os autores também apontam uma produção de açúcar bem parecida entre 1.000 a 1.500 arrobas. A autora estudou os Maços de população até 1822, encontrando 12 engenhos produzindo principalmente aguardente⁷⁶².

Nos inventários, encontramos referências a proprietários de engenhos depois do período estudado pelos autores. Ao todo, foram arrolados, na primeira metade do século XIX, 38 engenhos e 1 engenhoca⁷⁶³.

Tabela 13: Quantidade de engenhos arrolados nos Inventários *Post-mortem* de São Luiz do Paraitinga

Ano	1800-1810	1811-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	Total
Nº de engenhos	2	0	10	12	15	39

⁷⁵⁸ Idem, p. 103 a 106.

⁷⁵⁹ Idem, p. 111.

⁷⁶⁰ GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, Comércio e Tensões nas Vilas no Norte da Capitania de São Paulo (1788-1808)**. Dissertação de Mestrado. UNESP, Franca, 2012.

⁷⁶¹ Ibidem, p. 96

⁷⁶² OLMO, Maria José Acedo del. **Vila vida e mercado**, p. 77; MONT SERRATH, Pablo Oller. **Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.p. 256.

⁷⁶³ Pode acontecer de um mesmo engenho ter uma dupla menção pode ser passado duas vezes por herança

Nº de inventários	17	21	49	79	126	292
-------------------	----	----	----	----	-----	-----

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Petrone afirma que a fazenda de cana era um “[...] complexo que abrange, além do canavial e das instalações de beneficiamento, áreas de matas para madeira e lenha, pastos e terras para cultivo de mantimentos”⁷⁶⁴. Também a existência de “água abundante para o engenho e outros fins, de pastos ou terras próprias para sua formação eram determinantes para a formação da fazenda”⁷⁶⁵. Segundo a autora, esses dados não contemplaram a região do Litoral Norte, o Vale do Paraíba e, por conseguinte, São Luiz do Paraitinga. Os inventários guardam pistas sobre eles. A descrição mais completa de um sítio com engenho foi a do inventário de Luiz Cordeiro da Silva, de 1829:

[...] um sítio e terras no bairro do Rio Acima com 384 braças de testada e o sertão constante das escrituras que apresentou o inventariante com sua morada de casas de 3 lanços cobertas de telha com cozinha, casa de engenho de lambique e paiol e mais arvoredos [...] ⁷⁶⁶

Ela é completa, pois guarda todas as características que se repetem aqui e acolá nos inventários e tratavam de pequenas propriedades em comparação com as pesquisadas por Petrone no Oeste Paulista. Por “engenho”, os inventários parecem se referir apenas ao instrumento de moer, pois há menções à “[...] casa com engenho [...]”⁷⁶⁷, a “[...] engenho sem casa [...]”⁷⁶⁸ ou mesmo a “[...] engenho ao rigor do tempo [...]”⁷⁶⁹. Eles poderiam, inclusive, mudar de lugar como na menção de um “[...] engenho com casas de telha que se acha no Rio Acima para ser conduzido para esse sítio”⁷⁷⁰. Os maiores tinham cômodos e eram cobertos como no engenho de Ivo José de Oliveira de 1842 com “[...] dois quartos e duas portas coberto”⁷⁷¹.

⁷⁶⁴ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**, p. 59.

⁷⁶⁵ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**, p. 78.

⁷⁶⁶ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 34.

⁷⁶⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Inventário de Luís Antônio da Silva, 1840, 1º Ofício, Caixa 44.

⁷⁶⁸ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Inventário de Rosa Maria de Jesus, 1851, 1º Ofício, Caixa 59.

⁷⁶⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Inventário de Ana Maria de Souza, 1830, 1º Ofício, Caixa 33.

⁷⁷⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Inventário de Luís da Costa Medeiros, 1850, 1º Ofício, Caixa 58.

⁷⁷¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 48.

Há uma única pista sobre funcionamento desses engenhos num inventário que tinha “[...] casa do mesmo, hum coxo grande, dois capelos de barro, chinha do cavalo moedor, e mais benfeitorias[...]

⁷⁷², sugerindo que eram movidos por tração animal. Também há poucas pistas sobre a produção de açúcar, como no inventário de Dona Manoela Pereira da Silva, em 1831, que possuía “[...] engenho, casas, e seus pertences [...]”, que consistiam em um lambique usado com capelo e cano, uma caldeira, 3 tachos, um forno de cobre”⁷⁷³. Outra referência indireta que encontramos são “[...] 3 caldeirões de ferro [...]” no inventário de Manoel José Rodrigues, de 1807⁷⁷⁴, citado por Mont Serrath com 12 escravos, mas sem produção de açúcar em 1798. Eles são atípicos em outros inventários que tinham engenhos e poderiam ser usados para fermentar a garapa. Por outro lado, os utensílios arrolados nos permitem inferir que a grande maioria produzia aguardente. No inventário de Salvador Alves Ferreira, de 1828, por exemplo, consta “[...]um quartel de cana madura e nova”. Seu sítio possuía “engenho” para moagem e todos os aparatos para produção da cachaça: “[...] um lambique grande [...]” (instrumento arredondado feito de cobre), onde se depositava o caldo da cana moída no engenho e era esquentado num fogão a lenha ou por meio da fervura de água em um dos 3 “[...] tachos de cobre [...]” descritos. Ferreira também possuía um “[...] capelo e cano de cobre [...]”; o capelo conduzia o vapor do caldo para o cano de cobre, responsável pelo seu resfriamento, nascendo, assim, a cachaça⁷⁷⁵. Também consta nesse inventário “[...] um cocho de aguardente [...]” para armazenar a bebida, “[...] 4 medidas de molhados [...]” para dosar as quantidades e “11 garrafas” e “7 garrafões” para a distribuição. No Maço de população de 1818, consta que ele “[...] vendeu em seu engenho 250 medidas de AA [água ardente] a 200 [...]”, o que dá em torno de 50\$000 réis. Também há outras

⁷⁷² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Maria Francisca de Souza, 1838, Caixa 43.

⁷⁷³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 43.

⁷⁷⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 18.

⁷⁷⁵ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 33.

referências: “[...] casa de engenho de lambique [...]”⁷⁷⁶, “[...] engenho com casas e casas de alambique [...]”⁷⁷⁷ e “[...] a casa do lambique com uma porta e sem telhas”⁷⁷⁸.

Há uma clara concentração de engenhos Rio Acima⁷⁷⁹. Dos 10 inventários que guardam alguma referência ao lugar onde se localizava o engenho, 5 estavam em “Rio Acima”, 1 no bairro dos Alvarengas, 1 no Turvo, 2 em Vargem Grande e 1 no Chapéu. Dos 39 inventariados que tinham engenhos e engenhoca, 16 também tinham pelo menos 1 casa na vila, somando 27 imóveis, sendo 2 deles de venda. Em sua maioria, eles tinham casas de 1 e 2 lanços e se localizavam na rua da Quitanda ou na Praça.

Denise Aparecida Soares de Moura, ao estudar a produção de açúcar nas freguesias rurais de São Paulo, indica que a “[...] aguardente de cana foi um dos principais componentes formadores do sistema atlântico”. Segundo ela, a partir da segunda metade do século XVIII, houve incentivo por parte da Coroa portuguesa em patrocinar estudiosos para escrever métodos de transporte de aguardente do Brasil para Portugal, bem como serviu de “[...] moeda de troca local e transatlântica” em partes do império português, hispânico e comércio negreiro com a África. A autora mostra que a aguardente de São Paulo atendia, principalmente, um mercado continental, abastecendo as províncias platinas⁷⁸⁰. Deve-se salientar também que todos os inventários mostram uma produção de aguardente conjugada com outras atividades econômicas, principalmente a criação de porcos, o comércio e a produção de mantimentos. Ignácio Alves dos Santos (1834), por exemplo, dividia sua labuta entre a fabricação de cachaça, a criação de diversas mulas e a plantação de 1.000 pés de café⁷⁸¹.

Notamos também que a não concentração das forças produtivas num determinado gênero refletia diretamente na cultura material da produção. No inventário do Alferes

⁷⁷⁶ Inventário de Luiz Cordeiro da Silva de 1829. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 34.

⁷⁷⁷ Inventário de Ana da Costa de 1848. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 55

⁷⁷⁸ Inventário de José da Costa Medeiros de 1844. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 51

⁷⁷⁹ Esse dado foi extraído ou na “assentada” que inicia o arrolamento de um bem de uma determinada propriedade ou de referências a (s) propriedade (s) listadas

⁷⁸⁰ MOURA, Denise Aparecida Soares. De uma freguesia Serra Acima à Costa Atlântica: Produção e Comércio da aguardente na Cidade de São Paulo (1765-1822). **Topoi**, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012, p. 78-80.

⁷⁸¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 33.

Manoel Antônio da Costa, de 1845, havia “[...] potreiro atrás do engenho”[...]”⁷⁸². Em um inventário de 1847, havia “[...] engenho e casas [...]” e “[...] paiol unido as casas de engenho”⁷⁸³. Isso se repetiu no inventário de Custódio Francisco da Silva, de 1832, no qual faz menção a um “[...] engenho com paiol coberto de telhas [...]”, o que sugere que o espaço de moagem era dividido com a estocagem do milho ou do feijão. Na vila, Custódio tinha “[...] uma morada de casa onde há uma armação de loja [...]” que, provavelmente, era de ferreiro, pois foram arrolados “[...] uma tenda de ferreiro com duas bigornas [...]”, “[...] um rebolo [...]”, “[...] um aparelho de ferrar [...]”, “[...] 3 arrobas de ferro velho [...]”, “[...] cinco barras de ferro com 7 arrobas [...]”, “[...] 6 libras de peso de ferro [...]”⁷⁸⁴ etc. Mont Serrath observa que o cultivo de cana, juntamente com outros gêneros, parece ter sido regra para toda a Capitania e a explicação dada por ele para a pouca produtividade de seus engenhos, comparados aos de outras capitanias⁷⁸⁵. O inventário de 1840, do citado Luís Antônio da Silva, divide os bens do sítio e da vila. No campo, além de seu engenho, criava vacas, 20 leitões e “[...] 60 cabeças de porcos grandes e milho que se acha no paiol [...]”. No entanto, era na casa da vila, na rua da Quitanda, que Silva tinha um “[...] alambique de cobre velho [...]”, o que sugere que a cachaça era preparada e engarrafada para venda na vila, onde também possuía “[...] 50 garrafas pretas e 17 garrações”.

Vale destacar que, com exceção de um, os nomes de plantadores de cana de açúcar e/ou proprietários de engenhos descritos por Mont Serrath (no final do século XVIII), por El Olmo (no início do século XIX) e nos inventários da primeira metade do século XIX quase não coincidem, indicando uma descontinuidade da produção. Os homens analisados por El Olmo, por exemplo, “[...] iniciaram plantando cana e terminaram criando porcos”⁷⁸⁶. Além dos engenhos, foram arrolados 43 “lambiques” na primeira metade do século XIX, o que reflete uma grande produção de aguardente, mas não de forma contínua por alguns luizenses.

⁷⁸² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 52.

⁷⁸³ Inventário de Ignácio Lopes de Camargo de 1847. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 33.

⁷⁸⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 37.

⁷⁸⁵ MONT SERRAH, Pablo Oller. **São Paulo Restaurada: Administração, Economia e Sociedade numa capitania colonial**, p. 145.

⁷⁸⁶ OLMO, Maria José Acedo del. **Vila, vida e mercado...** p. 76-84.

5.4 - Tabaco

Depois do açúcar, o tabaco foi o gênero de cultivo mais importante de exportação da América portuguesa no século XVIII. As maiores produções se encontravam no Pará, Maranhão, Pernambuco e, sobretudo, na Capitania da Bahia, responsável por quase 90% da produção. A maior parte do tabaco de melhor qualidade era destinada para Portugal, mas também houve exportação para outras partes da Europa. O de pior qualidade era enviado para a África para ser trocado por escravos. O cultivo do tabaco exigia cuidados intensivos. Após geminar em canteiros, a muda era transplantada para o campo e devia ser mantida afastada de ervas daninhas e insetos até a colheita, a qual era feita retirando as folhas manualmente. Após a colheita, preparava-se o fumo para a venda. O tabaco brasileiro geralmente era vendido enrolado na forma de cordas e rolos (8 arrobas para o comércio português e 3 para o litoral africano), tratado com um líquido a base de melaço e depois colocado em embalagens de couro. O trabalho de torcer e enrolar o fumo era, em certa medida, oneroso, pois era exercido por escravos com alguma especialização, mas isso não excluía os produtores mais pobres que poderiam fazer eles mesmos todo o processo ou terceirizar o serviço de preparar o produto para a venda⁷⁸⁷.

Na dissertação *Vila, vida e mercado*, Maria José Acedo del Olmo analisou os Maços de população no período de 1800 a 1820, período em que tais documentos guardam maiores detalhes da produção dos domicílios. Segundo a autora, a produção de fumo seguiu constante no período, sendo produzido por cerca de 40% dos fogos e com uma produção média entre 10 e 40 arrobas. Para se ter uma comparação, a produção média de uma fazenda de fumo típica da Bahia era de 232 arrobas de fumo nos finais do século XVIII, indicando que a produção de São Luiz ficava bem aquém à dos maiores centros produtores⁷⁸⁸.

Na Capitania de São Paulo, houve algumas iniciativas para a produção de tabaco. Em carta de julho de 1776, o Marques do Lavradio escreveu para o Governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, sobre a produção de tabaco na Capitania. Explicava ao governador a importância de instruir seus moradores sobre a fábrica do tabaco, “[...] para que os habitantes desta terra ficassem percebendo as grandíssimas

⁷⁸⁷ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia: 1750-1808. In Bethell. Leslie (org.) **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, Brasília: FUNAG, 1998, p. 561-564.

⁷⁸⁸ OLMO, Maria José Acedo del. **Vila vida e mercado...** p. 70-71.

utilidades, que das mesmas fábricas têm tirado os moradores da Bahia”. Afirmava também que

[...] não sendo os Distritos desta Capital os mais próprios para a produção do Tabaco como são os das Villas de Taubaté, São Luiz do Paraitinga, Ubatuba, e São Sebastião pertencentes a essa Capitania, que me consta terem todas as precisas comodidades, para aqueles estabelecimentos, por serem muito férteis, e terem muitas terras, muitos matos, e Criações de gados que todo concorre muito, para se promover aquela plantação [...]⁷⁸⁹

Dauril Alden afirma que, na Bahia, era comum fazendas mistas de gado e tabaco, pois o tabaco de melhor qualidade era produzido com esterco e o inferior poderia ser produzido sem o fertilizante. Lavradio mandou enviar mestres da Bahia para as referidas vilas com o objetivo de promover as tais *fábricas* e remeter “[...] seus efeitos para este Porto [do Rio de Janeiro], para aqui se lhes dar saída, enviando-os para o Porto de Lisboa, e os da Costa do Mina”⁷⁹⁰. Esse prático realmente foi encaminhado, pelo menos para São Luiz do Paraitinga e Taubaté, pois constam duas cartas de Martim Lopes Lobo de Saldanha, fazendo referência ao “prático da cultura de fumos Luiz Garcia de Carvalho”. A primeira, dando parte sobre a proibição da Câmara de Taubaté aos agricultores que “[...] queriam adiantar a colheita sem ordem de Vm.ce [...]” e outra para a Câmara de São Luiz, solicitando que ela atenda a ordem do prático para que suspendesse inteiramente a fatura do Caminho para Ubatuba até a conclusão da colheita do fumo⁷⁹¹.

As exportações de fumo da Capitania de São Paulo predominavam no Vale do Paraíba com uma participação de 80,5% no total do que foi exportado na região, com destaque para Taubaté, São Luiz do Paraitinga e Pindamonhangaba “[...] que controlavam 76,4% do total da Capitania”⁷⁹². Felipe Garrido, analisando os Maços de população de diversas vilas que compõem o atual Vale do Paraíba, entre 1797 e 1810, indicou a produção de fumo em pequenas quantidades em várias vilas da região, sendo São Luiz a maior produtora, seguida de Taubaté⁷⁹³.

Em 1775, as vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Mogi das Cruzes, São Paulo, Jacareí e São Luiz do Paraitinga mandaram ofícios ao rei, pedindo a

⁷⁸⁹ DI Vol. 17, p. 117-119.

⁷⁹⁰ DI Vol. 17, p. 117-119.

⁷⁹¹ DI Vol. 76, p. 138 e 145.

⁷⁹² RANGEL, Armênio de Souza. **Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990, p. 109.

⁷⁹³ GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, Comércio e Tensões nas Vilas no Norte da Capitania de São Paulo (1788-1808)** ... p. 108-115.

proibição de produção de açúcar e fumo em Minas Gerais. Os camarários luizenses diziam que, por habitar terras minerais, os moradores das minas deviam se dedicar a extrair ouro, mas, ao contrário, têm levantado “[...] engenhos de água ardente e açúcares, fazendas de gado e cavalgadas e fábricas de algodão e fumo, estes únicos gêneros com que conservam os lugares vizinhos seu ténue e diminuto comércio”. Diziam que não almejavam a proibição dos engenhos, fazenda de gado ou mesmo as fábricas de algodão, mas, em especial, pediam “[...] que se proíbam em todas as minas a fábrica de tabaco [...]”, pois não causaria despesa alguma para os mineiros e a Capitania de São Paulo teria muita terra devoluta e própria para o cultivo. Terminam dizendo que a povoação de São Luiz “[...] tem terras ótimas para o exercício do tabaco [...], “[...] único emprego dos seus habitantes, não tendo para as ditas minas saída acabará miseravelmente nas mãos de uma irreparável pobreza”⁷⁹⁴. Esse documento nos dá pistas que a produção de tabaco em São Luiz do Paraitinga existia desde os primeiros anos da vila e que, nesse período, era enviado para a região das minas, mas estava perdendo espaço para a produção local. Já no início do século XIX, o fumo luizense era direcionado principalmente para o Rio de Janeiro, devido, talvez, à perda do mercado mineiro para a produção local e pelo rápido desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, então sede do Vice-Reinado.

Há muito poucas referências à produção de fumo nos inventários arrolados, as quais não condiz com os números de produção registrados nos Maços de população já mencionados. Isso se justifica, talvez, por ter sido produzido por estratos mais pobres da sociedade, sem bens suficientes para serem inventariados⁷⁹⁵. No entanto, um deles destaca-se tanto por indicar os produtores de fumo como o destino da produção. Trata-se do inventário de Maria Moreira da Conceição, de 1847, que declarou produzir “48 arrobas de fumo de mina”⁷⁹⁶.

5.5 - Suinocultura

O modo de preparo do toucinho exigia a separação de uma fêmea e um macho (chamado de cachaço) para crescerem e serem reprodutores. A gestação dura por volta de 4 meses e os filhotes eram criados à base de milho, período em que eram capados para acelerar a engorda e, depois, abatidos. A grande produção de milho, como dito, tem

⁷⁹⁴ AHU, Projeto Resgate, São Paulo Avulsos (028), Caixa 7, doc. 397. 18/11/1775.

⁷⁹⁵ OLMO, Maria José Acedo del. **Vila vida e mercado...** p. 67.

⁷⁹⁶ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 54.

relação com a alimentação dos leitões. Um porco comia por ano 200 a 250 kg de milho⁷⁹⁷, o que dá uma média de 225 kg por porco. Depois de abatido, a gordura era separada da carne (costelas, o lombo e as partes magras), salgada e, depois de alguns dias, estava pronto o produto. Também encontramos um documento de São Luiz do Paraitinga que faz menção às “cargas de toucinho de taquara virada no meio”, o que pode remeter a peças defumadas. A lista geral da segunda Companhia de Ordenanças da vila de Cunha no Maço de população de 1799 faz uma relação entre a quantidade de capados e a de toucinho: cada leitão produziria em torno de 3 arrobas de toucinho (aproximadamente 45 quilos). Friedrich Von Weech escreve, em 1828, o seguinte sobre a criação de porco e a produção de toucinho:

Muitos fazendeiros dedicam-se unicamente à criação desse rendoso animal, que com algum cuidado torna-se grande e muito gordo. Sendo alimentado com milho, engorda rapidamente, e seu toucinho torna-se consistente e sua carne fica extremamente saborosa e saudável, a ponto de ser recomendada até mesmo às mães que amamentam e aos doentes. O toucinho é separado da carne, salgado, encaixotado e despachado. Conserva-se por muito tempo⁷⁹⁸

Essa produção não devia ser uma atividade de todo barata, pois exigia grande número de mão de obra para o cultivo de milho e para o abate, além dos altos custos do sal. O toucinho tinha vários usos. Manolo Florentino aponta que o produto era parte importante na composição de um navio negreiro⁷⁹⁹. Jean-Batiste Debret⁸⁰⁰ pintou algumas aquarelas sobre lojas especializadas em carne de porco no Rio de Janeiro. Em uma delas, comenta que o toucinho era destinado à “[...] refeição de um cidadão de poucos recursos [...]” e o lombo de porco era “[...] regalo do cidadão mais rico [...]”⁸⁰¹, portanto indicando que esse tipo de carne atendia camadas mais populares da Capital e também o comércio transatlântico. Deve-se ressaltar ainda que o toucinho era um tipo de carne com bastante durabilidade e passível de ser transportada em longos trajetos por tropeiros e viajantes.

Rangel aponta que a produção de toucinho tinha um peso importante na produção do Vale do Paraíba, representando 36,7% das exportações desse gênero na Capitania em

⁷⁹⁷ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN Herbert S. Escravidão Africana na Produção de Alimentos. São Paulo no Século 19 **Revista Est. econ.**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 295-317, abril-junho 2010, p. 314.

⁷⁹⁸ VON WEECH, J. Friedrich. 1827. **Agricultura e o comércio no sistema colônia**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 166. Grifos nossos.

⁷⁹⁹ FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 27

⁸⁰⁰ LAGO, Pedro Corrêa do; BANDEIRA, Júlio. **Debret e o Brasil**: obra completa. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2007.

⁸⁰¹ Ibidem, p. 195.

1798⁸⁰². Segundo ele, a criação de porcos intermediou o período que vai do açúcar ao café em Taubaté. Até 1805, a produção de fumo e de açúcar representavam 73,1% das suas exportações. Depois disso, esses gêneros começam a declinar e serem substituídos pela suinocultura até atingir 65% do total de itens exportados entre 1815 e 1817. Após 1820, a criação de porcos cai progressivamente em favor do café que, em 1836, representava 76,6% do total de vendas. No entanto, para Rangel, a substituição de açúcar e fumo pela suinocultura “[...] era expressão de um período de dificuldades para o município em que se processou uma acentuada contração das vendas dos exportáveis [...]”⁸⁰³ e uma “estagnação econômica, em que a acumulação de escravos permaneceu inalterada”⁸⁰⁴. A consolidação da cafeicultura aconteceu em meados do século XIX. Em 1854, Taubaté era a terceira maior produtora da rubiácea, crescendo cerca de 15% ao ano, desde 1835. Dessa forma, a consequência do crescimento rápido da monocultura de exportação “[...] teria sido a de eliminar a agricultura de mercado interno com o consequente encarecimento dos gêneros alimentícios”⁸⁰⁵. O autor notou também que uma parcela dos produtores de café adveio da mudança da agricultura comercial por meio da substituição de cultivo. Cerca de 14% dos cafeicultores se dedicavam anteriormente à criação comercial de porcos, 10%, ao plantio de fumo, e 7,8% eram comerciantes atacadistas⁸⁰⁶.

José Flávio Motta e Nelson Nozoe também notaram essa mudança. Eles estudaram os Maços de população de Bananal, pelos quais acompanharam a trajetória de 217 cafeicultores entre os anos de 1799 a 1829. No período entre 1799 e 1814, os autores identificaram uma produção crescente de toucinho (260 arrobas no primeiro ano e 971, no último), cujo fabrico não era tão pulverizado como a produção de mantimentos, nem tão concentrado como a produção de anil e cana de açúcar. Nesse período, ele era todo vendido para Ilha Grande, Rio de Janeiro e na própria vila, mas, com o crescimento da produção de café, “[...] direcionou-se sobretudo a subsistência.”⁸⁰⁷

Renato Leite Marcondes, embora encontre dados imprecisos sobre a produção de suínos na vila de Lorena, indica que sua “[...] importância foi grande [...]”, girando em

⁸⁰² RANGEL, Armênio de Souza. **Escravidão e Riqueza**: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990, p. 108.

⁸⁰³ Ibidem, p. 120-122.

⁸⁰⁴ Ibidem, p. 200

⁸⁰⁵ Ibidem, p. 261

⁸⁰⁶ Ibidem, p. 273.

⁸⁰⁷ MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson. Cafeicultura e Acumulação. **Estudos Econômicos**; São Paulo, Vol. 24, N.2, Mai-ago, 1994, p. 284.

torno de 570 arrobas e se distribuindo pelos “[...] diversos portes de agricultores de forma mais uniforme do que o gado vacum e os equinos [...]”⁸⁰⁸ e tendendo aos que possuíam menos escravos. Segundo o autor, esse grupo de possuidores de pequenos planteis foi responsável por colher metade da produção de café em 1818, ano em que nenhum agricultor com grande plantel se interessou pelo cultivo. Já em 1829, tanto o primeiro grupo como o segundo foram responsáveis por produzir cerca de 30% da produção da rubiácea. Para o autor, a produção de café pelos “[...] agricultores de subsistência [...]” significava uma produção a mais e uma forma mais efetiva de se integrarem à economia monetária com retornos pecuniários, mas, ainda assim, marginal em relação a gêneros que garantiam a sobrevivência familiar, como o milho, o feijão, o arroz, a farinha e o algodão. Entretanto, “[...] a rubiácea não foi a primeira cultura a desempenhar esta função entre o grupo de pequenos e médios agricultores, pois sua inserção na economia mercantil já ocorria com a venda de fumo e de toucinho”. A preferência pelo café deu-se pela rapidez com que se alastrou na vila, com a intensidade de seu cultivo e com sua maior rentabilidade devido a uma demanda externa crescente⁸⁰⁹.

Luciano da Silva Alvarenga, utilizando dos mesmos dados de Rangel, procura rever a participação dos gêneros destinados ao mercado interno na vila de Taubaté. Para o autor, o município teve um crescimento demográfico constante no período que antecede a economia cafeeira que tão pouco foi estimulado pela economia açucareira, cuja produção, como vimos, foi pequena⁸¹⁰. Assim, tal aumento se justificaria pela grande movimentação de pessoas e mercadorias não ligadas aos gêneros tradicionais de exportação, mas, em grande medida, às atividades dedicadas ao mercado interno. A primeira consideração do autor é que a produção de alimentos foi o principal produto da vila de Taubaté, oscilando entre o primeiro e o segundo lugar dentro dos gêneros mais produzidos. Diferentemente de Rangel, que vê um comportamento opositivo entre produtos de exportação e os de mercado interno (quando um dinamiza, o outro contrai), Alvarenga observa uma complementaridade entre ambos. Segundo ele, em 1817 – ano da virada da suinocultura para a cafeicultura em Taubaté – os que estavam envolvidos com

⁸⁰⁸ MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestação da economia cafeeira**: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX. 1998. Tese de Doutorado em Teoria Econômica. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 56.

⁸⁰⁹ Ibidem, p. 57

⁸¹⁰ ALVARENGA, Luciano da Silva. **A vida no fio da enxada**: Agricultura de alimentos em Taubaté (1798-1835). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2001, p. 61.

a agricultura de alimentos representavam 87% dos domicílios que tinham ofícios com a terra. Dessa forma, tanto a criação de porcos como a plantação de café estiveram atreladas à produção de alimentos. Muitos dos cafeicultores paulistas tiveram suas fortunas “[...] formadas a partir do acúmulo ao longo do tempo [...]” e, não raramente, emergiram da produção de gêneros de abastecimento. No entanto, nem todos efetivaram a transição das atividades de abastecimento para o cultivo predominante de café, existindo parcela significativa que atuava em ambos os setores⁸¹¹.

Da forma que apontou Alvarenga para Taubaté e Marcondes para Lorena, observamos que a inserção de São Luiz do Paraitinga em uma economia de mercado se deu desde os primeiros anos da vila com a produção de fumo, toucinho e aguardente. O café configurou-se numa “[...] forma mais efetiva de se integrarem à economia monetária [...]” pela rapidez de sua expansão e pelos altos lucros que ele proporcionou em vários momentos de expansão do mercado no século XIX. No entanto, diferentemente de algumas vilas do Vale do Paraíba, São Luiz não concentrou todas as suas forças produtivas na produção da rubiácea. Sua produção se deu entremeada a outros gêneros que já cultivava de longa data.

A fabricação de toucinho já foi objeto de análise em nossa dissertação de mestrado⁸¹² sobre a vila de Cunha. Como já citei, a quantidade desproporcional de escravos dessa vila (em relação às demais voltadas para a produção de gêneros de primeira necessidade) foi devido à constituição de uma *indústria* de produção de toucinho, principalmente para o abastecimento do Rio de Janeiro. Ao estudar os Maços de população entre 1776 a 1809, observamos uma especialização da produção, que chegou em torno de 9.000 arrobas, em 1809. Isso fazia de Cunha uma exceção entre as demais vilas dedicadas à produção de gêneros para o mercado interno. Francisco Luna e Herbert Klein também destacaram a singularidade de Cunha, pois “[...] era impressionante o número de escravos para a localidade [...]”: 50% a 80% dos domicílios agrícolas tinha escravos, “[...] nível muito elevado para os padrões brasileiros [...]” e aproximadamente metade da população da vila era escravizada (1.500 de 3.000 habitantes), condição “[...] excepcional em áreas não envolvidas com cultivos de exportação⁸¹³.

⁸¹¹ Ibidem, p. 91-105.

⁸¹² BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano:** Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817), Capítulo 4.

⁸¹³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN Herbert S. Escravidão Africana na Produção de Alimentos. São Paulo no Século 19 **Revista Est. econ.**, São Paulo, v. 40, n. 2, abril-junho 2010, p. 302.

A suinocultura em São Luiz do Paraitinga também foi uma atividade muito próspera. Del Omo constatou que a criação de porcos era a atividade econômica mais rentável nas primeiras décadas do século XIX:

Tabela 14: Suinocultura em São Luiz do Paraitinga

Ano	1801	1805	1808	1814	1818
Toucinho (arrobas)	3.605	2.635	1.198	428	0
Porcos (unidade)	523	717	1.237	2.918	4.380

Fonte: El Olmo, 2000, p. 90.

A autora afirma que a aquisição de grande quantidade de sal encarecia a fabricação do produto e “[...] só compensaria financeiramente às populações mais distantes dos grandes centros e portos, enquanto não surgisse outra alternativa”⁸¹⁴. Nesse sentido, os trabalhos supracitados apontam o contrário. Na tabela construída pela autora, nota-se que a quantidade de toucinho é inversamente proporcional ao número de porcos ao longo do período analisado, o que seria uma alternativa dos luizenses, ou seja, vender o porco vivo para se livrar dos altos custos do sal, no entanto isso também acontecia com a vila de Cunha. No Maço de 1776 e 1789, por exemplo, foi anotada a quantidade de porcos e, no de 1801 e 1809, foram anotadas em arrobas de toucinho, o que pode indicar uma opção do recenseador e não propriamente uma mudança da forma de colocar a carne no mercado. Ao analisar os Mapas de Exportação do município⁸¹⁵, a autora indica, por exemplo, a exportação de 500 arrobas de toucinho em 1818, ano que o Maço de população indicou que não houve nenhuma produção. Deve-se atentar também que o toucinho poderia ser defumado conforme documento já citado e, em 1855, São Luiz ainda era citada como fornecedora de toucinho para Taubaté⁸¹⁶.

Felipe Garrido também ressaltou a criação de animais como a principal preocupação dos luizenses, afirmando que a carne produzida pela vila era menos dispendiosa do que a do Sul e, por isso, atendia os produtores do Vale do Paraíba com

⁸¹⁴ OLMO, Maria José Acedo del. **Vila vida e mercado...** p. 90.

⁸¹⁵ Os mapas de exportação era um resumo do Maço de População que geralmente vinha no final da listagem.

⁸¹⁶ APESP. Registros gerais da Câmara de São Luiz do Paraitinga. Ordem C9041, Cx 33; Discurso com que o Il. E Exc. Senhor Dr. José Antônio Saraiva Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembleia legislativa da Província de São Paulo no dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo, tipografia 2 de dezembro, 1855

poder aquisitivo mais baixo do que a região oeste da Capitania⁸¹⁷. No entanto, no período estudado pelo autor, a fabricação de toucinho tinha como destino principal o Rio de Janeiro e as outras vilas da região também fabricavam toucinho. Todavia, ao analisar o Maço de população de 1802, que traz um “[...] mapa dos preços correntes de gêneros naquele ano [...]”, observa que o açúcar da vila era vendido a 1\$280 réis a arroba, sendo que a arroba do toucinho saía, em média, por 1\$920 réis e o porco inteiro era vendido, em média, por 3\$200 réis a cabeça. Com isso, conclui que “[...] um animal que podia ser criado com os restos da alimentação da família era mais valioso do que o açúcar branco fabricado”⁸¹⁸ dentro dessa conjuntura específica do começo do século XIX.

Os inventários nos permitem analisar a produção de suínos no período posterior aos Maços de população. Encontramos referências à criação de porcos em 198 inventários dos 292 arrolados da primeira metade do século XIX. Eles recebem diversos adjetivos de acordo com o seu crescimento. Os mais novos foram chamados de “porcos miúdos” ou leitões, os castrados foram nomeados de “capados” ou “capadetes”, os em engorda foram registrados como “de meia ceva” e os já prontos para o abate de porcos “de ceva”, “em ceva”, “na ceva”. Os porcos de reprodução eram chamados de “porcos grandes”, “cachaço”, “cachaço tatu”:

Tabela 15: Quantidade de porcos (unidades) Arrolados nos Inventário de São Luiz do Paraitinga (1800-1850)

ANOS	1800-1810	1811-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	TOTAL
Nº DE PORCOS	426	251	1483	1628	1571	5359
Nº INVENTÁRIOS	17	21	49	79	126	292

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Esses dados indicam que houve um crescimento progressivo da criação de porcos no momento em que a cafeicultura se expandia no Vale. Segundo a **Tabela 15**, 1854 foi o ano em que São Luiz mais produziu café dentre os arrolados por Millet, e diversas vilas do Vale chegavam perto disso, indicando que a produção de gêneros voltados para o mercado interno seguiu próspera e concomitante à cafeicultura.

Embora haja grande número de inventariados envolvidos com suinocultura, apenas 12 registraram chiqueiros. Isso se deve ao fato de boa parte dos domicílios os

⁸¹⁷ GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, Comércio e Tensões nas Vilas no Norte da Capitania de São Paulo...** p. 158 a 163.

⁸¹⁸ Ibidem, p. 74.

criassem soltos. Há menções a “porcos de terreiro”⁸¹⁹ e a “porcos de campo”⁸²⁰. Também há citações de valos, como no inventário de Cesária Maria de Jesus, de 1839, onde consta “[...] 4 braças de terras de testada e meia légua de sertão com casas cobertas de palha com 5 portas e chiqueiro cercadas de madeira e valos [...]”⁸²¹. Eles serviam de barreira ou mesmo de valeta d’água para os porcos ficarem na lama. As Atas das Câmaras de várias vilas e cidades coloniais são repletas de proibições a porcos soltos no espaço urbano. Em 1792, por exemplo, a Câmara de Mariana-MG mandava recolher os porcos soltos no espaço urbano devido à “[...] grande ruína que causam às paredes das casas da mesma cidade pontes, aterros e a saúde [...]”. Da mesma forma, em outro edital, se recomendava tirar os porcos da rua devido “[...] às muitas [ruínas] que causam assim aos edifícios públicos, e particulares, como também a saúde [...]”⁸²². Em São Luiz do Paraitinga, os porcos invadiam e destruíam plantações da vizinhança, como no bairro do Alvarenga, em que a propriedade de Francisco Gonçalves da Silva estava sendo invadida por “[...] porcos gados e bestas”. Na vila luizense, os porcos do Rossio causavam prejuízo ao casario e eram mortos e arrematados para as despesas da Câmara. Essa parece ter sido a regra para os porcos soltos na vila, como regulou uma Postura de 1792⁸²³. Assim como os porcos, o gado também causava transtorno. Em 1794, Manoel José Madri reclamou ao Juiz Almotacé que

[...] nesta vila há moradores que têm seus gados vacuns e que na noite os deixam soltos, sem os meter em curral, causando prejuízo nos quintais dos moradores desta vila (...) bosteando no adro da igreja e portas das casas dos moradores [e assim] requeria ele que (...) mandasse passar edital para de noite quem tiver gado os meta em curral⁸²⁴

⁸¹⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Inventário de Valério Alves dos Santos, 1843, 1º Ofício, Caixa 37.

⁸²⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, Inventário de José Matias de Oliveira, 1829, 1º Ofício, Caixa 34.

⁸²¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, 1º Ofício, Caixa 44.

⁸²² Sobre os animais urbanos da Cidade de Mariana consultar: BORSOI, Diogo Fonseca. **Por dentro de mapas e planos: práticas cotidianas e dinâmica urbana em Mariana–MG (1740-1800)**. Monografia (Bacharelado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2008.

⁸²³ MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga...** p. 632-633

⁸²⁴ Ibidem.

A *ruína* causada por esses animais evidencia o grande número de porcos criados na vila. A materialidade desses chiqueiros não foi descrita nos inventários, com exceção de um que diz “[...] chiqueiros e seus cercados tudo já velho”⁸²⁵.

Atrelada à criação de porcos e à fabricação de toucinho, havia a produção de milho (muitas vezes com feijão entremeado). Como vimos, a produção de milho e feijão era a maior da vila no início do século XIX e também parece ter continuado no decorrer do século. Os dados dos inventários referentes à produção de milho estão ora em cargueiro, ora em alqueires e ora em roças, o que dificulta a comparação dos dados. Mas constam, na década de 1821-30, 1.430 cargueiros e 126 alqueires produzidos; entre 1831-1840, 1.524 cargueiros e 59 alqueires; na década de 1841-1850, 1.270 cargueiros, 73 alqueires e 7 roças. Essa produção exigia a construção de paióis para estocagem e monjolo para moagem do milho:

Tabela 16 Número de paióis arrolados nos inventários de São Luiz do Paraitinga (1800-1850)

Anos	1800-1810	1811-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	Total
Nº de paióis	0	1	7	12	27	47
Nº inventários	17	21	49	79	126	292

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Tabela 17: Número de monjolos arrolados nos inventários de São Luiz do Paraitinga (1800-1850)

Anos	1800-1810	1811-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	Total
Nº de paióis	2	1	7	13	20	43
Nº inventários	17	21	49	79	126	292

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Nas **Tabelas 16 e 17**, podemos ver o progressivo aumento de paióis e monjolos em decorrência do aumento da produção de cereais. A estrutura desses paióis variava muito: poderiam ter telhado de palha ou telha, tamanho entre 1 a 4 lanços, ter de 1 a 5 portas, algumas com fechaduras e corredor. O paiol de Maria Gertrudes da Penha, por exemplo, era “[...] coberto de telhas menos o corredor [...]”⁸²⁶, o de Luís da Costa

⁸²⁵ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga, inventário de José Matias de Oliveira e sua mulher Maria do Espírito Santo, 1829, 1º Ofício Caixa 44.

⁸²⁶ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 35

Medeiros era “[...] no terreiro da mesma casa [...]”⁸²⁷. Já os monjolos são descritos com poucos detalhes, mas, de forma geral, parecem ter sido de tração hidráulica, como na marcação de uma sorte de terras “[...] descendo pelo córrego abaixo até a aguada do monjolo, fazendo a dita aguada divisa”⁸²⁸. Poucos são citados com cobertura, como o de Gertrudes Borges, que, em 1825, tinha uma “[...] casa de monjolo também coberta de telha”⁸²⁹. À medida que a cafeicultura avançou, sua fabricação parece ter se apropriado de parte dessa estrutura produtiva. Em 1845, por exemplo, o Alferes Manoel Antônio da Costa arrolou dois “[...] monjolos no cafezal [...]” e um “[...] ao pé da casa”⁸³⁰.

Como quase 70% dos inventários arrolaram quantidades variadas de porcos que poderiam ser de uma leitoa com cria a 389 porcos em seva, havia diversos criadores que tinham imóveis na vila e se especializaram de forma igualmente diversa. Dos que criavam porcos e tinham casa na vila, 8 delas se localizavam na Praça, 6 na rua da Quitanda, 6 na rua do Rosário e 4 na rua da Ponte. Esses imóveis eram quase exclusivamente térreos, com 1 e 2 lanços de testada. Dos que declararam no bairro rural uma produção, a maior parte estava nos bairros rurais Rio Acima (10 no bairro Rio Acima, 5 no Alvarenga, 3 no Jaboticatuba e 3 no Turno), mas também com uma produção expressiva Rio Abaixo (7 no Chapéu, 2 no Bom Retiro, 2 Rio Abaixo e 1 em Vargem Grande).

5.6 - Atividades comerciais e o escoamento da produção

Alcir Lenharo⁸³¹ estudou como as transformações ocorridas no Rio de Janeiro com a chegada da Corte fomentaram o desenvolvimento de um mercado interno de vasta extensão, abarcando todo centro-sul da colônia. Segundo o autor, a recém-chegada Corte portuguesa à América não tinha aparato político e burocrático necessário para organizar o abastecimento do Rio de Janeiro e, portanto, teve que contar com setores empresariais nativos por meio de trocas de favores que, aos poucos, incorporaram essa classe emergente junto aos reinóis⁸³². O autor aponta, ao estudar o sul de Minas Gerais, que esse

⁸²⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 58.

⁸²⁸ Inventário de Ana Joaquina de 1836. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 41.

⁸²⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 30.

⁸³⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixa 52.

⁸³¹ LENHARO, Alcir. **As tropas da Moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. 2ª Ed. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

⁸³² Ibidem, p.54.

processo, em nível regional, motivou o aparecimento de um tipo misto de agricultor-tropeiro:

o tropeiro aparece como um prolongamento da categoria social matriz – proprietário de terras – já que, frequentemente, além de dar conta da produção, o proprietário é ele mesmo, o comercializador dos seus próprios negócios⁸³³.

As famílias ligadas a uma produção voltada para o mercado interno, portanto, se especializaram também em comercializar sua própria produção por meio de tropas e casas de comércio⁸³⁴, atuando, inclusive, como “estâncias”, ou seja, além da sua própria produção, elas compravam o excedente regional para revendê-lo nos mercados consumidores mais lucrativos⁸³⁵.

Carlos de Almeida Prado Bacellar⁸³⁶, ao estudar a vila de Sorocaba entre os séculos XVIII e XIX a partir dos Maços de População, afirma que as atividades de tropa ficaram, durante muito tempo, relegadas a um segundo plano na historiografia focada em analisar a economia de exportação e as relações entre colônia e metrópole. O autor observa que os grandes planteis de escravos da vila estavam ligados à diversificação das atividades do proprietário que aplicava seus lucros no comércio e, especialmente, na lavoura⁸³⁷: “não há indícios de que as fortunas acumuladas pelos sorocabanos tenham se originado da produção de açúcar”⁸³⁸. Pelo contrário, o cerne de suas atividades girava em torno de três atividades principais: negócios com fazenda seca, arrematação de impostos e comercialização de gado”⁸³⁹. No entanto, a nobilitação dessas fortunas não podia se encerrar apenas nas atividades mercantis, exigindo também a criação de vínculos com a elite açucareira⁸⁴⁰. Existiam, junto a essas unidades de produção de maior monta, diversos pequenos sitiantes com produção menor voltada para o mercado interno e produzindo, principalmente, arroz, feijão e milho.

Da mesma forma, os gêneros produzidos em São Luiz do Paraitinga eram liquidados em vários lugares a partir da maior ou da menor inserção dos seus agentes na rede mercantil da colônia. Alguns vendiam sua produção na própria vila, como o

⁸³³ Ibidem, p. 25.

⁸³⁴ Ibidem, p.29.

⁸³⁵ Ibidem, p.29.

⁸³⁶ BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**– Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

⁸³⁷ Ibidem, p.110.

⁸³⁸ Ibidem, p. 125.

⁸³⁹ Ibidem, p. 124.

⁸⁴⁰ Ibidem, p.122.

“agricultor” José Fernandes Gomes de Gouveia, que “vendeu a seus comerciantes” 40 capados, ou vários outros pequenos roceiros que disseram vender seu leitão, seu toucinho ou seu fumo “na terra”, ou seja, para interceptadores, donos de vendas ou para consumo na própria vila. Parte dos produtos vendidos localmente eram liquidados nos portos da Marinha. O “roceiro” José Bicudo de Castilho disse ter vendido 9 arrobas de toucinho em Ubatuba a 1\$000 réis. Outros preferiram liquidar sua produção em Paraty, como o “roceiro” José da Costa Resende, que vendeu 35 arrobas de fumo no porto fluminense, também a 1\$000 réis. Um grupo menor liquidava sua produção no Rio de Janeiro, como as 20 arrobas de fumo de Manoel Alves de Aguiar. Na verdade, essas pequenas somas de toucinho e fumo não eram liquidadas diretamente na sede do Vice-Reinado, mas entregues a interceptadores, que faziam o transporte dessas cargas. O “roceiro” Francisco Leite de Toledo, por exemplo, declarou para o recenseador que “[...] engordou 20 capados que mandou para o Rio de Janeiro[, mas] ainda não veio a receita”. Um desses interceptadores eram o “agricultor” e “negociante” Domingos Antônio da Costa, que disse ter adquirido 300 arrobas de toucinho de “[...] várias pessoas de roça [...]” a preços variando entre 1\$000 e 1\$280 réis, e vendeu no Rio de Janeiro no valor de 1\$500 a 1\$660 réis. Da mesma forma, o “comerciante” Antônio José das Neves disse que comprou “109 cargas” de toucinho “na terra” ao preço de \$960, 1\$100 e 1\$200 réis e vendeu no Rio de Janeiro nos valores de 1\$600, 1\$800 e 2\$000 réis. Ele também comprou “207 cargas” de fumo “a vários roceiros” com preços variando entre \$640, \$720 e \$800 réis e dispôs no Rio de Janeiro por 1\$440 e 1\$800 réis. Nota-se que as atividades de produção e comercialização se mesclam da forma que descreveu Lenharo.

No topo dessa cadeia mercantil, encontravam-se poucas famílias como a de José Gomes de Gouveia e Silva. Há, no livro de registro civil da Câmara de São Luiz do Paraitinga, cartas trocadas entre o dito e seus sócios. As cartas aparentam ser de cunho pessoal, sem as formalidades de um ofício administrativo usual como cabeçalho e pronomes de tratamento. A primeira delas diz respeito ao carregamento da *lança para a invocação de Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e Almas* que saiu de Ubatuba em 1806 em direção à Bahia.

Tabela 18: Relação de gêneros transportados na Lancha *Lança para a invocação...*

Relação de carga da Lancha para invocação de Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e Almas que desde Ubatuba seguiu viagem para a Cidade da Bahia o presente anos de 20 de Junho de 1806				
valor	Produto	Quantidade	Unidade de Medida	Observações

	“toucinho de taquara virada no meio”	102	Cargas	“Estas primeiras cargas são líquidas do Sr. Capitão Mor José Gomes de Gouveia e Silva por ser toucinho de sua casa”
	Banha	13	cargas	Idem
	Lombos	16	Cargas	Idem
	Fumo da Vargem Grande	69/159	Cargas/arrobas	“Carga comprada de fora para a mesma lancha por conta da sociedade”
153\$000			“arrobas a mil”	
27\$000	“cargas de Figueira”	16/30	Cargas/arrobas	“a 900” [a arroba]
\$640	“ao figueira pelos jacarés”			“de os mandar fazer”
40\$800	“condução das ditas cargas de fumo”			“a 480”
15\$120	“189 arrobas de fumo”			“nova contribuição 80”
15\$120	“dito fumo novo imposto”	80		
12\$000	Cuias de São Sebastião	600		
36\$815	“balaies comprados em Taubaté”			
2\$400	“condução das ditas quatro cargas	600		
19\$000	Milho	73	cargas	“com 95 alqueires a 200”
33\$580	“condução das cargas de milho”	460		
\$950	“nova contribuição por Alqueire de Milho	10		
1\$460	“novo Imposto por carga de milho	20		
28\$600	“feijão comprados nesta vila”	32	Alqueires	“a 880”
13\$500	“ditos”	22		“comprados ao Snr Capitão José Alexandre a 600”
8\$280	“condução do dito 18 cargas”			“a 460”
1\$650	“55 alqueires de Feijão nova contribuição por alqueire”	30		

\$760	“39 cargas de feijão novo imposto	20		
400\$600	“toucinho, lombos e banha”	312/31	Arroba/libra	“comprado e posto nesta vila por conta dos donos a 1280 @
355\$000	capados			“comprados ao Sr. Capitão José Alexandre por....”
35\$840	sal	28		“para dos ditos a 1280”
5\$600	“condução do dito sal a 200 réis			
	“renderão os capados 85 cargas dito de toucinho, 11 de banhas, 8 de entrecostos, 12 de lombos os quais foram na Moura”			
55\$680	“destes capados”	116	cargas	“condução a 480”
	“toucinho ao todo”	172/521	Cargas/arrobas	
20\$840	“nova contribuição”	40		
	Banhas	15/45	cargas	
	“nova contribuição”	40		
\$360	Manteiga	3/9	Barris/arrobas	
3\$800	“cargas de toucinho, banhas e 3 barris novo imposto”	40		
14\$400	“azeite de peixe”	2	barris	“com 45 medidas a 320”
30\$000	“táboas”	5	dúzias	“a 6\$000”
1\$600	Sal	1	“alqueire e quarta”	“a1\$280”
1\$440	“despreparar a pipa e fundar”			
\$600	“despreparar os 3 barris para a manteiga”			“a 200”
6\$710	“carreto, embarque a casa para as cargas”			
1350\$945	Total			

Declaro que esta carregação foi feita entre mim e o Snr. José Pereira dos Santos, entrando cada um com seiscentos e setenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois réis que juntos as duas parcelas somam o capital acima de 1350\$945.

**Sítio, 16 de setembro de 1806
José Gomes de Gouveia e Silva**

Fonte: APESP. Registro geral da câmara de São Luiz do Paraitinga (1806-1826) Código C09041, p. 56-57.

Na lancha havia toucinho, banha, lombo (de porco), fumo, jacarés (torqueses?), cuias, balaio, milho, feijão, sal, manteiga, azeite de peixe, tábuas, ou seja, gêneros tradicionalmente classificados como de “subsistência”, ou que eram direcionados para o comércio local. Muitos deles nem sequer foram arrolados nos Maços de população, o que evidencia o caráter direcionado do olhar do recenseador para o registro de itens que eram de interesse da administração colonial. Outro dado importante é o caráter regional dos gêneros embarcados, cuja origem era de outros produtores locais como “as cargas de Figueira”, de bairros rurais como o “fumo de Vargem Grande” e de vilas circunvizinhas “as cuias de São Sebastião”. A forma dessa arrecadação da produção regional também ficou registrada no documento pelas taxas pagas. O termo “carga” registrado, provavelmente se referia à quantidade que uma mula poderia levar. Assim, o custo da “condução das ditas cargas de fumo”, por exemplo, seria para um comboio responsável por descer a Serra do Mar com a produção. Alguns, no entanto, parecem ter enviados os animais vivos, como os capados do Capitão José Alexandre, para serem abatidos na Marinha, como sugere o comentário logo abaixo “[...] renderão [sic. – renderam) os capados 85 cargas dito de toucinho, 11 de banhas, 8 de entrecostos, 12 de lombos”.

Para levar essa produção era necessário muito gado muar. Na **Tabela 19**, podemos notar o crescimento de animais dedicados ao transporte na vila e que faziam essa ligação terrestre entre São Luiz e os portos da Marinha.

Tabela 19 Número de Mulas, bestas, burros, éguas e bois de carro arrolados nos inventários de São Luiz do Paraitinga (1800-1850)

Ano	1800-1810	1811-1820	1821-1830	1831-1840	1841-1850	Total
Nº de animais	10	17	64	246	265	602
Nº inventário	17	21	49	79	126	292

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em outra carta, José Pereira dos Santos reclamava com José Gomes de Gouveia e Silva sobre os caminhos.

[...] o caminho da serra vai indo com vagar por causa de muitas chuvas e enquanto senão fizer de todo por ele não pretendo subir acima o que farei por Paraty, pois fiquei muito escandalizado do dito caminho quando agora vim se onde puder mandar ir cuidando no outro do Pirabuna [sic. Paraibuna] para cá antes de vir a força das águas⁸⁴¹.

⁸⁴¹ APESP. Registro geral da câmara de São Luiz do Paraitinga (1806-1826) Código C09041, p. 57v

O primeiro caminho referido é o que passava por São Luiz do Paraitinga e, como estava impraticável devido às chuvas, recorreu-se ao de Paraty, além de solicitar o conserto do de Paraibuna. Esse trecho é importante, pois mostra como o grupo lançava mão de todos os caminhos que ligavam o Vale do Paraíba com a Marinha para comercializar a produção. Quando a produção chegava, necessitava de uma série de serviços para organizar a carga na embarcação como “[...] despreparar a pipa e fundar [...]” e “[...] despreparar os 3 barris para a manteiga [...]”. Por fim, também entrou nos custos o aluguel de “[...] casa para as cargas [...]”, “[...] carroto [...]” e “[...] embarque [...]” da produção na lancha. Vale destacar que a lancha *Para Invocação* parece não ser a única, pois tem anotado “[...] os quais foram na Moura [...]”, referindo-se aos capados.

Ao todo, a lancha demorou 20 dias e “[...] na viagem para cá gastou 40 dias por causa dos tempos contrários”⁸⁴². Enquanto esteve na Bahia, a embarcação parece ter sido recarregada com sal. José Pereira dos Santos informou José Gomes de Gouveia e Silva que

[...] me remeteu do seu dinheiro 800#000 ou um conto de réis e assim remeteu o dito contos de réis em dinheiro e o barco carregado com 950 alqueires de sal a 470 [importa?] 446\$550 e não veio mais sal por dizer o mestre que a medida foi boa e que a de crescer bastante⁸⁴³

O sal era um gênero de primeira necessidade problemático na história da Capitania de São Paulo, pois, desde o século XVII, houve diversas crises por falta de abastecimento. O seu comércio era monopólio da Coroa, que arrematava o contrato aos comerciantes locais, mas, muitas vezes, não cumpriam as regras, gerando aumento de preços e escassez do produto. Entre 1700 e 1723, por exemplo, os contratadores enviaram, em média apenas 22% da quantidade estipulada pela arrematação e, entre 1724 a 1765, apenas 40%. Além disso, sobre o preço do sal vendido em São Paulo acrescentava-se o “cruzado do Sal”, ou seja, 400 réis (ou 1 cruzado), o que significava 1/3 do valor pago por cada alqueire em contrato, ocasionando uma grande diferença no valor comparando São Paulo em relação ao que se praticava no Rio de Janeiro. Deve-se ressaltar também que o preço final do produto era bem acima do que estava estipulado em contrato, pois passava por intermediários⁸⁴⁴.

⁸⁴² Ibidem

⁸⁴³ Ibidem

⁸⁴⁴ AIDAR, Bruno. A abolição do estanco do sal e a arquitetura de poderes na Capitania de São Paulo, 1795-1806. **Revista de História** (São Paulo) [online]. 2016, n.174, p. 166.

No final do século XVIII, organizou-se a construção de um armazém em Santos, para que houvesse uma alternativa para o abastecimento de sal na Capitania de forma que não ficasse somente na mão de negociantes particulares e até mesmo de remessas de sal para vilas de Serra Acima, que seriam encarregadas de suprir o abastecimento de seus cidadãos, mas parece que também não foram eficazes. Segundo Bruno Aidar, essas novas medidas foram insuficientes para resolver os problemas de abastecimento do produto na Capitania, gerando um “círculo vicioso” que voltou a provocar a escassez do produto:

[...] o contratador não provia a quantidade obrigatória do contrato, algum tempo depois os atravessadores compravam a maior parte do sal no armazém de Santos e estocavam-no na expectativa de maiores lucros, seguia-se a restrição da oferta de sal e uma alta de preços ao consumidor final⁸⁴⁵.

Tal escassez afetava um setor crucial para a economia paulista no período: a produção de carne. O gado morria e os porcos não poderiam ser transportados sem a salga da carne. Nesse contexto, o fim do estanco do sal começou a ser pensado em finais do século XVIII, mas só foi implantado em 1801, juntamente com o fim da pesca da baleia. Assim, passaram a coexistir duas formas de se conseguir sal na Capitania: uma, pelas Juntas de Fazendas e Câmaras, e outra, pelos comerciantes particulares. As Juntas de Fazendas e Câmaras ditavam os preços para os comerciantes, uma vez que ninguém iria pagar a mais pelo produto. Tais preços eram regulados em Santos e as vilas de Serra Acima e os demais portos da Marinha deveriam acrescentar seus custos de transporte. Só poderiam comprar sal em Santos o administrador do gênero eleito por cada vila, as câmaras e os negociantes que ficavam numa posição marginal, pois não tinham mais como regular o mercado a seu favor, uma vez que outros agentes poderiam participar dele⁸⁴⁶. No entanto, o governador Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça não avaliou bem a efetivação das novas regras, pois julgou que as Câmaras não eram capazes de gerir corretamente a distribuição do sal, uma vez que seus interesses particulares falavam mais alto, gerando irregularidades. Diante disso, houve novas modificações no estatuto do sal, as quais destituíam as instituições locais da função de venda, deixando-as apenas com os encargos de supervisão, permitindo a qualquer pessoa o comércio desde que respeitasse o preço estabelecido, inclusive os negociantes que poderiam atuar no abastecimento do gênero paralelamente à Real Fazenda. Diante de todas essas modificações, acumulavam os tributos sobre o gênero. Essa última medida transferia os

⁸⁴⁵ Ibidem, p. 171.

⁸⁴⁶ Ibidem, p. 181-182.

custos adicionais de transporte concedidos às vilas de Serra Acima para um “[...] prêmio pago à fazenda Real [...]”, obrigando as câmaras a arcar tanto com um quanto com o outro, além do já citado imposto chamado “[...] cruzado do sal”⁸⁴⁷.

Nos finais de 1801, o dito governador expediu ordem para cobrança dos *Cruzados* nos portos de Ubatuba, São Sebastião, Itanhaém, Iguape, Cananeia, Paranaguá e Antonina e no porto seco de Cunha, que taxava o sal de Paraty. No ano seguinte, o recém-empossado governador Antônio José de Franca e Horta recebeu uma série de críticas ao imposto, principalmente pelas Câmaras do Vale do Paraíba. Só o registro de Cunha e de Lorena movimentava 22,5% do sal comercializado na Capitania, em 1802. A Câmara de São Luiz do Paraitinga destacou as implicações do tributo sobre a produção de porcos e a criação de animais; a de Guaratinguetá relatou que criadores estavam deixando o ramo pela decadência do preço do toucinho; tropeiros mineiros mudaram a rota que passava por Guaratinguetá e os portos da Capitania para não comprar sal inflacionado pelo imposto no retorno etc.⁸⁴⁸.

No entanto, não estava previsto, nas novas medidas do governador, que as vilas da marinha poderiam ser abastecidas por sal oriundo de outros lugares e não exclusivamente de Santos⁸⁴⁹. É aí que entra o carregamento de José Gomes de Gouveia. O valor do alqueire de sal baiano (\$470) saía muito mais barato que o comprado em Santos (1\$440 réis, em 1802⁸⁵⁰), o que, mesmo com o pagamento de todos esses impostos, ainda sairia mais barato que os preços correntes em São Paulo. Como já citado, El Olmo afirma que o valor do sal obrigou os luizenses a vender o porco vivo para amenizar o sobrecusto do sal, mas isso não funcionava para longas viagens. No caso da lancha de Gouveia e Silva, o toucinho “de taquara virada no meio”, remete ao produto defumado, o que parece ter sido uma solução nesse momento de carestia do sal.

Diante das mudanças acerca do estanco do sal, os Maços de população do início do século XIX começam a registrar esse comércio com o objetivo de acompanhar mais de perto os caminhos e descaminhos do sal na Capitania. A grande maioria dos que declararam comprar sal, no Maço de 1801, o fizeram em pequenas quantidades (de 1 a 4 alqueires) comprados “na terra”. O sal ofertado *na terra* era obtido nos portos de Paraty

⁸⁴⁷ Ibidem, p. 183.

⁸⁴⁸ Ibidem, p. 184.

⁸⁴⁹ Ibidem, p. 181.

⁸⁵⁰ Ibidem, p. 183.

e de Ubatuba. O mesmo José Bicudo de Castilho, que liquidou seu toucinho em Ubatuba, também comprou 2 alqueires de sal. O “negociante” Custódio Ferreira da Silva comprou 41 alqueires de Sal em Paraty a \$960 réis e “vendeu 11 alqueires” a 1\$600, a 1\$800 e o restante utilizou em sua casa. Nesse sobe e desce aos portos da Marinha, foram comprados 1.902 alqueires de sal em 1801, sendo que a lancha de Gouveia e Silva estava carregada com quase metade dessa quantia 5 anos depois. O seu correspondente José Pereira dos Santos também dizia que

O sal em Paraty vendeu, porém não com a saída e brevidade que desejamos, sabem que por todos os modos é muito melhor que não aqui que agora até querem que seja medido livremente para render nos cruzados e sem eles ficarão, mandei oferecer o sal em São Sebastião não querem por que não tem esperanças nenhuma de comércio do novo caminho⁸⁵¹.

Nota-se que havia pressão por parte dos portos da Marinha para poder amenizar o máximo possível “os cruzados”.

Esse comércio era também exercido por outros agentes mercantis dessas vilas de entremeio entre a Marinha e Serra Acima. José Pereira dos Santos dizia também que “[...] agora para a Bahia não se pode ir tanto por ir o barco do Macedo como por que de Santos vai outro carregado de toucinho e algum açúcar”⁸⁵². O sujeito referido era Antônio José de Macedo. No Maço de população de Cunha, de 1801, ele se declarou “[...] negociante em grosso [...]”, que “[...] compra e vende os principais gêneros que entram no giro mercantil, como escravos, açúcares, muares e bestas [...]”, além de “[...] rematar contratos Reais”. Macedo também produzia milho, feijão e arroz e toucinho e chegou a ter 47 cativos em 1809. Além disso, foi Coronel das vilas de Ubatuba, Paraty e Cunha (ou seja, dos dois principais portos do escoamento do Vale do Paraíba) e chegou a pleitear o título de Brigadeiro e o Hábito de Cristo, mas foi recusado pelo Conselho Ultramarino⁸⁵³. Nota-se como a missiva revela uma conexão entre os comerciantes nessa região no trabalho de interligação dos principais portos da América com as vilas de Serra Acima de São Paulo.

Em outras missivas, José Pereira dos Santos também escreveu sobre o sucesso da lancha. A de 22 de setembro de 1806, ele informa os preços pelos quais foram vendidos os produtos, com os quais montamos a seguinte tabela:

⁸⁵¹ APESP. Registro geral da câmara de São Luiz do Paraitinga (1806-1826) Código C09041, p. 57v

⁸⁵² Ibidem,

⁸⁵³ GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, Comércio e Tensões nas Vilas no Norte da Capitania de São Paulo...** p. 33.

Tabela 20: Comparação entre os valores de compra e venda dos produtos da *Lancha pela Invocação...*

Produto	Valor Comprado	Valor Vendido na Bahia
Toucinho	\$1280	2\$560 e 2\$880 @
Feijão	\$600 e \$800	2\$000 Alqueire
Fumo	\$900 a \$1000	2\$560 @
Milho	\$200	\$880 alqueire
“balainhos”	?	“com boa saída”
Cuias	?	“poucas saída, mas era[m] poucas e andavam por 12\$000” unidade
Azeite de Peixe	“45 medidas a 320”, ou seja, aproximadamente \$7, 11 réis	2\$560 a medida
Manteiga	?	180 e 160 a libra

Fonte: APESP. Registro geral da câmara de São Luiz do Paraitinga (1806-1826) Código C09041, p. 56 a 57v.

Pela comparação do preço de compra dos produtos em São Luiz do Paraitinga e região e a venda no mercado baiano, notam-se grandes porcentagens de lucro com destaque para os itens tradicionalmente classificados de “subsistência”, como o feijão, além do fumo e do azeite de peixe. Mas não só o mercado baiano era atendido pelo grupo. Além do sal, lembrava que ainda tinha armazenado “[...] um resto de vinho branco e azeite doce para vender [...]”, que remeterá 565 arrobas de ferro e que *mandou comprar* fio de algodão em Taubaté “[...] por ser bom gênero”. Outra informação transmitida por Santos era o andamento do comércio de café e fumo:

Tenho notícias que o café está em Buenos Aires a 6\$400 a arroba e os mais gêneros também em preço e que os ingleses seguem em tudo a ordem antiga dos Castelhanos sendo o fumo sempre contrabando por cujo motivo está ainda represado a embarcação do cirurgião Mor de Santos por levar fumos, e serão confiscados ainda no tempo dos castelhanos⁸⁵⁴.

O comércio entre a Capitania de São Paulo e a porção sul da América Espanhola remonta ao século XVII, como mostrou o trabalho de José Carlos Vilardaga⁸⁵⁵. Denise

⁸⁵⁴ Ibidem.

⁸⁵⁵ VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na era dos Felipes**. Conexões na América Meridional. São Paulo: Fapesp / Intermeio, 2014.

Aparecida Soares de Moura mostra, a partir da análise dos mapas de exportação do Porto de Santos, que o circuito mercantil interno foi mais consistente e contínuo do que o praticado com Portugal no início do século XIX devido à maior frequência de navios que aportavam em Santos e se dirigiam para outros portos continentais. No caso da aguardente, estudado pela pesquisadora, havia dois destinos: um do Atlântico sul, que movimentava o tráfico de escravos a partir do Rio de Janeiro, e outro, continental, “[...] que abastecia o mercado interno dos domínios da América portuguesa e as províncias platinas via Santos”⁸⁵⁶. Esses trabalhos mostram que as trocas comerciais feitas pelo luizenses não eram inéditas e que havia um mercado consolidado (com destaque para o contrabando) com a Bacia do Prata. No entanto, ele se destacou nas cartas aqui analisadas, pois a Inglaterra invadiu Buenos Aires em 24 de junho de 1806 e lá permaneceu até agosto. Houve uma segunda invasão, em junho de 1807, que também ocupou Montevideo, forçando a Espanha a abrir os ricos portos platinos ao “Sistema Internacional”, no bojo dos conflitos entre Inglaterra e França na Europa. Essas invasões incitaram também as primeiras ideias de emancipação política da região frente à Espanha⁸⁵⁷.

O trecho da carta sinaliza que nada teria mudado em relação aos comerciantes brasileiros durante o curto tempo da presença inglesa no Prata (inclusive o contrabando) e, portanto, José Pereira dos Santos era do

[...] parecer que a viagem de Montevideo ou Buenos Aires nos há de deixar utilidade; e que assim devemos empregar o dinheiro que veio da Bahia e algum que se apurar de Sal em açúcar, e água ardente, e café, e fazer despedir logo o barco, pois ainda que haja o frete do açúcar de fora melhor conta nos foi [...] ⁸⁵⁸

Moura, ao analisar o movimento das exportações no porto de Santos entre 1801 e 1807, conclui que “[...] o papel da capitania de abastecedora do mercado do continente é bastante relevante e esse movimento teve tendência progressiva e mais estável, ao contrário da agroexportação do açúcar, que decresceu a partir de 1806”⁸⁵⁹.

⁸⁵⁶ MOURA, Denise Aparecida Soares. De uma freguesia Serra Acima à Costa Atlântica: Produção e Comércio da aguardente na Cidade de São Paulo (1765-1822). **Topoi**, v. 13, n. 24, jan. -jun. 2012, p. 80.

⁸⁵⁷ BRIZUELA, Laura Emilse. Repensando as invasões britânicas a Buenos Aires sob perspectiva da Economia Política Internacional. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, volume 17, n. 3, 2018, p 49-52.

⁸⁵⁸ APESP. Registro geral da câmara de São Luiz do Paraitinga (1806-1826) Código C09041, p. 57v

⁸⁵⁹ MOURA, Denise Aparecida Soares. De uma freguesia Serra Acima à Costa Atlântica... p. 79.

A inserção dos luizenses nas redes coloniais representava-se no núcleo urbano. Havia uma infinidade de objetos trazidos por mercadores. O comerciante Antônio José das Neves, que levou fumo e toucinho para o Rio de Janeiro comprado de vários roceiros da vila, trouxe para liquidar na mesma: enxadas, serras, chapéus de Braga, pano azul, retroses, cangas, carneiras⁸⁶⁰, fio de sapateiro e cadarços de sapato. Da mesma forma, o “negociante” Custódio Ferreira da Silva, em retorno de sua viagem ao Rio de Janeiro, onde liquidou fumo comprado de vários roceiros da vila, trouxe consigo enxadas, chumbo, pregos, milheiro (sic.) de pau a pique, vinho, vinagre, bacalhau, azeitona e linhas de costura etc.

Outro aspecto desse comércio que devemos salientar é o contrabando. Uma primeira faceta dele é a conhecida “lei do porto único”. Bernardo José de Lorena (1788-1797) proibiu, em 1789, o comércio de cabotagem entre os portos da Capitania, concentrando a exportação da produção no porto de Santos e dali destinando-se a Portugal. Lorena justificava a ação, pois o comércio de cabotagem era prática corrente entre os paulistas e declarou dificuldade em “[...] evitar a saída dos efeitos de comércio [...]” com a Europa pelo Rio de Janeiro porque os paulistas teriam se tornado “[...] caixeiros dos do Rio”⁸⁶¹. O governador seguinte, Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802), em sentido contrário, liberou aos poucos o comércio de cabotagem: em 8 de Junho de 1798, autorizou o porto de Ubatuba, pois era o “[...] mais distante do Porto de Santos e mais decadente [...]”; em 28 de setembro, o de São Sebastião e metade da mercadoria existente em Santos; finalmente, em 22 de Novembro, permitiu a saída de todos os produtos desde que pagassem os Direitos Reais⁸⁶². Já Antônio José da Franca e Horta (1802-1811) retomou a lei de porto único de 1803 até 1807.⁸⁶³ Autores como Garrido e Mattos apontam que essas mudanças se relacionam com o aumento demográfico e a consolidação dos paulistas nas redes mercantis da Colônia, que afluíram interesses divergentes dentro da Capitania e no interior das vilas. Os governadores assumiam postos em lugares que já tinham redes mercantis constituídas, obrigando-os a

⁸⁶⁰ Tiras de couro que guarnecem chapéus masculinos pela parte interna ou em redor da aba.

⁸⁶¹ GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, Comércio e Tensões nas Vilas no Norte da Capitania de São Paulo...** p. 45.

⁸⁶² MATTOS, Renato. **Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. Dissertação de Mestrado. FFLCH, USP, São Paulo, 2009, p. 20-21.

⁸⁶³ Ibidem.

⁸⁶³ Ibidem, p. 148-150.

negociar e a firmar acordos com grupos regionais, o que explica ora o favorecimento de um (Santos e o Oeste Paulista com a lei de porto único) e ora de outro (vilas do Norte de São Paulo com o comércio de cabotagem)⁸⁶⁴.

Nesse sentido, a Câmara de São Luiz do Paraitinga e Cunha, ao saber que Castro e Mendonça seria substituído, enviou uma carta para a Coroa elogiando o governador e suplicando a prorrogação de seu governo. Com a entrada de Franca e Horta, em 1802, foi proibida a qualquer pessoa embarcar em algum dos portos desta capitania café, arroz, cacau, baunilha, farinha de mandioca, algodão, anil e couros que não seja para os portos do Reino ou para este fim, a partir de Santos. Um ano depois, também restringiu o comércio de arroz e de açúcar ao porto de Santos e os transgressores tinham de pagar o dobro dos direitos normalmente adquiridos. A Câmara de São Luiz reagiu diretamente à medida e o governador a respondeu, sugerindo que a riqueza das Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco se justificava, pois os lavradores dessas regiões já estavam seguros do destino certo de sua produção para o Reino, enquanto São Paulo ficava “[...] mendigando de terceiras mãos [...]” para dispor seus efeitos. Dizia também que a reclamação, em tese, era inválida, pois os produtores da vila “[...] vivem quase todos de criar porcos e plantas, fumos, que são efeitos não proibidos, nem contemplados” na ordem do governador.⁸⁶⁵

Numa comparação entre as restrições do governador e a lancha de José Gomes de Gouveia, podemos notar que ele não poderia liquidar café e açúcar nos portos platinos, e que ficava restringido ao porto de Santos, além do fumo proibido por aqueles. Da mesma forma, na carta já citada de 22 de setembro de 1806, na qual José Pereira dos Santos informou José Gomes de Gouveia e Silva sobre os preços dos produtos praticados na Bahia, há um alerta que “[...] estes preços não devemos participar a ninguém de Santos [...]” e menciona que “[...] os soldados da gente já ficavam pagos na Baía [...]”⁸⁶⁶ e a estranha menção ao carregamento de sal que “[...] não veio mais [...]”, pois disse o mestre “[...] que a medida foi boa e que a de crescer bastante”⁸⁶⁷. Por fim, na resposta do governador Franca e Horta aos camarários luizenses fica subentendido que não era apenas

⁸⁶⁴ GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, Comércio e Tensões nas Vilas no Norte da Capitania de São Paulo**...p. 60; MATTOS, Renato. **Administração e Negócios**... p. 75-78.

⁸⁶⁵ MATTOS, Renato. **Administração e Negócios**...p. 148-168.

⁸⁶⁶ APESP. Registro geral da câmara de São Luiz do Paraitinga (1806-1826) Código C09041, p. 56 a 57v.

⁸⁶⁷ Ibidem.

fumo e toucinho que os comerciantes transportavam, a ponto de reclamar ao governador de uma proibição que “em tese” não lhes afetava.

Sobre esse comércio ilegal, temos apenas pistas e elas se entrelaçam com o mercado de escravos. A primeira delas é a oitava carta, de 1808, transcrita no livro de Registros Gerais da Câmara de São Luiz do Paraitinga, a qual é assinada por um Antônio Alves de Azevedo da Bahia. Ele acusa o recebimento de algumas cartas de José Gomes de Gouveia e Silva, diz não ter conhecimento dos questionamentos feitos pelo mesmo e continua dizendo que

[...] só recebi carta de José Pereira e sei o que ele determinou na carta de ordens que tudo cumpri e nada tenho cá[.] Estou muito admirado deste sucesso só [?] o que digo é que José Pereira me deve a mim de 800\$ a 900\$ mil réis fora um escravo que lhe remeti para dispor só a notícia que tive foi quando ele foi para Montevidéu que me escreveu que não pode vender que o levava para o dito Montevideo e até agora não tive notícia do tido escravo, José Pereira nesta estava em boa respeitoação e tinha tudo o quanto carecia[,] queira deus Montevideo não seja a perdição dele, e mais alguns, pois se andam para esta pode ser que tivesse feito melhor negócio; o ano passado o toucinho deu este ano não o há⁸⁶⁸

Essa é a única carta não escrita por José Pereira dos Santos entre as oito contidas no livro da Câmara e nos dá pistas sobre o transporte de um escravo para Montevideo e as dificuldades de vendê-los devido aos problemas já expostos com a invasão da Inglaterra. Dez anos antes, uma longa carta do Capitão-Mor de Milícias, agregado à Companhia da vila de Ubatuba, nos dá pistas sobre o que era esse porto na virada do século XVIII para XIX:

[...] são nesta vila e na de São Sebastião frequentes e continuadas os contrabandos de Montevideo, cujas embarcações tanto de Espanhóis como de Portugueses contrabandistas a pretexto de fantásticas arribadas, e simulados despachos sempre foram apoiados pelos comandantes militares, demorando-se o tempo que lhes é preciso de dias e meses para os clandestinos transportes das fazendas e efeitos por lanchas do alto para a cidade do Rio de Janeiro e receber da mesma forma a carga de retorno⁸⁶⁹

Continuava dando exemplo de membros das ordenanças envolvidos nesse contrabando. Dizia que o Tenente Manoel Pereira “[...] o fez tão público [...]” que ficava a bordo das mesmas embarcações e nelas “[...] comia e bebia, recebendo dos espanhóis

⁸⁶⁸ APESP. Registro geral da câmara de São Luiz do Paraitinga (1806-1826) Código C09041, p. 64v a 65.

⁸⁶⁹ APESP. Ofícios Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba. Código C00298, pasta 1.1.368, Doc. 59-1-33.

várias iguarias e mimos [...], com eles negociando e trocando “[...] dinheiro e moeda deste reino por prata castelhana [...]” e ameaçando de punição os juízes ordinários que se achessem a denunciá-lo. Citou também que dois espanhóis aportaram na vila de São Sebastião, procurando pelo Tenente Coronel Cândido Xavier de Almeida Souza e esse os acompanhou até onde estava um navio que “[...] lá os conservou mais de 3 meses, sendo bem público que, vindo do Rio de Janeiro várias lanchas do alto, carregadas de negros novos para o dito navio, além de gêneros da terra como farinha e aguardente [...]. Também menciona a ligação do Coronel com o vigário da Vila nova de São Luiz, pois este seria sobrinho do dito e que levou a ele um cavalo, mas não estava em Ubatuba, então obrigou um dos seus subordinados a transportá-lo até São Sebastião⁸⁷⁰. É possível perceber que as galeras de Montevideo ficavam aportadas em alguma parte mais reservada da Marinha de Ubatuba, enquanto lanchas faziam o trabalho de levar seus efeitos para o porto do Rio e trazer escravos para reabastecimento. Ainda no caso do tenente Coronel, as ditas lanchas tiveram um “contratempo” perto da ilha de Búzios (hoje Ilha Bela) e tiveram que fazer “[...] descarrega na dita ilha. No desembarque morreram para cima de setenta escravos [...]”, no entanto o Tenente Coronel deu licença ao piloto de “[...] ir ocultamente à cidade do Rio de Janeiro para completar a carrega dos escravos [...]” para lotação do dito navio.

Ubatuba era um grande centro de contrabando. São vários os casos de desvio denunciados nos ofícios trocados com o Governo da Capitania: em janeiro de 1792, por exemplo, consta um ofício relatando desvio de efeitos na vila, sobretudo uma fazenda em Ubatumirim⁸⁷¹; em dezembro de 1804, outro documento atentava para a prisão de uns soldados que ficavam no meio do mato fazendo contrabando⁸⁷²; em 1805, houve a interceptação de umas lanças de pescaria pertencente a José de Souza Rosa, que carregavam ilegalmente gêneros proibidos para o Rio de Janeiro⁸⁷³ etc.

Entre os portos da Marinha e de São Luiz do Paraitinga também eram comercializados muitos escravos. No Maço de população de 1801, cerca de 67 deles foram registrados em transações comerciais na vila. Eles eram comprados “na terra”, em Cunha, em Ubatuba e no Rio de Janeiro. José Gomes de Gouveia, por exemplo, comprou

⁸⁷⁰ Ibidem.

⁸⁷¹ APESP. Ofícios Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba. Código C00298, pasta 1.1.368

⁸⁷² Ibidem.

⁸⁷³ Ibidem.

6 escravos em 1801, 4 do “comerciante” Antônio Francisco de Matos, de São Luiz, outro do Alferes Antônio Carvalho, da vila de Cunha, e o último, de Antônio Manoel de Carvalho, também de São Luiz. Já José Pereira de Castro (que detinha vários imóveis na rua da Quitanda e o filho construiu o sobrado nº 18 dessa mesma rua) comprou Joaquim e outros 2 escravos, chamados José em Ubatuba, de José de Campos Moreira. Antônio da Silva Roiz adquiriu 2 escravos “[...] Antônio comunda e João congo vindos do Rio de Janeiro”. Por outro lado, foram vendidos 31 escravos no ano de 1801, quase exclusivamente na vila, com exceção de Mariana Nunes de Siqueira, que vendeu a escrava Ana para Francisco José da Costa, de Taubaté, e outros para a vila de Cunha. Entre os que comercializaram predominantemente na vila, destaca-se o “roceiro” Manoel Pereira da Silva, que vendeu 10 escravos nesse ano:

Miguel que vendeu a Antônio de Souza desta vila, e comprou Francisco Crioulo escravo que foi de Ignácio Pires e Helena crioula comprada a José Pimenta de Carvalho. Caetano, Ana e Joana comprados a Tenente Francisco João Nogueira e João, João comprados a José Lopes desta vila e Antônio Pardo comprado a Antônio Moreira desta vila. Maria crioula comprada a Custódio Oliveira desta vila. Antônio Benguela e Felipe Banguela comprados ao Coronel Antônio José de Macedo da Vila de Cunha⁸⁷⁴.

Como já citamos, Antônio José de Macedo era outro dono de lancha nos portos da Marinha e foi Coronel das vilas de Cunha, Paraty e Ubatuba e parece ter substituído Candido Xavier de Almeida Souza depois das denúncias de facilitação de comércio de escravos com os montevidianos. Há, inclusive, uma carta dos oficiais da Câmara de São Luiz do Paraitinga a D. João, elogiando Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça pela escolha de Antônio José de Macedo para Coronel de Milícias e comandantes das vilas de Paraty e Ubatuba⁸⁷⁵. No entanto, ele também não permaneceu muito no cargo. Em portaria de 1802, o recém-empossado governador Franca e Horta destituiu Macedo do cargo e, no mesmo dia, expediu outra portaria solicitando a José Gomes de Gouveia “[...] pela graduação de seu posto [...]” assumir a responsabilidade pela vila de Ubatuba⁸⁷⁶. Ou seja, esses cargos de alta patente das ordenanças, que deveriam se encarregar da fiscalização dos portos, revezavam na mão dos mesmos comerciantes que faziam contrabando para os portos continentais e platinos. E assim parece ter sido. Segundo os mapas de entrada e saída de navios do Porto de Ubatuba, consta pelo menos até 1822 o

⁸⁷⁴ APESP. Maços de População de São Luiz do Paraitinga. 1801. Rolos 179 a 182.

⁸⁷⁵ AHU. ACL_CU_023, Cx. 17, Doc. 856. 01/06/1801

⁸⁷⁶ DI, Vol 65, p. 12-13

responsável pela lancha de Gouveia, que foi José Pereira dos Santos⁸⁷⁷, o que denota que essas trocas legais e ilegais continuaram no decorrer do século XIX.

Tabela 21: Número de escravos arrolados e percentual de crescimento a partir dos inventários de São Luiz do Paraitinga (1800-1850)

Anos	Nº de Inventários	Nº Escravizados	Relativo %	Aumento %
1800 a 1810	17	71	3,7	0
1811 a 1820	21	143	7,4	201,4
1821 a 1830	49	339	17,6	237,1
1831 a 1840	79	581	30,1	171,4
1841 a 1850	126	797	41,3	137,2
Total	292	1931	100,0	

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

A primeira constatação que devemos fazer acerca da **Tabela 21** é que os números estão subestimados, uma vez que foram computados os planteis apenas daqueles que morreram em um determinado ano ou década e não a totalidade de sua população. Só no Maço de 1801, por exemplo, foram arrolados 196 escravos na vila, enquanto os inventários indicam 71 para a década. No entanto, eles nos permitem saber sobre o aumento da aquisição de escravos num período em que os Maços já não registram mais essa informação. Na coluna 3, encontramos o crescimento relativo em dados percentuais. Essa coluna representa a porcentagem de participação de cada década na contabilização do todo. Nota-se que as duas últimas décadas contabilizam aproximadamente 70% de todos os registros de escravizados, percentual superior ao registrado nas três décadas anteriores. A quarta coluna representa o aumento percentual. Ela começa com zero, pois o valor inicial representa o início da contagem. Os valores seguintes representam o percentual de aumento relativo de uma década para outra. Ou seja, da década de 1810 para a década de 1820, houve um aumento de 201,4% no número de escravizados nos inventários. Em ambas as colunas, nota-se que a aquisição de escravos aumentou progressivamente no período estudado. Diferentemente de Rangel, que observou “[...] um período de dificuldades [...]” e de “[...] estagnação econômica [...]” no momento de substituição do açúcar/fumo pela suinocultura na vila de Taubaté, a vila de São Luiz continuou crescendo e adquirindo escravos durante todo o período, pois essa produção estava ligada a uma rede comercial e urbana estruturada ao longo do século XVIII, conforme viemos demonstrando desde o capítulo 1.

⁸⁷⁷ APESP. Ofícios Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba. Código C00298, pasta 1.1.368. Doc. 59-1-169.

Em 1850, foi homologada a lei Eusébio de Queiroz e a proibição do tráfico de escravos, condicionando o aumento no valor dos mesmos. No inventário de Ignácio Lopes de Camargo, de 1847, por exemplo, cada escravo foi avaliado na faixa de 300 a 600 mil réis; no de José Lopes Figueira, de 1853, os valores giraram em torno de 600 a 900 mil réis; no inventário de Manoel Pereira de Castro, de 1857, entre 1 conto e 1 conto e meio de réis. Com essa estrutura comercial já formada, não seria difícil para essas famílias conseguirem coordenar o envio de escravos da marinha para Serra Acima de forma oculta. Ana Maria Mathias Boccia e Eneida Maria Malerbi relatam pistas desse comércio ilegal. Em 1856, o Ministério da Justiça do Governo Provincial expediu ordem para Paraibuna e São Sebastião promoverem uma “[...] investigação minuciosa acerca de um desembarque clandestino de negros provenientes dos Estados Unidos [...]” ocorrido em algum ponto da costa entre Santos e São Sebastião, nos arredores do rio Una. Concluíram que a praia do Sahy era mais indicada para isso, pois, além de oferecer segurança aos contrabandistas, ficava perto de uma ilha que, em caso de emergência, poderia abrigar os africanos (Ilha do Montão de Trigo). Também, havia uma estrada que ligava Sahy à praia de Toque-Toque Grande e de lá um cruzamento de trilhas pouco conhecidas que “[...] permitia o ingresso tanto em São Luiz do Paraitinga como em Paraibuna”⁸⁷⁸.

Nesse mesmo ano, causou “expectação” entre os luizenses o fato de Ana Joaquina de Gouveia (filha de José Gomes de Gouveia e moradora do bairro do Chapéu, rio abaixo) ter levado para batismo, durante uma missa, três africanos “novos” que estavam na sua propriedade. Segundo o relatório do chefe de polícia encarregado do caso, eles estavam

[...] nus da cintura para cima, e com toalha ao pescoço cada um, e que não se demovêrão diante da expectação que isto causou, e da manifesta indicação que a presença dos baptisandos dava de sua qualidade de boçaes [...]

As autoras relatam também que as autoridades locais responsáveis por averiguar o caso eram “[...] subordinadas aos potentados da região [...]” e se recusavam a declarar qualquer fato que comprometesse seus parentes: o subdelegado e o delegado eram irmãos e ligados aos Gouveias; o Juiz municipal era “[...] homem de comércio e particularmente afeiçoado às influências locais [...]”; a força da Guarda Nacional “[...] está sob o comando

⁸⁷⁸ BOCCIA, Ana Maria Mathias; MALERBI, Eneida Maria. O contrabando de escravos para São Paulo. *Revista de História*, Vol. LVI, Ano XXVIII, Nº112, Out-Dez, 1977, p. 351

dessas mesmas influências [...]”, os guardas policiais, os escrivães e oficiais de justiça igualmente “[...] sob pressão de tais circunstâncias”⁸⁷⁹.

Como vimos, é no seio dessas famílias que foram construídos os principais sobrados de São Luiz do Paraitinga. Antônio José das Neves era comerciante radicado na vila desde o século XVIII. Seu filho, Manoel José Pereira, assumiu o ofício do pai, negociava escravos, acumulando um plantel de 30 no momento de sua morte e foi construtor do considerado primeiro sobrado de São Luiz, na rua da Quitanda Nº 17. O Capitão José Pereira de Castro trabalhou com cana, plantou café e acumulou, ao longo da vida, 43 escravos. Seu filho, Joaquim Pereira de Castro, foi responsável pela construção do imóvel nº 18, e seu irmão, o Alferes Manoel Pereira de Castro, construiu um sobrado na rua do Rosário e morreu, possuindo 49 escravos. José Gomes de Gouveia e Silva morreu com 55 escravos e uma rede comercial que foi transmitida para o filho José Alexandre Gomes de Gouveia que, juntamente com os irmãos, foi responsável pela construção de dois sobrados na Praça e que esteve envolvido nas contendas da Igreja e da Cadeia (nº45 e o vizinho). Manoel Domingues de Castro morreu com 69 escravos, com vários animais de tropa e seu filho, Coronel José Domingues de Castro, construiu o sobrado da Praça, nº 45, assim como Manoel Jacinto Domingues de Castro – o Barão de Paraitinga – responsável pelo sobrado nº 23 da rua da Quitanda e, juntamente com o irmão Bento, pelos sobrados gêmeos da Rua da Ponte/Direita. José Lopes Figueira era comerciante e, no seu inventário, foram arrolados 50 escravos e sua esposa, quinze anos antes, morreu com 69 cativos. Seu filho, Vitoriano Lopes Figueira de Toledo, e seu parente, Lúcio Lopes Figueira, foram responsáveis pela construção de vários imóveis e casarões na rua da Cadeia e na rua lateral à Matriz.

Quase todos esses nomes também se envolveram com a cafeicultura, mas, como vimos, na década de 1850 (momento em que Milliet aponta como de sua maior produção), a cidade ocupava posição coadjuvante em comparação às outras vilas do Vale do Paraíba e, décadas depois, do oeste paulista. Marcondes, ao analisar a posse de escravos no Vale do Paraíba, em 1870, sugere que Bananal seria o exemplo mais próximo do que foi a organização da produção de tipo *plantation* cafeeira, mas

[...] para algumas localidades do vale, a cafeicultura não assumiu a função vital que tinha na maioria. Um caso nesse âmbito foi o município

⁸⁷⁹ Ibidem, p. 334.

de São Luís do Paraitinga, que se distinguiu dos demais pela pouca relevância da produção de café⁸⁸⁰.

Essa pouca relevância dentro da cafeicultura contrasta com a riqueza de seu casario que, como vimos, vincula-se à integração da vila às redes mercantis e urbanas do centro sul da América na virada do século XVIII para o XIX, na qual a vila abastecia o Rio de Janeiro e a Bahia, cuja produção era destinada tanto ao suprimento dessas cidades quanto ao atlântico sul por meio do tráfico de escravos, bem como o mercado continental que atendia vários pontos, como as províncias platinas. No retorno, esses homens abasteciam a vila e a região com uma série de objetos de luxo e escravos. A exemplo das negociações de José Gomes de Gouveia e Silva, o café, no começo, aproveitou essa estrutura mercantil organizada ao compor mais um produto dentre todos aqueles comercializados. Com o avançar do século XIX e com o desenvolvimento da cultura cafeeira, houve um rearranjo econômico em várias áreas da província de São Paulo, no qual as forças produtivas existentes foram sendo canalizadas progressivamente para o plantio da rubiácea até concentrar parte significativa da produção (como em Taubaté e Bananal). No entanto, em outras áreas, o plantio de café apareceu como atividade não preponderante convivendo com uma economia mercantil destinada ao mercado continental já bem constituída.

Dois eventos abalaram diretamente essa estrutura mercantil montada pelos mercadores das vilas da Serra do Mar. O primeiro deles é a ferrovia. Monteiro observa, nos relatórios da Assembleia da Província, que, no começo da década, o transporte ferroviário já vinha sendo debatido. No relatório de Antônio da Costa Pinto Silva, já estava prevista a construção da Estrada de Ferro Pedro II, que ligaria a estação de Cachoeira Paulista até o Rio de Janeiro, e a Estrada de Ferro Rio-Grande a Jacareí, que ligaria o Alto Paraíba à linha de Santos/Jundiaí⁸⁸¹. Essa última chegou em Jacareí em julho de 1876; em agosto, a São José dos Campos; em dezembro, a Taubaté; em janeiro de 1877, a Pindamonhangaba; em maio, a Guaratinguetá e, finalmente, em julho de 1877, encontrou a estação de Cachoeira⁸⁸². A ferrovia mudou totalmente o eixo produtivo da região que, durante toda a sua história, sempre esteve perpendicular ao rio Paraíba. Nesse

⁸⁸⁰ MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n° 29, 2002, p. 69.

⁸⁸¹ Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga...** p. 530.

⁸⁸² SCHMIDT, Carlos Borges. A projetada ferrovia entre o Vale do Paraíba e o Mar. **Revista de História**; Vol. VI. São Paulo. 1953. p. 143.

contexto, só restava para esses potentados conseguir articular via Governo da Província um liame com esse projeto. Para Carlos Borges Schmidt

[...] quando ainda se planejava e organizava a estrada de ferro São Paulo-Rio de Janeiro, já os fazendeiros da região, prevendo o que sucederia tão logo a mesma entrasse em funcionamento, cuidaram de dar todo o apoio necessário para a construção de uma ferrovia que partindo de Ubatuba fosse ter ao Vale do Paraíba⁸⁸³

Com o “apoio dos fazendeiros da zona” foi submetido um projeto de construção de ferrovia, ligando Ubatuba a Guaratinguetá, aprovada pelo Governo em 1874, em que o governo provincial daria a garantia de juros. Embora a Assembleia tenha aprovado o projeto, ele não foi assinado pelo Governo e caducou em 1897. Houve um segundo projeto aprovado pela lei orçamentária de 1888, no qual Ubatuba seria ligada a Taubaté, passando por São Luiz do Paraitinga. Organizou-se, para a construção, a Companhia Estrada de Ferro Norte de São Paulo, em setembro de 1890, com inclusive festa de inauguração e convidados ilustres da Capital da recém-inaugurada República. Os trabalhos se iniciaram, mas os custos da obra saíram mais caros que o orçamento e a ferrovia não foi concluída. Até hoje restam vestígios dessa construção entre os municípios de Ubatuba e Taubaté.

O abalo final nessa teia mercantil foi o fim da escravidão no Brasil, em 1888. No jornal *Diário do Rio de Janeiro*, de 21 de agosto de 1871, nas “publicações a pedido” havia um artigo intitulado “elemento servil”, no qual encontrava-se um abaixo assinado feito por “[...] lavradores e proprietários residentes em São Luiz do Paraitinga [...]” se posicionando contra a lei do Ventre Livre, que seria publicada no mês seguinte. O rol de assinaturas era encabeçado pelo comendador Manoel de Aguiar Vallim (um dos maiores traficantes de escravos do Vale do Paraitinga no século XIX), seguido do Barão de Paraitinga e de todos os sobrenomes das famílias já mencionadas anteriormente, alguns deles já na terceira geração, como José Antônio Rodrigues Guerra (casarão na rua da Praça), Anacleto Lopes de Figueira (filho de José Lopes Figueira) e Antônio Paulo Gomes de Gouveia etc. Nesse texto, ressaltavam a “[...] indeclinável necessidade [...]” de serem ouvidos os que representavam “[...] a lavoura do país, sua principal senão única fonte de riquezas [...]”, pois são “[...] sem dúvida mais aptos do que os poetas e os filósofos para apontarem à pátria o dia preciso da sua regeneração [...]”, no entanto apenas se tem ouvido

⁸⁸³ Ibidem, p.144.

os “[...] filantropos [...]” que queriam arrastar “[...] o país inteiro a uma revolução [...]”. Terminam o texto com a seguinte questão:

Se o projeto, enfim, importa como os abaixo assinados creem, a emancipação forçada e imediata [da escravidão], quais são, e onde estão decretadas as medidas tendentes a evitar a catástrofe que se antevê iminente?⁸⁸⁴

A conjugação entre a mudança do eixo de escoamento da produção regional e o fim da escravidão impactaram nas dinâmicas comerciais da vila e também no processo de mudanças urbanas. Seu processo de crescimento e de alteamento parecem se estancar nesse período e a cidade conserva-se materialmente até, décadas depois, ser ressignificada pelos órgãos de preservação.

⁸⁸⁴ Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro de 21 de agosto de 1871. Elemento servil, p. 2.

Considerações finais

A presente tese buscou abordar a história da urbanização da Capitania de São Paulo a partir dos conceitos de *urbanização*, de *rede urbana* e de *escala de análise*. O primeiro nos permitiu entender o processo de urbanização a partir de um sistema interligado, no qual o crescimento ou o decréscimo de uma unidade depende da sua maior ou menor interligação com as demais. O conceito de escala de análise possibilitou abordar o tema em questão em três recortes diferentes a partir da cronologia proposta: nos Capítulos 1 e 2 a escala da Capitania de São Paulo; no Capítulo 3, a escala da região do Vale do Rio Paraíba; no Capítulo 4, a escala da vila de São Luiz do Paraitinga e, finalmente, no Capítulo 5, a interligação entre as escalas anteriores.

No Capítulo 1, realizamos uma revisão historiográfica acerca dos principais autores que abordaram a questão da urbanização de São Paulo, no sentido de mostrar que as ideias de decadência econômica e de esvaziamento demográfico têm sido questionadas para dar lugar a pesquisas que têm demonstrado uma sociedade complexa e uma economia diversificada para o período colonial. No entanto, ainda perdurava a questão do porquê de não terem sido criadas vilas em São Paulo na primeira metade do século XVIII. Dessa forma, buscamos analisar o caráter político que envolvia a criação de vilas no período e que elas não eram o único elemento que constituía a rede urbana da Colônia. Em seguida, discorremos sobre o que significava criar uma freguesia no período colonial e quais as implicações territoriais de sua criação. Mostramos também que surgiram diversas freguesias no período em questão e que critérios econômicos e demográficos estavam envolvidos na eleição das localidades que receberiam tal *status*. Pautado nesses dados, pudemos afirmar que não houve estagnação no processo de urbanização de São Paulo e que a dinâmica socioeconômica apontada pela nova historiografia norteou a criação de freguesias em vários pontos da Capitania.

No Capítulo 2, buscamos investigar a Capitania de São Paulo, na segunda metade do século XVIII, não com uma ruptura com o período anterior, mas como um período de reorganização administrativa do Império português pautada na racionalização administrativa e na busca de alternativas econômicas à crise da mineração. Nesse contexto, a Capitania é restaurada e seus governadores, para levar o projeto colonial a cabo, tiveram de tecer alianças com potentados locais já constituídos. O caso de Atibaia é exemplar nesse sentido, pois mostra existir um projeto de transformar a freguesia em

vila pelas elites locais, o que apenas se realizou anos depois, com a Restauração. Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu também foram casos interessantes para pensar o campo de forças que envolvia elites locais e governadores na tarefa de criar uma vila e como isso gerou representações do espaço colonial que orientavam as ações das autoridades em prol do planejamento urbano da Capitania.

No Capítulo 3, recortamos as “vilas do Norte da Capitania de São Paulo” com o objetivo de entender quais foram as ações urbanizadoras dos governadores da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Identificamos que as vilas e freguesias criadas se localizavam em lugares estratégicos para o projeto colonial, pois visavam controlar atividades econômicas que envolviam comércio e mineração. Além disso, os índios dessas povoações serviram de força de trabalho tanto para colonos, que subtraíam cada vez mais os aldeamentos, como para o projeto colonial, direcionando os indígenas para as novas povoações ou para trabalharem nas novas construções erguidas no período.

Na segunda parte desse capítulo, exploramos o cotidiano da criação da vila de São Luiz do Paraitinga em relação às orientações registradas nos ofícios dos governadores e com a bibliografia que abordou a temática, buscando entender em que medida o discurso sobre a urbanização de São Paulo se efetivou no dia a dia da construção da cidade. Da mesma forma, abordamos a construção da Casa de Câmara e Cadeia e a reconstrução da Igreja Matriz (que resultou numa alteração substancial da vila) com objetivo de compreender qual foi o papel dos agentes locais na constituição do núcleo urbano e qual foi o peso do projeto iluminista ou pombalino na efetivação da vila na primeira metade do século XIX.

No Capítulo 4, buscamos realizar uma arqueologia da paisagem de São Luiz do Paraitinga por meio da prospecção e da sistematização de várias séries documentais que guardam vestígios da materialidade urbana da cidade, tais como inventários, testamentos, impostos prediais etc. Tal cruzamento possibilitou compreender a cidade em processo, observando as transformações na materialidade urbana como o alteamento da região da praça, juntando lotes e destruindo o casario anterior; a expansão da vila sobre as chácaras nos arredores da rua Direita e das terras do “Concelho” bem como a ocupação do Morro do Rosário, gerando diversos conflitos de vizinhança devido à delimitação dos quintais e ao escoamento das águas urbanas. As Décimas Urbanas mereceram atenção especial, pois foi possível espacializá-las hipoteticamente, rua a rua e lote a lote. A partir de plantas cadastrais produzidas pelo IPHAN, criamos mapas georreferenciados, que revelaram a

sociotopografia da cidade, a vinculação das mudanças materiais urbanas com as atividades de seus proprietários, a ação dos agentes locais nas transformações urbanas e os usos desses imóveis, sobretudo, aqueles com finalidade comercial.

Por fim, o Capítulo 5 foi o fechamento da tese, pois inter-relacionou as escalas dos capítulos anteriores por meio das atividades econômicas dos luizenses e suas relações com a materialidade urbana de São Luiz do Paraitinga. Abordamos também o que era o espaço periurbano ou Termo da cidade, os bairros rurais que o compunham, como se espacializava a produção agrícola e quais foram as transformações materiais dessa produção a partir do crescimento de sua economia na primeira metade do século XIX.

Em conclusão, a presente tese demonstrou, em longa duração e em diversas escalas, que a urbanização de São Paulo foi um processo contínuo mesmo no período em que não foram criadas vilas na Capitania. Da mesma forma, esse processo é múltiplo, pois envolveu diversos agentes, muito deles colonos, que atuavam em favor e contra os interesses régios no processo de criação de vilas e freguesias. Ele também foi verificável no intraurbano de São Luiz do Paraitinga, cujas normativas e projetos passavam pelo crivo de grupos locais que tiveram papel significativo no modelamento da vila e na constituição de seu casario. Embora muitos donos de imóveis urbanos tenham se envolvido com a produção cafeeira, as atividades comerciais foram a maior fonte de renda daqueles potentados. Essas atividades ganhavam proporções continentais e tiveram impacto direto na materialidade urbana da cidade que se transformou radialmente entre 1830 e 1870. O advento da ferrovia e a abolição da escravidão abalaram sensivelmente a estrutura mercantil da vila e, conseqüentemente, as transformações urbanas. Depois disso, parece ter havido poucas transformações em seu casario até a chegada dos órgãos de preservação patrimonial algumas décadas depois.

Bibliografia

- Documentos cartográficos.

Carta Geographica de Projeção Esférica da Nova Lusitania ou America Portuguesa Estado do Brazil. Direcção dos Serviços de Engenharia (Lisboa). [Carta Geral do Brasil]. – Escala [ca.1:2 600 000], 5 graus de latitude = [21.7 cm]. –, [1797]. – 1 mapa em 16 folhas coladas : ms., color. ; 199 x 202 cm. *in*: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do museu paulista. vol.17 n.2. São Paulo: Jul/Dec. 2009. p.278.

Cidade São Luiz do Paraitinga. Documento eletrônico disponibilizado com o ambiente GOOGLE EARTH. Acesso em: 28 jan. 2012.

COMISSÃO GEOLÓGICA E GEOGRÁFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa do Município de São Luiz do Paraitinga.** 1945. Arquivo do Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo.

MONTEZINHOS, Antônio Rodrigues. **Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo.** 1791-1792. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. *in*: BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do museu paulista. vol.17 n.2. São Paulo: Jul/Dec. 2009. p.271.

COLOMBINA, Francisco Tosi. **Mappa da Capitania de S. Paulo e seu sertão, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados das Minas Geraes, como tambem o Caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens, deleniado por.** Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Cartografia. Cart1033415. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br>> Acesso em: 26 out. 2012.

Planta Cadastral de São Luiz do Paraitinga. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2010.

- Documentação Escrita

Biblioteca Nacional (BN)

Diário do Rio de Janeiro de 21 de agosto de 1871. Elemento servil, p. 2.

Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (FFLCH-USP)

Décimas Urbanas de São Luiz do Paraitinga. Documento microfilmado. Rolo 500

Imposto sobre Portas e Janelas. 1865/1867. Documento microfilmado. Rolo 500.

Arquivo da Superintendência do IPHAN-SP

Pasta São Luiz do Paraitinga. Código PT00496 1590-T-10. 11/14.

Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Fundo São Luiz do Paraitinga. 1º Ofício Caixas de 1 a 61.

Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Ofícios de São Luiz do Paraitinga. Caixa – EPS/125, pasta: página 9, Código 39, Doc. 1913.

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Auto de Ereções de Capelas. São Luiz do Paraitinga. Cota: 1,2,7, pág. 147-167.

Arquivo Histórico Ultramarino

Brasil Avulsos. Minuta do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de melo e Castro ... 1777. Cx. 23. Doc. 1976.

Projeto Resgate Avulsos São Paulo. Carta dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo ao Rei (D. José I) de 17 de fevereiro de 1759. Código AHU_ACL_CU_023. Caixa 5. Doc. 305.

Projeto Resgate Avulsos São Paulo. Carta dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo ao Rei (D. José I) de 4 de dezembro de 1761. Caixa 5, Doc. 318.

Projeto Resgate Avulsos São Paulo. Carta dos oficiais da Câmara da cidade de São Luís ao Rei (D. João) de 1 de junho de 1801. Cx. 17, DOC. 856

Projeto Resgate Avulsos São Paulo. Carta dos Oficiais da Câmara de São Luís ao Príncipe Regente (D. João) de 01 de junho de 1801. Cx. 17, Doc. 856.

Projeto Resgate Avulsos São Paulo. Ofícios (cópias) dos oficiais, respectivamente, das Câmaras das vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luís do Paraitinga, Jacareí, Mogi das Cruzes e cidade de São Paulo a Martim Lopes Lobo de Saldanha de 18 de novembro de 1775. Caixa 7, doc. 397.

Projeto Resgate Goiás. Carta do (Governador e Capitão General de Goiás) João Manoel de Melo, ao rei (D. José) de 5 de maio de 1764. AHU_ACL_CU_008. Caixa 20, Doc. 1206.

Projeto Resgate São Paulo Alfredo Mendes Gouveia Carta de Dom Lourenço de Almeida ao Rei de 17 de janeiro de 1730. Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 16, doc. 16.

Projeto Resgate São Paulo Alfredo Mendes Gouveia. Carta do (Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça para (D. Maria I). AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 46, Doc. 3605 (1), p. 16-17.

Projeto Resgate São Paulo Alfredo Mendes Gouveia. Carta do Bispo de São Paulo D. Frei Manuel (da Ressurreição) de 23 de junho de 1774. Caixa 30, Doc. 2671.

Projeto Resgate São Paulo Alfredo Mendes Gouveia. Carta do Governador da praça de Santos Antônio de Sá Queiroga a D. João V. Cx. 19, Doc. 1884.

Projeto Resgate São Paulo Alfredo Mendes Gouveia. Consulta do Conselho Ultramarino sobre uma representação dos oficiais da Câmara da Cidade de São Paulo de 30 de setembro de 1762. Caixa 23, Doc. 2200.

Projeto Resgate São Paulo Alfredo Mendes Gouveia. Ofício do 3º Bispo de São Paulo D. Frei Manoel da Ressurreição para Martinho de Melo Castro. Caixa 37, doc. 3117

Projeto Resgate São Paulo Alfredo Mendes Gouveia. Representação dos oficiais de (Nossa Senhora do Rosário de) Paranaguá para (D. José I). Caixa 25, Doc. 2433 de 23 de julho de 1768.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Fundo São Luiz do Paraitinga. Atas da Câmara (1841-1867). Ordem: C09021.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Livro de Registro geral da câmara de São Luiz do Paraitinga (1806-1826) Código C09041.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Livro de Tombo de São Luiz do Paraitinga (1769-1852). Código C09045.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Ordenanças São Luiz do Paraitinga/Ubatuba (1721-1822), Código C00298, Pasta 1.1.373

Fundo São Luiz do Paraitinga. Registro geral da Câmara (1806-1826), Código C09041.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Vereanças – Livro 3. Ordem: C09011.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Vereanças – Livro VII – Legislação, Provimentos Gerais Código C09030.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Vereanças – Atas 1776-1829, Código C09019.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Vereanças de São Luiz do Paraitinga. Livro VII – Legislação, Provimentos Gerais Código C09030.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Vereanças, Livro 3. Ordem: C09011.

Fundo São Luiz do Paraitinga. Vereanças, Livro 3. Ordem: C09011.

Maços de População de Cunha. Rolos 49-52.

Maços de População de Guaratinguetá. Rolos 55 a 67.

Maços de População de São Luiz do Paraitinga. Rolos 179 a 182.

Ofícios Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba. Código C00298, pasta 1.1.368.

Ofícios da Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga. Código C00298.

Ofícios de São Luiz do Paraitinga. Código: C00298/1.1.373.

Ofícios de São Luiz do Paraitinga. Código C0233.

Seção de Fotografias. Fotos São Luiz do Paraitinga.

Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo (ACMSP)

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1750-1763). São Paulo: Tipologia Piratininga, 1920, Vol. 1.

Biblioteca Nacional (BN)

Arquivo de Mateus. Doc. 22, I-30, 27, 19.

Arquivo de Mateus. Doc. 124. I-30, 09, 42 nº 9

Arquivo de Mateus. Doc.128. I-30, 09, 42, nº 13.

Arquivo de Mateus. Doc. 138. I-30, 09, 42, nº 23.

Arquivo de Mateus. Doc. 24, I-30, 10, 14 nº 1.

Arquivo de Mateus. Doc. I-30, 10, 14 nº 4.

Arquivo de Mateus. Doc. I-30, 10, 14 nº 2.

Arquivo de Mateus. Doc. I-30, 10, 14 nº 3.

Arquivo de Mateus. Doc. I-30, 10, 14 nº 6.

Arquivo de Mateus. Doc. I-30, 10, 14 nº 4.

Arquivo de Mateus. Doc. 28, I-30, 10, 14 nº 5.

Arquivo de Mateus. Doc. 28, I-30, 10, 14 nº 5

Arquivo de Mateus. Doc. 28, I-30, 10, 14 nº 5

Arquivo de Mateus. Doc. 25, I-30, 10, 14, nº 2

Arquivo de Mateus. Doc. 25, I-30, 10, 14, nº 2

Arquivo de Mateus. Doc. 26, I-30, 10, 14, nº 3

Arquivo de Mateus. Doc. 28, I-30, 10, 14 nº 5.

Arquivo de Mateus. Doc. 114, I-30, 12, 17, nº 29.

Arquivo de Mateus. Doc. 64, I-30, 13, 12, nº 40.

Arquivo de Mateus. Doc. 75, I-30, 13, 12, nº 51.

Arquivo de Mateus. Doc. 14. I-30, 15, 8, nº 1.

Arquivo de Mateus. Doc. 135. I-30, 15, 37, nº 2.

Arquivo de Mateus. Doc. 42. I-30, 17, 12, nº 6.

Arquivo de Mateus. Doc. 44. I-30, 17, 12, nº 4.

Arquivo de Mateus. Doc. 93. I-30, 22, 9 nº 4.

Arquivo de Mateus. Doc. 102, I-30, 22, 11, nº 2.

Arquivo de Mateus. Doc. 30. I-30, 23, 29.

Arquivo de Mateus. Doc. 98, I-30, 10, 27, nº 8.

Documentos publicados

ALESP. **LEI N. 817 DE 22 DE ABRIL DE 1865.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1865/lei-70-22.04.1865.html>>. Acesso em: 15 set. 2017. (Grifos nossos).

ALVARÁ DE 27 DE JUNHO DE 1808. CRÊA O IMPOSTO DA DECIMA DOS PREDIOS URBANOS. In COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

ALVARÁ DE 3 DE DEZEMBRO DE 1810. REGULA O LANÇAMENTO E COBRANÇA DA DECIMA URBANA. IN COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho:** Correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936- 1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981

APESP. Publicação oficial de Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Volumes: 8, 11, 14, 17, 19, 20, 23, 28, 30, 31, 33, 34, 40, 47, 64, 65, 70, 72, 73, 76, 84, 92.

BRASIL, LEI Nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 que Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Artigo 60. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm>. Acesso: 02 abr. /2019.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Capítulo VI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 29 dez. 2019.

BRASIL. DECRETO N. 157 – DE 4 DE MAIO DE 1842 Dá Instruções sobre a maneira de se proceder às Eleições Gerais, e provinciais. Capítulo I. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/386137/publicacao/15633544>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

Carta de 14 de outubro de 1722 “Sobre a vila do Papagaio” **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Nº 31, 1980, p. 131-132.

Carta de 18 de abril de 1722 “Sobre não serem Convenientes mais criações de Vilas neste governo”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Nº 31, 1980, p. 113-114.

CASAL, Manuel Aires de. **COROGRAFIA BRASÍLICA OU RELAÇÃO HISTORICO-GEOGRAFICA DO R E I N O DO B R A Z I L COMPOSTA E DEDICADA A SUA MAGESTADE FIDELÍSSIMA P O R HUM PRESBITERO**

SECULAR DO GRAM PRIORADO DO CRATO. Tom. I. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (SERES). Anuário Católico do Brasil. Rio de Janeiro: CERIS, 2015. 14ª edição

CONDEPHAAT. **Álbum comparativo de fotos de São Luís do Paraitinga.** Fotos Antigas e Novas. São Paulo: No prelo, 2015.

CONDEPHATT. **Estudo de preservação e tombamento do Núcleo Histórico de São Luiz do Paraitinga.** Nº do processo 22066. São Paulo: CONDEPHAAT, 1982.

DECRETO DE 17 DE SETEMBRO DE 1834. ORDENA QUE FIQUE PERTECENDO À FREGUEZIA DE SANTA RITA A RUA NOVA DO LIVRAMENTO. IN COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>>. Acesso em: 14 set. 2017

DECRETO Nº 152, DE 16 DE ABRIL DE 1842. DANDO REGULAMENTO PARA A ARRECAÇÃO DA DECIMA URBANA. IN COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

DECRETO-LEI Nº 311, DE 2 DE MARÇO DE 1938 Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro]. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

Discurso com que o Il. E Exc. Senhor Dr. José Antônio Saraiva Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembleia legislativa da Província de São Paulo no dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo, Tipografia 2 de dezembro, 1855.

DISCURSO Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos de Culturais, 1994.

IPHAN. Processo de tombamento da casa natal do Oswaldo Cruz. Proc. Nº 452-T, 1955. Disponível em <http://acervodigital.iphan.gov.br>.

LUNE, Antônio José Baptista de; Fonseca, Paulo Delfino da. **Almanak da Província de São Paulo para 1873.** São Paulo: Typographia Americana, 1873.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio D'um quadro estatístico da Província de São Paulo Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837.** São Paulo: Typographia Costa Silveira, 1838.

RESSURREIÇÃO, D. Fr. Manuel da. Relação Geral da diocese de S. Paulo, suas comarcas, freguesias, usos e costumes. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**, vol. IV, 1898-99, São Paulo: Typ. Andrade, Mello & Cia., pp. 351-415

SANTA MARIA, Frei Agostinho de. **Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora**. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2000

VON WEECH, J. Friedrich. 1827. **Agricultura e o comércio no sistema colônia**. São Paulo: Martins Fontes, 1992

Livros, artigos, teses e dissertações

AGUIAR, Mario. **São Luiz do Paraitinga – usos e costumes**. 2ª Edição. São José dos Campos: JAC, 2011.

AGUIAR, Mário. São Luís do Paraitinga (usos e costumes). **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, nº CXXI, p. 7-66, 1949.

AIDAR, Bruno. A abolição do estanco do sal e a arquitetura de poderes na Capitania de São Paulo, 1795-1806. **Revista de História** (São Paulo) [online]. 2016, n. 174.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia: 1750-1808. In Bethell. Leslie (org.) **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, Brasília: FUNAG, 1998.

ALLUCCI, Renata Rendelucci; SCHICCHI, Maria Cristina Da Silva. São Luiz do Paraitinga: o imaginário fundacional e suas projeções. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 27, n.15, 2019.

ALVARENGA, Luciano da Silva. **A vida no fio da enxada**: Agricultura de alimentos em Taubaté (1798-1835). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 2001

ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da Pobreza**: A manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729). Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1999.

ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civil, decorosas e úteis para o bem comum a coroa e dos povos. **Anais do Museu Paulista**, V. 20, n.1 jan-jun, 2012.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 549-566, Sept. 2017.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, v. 14, n. 1, Juiz de Fora, jan. – jun, 2008.

BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**– Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

BELLOTTO Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial**: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775). 2ª Ed. São Paulo: Editora Alameda, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli Política indigenista no Brasil colonial (1570-1757). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 29, p. 49-60, 31 dez. 1988.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v.18, n.36, 1998.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681 – 1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil**: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo: Alameda, 2010.

BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano**: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817). Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP: São Paulo, 2013.

BORSOI, Diogo Fonseca. **Por dentro de mapas e planos**: práticas cotidianas e dinâmica urbana em Mariana–MG (1740-1800). Monografia (Bacharelado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2008.

BOSCHI, Caio César. As visitas diocesanas e a inquisição na colônia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 7, Nº 14, mar/ago, 1987.

BRIZUELA, Laura Emilse. Repensando as invasões britânicas a Buenos Aires sob perspectiva da Economia Política Internacional. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, volume 17, n. 3, 2018.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. As ciências e a construção do território do Brasil. KURY Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (orgs.) **Ensaio de história das ciências no Brasil**: das luzes à nação independente. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Lisboa pombalina: em que medida iluminista? **Oculum Ensaio**. Nº 3 Revista de Arquitetura e Urbanismo. CEATEC Puc-Campinas, set. 2005,

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 99-130, 23 ago. 2016.

_____. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva Histórica**. São Paulo 1809-1950. São Paulo, FAUUSP, 2008

_____. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do museu paulista**. v.17, n. 2. São Paulo: Jul/Dec. 2009.

_____. O Brasil-Colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista? In: **Actas do Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana: ciudades, em el tempo: infraestructuras, territorios, patrimonio**. Santiago de Chile: Universidad de Chile/ Pontícia Universidad Catolica de Chile, 2016.

_____. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. **LABOR & ENGENHO**, v. 11, 2017.

_____. **A cidade como negócio**: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BUENO, Beatriz. **Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica**: São Paulo (1809 – 1950). São Paulo: EDUSP, 2016.

_____. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira: mestres de ofício, "riscos" e "traças". **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, p. 321-361, 1 jun. 2012

CABRAL, Oswaldo. Subsídios para a História Eclesiástica de Santa Catarina. A Diocese de Florianópolis. Sua Criação. Seus Prelados. **Revista de História**. São Paulo: v. 35 n. 72, 1967

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. **A instalação do bispado de São Paulo e seu primeiro bispo**. São Paulo, 1945.

CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. **São Antônio de Caraguatatuba**: Memória e tradições de um povo. Caraguatatuba: FUNDACC, 2000.

CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. **Revista Brasileira de Economia**. V. 26, n. 4.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 34 ed., 2001.

CARRARA, A. A. Espaços urbanos de uma sociedade rural (Minas Gerais, 1808-1835). **Varia História**, Belo Horizonte, n° 25, p. 2001, p. 148.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. COELHO, Mauro César. **Do sertão para o mar** – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos índios (1751-1798) Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, USP, 2006.

CONTI, João Batista. **História de Atibaia**. Volume 2. Prefeitura da Estância de Atibaia. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Atibaia. Editora Grosse, 2001.

CORDEIRO, J. P. Leite. **A criação da diocese de São Paulo**. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, s/d.

COSTA, Hernani Maia. **O triângulo das barreiras** (as barreiras do Vale do Paraíba Paulista – 1835-1860). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

COSTA, Iraci del Nero da (compilador). **Pesos e medidas no período colonial brasileiro**: denominações e relações. Boletim de História Demográfica. São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994.

COSTA, Iraci. **Arraia miúda**: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP editores, 1992.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A História e a devastação da Mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DEFFONTAINES, Pierre. Como constituiu no Brasil a Rede de cidades. **Boletim geográfico**, Ano II n° 14, 1944

DERNTL Maria Fernanda. **Método e arte**: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: **História geral da civilização brasileira** – a época colonial: do descobrimento à expansão territorial. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no brasil**[1960]. 1º edição digital. São Paulo: Editora Global, 2013.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista. A afirmação da vila regular. In TEIXEIRA, Manuel C. **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Horizonte, 2004.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Criação da rede Urbana na Capitania da Bahia. In ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder; [org.] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses **Atas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português – 1415-1822**. 1ª ed. – Lisboa: C.N.C.D.P., 2001.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. E o ouvidor da comarca também planeja. In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 6., Natal. Anais... Natal: UFRN, 2000.

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997

FONSECA, Claudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei**: Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

FRANÇA, José Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989

FRANÇA, José Augusto. **Lisboa Iluminista e o iluminismo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.

FRIEDMANN, Daniel Isaac. **As práticas judiciais locais e a lei da boa razão: os autos cíveis de Sorocaba, segunda metade do século XVIII**. Dissertação (Mestrado História). FFLCH-USP: São Paulo, 2011

GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, comércio e tensões nas vilas no norte da Capitania de São Paulo (1788-1808)**. Dissertação de Mestrado. UNESP, Franca, 2012.

GODOY, Silvana Alves de. **Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718 a 1838)**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2002.

GUIMARÃES, José. Paróquias Paulistas no Sul de Minas. In **Revista da ASBRAP**. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/artigos_asbrap.html#revista10>. Acesso em: 29 maio 2019.

GUTIERREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi** (Rio J.) [online], vol.5, n. 9, 2004, p.103.

HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos**. São Paulo: Publicação do Instituto de pesquisas econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE-USP), [1948] 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos do sertão. **Revista de História**. Vol. XXVIII, ano XV. São Paulo, 1964.

_____. Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. I, 1966.

HUGO, Victor. **Os miseráveis** (1862). Tradução: Francisco Ferreira da Silva Vieira. São Paulo: Centauro, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Dossiê São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: Ministério da Cultura/ IPHAN, 2010.

IPHAN. **As freguesias luso-brasileiras na região da grande Florianópolis**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Freguesias%20-%20Resumo%20Dossi%C3%AA%20de%20Tombamento.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2019.

KANTOR, Iris. Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto-representação das elites (1759-1822). In KOERNER, Andei [org.] **História da Justiça Penal no Brasil**: pesquisas e análises. São Paulo: IBCCRIM, 2006.

KATO, Allan Tomas Tadashi. **Retrato urbano**: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

KÜHN, Fábio. **Gente de Fronteira**: família, sociedade e poder no Sul da América portuguesa – Século XVIII. Tese de Doutorado. Faculdade de História. Niterói: UFF, 2006.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808). **Revista de História**: São Paulo, Nº 169, julho / dezembro, 2013.

LAGO, Pedro Corrêa do; BANDEIRA, Júlio. **Debret e o Brasil**: obra completa. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2007.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LENHARO, Alcir. **As tropas da Moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. 2ª Ed. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LE MOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

LEONZO, Nanci. **As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo**: das origens ao governo do Morgado de Matheus. In: Nanci Leonzo. (Org.). Publicação Integral da Dissertação de Mestrado. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1977

LIMA, Leandro Santos. **Bandeirantismo Paulista**: O avanço na colonização e exploração do interior do Brasil (Taubaté, 1645 a 1720) Dissertação de Mestrado. Departamento de História. FFLCH-USP: São Paulo, 2011.

LONDOÑO, Fernando Torres. **Público e Escandaloso**: Igreja e Concubinato no Antigo Bispado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (em História). FFLCH, USP: São Paulo, 1992.

LOWANDE, W. F. F. **Os sentidos da preservação**: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010

LOWANDE, W. Luís Saia e a evolução arquitetônica regional: da morada paulista às práticas de proteção ao patrimônio cultural nacional. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 18-19, p. 41-60, 30 dez. 2014

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN Herbert S. Escravidão Africana na Produção de Alimentos. São Paulo no Século 19 **Revista Est. econ.**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 295-317, abril-junho 2010.

LUZ, Maturino Santos; HORTENCIO, Leonardo Marques. A influência da imigração portuguesa na criação das freguesias no século XVIII no Rio Grande do Sul – o caso de Rio Pardo. **Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur**: Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante** [1929]. São Paulo: Imprensa oficial, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**: povoamento e população (1750-1850) [1967]. São Paulo: Editora Pioneira, 1973.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836.** São Paulo: Hucitec; EDUSP, 2000.

MARCONDES, Athayde de. **Pindamonhangaba através de dois e meio séculos.** São Paulo: Typographia Paulista, 1922.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira:** formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX. 1998. Tese de Doutorado em Teoria Econômica. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. A propriedade escrava no vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, nº 29, 2002.

_____. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). **Topoi,** Rio de Janeiro, v. 2, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. A cidade colonial na América Portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII). In: CARVALHO, Margarida Maria; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). **As cidades no tempo.** Franca; São Paulo: UNESP, Olho d'Água, 2005.

_____. **Através da Rótula.** Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil. Séculos XVII-XX. Tese (Doutorado). FFLCH. USP. São Paulo, 1999.

MARTINS, Isabel. O estabelecimento de povoações ao longo do rio Kwanza. In ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder; [org.] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses **Atas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português – 1415-1822.** 1ª ed. - Lisboa: C.N.C.D.P., 2001.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil:** Terra de Quem? São Paulo: EDUSP, 1991.

MATTOS, Renato. **Administração e Negócios:** A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808). Dissertação de Mestrado. FFLCH, USP, São Paulo, 2009.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares: sobre as Relações Militares e Políticas na América Portuguesa. **História: Questões & Debates,** n. 45, Curitiba: Editora UFPR, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 1996.

MILLIET, Sérgio. **Roteiros do café e outros ensaios.** São Paulo: Coleção Departamento de Cultura Vol. XXV, 1941.

MONT SERRATH, Pablo Oller. **Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada:** formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802). 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **São Paulo restaurada:** Administração, Economia e Sociedade numa Capitania Colonial (1765-1802). São Paulo, Alameda, 2016.

MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. **Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga.** Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e ciências Humanas. UNICAMP: Campinas, 2012.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra:** Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII.** Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOSANER, Fabio Ferreira Lins. **O desenho como método de estudo:** Antônio Luiz Dias de Andrade e a arquitetura do Vale do Paraíba. 2012.295f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson. Cafeicultura e Acumulação. **Estudos Econômicos;** São Paulo, Vol. 24, N.2, Mai-ago, 1994

MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). Revista **Afro-Ásia**, N. 27, 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil:** a gestação do conflito: 1795-1824. 2ª Edição. São Paulo: Alameda, 2012.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Inventariando os Inventários in **Fazendas de café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam**, 1817-1915. São Paulo: CONDEPHAAT, 2014.

MOURA, Denise Aparecida Soares. De uma freguesia Serra Acima à Costa Atlântica: Produção e Comércio da aguardente na Cidade de São Paulo (1765-1822). **Topoi**, v. 13, n. 24, jan. -jun. 2012.

MOURA, Nádia Mendes de. **Sertões de mar a mar:** Goyazes em suas filigranas (c. 1726 – 1830). 2018. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, 290

NERY, Rosa Maria de Andrade. **São Luiz do Paraitinga:** reduto de gente bandeirante. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014

NEVES, Guilherme Pereira. **E receberá mercê:** a mesa de Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. **Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações:** a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 2012.

OLMO, Maria José Acedo del. **Vila, vida e mercado:** São Luiz do Paraitinga, 1800-1820. Dissertação de Mestrado. PUC: São Paulo, 2000.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Edipe, 1968.

PETRONE, Pasquale. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana. **Revista Brasileira de Geografia**. n. 3, jul. /set. 1959

_____. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995.

PIZARRO e ARAUJO J.S. A. **Tricentenário de Paraty: notícias históricas**. Rio de Janeiro: Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, n. 22, 1960.

POLITO, Jéssica de Almeida. **Territórios de civilidade: o papel das “Mogis” na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX**. Dissertação (de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. PUC. Campinas, 2018.

RANGEL, Armênio de Souza. **Escravidão e Riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990.

REGE, Ashish K. Evolution of Margão town in Goa Through Portuguese era (1510-1961 AD) In ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder; [org.] Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses **Atas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português – 1415-1822**. 1ª ed. – Lisboa: C.N.C.D.P., 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 5ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 1983.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **As Minas de Ouro e a formação das Capitâneas do Sul**. 1ª edição. São Paulo: Via das Artes, 2013.

REIS, Déborah Oliveira Martins dos. **Cinturão paulistano. Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (c. 1798 – c. 1830)**. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REIS, Paulo Pereira dos. Guapacaré: região e porto do Vale do Paraíba. **Revista de História**, v. 34, n. 69, 1967.

_____. **O caminho novo da piedade no nordeste da capitania de São Paulo**. São Paulo: Conselho estadual de Cultura, 1971.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v.23, n. 46, p. 253-270, 2003.

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII**. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2008.

ROSSA, Walter. **A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português**. Lisboa: Almedina, 2002.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Volume 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SAIA, Luís. Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga. In: **VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH**. 1973. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUH, 1973.

_____. **Morada Paulista**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005

SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luís do Paraitinga**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1977 (Publicação n.2).

SALGADO, Ivone. A modernização da cidade setecentista: o contributo das culturas urbanísticas francesa e inglesa. In: Manuel C. Teixeira. (Org.). **A Construção da Cidade Brasileira**. 1ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, v. 1

_____. Uma proposta iluminista para Lisboa em 1755. **Oculum Ensaio Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Nº3. CEATEC Puc-Campinas, set. 2005

SALGADO, IVONE; NUNES, Carolina Gonçalves. A Formação da Freguesia de Nossa Senhora do Jaguari: estudo de caso do bairro rural Anhumas. **Revista Nacional de Gerenciamento De Cidades**, v. 6, Nº44, 2008.

SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. **A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. LABOR & ENGENHO, v. 11, p. 218-241, 2017.

SALGADO, Ivone. PROCÓPIO, Vivian Helena Peronti. Configuração espacial de Bragança paulista: capela em 1763, freguesia em 1765 e vila em 1797. **XX Encontro de Iniciação Científica da PUC Campinas, 2015, Campinas. Anais do XX Encontro de Iniciação Científica da PUC Campinas**. Campinas: PUC Campinas, 2015. v. 1.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. **A Freguesia de São Miguel da Terra Firme: Aspectos Históricos e Demográficos – 1750-1894**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC: Florianópolis, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Carlos Borges. A projetada ferrovia entre o Vale do Paraíba e o Mar. **Revista de História**; Vol. VI. São Paulo. 1953.

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme**. Estudos sobre o governo de uma *capitania* subalterna (1738-1807). Tese de doutorado (em História). FFLCH. USP: São Paulo, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 203-216, 1997.

SOUZA, Jonas Soares de; MAKINO, Miyoko (Org.). **Diário de navegação - Teotônio José Juzarte**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2012

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do Café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

VELOSO, João José de Oliveira. **Freguesia do Facão**: A rota da exploração das Minas e abastecimento de tropas. São José dos Campos: JAC editora, 2010.

VELOSO, Tércio. **A dimensão dos lugares**: fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos Livros do Tombo de 1752. 2013. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

VIANA, Hélio. Bicentenário de Gomes Freire de Andrade: 1º conde de Bobadela. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**. V. 258, p. 222-225, jan. /mar. 1963.

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado, 1999.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil** [1918]. (Edições do Senado Federal V. 27). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno: Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. in **Tempo**. Niterói: Vol. 22 n. 40, mai-ago., 2016.

VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na era dos Felipes**. Conexões na América Meridional. São Paulo: Fapesp / Intermeio, 2014.

YOUNG, Ernesto G. Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, V. II, p. 49-153, 1898.

ZANON, Dalila. **A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo** (1745-1796). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.